JUDITH NURIA MAIDA (COORDENAÇÃO)
ADHEMAR MARQUES • AMARILDO DINIZ
FLÁVIO BERUTTI • JULIA O'DONNELL
MAURÍCIO PARADA • PAULO CRISPIM ALVES DE SOUZA
PAULO EDISON DE OLIVEIRA • PEDRO M.C. FERREIRA
SILVIA PANAZZO • VITOR H. SCHVARTZ

PNLD 2021 • OBJETO 2
CÓDIGO DA COLEÇÃO
0151P21204
CÓDIGO DO LIVRO
0151P21204137

ENTRE AÇÃO

HUMANAS

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO • VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO

O BRASIL E O MUNDO NA ATUALIDADE

ENSINO MÉDIO
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Editora do Brasil

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

INTERAÇÃO

MANUAL DO PROFESSOR

HUMANAS

O BRASIL E O MUNDO NA ATUALIDADE

Judith Nuria Maida (Coordenação)
- Graduada em Geografia e professora da Educação Básica
- Autora e coordenadora de Literatura Infantojuvenil e coleções didáticas de Humanidades (Natureza e Sociedade, História e Geografia, Educação do Campo) da Educação Básica e EJA
- Assessora pedagógica na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Elaboradora de currículos nas redes estaduais e municipais de ensino
- Consultora na implementação da BNCC em escolas e construção de Objetos Educacionais Digitais (OED)

Adhemar Marques
- Especialista em História Moderna e Contemporânea
- Graduado em História
- Autor de coleções didáticas e livros paradidáticos de História
- Professor de História em cursos livres

Amarildo Diniz
- Graduado em Geografia
- Autor de livros e materiais didáticos de Geografia e Atualidades
- Consultor de plataforma *on-line* de correção de vestibulares e Enem
- Professor [illegible] cursos pré-vestibular

Flávio Beru
- Mestre em História
- Especialista em Metodologia da História
- Graduado em História
- Autor de coleções didáticas e livros paradidáticos de História
- Professor e coordenador de História

Julia O'Donnell
- Mestre e doutora em Antropologia
- Autora de materiais didáticos de Sociologia para o Ensino Médio
- Professora universitária e pesquisadora

Maurício Parada
- Mestre e doutor em História
- Graduado em História
- Autor e organizador de livros de História
- Professor universitário e pesquisador

Paulo Crispim Alves de Souza
- Mestre em Ciências Humanas e Sociais
- Graduado em História
- Autor de livros paradidáticos de Educação
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Professor de Sociologia no Ensino Médio

Paulo Edison de Oliveira
- Mestre em Ciências Sociais
- Graduado em Ciências Sociais
- Autor de material didático de Ciências Humanas
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Professor de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio
- Coordenador escolar de Ciências Humanas no Ensino Médio

Pedro M.C. Ferreira
- Graduado em Geografia
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Finalista do prêmio Professor Nota 10
- Professor de Geografia para Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA

Silvia Panazzo
- Pós-graduada em Tecnologias da Aprendizagem
- Graduada em História e Pedagogia
- Autora de materiais didáticos de História para Ensino Fundamental
- Professora de História para o Ensino Fundamental e Ensino Médio

Vitor H. Schvartz
- Doutor em Filosofia com pós-doutorado na área
- Graduado em Filosofia
- Professor de Filosofia e orientador pedagógico no Ensino Médio

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Ensino Médio

1ª edição
São Paulo, 2020

Editora do Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Interação humanas : o Brasil e o mundo na atualidade / Judith Nuria Maida (coordenação). -- 1. ed. -- São Paulo : Editora do Brasil, 2020. -- (Interação)

Vários autores.
ISBN 978-85-10-08376-8 (aluno)
ISBN 978-85-10-08377-5 (professor)

1. Ciências humanas (Ensino médio) 2. Ciências sociais (Ensino médio) I. Maida, Judith Nuria. II. Série.

20-40220 CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Livro-texto : Ensino médio 373.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

© Editora do Brasil S.A., 2020
Todos os direitos reservados

Direção-geral: Vicente Tortamano Avanso

Direção editorial: Felipe Ramos Poletti
Gerência editorial: Erika Caldin
Supervisão de arte: Andrea Melo
Supervisão de editoração: Abdonildo José de Lima Santos
Supervisão de revisão: Dora Helena Feres
Supervisão de iconografia: Léo Burgos
Supervisão de digital: Ethel Shuña Queiroz
Supervisão de controle de processos editoriais: Roseli Said
Supervisão de direitos autorais: Marilisa Bertolone Mendes

Supervisão editorial: Júlio Fonseca
Consultoria técnico-pedagógica: Marcelo Campos Tiago
Edição: Agueda Guijarro del Pozo, Carlos Félix, Guilherme Fioravante Salgado, Nathalia Simões e Rogério Cantelli
Assistência editorial: Patricia Harumi e Marina Lacerda D'Umbra
Auxílio editorial: Douglas Bandeira
Especialista em revisão e copidesque: Elaine Silva
Copidesque: Gisélia Costa, Ricardo Liberal e Sylmara Beletti
Revisão: Amanda [illegible] Almeida, Fernanda Sanchez, Flávia Gonçalves, Gabriel Ornelas, Jonathan Busato, Mariana Paixão, Martin Gonçalves e Rosani Andreani
Pesquisa iconográfica: Daniela Chan Baraúna e Priscila Ferraz
Assistência de arte: Letícia Santos
Design gráfico: Talita Lima
Capa: Megalo Design
Imagem de capa: aluxum/iStockphoto.com, ChrisAt/iStockphoto.com, FatCamera/iStockphoto.com, OnstOn/iStockphoto.com, Soares/iStockphoto.com, Trifonov_Evgeniy/iStockphoto.com e Zenobillis/iStockphoto.com
Edição de arte: Paula Coelho e Talita Lima
Ilustrações: Alessandro Passos da Costa, DAE, Fábio Luiz, Hare Lanz, Mário Yoshida, Selma Caparros e Tarcísio Garbellini
Editoração eletrônica: N Public/Formato Editoração
Licenciamentos de textos: Cinthya Utiyama, Jennifer Xavier, Paula Harue Tozaki e Renata Garbellini
Controle de processos editoriais: Bruna Alves, Carlos Nunes, Rita Poliane, Terezinha de Fátima Oliveira e Valéria Alves

1ª edição, 2020

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Editora do Brasil

Rua Conselheiro Nébias, 887
São Paulo/SP – CEP 01203-001
Fone: +55 11 3226-0211
www.editoradobrasil.com.br

Cara professora, caro professor

O manual que você tem em mãos é fruto de um intenso trabalho de pesquisa e reflexão de educadores que, assim como você, percebem a importância de abordar, com rigor científico e objetividade metodológica, diferentes temas e conteúdos pertinentes às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Tendo como objetivo a construção de um saber problematizador, contextualizado e interdisciplinar, as discussões contidas neste manual vão além de um mero conjunto de estratégias ou sugestões didáticas. Ao discutir os princípios teóricos e metodológicos nos quais a coleção está fundada, nós queremos estimulá-lo a, junto aos estudantes, protagonizar o processo de construção do conhecimento e evitar a fragmentação do saber, os reducionismos e as simplificações cognitivas.

O Novo Ensino Médio tem implicado cada vez mais o professor na busca de metodologias ativas e de práticas didáticas interdisciplinares que abarquem distintas formas de aprender e de ensinar – busca que é um dos objetivos indicados na Base Nacional Comum Curricular.

Nesse sentido, o convite que lhe fazemos é o de sermos parceiros na construção de caminhos que estimulem o espírito investigativo e desenvolvam as competências e habilidades necessárias à formação do estudante.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Da mesma forma, a necessidade de preparação para o Enem e os vestibulares em geral é um desafio contemplado não apenas na escolha das temáticas mas também na proposição de questões e atividades que permitam trabalhar de diferentes maneiras os conteúdos que podem ser exigidos.

Esperamos que este manual – e a coleção a qual ele subsidia – seja seu companheiro na construção da cidadania participativa de nossos estudantes, tarefa à qual nenhum de nós pode se omitir na contemporaneidade.

Bom trabalho!

Os autores

SUMÁRIO

A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA V
As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: o que são? V
Os conceitos norteadores VII
O paradigma da complexidade cognitiva XVI
A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade XVIII
A questão das fontes e da pesquisa XIX
O estudante e a educação no século XXI XXI
A aprendizagem e a formação integral do estudante XXI
As narrativas curriculares em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas XXII
O diálogo com a contemporaneidade XXV
Proposição didático-pedagógica XXVI
Investigação provocativa: problematização como ponto de partida XXVI
O pensamento computacional XXVII
Leitura, produção de texto e o paradigma da intertextualidade nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas XXIX
O papel das metodologias ativas XXX

O PAPEL DO PROFESSOR E O TRABALHO PEDAGÓGICO EM DIFERENTES CONTEXTOS XXXI
Ações concretas para a intervenção pedagógica XXXIII
Processo de argumentação e diálogo XXXIII
A prática docente e o conteúdo interdisciplinar XXXVI
Saúde mental e escola XXXVII

NOVO ENSINO MÉDIO XL
As culturas juvenis e o protagonismo do jovem nas sociedades contemporâneas XLI
A escola e os currículos em transformação XLII
As áreas de conhecimento XLIV
Os itinerários formativos XLVI

A OBRA E A BNCC XLVII
Competências gerais da Educação Básica XLVIII
Competências específicas e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas XLIX

A PROPOSTA DA COLEÇÃO LII
Livro do Estudante LII
Estrutura da obra e recursos LII
Manual do Professor específico LIII
Videotutorial LIII
Cronograma LIV
Quadro de conteúdos LIV

COMO AVALIAR? LVII
Diversidade de formas e de instrumentos de avaliação LVIII

REFERÊNCIAS COMENTADAS LIX

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTE VOLUME LXIII
Objetivos LXIII
Justificativa LXIII
Unidade 1: Você é um cidadão global? LXIV
Temas LXIV
Objetivos LXIV
Justificativa LXV
O trabalho com a BNCC LXV
Competências gerais da Educação Básica LXV
Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas LXVI
Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas LXVI
Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias LXVIII
Perfil do professor LXVIII
Orientações didáticas LXVIII
Abertura da unidade LXVIII
Percurso 1: Geopolítica e cidadania global no século XXI LXIX
Percurso 2: Os conflitos regionais no mundo atual e seus impactos globais LXXVIII
Unidade 2: Política para quê? LXXXIV
Temas LXXXIV
Objetivos LXXXIV
Justificativa LXXXV
O trabalho com a BNCC LXXXV
Competências gerais da Educação Básica LXXXV
Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas LXXXVI
Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas LXXXVI
Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias LXXXVII
Competência específica de Matemática e suas Tecnologias LXXXVII
Perfil do professor LXXXVIII
Orientações didáticas LXXXVIII
Abertura da unidade LXXXVIII
Percurso 3: O protagonismo da juventude na redemocratização do Brasil LXXXIX
Percurso 4: Política no espaço urbano XCVI
Unidade 3: Por que direitos humanos? CIV
Temas CIV
Objetivos CIV
Justificativa CIV
O trabalho com a BNCC CV
Competências gerais da Educação Básica CV
Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas CVI
Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas CVII
Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias CVII
Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias CVIII
Perfil do professor CVIII
Orientações didáticas CVIII
Abertura da unidade CVIII
Percurso 5: Direitos Humanos: uma criação? CIX
Percurso 6: A arte como um direito humano CXV
Questões de Enem e vestibulares – gabarito CXXVI

REFERÊNCIAS COMENTADAS CXXVII

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: o que são?

Os estudos sobre as experiências, as ideias e as ações protagonizadas pelos seres humanos existem desde a Antiguidade. Porém, foi apenas no século XIX que eles passaram a se definir como ciência, nos moldes teóricos e metodológicos até hoje reconhecidos, ao lado de disciplinas voltadas para o conhecimento do mundo natural.

Na época de sua afirmação como ciência, História, Geografia e Sociologia, entre outras áreas, buscaram delimitar os próprios objetos de estudo recortando a experiência humana a partir de seus próprios conceitos, métodos e critérios de análise, separando-se uma das outras mediante critérios objetivos e centrados na definição de verdadeiros territórios intransponíveis do saber. As disciplinas pautaram-se pelo modelo de neutralidade científica que, então, era visto como fundamental para as ciências exatas e deveria se estender às humanas. Também os paradigmas filosóficos que constituíam os fundamentos das Ciências eram ainda pautados por abordagens positivistas, fundadas em uma estreita comprovação empírica dos fenômenos e na pouca criticidade em relação à análise ideológica da forma como os resultados científicos eram obtidos.

Herdeiro dessa tradição, o ensino escolar das Ciências Humanas foi por muito tempo marcado por uma visão disciplinar e fragmentada do conhecimento, que era "repartido" pelas diferentes áreas então disponíveis. Nessa concepção, predominante ao longo do século XIX e na primeira metade do XX, cada disciplina explicaria as experiências humanas por meio do estudo de alguma de suas dimensões: a História daria conta do estudo das sociedades no tempo, a Geografia no espaço, a Filosofia trataria dos paradigmas humanos, enquanto a Sociologia se ocuparia das sociedades contemporâneas, com as diferentes formas de cultura e relações de poder.

Especialmente na segunda metade do século XX, as diferentes áreas do conhecimento foram experimentando transformações substanciais na delimitação dos próprios objetos de estudo, estabelecendo diálogos entre diferentes aspectos das experiências individuais e sociais, e [illegible] pesquisa, que passaram a incorporar não apenas textos ou dados oficiais mas também aqueles produzidos nos mais diferentes gêneros textuais e pelos mais diferentes sujeitos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Na atualidade, a visão cognitiva neutra e fragmentada já não corresponde nem às concepções de conhecimento presentes nos estudos científicos e epistemológicos nem às demandas para a formação de estudantes que atuem numa sociedade em rápida transformação socioeconômica e tecnológica. De acordo com Edgar Morin (2013, p. 187):

> [...] o conhecimento deve saber contextualizar, globalizar, multidimensionalizar, ou seja, ser complexo. Unicamente, um pensamento capaz de compreender a complexidade, não apenas de nossa vida, de nossos destinos, da relação indivíduo/sociedade/espécie, mas também da era planetária, pode tentar realizar um diagnóstico sobre o curso atual de nosso devir e definir as reformas vitalmente necessárias para mudar de via. Somente um pensamento complexo pode nos armar para preparar a metamorfose simultaneamente social, individual e antropológica.

Para promover aprendizados adequados a esse novo contexto científico, tecnológico e social, as políticas curriculares produzidas em diversos países e os teóricos contemporâneos da educação têm enfatizado a necessidade de adotar paradigmas complexos e interdisciplinares de conhecimento.

No currículo do Novo Ensino Médio brasileiro, os campos do saber que compõem as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são: **História**, **Geografia**, **Sociologia** e **Filosofia**. Contudo, para além das trajetórias específicas de construção científica de seus objetos de conhecimento – e justamente por causa delas – essas áreas devem ser pensadas à luz de possíveis diálogos entre conceitos, metodologias e abordagens. O "humano" que as define, afinal, é um só, por mais multidimensional que sejam suas experiências e suas formas de viver e de se expressar.

Por sua vez, o termo "aplicadas" na definição das Ciências Humanas não deve ser entendido de maneira utilitária, como se as competências e habilidades dessa área fossem destinadas à mera "aplicação" dos conhecimentos para executar determinadas tarefas. Na verdade, os sentidos de tal "aplicação" são:

- epistemológicos: em seu itinerário de formação, o estudante deve se apropriar de maneira crítica dos conceitos dessas áreas para que possa desenvolver capacidades de diálogo e de construção de hipóteses e argumentos que o permitam construir conhecimento;
- sociais: um esforço é feito para tentar compreender quais são as necessidades da sociedade, as consequências de viver em sociedade e como promover ações concretas para modificar aspectos da realidade social;
- éticos: dizem respeito à formação humana do estudante, fundada na busca pela compreensão do outro, pela afirmação das individualidades e singularidades humanas, pelo reconhecimento da diferença, pela construção da equidade e pela promoção dos direitos humanos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é, nesse sentido, bastante enfática ao afirmar que:

> [...] a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas [...] propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018a, p. 561).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nesta coleção, você encontrará em cada volume um convite para que o diálogo interdisciplinar supere a fragmentação e o reducionismo cognitivo, abrindo caminho para que cada temática proponha o diálogo entre conceitos teóricos e processos metodológicos que, até recentemente, eram exclusivos da abordagem de um único componente curricular.

Outro aspecto relevante é a preocupação em trabalhar temáticas que, encontrando eco em conteúdos classicamente assinalados nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, procuram focar na contribuição dos quatro grandes campos do saber de referência da coleção,

priorizando fundamentalmente uma abordagem integrada dos conceitos de tempo, espaço, sociedade, cultura e poder. Assim, tais conceitos não são concebidos apenas a partir de um único componente, mas do cruzamento interdisciplinar e do diálogo permanente entre eles.

Nos tópicos que seguem, você encontrará subsídios e orientações para melhor compreender a proposta das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em nossa coleção e sua aplicação desafiadora, que passa pela emergência do pensamento computacional, pelo desenvolvimento de novas práticas de pesquisa e por novas perspectivas de problematização e contextualização do conhecimento a partir das várias culturas juvenis, foco de nossas atenções e esforços educativos.

Os conceitos norteadores

Nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, alcançar os objetivos de aprendizagem requer a compreensão de alguns conceitos fundamentais que orientam suas principais áreas do saber. Conceitos como tempo, espaço, sociedade, cultura e poder possuem significados múltiplos e dinâmicos, com longos históricos de debates teóricos e metodológicos.

No entanto, cabe ressaltar que, longe de uma abordagem fragmentada, esses conceitos não aparecem aqui vinculados a uma única área disciplinar. Parte-se do pressuposto de que eles fornecem possibilidades de embasar a tessitura complexa dos fenômenos e processos a serem analisados em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, estabelecendo, dessa forma, múltiplos diálogos entre si.

Tempo

Trata-se de um conceito com sentidos bastante diversos quando debatido no âmbito das Ciências Naturais (o tempo dos matemáticos e dos físicos, por exemplo) e das Ciências Humanas e Sociais. No que diz respeito à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o conceito de tempo, embora tradicional estruturante dos estudos históricos, é também utilizado, debatido e problematizado do ponto de vista das demais áreas do saber, já que possibilita ampliar, contextualmente, o alcance dos sentidos de determinada ação ou processo estudado.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Dentre diversos autores e antropólogos, o tempo é compreendido como uma **construção humana**, que auxilia na compreensão dinâmica dos processos de desenvolvimento tendo em vista algumas perspectivas:

- **cronológica**: o tempo tem uma trajetória múltipla, que passa pela construção dos calendários, dos relógios, das cronologias etc.;
- **temática**: dos períodos, dos conceitos e das demarcações de características dos processos humanos;
- **epistemológica interdisciplinar**: das próprias Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como áreas do conhecimento que dialogam entre si e que têm no tempo uma categoria conceitual indispensável.

A distinção entre presente, passado e futuro, que organiza a relação que as sociedades contemporâneas têm com o tempo, é resultado de processos humanos – e não simplesmente um dado observado na natureza. Portanto, o diálogo entre essas categorias temporais não se dá de forma estanque, mas relacional, percebendo-se, por exemplo, as marcas do "presente" no entendimento construído acerca das experiências passadas. Ou as marcas do "passado" no desenvolvimento de determinadas ações e processos presentes.

> O calendário revela o esforço realizado pelas sociedades humanas para domesticar o tempo natural, utilizar o movimento natural da lua ou do sol, do ciclo das estações, da alternância do dia e da noite. Porém, suas articulações mais eficazes – a hora e a semana – estão ligadas à cultura e não à natureza. [...]
>
> A oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência do tempo. Para a criança, "compreender o tempo significa libertar-se do presente" (Piaget), mas o tempo da história não é nem o do psicólogo nem o do linguista. Todavia o exame da temporalidade nestas duas ciências reforça o fato de que a oposição presente/passado não é um dado natural, mas sim uma construção. (LE GOFF, 1990, p. 12-13).

Para os seres humanos, o tempo é mais do que um dado do mundo físico, medido com a frieza de um relógio. Passado e presente apresentam sentidos lógicos e afetivos que possibilitam perceber processos históricos e ajudam a construir identidades e formular projetos de futuro. Os entendimentos do que seja "passado" e "presente" são assim estabelecidos considerando o fato de não serem categorias conceituais estanques e lineares, mas diretamente relacionadas à própria percepção que indivíduos e grupos sociais têm de suas próprias experiências.

Assim, a consciência do passado pode ser vista como uma dimensão permanente da experiência humana, ligada a processos de aprendizado social e de construção de memória para além da vivência do indivíduo.

> Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. [...] Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. (HOBSBAWM, 1998, p. 22).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nesse sentido, a consciência do tempo passou por uma ruptura fundamental na modernidade. Até então, as sociedades geralmente conceberam o passado como padrão a ser reproduzido no presente. Já nas sociedades contemporâneas do Ocidente, com base em um processo de racionalização das esferas política, cultural e econômica, tornou-se predominante a ideia de que o tempo deve se orientar para o futuro, sendo o passado concebido de maneira crítica.

Interpretar o "passado" criticamente para estabelecer um posicionamento diante das grandes questões do "presente" é, portanto, uma demanda contemporânea que se coloca para o aprendizado das Ciências Humanas. Por outro lado, também é importante problematizar a concepção de tempo, originária da Modernidade, para que a visão crítica do passado não acabe por naturalizar a ideia de progresso. Essa ideia, que foi formulada em termos filosóficos pelos iluministas durante o século XVIII, tem tido uma profunda influência na sociedade, na política e na cultura moderna, influência essa que pode começar a ser mitigada se o tempo for pensado em uma perspectiva complexa.

Como é possível perceber, os aspectos filosóficos inerentes ao processo de construção das identidades humanas devem ser especialmente privilegiados numa coleção que

procura entender a complexidade das construções espaçotemporais e socioculturais. A reflexão ética sobre as vivências temporais implica perceber os protagonismos individuais e coletivos na transformação das paisagens e na construção das relações sociais.

Em outras palavras, um aprendizado crítico a respeito do tempo envolve também o questionamento dessa concepção, para que ele não seja entendido de maneira reducionista, como um desenvolvimento linear que vai do mais simples ao mais complexo, ou do inferior ao superior, por exemplo. Na experiência humana, o tempo é vivido em cada um de seus "agoras", e não como uma linha de acontecimentos que convergem para alguma finalidade. Tal processo é o que podemos chamar de **diálogo de temporalidades**.

Nesta coleção, o tempo não é, portanto, visto numa mera sequência processual de causa-efeito, mas em um diálogo que excede a relação causal. Buscam-se outros sentidos para experiências do "presente", a partir de releituras do que se convenciona como "passado". O diálogo de temporalidades pressupõe, assim, a construção simbólica das experiências e da narratividade temporal. Ou, como salienta a BNCC:

> Assim, no Ensino Médio, os estudantes precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassem a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas, destacando as noções de tempo em diferentes sociedades. Na história, o acontecimento, quando narrado, permite-nos ver nele tanto o tempo transcorrido como o tempo constituído na narrativa sobre o narrado. (BRASIL, 2018a, p. 563).

Sendo assim, a narração busca atribuir sentido às experiências dos seres humanos, sem se limitar à mera descrição de processos, mas à compreensão de suas complexidades. O tempo, portanto, pensado como categoria que norteia o processo de construir experiências e atribuir sentido a elas, não se faz dissociado das condições objetivas humanas e do espaço.

Espaço

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Assim como o tempo, espaço é um conceito em permanente discussão nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Espaço pode ser definido como o lugar material onde os seres humanos agem. Trata-se de uma construção histórica, uma totalidade desigual e em constante transformação e, portanto, em profunda imbricação com o diálogo de temporalidades que norteia a ação humana na transformação das paisagens.

Ao se abordar o caráter histórico-temporal da formação do espaço, este deve ser diferenciado do conceito de paisagem, que se refere a aspectos morfológicos (ou seja, à forma). A paisagem pode, portanto, ser pensada como a unidade sensível do espaço, a sua materialização efetiva em termos das percepções sensoriais dos seres humanos. Espaço, pelo contrário, diz respeito a uma realidade dinâmica, com estruturas que cumprem funções para as sociedades humanas, formando um "mosaico de elementos de diferentes eras", nas palavras do geógrafo Milton Santos.

> Consideramo-lo como algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações,

> deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46).

O conceito de espaço reveste-se, assim, de uma íntima conexão com as dimensões temporais e contextuais a ele associadas, bem como com as relações de poder vigentes nas sociedades contemporâneas. Conexões estas que definem não apenas as dinâmicas espaciais mas também a transformação constante das próprias paisagens.

Nesse sentido, o caráter unitário do espaço ganha novas complexidades no mundo contemporâneo, com o processo de globalização e a revolução técnico-científico-informacional. Para Edgar Morin (2013, p. 21):

> [...] a globalização constitui o estado atual da mundialização. Começa em 1989, após a queda das economias ditas socialistas. É fruto da conjunção em círculo retroativo do desenvolvimento desenfreado do capitalismo que, sob a égide do neoliberalismo, se propaga pelos cinco continentes, e do desenvolvimento de uma rede de telecomunicações instantâneas (fax, telefone celular, internet). Essa conjunção efetua a unificação tecnoeconômica do planeta.

Assim, a globalização está profundamente vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, a partir de alguns pressupostos básicos desse mesmo desenvolvimento:

- a presença em todos os continentes como paradigma de sua força geopolítica e econômica;
- a construção da complexidade tecnológica instaurada pela ideia de rede;
- a construção da noção de tempo real, que modifica drasticamente o fluxo de capitais e as tomadas de decisão sobre os próprios ritmos e processos produtivos e econômicos.

Os dois últimos pressupostos incidem diretamente na revolução técnico-científico-informacional, que vivencia uma difusão acelerada nas duas primeiras décadas do século XXI. Cada vez mais, a tecnologia redefine identidades espaciais e até mesmo processos de localização geográfica e de transformação da paisagem.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Do ponto de vista sociológico e antropológico, no entanto, há também de se considerar as resistências políticas e as tensões sociais decorrentes de todos esses processos, já que, de acordo com os geógrafos espanhóis Joan Font e Joan Rufí (2006, p. 35), "[...] temos que verificar seriamente até que ponto as interconexões entre as forças globais e as particularidades locais alteram as relações entre identidade, significado e lugar".

Essas alterações podem, assim, ser perceptíveis nas diferentes escalas nas quais podemos considerar o espaço geográfico: desde a escala planetária, passando pelos territórios nacionais e pelas regiões, até o lugar onde nos encontramos.

Exemplo disso é o fato de que hoje as pessoas de todo o planeta podem estar interligadas pelos mesmos instrumentos tecnológicos que conectam territórios separados por fronteiras culturais, políticas e econômicas. Para além dos impactos diretamente apreensíveis em nosso cotidiano, tais mudanças trazem novos conflitos, desigualdades e problemas de toda ordem, que precisam ser compreendidos como partes de uma mesma totalidade – o espaço geográfico.



Gordwin ODHIAMBO/AFP

Em casa, menina faz aula virtual de dança durante a pandemia da covid-19. Nairóbi, Quênia, 2020.

São importantes na formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas os conhecimentos relativos à conformação histórica do espaço – os processos de formação e transformação das diversas culturas, dos territórios nacionais e dos alinhamentos geopolíticos, bem como das diferentes visões de tempo que se relacionam com os processos de ocupação do espaço –, que possibilitam ir além da mera constatação de que estamos num mundo multicultural e politicamente delimitado por fronteiras que nem sempre coincidem com os diferentes processos geopolíticos e com as tensões socioculturais decorrentes da globalização.

O estudante deve ser capaz de buscar explicações para esses fenômenos na análise das estruturas e dinâmicas da sociedade global, de maneira a não se tornar apenas um reprodutor de leituras reducionistas e preconceituosas a respeito da diversidade humana e dos conflitos resultantes dela.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

> Espaço está associado aos arranjos dos objetos de diversas naturezas e, também, às movimentações de diferentes grupos, povos e sociedades, nas quais ocorrem eventos, disputas, conflitos, ocupações (ordenadas ou desordenadas) ou dominações. No espaço (em um lugar) se dá a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias. Nele são realizados fluxos de diversas naturezas (pessoas e objetos) e são desenvolvidas relações de trabalho, com ritmos e velocidades variados. (BRASIL, 2018a, p. 563).

Evitar leituras reducionistas implica, portanto, perceber que, por um lado, o espaço fornece as bases materiais para a formação dos indivíduos e dos agrupamentos sociais, e, por outro, que as dinâmicas sociais interferem na organização espacial e na vivência dos próprios processos históricos.

No entanto, as transformações espaciais, quando fruto da ação antrópica, não ocorrem dissociadas das mudanças nas relações entre os seres humanos, fruto da inserção destes em sociedades cada vez mais marcadas por tensões, resistências e acomodações dos indivíduos no que se refere à convivência com as relações de poder vigentes.

Sociedade

A globalização redefine também o que entendemos por sociedade. Esse conceito tem sido importante na nossa própria autodefinição como seres humanos. Desde as tradições filosóficas da Antiguidade Clássica, a vida em sociedade é concebida por meio da relação que temos com nossas necessidades, como espécie, de convivermos coletivamente, já que a existência individual não é capaz de suprir nossas demandas materiais ou imateriais. Na modernidade, o conceito foi desenvolvido com sentidos diversos nas teorias políticas de pensadores como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, que estabelecem uma distinção entre o Estado e a sociedade civil, na tentativa de compreender as relações entre as necessidades da vida coletiva e a organização política complexa dos Estados modernos.

Nos dias de hoje, a caracterização da sociedade a partir das interdependências da vida coletiva continua sendo importante no campo da Sociologia, para o qual o conceito de sociedade tem uma importância central.

> Atores individuais tornam-se objeto das observações de estudos sociológicos à medida que são considerados participantes de uma rede de interdependência. Por isso, e porque, não importando o que façamos, somos dependentes dos outros, poderíamos dizer que a questão central da sociologia é: como os tipos de relações sociais e de sociedades em que vivemos têm a ver com as imagens que formamos uns dos outros, de nós mesmos e de nosso conhecimento, nossas ações e suas consequências? (BAUMAN; MAY, 2010, p. 17).

Ao mesmo tempo, tal necessidade diz respeito às relações, deliberadas e conscientes, que estabelecemos com a natureza. São esses conjuntos de relações, entre as pessoas e das pessoas com a natureza, que nos produzem como indivíduos e, coletivamente, como sociedades historicamente constituídas.

> A sociedade, da qual faz parte o indivíduo, consiste em um grupo humano, ocupante de um território, com uma forma de organização baseada em tradições, práticas, hábitos, costumes, modos de ser e valores, responsáveis por [illegible]de cultural. Na construção de sua vida em sociedade, o indivíduo estabelece relações e interações sociais com outros indivíduos, constrói sua percepção de mundo, atribui significados ao mundo ao seu redor, interfere na natureza e a transforma, produz conhecimento e saberes, com base em alguns procedimentos cognitivos próprios, fruto de suas tradições tanto físico-materiais como simbólico-culturais. (BRASIL, 2018a, p. 565).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A interação entre os indivíduos implica um conjunto de processos culturais, políticos e econômicos que necessitam ser contextualizados. Esses processos, por sua vez, encontram-se inseridos em contextos temporais e espaciais bem definidos. Nesse sentido, o recorte interdisciplinar adotado nesta coleção busca entender as especificidades histórico-culturais e espaciais que definem cada processo de interação, considerando também a dimensão ética envolvida.

Da mesma forma, ao atribuir significados para o mundo, os indivíduos constroem leituras que explicitam seus interesses, suas intencionalidades e os impactos de suas ações nas paisagens. Nas sociedades contemporâneas, nossa socialização é marcada por uma grande fluidez de formas e significados, que tende a produzir indivíduos vulneráveis frente a realidades sociais amplas e complexas.

Diante dessa vulnerabilidade social, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem se constituir uma área do conhecimento que põe em xeque estereótipos e preconceitos, abrindo caminho para uma reflexão acerca das relações de poder e seus impactos no desenvolvimento dos indivíduos e das coletividades. Nesse contexto, cabe a você promover aprendizagens que possibilitem ao estudante conhecer e compreender pontos de vista alheios aos seus. Ao concluir esse conjunto de aprendizagens, o jovem desenvolve a noção de alteridade fundamentada na compreensão do outro, seja nos aspectos socioculturais ou físico-espaciais.

> As diferenças e semelhanças entre os indivíduos e as sociedades foram sedimentadas ao longo do tempo e em múltiplos espaços e circunstâncias. Procurar identificar essas diferenças e semelhanças tanto em seu grupo social (familiar, escolar, bairro, cidade, país, etnia, religião etc.) quanto em outros povos e sociedades constitui uma aprendizagem a ser garantida aos estudantes na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para além dessa identificação, o exercício de deslocamento para outros pontos de vista e o reconhecimento de diferentes demandas políticas é central para a formação das juventudes no Ensino Médio, na medida em que ajuda a superar posturas baseadas na reiteração das referências de seu próprio grupo para avaliar os demais. (BRASIL, 2018a, p. 566).

A capacidade de estabelecer diálogos é crucial na sociedade contemporânea. No entanto, para que tais diálogos ocorram, é necessário compreender que eles são necessariamente mediados pelas formas que os indivíduos têm de elaborar suas próprias visões sobre si mesmos e sobre a forma como entendem e concebem suas diferenças em relação aos outros indivíduos. Esses processos são inerentes ao desenvolvimento de sistemas simbólicos que operam com os repertórios disponíveis para atribuir significado ao mundo. Para desenvolver claramente a compreensão desses processos, o conceito de cultura precisa ser apresentado aos estudantes.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Cultura

A cultura se relaciona com capacidades especificamente humanas de abstração e simbolização das experiências. Dentre as muitas definições contemporâneas do conceito, o antropólogo Marshall Sahlins define cultura como experiências e ações humanas organizadas por meios simbólicos. Segundo ele, o que distingue os seres humanos não é o fato de que vivemos num mundo material, com o qual interagimos – afinal, isso os animais também fazem; a relação do ser humano com o mundo material se define:

> [...] de acordo com um esquema significativo criado por si próprio, qualidade pela qual a humanidade é única. Por conseguinte, toma-se por qualidade decisiva da cultura [...] não o fato de essa cultura poder conformar-se a pressões materiais, mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema simbólico definido, que nunca é o único possível. (SAHLINS, 2003, p. 7).

Na modernidade, o conceito de cultura tem uma história problemática em relação a seus possíveis significados. Por ter sido concebida pelos filósofos e cientistas sociais como um

conceito oposto ao de natureza, a valorização da cultura contribuiu para promover uma cisão entre a esfera do que pertence ao "ser humano" e a do que diz respeito ao "natural". Historicamente, esse conceito foi usado tanto para justificar uma relação utilitária e predatória das sociedades com relação à natureza quanto para negar a determinados grupos a condição de seres humanos em sentido pleno, já que seriam povos cuja cultura estaria mais próxima da esfera "natural".

Durante os séculos XVIII e XIX, a "cultura" foi pensada pelas elites das sociedades europeias como "civilização", de modo a afirmar a superioridade cultural do Ocidente diante de sociedades vistas como "bárbaras" ou "primitivas", e como "refinamento", de maneira a inferiorizar as expressões, linguagens e costumes das classes populares por sua "falta de cultura". Decorre daí o costume de julgar esta ou aquela forma de expressão como desprovida de "cultura", ou então de julgar esta ou aquela pessoa como tendo mais ou menos "cultura". Esse uso comum da palavra, geralmente carregado de preconceitos, deve ser contraposto à acepção como entendida pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. De acordo com as bases curriculares brasileiras:

> [...] Atualmente, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas compreendem a cultura a partir de contribuições de diferentes campos do saber. O caráter polissêmico da cultura permite compreender o modo como ela se apresenta a partir de códigos de comunicação e comportamento, de símbolos e artefatos, como parte da produção, da circulação e do consumo de sistemas culturais que se manifestam na vida social. Os indivíduos estão inseridos em culturas (urbanas, rurais, eruditas, de massas, populares, regionais, locais etc.) e, dessa forma, são produtores e produto das transformações culturais e sociais de seu tempo.
>
> [...] o conhecimento do Outro, da outra cultura, depende da capacidade de se indagar para indagar o Outro, atitude fundamental a ser desenvolvida na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Esse é o primeiro passo para a formação de sujeitos protagonistas tanto no processo de construção do conhecimento como da ação ética diante do mundo real e virtual, [...] uma multiplicidade de culturas. (BRASIL, 2018a, p. 566-567).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Devotos de religiões afro-brasileiras durante ritual em homenagem a Iemanjá. Rio Grande (RS), 2020. Segundo o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, foram registrados em 2019 mais de 350 denúncias de intolerância religiosa no país, sendo 61% dos casos relacionados a religiões de matriz africana.

O estudo atento da maneira como indivíduos ou comunidades atribuem significado à sua própria existência e ao mundo à sua volta é revelador de relações de poder e de formas de intervenção na paisagem. Nesse sentido, o estudo das culturas é importante para a compreensão da diversidade do mundo contemporâneo.

Outra característica importante do conceito de cultura é a historicidade: as culturas são constantemente ressignificadas pelos indivíduos e pelos grupos nos constantes processos de interação com outros grupos e com o ambiente. Nesse sentido, rompe-se com a ideia de que as culturas são definidas de forma estanque, desvinculada das relações sociais e do exercício do poder vigente em dada sociedade.

Poder

O conceito de poder é também fundamental para a compreensão da experiência humana. Em seu sentido mais geral, poder é a capacidade de agir e produzir efeitos na realidade. No contexto das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, seu sentido é mais específico, já que diz respeito a ações que têm seres humanos tanto como sujeitos quanto como objetos.

Se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceitual pode ir desde a capacidade geral de agir até a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito mas também o objeto do poder social. A capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos é poder social, assim como a capacidade de um governo de dar ordens aos cidadãos.

> [...] o meu Poder não reside numa coisa (no dinheiro, no caso), mas no fato de que existe um outro e de que este é levado por mim a comportar-se de acordo com os meus desejos. O poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas. (STOPPINO, 1998, p. 933).

Nesse sentido, relações de poder são constitutivas da experiência humana em qualquer de suas dimensões: estão nos processos estudados pela História, na produção do espaço geográfico, nas relações entre indivíduos e sociedade e nas interações entre culturas. Também é importante ressaltar que o poder não é exercido apenas de maneira a forçar o outro a determinada ação mas também por meio do convencimento e da manipulação. O exercício do poder pode se dar, assim, tanto como força de coação física ou moral quanto como discurso legitimador de determinada forma de autoridade.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

No mundo contemporâneo, o exercício do poder envolve instituições e estruturas sociais complexas, que requerem aprendizagens específicas. Em especial o poder dos **Estados modernos**, ligado a conceitos como os de **território**, **fronteira**, **soberania** e **regime político**.

> A política é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área. (BRASIL, 2018a, p. 567).

O poder envolve, portanto, formas de legitimação da autoridade, bem como de resistência a ela. Seu exercício influencia as maneiras como se organizam os espaços e se definem as relações sociais e econômicas. Assim, o poder, vivenciado em distintas experiências temporais e impactando a organização das paisagens, deve ser pensado numa perspectiva complexa e não fragmentada.

O paradigma da complexidade cognitiva

Os conceitos fundamentais das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas não têm definições simples ou definitivas. Para que o trabalho com esses conceitos sirva efetivamente à aprendizagem esperada dos estudantes do Ensino Médio, é preciso considerar sempre o caráter complexo da construção do conhecimento.

A palavra "complexo" tem origem no latim *complexus*, que significa "aquilo que é tecido em rede". Fundamentado nesse conceito, o **paradigma da complexidade** pode ser entendido como uma forma de construir conhecimento em rede (e não de maneira isolada, pelo aprendizado sequencial de conteúdos simples).

O ponto de partida é a percepção de que, seja no itinerário formativo de cada indivíduo, seja na produção social de conhecimentos pela humanidade, nenhum conhecimento tem origem em si mesmo. Por exemplo, para que possamos compreender conceitualmente o fenômeno da globalização, precisamos nos apropriar do conhecimento a respeito do que é o tempo histórico, o espaço geográfico, a sociedade, a cultura, o poder, a economia, as fronteiras, os Estados, as regiões, e assim por diante; ao mesmo tempo, a compreensão conceitual da globalização nos permite ressignificar cada um desses conceitos, estabelecendo redes de significados entre eles.

A complexidade é uma realidade presente na construção de cada uma das disciplinas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para construir hipóteses, interpretações e conceitos, as diversas disciplinas partem do que já existia anteriormente, dentro e fora de seus domínios específicos. Cada contribuição nova enriquece conhecimentos já estabelecidos, que se conectam em rede.

Assim, não se trata de conectar os conhecimentos para produzir uma síntese simplificadora que dê conta do real, e sim buscar um conhecimento em permanente colaboração. A complexidade tem uma dimensão ética: trata-se de uma postura diante dos fenômenos da realidade que recusa a simplificação e o reducionismo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

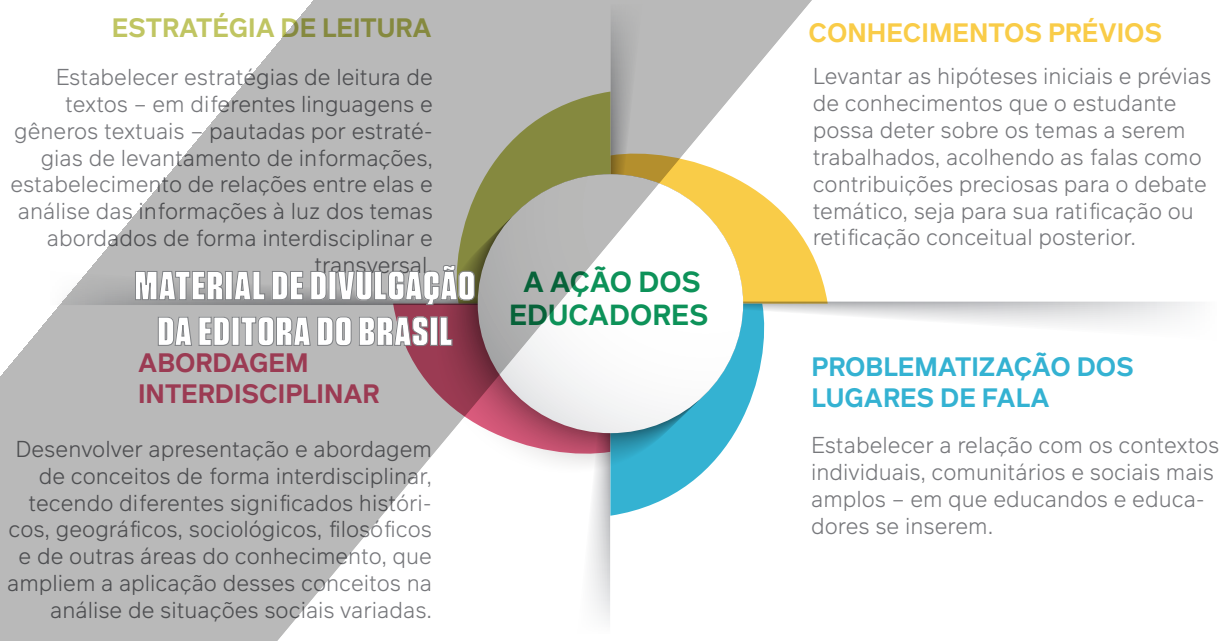
Edgar Morin adverte para o fato de que a fragmentação cognitiva e o consequente retalhamento disciplinar não dão mais conta de compreender a complexidade da vida atual.

> [...] nosso modo de conhecimento fragmentado produz ignorâncias globais. A isso combinam-se as limitações 1) do reducionismo (que reduz o conhecimento das unidades complexas ao dos elementos supostamente simples que as constituem); 2) do binarismo, que decompõe tudo em verdadeiro/falso, ou seja, o que existe é parcialmente verdadeiro ou parcialmente falso ou simultaneamente verdadeiro e falso; 3) da causalidade linear, que ignora os circuitos retroativos; 4) do maniqueísmo, que não enxerga senão oposição entre bem e mal. A reforma do conhecimento exige a reforma do pensamento. A reforma do pensamento exige um pensamento que possa religar as partes ao todo, o todo às partes e que possa conceber a relação do global com o local, do local com o global. (MORIN, 2013, p. 184).

Para Morin, a fragmentação está diretamente ligada a uma situação na qual, em vez de tentar compreender a complexidade de um problema ou de uma situação, obtém-se o efeito contrário, reduzindo o alcance ou simplificando questões que merecem ser pensadas a partir de perspectivas mais amplas, com contribuições de diversas áreas do conhecimento.

Por fim, o paradigma da complexidade cognitiva não diz respeito apenas à forma como a ciência e as universidades constroem seus conceitos. Ele se aplica também às práticas que adotamos visando à formação integral do jovem, hoje concebida como o desenvolvimento de capacidades que requerem diálogo entre diferentes realidades e autonomia na produção do conhecimento. Tecer conhecimento em rede é, assim, uma forma de preparar para um mundo global.

> Portanto, o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e interretroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade. (MORIN, 2003, p. 14).



Aleksandr Bryliaev_Shutterstock.com

Assim, favorecer a percepção complexa dos fenômenos exige um compromisso com a superação da fragmentação disciplinar, que impede a compreensão das diferentes relações conceituais possíveis entre os fenômenos estudados. Nesse sentido, a coleção que você, professor, tem em mãos procura enfatizar as tessituras construídas entre diferentes conceitos na abordagem de um tema, enfatizando tanto aspectos interdisciplinares como transdisciplinares.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade

Interdisciplinaridade não significa um processo simplista de abolição das fronteiras entre as disciplinas. Na construção do conhecimento sobre os seres humanos, a Filosofia, a História, a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, entre outros campos disciplinares, continuam possuindo seus próprios métodos, suas teorias, seus conceitos e suas abordagens.

Uma abordagem interdisciplinar tem por objetivo promover um diálogo entre campos específicos, para que a teia complexa de relações que explicam os fenômenos que nos cercam não fique encerrada no campo de uma única disciplina. Na perspectiva adotada nestes volumes, reconhecemos que as explicações fundadas num único campo do saber não respondem à demanda pela construção por parte dos estudantes de uma compreensão complexa da realidade.

Assim, uma primeira definição possível de interdisciplinaridade é que ela é antes de mais nada uma postura de "humildade cognitiva", ou seja, um reconhecimento de que os processos de construção do conhecimento escapam às malhas das teias explicativas disciplinares para compor novos diálogos e novas possibilidades, com conceitos, critérios metodológicos e hipóteses advindas de outros campos científicos.

Nesse sentido, podemos afirmar que a história recente da ciência e dos conhecimentos a respeito da experiência humana é feita de intensos debates interdisciplinares. Esse diálogo não significa dissolução das disciplinas, mas uma interlocução visando compreender melhor realidades que não reconhecem fronteiras conceituais.

A influência recíproca entre os campos disciplinares é, portanto, um processo que precisa ser consolidado na construção do conhecimento científico. Esta coleção leva em consideração a complexa teia interdisciplinar na qual estão os conceitos, numa reapropriação constante por várias áreas e temáticas.

Nas práticas de aprendizagem, o diálogo entre os campos do saber possibilita a construção de narrativas [illegible] a partir do objeto que está sendo trabalhado, e não a partir de um conceito [illegible] de uma única abordagem. Se a ideia é aprender sobre o que é um Estado nacional, por exemplo, podemos nos apropriar do que a Geografia, a História, a Sociologia, a Ciência Política etc. têm a nos oferecer, de forma a construir uma definição complexa, que extrapola os limites disciplinares tradicionalmente previstos. Isso ocorre por conta da necessidade de compreender o Estado como um fenômeno complexo, construído a partir de configurações territoriais, projetos de poder, formas próprias de estratificação de sociedades, e estudado por autores imbuídos de determinadas visões de mundo e concepções filosóficas. Uma abordagem puramente disciplinar seria, nesse exemplo, buscar uma definição aceita por autores de um desses campos e a tomarmos como a mais "correta". Isso representaria uma abordagem simplificadora da realidade, que encerraria a construção do conhecimento em limites imóveis, enquanto a interdisciplinaridade é dinâmica na formação de cada estudante e pode se relacionar diretamente com suas próprias histórias de vida.

> [...] à intencionalidade que marca a propriedade de estudos dessa natureza encontra-se justamente na possibilidade que encerram de conjugar diversos olhares, de construir uma compreensão multifacetada de aspectos, de

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

> produzir um conhecimento que se situa na encruzilhada de vários saberes, possibilitando uma leitura interdisciplinar das ações educativas. (FAZENDA, 2005, p. 113).

A construção de narrativas interdisciplinares parte do pressuposto de que os objetos de estudo vão muito além das barreiras e limites das diferentes disciplinas. Nesse sentido, a proposta interdisciplinar deve considerar a intenção de desenvolver habilidades que possibilitem compreender a complexidade do processo a ser estudado.

Nesta proposta, a formação do estudante é interdisciplinar, já que coloca em diálogo a organização do conhecimento sem dissolver as fronteiras disciplinares. O método de trabalho também adota um entendimento transdisciplinar da realidade, já que na prática cotidiana da construção do conhecimento é preciso extrapolar os limites entre as disciplinas.

Afinal, é para um mundo complexo que estamos formando os estudantes, que precisarão construir conhecimento em sua vida pessoal, social e profissional, sem que respostas prontas lhes sejam oferecidas. Assim, o tratamento metodológico dos conteúdos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas deve evidenciar:

> [...] a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho. (BRASIL, 2018b, p. 4).

Nos seis volumes desta coleção, você encontrará um tratamento interdisciplinar e integrado das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A abordagem envolve também diálogos com as Ciências da Natureza, pois dimensões culturais e naturais da experiência humana mantêm uma teia complexa de inter-relações, a começar pelo fato de que disciplinas como Biologia ou Química possuem também uma história e são parte das estruturas sociais e de poder das sociedades contemporâneas. A contextualização e a problematização [illegible] é um dos objetivos de uma abordagem interdisciplinar, que diz respeito a todas as áreas do saber.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A questão das fontes e da pesquisa

As abordagens interdisciplinares aproximam as práticas formativas dos estudantes daquelas que têm sido usadas para construir o conhecimento científico. Pode-se dizer o mesmo dos procedimentos de pesquisa, como a problematização, a seleção, a organização e a análise crítica das fontes e a escolha de metodologias de trabalho e de exposição.

Também nesse caso, trata-se de uma demanda de nosso tempo, marcado por novas relações dos indivíduos com as fontes de informação. Hoje, muitas dessas fontes são predominantemente digitais, realidade que facilita o acesso e, ao mesmo tempo, acrescenta outras dificuldades às atividades de pesquisa e de formação. As enciclopédias, por exemplo, que fizeram parte da formação de muitas gerações, são muito menos consultadas pelos jovens do que os mecanismos de busca em ambientes digitais.

Na internet há incontáveis fontes de pesquisa, muitas delas aplicáveis aos objetivos de formação dos estudantes; entretanto, há muitas outras que servem à difusão de desinformação, de reducionismos e de preconceitos. As chamadas *fake news* – informações que distorcem os fatos ou não se fundamentam na realidade empírica, mas cujo discurso é assertivamente construído – são o exemplo clássico do reducionismo e da desinformação diante da complexidade do conhecimento.

Ao mesmo tempo, o caráter extremamente dinâmico da sociedade contemporânea exige uma formação que capacite os indivíduos a formular problemas e a responder a eles, buscando respostas em fontes apropriadas e usando métodos que incluem o diálogo e a construção coletiva de soluções. Assim, para que os estudantes estejam preparados para atuar nessa sociedade, é preciso que sejam capazes de problematizar a própria realidade, desenvolvendo alguns dos procedimentos que constituem a produção do conhecimento científico no mundo contemporâneo. A investigação científica deve ser um dos eixos estruturantes dos itinerários formativos deles. Nos termos das diretrizes curriculares brasileiras, a investigação científica na Educação Básica supõe:

> [...] o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade. (BRASIL, 2018b, p. 7).

No que diz respeito às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o trabalho com fontes inclui tanto a leitura problematizadora e contextualizada de textos quanto os procedimentos de análise de imagens, de abordagem das fontes materiais e imateriais e de estudos de campo. Envolve ainda aprendizados relativos à construção de argumentos e de métodos de exposição. O diálogo com as diversas fontes e métodos deverá, desse modo, capacitar os estudantes para construir seus conhecimentos e elaborar seus argumentos de maneira crítica e consciente, considerando as particularidades de cada fonte, bem como a relação dela com os temas explorados em cada unidade.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

> [...] a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas [...] define habilidades relativas ao domínio de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos.
>
> De posse desses instrumentos, espera-se que os jovens elaborem hipóteses e argumentos com base na seleção e na sistematização de dados, obtidos em fontes confiáveis e sólidas. A elaboração de uma hipótese é um passo importante tanto para a construção do diálogo como para a investigação científica, pois coloca em prática a dúvida sistemática – entendida como questionamento e autoquestionamento, conduta contrária à crença em verdades absolutas. (BRASIL, 2018a, p. 561).

A atitude de pesquisa é, dessa maneira, condição *sine qua non* da aprendizagem. E, ao pesquisar, o estudante sente-se impelido a desenvolver novo comportamento cognitivo, marcado pela busca e pelo levantamento de informações em fontes confiáveis, pelo estabelecimento de relações entre elas, pela contextualização das informações em diferentes teias e redes de conhecimento e pela elaboração de hipóteses conclusivas.

A coleção pauta-se, assim, pelo estudo criterioso das fontes de informação, fundamentado por uma metodologia que comporta o processo de extração de informações, o estabelecimento de vínculos entre elas e sua contextualização.

O estudante e a educação no século XXI

A aprendizagem e a formação integral do estudante

A realidade global do século XXI vem impondo novos desafios aos profissionais da educação. Nesse contexto, o foco na aprendizagem tem se consolidado como base de teorias e diretrizes educacionais em todo o mundo. Trata-se de conceber a educação tendo como pressuposto que o estudante é o sujeito da construção do conhecimento, e esse processo inclui, fundamentalmente, a prática da leitura, entendida aqui num sentido muito mais amplo do que como mera decodificação de um texto.

Com isso, amplia-se o escopo do que os estudantes devem saber – em relação a conhecimentos, habilidades, atitudes e valores – e, principalmente, do que eles devem saber fazer. Afinal, é preciso que o sujeito do século XXI saiba aplicar o aprendizado na resolução dos desafios cada vez mais complexos da vida cotidiana, da prática da cidadania e da atuação em um mundo do trabalho em rápida transformação. São demandas contemporâneas que incidem fundamentalmente nas relações com o outro.

Essa dimensão de percepção, reconhecimento e relação com o outro – a alteridade – deve ser pensada, pelo menos, sob dois aspectos metodológicos. O primeiro se relaciona com a próprima [illegible] al e atitudinal das temáticas propostas, que problematiza a relação co[illegible] de diferentes enfoques. O segundo diz respeito ao desenvolvimento de habilidades que propõem a compreensão da diversidade humana e da pluralidade de culturas, opiniões e significados atribuídos ao mundo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Portanto, as transformações vivenciadas no mundo contemporâneo impõem aos professores a necessidade de trabalhar dimensões da vida dos jovens que não faziam parte das teorias e práticas da educação escolar tradicional. O conceito norteador dessa ampliação dos objetivos da formação escolar, consolidada na legislação e nas diretrizes educacionais brasileiras, é a formação integral.

Em consonância com as novas demandas e diretrizes da educação no Brasil e no mundo, os conteúdos curriculares apresentados nesta coleção estão a serviço do desenvolvimento de competências e habilidades que visam à formação integral dos jovens no que diz respeito não somente à sua capacidade intelectual mas também às dimensões física, social, emocional e cultural deles. Os temas abordados, as metodologias utilizadas e os enfoques propostos priorizam justamente o encontro dos estudantes com diferentes formas de perceber as dinâmicas humanas e os encontros com as diferenças.

Buscar uma formação integral requer do professor um olhar focado na aprendizagem, entendida como desenvolvimento de todas essas dimensões. Para isso, é preciso superar modelos que enfocam o mero processo de aquisição de conceitos, descontextualizados ou não problematizados – por exemplo, a ideia de que existe uma trajetória única e linear que os estudantes devem seguir para atingir determinado saber ou, ainda, as concepções que reduzem o processo de aprendizado a somente uma de suas dimensões. Assim, é preciso romper com a fragmentação das disciplinas para que os conteúdos ganhem sentido por meio do diálogo com as experiências e trajetórias específicas dos estudantes, entendidos como sujeitos do conhecimento escolar.

Aspecto importante dessa formação é a compreensão de que seres humanos são, como afirma Lev Vygotsky, "seres animais que simbolizam", e que, nesse processo, o desenvolvimento de capacidades complexas é instrumento que serve à formação de um ser humano em sua integridade, cujo objetivo é sua autonomia. Trata-se de dotar o estudante de instrumentos de simbolização que permitam ampliar seu universo relacional para a resolução de problemas específicos de cada trajetória de vida.

> A invenção e o uso de signos como meios auxiliares para solucionar um dado problema psicológico (lembrar, comparar coisas, relatar, escolher etc.) é análoga à invenção e uso de instrumentos, só que agora no campo psicológico. O signo age como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho. (VYGOTSKY, 1991, p. 59-60).

Nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a formação integral requer a compreensão de que os processos de simbolização do mundo estão marcados por intencionalidades e relações de poder. A formação crítica e contextualizada no que se refere a fontes e métodos é fundamental para que as competências e habilidades requeridas nessa área sejam cumpridas em cada percurso formativo, a fim de se desvendarem analítica e criticamente tais relações e intencionalidades.

As narrativas curriculares em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O currículo da Educação Básica se transformou radicalmente ao longo do tempo. Os conteúdos que compõem cada disciplina se alteraram e as próprias concepções e expectativas de formação são hoje muito diversas daquelas de gerações anteriores. Não são apenas os desenvolvimentos científicos que causam essas mudanças, já que a epistemologia que sustenta a construção dos currículos está em permanente interação com a sociedade. Portanto, a definição deles sempre envolve relações de poder.

> O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. [...] Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder. As teorias do currículo não estão, nesse sentido, situadas num campo "puramente epistemológico", de competição entre "puras" teorias. As teorias do currículo estão

> ativamente envolvidas na atividade de garantir o consenso, de obter hegemonia. As teorias do currículo estão situadas num campo epistemológico social. As teorias do currículo estão no centro de um território contestado. (SILVA, 2010, p. 15-16).

Por exemplo, os livros didáticos de História do Brasil de um século atrás praticamente nada nos diziam sobre as histórias e as culturas de matrizes indígenas e africanas, assim como os manuais de Filosofia da mesma época nada nos contavam sobre as experiências e visões de mundo de mulheres que produziram esse tipo de conhecimento. Essas e outras mudanças foram, em grande medida, respostas das organizações curriculares às demandas de sociedades nas quais o direito à igualdade e o direito à diferença foram postos como objetivos a serem alcançados.

Assim, a definição do currículo em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas implica uma operação cognitiva centrada na formação da subjetividade dos estudantes. Por isso, o desenvolvimento de comportamentos cognitivos deve apontar em um sentido claro: a formação da democracia por meio do desenvolvimento de cidadãos capazes de operar subjetivamente com o diálogo interdisciplinar e a percepção da diversidade social, respeitando às diferentes manifestações dos outros.

Mas não foi apenas o conteúdo dos currículos que mudou. Também foram profundas as transformações nos sentidos e nas relações que o currículo estabelece com os processos de aprendizagem. Não se trata mais de oferecer listas intermináveis de conceitos ou informações que deveriam ser memorizadas e assumidas integralmente como verdade pelos estudantes.

A nova organização do Ensino Médio no Brasil estabelece que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências e habilidades que devem ser disponibilizadas a todos os estudantes. Nesse modelo, as competências e habilidades são comuns a todos, enquanto os currículos são variados, já que dialogam com as exigências da diversidade tanto regional e local como cultural e econômica dos estudantes.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Além de competências gerais, a BNCC define aquelas de cada componente curricular. Contudo, elas devem ser abordadas de uma perspectiva interdisciplinar e focada na aprendizagem.

> Essa nova estrutura do Ensino Médio, além de ratificar a organização por áreas do conhecimento – sem desconsiderar, mas também sem fazer referência direta a todos os componentes que compunham o currículo dessa etapa –, prevê a oferta de variados itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional. Essa estrutura adota a **flexibilidade** como princípio de **organização curricular**, o que permite a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do **protagonismo juvenil** e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida. (BRASIL, 2018a, p. 468).

Assim, o currículo não é entendido como um conjunto de conteúdos a serem transmitidos em um percurso linear e unilateral dos professores aos estudantes. Esse modo de pensar está ligado a formas tradicionais de ensino, que não abarcam a diversidade das trajetórias dos estudantes na construção do conhecimento. A concepção curricular proposta aqui parte de determinadas abordagens espaçotemporais e socioculturais e privilegia a compreensão da complexidade dos fenômenos humanos.

Os volumes desta coleção são organizados de modo a possibilitar que a construção do currículo não se encerre no conteúdo da obra. Ela prossegue nas práticas dos professores e dos estudantes, sujeitos desse processo, pois tomam decisões na definição de suas narrativas curriculares.



Sergio Pedreira/Pulsar Imagens

Estudantes e professora interagem em aula de escola pública. Salvador (BA), 2018.

> [...] BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. (BRASIL, 2018a, p. 16).

A contextualização dos conteúdos em tramas de reflexão temática, bem como a decisão por abordagens interdisciplinares que priorizem um alcance maior dos conceitos em seu diálogo com os processos estudados, constituem-se em um eixo paradigmático adotado em toda a coleção e que se funda na necessidade de engajar os estudantes na aprendizagem da complexidade da vida humana.

O diálogo com a contemporaneidade

As rápidas transformações que caracterizam a sociedade contemporânea não devem nos fazer perder a capacidade de imaginar outros tempos, outras formas de produção e organização do conhecimento, bem como outras possibilidades de vivência social e individual. Essa é a condição fundamental para que possamos dialogar com temporalidades distintas. Em especial, para os jovens que já cresceram integrados à cultura digital, outros tempos podem ser difíceis de conceber sem uma atitude deliberada de busca pelo conhecimento – busca essa que deve ser estimulada nos processos de aprendizagem.

O diálogo de temporalidades está entre as capacidades exigidas dos jovens pela sociedade contemporânea. Para que um diálogo se estabeleça, é preciso que o outro seja reconhecível, problema que se coloca tanto para as temporalidades quanto para os limites dos espaços, das culturas e das sociedades. A busca pelo diálogo é uma busca para compreender o outro que se encontra para além de alguma(s) dessas fronteiras.

A periodização, instrumento de delimitação das rupturas e continuidades no tempo, é um dos instrumentos que servem a esse propósito.

> A importância essencial da periodização deve-se ao fato de que ela aborda, na própria cronologia, o problema central da temporalidade moderna. Desde que o tempo é portador de novidades e surpresas, a questão consiste em articular a variável com o que subsiste. O problema continuidade e/ou ruptura é tão debatido simplesmente por ser consubstancial à nossa concepção do tempo; a periodização permite pensar, a um só tempo, a continuidade e a ruptura. Ela começa por afetar um desses aspectos e, em momentos diferentes, o outro: continuidade no interior dos períodos e ruptura entre eles. (PROST, 2012, p. 107).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Ao sermos capazes de imaginar contextualmente um outro tempo, reconhecemos melhor o nosso próprio. E para concebê-lo é importante nos apropriarmos de categorias conceituais interdisciplinares que permitam o entendimento de como os seres humanos, em épocas distintas, produziam paisagens, organizavam-se socialmente e criavam visões de mundo e de poder específicas. No entanto, o diálogo entre temporalidades tem um sentido de aprendizagem do "espaço de experiência" que informa os "horizontes de expectativas" dos estudantes.

Aprender as temporalidades que nos constituem nos capacita a elaborar esperanças, medos, desejos, vontades, inquietudes, cálculos racionais e tudo que compõe o que esperamos para o futuro.

Assim, cruzar temporalidades tem um sentido não apenas historiográfico, de compreensão das sociedades no tempo, mas também envolve aprendizados relativos à formação do sujeito num mundo em que as expectativas são alimentadas em sentidos muito diversos. Desse modo, uma formação que leve em conta o projeto de vida dos estudantes deve capacitá-los a elaborar as próprias experiências e expectativas com maior autonomia.

Proposição didático-pedagógica

Investigação provocativa: problematização como ponto de partida

O ponto de partida do diálogo com outras temporalidades é o presente, momento no qual nos indagamos sobre o futuro e o passado. Problematizar é desnaturalizar o olhar. Trata-se de um ato de conhecimento que envolve as estruturas cognitivas e emocionais do indivíduo e que serve de fundamento ao espírito científico, que permite ir além da opinião.

> O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído. (BACHELARD, 1996, p. 18).

A problematização é condição para a aprendizagem nas diversas áreas do saber que compõem o currículo escolar e uma das etapas necessárias da pesquisa. No que diz respeito às competências e habilidades da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a problematização é o procedimento que permite a desnaturalização, ou seja, a percepção de que as dimensões culturais e sociais do ser humano estão atuando na realidade. Ao problematizar, ativamos nossas hipóteses cognitivas, desconfiamos de juízos preestabelecidos, ativamos nossa curiosidade em busca do que não é perceptível a olho nu.

Trata-se de um ato de grande importância, já que permite, entre outros processos cognitivos, reconhecer desigualdades e preconceitos que, por serem profundamente enraizados, podemos não perceber. Além disso, permite identificar formas de intolerância e discriminação que se sustentam sobre esses preconceitos, muitas vezes "invisíveis" para quem não os [illegible] dimensão da problematização se relaciona à reflexão ética e à construção de noções de justiça. Quem questiona e investiga está optando por não se contentar com a própria opinião preconcebida e, portanto, com seus preconceitos, superando-os em busca de olhares emancipatórios e eticamente responsáveis.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em cada unidade destes volumes, a problematização do tempo presente é o ponto de partida, mesmo quando o conteúdo se situa em outros tempos. Ao final de cada unidade, o presente também será questionado. A proposta é a de formar um olhar capaz de problematizar. Assim, os estudantes produzirão um ato de conhecimento sobre o "humano" que dialoga com outros tempos e espaços, com o objetivo de desnaturalizar o presente.

Para isso, é preciso "provocar a consciência", nos termos da BNCC:

> [...] para garantir as aprendizagens essenciais definidas para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, é imprescindível que os jovens aprendam a provocar suas consciências para a descoberta da transitoriedade do conhecimento, para a crítica e para a busca constante da ética em toda ação social. (BRASIL, 2018a, p. 569).

O pensamento computacional

Ao longo das últimas décadas, incorporaram-se ao cotidiano das pessoas os instrumentos tecnológicos que possibilitam o uso do processamento de informações na resolução de problemas. Esses processos alteraram profundamente a forma pela qual vivemos os desafios cotidianos, bem como a maneira de olhar a própria dinâmica do dia a dia: algoritmos, sistemas, bases de dados, inteligência artificial, entre outros. Não são problemas que dizem respeito apenas aos matemáticos e programadores, já que interferem em nossas relações interpessoais, no trabalho, no consumo e no modo de construirmos conhecimento.

> A preocupação com os impactos dessas transformações na sociedade está expressa na BNCC e se explicita já nas competências gerais para a Educação Básica. Diferentes dimensões que caracterizam a computação e as tecnologias digitais são tematizadas, tanto no que diz respeito a conhecimentos e habilidades quanto a atitudes e valores. (BRASIL, 2018a, p. 474).

Diretamente vinculado ao mundo e à cultura digital, mas não necessariamente restrito a eles, o pensamento computacional é uma das dimensões importantes para a implementação de competências e habilidades previstas no currículo escolar. Ainda segundo a BNCC (BRASIL, 2018a, p. 475), o pensamento computacional envolve "[...] capacidades de compreender, analisar, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções, de forma metódica e sistemática, por meio do desenvolvimento de algoritmos".

A busca para a solução de problemas recorrendo à interação entre seres humanos e máquinas possibilita, assim, desenvolver as potencialidades do espírito de investigação e da criatividade. Mais do que um instrumento para a pesquisa, trata-se do:

> [...] processo de reconhecer aspectos da computação no mundo que nos rodeia e aplicar ferramentas e técnicas para entender e raciocinar sobre sistemas e processos naturais, sociais e artificiais. Na escola, o pensamento computacional permite que os alunos resolvam problemas, os dividam e criem algoritmos para solucioná-los. (ANDRÉ, 2018, p. 96).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O pensamento computacional é importante também no que diz respeito à formação dos estudantes para o dinamismo e a imprevisibilidade das condições de integração no mercado de trabalho, bem como na análise e intervenção nas diversas situações e circunstâncias cada vez mais imprevisíveis da vida cotidiana. Pouco sabemos hoje como serão as profissões daqui a algumas décadas, tamanho o impacto das novas tecnologias.

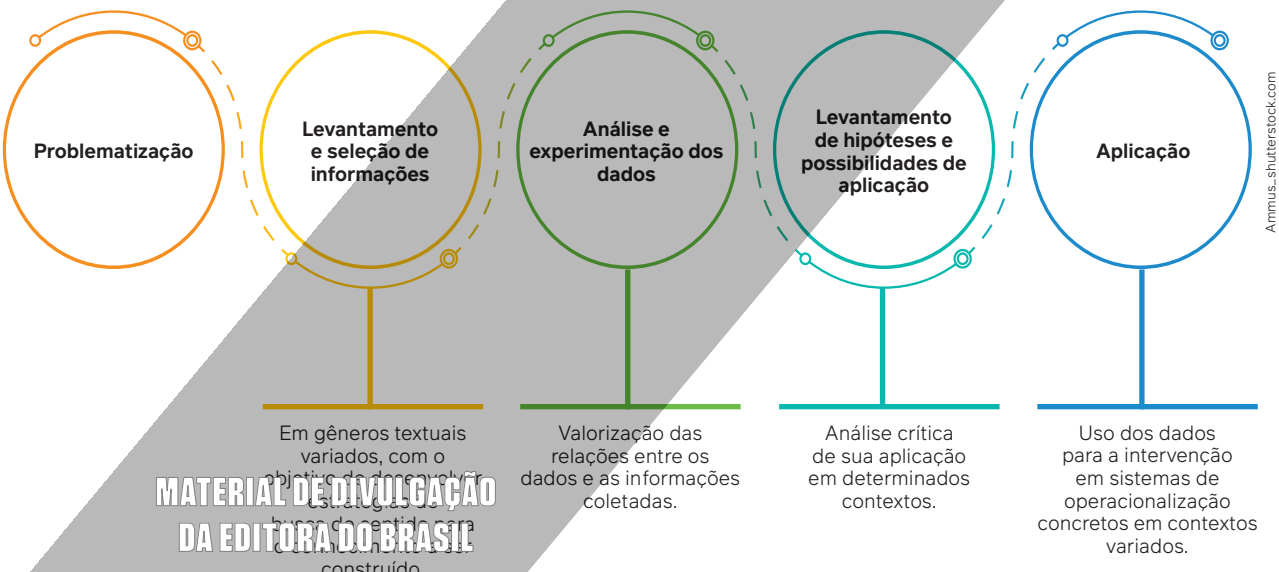
> É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos. Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais. (BRASIL, 2018a, p. 473).

Para cumprir esses objetivos de aprendizagem, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem desenvolver capacidades no sentido de formar pessoas para agirem sob a influência da computação. Não se trata de esperar dos professores da área que ensinem aos estudantes como desenvolver sistemas. O objetivo é formá-los para um mundo no qual é preciso

dialogar criticamente com os muitos sistemas computacionais com os quais interagimos constantemente, bem como com as dinâmicas de leitura, produção e circulação de informações decorrentes dessa interação.

> Segundo Dorling, Selby e Woollard (2015), o pensamento computacional deve servir à formação de pessoas para que possam participar e usufruir das oportunidades, das responsabilidades e dos desafios inerentes a uma sociedade na qual a influência da computação se faz cada vez mais presente. É preciso, portanto, que os cidadãos sejam capazes de criar artefatos a partir de análises bem fundamentadas, participar das decisões que afetem suas vidas, organizando um conjunto de valores mediado na consciência da importância de seu próprio aperfeiçoamento e no aprimoramento das relações sociais. (ANDRÉ, 2018, p. 97).

Assim, o pensamento computacional é desenvolvido do ponto de vista metodológico mediante estratégias envolvendo uma série de processos cognitivos que promovam as seguintes ações:



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

É preciso também considerar a existência de estudantes com perfis muito diversos quanto à relação com as novas tecnologias e o pensamento computacional. Para muitos jovens, o entendimento da linguagem dos algoritmos e dos sistemas é como o aprendizado de uma língua materna. Para outros, esse universo é praticamente inacessível para além de suas manifestações mais aparentes, sendo tão incompreensível quanto um idioma estrangeiro. Por exemplo, entre aqueles extremamente familiarizados com esse universo, é preciso problematizá-lo para, assim, provocar o estudante a pensar para além de uma linguagem que, em seu cotidiano, aparece como natural. Já no que diz respeito aos que veem os sistemas computacionais como um universo estranho, é preciso provocar questionamentos que possibilitem desfazer os mistérios que cercam essas tecnologias. Entre esses extremos, há muitas situações possíveis, e os professores precisam estar prontos para lidar com a diversidade, pois todos os perfis demandam o desenvolvimento de capacidades peculiares.

Leitura, produção de texto e o paradigma da intertextualidade nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Assim como os algoritmos não dizem respeito apenas às preocupações curriculares da Matemática, leitura e produção de texto não devem ser a preocupação somente de professores da área de Linguagens. A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é rica em possibilidades para o desenvolvimento de capacidades relacionadas à leitura e à produção de textos, em diferentes linguagens e gêneros.

É papel da educação escolar, em todas as suas áreas, criar condições para que os estudantes desenvolvam interações com os textos, entendidos como unidades de significado cognitivo, na condição de leitores e de autores. Para formar leitores e autores autônomos, é preciso que os professores se coloquem como mediadores, sem fixar significados prontos, mas promovendo a construção do conhecimento.

Para que os estudantes desenvolvam um processo de leitura, é preciso atentar para os perigos de considerar a leitura do educador como único processo possível e plausível. Nesse sentido, a professora Eni Orlandi (1987, p. 212) faz uma ponderação:

> A relação de interação (leitor/texto/autor) estabelecida na escola, tem como mediador o professor. Uma vez que, segundo a ideologia escolar, o professor é que tem a leitura que se deve fazer (a boa leitura, a legítima), essa relação, além de ser, na maioria das vezes, heterogênea, é, necessariamente, assimétrica: o saber do professor e seus objetivos é dominante em relação ao saber e os objetivos do aluno.

É preciso planejar atividades de leitura que permitam ao estudante não apenas obter informações sobre os temas tratados mas estabelecer vínculos entre essas informações e o contexto de discussão e debate em que os textos se inserem. Nesse sentido, a leitura do texto possibilita que os estudantes se tornem sujeitos do próprio conhecimento. A autonomia deles não significa, no entanto, que a função do professor seja secundária, pelo contrário.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

> [...] a categoria de mediador não é transparente. Ao contrário, o mediador tem uma função decisiva na constituição das relações de poder. Ser mediador, no domínio do discurso, é fixar sentidos, é organizar as relações e disciplinar os conflitos. Além disso, essa reflexão também nos indica que o ato de nomear tem implicações ideológicas decisivas. (ORLANDI, 1987, p. 275).

Portanto, possibilitar a construção de leitores e autores que se relacionem com textos de maneira autônoma é objetivo a ser buscado na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A formação do estudante como leitor e produtor de textos envolve também a compreensão das linguagens, antigas e novas, que vão além da linguagem escrita.

> As práticas de leitura e produção de textos que são construídos a partir de diferentes linguagens ou semioses são consideradas práticas de multiletramentos, na medida em que exigem letramentos em diversas linguagens, como as visuais, as sonoras, as verbais e as corporais. Já os novos letramentos remetem a um conjunto de práticas específicas da mídia digital que operam a partir de uma nova mentalidade, regida por uma ética diferente. (BRASIL, 2018a, p. 487).

Por fim, uma leitura e produção de textos autônoma requer aprendizados relativos à intertextualidade, que são desenvolvidos na área de Linguagens desde o Ensino Fundamental. Intertextualidade se refere às relações que diferentes textos estabelecem entre si. Assim, a formação para uma leitura intertextual significa desenvolver a capacidade de manejar citações e paráfrases, interpretar e criar diferentes estilos e vozes em um texto etc.

A capacidade de autonomia como leitor e produtor de textos está relacionada à intertextualidade. Quanto mais os estudantes são capazes de perceber que textos levam a outros textos, que dialogam entre si e que autores e leitores compartilham uma história social e cultural comum, mais eles podem explorar livremente as possibilidades da linguagem textual.

O papel das metodologias ativas

A educação escolar hoje se orienta para a promoção de aprendizados de competências e habilidades que servem à vida do estudante em sentido integral. Teoria e prática devem ser constantemente relacionadas durante todo o processo formativo deles para que essa orientação resulte em transformação real de suas condições de autonomia.

Assim, desde as realidades locais até os grandes temas globais podem ser objetos de aprendizado que promovem o diálogo entre conteúdos curriculares e demandas pessoais e sociais do estudante, provocadas ou não pelos educadores.

As metodologias ativas são uma alternativa ao modelo tradicional de ensino e se propõem a colocar educadores e educandos em parceria na execução de atividades por percursos distintos que levam a diferentes formas de construção do conhecimento. Além disso, elas desenvolvem o protagonismo dos estudantes, ampliando suas possibilidades de leitura crítica do mundo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Para tanto, é preciso ter em mente o caráter complexo e interdisciplinar do conhecimento, bem como o lugar da problematização como fundamento do espírito científico e de uma relação ética com o conhecimento e o mundo. Acolher questionamentos e provocá-los são parte importante do ofício do professor no contexto contemporâneo.

A indissociação entre teoria e prática e entre o saber e o fazer é característica de um conhecimento comprometido com uma formação para a vida. Isso pode ocorrer em diferentes escalas, desde as problematizações com base no contexto local – a escola, o bairro, a comunidade etc. – até aquelas com uma dimensão global. O papel dos professores é essencial nesse processo, inclusive naquilo que diz respeito ao currículo.

Cada pessoa é um universo de saberes, afetos, experiências e expectativas. Tornar-se capaz de buscar conhecimento autonomamente e de maneira complexa é crucial para que o diálogo entre elas se estabeleça. Assim, cabe ao professor acolher e provocar questionamentos de forma a construir com os estudantes o currículo que se adéqua ao projeto de vida de cada um.

O PAPEL DO PROFESSOR E O TRABALHO PEDAGÓGICO EM DIFERENTES CONTEXTOS

O lugar do professor na educação contemporânea não é mais o de se colocar como o portador do conteúdo a ser transmitido aos estudantes nem o de conduzi-los a uma compreensão preestabelecida do conhecimento humano. A formação do professor deve, portanto, estabelecer diálogo com a complexidade cognitiva em que cada um de nós – como seres humanos e cidadãos – está inserido.

Assim, educar para a autonomia é assumir um papel de mediação do diálogo entre os estudantes e a bagagem intelectual que os precede, tendo em vista o desenvolvimento de suas aprendizagens. Essas aprendizagens não se fazem apenas e tão somente pela sistematização de conceitos previamente dispostos em fontes de referências específicas mas numa abordagem que priorize uma concepção de currículo que pressuponha o diálogo de cada estudante – pensado como autor do próprio conhecimento – com essas mesmas fontes de referência.

Nesta coleção, cada unidade é iniciada por uma problematização desencadeadora de questionamentos e reflexões que serão amplamente discutidos e contemplados. Logo a seguir, três perguntas norteadoras visam, justamente, que o educador possa investigar as hipóteses cognitivas dos estudantes sobre o tema proposto. Assim, as problematizações podem se constituir como verdadeiras fontes de pesquisa para os educadores contextualizarem os assuntos que serão trabalhados partindo dos lugares de fala dos estudantes.

Na concepção desta coleção, o currículo não é um conjunto fechado de conhecimentos a serem transmitidos, mas uma construção dialógica que se estende ao trabalho do professor e aos próprios processos de construção do conhecimento elaborados pelos estudantes. Ao longo das unidades e percursos, é possível perceber claramente que a linguagem adotada – rigorosa conceitual e metodologicamente, e clara do ponto de vista de sua compreensibilidade – permite aos jovens estabelecer diferentes diálogos com os problemas e os contextos apresentados para sua reflexão científica interdisciplinar.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Assim, "diálogo" pode ser definido, de um ponto de vista da linguagem, como fundamento da comunicação verbal com o outro:

> O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. [...] Ora, a relação que se estabelece entre as réplicas do diálogo — relações de pergunta-resposta, asserção-objeção, afirmação-consentimento, oferecimento-aceitação, ordem-execução, etc. — é impossível entre as unidades da língua (entre as palavras e as orações) [...]. Esta relação só é possível entre enunciados provenientes de diferentes sujeitos falantes. Pressupõe o outro (em relação ao locutor) membro da comunicação verbal.
> [...]
> O locutor não é um Adão, e por isso o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores

> imediatos (numa conversa ou numa discussão acerca de qualquer acontecimento da vida cotidiana) ou então as visões do mundo, as tendências, as teorias, etc. (na esfera da comunicação cultural). A visão do mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião tem sempre sua expressão verbal. É isso que constitui o discurso do outro (de uma forma pessoal ou impessoal), e esse discurso não pode deixar de repercutir no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para o discurso do outro acerca desse objeto. (BAKHTIN, 1997, p. 294-295 e 320-321).

Ao dialogarmos, construímos argumentos que se apoiam no que já foi enunciado pelos outros. Assim, não somente nos posicionamos a respeito dos conteúdos abordados nas falas mas também de suas intencionalidades e propostas de intervenção na realidade concreta. Desse modo, o protagonismo juvenil não é algo que deva ser encontrado apenas nos temas ou no desenvolvimento da linguagem educacional. Ele deve ser exercido também metodologicamente, por meio do desenvolvimento de habilidades de análise relacional de argumentos e de posturas atitudinais de escuta, reflexão e proposição ética da dúvida e da discordância.

Esse fundamento da comunicação é também epistemológico, já que o questionamento e o estabelecimento do diálogo estão na base da construção do conhecimento, seja na Filosofia, nas Ciências, nas Artes ou nas práticas da educação escolar. Em relação à formação científica nas escolas, Bachelard (1996, p. 300) afirma que:

> [...] para que a ciência objetiva seja plenamente educadora, é preciso que seu ensino seja socialmente ativo. É um alto desprezo pela instrução o ato de instaurar, sem recíproca, a inflexível relação professor-aluno. [...] Nas disciplinas científicas principalmente, esse tipo de instrução cristaliza no dogmatismo o conhecimento que deveria ser um impulso para a descoberta. Além disso, não propicia a experiência psicológica do erro humano.

O papel do professor é, portanto, o de mediador de diálogos que fazem do conhecimento um processo sempre inacabado de construção. Trata-se de um papel ativo, tanto na fala como na escuta, tanto na problematização como no acolhimento de argumentos e problematizações.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nesta coleção, o trabalho com o diálogo é buscado tanto da perspectiva epistemológica como da perspectiva metodológica e ética. Isso se evidencia em vários momentos específicos, dentre os quais se destacam:

- a valorização de diferentes perspectivas ou pontos de vista, expressos por atores e protagonistas diversos, individuais e sociais, em sua relação com o tema trabalhado;
- o enfoque interdisciplinar, que possibilita ao estudante construir argumentos recorrendo a conceitos procedentes de diferentes áreas do conhecimento e que encontram na argumentação um lugar propício para sua formulação complexa;
- a valorização das problematizações, das inferências e das vivências de pesquisa que favorecem diferentes posturas de diálogo entre os indivíduos, e destes com o mundo à sua volta.

Uma vez definida a necessidade de construção de uma teia cognitiva complexa, interdisciplinar e que estabeleça diálogos entre os mais diferentes sujeitos histórico-sociais, importa agora indicar ações concretas que os professores poderão adotar ao trabalhar com estes volumes.

Ações concretas para a intervenção pedagógica

Processo de argumentação e diálogo

A abertura ao diálogo parte da problematização da realidade e envolve, em papéis diferentes, professores e estudantes. Aqui ela é entendida como a capacidade que o indivíduo tem de se sentir mobilizado a estabelecer dúvidas ou questionamentos acerca dos impactos que determinado tema pode ter na sociedade ou em sua própria vida.

Cada unidade desta coleção é precedida por uma **problematização**, que pode ser o ponto de partida para diferentes questionamentos sobre determinado tema. O objetivo central da problematização inicial é pôr em prática a dúvida sistemática, que abre caminho aos jovens para questionar o mundo e a si próprios, superando, assim, o apego a crenças absolutas e a argumentos preconcebidos. Além disso, elas servem para estimular a interação com diferentes pontos de vista e a escuta ativa deles, incluindo a [illegible] relação ao tema trabalhado.

A metodologia da problematização é uma alternativa inovadora, que visa a um ensino que ultrapasse a abordagem tradicional e que inspire e estimule, nos educandos e educadores, uma postura investigativa.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Portanto, a problematização possibilita, do ponto de vista metodológico:

- questionar conhecimentos antes considerados inquestionáveis;
- gerar o "estranhamento" necessário à investigação e à exploração científica;
- conhecer diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema, ampliando o repertório de dúvidas, os questionamentos ou as visões a respeito dele;
- valorizar as experiências dos estudantes, que são estimulados a assumir o protagonismo de seu processo de aprendizagem;
- oferecer condições para que os estudantes possam inferir conhecimentos de forma contextualizada e autoral.

Os desafios para transformar as problematizações em diálogo fértil à produção de conhecimento são inúmeros. Em uma turma, encontramos pessoas que se diferenciam quanto aos conhecimentos específicos que têm, quanto às habilidades, às atitudes e aos valores, inclusive no que diz respeito à relação com professores, com a escola e com os demais estudantes. Nesse contexto, compreender a diversidade das trajetórias, segundo as quais os estudantes produzem suas inferências, é essencial para a ação pedagógica.

Inferência

Trata-se da operação cognitiva por meio da qual a pessoa produz novas proposições, tendo por base outras que foram colocadas diante dela. Sendo cada indivíduo singular em suas vivências e nos significados que atribuem a elas ao longo da vida, a inferência é uma operação que ocorre de maneira diversa.

Por exemplo, ao tratar de questões relacionadas à cultura estrangeira, as inferências podem variar muito dependendo do tipo de contato que o estudante já teve com essa cultura. Alguém que nunca ouviu falar na existência de um país vai construir seu conhecimento a respeito dele de maneira muito diversa de outra pessoa que já o visitou ou mesmo que nasceu nele. Ou, ainda, alguém que apenas teve contato com abordagens

preconceituosas a respeito de determinada cultura partirá de uma série de pressupostos e visões discriminatórias. Diante de tamanha diversidade de situações, o papel do professor será o de mediar um diálogo que permita que os estudantes formem, cada qual segundo seu percurso peculiar, as capacidades que permitem compreender aquela cultura. Sua intervenção deverá atender a demandas diversas, que só serão identificáveis mediante o estabelecimento de diálogos.

Portanto, para que as operações cognitivas de cada estudante possam se encaminhar para o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, você não deve tratar os estudantes de forma homogênea. Assim, as diferentes etapas de cada percurso – perguntas desencadeadoras, problematização inicial, sistematização conceitual, atividades de leitura textual – permitirão aos jovens ampliar seus repertórios de forma individualizada, favorecendo não apenas a construção personalizada de cada conhecimento mas a formação de um repertório coletivo de informações, relações e análises, que irão contribuir para o aprofundamento de processos inferenciais.

A trajetória dos indivíduos é singular e suas inferências irão gerar caminhos totalmente inesperados da perspectiva do professor. Nesse sentido, a coleção sugere algumas abordagens para estimular nos estudantes a construção de processos inferenciais.

- Abordagem contextualizada da sistematização de conceitos prevista ao longo dos percursos, valorizando exemplos práticos e estímulos para que o estudante pesquise sua realidade específica.
- Valorização do diálogo interdisciplinar na construção dos conceitos para a abordagem de um tema, permitindo ao estudante uma compreensão mais ampla e menos fragmentada dos conteúdos.
- Inclusão de questões de leitura e interpretação textual que se vinculam ao posicionamento do estudante em relação aos diferentes gêneros textuais.
- Processos inferenciais que ocorrem de maneira gradual e são pautados pela busca de informações, pelo estabelecimento de relações entre elas e pela análise contextualizada de dados.

Portanto, você deve levar em conta as especificidades da construção individualizada do conhecimento e, ao mesmo tempo, priorizar os desafios das transformações – etárias, psíquicas, culturais, socioeconômicas – que os estudantes vivenciam em seus contextos concretos.

Da mesma forma, para estabelecer diálogos é preciso que você esteja sempre aberto a compreender as **culturas juvenis**, que são plurais e complexas, de maneira a não formar sobre elas uma visão preconcebida e simplificadora.

Culturas juvenis

As culturas juvenis são abordadas nesta coleção por meio da valorização dos interesses dos jovens e das linguagens com que eles se relacionam com o mundo:

- enfrentando os desafios da vida em sociedade, que se traduzem em temáticas de amplo alcance, como meio ambiente, direitos humanos e discriminação;
- construindo linguagens próprias de expressão pautadas pelo diálogo e pela inserção em universos socioculturais diversos;
- propondo alternativas de superação dos problemas apontados pelos próprios estudantes, com base nas temáticas abordadas.

É preciso ter em mente que a origem das proposições por meio das quais os jovens constroem suas inferências está, muitas vezes, nas culturas juvenis. Abrir-se ao

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

diálogo com elas significa, portanto, multiplicar os caminhos possíveis para o estabelecimento de diálogos pedagógicos. Assim, o acolhimento de inquietações e problematizações advindas das vivências e dos projetos de vida dos estudantes pode servir de base para a busca de conhecimento.

O trabalho com a coleção permitirá que você organize a prática do diálogo de forma acolhedora e com caráter construtivo, focado nas competências e habilidades a serem desenvolvidas. Permitirá ainda o desenvolvimento de valores de promoção da resolução não violenta de conflitos, de respeito à pluralidade de pontos de vista e de combate às diversas formas de discriminação.

Na prática, tanto as problematizações que abrem cada unidade do livro quanto as diferentes oportunidades de discussão e debate temáticos propostas ao longo dos percursos e das unidades podem motivar a formulação de outras questões, advindas do diálogo proporcionado pelo papel mediador do professor e pelo estímulo ao protagonismo dos estudantes em seu processo de aprendizagem.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Mediação

O exercício do papel mediador do professor em relação às aprendizagens protagonizadas pelos estudantes também encontra fundamento na organização curricular proposta para a coleção, seguindo princípios de caráter epistemológico e metodológico.

- Organização de cada volume priorizando uma temática geral diretamente ligada aos desafios vividos pelos seres humanos nos processos de construção das sociedades, aos sentidos interdisciplinares do processo de construção do conhecimento e às vivências cotidianas dos estudantes.
- Liberdade de organização das rotinas de aprendizagem, marcadas pela constante interação dos estudantes e professores com os temas propostos em cada percurso e em cada unidade. Assim, os temas podem ser trabalhados de forma não linear e em diálogo com outras unidades do mesmo volume ou outros volumes da mesma coleção.
- Valorização das diferentes competências e habilidades previstas na BNCC, não apenas nas atividades propostas ao longo e ao final de cada percurso mas no desenvolvimento dos próprios percursos formativos de cada unidade.

Na prática, a aplicação desses princípios organizadores da coleção significa que as mesmas competências e habilidades podem ser trabalhadas e retrabalhadas em momentos diferentes. Dessa forma, você tem a possibilidade metodológica de desenvolver algumas competências e habilidades num determinado momento, para retomá-las depois, ao abordar outros temas. Assim, as mesmas competências e habilidades retornam numa outra perspectiva e se constituem mais uma oportunidade de diálogo transversal e interdisciplinar proposto pela coleção.

Com base nas problematizações e no estabelecimento das próprias narrativas curriculares, você poderá instigar os estudantes a pesquisar, elaborar hipóteses, argumentar e propor novas questões.

As habilidades de leitura são especialmente importantes nessa construção e devem ser uma preocupação permanente dos professores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Incentivar os estudantes a estabelecer relações, percebendo as referências intertextuais e as construções argumentativas

dos diferentes textos trabalhados, é uma forma de desenvolver essas habilidades.

Por fim, para que os procedimentos de pesquisa, leitura crítica de fontes e construção de argumentos se tornem parte da vida dos estudantes, é preciso que eles sejam reiterados na abordagem dos mais diversos temas, de maneira a serem percebidos com crescente complexidade.

A prática docente e o conteúdo interdisciplinar

A interdisciplinaridade é a base na qual se estrutura essa obra. História, Geografia, Sociologia e Filosofia não aparecem aqui como campos separados, que cumprem cada qual uma trajetória particular de formação. Pelo contrário, a coleção combina a diversidade de abordagens e estabelece diálogos entre os componentes curriculares pertencentes à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Do ponto de vista da prática docente, a interdisciplinaridade envolve um compromisso ético do educador em romper com a fragmentação cognitiva que, muitas vezes, ainda é presente na associação de um conceito ou abordagem temática com uma única disciplina. Trata-se de uma nova maneira de conceber o conhecimento, na qual o trabalho docente, pensado numa perspectiva interdisciplinar, é concebido em rede. Conforme alerta a professora Angela Kleiman (1999, p. 47):

> [...] a metáfora da rede em construção ajuda-nos a expressar a ideia central de nossa proposta: que a cognição é o resultado de um processo mental e dinâmico e ativo que se desenvolve por meio de conexões entre pessoas, objetos, conceitos, preconceitos, intuições, enfim, uma rede de associações, e que o aprendiz é sujeito ativo engajado na construção de sua própria rede de conhecimentos. A função mais importante do professor é a de facilitador dessa construção.

O objetivo do trabalho da coleção em tecer redes interdisciplinares implica estimular os estudantes a desenvolver as competências gerais, as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as respectivas habilidades que a BNCC define para os três anos do Ensino Médio. Assim, outro princípio epistemológico proposto por Kleiman, e que está presente na coleção, é a interconexão entre temáticas, conceitos e habilidades.

O currículo interdisciplinar não implica dissolução das especificidades de cada componente curricular. Os conceitos, os métodos e os problemas que cada um aborda com mais profundidade são apresentados de maneira contextualizada e integrada. Parte-se da concepção de que o conhecimento humano é construído de maneira complexa, o que exige uma postura de humildade cognitiva. Oferecer uma resposta fechada e simples sobre o que é uma sociedade, uma cultura ou um Estado seria como fechar as portas a novas experiências no campo da cognição.

A adoção de uma abordagem interdisciplinar pode envolver dificuldades específicas, já que tradicionalmente a formação escolar e universitária do professor possui um caráter marcadamente disciplinar.

Um desafio que se coloca é o de oferecer um tratamento contextualizado dos conceitos, que marca uma inovação de ordem epistemológica, pois envolve uma construção por meio de múltiplas abordagens. Por exemplo, não se trata mais de discutir algo como a "cultura" partindo de uma definição "correta", fundamentada em alguma das concepções produzidas pelas disciplinas acadêmicas. O objetivo é construir uma compreensão do que seja "cultura" por meio de diálogos que se estendem pelos três anos do

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Ensino Médio, nos quais o conceito será objeto frequente de questionamento. Afinal, "cultura" diz respeito à realidade local dos estudantes e ao mundo digital com o qual eles se relacionam, mas também é intrínseca à discussão sobre as civilizações antigas, sobre a colonização europeia da América ou sobre os problemas ambientais da sociedade contemporânea.

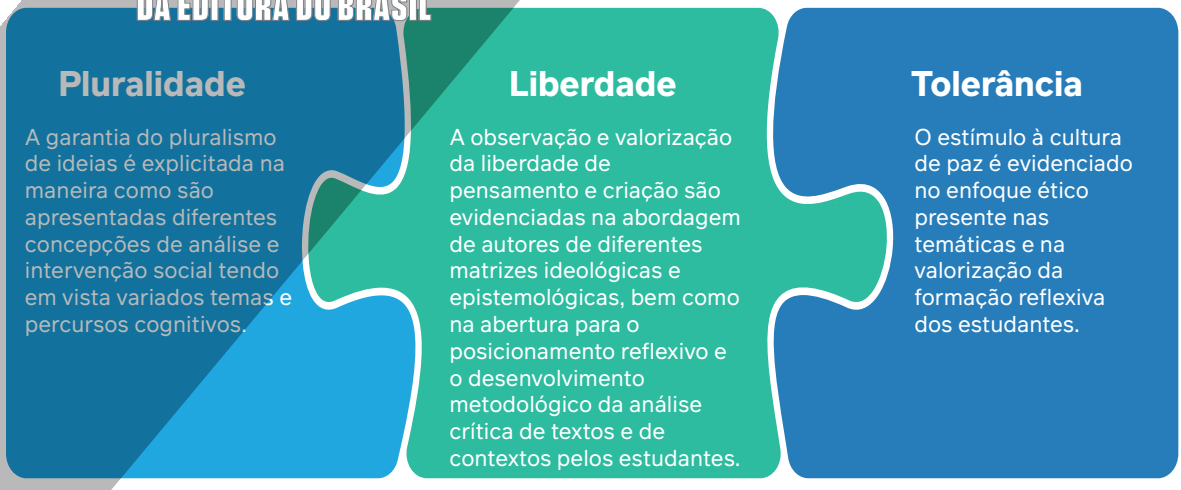
A interdisciplinaridade também coloca o desafio de situar os conceitos fundamentais das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no contexto local dos estudantes. Ao organizar os conteúdos de maneira dialógica e problematizadora, a abordagem traz para a prática docente a necessidade de propiciar diálogos, o que significa que você deve levar em conta o universo pelo qual os jovens constroem suas proposições. Por tudo isso, existe a preocupação em garantir a presença de atividades, ao longo dos percursos, que envolvam a exploração conceitual com base no universo de referências presentes na realidade dos jovens.

Nessa mesma perspectiva, o olhar interdisciplinar das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas envolve a preocupação com todas as questões que dizem respeito à produção, manutenção e preservação da qualidade de vida dos estudantes. Afinal, a aprendizagem das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas também deve partir de um pressuposto ético fundamental garantindo a valorização da dignidade humana.

Saúde mental e escola

A educação escolar é um direito que, para ser efetivo, requer a efetivação de outros direitos relacionados diretamente à defesa da vida juvenil contra tudo aquilo que pode ameaçá-la em sua integridade socioeconômica, física ou psicológica. No âmbito da atuação dos professores do Ensino Médio, a promoção do pleno desenvolvimento da pessoa passa pela garantia dos direitos humanos e da proteção à infância e à adolescência. Sem isso, nem o preparo para a cidadania nem a capacitação para o mercado de trabalho são possíveis. Para que o direito à aprendizagem ética e à dignidade humanas seja garantido, a coleção [illegible] pios ontológicos a seguir.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Andy Chipus_shutterstock.com

Assim, tendo em vista os princípios anteriormente explicitados, é preciso estar atento e atuante na prevenção de violências que são cometidas pelos próprios estudantes, uns contra os outros, ou contra si mesmos.

Bullying, termo da língua inglesa sem tradução precisa em nosso idioma, tem um sentido que remete tanto a "intimidação" quanto a "comportamento cruel" e define situações muito diversas, que ultrapassam o espaço das instituições escolares. Contudo, por ser um espaço central na socialização de crianças e jovens, a escola é um espaço onde o *bullying* é mais frequente e sistemático.

> [...] Em termos gerais, trata-se do emprego de violência física e psicológica realizada contra um indivíduo específico e de modo intencional, ocorrendo em diversos contextos de interação social e envolvendo pessoas de idades distintas, mas cuja prevalência no contexto escolar seria mais investigada. Ao ser erroneamente concebido como parte do desenvolvimento da criança e como algo desde sempre existente nas escolas de todo o mundo, tal fenômeno corre o risco de naturalização. (CHAVES; SOUZA, 2018).

O primeiro passo para atuar na prevenção do *bullying* é, portanto, desnaturalizar sua recorrência em contextos escolares. Isso porque [illegible] prática que pode acarretar graves consequências físicas e, principalmente, psicológicas para os que a vivenciam, seja no papel de agredido, seja no papel de agressor.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Apesar da gravidade, apenas recentemente essa prática passou a ser objeto de preocupações sistemáticas no âmbito das políticas de educação. Uma vez reconhecido como um problema no universo escolar, o *bullying* pode ser objeto de intervenção do professor em sentidos diversos:

1. Por se tratar de comportamentos intencionais visando agredir e provocar danos ao outro, o *bullying* requer do professor uma abordagem ética, que busque desenvolver em todos os estudantes capacidades de empatia e de resolução não violenta de conflitos, o senso de justiça e as noções de direitos e liberdades. Em vários momentos, a coleção deixa explícita a necessidade de o estudante desenvolver a empatia e a alteridade.
2. Por ser um comportamento que se repete no cotidiano juvenil, geralmente levando à estigmatização e ao isolamento, o *bullying* requer uma abordagem mais específica direcionada àqueles que o sofrem. Nesse sentido, é importante acolher as demandas dos estudantes e oferecer apoio nas situações em que isso for necessário.
3. Por se tratar de uma relação fundamentada no desequilíbrio de poder (seja por causa da força física, seja pela coesão do grupo, seja por outros fatores), o *bullying* requer uma abordagem que problematize de maneira abrangente as relações de poder no contexto juvenil, dentro e fora da escola. A mediação de diálogos para a resolução não violenta de conflitos pode ser um caminho para que a problematização tenha também uma dimensão de intervenção no contexto escolar.

O *bullying* não é a única forma de violência sistemática que ocorre entre os jovens no contexto escolar. As diversas formas de discriminação e preconceito também requerem abordagens específicas relacionadas à formação dos estudantes e, quando necessário, intervenção em contextos de violência.

Os preconceitos, entre os quais se destacam os que se relacionam à classe, à raça, à religião, ao gênero, à orientação sexual, à naturalidade ou a alguma condição física, fundamentam formas de discriminação que ultrapassam a experiência escolar e estão presentes, de diferentes maneiras, em toda a sociedade.

O conhecimento sobre eles é objeto das aprendizagens das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas deve ser uma preocupação constante nas práticas pedagógicas, e não somente fazer parte dos percursos curriculares. Assim como no caso do *bullying*, sua recorrência tende muitas vezes a uma naturalização, a ser combatida por meio da formação dos estudantes e do acolhimento de demandas de intervenção por parte do professor. Essa abordagem é priorizada em vários momentos da coleção e, especialmente, na construção de unidades temáticas que valorizam os direitos humanos, a diversidade e a ética.

Também é papel do professor formar, acolher e intervir no que diz respeito à prevenção do suicídio e da automutilação. A manutenção de um ambiente de diálogo, a abertura à escuta e ao acolhimento de demandas dos estudantes, além da adoção de uma postura ativa, intervindo quando necessário, são caminhos possíveis para prevenir a violência autoinfligida.

> [...] Os professores influenciam positivamente quando interagem de forma motivadora e criativa, informando e encorajando nas tomadas de decisão, fomentando a autonomia, sem recorrer a regras e dogmas preestabelecidos que possam defasar-se com o tempo. [...]
>
> Não se sugere aqui, portanto, que educadores tenham a responsabilidade de diagnosticar, ou mesmo sejam exigidos a aplicar qualquer tipo de conhecimento que não seja da área da educação. Porém, considerando que já atuam contemplando os aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais de seus alunos, conhecimentos selecionados em saúde mental, baseados principalmente em aspectos de promoção e prevenção, podem ser de grande utilidade na prática educativa, ao empoderar a figura do educador.
>
> O papel do professor:
>
> 1. Reconheça a responsabilidade de formar o aluno como cidadão.
> 2. Contribua para um clima escolar favorável, priorizando os vínculos.
> 3. Contribua, por meio do diálogo, com o combate ao estigma dos transtornos. Evite a segregação de "alunos-problema".
> 4. Discuta abertamente o assunto "saúde mental" com os alunos.
> 5. Discuta casos de sua prática diária com os colegas, para que possa refletir sobre o que fazer diante de situações difíceis apresentadas pelos alunos que interferem na dinâmica em sala de aula, como isolamento social, comportamentos agressivos e violação de regras.
> 6. Estimule os alunos para que desenvolvam habilidades sociais, como fazer amigos e manter amizades.
> 7. Mantenha-se atento à identificação precoce de problemas para o devido encaminhamento dos alunos que necessitam de assistência nessas áreas.
> 8. Construa parcerias com as famílias para acompanhamento do desenvolvimento das crianças e adolescentes, tanto do ponto de vista emocional como da aprendizagem.
> 9. Adapte objetivos acadêmicos, conteúdos curriculares, método de ensino e outros assuntos educacionais às necessidades de cada aluno, visando a um maior rendimento escolar.
> 10. Solicite à diretoria de ensino cursos e material didático na área de saúde mental para complementar seu conhecimento nessa área. (ESTANISLAU; BRESSAN, 2014, p. 20-21).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

NOVO ENSINO MÉDIO

Esta coleção foi elaborada em concordância com o **Novo Ensino Médio** que está sendo implementado no Brasil. Para trabalhar adequadamente o novo modelo, é preciso conhecer as concepções curriculares que o fundamentam, especialmente no que diz respeito à maneira como os conteúdos estão estruturados, bem como ao modo de se estabelecer os diálogos entre eles. A mudança mais evidente em relação a outras formas de organização dos conteúdos é o **caráter flexível da organização dos conteúdos**, já que a obra se fundamenta numa **perspectiva temática e interdisciplinar**.



Kubko/Shutterstock.com

O modelo do Novo Ensino Médio é muito diferente em relação às concepções curriculares anteriores. Em primeiro lugar, não se orienta por um conjunto de grades disciplinares fragmentadas e desconexas entre si, mas sim por áreas do conhecimento que pressupõem determinados itinerários formativos. Se antes cada componente disciplinar propunha uma sequência fechada de conteúdos, comum a todos os estudantes, agora a nova estrutura, flexível e interdisciplinar, possibilita que os jovens se tornem protagonistas na definição de suas trajetórias de formação escolar e na construção de seus projetos de vida.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A ênfase do Novo Ensino Médio no protagonismo juvenil está presente nesta obra em dimensões diversas.

- **Temática:** priorizando abordagens que valorizam diferentes questões e desafios a serem vivenciados pelos jovens.
- **Metodológica:** valorizando questões problematizadoras que dialogam com a própria vida dos jovens.
- **Epistemológica:** valorizando a construção de conceitos e a capacidade de diálogo conceitual com propostas de intervenção em distintas realidades.

Portanto, para além de mudanças de forma, trata-se de uma ruptura profunda com antigos paradigmas da educação no Brasil.

As culturas juvenis e o protagonismo do jovem nas sociedades contemporâneas

Cada jovem que ingressa no Ensino Médio é alguém que vem construindo e reconstruindo sua cultura e visão de mundo de maneira complexa, de acordo com vivências e diálogos que são irredutíveis à categorização de que todos os jovens pertencem a um mesmo universo cultural.

Assim, falar de "culturas juvenis" no plural é recusar o simplismo de considerar todos os jovens como uma categoria homogênea de pessoas definidas somente por sua faixa etária.

> [...] juventude como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes. (BRASIL, 2011, p. 12).

Os jovens são indivíduos singulares e ativos na construção da própria cultura, produzida e reproduzida para além do escopo da atuação dos professores ou das instituições escolares. Contudo, esse lugar não implica diminuir o papel dos professores na sua formação. Ao contrário, num mundo que convida os jovens a serem ativos na autoconstrução, os professores são essenciais no desenvolvimento da capacidade de fazer desse processo um caminho para a elaboração e a realização dos projetos de vida deles. Assim, os professores são mediadores que estimulam os estudantes a pensar a historicidade de sua condição juvenil.

> Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma **escola que acolha as diversidades**, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser **protagonistas** de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu **projeto de vida**, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos. Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo. (BRASIL, 2018a, p. 463).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A tarefa não é fácil e é certamente um dos maiores desafios dos educadores do século XXI. Nesta coleção, o acolhimento aos estudantes é facilitado pelo oferecimento de temas que se relacionam diretamente à condição juvenil de protagonismo nas transformações tão necessárias rumo a uma sociedade democrática, que ofereça condições de equidade a todos os cidadãos.

Afinal, estamos lidando com mudanças aceleradas na socialização das novas gerações. Hoje o consumo, a propaganda e a indústria cultural direcionados à infância e à juventude assumem enorme importância e causam novos desafios para os educadores.

> A forma de vida em que a geração jovem de hoje nasceu, de modo que não conhece nenhuma outra, é uma sociedade de consumidores e uma cultura "agorista" – inquieta e em perpétua mudança – que promove o culto da novidade e da contingência aleatória. Numa sociedade e numa cultura assim, nós sofremos com o suprimento excessivo de todas as coisas, tanto os objetos de desejo quanto os de conhecimento, e com a assombrosa velocidade dos novos objetos que chegam e dos antigos que se vão. (BAUMAN, 2013, p. 34).

Em especial, as relações hoje estabelecidas entre as culturas juvenis e a cultura digital nos desafiam a oferecer aprendizados que partam da compreensão de como essas relações se estabelecem. A cultura "agorista", apontada por Bauman, deve ser pedagogicamente "desafiada" a ir além do momento presente, tecendo redes de conhecimento que contextualizam o que foi aprendido e, ao mesmo tempo, desenvolvem utopias de transformação social e de inquietação com as desigualdades do tempo atual.

São culturas extremamente diversas, que variam segundo região, local, nível de renda, gênero, tradições culturais e religiosas, diferenças de acesso à cultura digital, entre outros fatores. Mais do que uma categorização dos jovens com qualquer desses recortes, é preciso reconhecer em cada estudante um protagonista de sua formação, tendo em vista seu projeto de vida.

As culturas juvenis são dinâmicas e se transformam num ritmo acelerado, já que os jovens não são meros reprodutores dos significados que o consumo e a cultura digital lhes oferecem. Eles são também protagonistas da construção de suas culturas e da própria cultura digital, à qual já encontram integrados.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Por se relacionarem com discursos e construções simbólicas com grande poder de persuasão – em especial, aqueles provenientes de interesses de mercado, que compartilham como consumidores –, é crucial que a formação escolar dialogue e produza conhecimento com base nas referências que os jovens têm. O objetivo desse diálogo deve ser o desenvolvimento de uma compreensão crítica das próprias tecnologias e culturas que lhes são oferecidas e por eles acessadas. Essa compreensão crítica passa também pela análise das origens de inquietações e desejos juvenis, bem como de desafios vivenciados pelos seres humanos contemporâneos em temas cruciais como trabalho, meio ambiente, violência e defesa da dignidade humana.

A escola e os currículos em transformação

O Novo Ensino Médio se propõe a recriar a escola – enquanto espaço/tempo de produção do conhecimento – por meio do reconhecimento de que os estudantes têm um papel ativo na sociedade onde vivem. O protagonismo dos jovens no processo de escolarização é entendido como parte de uma concepção a respeito da escola em que todos os atores sociais envolvidos – educadores e estudantes – são protagonistas de diferentes formas na

construção do conhecimento. Sendo assim, a escola deve se abrir às culturas juvenis para possibilitar que os estudantes se tornem interlocutores nas decisões que dizem respeito a seus currículos e a outros aspectos de suas aprendizagens.

Além disso, os currículos devem ser definidos em diálogo com as realidades locais e atendendo à diversidade regional do Brasil. A ruptura com a concepção de um currículo fechado, a ser aplicado igualmente para todos os estudantes brasileiros, tem também esse sentido de abertura ao diálogo com as realidades nas quais os jovens se formam e atuam. Nesse mesmo sentido, as escolhas operadas ao longo da formação dos jovens deverão ser tomadas de acordo com os projetos de vida de cada um deles.

> Dessa maneira, o projeto de vida é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos.
>
> Logo, é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. (BRASIL, 2018a, p. 472-473).

O reconhecimento dos estudantes como sujeitos implica, do ponto de vista da aprendizagem no Ensino Médio, ênfase – rigorosa e objetiva – na apresentação de diferentes visões de mundo e abordagens dos processos estudados e na garantia de que suas escolhas tenham um sentido ético, saudável e sustentável.

O objetivo é formar os jovens para o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem sua autonomia, para que tenham condições de atuar como pessoas, cidadãos e trabalhadores em uma sociedade que está em constante transformação.

Autonomia na construção do conhecimento não requer apenas os conteúdos específicos de cada componente curricular mas também capacidade de abstrair, refletir, interpretar, propor e agir diante do mundo. Para isso, o mundo deve se apresentar aos jovens como um campo aberto, o qual eles podem investigar e no qual podem intervir. Isto implica atitude cognitiva pautada pela busca da curiosidade e compreensão de que o conhecimento não está "pronto e acabado", mas se reconstrói permanentemente por meio da ação de cada um.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em consonância com o Novo Ensino Médio, os seis volumes que compõem a coleção não estão divididos segundo os componentes curriculares específicos nem possuem uma seriação ou forma de indicação cronológica linear a ser seguida pelos professores. Cada uma das dezoito unidades estabelece diálogos interdisciplinares e transversais com base em distintos conceitos e procedimentos oriundos da área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Os tempos e os espaços de aprendizagem são definidos pelas relações que se estabelecem entre professores e estudantes que, assim, podem ter na coleção um aliado para a realização do desafio de desenvolver competências e habilidades.

As áreas de conhecimento

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas formam uma das quatro áreas que compõem o Novo Ensino Médio, ao lado de Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Além dessas quatro áreas, o modelo prevê a possibilidade da formação técnica e profissional no itinerário formativo dos jovens.

Cada uma das áreas do Novo Ensino Médio abarca um número variável de componentes curriculares, além de conhecimentos originalmente construídos por áreas que não fazem parte da matriz curricular do Ensino Médio – como Direito, Economia, Psicologia e Antropologia. Nessa concepção, não são os componentes que organizam o currículo, mas sim os objetivos de aprendizagens (competências e habilidades) e os objetos de estudo, que dizem respeito à área como um todo.

Nesse novo modelo, os conteúdos conceituais das distintas áreas continuam importantes, mas estão a serviço das aprendizagens, que se desenvolvem num campo interdisciplinar, segundo uma estrutura de áreas. A organização por áreas do conhecimento:

> [...] não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino. (BRASIL, 2018a, p. 32).

A organização por área requer, portanto, diálogo e cooperação entre os professores responsáveis por diferentes componentes curriculares. Dessa maneira, cada unidade desta obra pode e deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, com base em um planejamento cooperativo envolvendo todos os professores.

Cada unidade inclui, com maior ou menor ênfase, conteúdos de todos os componentes curriculares das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Filosofia	Sociologia
Tem lugar fundamental em unidades que abordam temas e períodos diversos, das relações entre as religiões no surgimento das primeiras civilizações até os desafios colocados na relação contemporânea das sociedades com a tecnologia. O componente também discute as definições do "humano" e os paradigmas epistemológicos, que permitem a construção do conhecimento.	Com enfoque nas instituições e nos grupos sociais, a Sociologia trata de questões que dizem respeito a períodos e temas que vão da análise dos diferentes regimes políticos, sociais e econômicos até a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A compreensão de como atuam os diferentes atores sociais e de como se estruturam os poderes na sociedade não se restringe a alguma temática específica e dialoga com todos os demais componentes curriculares.
História	**Geografia**
Aborda principalmente os processos e as dinâmicas em diferentes tempos e sociedades. Os conteúdos desse componente curricular também estão presentes em todas as temáticas, afinal, as dimensões da ação humana são dotadas de historicidade. A dinâmica das transformações diz respeito às discussões sobre o mundo contemporâneo, em cada um dos seus aspectos, tanto quanto é parte dos debates sobre o Mundo Antigo, por exemplo.	Analisa principalmente as relações entre sociedade e natureza e está presente nas mais diversas temáticas que dizem respeito ao ser humano. Os questionamentos a respeito das interações das sociedades com o espaço envolvem desde as dinâmicas da ocupação humana dos diversos continentes até os desafios colocados pela globalização e degradação ambiental no mundo contemporâneo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Também é importante ressaltar que a divisão por áreas não significa que o diálogo interdisciplinar ocorre apenas no interior de cada uma delas. As áreas servem à organização do conhecimento, mas não a seu fechamento em fronteiras intransponíveis. Assim, o

ponto fundamental que a concepção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas prevista na BNCC traz é a possibilidade de ampliar os focos metodológicos e conceituais que antes estavam inseridos ou referenciados a uma única área.

Os diálogos entre as áreas são múltiplos. Atualmente, na epistemologia das Ciências, a separação entre o "humano" e o "natural", ou entre o que é "social" e o que é "biológico", não é mais pensada como uma oposição entre domínios separados. As Ciências da Natureza têm relações muito mais próximas com as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do que tinham no tempo em que seus objetos eram pensados de maneira dissociada, focados na busca de leis específicas em cada disciplina:

> [...] a ciência de hoje não é mais a ciência "clássica". [...] A própria ambição de reduzir o conjunto de processos naturais a um pequeno número de leis foi abandonada. As ciências da natureza descrevem, de ora em diante, um universo fragmentado, rico de diversidades qualitativas e de surpresas potenciais. Descobrimos que o diálogo racional com a natureza não constitui mais o sobrevoo desencantado dum mundo lunar, mas a exploração, sempre local e eletiva, duma natureza complexa e múltipla. (PRIGOGINE; STENGERS, 1991, p. 5).

Essa complexidade é cada vez mais evidenciada em recortes temáticos que, além de abranger conhecimentos de diversas áreas de origem, apontam para a necessidade de entrelaçar distintas perspectivas e conceitos para se compreender cada um dos temas abordados.

Um tema profundamente marcado pelas relações complexas entre as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as Ciências da Natureza e suas Tecnologias é o das questões ambientais. Hoje, crises como as que envolvem mudanças climáticas ou epidemias e pandemias apresentam uma dimensão global e forçam uma reavaliação sobre a oposição que as ciências tradicionalmente estabeleceram entre as esferas de atuação humana e o mundo natural.

Existem, portanto, diálogos interdisciplinares fundamentais que ultrapassam a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para além das questões ambientais contemporâneas, esse diálogo pode ser feito sobre temas e períodos diversos. Questões como as fontes de energia, os diferentes biomas e as transformações ambientais ao longo da história humana requerem um tratamento que ultrapasse os limites que separam essas áreas. Também diz respeito à dimensão humana e social do conhecimento a trajetória de construção das linguagens, da matemática e das ciências ao longo da história.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

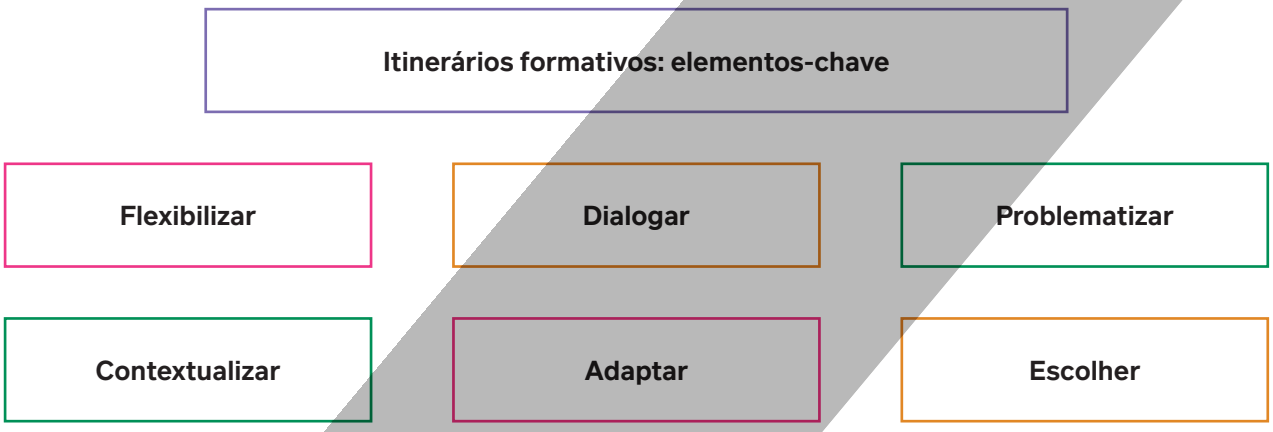
Todas essas trajetórias trazem, portanto, uma implicação teórico-metodológica fundamental: perceber características e comportamentos dos objetos de estudo a serem trabalhados nas aprendizagens. O diálogo entre as diferentes áreas também se justifica pela necessidade de se compreender um mundo em que todas as suas dimensões existenciais cada vez mais se interpenetram, a ponto de não ser mais possível, sob pena de se construírem simplificações frágeis, abordar os principais desafios da contemporaneidade sem essa dimensão interdisciplinar.

Além disso, ao dialogar com a realidade e procurar responder aos desafios de sua comunidade, da cidadania ou do mundo do trabalho, os jovens enfrentarão problemas que não se restringem às fronteiras do conhecimento. Questões sociais, naturais, matemáticas ou de linguagens se apresentam conectadas quando o espaço de construção do conhecimento é o mundo em que o jovem atua – e não somente os conteúdos de uma atividade escolar.

Os itinerários formativos

O currículo apresenta-se como o conjunto organizado de saberes que revela intencionalidades e formas de intervenção na vida humana. Ao se apresentarem sequências didáticas e formas de organização de conceitos e temas, se explicitam determinadas narrativas sobre a própria existência.

Nesse sentido, as organizações curriculares têm um caráter narrativo, já que pressupõem um percurso a ser seguido ao longo de um processo formativo. Com a BNCC, abre-se a possibilidade de definir essas narrativas como parte da formação dos jovens, de maneira que professores e estudantes sejam sujeitos ativos na construção do currículo. O instrumento para organizar essas narrativas são os **itinerários formativos**.



Nessa nova concepção, as delimitações dos diversos campos dão lugar a uma porosidade dos saberes, para que os jovens se apropriem do conhecimento acadêmico e científico que é sistematizado pela escola.

A coleção propõe subsídios temáticos que favoreçam a constituição de percursos narrativos voltados para a formação complexa dos estudantes, tendo em vista os desafios enfrentados pelos [illegible] contemporâneos. Além disso, privilegia uma concepção de itinerário formativo [illegible] ideia de que a formação passa pela problematização dos temas a serem trabalhados, possibilitando a oportunidade de os estudantes se aproximarem dos conteúdos, valorizando opiniões, questionamentos e possibilidades iniciais de reflexão. Além disso, os diálogos interdisciplinares permitem ampliar conhecimentos pela leitura e análise de textos em diferentes gêneros textuais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Nesse novo modelo, a definição dos itinerários formativos se torna parte do projeto da escola. Nessas escolhas, é importante considerar os papéis sociais dos jovens para além de sua condição de estudantes, considerando a construção das identidades bem como a definição de seus projetos de vida, que vão muito além dos papéis colocados na relação com a escola.

Nesse sentido, é necessário que sejam garantidas condições para que possam refletir e dialogar sobre suas experiências individuais na relação com as aprendizagens. Ao dialogarem sobre as narrativas curriculares, os jovens devem ser instigados a valorizar o conhecimento e a confiar em sua capacidade de atingir seus objetivos de aprendizagem. Nesse ponto, é importante ter em mente a abertura às culturas juvenis e ao mundo digital que fazem parte do mundo contemporâneo.

A OBRA E A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular estabelece as aprendizagens essenciais a todos os estudantes da Educação Básica. Como se trata de um documento de caráter normativo, suas proposições devem nortear a elaboração ou adequação dos currículos de todas as instituições escolares do Brasil.

> Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.
> Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018a, p. 8).

Alinhada a essas diretrizes, a coleção apresenta as características a seguir.

- **Organização por competências e habilidades:** a coleção está pautada no desenvolvimento das competências gerais e específicas da BNCC, em que as habilidades são desenvolvidas por meio dos eixos norteadores de cada volume.
- **Protagonismo do estudante:** do ponto de vista metodológico, a coleção privilegia a ação do estudante como princípio fundamental da tarefa cognitiva. A aprendizagem individualizada é respeitada e levada em consideração por meio da proposição de diferentes abordagens e experiências. Embora a construção do conhecimento seja uma experiência pessoal e intransferível, o processo é social e interativo. Portanto, as metodologias visam privilegiar a aprendizagem colaborativa, valorizando o trabalho em grupo, o respeito às opiniões, a cooperação e a convivência harmônica necessárias dentro e fora da escola.
- **Estrutura curricular interdisciplinar:** com base nos conceitos adquiridos, o estudante terá condições de estabelecer interrelações entre as áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e as demais áreas do conhecimento, além de atuar na realidade. O que denominamos "interdisciplinaridade" é, ao mesmo tempo, causa e efeito do processo curricular.
- **Contextualidade**: os objetos de estudo são abordados de forma contextualizada e vinculados ao cotidiano dos jovens. Para cada temática abordada, há uma problematização desencadeando o processo de contextualização, o questionamento e a motivação.
- **Relevância:** a temática tem um significado relevante para a formação do educando, que se se vê implicado nas questões referentes ao lugar em que vive e ao mundo na contemporaneidade.
- **Não seriação:** a distribuição não seriada dos conteúdos permite o desenvolvimento das competências e habilidades na forma de espiral, em consonância com o desenvolvimento global do educando.
- **Aplicação:** o currículo é desenvolvido visando à construção de conhecimentos por meio dos quais os jovens interpretam distintas situações do cotidiano e as aplicam na prática, no presente e no futuro. É fundamental que o estudante possa visualizar a aplicação

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

dos novos conhecimentos sob pena de perder o interesse pela matéria e de, consequentemente, comprometer a evolução do aprendizado.

- **Valorização e mobilização dos conhecimentos prévios:** considerando a bagagem do estudante, exploram-se os conceitos já internalizados por ele relacionados à temática que será abordada. Para isso, há propostas frequentes de formulação e comprovação de hipóteses que explicitam suas representações acerca dos temas de estudo a fim de fornecer referenciais para a mediação pedagógica do professor ao planejar, propor, realizar atividades, agrupamentos e intervenções, visando à ampliação do repertório cognitivo e conceitual do estudante.
- **Produção do conhecimento:** ocorre pelo confronto direto do estudante com a temática a ser estudada. Essa interação é desenvolvida por meio de uma linguagem científica clara e acessível, mediada pelo professor e facilitada por todos os recursos didáticos desta coleção.
- **Avaliação contínua:** a eficácia do processo pedagógico é medida pela capacidade de produção do estudante. Ela é o critério mais seguro e fundamental da avaliação. Por meio de competências, habilidades, procedimentos, atitudes e valores adquiridos, o estudante terá condições de interferir na transformação da realidade.

Competências gerais

Competências gerais da Educação Básica
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competências específicas e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Competências específicas e habilidades
Competência específica 1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
O que se pretende nessa competência é desenvolver a capacidade dos estudantes de utilizar métodos, elaborar hipóteses, compor argumentos, sistematizar dados, entre outros procedimentos relacionados à construção do conhecimento. Além disso, trata-se de formar uma visão crítica a respeito da própria ciência, tal como se constituiu historicamente, por meio de conceitos dicotômicos como modernidade/atraso, Ocidente/Oriente, civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo etc. Também faz parte das habilidades relacionadas a essa competência a análise de fontes de diversas naturezas, incluindo textos, obras de arte, mapas, vestígios da cultura material e imaterial etc. O foco dessa competência incide também no processo de tratamento da informação, mediante várias ações cognitivas que incluem a busca e levantamento de fontes de conhecimento para a abordagem de uma temática, a utilização dessas fontes e determinados contextos de aplicabilidade, bem como a análise e interpretação de dados extraídos das fontes.
EM13CHS101 Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
EM13CHS102 Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
EM13CHS103 Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
EM13CHS104 Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
EM13CHS105 Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.
EM13CHS106 [illegible] gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação [illegible] crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
Competência específica 2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
Trata-se de desenvolver a capacidade de comparar e avaliar a ocupação do espaço e a formação das fronteiras, com atenção aos agentes que levam às transformações nas diversas realidades (rurais, urbanas, de zonas limítrofes etc.). Para isso, será preciso trabalhar as diferentes formas de negociações e conflitos, de igualdades e desigualdades e de inclusão e exclusão na produção do espaço. O raciocínio geográfico e estratégico e os conceitos históricos, econômicos, sociológicos e políticos devem ser trabalhados para uma compreensão complexa do território. Entre as habilidades relacionadas a essa competência também estão incluídas a de analisar dinâmicas de mobilidade de pessoas, de mercadorias e de capital, e transformações tecnológicas relacionadas ao território e ao poder que se exerce sobre ele, e a de contextualizar visões dualistas a respeito do território (como aquelas entre cidade e campo e entre nomadismo e sedentarismo).
EM13CHS201 Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
EM13CHS202 Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competências específicas e habilidades

EM13CHS203 Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

EM13CHS204 Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

EM13CHS205 Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

EM13CHS206 Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

Competência específica 3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

O objetivo dessa competência é capacitar os estudantes a analisar como diferentes grupos, povos e sociedades pensam de maneira distinta os territórios. Para tanto, deverão ser consideradas suas múltiplas formas de apropriação da natureza, de organização social e política, de estabelecimento de relações de trabalho e de troca, bem como de sua cultura e linguagens. Também devem ser considerados os objetos advindos da indústria cultural, incluindo os instrumentos e as práticas próprias da publicidade e da propaganda, que atravessam a cultura contemporânea e, em particular, as culturas juvenis.
Essa competência relaciona-se com as habilidades de problematização dos hábitos socioambientais, com destaque para o combate à poluição e ao consumismo e para a análise crítica das cadeias produtivas e do papel de diferentes agentes relacionados a essas questões. Por fim, trata-se também de comparar e avaliar modelos, de forma a promover uma relação sustentável com o planeta.

EM13CHS301 Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.

EM13CHS302 Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

EM13CHS303 Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.

EM13CHS304 Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, [illegible] econômicas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

EM13CHS305 Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.

EM13CHS306 Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).

Competência específica 4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

O objetivo dessa competência é que os estudantes compreendam os múltiplos significados do trabalho, da estratificação social e da participação política nos diversos contextos culturais e sociais. Para isso, eles devem analisar contextualmente indicadores como os de emprego e renda, as relações entre transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e as formas de trabalho nos diferentes tempos e espaços.
Também é dada ênfase aos papéis que os seres humanos tiveram na manutenção ou resistência a determinadas formas de exploração do trabalho, bem como na proposição de alternativas aos padrões de produção vigentes em diferentes contextos espaciais, temporais e sociais.
Outro aspecto importante é a reflexão ética sobre os sentidos do trabalho em diferentes sociedades e na contemporaneidade.

EM13CHS401 Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

EM13CHS402 Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

Competências específicas e habilidades
EM13CHS403 Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.
EM13CHS404 Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.
Competência específica 5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
Para a promoção de princípios éticos, democráticos e de respeito aos direitos humanos, é preciso formar os estudantes para compreender os contextos culturais nos quais eles foram construídos. Além disso, faz-se necessária uma abordagem com base na vida cotidiana dos estudantes, na qual eles poderão desnaturalizar condutas, costumes, desigualdades, preconceitos e as diversas formas de discriminação. Essa problematização se estende desde o contexto imediato dos estudantes até as políticas públicas de âmbito nacional e internacional. Fazem parte também das habilidades relativas a essa competência a identificação de formas de violência (física, simbólica e psicológica, por exemplo) no sentido de combatê-las, assim como a análise dos novos impasses éticos colocados pelas rápidas transformações no mundo contemporâneo.
EM13CHS501 Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.
EM13CHS502 Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.
EM13CHS503 Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
EM13CHS504 Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.
Competência específica 6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
Essa competência está voltada para o cumprimento de deveres pautados por princípios constitucionais da liberdade de expressão e do respeito aos direitos humanos, que demandam o estímulo à participação responsável e crítica na vida pública. Além disso, trata-se de formar os jovens para o respeito ao livre debate de ideias, para a autonomia de pensamento e para a construção de uma visão crítica da realidade. As habilidades relacionadas a essa competência enfocam ainda identificação e análise das demandas e dos protagonismos de povos indígenas, populações afrodescendentes, incluindo os quilombolas, e populações migrantes e refugiadas, considerando a dimensão histórica desses processos de inclusão pelo desenvolvimento das relações étnico-raciais brasileiras.
EM13CHS601 Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.
EM13CHS602 Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.
EM13CHS603 Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).
EM13CHS604 Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.
EM13CHS605 Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.
EM13CHS606 Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A PROPOSTA DA COLEÇÃO

Livro do Estudante

Estrutura da obra e recursos

UNIDADE 1

A abertura da unidade é formada por duas páginas duplas. As duas primeiras páginas trazem uma proposta de sensibilização por meio da observação e da leitura da imagem, além da questão problematizadora – que tem por objetivo instigar e provocar os alunos a se debruçar e pesquisar, de forma investigativa, os assuntos necessários à compreensão dessa questão – e um quadro com perguntas norteadoras para a discussão do tema proposto.

As duas páginas seguintes contextualizam a situação-problema e a colocam em diálogo tanto com o tema do volume quanto com os percursos que vêm a seguir. Além disso, destaca-se o quadro **Na BNCC**, que identifica as competências e habilidades da BNCC a serem desenvolvidas na unidade.



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Cada unidade tem dois percursos complementares, em que são desenvolvidos os conteúdos relacionados à problematização inicial, com textos, imagens, mapas, gráficos, obras de arte, atividades em diferentes formatos e abordagens, além das seções e dos elementos a seguir.

GLOSSÁRIO

Boxe que traz o significado de algumas palavras e expressões relevantes para a compreensão do texto, com o objetivo de ampliar o vocabulário do estudante.

Análise

Essa seção promove análises de documentos diversos (mapas, textos, imagens, gráficos, entre outros) para ampliar as formas de tratamento do tema e subsidiar distintas abordagens e interpretações.

Vozes

Nessa seção, o estudante encontra o perfil de atores sociais cuja trajetória e importância estão diretamente relacionadas ao tema trabalhado.

Boxe Conhecimentos prévios

Violência simbólica: caracteriza-se pelos mecanismos sutis que emprega e por contar com a cumplicidade de quem sofre a violência e de quem a pratica, muitas vezes sem terem a real consciência disso no processo.

Quadro com contextualização ou definição que retoma um conhecimento importante para compreender o conteúdo que está sendo desenvolvido.

Boxe Destaque

A manipulação do fogo foi uma das tecnologias fundamentais para a constituição da humanidade e um dos grandes passos rumo ao topo da cadeia alimentar. As técnicas de cozimento de alimentos duros, como grãos, a esterilização de germes e parasitas e a proteção contra outros animais foram a base do que se tornou o ápice do conhecimento técnico de nossa civilização.

Quadro que reforça um conteúdo importante para o entendimento e desenvolvimento do assunto tratado.

Prática de pesquisa

Proposta de um projeto de pesquisa científica por meio de metodologias ativas, em que os estudantes desenvolvem o protagonismo e a atitude investigativa.

#Ficaadica

Referências complementares para pesquisa ou consulta, assim como indicações de *sites*, vídeos, livros, entre outros, para ampliar o repertório do estudante.

Atividades

No fim de cada percurso há duas páginas de atividades de reflexão e de sistematização, a respeito do conteúdo estudado.

Questões de Enem e vestibulares

No fim de cada volume há uma seção de atividades do Enem e de vestibulares de acordo com os conteúdos apresentados ao longo das unidades. A indicação das alternativas corretas e comentadas estão no Manual do Professor específico.

Manual do Professor específico

Você encontrará em cada volume desta coleção um Manual do Professor específico, com subsídios importantes para ajudá-lo a:

- estruturar e montar o planejamento;
- desenvolver o programa curricular;
- promover atividades individuais e em grupo, com orientações de gestão de sala de aula, suporte metodológico e recomendações para o fazer pedagógico;
- aplicar atividades e avaliações, com orientações e respostas esperadas para as atividades propostas e gabarito comentado das questões de Enem e vestibulares.

Por meio do manual específico, você poderá ter clareza dos objetivos e justificativas para o trabalho a ser realizado em cada unidade, encontrando explicações detalhadas de como são desenvolvidas as competências gerais, as competências específicas e as habilidades da BNCC. Além disso, terá acesso a uma tabela de assuntos tratados em cada percurso, para se programar e construir o caminho que trilhará em sala de aula. O Manual do Professor específico também apresenta uma oferta diversificada de referencial teórico para consulta e aprofundamento nos temas trabalhados em cada unidade e uma apresentação gráfica convidativa para garantir uma consulta fácil e ágil em sala de aula e nos momentos de planejamento.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Videotutorial

A obra é acompanhada de um videotutorial, em que são apresentados os objetivos e a estrutura dos seis volumes, oferecendo subsídios para o planejamento, a preparação e a condução das 18 unidades dentro e fora da sala de aula.

O videotutorial elucida como trabalhar cada unidade, dando informações e sugestões de abordagens dos temas que vão além do Manual do Professor. O vídeo, por se tratar de outra linguagem, também pode apresentar alguns recursos de forma mais clara e acessível.

Cronograma

A coleção foi concebida de modo a oferecer diferentes configurações de utilização durante o ano letivo e ao longo dos três anos do Ensino Médio.

Os volumes não são seriados, podendo ser utilizados livremente por estudantes e professores de todas as séries do Ensino Médio, a critério dos professores da área e em apoio ao currículo da escola.

Apresentamos as possibilidades de planejamento do curso ao longo de um ano, por meio do cronograma a seguir.

Divisão anual do curso	Utilização por unidades	Utilização por percursos	Práticas de pesquisa (uma por mês)
Bimestral	1 unidade + 1 percurso independente	3 percursos	2 práticas
Trimestral	2 unidades	4 percursos	3 práticas
Semestral	3 unidades	6 percursos	6 práticas

Quadro de conteúdos

Em consonância com a organização dos conteúdos por áreas do conhecimento, os seis volumes da coleção não têm caráter sequencial e são autocontidos. Sua divisão é temática, de maneira que todas as unidades podem dialogar entre si, independentemente do volume em que estão inseridas.

A seguir, você encontra uma breve descrição de cada unidade. As informações detalhadas estão disponíveis no Manual do Professor específico.

Unidade 1 **Que brasis formam o Brasil?**	**Objetivos** • Identificar diferentes características territoriais e socioculturais do Brasil e suas especificidades no contexto global. • Relacionar a formação da sociedade brasileira com as [illegible] paisagens. • Investigar as diversas tradições culturais e práticas de [illegible] socioambiental brasileira.	**Competências gerais:** 1, 2 e 7 **Competências específicas:** 1, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS102, EM13CHS106, EM13CHS501, EM13CHS502, EM13CHS503 e EM13CHS601
Unidade 2 **O que é ser civilizado?**	**Objetivos** • Definir paisagem e civilização considerando o desenvolvimento histórico de diferentes sociedades. • Relacionar aspectos naturais e culturais na transformação das paisagens e seus impactos para a sociedade.	**Competências gerais:** 1, 2 e 9 **Competências específicas:** 1, 2 e 5 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS103, EM13CHS104, EM13CHS105, EM13CHS106, EM13CHS203, EM13CHS206 e EM13CHS502
Unidade 3 **O Estado me controla?**	**Objetivos** • Definir Estado considerando seu desenvolvimento histórico e o impacto na organização espacial e política das sociedades. • Comparar os papéis do desenvolvimento tecnológico e científico em diferentes contextos e situações. • Relacionar o papel do Estado à implementação de distintos modelos de desenvolvimento científico e tecnológico.	**Competências gerais:** 1, 4, 6, 7 e 10 **Competências específicas:** 1, 2, 3, 4, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS106, EM13CHS202, EM13CHS304, EM13CHS401, EM13CHS403, EM13CHS504 e EM13CHS603

Unidade 1 **Os direitos do trabalhador são respeitados?**	**Objetivos** • Definir Revolução Industrial e dividi-la em fases. • Reconhecer impactos da Revolução Industrial nas transformações sociais e das paisagens. • Considerar a Revolução Industrial como um dos paradigmas de construção da ideia de contemporaneidade.	**Competências gerais:** 2, 3, 4 e 5 **Competências específicas:** 2, 3, 4 e 5 **Habilidades:** EM13CHS202, EM13CHS306, EM13CHS404, EM13CHS502 e EM13CHS504

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Unidade 2 **O trabalho se modifica no tempo e no espaço?**	**Objetivos** • Definir trabalho tendo em vista suas características específicas. • Relacionar trabalho e transformações das paisagens. • Reconhecer distintas formas econômicas e sociais de organização. • Comparar formas capitalistas e não capitalistas de trabalho tendo em vista seus contextos históricos e sociológicos.	**Competências gerais:** 2, 6, 8 e 10 **Competências específicas:** 1, 2, 4 e 5 **Habilidades:** EM13CHS103, EM13CHS202, EM13CHS401, EM13CHS402, EM13CHS403, EM13CHS503 e EM13CHS504
Unidade 3 **Por que trabalhamos?**	**Objetivos** • Descrever processos sociológicos de exploração do trabalho. • Interpretar dados e processos relacionados à organização e à exploração do trabalho. • Analisar processos de exploração do trabalho tendo em vista aspectos filosóficos e sociológicos específicos.	**Competências gerais:** 1, 2 e 6 **Competências específicas:** 1, 4 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS105, EM13CHS401, EM13CHS402, EM13CHS404 e EM13CHS606

Unidade 1 **O que é ser capitalista?**	**Objetivos** • Identificar e reconhecer processos vinculados ao surgimento e desenvolvimento das sociedades capitalistas e dos Estados. • Analisar criticamente a expansão marítima e colonial europeia. • Posicionar-se de maneira ética diante de desafios contemporâneos.	**Competências gerais:** 1, 2, 6 e 10 **Competências específicas:** 1, 2 e 4 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS104, EM13CHS201, EM13CHS204 e EM13CHS401
Unidade 2 **A memória resiste à dominação?**	**Objetivos** • Descrever os processos políticos e econômicos do imperialismo em conexão com a história das relações raciais e do racismo. • Investigar o impacto do imperialismo europeu sobre a organização geopolítica da África, da Ásia, da Oceania e da América. • Refletir sobre as sociedades e identidades que convivem no continente americano.	**Competências gerais:** 1, 3, 4, 7 e 9 **Competências específicas:** 1, 2, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS104, EM13CHS106, EM13CHS204, EM13CHS206, EM13CHS503, EM13CHS601, EM13CHS603 e EM13CHS605
Unidade 3 **Em que mundo queremos viver?**	**Objetivos** • Conhecer as guerras mundiais e o nazifascismo e analisar as estratégias geopolíticas nesses eventos. • Relacionar a Guerra Fria aos interesses geopolíticos por meio da análise de alguns de seus principais conflitos. • Analisar criticamente a globalização e as ameaças à paz mundial. • Descrever processos de uso da mídia e das redes sociais [illegible] lógicos e refletir eticamente sobre eles.	**Competências gerais:** 1, 5, 8 e 9 **Competências específicas:** 1, 2, 4 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS106, EM13CHS201, EM13CHS403, EM13CHS603 e EM13CHS604

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Unidade 1 **De onde vem a fome?**	**Objetivos** • Relacionar a fome com as questões agrárias no Brasil. • Identificar os arranjos territoriais brasileiros e sua relação com a economia agroindustrial brasileira. • Compreender a dinâmica dos problemas ambientais no campo e suas alternativas sustentáveis.	**Competências gerais:** 1, 2, 6, 7, 9 e 10 **Competências específicas:** 1, 2, 3 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS201, EM13CHS202, EM13CHS206, EM13CHS301, EM13CHS302, EM13CHS303, EM13CHS304, EM13CHS306, EM13CHS601 e EM13CHS606
Unidade 2 **Somos uma democracia?**	**Objetivos** • Compreender a história da emancipação política do Brasil. • Conhecer o processo de formação do Estado brasileiro. • Relacionar a democracia com o exercício pleno da cidadania.	**Competências gerais:** 1, 7 e 10 **Competências específicas:** 1, 2 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS205, EM13CHS602, EM13CHS603 e EM13CHS606
Unidade 3 **Um mundo melhor é possível?**	**Objetivos** • Compreender a relação entre geopolítica e meio ambiente. • Conhecer a história das questões ambientais no Brasil. • Compreender o que é violência, sua gênese e suas marcas na sociedade brasileira. • Propor meios de combate à violência no cotidiano.	**Competências gerais:** 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10 **Competências específicas:** 1, 3 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS106, EM13CHS301, EM13CHS302, EM13CHS305, EM13CHS503, EM13CHS602 e EM13CHS606

Unidade 1 **Você é um cidadão global?**	**Objetivos** • Reconhecer os principais conflitos do mundo contemporâneo e relacioná-los a um contexto mais amplo. • Conhecer a função e a atuação de organismos internacionais, alianças geopolíticas, ONGs, entre outros, na política internacional. • Avaliar os impactos éticos decorrentes dos conflitos contemporâneos na organização dos espaços e das sociedades atuais, elaborando o conceito de cidadania global. • Compreender as crises humanitárias e os deslocamentos populacionais de uma perspectiva crítica e ética.	**Competências gerais:** 1, 2, 7 e 10 **Competências específicas:** 1, 2, 3, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS201, EM13CHS204, EM13CHS205, EM13CHS305, EM13CHS503, EM13CHS504, EM13CHS603, EM13CHS604 e EM13CHS605
Unidade 2 **Política para quê?**	**Objetivos** • Reconhecer o processo histórico de formação política do Brasil pós-ditadura tendo em vista seus contextos específicos. • Relacionar as características do desenvolvimento político brasileiro contemporâneo às transformações sócio-espaciais mais recentes. • Avaliar o papel das recentes decisões políticas brasileiras na organização dos espaços e das sociedades atuais.	**Competências gerais:** 1, 2, 5 e 7 **Competências específicas:** 2, 3, 4, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS203, EM13CHS204, EM13CHS205, EM13CHS304, EM13CHS403, EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS602
Unidade 3 **Por que direitos humanos?**	**Objetivos** • Valorizar os direitos humanos, conhecendo seus fundamentos históricos, filosóficos e sociais. • Analisar os desafios colocados para a defesa da dignidade humana nos contextos brasileiro e mundial contemporâneos. • Compreender a linguagem artística como expressão humana. • Identificar e problematizar diferentes movimentos artísticos, conhecendo seus contextos e formulações estéticas e políticas.	**Competências gerais:** 1, 3, 4, 7 e 8 **Competências específicas:** 1, 2, 3, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS205, EM13CHS303, EM13CHS502 e EM13CHS605

Unidade 1 **Existe a verdade?**	**Objetivos** • Definir ética, tendo em vista seus diversos pressupostos. • Conhecer diferentes concepções a respeito da verdade. • Conhecer e valorizar o conhecimento científico. • Observar a importância da ciência para a sociedade.	**Competências gerais:** 1, 2, 5 e 7 **Competências específicas:** 1, 4, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS403, EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS605
Unidade 2 **Eu consigo conviver com o diferente?**	**Objetivos** • Elaborar os conceitos de identidade, diferença, diversidade e pluralidade. • Reconhecer diversas formas de discriminação e de intolerância. • Compreender eticamente, historicamente e sociologicamente o problema do racismo no Brasil. • Analisar o direito à cidade e as dificuldades para sua plena realização. • Avaliar criticamente o pensamento dualista.	**Competências gerais:** 1, 7 e 8 **Competências específicas:** 1, 5 e 6 **Habilidades:** EM13CHS103, EM13CHS105, EM13CHS501, EM13CHS502, EM13CHS503, EM13CHS504, EM13CHS601 e EM13CHS605
Unidade 3 **O desenvolvimento sustentável é possível?**	**Objetivos** • Compreender o conceito de antropoceno. • Relacionar os problemas ambientais globais com o sistema hegemônico e de produção mundial. • Identificar o papel dos organismos internacionais e da sociedade civil na preservação do meio ambiente. • Identificar alternativas sustentáveis na relação com a natureza dos povos tradicionais. • Caracterizar os domínios morfoclimáticos brasileiros.	**Competências gerais:** 1, 2, 7, 8, 9 e 10 **Competências específicas:** 1, 3 e 6 **Habilidades:** EM13CHS101, EM13CHS104, EM13CHS105, EM13CHS106, EM13CHS301, EM13CHS302, EM13CHS304, EM13CHS305, EM13CHS306 e EM13CHS601

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

COMO AVALIAR?

Avaliar e autoavaliar o trabalho é um procedimento útil e necessário na atividade educativa. Reler, revisar e refazer as tarefas ajuda o estudante e o professor a compreender o que foi aprendido e o que precisa ser melhorado. Entendemos, assim, que a avaliação escolar é um processo contínuo.

Nesta coleção, o foco da avaliação do estudante é o aprimoramento de suas competências e habilidades. Por isso, é necessário que ela seja processual e contínua, privilegiando o caráter diagnóstico, a fim de adotar medidas necessárias para a eficácia da aprendizagem. Considerando que a "avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino" (LUCKESI, 1996, p. 71), entende-se que a avaliação não tem uma finalidade em si mas subsidia ações que visam construir um resultado previamente definido. Dessa forma, sua dimensão de análise é o desempenho do estudante, do professor e de toda a situação de ensino que se realiza no contexto escolar.

É necessário compreender o significado da avaliação como relação dialógica na construção do conhecimento, valorizando o papel mediador do professor, que deve estar consciente de como se processa sua prática avaliativa.

O aprimoramento e a sistematização dos conhecimentos sobre o desenvolvimento do estudante são imprescindíveis ao professor que atua no Ensino Médio. Esses conhecimentos vão habilitá-lo a refinar a capacidade de observação e reconhecimento dos hábitos, desejos, medos, competências, criatividade, formas de relacionamento e dificuldades do jovem.

Como o ensino-aprendizagem é um processo que provoca modificações tanto no estudante como no professor, a avaliação deve ser feita para acompanhar e revelar o crescimento cognitivo dos jovens, em um contexto abrangente, não se restringindo às medições estritamente quantitativas da aquisição de conhecimento. A prática avaliativa deve atuar como estimuladora da autonomia e como fonte de reflexão sobre os caminhos percorridos, podendo, dessa maneira, contribuir para o pleno desenvolvimento social, ético e intelectual do jovem.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A avaliação, muitas vezes, exige uma mudança de postura, uma quebra de paradigmas, no sentido de descrever uma atitude voltada para o diálogo, não apenas como um momento de conversa mas também como uma relação de troca que considera o conhecimento como a apropriação do saber tanto pelo estudante como pelo professor, resultando num conhecimento aprimorado e carregado de significados.

Uma vez entendido como um recurso de aprimoramento de indivíduos, o processo avaliativo deixa de ser imposição e passa a ser um ato partilhado e construtivo. Ele deverá ser contínuo, sistemático e cumulativo ao longo do período letivo, de acordo com os objetivos relacionados aos diversos conteúdos. É importante que a avaliação seja feita por meio de indicadores qualitativos, que em geral exigem mais atenção do professor por estarem relacionados a processos e situações de sala de aula que não são facilmente mensuráveis.

Ao avaliar, você não pode perder de vista as interações do jovem com o meio, com os colegas e com os adultos, nem as crenças e os valores que ele traz do grupo social em que está inserido. Essa percepção deve permear sua prática educativa, ajudando a dar sentido à aprendizagem.

As atividades em grupo propostas na coleção constituem ótimas oportunidades para a avaliação. Bem-sucedidas, elas podem criar nos estudantes um sentimento de pertencimento e de realização, e desenvolvem o espírito do trabalho em equipe, de cooperação. Dessa maneira, é possível observar e avaliar o desenvolvimento de capacidades não só intelectuais mas também afetivas, motoras, de inserção social, interação pessoal, liderança, ética e estética.

As atividades individuais, como registros relativos ao processo de aprendizagem, devem ter um enfoque regulador da avaliação, uma vez que explicitam os processos em desenvolvimento, possibilitando o acompanhamento das aquisições e necessidades de cada estudante.

As avaliações externas, por meio de testes padronizados, visam ao monitoramento da educação e são focadas no que diz respeito ao controle dos resultados. Para tanto, a escola é obrigada a repensar suas práticas pedagógicas, o currículo e seus instrumentos de avaliação, entre outros pontos, uma vez que é a todo momento pressionada a desenvolver atividades que possam ir ao encontro da necessidade dos estudantes de apresentar bons resultados nas avaliações em larga escala. Entretanto, pautada pela imposição constante de melhores resultados e da competitividade, interfere de modo direto no movimento interior da escola.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Contudo, as escolas devem conciliar instrumentos diversificados em seus modelos avaliativos, para garantir uma avaliação que possa atingir seu objetivo principal: possibilitar que os alunos tenham materializado o direito de conhecer e interpretar o mundo que os cerca, dialogando com ele.

Enfim, a avaliação deve ser compreendida como um processo comprometido com a regulação e o acompanhamento do trabalho pedagógico, cujo objetivo é a garantia da aprendizagem de todos e de cada um.

Diversidade de formas e de instrumentos de avaliação

Os instrumentos de avaliação, de acordo com as atividades, devem ser, na medida do possível, bem diversificados. Além da tradicional prova escrita, outras formas mais interessantes e eficazes são propostas: pesquisas, estudo dirigido, desenvolvimento de projetos, apresentação de trabalhos, produção de textos, criações artísticas, realização de experimentos, entrevistas, seminários, elaboração de mapas, projeção de simulações, montagem de gráficos, participação em debates, solução de problemas, campanhas comunitárias, ajuda aos colegas e apresentação de propostas.

A avaliação deve ser inspirada em uma pedagogia da produtividade e consequente prazer de aprender e ensinar, fatores relevantes de autoestima. Afinal, é necessário gerar no estudante uma sensação de crescimento e de valor pessoal.

No final do programa curricular, uma avaliação global do desenvolvimento dos estudantes, levando-se em conta todos os objetivos para o período, pode subsidiar o planejamento da continuidade dos trabalhos no próximo ciclo, ao mesmo tempo que oferece aos estudantes e familiares uma síntese dos progressos individuais alcançados. Essa avaliação global deve ser constituída de uma análise criteriosa do processo vivenciado pelo estudante durante o ano, de forma individual e em relação ao convívio coletivo, com base nos registros e nos diversos instrumentos utilizados.

Avaliar e ser avaliado a todo o momento é um componente social de todas as relações. Na escola não pode ser diferente, pois a avaliação desempenha papel capital, constituindo-se ponto nevrálgico do processo pedagógico.

REFERÊNCIAS COMENTADAS

ALMEIDA, Fernando José de; FRANCO, Monica Gardelli. *Avaliação para a aprendizagem:* o processo avaliativo para melhorar o desempenho dos alunos. São Paulo: Ática, 2008. (Série Educação em ação).

Nesse livro, a teoria e a prática sobre avaliação para a aprendizagem são combinadas. Do ponto de vista teórico, a obra reflete por que se avalia, quais as condições necessárias para uma boa avaliação e o que é a avaliação eficaz. No campo da prática, orienta no direcionamento do trabalho desenvolvido em sala para que a avaliação seja, efetivamente, um instrumento pedagógico voltado à aprendizagem.

ANDRÉ, Claudio F. O pensamento computacional como estratégia de aprendizagem, autoria digital e construção da cidadania. *TECCOGS*, São Paulo, n. 18, p. 94-109, jul./dez. 2018.

Artigo que permite conhecer melhor as potencialidades do pensamento computacional na educação, abordando conceitos e formas de aprendizagem que podem ser desenvolvidos nesse campo.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico:* contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Obra que discute como se constrói o conhecimento científico e a forma de pensar questionadora que caracteriza essa construção. Aborda o aprendizado da ciência tanto do ponto de vista de sua epistemologia quanto em suas dimensões psicológica e pedagógica.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Nesse livro, [illegible], o teórico da cultura desenvolve sua concepção dialógica da linguagem, por meio da análise de textos literários, com atenção às inter-relações entre seus múltiplos sujeitos.

BAUMAN, Zygmunt. *Sobre educação e juventude:* conversas com Riccardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Livro composto por 20 capítulos com temas diversos, fruto do diálogo entre o sociólogo Zygmunt Bauman e o editor Riccardo Mazzeo. O livro aborda o papel da educação na sociedade contemporânea, com reflexões que envolvem a indústria cultural, o consumismo e outras questões contemporâneas ligadas às experiências das juventudes.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Esse livro aborda os principais conceitos e debates da sociologia contemporânea. Os autores analisam questões como a liberdade do indivíduo na sociedade, a formação das identidades e as relações de poder, buscando a construção de um olhar sociológico sobre a realidade.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 jun. 2020.

A BNCC é um documento com diretrizes e conteúdos para normatização do ensino nas escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Foi desenvolvida para orientar professores e coordenadores de escolas de Educação Básica. A BNCC do Ensino Médio deve ser adotada por todas as escolas até 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB nº 5, de 4 de maio de 2011*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 jun. 2020.

Documento oficial que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018*. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018b. Disponível em: http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.

Documento que apresenta as diretrizes curriculares para o ensino nas escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, elaborado para orientar professores e coordenadores. A BNCC do Ensino Médio deve ser universalmente adotada até 2022.

CHAVES, Denise Raissa Lobato; SOUZA, Mauricio Rodrigues de. *Bullying* e preconceito: a atualidade da barbárie. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100214&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 jul. 2020.

Artigo que discute conceitualmente os fenômenos relacionados à violência em contexto escolar conhecidos como *bullying*, chamando atenção para a necessidade de sua desnaturalização, em perspectiva crítica.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

DONATONI, Alaíde Rita (org). *Avaliação escolar e formação de professores*. Campinas: Alinea, 2010.
Coletânea de textos que ajuda a relacionar a avaliação à formação de professores, com um olhar crítico sobre uma prática que ainda necessita ser atualizada em sala, sob o risco de prejudicar o processo de ensino e aprendizagem, em vez de promovê-lo.

ESTANISLAU, Gustavo; BRESSAN, Rodrigo (org.) *Saúde mental na escola:* o que os educadores devem saber. São Paulo: Artmed, 2014.
Esse livro, em que são abordadas questões sobre a saúde mental de crianças e adolescentes, está repleto de dicas e exemplos que auxiliarão os profissionais da educação na compreensão de questões de saúde mental na escola e em como lidar com elas.

FAZENDA, Ivani C. A. *Interdisciplinaridade:* história, teoria, pesquisa. 12. ed. Campinas: Papirus, 2005.
A autora busca organizar estudos acerca da interdisciplinaridade desenvolvidos desde a década de 1970, com o intuito de corroborar com a produção de saberes novos/velhos na área da educação.

FERNANDES, Claudia de Oliveira (org). *Avaliação das aprendizagens:* sua relação com o papel social da escola. São Paulo: Cortez, 2014.
Na sociedade contemporânea, a visão dos processos avaliativos ainda está apoiada em concepções quantitativas e conteudistas. Para avançar nessa questão, a obra questiona e desafia os professores da Educação Básica a repensar suas práticas.

FONT, Joan N.; RUFÍ, Joan V. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.
Utilizando os instrumentos que a nova Geografia Política oferece, os autores analisam temas essenciais da Geografia contemporânea e o fenômeno da globalização.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
Livro clássico sobre a dimensão cultural da colonização europeia e da criação de sociedades mestiças no Novo Mundo. A obra analisa a trajetória colonial do México e permite refletir conceitualmente sobre as relações de poder no contato entre diferentes culturas.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
Coletânea de artigos na qual o historiador reflete sobre diversas questões relacionadas às tarefas de escrever e ensinar a história. Dentre os temas abordados estão a memória coletiva, as identidades e as relações de poder.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação:* mito & desafio – uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1990.
A autora apresenta a sua teoria de avaliação mediadora e desafia o mito da avaliação classificatória. Assim, ajuda a ressignificar essa prática como acompanhamento da construção do conhecimento dos estudantes. Para isso, apresenta exemplos de situações vividas nas escolas.

KELLAGHAN, Thomas; GREANEY, Vincent. *Uso dos resultados da avaliação do aproveitamento escolar*. Rio de Janeiro: Campus, 2009. v. 5.
Como transformar as conclusões extraídas das avaliações de aproveitamento escolar em políticas e práticas educacionais satisfatórias para o aprendizado dos alunos? Essa questão é o ponto de partida dos autores, que refletem sobre os subsídios que tornam uma avaliação eficaz.

KLEIMAN, Angela. *Leitura e interdisciplinaridade*. Campinas: Mercado das Letras, 1999.
Com o objetivo de apresentar propostas para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, o livro coloca como atividade central a leitura, acompanhada dos subsídios teóricos que a sustentam, dos modos de desenvolvê-la e de alguns exemplos.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RJ, 2006.
Nessa obra, o historiador debate a formação de um tempo histórico específico da modernidade, que articula passado, presente e futuro com base na concepção de um tempo inédito. Entre as discussões mais importantes estão aquelas sobre a história do conceito de revolução e sobre as relações entre espaços de experiência e horizontes de expectativa.

LACOSTE, Yves. *A geografia:* isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1988.
Nessa obra clássica, o geógrafo faz uma contundente análise das relações de poder que são inseparáveis da formação e do desenvolvimento do campo disciplinar da Geografia. Seus questionamentos se dirigem às funções políticas e militares do conhecimento geográfico bem como à falta de debates epistemológicos que permitam a construção de uma geografia crítica.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza:* como fazer ciência na democracia. Bauru: EDUSC, 2004.
O livro discute em termos epistemológicos e políticos os desafios colocados à ciência do século XXI em razão das crises ecológicas e das dificuldades na construção de sociedades democráticas, que demandam um novo entendimento sobre as relações entre seres humanos e natureza.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
O livro analisa as diversas epistemologias construídas sobre o corpo pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e pelas Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Dessa maneira, constrói um diálogo interdisciplinar que permite refletir sobre o corpo humano na interface entre o cultural (antropológico e sociológico) e o biológico.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
O livro analisa em profundidade alguns conceitos fundamentais ligados à construção do conhecimento histórico. Além de conceitos como história, memória, decadência, calendário, também são investigadas algumas das polaridades que organizam o tempo histórico, como passado/presente, progresso/reação e documento/monumento.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar:* estudos e proposições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
O livro apresenta diversos estudos relacionados à avaliação da aprendizagem escolar e orienta sobre como torná-la um instrumento viável e construtivo. Uma obra direcionada a educadores e a estudantes de cursos de Pedagogia e licenciaturas.

MAGER, Robert F. *A formulação de objetivos de ensino*. Porto Alegre: Globo, 1976.
O autor defende, nesse livro, a ideia de que os problemas de desempenho escolar podem ser resolvidos, com frequência, se associarmos adequadamente às situações os conhecimentos científicos resultantes do estudo do comportamento humano.

MALAVASI, Maria Márcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes de; SORDI, Mara Regina Lemas de. *Avaliação educacional:* caminhando pela contramão. São Paulo: Vozes, 2012.
Os processos de avaliação em três níveis são abordados pela obra: a avaliação de sistemas (ou de redes), a avaliação institucional e a avaliação do professor em sala de aula.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita:* repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
A obra propõe uma mudança de paradigma na forma como construímos o conhecimento sobre o mundo. Trata-se de uma das referências mais importantes no debate contemporâneo sobre complexidade e interdisciplinaridade na construção do conhecimento, inclusive na educação escolar.

MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
Essa obra discute as perspectivas desoladoras da sociedade global do início do século XXI, buscando caminhos para enfrentar os grandes problemas atuais. Para tanto, o autor desenvolve os conceitos de sua proposta de reforma do pensamento, que parte do reconhecimento de seu caráter complexo e interdisciplinar.

NÓVOA, António (org.). *Avaliação em educação*: novas perspectivas. Porto: Porto Editora, 1999.
António Nóvoa faz uma avaliação de seu percurso no campo da História da Educação e oferece pistas para analisar a escola contemporânea e o traçado por ela desenhado com vistas ao futuro.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.
O livro analisa a construção do discurso, tecendo reflexões sobre os processos de ensino e aprendizagem.

PACHECO, José; PACHECO, Maria de Fátima. *A avaliação da aprendizagem na Escola da Ponte*. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
Instituição pública de Portugal, a Escola da Ponte promove, desde 1976, uma forma de aprendizagem fundamentada na autonomia do estudante e na relação solidária com seus pares e comunidade. Nesse livro, o idealizador da Escola da Ponte compartilha seu pensamento sobre como se processa a avaliação e a sua influência na forma como a aprendizagem acontece.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação:* da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
O autor mostra a complexidade do problema da avaliação, o qual se deve à diversidade das lógicas em questão, a seus antagonismos, ao fato de que a avaliação está no âmago das contradições do sistema educativo e, constantemente, na articulação da seleção, da formação, do reconhecimento e da negação das desigualdades.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
O livro é uma importante referência na educação por competências, concepção que tem sido adotada pelos sistemas de ensino no Brasil e no mundo. A interdisciplinaridade, as estruturas curriculares, entre outros temas são debatidos numa obra cujo eixo central é o desenvolvimento de competências como base de uma nova educação.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *A nova aliança:* metamorfose da ciência. Brasília: UnB, 1991.
Nessa obra, os autores propõem transformações no desenvolvimento da ciência no sentido da construção de paradigmas complexos e interdisciplinares.

PROST, Antoine. Os tempos da História. *In*: PROST, Antonie. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
O capítulo analisa a história do tempo como construção social, incluindo a trajetória dos calendários nas épocas antiga e medieval, bem como o surgimento de um conceito de tempo inédito, específico da modernidade. Discute ainda os procedimentos que os historiadores adotam para trabalhar com o tempo social.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
Nessa obra clássica, o antropólogo debate o conceito de cultura como simbolização, contrapondo-se às visões puramente utilitárias da dimensão cultural das práticas humanas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que avaliar? Como avaliar?:* critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 2014.
Quando o assunto é avaliação, a formação dos professores ainda não está sintonizada com as necessidades dos jovens, do dia a dia da escola e das questões que permeiam o século XXI. A obra ajuda a repensar práticas e a transformar a avaliação escolar numa ferramenta mais justa e criativa.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice:* o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1994.
O livro discute os desafios colocados à sociedade contemporânea diante da crise da modernidade e de seus paradigmas. Entre os temas debatidos estão a consciência política, a ética, a educação e a utopia, os paradigmas da modernidade e a crise que caracteriza a pós-modernidade.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo:* globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Edusp, 2008.
Numa série de ensaios, o geógrafo discute conceitos e métodos para a compreensão da globalização e de suas dinâmicas. São abordadas as novas contradições na organização do território e as novas características da urbanização.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI:* no *loop* da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
No livro, o historiador analisa as rápidas transformações tecnológicas, culturais e sociais do mundo contemporâneo, abordando a passagem do século XX para o século XXI. Os novos desequilíbrios e conflitos globais, os impactos de tecnologias ligadas à revolução microeletrônica e as questões ambientais e éticas da sociedade contemporânea estão entre os temas.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade:* uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
Livro que analisa a história das diferentes teorias a respeito do currículo escolar, refletindo sobre o saber, o poder e as identidades ao longo dessa trajetória.

STOPPINO, Mario. Poder. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.
Verbete sobre poder no mais renomado dicionário de política, elaborado por diversos autores, principalmente das áreas de Ciência Política e Filosofia. Assim como os demais verbetes, o conceito é discutido tanto em sua gênese histórica, quanto em sua pluralidade de usos e implicações nas teorias políticas contemporâneas.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
Reunião de alguns dos principais ensaios do psicólogo Lev Vygotsky. Sua psicologia do desenvolvimento analisa os processos cognitivos na construção do conhecimento.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTE VOLUME

Este volume aborda o Brasil e o mundo contemporâneos, desde as décadas finais do século XX até os dias atuais. São estudadas as disputas entre potências geopolíticas, as guerras civis, o papel de organismos internacionais e ONGs na política mundial, as crises humanitárias e a situação dos imigrantes e refugiados. A história política do Brasil e reflexões específicas sobre as lutas pelo direito à cidade, que valorizam o protagonismo dos jovens na defesa da cidadania no país. Estudos sobre os fundamentos históricos, filosóficos e sociais dos direitos humanos nos dias de hoje, bem como sobre as artes e suas muitas formas na realidade contemporânea, de maneira a valorizar os direitos humanos, a democracia e a liberdade de criação e expressão artística.

Objetivos

- Conhecer os principais conflitos e transformações globais na atualidade, seus impactos na realidade brasileira e no cotidiano dos jovens.
- Compreender a interdependência entre eventos e processos no mundo contemporâneo, de maneira a elaborar o conceito de cidadania global.
- Analisar criticamente o processo político brasileiro desde o término do regime civil-militar, valorizando a participação e o protagonismo dos jovens, em especial na luta pelo direito à cidade.
- Compreender os fundamentos históricos, filosóficos e sociais dos direitos humanos.
- Conhecer as concepções e os debates sobre a arte no Brasil e no mundo, valorizando a diversidade e a liberdade de produção artística.

Justificativa

Para que os estudantes exerçam seu protagonismo, é crucial a compreensão das múltiplas conexões entre as situações locais e as estruturas de poder global na atualidade. No mundo contemporâneo, encontramos situações conflituosas e intensas transformações econômicas, políticas e culturais que demandam uma construção complexa do conhecimento, de modo que os estudantes percebam as próprias ações como parte dessas relações. O conceito de **cidadania global** é construído por meio da compreensão de questões como o problema dos refugiados e o aquecimento global, que requerem uma política baseada em direitos de alcance mundial.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Também é indispensável o conhecimento da política brasileira contemporânea. No volume são analisados criticamente o processo de abertura e os diferentes momentos da Nova República brasileira. Também são estudados os conflitos sociais relacionados ao **direito à cidade**. Assim, os estudantes se formam para atuar em suas realidades locais como cidadãos do Brasil e do mundo, compreendendo a política em suas diversas esferas (do local ao global) e campos de atuação (da educação à luta por moradia).

Também são objetivos importantes a elaboração dos conceitos de **direitos humanos** e de **arte**, de maneira articulada. Os fundamentos históricos e filosóficos dos direitos humanos são estudados com base em vários autores e em experiências históricas diversas. As artes são analisadas em muitas formas de expressão, concepções estéticas e práticas sociais, incluindo manifestações contemporâneas do universo cultural das juventudes do Brasil. Dessa forma, o volume valoriza a liberdade de criação e expressão como um direito humano fundamental.

UNIDADE 1 Você é um cidadão global?

Temas

Percurso	Assuntos trabalhados	Temas Contemporâneos Transversais
1 Geopolítica e cidadania global no século XXI	• O conceito de cidadania global e os desafios sociais e ambientais do mundo contemporâneo • Nova Ordem Mundial Multipolar: aspectos geopolíticos • A política externa dos Estados Unidos no século XXI • A União Europeia e o Japão na economia mundial • Os BRICS e o papel geopolítico da China • A política externa do Brasil e os interesses das potências globais • A ONU: funções, organização, missões de paz e agências especializadas • Os organismos internacionais e os aspectos geopolíticos e humanitários dos conflitos na República Centro-Africana, da epidemia de ebola na África Ocidental, da insegurança alimentar na Somália e na Etiópia, das guerras civis no Sudão e na Nigéria, e da crise dos refugiados em Mianmar • O desenvolvimento nuclear do Irã e da Coreia do Norte, e a atuação da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) • O papel das ONGs: MSF, Repórteres Sem Fronteira e Transparência Internacional • A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a crise no Timor Leste • Cidadania global e mitigação de conflitos	• Educação em Direitos Humanos
2 Os conflitos regionais no mundo atual e seus impactos glo	• A demanda por uma agenda global de promoção dos Direitos Humanos • Pessoas em situação de deslocamento no mundo atual • Os desafios para a realização plena da cidadania dos refugiados no contexto brasileiro • Os refugiados no Brasil e as crises do início do século XXI: sírios, palestinos, venezuelanos, haitianos • A Primavera Árabe e suas consequências políticas, em especial a Guerra Civil na Síria • A complexidade ambiental, energética, geopolítica e cultural do Oriente Médio • Os conflitos entre Israel e Palestina e sua dinâmica territorial • [illegible] políticas e humanitárias no Haiti e na Venezuela • [illegible] bia e as tentativas de construção da paz • As inter-relações entre as várias regiões do mundo nos aspectos econômicos, políticos e socioculturais • O medo dos refugiados e o avanço da xenofobia • A cidadania global e os desafios da atualidade	

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Objetivos

- Reconhecer os principais conflitos do mundo contemporâneo, tendo em vista seus contextos específicos.
- Relacionar as características desses conflitos a um contexto histórico e geopolítico amplo.
- Conhecer a função e a atuação de organismos internacionais, alianças geopolíticas, ONGS, entre outros atores relevantes da política internacional.
- Avaliar os impactos éticos decorrentes dos conflitos contemporâneos na organização dos espaços e das sociedades atuais, elaborando o conceito de cidadania global.
- Compreender as crises humanitárias e os deslocamentos populacionais de uma perspectiva crítica, ética e de respeito aos direitos humanos.

Justificativa

Esta unidade aborda os principais conflitos políticos e as formas de reorganização socioeconômica do mundo contemporâneo, tendo como objetivos centrais o reconhecimento e a compreensão histórica e geopolítica desses conflitos.

Trata-se de estudar o **mundo multipolar** do início do século XXI para melhor entendimento de questões que envolvem guerras, revoltas populares, crises humanitárias, movimentos migratórios e políticas relativas às fronteiras e aos imigrantes e refugiados. Para isso, são abordados temas como o papel dos principais atores da **política internacional**, inclusive os Estados Nacionais, a ONU, as alianças de cooperação econômica e geopolítica, como o Brics, as ONGs sociais e ambientais, entre outros. Por sua vez, os **conflitos contemporâneos** na África, na Ásia, no Oriente Médio, no Leste Europeu e na América Latina são analisados tanto da perspectiva de seus contextos específicos quanto no que diz respeito a suas articulações com a geopolítica global.

Construir um entendimento histórico, geopolítico e ético dos conflitos e deslocamentos populacionais do mundo atual é crucial para que os jovens atuem com autonomia e compromisso com os direitos humanos em situações que demandam esses conhecimentos. Atualmente, as políticas imigratórias e de fronteiras são objetos de discursos e práticas xenofóbicos, que promovem o preconceito, o racismo e a intolerância em razão da desinformação a respeito desses temas. Nesse sentido, o conceito de **cidadania global** é construído ao longo do percurso, como eixo que permite situar as questões geopolíticas e históricas de uma perspectiva ética e de promoção do protagonismo dos jovens.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O trabalho com a BNCC

A BNCC nesta UNIDADE

Competências gerais: 1, 2, 7 e 10
Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1, 2, 3, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS201, EM13CHS204, EM13CHS205, EM13CHS305, EM13CHS503, EM13CHS504, EM13CHS603, EM13CHS604 e EM13CHS605
Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 3

Competências gerais da Educação Básica

Competência geral 1: é desenvolvida quando os jovens valorizam os conhecimentos históricos e geopolíticos sobre os conflitos globais e os utilizam para entender e explicar fenômenos como as guerras, as crises humanitárias e os deslocamentos populacionais. A unidade aborda essas questões de uma perspectiva ética, promovendo reflexões sobre a justiça, a democracia e a inclusão social.

Competência geral 2: é trabalhada na análise geopolítica do mundo multipolar contemporâneo, em temas relacionados com os territórios, fronteiras e relações de poder entre Estados nacionais. Entre os temas estão o papel das potências e dos organismos internacionais nas relações globais de poder; as atribuições e o funcionamento do Conselho de Segurança da ONU, das missões de paz, do Tribunal Penal Internacional, da Unicef, do Acnur e das ONGs em conflitos globais. Análises de conflitos específicos também desenvolvem esta competência, como os estudos sobre as crises envolvendo tecnologias nucleares

no Irã e na Coreia do Norte, a atuação do grupo extremista religioso Boko Haram na Nigéria, os conflitos entre Israel e Palestina, a crise dos refugiados em Mianmar.

Competência geral 7: trabalhada quando os jovens utilizam fatos, dados e informações confiáveis para formular argumentos e defender pontos de vista a respeito de problemas contemporâneos como as guerras, as revoltas populares da Primavera Árabe e os deslocamentos populacionais, em especial acerca do acolhimento de imigrantes e refugiados e do posicionamento diante da xenofobia.

Competência geral 10: contemplada nas atividades nas quais os jovens são provocados a formular propostas de ação pessoal ou coletiva para a resolução de conflitos armados no mundo contemporâneo e para o enfrentamento de problemas como a exclusão social de populações imigrantes.

Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Competência específica 1: é desenvolvida quando são analisados os principais conflitos globais da atualidade, como a Guerra Civil na Síria e a atuação do grupo religioso extremista Boko Haram na Nigéria. Os eventos e processos relacionados a esses e a outros conflitos são estudados tanto em seus aspectos locais e regionais (como conflitos religiosos, étnicos e que se relacionam à história do imperialismo europeu) quanto em articulação com a geopolítica global, o que permite melhor compreensão e posicionamento crítico diante deles, com base em argumentos e fontes das Ciências Humanas.

Competência específica 2: contemplada quando é estudada a formação do mundo multipolar, além de eventos e processos que envolvem disputas territoriais e políticas migratórias. A análise de conflitos como aquele entre Israel e os territórios palestinos possibilita explorar as relações de poder que determinam as territorialidades dos Estados Nacionais, bem como sua inserção nos embates geopolíticos globais.

Competência específica 3: é desenvolvida na análise dos impactos ambientais resultantes do desenvolvimento da economia global contemporânea, como lixo nos mares, proliferação de tecnologias nucleares e consequências da mineração na República Democrática do Congo.

Competência específica 5: é desenvolvida quando são tematizados os impasses dos deslocamentos humanos na contemporaneidade por meio da análise da situação dos imigrantes e refugiados no Brasil e no mundo. O trabalho desse conteúdo permite a identificação e o combate de injustiças, preconceito e violência, como a exclusão de direitos e a xenofobia.

Competência específica 6: contemplada nas diversas atividades que promovem o debate entre os jovens para que aprendam a formular seus argumentos e posicionar-se com autonomia e consciência crítica diante de temas como as crises humanitárias, as guerras e as políticas imigratórias no Brasil e no mundo.

Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

EM13CHS101: é desenvolvida ao trabalharmos as fontes e narrativas em diferentes linguagens, principalmente no estudo sobre os deslocamentos humanos contemporâneos. Os processos e eventos recentes relacionados aos imigrantes e refugiados são compreendidos por meio da análise de textos de diversas naturezas (incluindo notícias da imprensa, legislação, relatos pessoais etc.), além de muitas fotografias, tirinhas, charges, mapas e infográficos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

EM13CHS103: é trabalhada na elaboração de hipóteses e composição de argumentos com base em dados, informações e estudos sobre os conflitos e deslocamentos globais contemporâneos. Destaca-se o trabalho com mapas e infográficos em temas como os das áreas de influência das potências globais, as relações econômicas dos Estados Unidos e da China com os demais países, a situação da liberdade de imprensa no mundo, a epidemia de ebola na África Ocidental e os conflitos em Mianmar, na Nigéria e entre Israel e Palestina.

EM13CHS201: é trabalhada no estudo das relações entre as crises humanitárias e o deslocamento de populações, na análise dos principais deslocamentos no mundo contemporâneo, no estudo dos problemas enfrentados por imigrantes e refugiados em diversas situações (as travessias no Mediterrâneo, os latinos nos EUA, o caso Jean Charles de Menezes no Reino Unido, os decasséguis no Japão, os venezuelanos no Brasil, entre outros) e na problematização das políticas imigratórias contemporâneas diante da demanda de cidadania global.

EM13CHS204: é contemplada na avaliação de processos de formação territorial de diversos países, especialmente aqueles nos quais vêm ocorrendo conflitos étnicos e territoriais. Também é trabalhada quando são analisados o papel e a atuação de vários atores na formação desses territórios, inclusive os impérios coloniais na origem dos conflitos na África e as ações contemporâneas de organismos internacionais, ONGs e alianças comerciais e geopolíticas, como o Brics.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

EM13CHS205: é trabalhada na análise das territorialidades contemporâneas, sobretudo no estudo dos deslocamentos populacionais, em temas como os espaços culturais ligados às comunidades imigrantes no Brasil, os acampamentos de refugiados em Roraima e o papel dos imigrantes e refugiados nas políticas de urbanização.

EM13CHS305: é desenvolvida no estudo dos organismos internacionais em diversos âmbitos, incluindo os problemas socioambientais. É trabalhada também quando os jovens refletem sobre problemas como o lixo nos mares, as tecnologias nucleares e os impactos da mineração com base no conceito de cidadania global.

EM13CHS503: é desenvolvida quando são identificadas as violências relacionadas a guerras, catástrofes humanitárias e deslocamentos populacionais no mundo contemporâneo. Entre outros, são trabalhados temas como as crises de refugiados sírios, haitianos, venezuelanos e da minoria rohingya de Mianmar, além da situação dos imigrantes e refugiados de diversos países que sofrem com a exclusão social e a xenofobia.

EM13CHS504: é contemplada quando são analisados e avaliados ética e politicamente os impasses relacionados a transformações contemporâneas, como a persistência dos conflitos armados (por exemplo, da Colômbia, Nigéria e Síria), dos regimes autoritários (por exemplo, da Guiné Equatorial, Arábia Saudita e China), além dos desafios representados pelos deslocamentos humanos (por exemplo, a situação dos imigrantes e refugiados em diversos contextos específicos) e pelos problemas ambientais de alcance internacional (por exemplo, o lixo nos mares).

EM13CHS603: contemplada na análise da formação do Estado Nacional na África e no Oriente Médio, que envolve questões como as relações de poder impostas pela herança do imperialismo europeu, a construção da soberania e da cidadania dos novos Estados e os conflitos relacionados a grupos étnicos, culturais e religiosos que partilham o mesmo território.

EM13CHS604: é trabalhada quando são analisados e discutidos os papéis e as atuações de organismos internacionais como a ONU (inclusive a Acnur, as missões de paz

e o Conselho de Segurança), além de organizações da sociedade civil, como as ONGs Médicos Sem Fronteiras e Repórteres Sem Fronteiras, na busca pela compreensão dos alcances e limites da atuação desses diferentes atores em conflitos globais.

EM13CHS605: é contemplada quando são estudados o papel e a organização da ONU e suas intervenções em casos de violações, como das missões de paz em diversos países. Na unidade, são analisadas as principais crises humanitárias contemporâneas, com destaque para a atuação dos organismos cuja função é agir em casos de violação dos Direitos Humanos, incluindo órgãos da ONU, ONGs, entre outros. Além disso, diversas atividades provocam os jovens a propor medidas concretas contra situações de injustiça, desigualdade e desrespeito aos Direitos Humanos.

Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Competência específica 3: é desenvolvida na investigação de situações-problema como as epidemias, a subnutrição e os impactos ambientais, que envolvem aplicações do conhecimento científico e tecnológico e recorrem a procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza na proposição de soluções para catástrofes humanitárias contemporâneas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Perfil do professor

Esta unidade poderá ser trabalhada pelo professor de **Geografia**, que terá condições de analisar os conflitos e os deslocamentos humanos de uma perspectiva geopolítica, com atenção a interesses territoriais, econômicos e políticos em disputa em contexto global. O estudo de questões como as áreas de influência geopolítica, as guerras civis em diversos países, a ocupação israelense na Palestina e as políticas imigratórias contemporâneas é uma oportunidade para a construção de conceitos como os de Estado Nacional, território e geopolítica, bem como para o aprendizado da leitura de mapas e dados e de informações sobre as dinâmicas territoriais e demográficas do mundo globalizado.

O professor de **História** terá condições de analisar as múltiplas dimensões de eventos e processos contemporâneos, como os conflitos armados, os atentados terroristas, as crises humanitárias e a propagação de discursos e práticas discriminatórios. A compreensão de acontecimentos marcantes do século XXI, como as guerras no Afeganistão, no Iraque, no Sudão e na Síria, demanda a análise das diferentes temporalidades que explicam esses conflitos.

Orientações didáticas

Abertura da unidade

Páginas 8–9

A unidade parte do conceito de cidadania global para trabalhar as principais características da geopolítica do século XXI, focando nas relações entre o local e o global e buscando incentivar o interesse dos estudantes pelo tema com base em temáticas e experiências que lhes são próximas.

Respostas

1. A fotografia refere-se ao fenômeno das imigrações contemporâneas e aos problemas humanitários relacionados aos fluxos migratórios, às fronteiras e à cidadania. Mostra a vista aérea de uma embarcação de imigrantes vindos da África que foram resgatados na Itália, na tentativa de ingressar clandestinamente no continente europeu.
2. Espera-se que os estudantes relacionem a fotografia aos fluxos migratórios contemporâneos e a tensões geopolíticas que envolvem o ingresso e a permanência ilegal de imigrantes em países desenvolvidos, em particular na União Europeia. Aproveite a questão para fazer uma avaliação diagnóstica

dos conhecimentos dos estudantes sobre as questões que podem ser relacionadas à imagem.

3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes visualizem no quadro de eventos as trajetórias de pessoas que tentam ingressar ilegalmente na Europa e processos mais amplos, cuja solução não se dá somente no contexto da vida pessoal. As guerras, as desigualdades entre países, as restrições aos direitos humanos e à cidadania e a atuação do capitalismo em âmbito global são exemplos de eventos e processos que ultrapassam a esfera da vida pessoal e requerem soluções globais.

Página 10

A cidadania global

Utilize o início da unidade para introduzir o conceito de cidadania global partindo da definição de cidadania e da visualização da interdependência global como um problema contemporâneo. Se possível, exiba para a turma o TED "O que significa ser um cidadão global", apresentado pelo jovem australiano Hugh Evans.

Respostas

A atividade tem o objetivo de provocar uma reflexão sobre o conceito de cidadania, fundamental à compreensão da ideia de cidadania global.

1. Na charge, o conceito de cidadania aparece vinculado ao respeito às normas – no caso, a reserva de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência.
2. O dever não respeitado foi o de respeitar a reserva de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência. E o direito não respeitado foi o acesso da pessoa com deficiência à vaga reservada para ela.
3. Resposta pessoal. Pode ser imaginado tanto um conteúdo relacionado aos direitos e deveres dos cidadãos de maneira ampla quanto um conteúdo específico sobre o respeito aos direitos dos deficientes físicos. O importante é que o estudante relacione cidadania a direitos e deveres que devem ser praticados cotidianamente.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 11

Respostas

O objetivo do texto é abordar um tema conhecido entre os jovens (a questão dos resíduos sólidos), apresentando-o sob uma perspectiva transnacional.

1. Por se tratar de um problema com efeitos planetários, a ilha de lixo demanda atenção de pessoas de diferentes países. Ele se relaciona, assim, ao conceito de cidadania global, uma vez que mobiliza a necessidade de soluções ao mesmo tempo locais e globais.
2. A situação descrita apresenta um problema que afeta todo o planeta, já que a poluição dos oceanos gera impactos globais. No caso específico, o plástico acumulado na ilha de lixo provém de diferentes países, originando-se de hábitos de consumo e de descarte em localidades diversas. Nesse aspecto, podemos dizer que a ilha de lixo é um bom exemplo da relação indissociável entre o global e o local no que diz respeito aos problemas ambientais.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes elaborem propostas de solução em âmbito local, que podem envolver a substituição do plástico por materiais biodegradáveis, a mudança de padrões de consumo, políticas de descarte, reutilização e reciclagem, entre outras. O importante é que eles relacionem problema global a ação local e percebam-se como protagonistas na resolução de questões fundamentais do mundo contemporâneo.

Percurso 1

Geopolítica e cidadania global no século XXI

Página 12

Para iniciar o percurso, situe a fragmentação política da União Soviética como momento de queda de uma ordem mundial bipolar, marcada pela competição entre potências e regimes durante a Guerra Fria.

O percurso prioriza as características da Nova Ordem Mundial multipolar em dois momentos: a década de 1990 (com a tríade Estados Unidos, União Europeia e Japão) e o cenário contemporâneo (multipolaridade complexa, com a tríade e as potências emergentes, como as do Brics, notadamente a China). O papel de alguns países é destacado, principalmente Estados Unidos, China, Índia, Rússia e África do Sul. Também são apresentadas as questões geopolíticas do Brasil. A Nova Ordem Mundial é caracterizada, ainda, pela multiplicidade de conflitos étnicos, religiosos, separatismos, guerras civis e intensos fluxos de imigrantes e refugiados.

Na investigação sobre a cidadania global, procura-se lançar luz sobre o papel das agências ligadas à ONU, como as missões de paz, a OMS, o Unicef, a FAO, a Aiea e o Acnur em diversos países. Aborda-se também o importante papel de Organizações Não Governamentais (ONGs), como Médicos Sem Fronteiras (MSF), Transparência Internacional e Repórteres Sem Fronteiras, em suas ações humanitárias e políticas, especialmente na valorização da democracia e da liberdade de imprensa.

Respostas

1. Na década de 1990, a Ordem Multipolar foi caracterizada por três polos principais de poder com suas respectivas áreas de influência mais diretas: os Estados Unidos (cuja influência estende-se ao Canadá e à América Latina), as potências da Europa Ocidental, como Alemanha, França, Reino Unido e Itália (com influência no Leste Europeu e na África), e o Japão (influência no leste e sudeste asiáticos, além da Oceania).
2. A divisão Norte/Sul correspondia à regionalização aproximada do mundo entre os países mais desenvolvidos (Norte) e os subdesenvolvidos (Sul). Todavia, essa divisão é questionável na atualidade, uma vez que muitos países do Leste Europeu e da Ásia Central são subdesenvolvidos ou emergentes. Além disso, a Austrália, localizada no Sul, é considerada um país desenvolvido.

Página 13

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Respostas

A finalidade é mobilizar o aluno para pensar sobre a Nova Ordem Mundial na atualidade como uma miríade mais complexa de potências globais e regionais, na qual a China aumenta sua influência sobre a Ásia (sul, sudeste e leste), a África e a América Latina com uma estratégia de cooperação e de investimentos que não foca nas mudanças de regimes políticos, ação que desaloja parte da influência europeia e dos Estados Unidos em muitos países.

1. No século XXI, os principais polos de poder geopolítico e econômico são as potências desenvolvidas, como Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido, além das potências emergentes, notadamente China, Rússia, Índia e Brasil.
2. A capacidade nuclear é restrita ao chamado "clube atômico", integrado por Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia, China, Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte.
3. A proliferação nuclear ao longo do tempo contribuiu para agregar poder a novas potências, caso da Índia. As armas nucleares conferem maior capacidade de dissuasão a países como a Coreia do Norte. O Irã, muito pressionado pela AIEA e pelas potências ocidentais, é signatário do TNP. Caso desenvolva armas nucleares no futuro, pode vir a consolidar ainda mais sua posição de potência regional ante adversários no Oriente Médio, como Arábia Saudita e Israel, e também perante potências ocidentais, como os Estados Unidos.

Página 14

Estados Unidos

Destaque a assimetria militar entre os Estados Unidos e as demais potências mundiais construindo o conceito de geopolítica em conexão com o poder econômico e militar e com a influência ideológica e de liderança internacional. Um esquema pode ser desenhado no quadro para relacionar essas diferentes dimensões da geopolítica.

Página 15

Política externa dos Estados Unidos

Apresente o problema do uso de novas tecnologias bélicas, como os drones. Dessa forma, é possível introduzir também o conceito de guerras híbridas e o uso da guerra cibernética para desestabilizar governos.

Contextualize a eleição de Donald Trump num momento em que a população dos Estados Unidos sente os impactos das crises capitalistas. Esses impactos são explorados pela extrema direita xenófoba e protecionista, revigorando inclusive tendências políticas francamente supremacistas e antidemocráticas que existem na sociedade estadunidense.

Página 16

Respostas

1. A fotografia mostra um centro de detenção provisório cheio de pessoas, inclusive crianças, sentadas no chão ou de pé. A cena expõe uma realidade que tem se tornado frequente durante o governo Trump, que foi eleito com um forte discurso anti-imigratório, acirrando sentimentos xenófobos e racistas na

sociedade estadunidense. Uma vez no governo, Trump tem endurecido leis imigratórias, até mesmo ao deter crianças nesses centros, que têm sido alvos de críticas e denúncias de violações de direitos humanos.

Análise: O caso Jean Charles de Menezes

A atividade tem o objetivo de estimular a reflexão sobre a questão do combate ao terrorismo e seus limites. Essa discussão torna-se relevante porque, desde os atentados de 2001 contra os Estados Unidos, aconteceram diversas violações de direitos por vezes justificadas pelos episódios de atentados terroristas. O caso Jean Charles mostra o entrelaçamento das políticas antiterror com preconceitos já enraizados nas sociedades dos países desenvolvidos em relação a imigrantes estrangeiros (e, muitas vezes, também a seus descendentes), alvos de xenofobia e de discriminação racial.

Respostas

1. Sim, ao considerar que as medidas de combate ao terrorismo devem envolver ações de inteligência, investigação e espionagem antes da adoção da repressão, a fim de não violar a privacidade e os direitos individuais, além de não provocar graves incidentes contra os direitos humanos, como a morte de inocentes – caso do brasileiro Jean Charles de Menezes.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam a cidadania plena, bem como o papel dos Estados Nacionais na garantia de direitos de cidadania. Em sua origem, a cidadania moderna está vinculada à história política de cada Estado, que define sua comunidade de "cidadãos" e delimita uma fronteira de inclusão/exclusão. A exclusão de imigrantes estrangeiros não é novidade na história da cidadania, mas a ideia de uma cidadania plena inclusiva com relação aos imigrantes também já existe há tempos. Por exemplo, países da América, como o Brasil e os EUA, foram bastante inclusivos com os europeus que cruzaram o Atlântico em busca de oportunidades ou fugindo das guerras e misérias do século XIX e início do século XX. Numa perspectiva de cidadania global, o ideal seria que os imigrantes, principalmente aqueles permanentes ou que ficassem longos períodos no país de destino, adquirissem cidadania plena, com os mesmos direitos conferidos aos demais cidadãos locais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 17

Potências da União Europeia e o Japão

Ao trabalhar este conteúdo, retome o primeiro mapa do percurso e situe as áreas de influência da União Europeia e do Japão nos anos 1990. Utilize o quadro que trata dos decasséguis para desenvolver a compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos tomando por base o caso dos nipo-brasileiros, que passaram a buscar oportunidades no Japão a partir da crise econômica na década de 1980. Relacione a corrente migratória com o contexto brasileiro, bem como a presença de descendentes de japoneses no Brasil como parte de um fluxo imigratório massivo entre os séculos XIX e XX.

Brics

Retome a discussão sobre a ordem multipolar pós-Guerra Fria. Contextualize o Brics como iniciativa de cooperação entre potências emergentes tendo por objetivo uma ordem mundial multipolar (e não unipolar, centralizada nos Estados Unidos).

Página 18

China

Contextualize o crescimento chinês e a consolidação do país como potência global como consequência de um modelo de crescimento estabelecido por Deng Xiaoping nos anos 1970, voltado à competição com as potências capitalistas. A proposta de análise do mapa objetiva estimular o entendimento do papel econômico e geopolítico da China.

Trata-se de refletir sobre as contradições. Por um lado, a sinergia econômica do capitalismo globalizado, das corporações transnacionais ocidentais e chinesas. Por outro, os pontos de tensão geopolítica no momento em que a potência hegemônica apresenta relativo declínio e uma nova potência está em ascensão. O caso da China

possibilita desenvolver a compreensão de conceitos, eventos e processos ligados à geopolítica mundial.

Página 19

Respostas

1. A legenda remete a uma relação entre potências com capacidade tanto para a colaboração quanto para o conflito. Os Estados Unidos e a China apresentam economias muito interdependentes. A China exporta produtos industrializados com menor custo para os Estados Unidos, que apresentam um setor terciário dinâmico e movido a consumo. Por sua vez, muitas empresas transnacionais provenientes dos Estados Unidos possuem filiais no território chinês, o que permite elevar sua lucratividade devido a vantagens fiscais e menor custo salarial. A remessa de lucros é substancial para a receita das empresas. A China também tem um papel central no sistema financeiro. Todavia, a desindustrialização dos Estados Unidos, o alto crescimento da economia chinesa e o aumento do poder geopolítico do país em termos militares e de influência global elevam o temor dos estadunidenses de perder a posição de principal potência global a médio prazo.
2. A partir dos anos 2000, vários países da América Latina e da África tornaram-se importantes fornecedores de *commodities* minerais e agrícolas para a China em decorrência do alto crescimento econômico, industrial e das infraestruturas no país asiático. O Brasil é grande fornecedor de soja e minério de ferro; o Sudão e o Sudão do Sul, de petróleo; a África do Sul, do carvão mineral; e a República Democrática do Congo, de cobre. A China tornou-se grande investidor [illegible] principalmente em setores como mineração e infraestrutura de transportes, como novas ferrovias. Essa relação também se dá com países como a Rússia, fornecedora de petróleo e gás natural para os chineses.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Análise: Jornalistas em perigo

Respostas

1. Entre os países em situação grave estão China, Irã, Iraque, Síria, Arábia Saudita, Egito, Sudão, Somália e Cuba. Em situação difícil, Rússia, Cazaquistão, Índia, Paquistão, Indonésia, Congo, Argélia, Bolívia, Colômbia, Venezuela e México, entre outros.
2. Solicite aos estudantes que pesquisem em fontes jornalísticas confiáveis, em ONGs atuantes na defesa da liberdade de imprensa e em estudos baseados nos conhecimentos e métodos das Ciências Humanas. As causas são, de maneira geral, a vigência de regimes autoritários ou semiautoritários, caracterizados pelo cerceamento da liberdade de imprensa e de expressão, além de perseguições e prisões de jornalistas.

Páginas 20-21

Índia

Contextualize os embates entre Índia e Paquistão nos conflitos do processo de independência com relação ao império colonial britânico. A formação de dois países, os conflitos entre eles pela região da Caxemira e o desenvolvimento de bombas atômicas por ambos são momentos cruciais dessa trajetória.

Rússia

Contextualize a Rússia pós-soviética, seu desenvolvimento em grande medida relacionado ao fornecimento de *commodities* energéticas para a Europa e suas iniciativas de manutenção de uma área de influência geopolítica euroasiática. Localize os conflitos na Chechênia e na Ucrânia, relacione as disputas locais, as identidades nacionais e religiosas e a competição entre potências em escala global.

Brasil

Faça uma leitura dialogada do texto e localize informações sobre as dimensões econômica, política e militar da inserção brasileira na ordem mundial. Contextualize o lugar do Brasil na geopolítica global no início do século XXI, situando as iniciativas de colaboração entre países emergentes (inclusive o Brasil) para a construção de um mundo multipolar.

Página 22

África do Sul

Contextualize a África do Sul como Estado democrático surgido a partir da ruptura com o regime do *Apartheid*. Esse conteúdo pode ser desenvolvido com uma pesquisa sobre a transição entre os dois regimes vivida no país.

Página 23

ONU em ação

Faça uma leitura mediada do texto e do infográfico sobre o Conselho de Segurança da ONU e contextualize a organização no pós-Segunda Guerra Mundial, bem como seu papel central na geopolítica global desde então. Aproveite para desenvolver a leitura da linguagem do infográfico, construindo com os estudantes a interpretação das regras de composição do Conselho de Segurança.

Apresente a concepção e o histórico recente das missões de paz da ONU; inclua não apenas o que se espera idealmente dessas iniciativas, mas também a abordagem crítica de seus resultados.

Página 24

Análise: A participação de mulheres em missões de paz

A proposta do texto é mobilizar o estudante a refletir sobre o papel da mulher no mundo contemporâneo em espaços antes restritos aos homens, como as forças de paz da ONU. É analisado o impacto da presença feminina nos quadros militares e nas intervenções em zonas conflituosas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Respostas

1. As ações da ONU, ao atuar em tropas de paz para países em conflito, são, por vezes, garantidoras de princípios básicos de cidadania e direitos humanos que costumam ser violados em zonas hostis. No caso da República Centro-Africana, entre essas ações estão projetos como os de acesso à água, à energia solar e à agricultura, que apoiaram comunidades vulneráveis.
2. A militar brasileira teve um papel importante no engajamento feminino nas comunidades locais, visto que facilitou as denúncias de casos de abuso sexual e violência contra as mulheres.
3. Resposta pessoal. Por um lado, as ações da ONU de valorização do protagonismo de gênero em vários Estados Nacionais e sociedades podem ser consideradas importantes, uma vez que destacam exemplos de atuação feminina que podem servir de inspiração para outras mulheres. Por outro lado, esse protagonismo tem sido limitado. Assim, é possível problematizar se a ampliação da participação militar feminina significaria de fato protagonismo na sociedade sem que ocorra uma mudança profunda nas estruturas de comando e em outras características das organizações militares, que têm sido moldadas por uma cultura particularmente masculina ao longo da história moderna.

Página 26

Respostas

1. Faça uma leitura mediada do mapa a fim de construir o significado da representação cartográfica com os jovens. O mapa divide as regiões de três países africanos (Guiné, Serra Leoa e Libéria) em diferentes tonalidades avermelhadas, que representam o número de casos confirmados de ebola durante a epidemia. As áreas mais escuras são aquelas em que os casos foram mais numerosos, ultrapassando a marca de 501 ocorrências. Elas estão presentes nos três países, o que revela o caráter internacional do problema.
2. Serra Leoa possui maior incidência de casos, com quase a totalidade de seu território acometido pela doença.
3. A cartografia tem grande importância na visualização e compreensão da dinâmica das epidemias e pandemias, permitindo focalizar esforços em regiões de maior risco e estabelecer estratégias mais eficientes de resolução do problema.

Página 27

O Tribunal Penal Internacional e o Sudão

O tema trabalhado pode ser aprofundado numa pesquisa sobre os processos políticos e econômicos que desencadearam a separação e a guerra civil. O conteúdo proporciona ao estudante a possibilidade de perceber a atuação de múltiplos fatores (político, econômico, ideológico) e as diferentes esferas (local, nacional, regional, global) dos conflitos.

Página 28

Respostas

O propósito da atividade é motivar o interesse pela história, pela geografia e pela política de um país africano com grandes dimensões demográfica e econômica, além de complexidade étnica e religiosa. A atividade também desenvolve o conceito de geopolítica.

1. A Nigéria destaca-se como expressiva exportadora de petróleo para países desenvolvidos e emergentes, e há muito tempo é alvo de investimentos de companhias petrolíferas transnacionais. A área de exploração de petróleo é o sudeste do país, o Delta do Rio Níger, região com características étnicas específicas e onde operou o grupo separatista Movimento de Emancipação do Delta do Níger (MEND).
2. Assim como a Nigéria, vários países adotaram a estratégia de deslocamento de suas capitais de centros muito populosos para regiões pouco povoadas do interior. O exemplo de Brasília, que se tornou capital em 1960, é uma referência importante. A questão econômica envolvida é o estímulo ao desenvolvimento regional. Já a questão política denota o deslocamento do centro de poder político para áreas cuja pressão popular é menor. Do ponto de vista social, os investimentos na construção de novas capitais poderiam ser destinados a setores sociais básicos que conferem maior cidadania à população, como moradia digna, saneamento básico, serviços de saúde e educação.
3. O Boko Haram, grupo extremista islâmico sunita, opera no nordeste da Nigéria, em estados como Borno, Yobe e Adamawa. Os países vizinhos afetados são Chade, Níger e Camarões. A resposta à questão da redução da violência é pessoal, podendo incluir medidas como a redução da desigualdade e a promoção de políticas sociais em regiões menos desenvolvidas para que a população se torne menos vulnerável ao assédio de grupos extremistas religiosos ou políticos. A redução da violência também [illegible] nas ações, nas mudanças nas forças militares, para que respeitem os direitos humanos, e no envio de forças de paz da ONU como medida auxiliar para estabilizar o norte da Nigéria.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 29

O Acnur e a minoria rohingya de Mianmar

Contextualize a crise dos refugiados rohingyas fazendo uma leitura mediada do mapa e do texto. Desenvolva a compreensão dos impactos das restrições à cidadania decorrentes da atuação de um regime autoritário sobre a população excluída – no caso, por razões religiosas. Apresente o Acnur e seu papel nas crises que envolvem refugiados.

Respostas

1. Em Mianmar, país de maioria budista, tem havido perseguição à população minoritária muçulmana rohingya, que está excluída de direitos e cidadania no próprio país. Assim, os rohingyas têm fugido para países vizinhos em diferentes direções, inclusive pelo mar, já que sua população está concentrada em região litorânea com acesso ao Oceano Índico. Ao norte, o destino da rota de fuga é Bangladesh e Índia; ao Sul, Tailândia, Malásia e Indonésia.

Página 30

Aiea, Irã e Coreia do Norte

Retome a história da bomba atômica e seu papel geopolítico na Guerra Fria para situar os conflitos atuais associados ao desenvolvimento de tecnologia nuclear pelo Irã e pela Coreia do Norte. Relacione os impasses nucleares iraniano e norte-coreano com a doutrina Bush, que estabeleceu como inimigo bélico dos Estados Unidos um suposto "eixo do mal", incluindo esses países e o Iraque (invadido pelos EUA naquele contexto). Por fim, trabalhe cada um dos contextos históricos locais com os estudantes, destacando, no caso do Irã, o papel da Revolução Islâmica nas tensões com os EUA; e, no caso da Coreia do Norte, a guerra e divisão nacional ocorridas durante a Guerra Fria, que ainda permanecem sem solução.

ONGs em ação

Conceitue as ONGs como organizações que não se enquadram nem nas estruturas de governos, nem nas de empresas, sendo definidas como organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atuam principalmente em questões sociais e ambientais.

Médicos Sem Fronteiras na República Democrática do Congo

Contextualize os conflitos no Congo no processo de colonização, marcado por um domínio particularmente brutal do império colonial belga na região, seguido por ditaduras apoiadas por diferentes potências e

por uma guerra civil que é o conflito mais letal do mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Destaque a importância de conhecer as riquezas que são disputadas no país para que sejam analisadas as forças em disputa, já que elas se articulam com a geopolítica global.

Página 31

Análise: Celulares: riqueza mineral e pobreza humana

O objetivo da atividade é desenvolver uma reflexão sobre as desigualdades associadas à divisão internacional do trabalho entre países exportadores de *commodities* minerais e países desenvolvidos e emergentes, onde se localizam os principais mercados consumidores para produtos de alto valor agregado. Também é importante a reflexão sobre as condições e os direitos dos trabalhadores na mineração.

Respostas

1. Entre os problemas ambientais observados na fotografia podem ser mencionadas a degradação do solo após o desmatamento e a exploração mineral.
2. Os trabalhadores têm condições de trabalho precárias e insalubres, o que afeta a cidadania de maneira ampla, já que viver e trabalhar nessas condições prejudica [illegible] políticos, econômicos, trabalhistas, ambientais, culturais, entre outros. Essas condições poderiam ser modificadas, por exemplo, com uma ação do Estado que estabeleça normas mais rigorosas para melhorar as condições de trabalho e segurança.
3. Na segunda fotografia, uma característica da sociedade capitalista atual é o consumismo – nesse caso, de produtos de alta tecnologia, como os celulares.
4. Na atual divisão internacional do trabalho, alguns países, como a República Democrática do Congo, participam como exportadores de *commodities* minerais de baixo valor agregado para nações desenvolvidas, como os EUA e países-membros da UE, e para emergentes, como a China. Na cadeia produtiva, o detentor da matéria-prima e seus trabalhadores costumam ficar com menos recursos econômicos. Essa relação, que guarda semelhança com relações coloniais, é injusta, já que há uma desigualdade extrema de acesso a direitos e oportunidades entre os seres humanos, a depender de seu país de nascimento.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 32

Transparência e corrupção: embate mundial

Desenvolva a compreensão da relação entre corrupção e falta de transparência. A corrupção define-se pelo desvio privado de recursos públicos, algo que pode ser combatido pela atitude, a princípio simples, de expor à sociedade as contas públicas de maneira ampla e idônea. Faça uma leitura dialogada do texto e do mapa para que os jovens observem a diversidade de situações que englobam corrupção no mundo.

Páginas 33–34

Respostas

O trabalho com o mapa tem a finalidade de motivar o estudante a refletir sobre um tema contemporâneo fundamental no debate político no Brasil e em vários países: a corrupção. A análise cartográfica possibilita identificar desigualdades e levantar hipóteses para os diferentes níveis de percepção de corrupção existentes no mundo.

1. O mapa apresenta grande disparidade dos países quanto ao Índice de Percepção de Corrupção. Os mais íntegros são os desenvolvidos, como Canadá, Noruega e Nova Zelândia. Entre as nações com maior grau de corrupção estão Venezuela, Somália, Congo, Afeganistão e Coreia do Norte.
2. Resposta pessoal. Algumas possibilidades são: implantação de legislações e penalizações mais rigorosas para agentes do Estado e empresários; medidas de fortalecimento das instituições democráticas, como maior independência entre os três poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo); a transparência das contas públicas; e o investimento em educação.

Respostas

1. A atividade proposta pode ser feita como um debate em sala de aula, no qual você deve atuar como mediador, incentivando que sejam apresentadas opiniões plurais, comprometidas com valores éticos, democráticos e de respeito aos direitos humanos. Outros casos de relações com regimes e governos autoritários que podem ser discutidos são os vínculos brasileiros com os regimes da Arábia Saudita, da Turquia, da Hungria e da Ucrânia.

As relações internacionais que envolvem práticas de corrupção também podem ser citadas ao abordar a atuação de companhias transnacionais em países como o Brasil.

A comunidade lusófona

Contextualize os conflitos nas ex-colônias portuguesas situando o processo de descolonização, os alinhamentos na ordem mundial bipolar da Guerra Fria, as guerras civis e as transformações geopolíticas desde a fragmentação da União Soviética.

Dentre as mudanças geopolíticas na África pós-Guerra Fria destaca-se a queda do regime de segregação racial conhecido como *Apartheid*, na África do Sul, já que esse regime, apoiado por EUA e Israel, confrontava-se com exércitos e grupos guerrilheiros de países vizinhos, acusados de oferecer suporte a supostos "terroristas", como eram denominados os militantes negros que lutavam contra a segregação racial no país.

Página 35

Análise: Ruanda: a transformação é possível

Respostas

1. Não. O exemplo de Ruanda demonstra que conflitos podem dar lugar à estabilidade quando os processos de paz são bem-sucedidos. Essa questão para problematizar a ideia de que há conflitos irremediáveis em determinadas partes do mundo, estigmatizadas pela guerra, como a África e o Oriente Médio.
2. Entre os atores internacionais, o texto destaca a ONU e as ONGs; entre os atores locais, pacifistas de diversos grupos étnicos, com destacado protagonismo feminino.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Cidadania global para mitigar e solucionar conflitos

Para encerrar o percurso, retome o conceito de "cidadania global". Instigue os estudantes a problematizar os conflitos geopolíticos atuais de uma perspectiva ética, de construção de uma ordem mundial mais justa, mais democrática e menos violenta.

O mais importante nesse encerramento é a compreensão de que esses conflitos se conectam globalmente e envolvem recursos naturais, disputa de mercados, diferenças de ideologia e de modelo de vida social e econômica, entre outros fatores.

Páginas 36-37

Atividades

Respostas

1. O trabalho dos jornalistas é fundamental para a cidadania, uma vez que o acesso à informação sem censura e quaisquer restrições políticas é a base para estimular as reflexões, a formação da opinião pública, o posicionamento político e o engajamento em ações que interferem no cotidiano, na sociedade e nos países. Atualmente, esse trabalho é ameaçado em diferentes regiões do mundo, de maneiras diversas, incluindo perseguição de jornalistas (censura, prisões, processos judiciais, ameaças, assassinatos etc.), deslegitimação do trabalho da imprensa (por exemplo, com a difusão de *fake news*, que se apropriam de elementos do discurso jornalístico para defender posições com base em informações falsas), entre outros procedimentos comuns em regimes e governos autoritários.
2. A atuação de organizações não governamentais e humanitárias, como Médicos Sem Fronteiras e Repórteres Sem Fronteiras, é essencial para o fomento da cidadania global em termos de promoção de direitos, como à saúde e ao acesso à livre informação, bem como na conscientização internacional sobre os problemas sociais e políticos e no encaminhamento de soluções.
3. Um dos fatores que interferem no maior ou menor grau de corrupção nos países é o nível de desenvolvimento da democracia em termos de instituições, processo eleitoral e engajamento no cotidiano. Outro ponto fundamental é o acesso à educação de qualidade. Regimes autoritários, democracias instáveis e problemas educacionais incorrem em grau mais acentuado de corrupção nas sociedades. A Transparência Internacional executa um papel relevante com a divulgação do Índice de Percepção de Corrupção, que possibilita a comparação entre países.
4. As missões de paz da ONU são muito importantes no processo de estabilização de países que vivem conflitos e guerras civis. Elas podem contribuir para melhorar as condições de segurança, prevenindo práticas de violência contra grupos sociais específicos e ajudando a engajar as sociedades em

soluções para os conflitos. As forças de paz da ONU contribuíram para dar fim a guerras civis e conflitos em países como Camboja, Timor Leste, Serra Leoa, Libéria e Ruanda.

5. O combate ao terrorismo pode ser realizado com ações de inteligência policial e militar, evitando práticas que violam a privacidade, os direitos humanos e até a legislação vigente em alguns países. Ao utilizar o terrorismo como justificativa para a violação de direitos fundamentais de seus cidadãos, os Estados optam por uma abordagem do problema que fere os próprios princípios sobre os quais se assentam as relações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

6. **a)** Resposta pessoal. A pesquisa objetiva fazer o levantamento dos países integrantes do Conselho de Segurança da ONU no momento em que o estudante estiver utilizando o livro. Ou seja, os membros permanentes e os membros rotativos. Uma das possibilidades é mencionar o G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) e selecionar outras nações que tenham importância geopolítica nos vários continentes. No caso da África, a Nigéria, a África do Sul e o Egito. Também pode ser questionada a adoção de critérios de poderio econômico e bélico para o ingresso nos espaços decisórios de âmbito global.

b) Resposta pessoal. É importante que a argumentação considere o papel do Conselho de Segurança no cenário internacional e as características do Brasil em termos demográficos, econômicos e geopolíticos na América Latina. Entre os fatores favoráveis, destaca-se a extensão territorial e a importância econômica do Brasil; como desfavoráveis, a instabilidade de seu regime político na última década e a recorrente violação de direitos por parte do Estado contra setores da população, com destaque para a juventude negra e periférica e para as minorias religiosas, étnico-culturais e sexuais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

7. • A política externa da China se notabiliza pela valorização da cooperação geopolítica, parcerias comerciais e investimentos. A economia chinesa marca forte presença fora da Ásia, especialmente na Oceania, na Europa e na África, por meio de rotas terrestres e marítimas.

• Procura-se a dinamização de rotas comerciais chinesas com outros continentes, com a implantação e a modernização de infraestruturas como grandes ferrovias e portos que conectam importantes cidades na Ásia (Astana, Daca, Teerã etc.), Europa (Berlim, Moscou etc.) e África (Lagos, Adis Abeba etc.).

• Predominam os modais ferroviário (ligando a China à Europa) e marítimo (com portos nos três oceanos). Quanto ao financiamento bancário, os países-membro do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura incluem quase todos os países da Ásia e da Oceania, além de países da África e da Europa. No caso da Nova Rota da Seda, a ideia é integrar mais a China com vários países por meio de modais de transporte e comércio exterior. Os interesses incluem a ampliação do acesso a *commodities* e a mercados consumidores, bem como maior influência geopolítica global.

8. Como principal potência global, os Estados Unidos operam em todo o mundo para assegurar seus interesses econômicos e geopolíticos. Quanto às alianças geopolíticas, destaca-se a aliança militar da Otan (com Canadá, Europa Ocidental, Leste Europeu e Turquia), remodelada após o término da Guerra Fria, incluindo países como Japão, Austrália e Nova Zelândia. Os EUA também têm Israel como aliado estratégico no Oriente Médio, sendo este um país inserido numa região importante para o suprimento de petróleo. A partir dos anos 2000, os Estados Unidos realizaram intervenções militares unilaterais guiadas pela Doutrina Bush no Oriente Médio, com custos geopolítico e financeiro elevados, denominados de "atoleiros" no mapa (Iraque e Afeganistão). As relações com a Rússia oscilam entre cooperação e tensão. Com a China, a parceria econômica é fundamental (comércio exterior e setor financeiro), mas também existe uma crescente rivalidade em razão da ascensão da China à categoria de potência global econômica (inclusive em termos tecnológicos) e geopolítica. Alguns Estados são vistos como "hostis" à influência estadunidense, tais como Cuba, Venezuela e Coreia do Norte. Na América Latina, o Brasil oscila nas últimas décadas entre uma posição de "resistência estratégica e anseio de autonomia" e fases de alinhamento geopolítico com os Estados Unidos. Os Estados Unidos possuem parcerias comerciais relevantes com várias regiões do mundo. O USMCA é um importante acordo comercial entre Estados Unidos, México e Canadá (o antigo Nafta). O país mantém relações comerciais importantes também com a América Latina (zona econômica privilegiada) por meio de acordos bilaterais com algumas nações da América Central e da América do Sul. Apresenta, ainda, cooperação crescente com a Índia, inclusive para fazer frente ao crescimento da influência chinesa na Ásia. Os EUA também são membros do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (Apec), embora o bloco não esteja representado no mapa. No governo de Barack Obama foram lançados tratados como o Transpacífico (com alguns países da

Ásia e da Oceania) e o Transatlântico (com países da União Europeia), porém, com o advento das políticas protecionistas do governo Trump, os Estados Unidos abandonaram o Tratado Transpacífico, e o Transatlântico não avançou. Esse país também fortaleceu as restrições para a entrada de imigrantes ilegais, representadas pela "barreira contra a imigração" na fronteira com o México, ou seja, instituiu maior vigilância, repressão e deportação de imigrantes, principalmente os provenientes da América Latina.

9. Com a descolonização dos países africanos, as novas nações independentes mantiveram as fronteiras coloniais herdadas do imperialismo europeu. Assim, muitos países africanos são multiétnicos e também apresentam diversidade religiosa. Em outros casos, uma etnia ou povo ficou dividida entre vários Estados. Os somalis, por exemplo, estão distribuídos por Somália, Etiópia e Djibouti. A permanência de fronteiras artificiais trouxe consequências políticas graves, conflitos étnicos e religiosos, guerras civis, movimentos separatistas, deslocamentos internos de refugiados, entre outras. Assim, fronteiras ainda estão sendo redesenhadas nas últimas décadas, a exemplo da independência do Sudão do Sul (maioria cristã e animista) do Sudão (maioria islâmica), em 2011. Outro caso foi a independência da Eritreia (maioria muçulmana), em 1994, da Etiópia. Grupos étnicos nômades, como os tuaregues no Saara do Mali, também apresentam aspirações de autonomia ou independência.

Percurso 2

Os conflitos e migrações no mundo atual e seus impactos globais

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Página 38

O percurso desenvolve a reflexão sobre a agenda de temas globais e suas relações como a principal característica da geopolítica do século XXI. Desse modo, são abordados os temas dos direitos humanos e, de forma mais específica, dos deslocamentos humanos decorrentes de crises políticas, sociais, econômicas ou ambientais. O objetivo é ampliar a sensibilidade para a relação entre local e global. O percurso está planejado para destacar situações globais que têm impactos diretos em nosso cotidiano; para isso, chamamos a atenção para o tema da fuga de populações e sua acolhida no Brasil.

Construindo uma agenda global

A imagem de abertura apresenta uma situação de conflito de rua entre policiais e um manifestante. Um debate pode ser iniciado com o propósito de discutir o direito à manifestação e as reações das instituições de Estado. Faça perguntas como:

- Os cidadãos são livres para se manifestar?
- Existe um limite para as manifestações?
- Como o Estado deve reagir?

Respostas

A atividade proposta ajuda a retomar os conteúdos do percurso 1, de maneira que o problema das conexões entre local e global seja recolocado nesse contexto didático.

1. Dentre os impactos de fenômenos globais na vida particular e comunitária do estudante podem ser destacados: a chegada de imigrantes e de refugiados de regiões que passam por conflitos e crises humanitárias (Síria e Venezuela, por exemplo); as variações nos preços de mercadorias em razão de embates comerciais e geopolíticos (como nos casos de combustíveis); e a difusão de informações falsas e discursos preconceituosos que alimentam sentimentos contrários a determinados atores geopolíticos globais (como os conteúdos difundidos sobre a China no contexto da pandemia de covid-19).

Página 39

Migrantes e refugiados: vidas em movimento

Esta seção introduz historicamente a questão dos refugiados de guerras e de conflitos políticos, remetendo ao período das Guerras Mundiais. Nesse momento, é interessante destacar o quanto as guerras e revoluções foram importantes nas grandes migrações europeias que fazem parte da história da formação brasileira.

Faça uma leitura mediada das definições dos conceitos de "Apátridas", "Refugiados", "Solicitantes de Refúgio", "Deslocados Internos" e "Retornados", apresentando as diferenças entre as diversas populações

de deslocados que estão sob a responsabilidade do Alto Comissariado para Refugiados (Acnur) da ONU.

Visualize com os jovens o papel do Acnur na garantia da segurança das populações que se deslocam em função de guerras e de crises humanitárias a elas relacionadas.

Páginas 40-41

Análise: Refugiados no mundo

O infográfico traz diversas camadas de informação. A proposta da atividade é fazer com que o estudante cruze essas informações para formar juízo próprio sobre o tema. A sugestão é que, em grupos, os estudantes possam discutir as questões propostas e realizar um pequeno fórum para debater o item 3.

Respostas

1. Uma possibilidade de análise é o cruzamento da informação de que 80% dos refugiados vivem em regiões próximas de seus países de origem com os dados que indicam que as populações da Síria, do Sudão do Sul e do Afeganistão formam 57% do contingente mundial de refugiados sob a responsabilidade do Acnur. A correlação entre esses indicadores permite dizer que grande parte dos deslocados está na Ásia e na África.
2. Apesar de muitos países com boas condições econômicas e [illegible] se receberem refugiados, [illegible] que existe uma onda massiva de deslocamentos para os países desenvolvidos.
3. Resposta pessoal. Nesse debate, é importante relacionar a violência física sofrida por populações minoritárias ou historicamente oprimidas com a violência simbólica e discursiva que a legitima. Geralmente, episódios como os massacres de grupos étnicos, religiosos ou raciais minoritários e desprivilegiados ocorrem quando já foram difundidos discursos de ódio a respeito desses grupos, envolvendo racismo, xenofobia e outras formas de preconceito e discriminação.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Refugiados no Brasil

Ao trabalhar este conteúdo, procure problematizar visões preconceituosas presentes no senso comum a respeito dos imigrantes e refugiados. Para contrapor essas visões, recorra aos conhecimentos das Ciências Humanas, valorizando seus estudos, métodos e fontes. Destaque a multiplicidade de origens dos refugiados no Brasil, provenientes de 90 países, bem como a relevância do fluxo de venezuelanos em razão da crise humanitária em seu país, ligada a conflitos geopolíticos globais.

Respostas

1. As solicitações de refúgio no Brasil aumentaram entre 2012 e 2015 e entre 2017 e 2019, sendo 2016 o único ano de queda. O aumento mais acentuado ocorreu em 2017 e 2018.
2. O aumento está diretamente relacionado ao agravamento dos conflitos políticos e às crises humanitárias na Venezuela e no Haiti, além de outras situações em diversos países com menor impacto nos dados analisados. Em 2017 e 2018, ápice do crescimento, a imensa maioria dos que solicitavam refúgio eram venezuelanos.

Página 42

Análise: Como é ser refugiado no Brasil?

A atividade visa provocar uma reflexão sobre as condições de integração da população de refugiados ao contexto econômico e social brasileiro. A narrativa da angolana revela as dificuldades, comuns a muitos que chegam ao país, na experiência cotidiana, não se limitando a um conceito abstrato e distante da realidade.

Respostas

1. Violência urbana, desemprego, racismo e discriminação.
2. Garantias de não repatriamento e acesso aos serviços públicos.
3. O gráfico possibilita muitas interpretações, mas seria interessante apontar para o número de pessoas que estão fora do mercado de trabalho (25%) e das que trabalham por conta própria (17,9%). Isso indica a precarização dessa população em relação ao mercado de trabalho.

Página 43

Crises do século XXI

O gráfico indica a origem dos solicitantes de vistos de refugiados no Brasil. Leia-o

com os estudantes e os instigue a formular hipóteses para o predomínio de venezuelanos e haitianos.

Análise: Uma feira de refugiados

A atividade poderá ser realizada em grupos de quatro alunos. Seu objetivo é tornar o tema do estrangeiro refugiado algo que possa ser visível no cotidiano dos estudantes.

Respostas

1. Resposta pessoal. Oriente a reflexão dos estudantes sobre o processo de integração de imigrantes e refugiados no Brasil, e busque valorizar a diversidade cultural proveniente das trocas e interações com diferentes povos.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem a feira Chega Junto ao conteúdo da unidade e utilizem o conceito de cidadania global. A valorização da diversidade, das trocas culturais e da abertura e acolhimento a pessoas que buscam por refúgio são atitudes importantes para a realização dessa concepção de cidadania.
3. Resposta pessoal. Se possível, solicite uma pesquisa sobre os refugiados em sua localidade. Nesse caso, aproveite a ocasião para desenvolver as aprendizagens de pesquisa em Ciências Humanas; peça aos estudantes que elaborem questionários e pedidos de autorização para a realização de entrevistas.

Páginas 44-45

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Primavera Árabe

Faça uma leitura mediada do mapa e identifique os países de maioria árabe que passaram por grandes manifestações, deposições de governos e guerras civis. A Primavera Árabe foi mais vigorosa na Tunísia, no Egito, na Líbia, na Síria e no Iêmen. É importante contextualizar a importância geopolítica da região: destaque a história de domínio imperialista europeu desses países, suas lutas por independência e formação de Estados Nacionais.

A imagem da Guerra Civil na Síria deve alimentar uma discussão sobre as dimensões da destruição que atingiu a população do país, e ainda sobre o que significa viver uma guerra nos dias de hoje. O conflito sírio é um dos maiores da história das últimas décadas e provocou a fuga de milhões de pessoas, principalmente para países vizinhos, como Turquia, Jordânia e Iraque. A reflexão pode ser realizada com toda a turma, de maneira que sejam expressos diferentes pontos de vista sobre as causas e consequências das guerras e sobre como promover uma cultura de paz em âmbitos local, nacional e global.

Páginas 46-47

Palestina

Contextualize a construção do muro na Cisjordânia. Existe uma radicalização na região, e o muro é o resultado do fracasso de diversas rodadas de negociação para a estabilização do conflito Israel-Palestina. Ao mesmo tempo, a imagem do muro deve servir como metáfora para abordar várias situações de segregação.

Respostas

Faça uma leitura mediada de cada um dos mapas e situe os diferentes momentos do conflito. Contextualize a criação do Estado de Israel, que, por um lado, liga-se à Segunda Guerra Mundial, quando a população judaica da Europa foi perseguida, e, por outro, relaciona-se com o longo histórico de imperialismo europeu nos países árabes.

Os mapas devem ser utilizados para que o estudante visualize a dimensão territorial do processo histórico árabe-israelense. É importante observar a expansão de Israel e entender as principais fronteiras do conflito.

1. Gaza aparece no mapa de 1947 como parte da "Proposta de Estado palestino"; no de 1949, como "Administração militar egípcia em Gaza"; e no de 1967, como parte dos "Territórios ocupados por Israel" (que incluem toda a península de Sinai). No mapa de 1973-2010, Gaza aparece como parte dos "Territórios palestinos" e como "Território evacuado por Israel em 2005". A região, portanto, passou por diferentes ocupações e jurisdições ao longo dos séculos XX e XXI, sendo um dos focos do conflito Israel-Palestina.
2. No mapa de 1947, Jerusalém aparece como "área internacional"; no de 1949, como área dividida entre Israel e Jordânia; no de 1967, é indicado que

Jerusalém Oriental foi anexada por Israel; e no mapa que abrange o período entre 1973 e 2010, a cidade aparece em território ocupado por Israel. Jerusalém é o centro principal das tensões e conflitos na região, pois é um centro religioso importante para o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, recebendo peregrinos desde a Antiguidade.

Página 48

Haiti

Contextualize o Haiti como único país do continente americano onde a independência foi realizada e liderada por pessoas que nasceram escravizadas, o que tornou esse processo muito mais profundo na ruptura com o regime colonial, levando à abolição da escravidão, do domínio branco e do modelo de economia exportadora com concentração de terras. Por sua radicalidade, a ruptura que o Haiti viveu há mais de 200 anos motivou uma postura de isolamento por parte dos outros países do continente.

A imagem do terremoto no Haiti pode ser utilizada em uma comparação com a da guerra civil na Síria. As catástrofes humanitárias podem ter causas diversas, mas são comparáveis do ponto de vista de seus efeitos, como grande número de desabrigados, problemas de saúde pública com a desnutrição [illegible] populações [illegible] condições de sobrevivência, entre outras consequências.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O terremoto aprofundou uma crise política e social muito longa. É importante que o fenômeno natural não seja apresentado de forma isolada, como se sua dimensão fosse a única explicação para o evento catastrófico. As consequências do desastre natural devem ser correlacionadas com a situação de pobreza e desigualdade do país. A busca de refúgio pela população se deve, portanto, a uma situação mais complexa, que envolve as condições socias e políticas do Haiti. Nesse sentido, é possível comparar os impactos do terremoto com os de desastres em países desenvolvidos, como os abalos também intensos que o Japão já sofreu, sem que isso provocasse uma catástrofe social dessa dimensão.

Página 49

Venezuela

Apresente a imagem do protesto apontando aspectos da crise na Venezuela. O tema em questão são as dificuldades da população civil no acesso a condições básicas de sobrevivência, especialmente abastecimento de alimentos nas cidades. A fotografia deve ser contextualizada, indicando que faz parte de um processo que se relaciona com a crise política e econômica do país.

Página 50

Análise: Imigração e transformação urbana

Respostas

1. A chegada de uma população proporcionalmente muito grande sobrecarregou os serviços urbanos, saturou o mercado de trabalho local e aumentou a população que dorme na rua. A imagem demonstra a situação precária de moradia dos refugiados.
2. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam a xenofobia como uma forma de discriminação direcionada a estrangeiros, e que proponham medidas para superá-la nessa situação concreta. Entre outras medidas, podem ser debatidas formas de inclusão econômica e no mundo do trabalho, programas de acolhimento emergencial, campanhas de conscientização, além da atuação da justiça criminal para coibir atos de violência, intolerância e discriminação contra os refugiados venezuelanos.
3. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes relacionem a questão com as aprendizagens em torno do conceito de "cidadania global", associando a situação dos refugiados à demanda por um acolhimento universal dos direitos humanos. Problematize respostas que culpabilizam os refugiados por sua situação vulnerável, lembrando que guerras, catástrofes, crises humanitárias e outros fatores não foram opções na vida dessas pessoas. Problematize também falas que possam reproduzir estigmas e preconceitos direcionados a esta ou a outras populações estrangeiras que vivem no Brasil.

Páginas 51-52

Colômbia

Contextualize os conflitos na Colômbia, iniciados no período da Guerra Fria, quando os Estados Unidos apoiaram militares e paramilitares contra guerrilhas socialistas e de libertação nacional. Situe a tentativa de construção de um consenso negociado desde 2016, quando o principal grupo guerrilheiro do país abriu mão da luta armada em troca de sua participação regular na política do país, como um partido. Atualmente, esse consenso tem sido dificultado em razão da continuidade de atuação de grupos paramilitares, que não aceitaram o processo de paz.

O global no local e vice-versa

Para concluir o trabalho do conteúdo desta unidade, retome o conceito de "cidadania global", de maneira que os jovens compreendam o constante impacto das ações locais, individuais e coletivas em escala global.

Página 53

Prática de pesquisa: Como atuar diante dos problemas do mundo contemporâneo?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Esta prática de pesquisa pode abranger temas como o deslocamento de populações, as transformações ambientais e as estratégias de intervenção de organizações mundiais em diferentes partes do mundo. É importante reiterar que o objetivo do questionário é propiciar um entendimento mais ampliado e diagnóstico de uma problemática, para que sejam pensadas possibilidades de intervenção a partir dele.

- **Junte-se, organize-se!:** nessa etapa, talvez seja necessário orientar os estudantes para que solucionem questões logísticas: uso de computadores na escola, dias em que um monitor estará disponível para auxiliar nas entrevistas etc.
- **Aprofunde!:** caso as entrevistas ocorram por meio de encontros, oriente os estudantes no planejamento e na realização. Será preciso autorização e agendamento prévios, seja a entrevista feita presencialmente, seja realizada por *e-mail* ou papel.
- **Analise, compartilhe!:** a exposição dos resultados deve observar a objetividade com relação aos questionamentos propostos, o diálogo com os conteúdos da unidade, a utilização dos conhecimentos e procedimentos das Ciências Humanas e a postura ética e crítica dos jovens diante da realidade na qual exercem seu protagonismo.

Páginas 54-55

Atividades

Respostas

1. Os deslocados internos são pessoas que deixaram suas moradias e lugares em decorrência de conflitos internos de natureza étnica, religiosa ou política. Diferentemente dos refugiados, eles não cruzam as fronteiras de seu país.
2. A Primavera Árabe foi uma série de movimentos populares de contestação aos governos dos países árabes no norte da África e no Oriente Médio. Os levantes não tiveram coesão e apresentavam diversas reivindicações. Genericamente, suas principais bandeiras foram a democratização, o desenvolvimento econômico e o combate à corrupção. O impacto do movimento foi desigual. Alguns países passaram por transformações políticas significativas, como a Tunísia, enquanto outros mergulharam em violentos conflitos com elevadas perdas humanas e numerosos refugiados, a exemplo da Síria, da Líbia e do Iêmen.
3. Dependente de recursos advindos da produção de petróleo, a Venezuela teve graves problemas econômicos devido à queda do preço internacional do produto. As tensões entre os governos da Venezuela e dos Estados Unidos levaram a uma crise diplomática que restringiu o acesso do país latino-americano ao mercado internacional, o que aprofundou a crise interna.
4. A Colômbia atravessou um longo conflito que envolveu o governo, guerrilhas (Farc e ELN), paramilitares (UAC) e o crime organizado, que comanda o narcotráfico. O acordo de paz entre o governo e a

guerrilha de esquerda Farc transformou a guerrilha em um partido político convencional, método já utilizado na pacificação de países como Guatemala e El Salvador.

5. Resposta pessoal. O estudante, com base no que apreendeu durante os percursos, vai destacar os fundamentos do conceito de cidadania global. É importante que seja compreendida a interdependência entre conflitos locais e nacionais e a situação global.

6. O mapa representa o fluxo de imigrantes por motivação econômica e de refugiados que partem do norte da África e do Oriente Médio em direção aos países da União Europeia, atravessando o Mar Mediterrâneo. O mapa destaca três rotas, ocidental, central e oriental. Os fluxos se intensificaram no período em função das consequências da Primavera Árabe, da guerra civil na Síria, dos conflitos no Egito e na Líbia, além da instabilidade na Tunísia e Argélia. Os imigrantes sírios partem principalmente do porto turco de Bodrum.

7. Os fatores de saída podem ser muito variados. A Bolívia, a Argentina e o Peru são países vizinhos, cujos imigrantes geralmente buscam oportunidades de trabalho no Brasil. A Colômbia, além dessa razão, tem passado por conflitos violentos há muitas décadas, o que leva à migração de populações.

O Haiti tem vivido tragédias humanitárias relacionadas a conflitos políticos, à ocupação militar por forças de paz da ONU (liderada pelo próprio Brasil), ao terremoto, às epidemias de cólera, além de problemas socioeconômicos que já caracterizam o país desde antes do golpe de estado de 2004.

Estados Unidos, China, [illegible] globais cujas populações tendem a acompanhar (embora nem sempre em grande número) a expansão de seus capitais pelo mundo. No caso dos EUA, os imigrantes também incluem muitos pastores e missionários de igrejas que atuam nos dois países. Já no caso da China, há pessoas em busca de oportunidades de trabalho e também aquelas que entram com pedidos de refúgio por se tratar de um Estado autoritário, com histórico de repressão política e a minorias étnicas.

Portugal tem longos vínculos históricos com o Brasil, já que foi o Estado que colonizou o território brasileiro antes da independência. Os dois países mantiveram intensas relações comerciais, políticas e diplomáticas desde então. Portugal nunca deixou de ter trânsito migratório bilateral com nosso país, em razão de afinidades culturais, linguísticas e de ligações familiares entre pessoas dos dois países. Além disso, há uma grande proporção de estudantes portugueses vivendo no Brasil (e, ao mesmo tempo, muitos estudantes brasileiros em Portugal).

Quanto aos fatores de atração, a imensa desproporção do Sudeste é o traço mais marcante, que diz respeito à concentração industrial, urbana e de capitais nessa região, atraindo a imigração tanto de trabalhadores qualificados e executivos de empresas transnacionais quanto de pessoas que saíram de contextos sociais precários em busca de oportunidades de trabalho. Também no caso dos refugiados, a existência de maiores oportunidades de renda atrai um grande número de pessoas a metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro.

O Sul aparece como segunda região de maior atração também em razão das oportunidades de trabalho, em diferentes níveis de renda. No caso do Nordeste, destaca-se uma presença importante de imigrantes dos Estados Unidos, que incluem, além de empregados e executivos de empresas transnacionais, pessoas que buscam o Brasil por seus destinos turísticos mundialmente famosos, que conquistam por suas paisagens e culturas.

8. Os bolivianos, haitianos e colombianos ingressaram no Brasil em condições sociais menos favoráveis. Em sua maioria, vão se constituir em trabalhadores com baixos rendimentos. Esse é o caso dos haitianos empregados na construção civil como pedreiros, dos bolivianos que trabalham como costureiros na indústria de confecções e dos colombianos que atuam como comerciários. Os estadunidenses, chineses e portugueses ingressam no país com melhores condições econômicas. Os estadunidenses são, em sua maioria, sacerdotes e estudantes; os portugueses, empresários e estudantes; e os chineses, comerciários e empresários.

9. **a)** Resposta pessoal. Entre os exemplos que destacam a inclusão social para os imigrantes: II (repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação) e XI (acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social).

b) A Lei de Migração no Brasil é condizente com o princípio da cidadania global, uma vez que possibilita ao imigrante formas de integração na sociedade brasileira, condena atos de xenofobia e garante direitos igualitários (educação, saúde, seguridade social, acesso ao mercado de trabalho, entre outros).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

UNIDADE 2 Política para quê?

Temas

Percurso	Assuntos trabalhados	Temas Contemporâneos Transversais
3 O protagonismo da juventude na redemocratização do Brasil	• As Diretas Já e o protagonismo político juvenil no movimento • O futebol e a vivência democrática • A formação da Nova República e a Constituição de 1988 • A fragilidade da construção democrática brasileira: "transições negociadas" • A Lei da Anistia e suas contradições • O governo Collor e o papel dos jovens no *impeachment* • A Era FHC e o Plano Real • A Era Lula e Dilma e o processo de *impeachment* • Os movimentos de 2013 e a participação juvenil • Protagonismo juvenil no Brasil contemporâneo • A Era Temer e o governo Bolsonaro	• Trabalho • Vida familiar e social
4 Política no espaço urbano	• O direito à cidade: a quem pertence a cidade? • Tendências atuais do debate político e econômico brasileiro • A cidade como espaço de protagonismo juvenil • O direito à cidade no Brasil Contemporâneo: periferia e segregação • Vivências, resistências e protagonismos de distintos grupos sociais • Os desafios da reconfiguração social, econômica e ambiental do território brasileiro nas últimas três décadas • Os problemas decorrentes da urbanização e a desigualdade econômica na apropriação dos espaços • Cidadania e/ou consumo: o dilema ético da implementação de políticas públicas na Nova Era Democrática • A degradação ambiental e seus reflexos na estrutura territorial e social brasileira: pobreza e violência nos grandes centros urbanos • Problemas sociais e ambientais nas cidades brasileiras: habitação, saúde, educação, transporte • Formas de participação política	

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Objetivos

- Compreender o processo histórico de formação política do Brasil pós-ditadura tendo em vista seus contextos específicos e eventos mais significativos e valorizando a importância da democracia.
- Analisar criticamente o processo de transição democrática no Brasil, reconhecendo seu caráter negociado e identificando os principais atores políticos da história do regime constitucional de 1988.
- Relacionar as características do desenvolvimento político brasileiro contemporâneo às transformações sociais, econômicas e espaciais mais recentes, avaliando o impacto das decisões políticas na vida das pessoas.
- Conhecer e debater alguns dos principais conflitos sociais que envolvem os direitos no Brasil, em especial o direito à cidade, compreendendo a política como disputa.
- Reconhecer-se como protagonista das transformações políticas e sociais no mundo contemporâneo em esfera local, nacional e global, posicionando-se e formulando propostas diante de questões como as desigualdades sociais, a gentrificação e as políticas ambientais.

Justificativa

A unidade aborda a redemocratização do Brasil pós-Ditadura Civil-Militar e tem por objetivo principal a formação do jovem como protagonista da vida política em diversas esferas. A **valorização da democracia** requer conhecimento dos processos históricos que a produziram, bem como a prática do debate plural sobre os direitos e sobre as dificuldades em sua efetivação na sociedade brasileira contemporânea.

A análise do processo de **abertura política** possibilita ao jovem identificar os atores mais influentes da política brasileira nesse período, como os partidos e seus líderes, a mídia, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil e as mobilizações da juventude. O estudo dos processos da Anistia, das Diretas, da Constituinte e das primeiras eleições presidenciais democráticas pós-Ditadura proporciona a visualização dos atores, das disputas e das negociações que permitiram o estabelecimento de um regime constitucional democrático no país.

Na unidade são estudados os diferentes governos da Nova República brasileira. A esfera das decisões políticas é relacionada à das transformações socioeconômicas e espaciais, a fim de compreender os contextos socioeconômicos dos eventos e processos políticos quanto para perceber os impactos das decisões políticas na vida das pessoas.

Os aprendizados sobre a cidadania e a participação política no Brasil se desdobram para além da análise dos eventos e processos mais marcantes da política nacional, já que a unidade também inclui as lutas cotidianas por direitos. São abordadas questões como o direito à cidade, a construção de alternativas alimentares, as desigualdades sociais em contextos urbanos e rurais, a gentrificação, a degradação ambiental, a pobreza, a violência e as lutas pela realização de direitos à habitação, à saúde, à educação e ao transporte. Essas análises são orientadas com o objetivo de promover o protagonismo dos jovens e a valorização da cidadania e da democracia no Brasil, diante de problemas sociais e de ameaças ao regime constitucional de 1988.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O trabalho com a BNCC

A BNCC nesta UNIDADE

Competências gerais: 1, 2, 5 e 7
Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 2, 3, 4, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS203, EM13CHS204, EM13CHS205, EM13CHS304, EM13CHS403, EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS602
Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 1
Competência específica de Matemática e suas Tecnologias: 1

Competências gerais da Educação Básica

Competência geral 1: é desenvolvida na utilização e valorização dos conhecimentos das diversas disciplinas das Ciências Humanas para explicar a realidade brasileira atual. Isso ocorre em estudos de temas como as crises econômicas, as transformações sociais e os conflitos urbanos e rurais no país durante as últimas décadas, tendo por objetivo a colaboração do jovem para a construção da democracia.

Competência geral 2: é contemplada no exercício da curiosidade intelectual e no recurso às abordagens científicas em atividades que promovem a análise de eventos, processos e problemas sociais

contemporâneos. Trabalham essa competência o estudo das políticas econômicas dos anos 1980 e 1990 e dos processos que produzem exclusões e diferenças sociais no acesso a direitos no Brasil contemporâneo.

Competência geral 5: é trabalhada em atividades que envolvem a utilização de tecnologias digitais para pesquisa e acesso a informações confiáveis. Isso ocorre em análises sobre os dados socioeconômicos de diferentes governos, sobre as desigualdades no Brasil em contexto global e sobre o déficit populacional no país, entre outros temas.

Competência geral 7: é desenvolvida nas diversas atividades que promovem o debate e a argumentação, com base em dados e informações confiáveis, sobre temas como a liberdade de expressão, a lei da Anistia, o movimento dos caras-pintadas, o direito à reeleição presidencial, as manifestações de 2013, entre outros. Além disso, a unidade inclui conteúdos que descrevem e analisam processos de debate e deliberação, desde a definição de planos diretores urbanos até as políticas globais no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competência específica 2: é desenvolvida na análise territorial dos conflitos sociais brasileiros, em questões como as desigualdades e formas de segregação urbanas, a gentrificação e as migrações entre regiões do país.

Competência específica 3: é trabalhada na análise dos impactos socioambientais da aplicação de diferentes políticas, tanto em esfera nacional (como nas mudanças de políticas governamentais para o meio ambiente) quanto nas dinâmicas locais (como nas lutas urbanas que envolvem problemas como a degradação ambiental e seu impacto sobre populações pobres).

Competência específica 4: é desenvolvida na análise socioeconômica do Brasil contemporâneo, em temas como as crises financeiras e inflacionárias, a aplicação de modelos econômicos neoliberais e neodesenvolvimentistas, a desindustrialização e as disputas econômicas e sociais.

Competência específica 5: é trabalhada nos estudos e debates sobre formas de injustiça e violência, que incluem as desigualdades sociais e de acesso a direitos básicos como moradia, alimentação, saúde, educação. Também é desenvolvida na problematização da violência urbana e rural no Brasil, objetivando a adoção de princípios democráticos e de respeito aos Direitos Humanos.

Competência específica 6: é contemplada em atividades que promovem debates sobre a participação e o protagonismo dos jovens na política em diferentes momentos (ditadura, abertura, "caras-pintadas"), o processo de "reconciliação" na abertura política brasileira, as estratégias de *marketing* político na Nova República, os movimentos de luta por moradia, entre outros temas. A pesquisa também desenvolve a prática do debate livre e responsável.

Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

EM13CHS203: é desenvolvida nas análises sobre a dimensão espacial das desigualdades, por meio de conceitos como segregação, exclusão, invisibilidade, gentrificação, entre outros. Os conceitos de centro e periferia e de cidade e campo são trabalhados de forma que se relativizem as visões dualistas que os caracterizam no senso comum.

EM13CHS204: é contemplada no estudo das territorialidades dos problemas sociais e dos conflitos urbanos no Brasil contemporâneo, em estudos sobre temas como

as transformações urbanas, as formas de segregação, os conceitos de centro e periferia, o adensamento, a gentrificação, as práticas culturais nas cidades, a gestão urbana, o déficit habitacional, os movimentos de luta por moradia e as desigualdades sociais em diferentes regiões do Brasil.

EM13CHS205: é trabalhada na análise das dinâmicas territoriais urbanas, em especial aquelas que envolvem o protagonismo jovem, como estudos sobre iniciativas culturais nas periferias ou sobre as lutas pela mobilidade urbana, entre outros.

EM13CHS304: é contemplada em leituras e atividades que relacionam as políticas governamentais e a ação de empresas e de indivíduos a seus impactos socioambientais. Isso ocorre tanto no estudo da política nacional desde a abertura política quanto no estudo dos conflitos urbanos, já que ambos os temas incluem problemas e disputas que envolvem o meio ambiente.

EM13CHS403: é desenvolvida na caracterização e análise de transformações tecnológicas e de seus impactos sociais, em especial na conceitualização do meio técnico-científico-informacional e nos estudos sobre as transformações urbanas no Brasil contemporâneo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

EM13CHS501: é trabalhada na formação dos jovens como sujeitos éticos, por meio de leituras e debates que promovem o posicionamento com base em fundamentos como a liberdade, a cooperação, a autonomia e o empreendedorismo, em temas como a economia criativa, o déficit habitacional e os modelos divergentes de política econômica no Brasil contemporâneo.

EM13CHS502: é desenvolvida na análise de situações cotidianas, em atividades que promovem a desnaturalização de desigualdades, exclusões e invisibilizações sociais. A habilidade é trabalhada tanto no estudo da história política e social brasileira, em temas como as políticas econômicas dos diferentes governos da Nova República, quanto no percurso sobre o direito à cidade, em especial quando é problematizada a segregação no espaço urbano.

EM13CHS602: é contemplada no estudo do processo de abertura política no Brasil e nas análises de eventos, períodos e processos da Nova República, nas quais são desenvolvidos os conceitos de ditadura e de democracia em torno de diversos temas, como a liberdade de expressão, a repressão política, o pluralismo democrático, as formas de participação, a inclusão na cidadania, entre outros. Também está presente nos conteúdos sobre os problemas e conflitos urbanos no Brasil, em especial quando são abordados os temas da participação política e da liberdade de organização e manifestação.

Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Competência específica 1: é desenvolvida na análise de fenômenos e processos que envolvem a interação entre seres humanos e natureza, especialmente nos estudos sobre a cidade e o campo, que incluem temas como os modelos de agricultura, abastecimento e consumo no Brasil contemporâneo, além de propostas para enfrentar problemas como a insegurança alimentar e a degradação ambiental.

Competência específica de Matemática e suas Tecnologias

Competência específica 1: é contemplada na utilização de estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos para o estudo da sociedade brasileira, em especial na análise das desigualdades sociais e dos índices de desenvolvimento.

Perfil do professor

O professor de **História** poderá trabalhar os conteúdos desta unidade de forma que sejam destacadas as inter-relações entre eventos e processos do Brasil contemporâneo, articulando o estudo de eventos políticos como a Anistia, as Diretas, a Constituinte, as eleições dos diferentes governos e as crises políticas da Nova República com os processos sociais e econômicos que permitem explicá-los.

A unidade também pode ser trabalhada pelo professor de **Sociologia**, que poderá desenvolver conceitos como desigualdade, exclusão social e segregação, além de analisar os conflitos sociais, com destaque para seus diversos atores. Temas como os movimentos sociais urbanos e rurais ou, ainda, o protagonismo dos jovens na política podem receber uma abordagem aprofundada dessa disciplina.

Também é adequada para o desenvolvimento desta unidade a colaboração do professor de **Geografia**, que poderá utilizar os conceitos e métodos de sua disciplina para o estudo dos conflitos urbanos. A compreensão do direito à cidade e de processos contemporâneos como a gentrificação, [illegible] novas formas de exclusão podem ser abordados nessa perspectiva.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Orientações didáticas

Abertura da unidade

Páginas 56-57

Respostas

1. Com base na imagem, proponha uma "chuva de ideias" tendo por objetivo conhecer as representações dos estudantes sobre o significado de suas ações durante o ano de 2019. Naquela oportunidade, eles protagonizaram uma série de iniciativas contra as políticas de corte de gastos na educação, principalmente no âmbito federal. Refletir sobre a intenção dos jovens e as razões que os levaram àquelas manifestações é o primeiro passo para discutir o tema mais amplo da unidade: "Política para quê?". Afinal, qual deve ser o papel político dos jovens e as formas de luta e resistência do movimento estudantil em uma sociedade democrática?
2. Proponha à turma que comece pensando sobre os espaços e a organização política em sua unidade escolar, caso existam coletivos, grêmio estudantil, organização dos professores, de famílias em torno de temas que debatam a educação. Em seguida, amplie o olhar para assuntos em evidência no momento. Em alguns casos, unidades escolares possuem conselhos e espaços que estimulam a participação e a construção coletiva. Assim, esse tipo de debate pode mobilizar ainda mais para o tema da unidade.
3. Proponha aos jovens que exponham seus pontos de vista. Peça-lhes que apresentem exemplos. No caso de baixa participação ou de falta de interesse pelo assunto, provoque-os resgatando a imagem e mostrando exemplos de mobilização da juventude na história brasileira, o que pode incluir depoimentos pessoais e casos que tenham ocorrido recentemente.

Página 58

A política e as diferentes perspectivas

Como registramos na abertura, a política deve ser entendida como disputa. Nesse caso, o próprio termo **contingenciamento**, colocado de maneira oficial pelo governo, é um dos alvos das críticas aos cortes de verbas públicas e sucateamento da educação. Por outro lado, os argumentos da gestão no período permitem compreender que se trata de uma medida necessária para o ajuste das contas do governo e o combate às fraudes, entre outras intenções que igualmente precisam ser abordadas. Assim, apresente ao grupo textos com posições distintas, que podem servir como um dos recursos para o início da conversa e dos estudos. Importante frisar que, em um primeiro momento, não buscamos respostas fechadas – pelo contrário. É preciso escutar diferentes vozes, considerar a forma e o embasamento dos argumentos, problematizar o protagonismo e a participação juvenil, enfatizar os preceitos democráticos e de pluralidade de ideias, desde que submetidas aos valores

e premissas dos Direitos Humanos e da cidadania. Além disso, nem sempre as ideias apresentam apenas uma perspectiva.

Faça uma leitura mediada do trecho de Norberto Bobbio para que os jovens percebam o direito como resultado de relações de poder e do embate entre visões de mundo e interesses diversos. Exemplos da história dos direitos podem reforçar essa percepção, como o do embate entre direito à liberdade e direito à propriedade na sociedade escravocrata brasileira, que tinha um regime político e jurídico liberal, no qual a propriedade dos senhores prevalecia sobre a liberdade dos escravizados, um entendimento questionado por abolicionistas também em nome dos direitos.

Ampliando

Sobre o contingenciamento de gastos, podem ser acessadas as seguintes matérias:

- FERNANDES, Marina Rossi. Corte ou contingenciamento, quem está certo na guerra de narrativas da educação? *El País*, São Paulo, 2 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689_188552.html. Acesso em: 22 jul. 2020.
- PERA, Guilherme. MEC libera 100% do orçamento de universidades e institutos federais. MEC, Brasília, 18 out. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=81431. Acesso em: 22 jul. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 59

Respostas

Após um breve trabalho sobre eventos que apresentam debates acerca da existência ou não de censura, a turma precisa conhecer o artigo 5º, se possível de maneira mais aprofundada sobre o que significa uma cláusula pétrea (que não pode ser alterada por emenda constitucional). Visualize com os jovens como o texto constitucional está organizado, em incisos, artigos e parágrafos. Relacione o debate com a questão da imposição de limites às expressões que violam direitos humanos e constitucionais, objeto de análise na sequência desta atividade.

1. Sim, pois se trata do livre exercício do direito de expressar ideias, manifestar-se e reivindicar posicionamentos diante de autoridades do Estado. Esse direito é garantido tanto pela legislação brasileira quanto por documentos como declarações e convenções da ONU. O texto de Bobbio ajuda a compreender o choque entre a reivindicação de um direito fundamental (a memória e a verdade sobre torturados, mortos e desaparecidos pelo regime civil-militar) e um direito que foi estabelecido por uma transição democrática negociada, na Lei da Anistia.
2. De acordo com os preceitos constitucionais e os Direitos Humanos, fazer apologia e defesa da tortura não pode ser considerado liberdade de expressão, uma vez que viola a Carta Magna brasileira e a legislação nacional, que garante a proteção dos direitos fundamentais. O grupo deve compreender com muita clareza a distinção entre liberdade de expressão – direito fundamental e assegurado pela Constituição – e apologia ao crime. Relacione a discussão aos debates atuais sobre esse limite no Brasil e no mundo, suscitando a reflexão ética com base na análise do tema, dos fatos e da imagem sugerida.

Percurso 3

O protagonismo da juventude na redemocratização do Brasil

Páginas 60-61

Para contextualizar o regime civil-militar brasileiro de 1964, retome conhecimentos do Ensino Fundamental e conteúdos que já tenham sido trabalhados no Ensino Médio sobre o tema.

Análise: A luta pela democracia

Respostas

1. Ela revela a capacidade de mobilização de amplos setores da sociedade brasileira e pode ser percebida como elemento de análise histórica e como memória de uma época na qual o povo se posicionou como sujeito histórico coletivo e como agente de transformação.

2. Porque a fotografia registra uma imensa presença das pessoas no espaço público, reivindicando diante do poder público. Público é o que é comum a todos os cidadãos, sendo a rua um espaço que materializa e simboliza o conceito.
3. Sim. O objetivo era a conquista do direito de eleger diretamente o presidente do Brasil, já que, desde 1964, o país vinha sendo governado por presidentes impostos pelo regime civil-militar. Além das eleições diretas, os manifestantes defendiam diversas bandeiras democráticas, como o fim da repressão política e a conquista de direitos ao trabalho, à saúde, à educação, à igualdade racial etc.
4. À grande mobilização popular ocorrida no contexto das Diretas Já.
5. Ao contrário do que ocorrera em anos anteriores, após os impactos da crise do petróleo, desde o final dos anos 1970, a Ditadura Civil-Militar teve dificuldades em manter o apoio de uma grande parcela da população, em razão da falta de uma resolução para problemas como a inflação e a carestia. Além disso, a mobilização democrática ganhou força ao longo dos anos 1980, articulando diferentes setores descontentes com o regime numa campanha cuja bandeira central eram as Diretas Já. As manifestações como a registrada na fotografia foram os grandes símbolos de uma mudança de posicionamento de grande parte da população quanto ao regime.

Página 62

Sociedade, participação política e "transições negociadas"

Descreva a trajetória de intervenções e golpes militares no Brasil desde 1889 e ressalte as dificuldades em estabelecer no país um regime constitucional republicano livre da tutela das Forças Armadas, em especial do Exército. É possível desenvolver esse conteúdo de forma mais aprofundada com a elaboração de uma linha do tempo que inclua eventos e processos, como: o golpe republicano de 15 de novembro de 1889, a ditadura conhecida como República da Espada (1889-1894), as decretações de Estado de Sítio durante a Primeira República, a Revolução de 1930, o Golpe do Estado Novo, em 1937, o golpe contra Getúlio, em 1945, as tentativas de golpe militar no período democrático de 1945 e 1964, o golpe de 31 de março de 1964 e seus desdobramentos, como os Atos Institucionais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 63

Respostas

1. Resposta pessoal. O exercício do protagonismo juvenil, em qualquer contexto histórico, é fundamental para o aprimoramento da própria cidadania e das instituições democráticas.
2. A canção pode ser percebida como um libelo contra a ditadura, ou seja, de que o processo histórico é dinâmico e traz consigo a possibilidade de transformações contínuas, ainda que retrocessos também existam. Embora datada, a canção pode ser percebida para além de seu contexto imediato, ao propor uma reflexão sobre a capacidade de mobilização, de resiliência e resistência dos sujeitos sociais.

Página 64

Desenvolva a compreensão dos jovens a respeito das relações de poder e dos interesses em jogo na política brasileira durante os regimes autoritários. Descreva o caráter negociado da transição, que levou a uma ordem democrática que manteve disposições legais autoritárias, como a possibilidade de uso do Exército para garantia da lei e da ordem, o caráter militarizado do aparato de segurança pública e a ausência de punição para as violações dos Direitos Humanos promovidas pelo regime civil-militar.

Página 65

Respostas

1. Resposta pessoal. A reconciliação é um procedimento necessário para promover a paz em contextos de conflitos que dividem populações de um país, sejam eles políticos, religiosos ou étnicos. Entre as contradições da "reconciliação" brasileira que têm um sentido de concessão à ditadura estão a manutenção de um aparato de segurança pública militarizado e submetido às Forças Armadas, a preservação de uma formação militar fundamentada em narrativas e valores da Guerra Fria e a própria Lei da Anistia, que deixou sem possibilidade de julgamento os crimes do regime.

Vozes: Therezinha Zerbini

O conteúdo sobre Therezinha Zerbini pode ser usado para aprofundar a análise das resistências ao regime civil-militar, que não se restringiram a movimentos pelo voto direto para presidente: havia bandeiras diversas relacionadas aos Direitos Humanos e à democracia.

Páginas 66-67

A Democracia Corinthiana

A experiência da "Democracia Corinthiana" deve ser trabalhada levando-se em conta o contexto histórico da época. Importante considerar, por exemplo, que em 1984, quando o desafio proposto por aquela experiência ganhava os estádios de futebol, num claro gesto de luta pela volta à normalidade democrática, parte expressiva dos deputados federais entenderam ser mais prudente não provocar os militares, tanto que não foi aprovada a Emenda Dante de Oliveira, que propunha o retorno das eleições diretas para presidente da República. Ao trabalhar o tema, registre com os estudantes que essa experiência democrática ultrapassou as fronteiras de nosso país. Na época, o escritor uruguaio Eduardo Galeano observou:

> Por volta de 1982, em plena ditadura militar, os jogadores do Corinthians tomaram o poder. Eles, os jogadores, decidiam tudo, se reuniam e democraticamente, por maioria, elegiam o método de trabalho, os sistemas de jogo, os horários de treinamento, a repartição do dinheiro... Votavam absolutamente tudo. Se previam os piores augúrios, mas durante [illegible] convocou as maiores multidões nos estádios do Brasil, além de ganhar consecutivamente o campeonato paulista durante 2 anos oferecendo o mais bonito futebol de todos. A experiência da "Democracia Corinthiana" foi breve, mas valeu a pena.

GALEANO, Eduardo. *Apud*: GERÓNIMO, Alan. Democracia Corinthiana: quando o futebol desafiou a ditadura. *Esquerda Diário*, [*s.l.*], 4 jul. 2016. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Democracia-Corinthiana-quando-o-futebol-desafiou-a-ditadura-Parte-I. Acesso em: 22 jul. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Páginas 68-69

Análise: A constituição cidadã

Respostas

1. Sim, pois não há dúvida quanto ao clima de euforia e de felicidade de amplos segmentos da sociedade civil com o fato de o país, naquele momento, "virar a página" de um regime de exceção e inaugurar uma etapa democrática. A citação, por parte do autor, de charangas, bandeiras, faixas, pessoas de diferentes idades e condições sociais evidencia o estado de espírito de uma época.
2. A insatisfação com o regime autoritário atingia amplos setores da sociedade brasileira, que se manifestaram de maneira efusiva com a sinalização de que a eleição de Tancredo Neves, ainda que indireta, apontava para novos horizontes, com mais liberdade, respeito aos Direitos Humanos e aceleração da transição democrática.

Uma "Nova República"?

Ao abordar a Constituição de 1988, analise cada um dos tópicos e contextualize as lutas por direitos democráticos, trabalhistas, dos povos indígenas, entre outros. As políticas econômicas do governo Sarney podem ser abordadas por meio de uma pesquisa complementar sobre as políticas monetárias e a inflação no Brasil durante os anos 1980 e sobre os impactos do fracasso dessas políticas em termos de crise social (com muitos saques e conflitos urbanos e rurais), como o enfraquecimento do regime e a organização de setores populares para reivindicação de melhores condições de vida, segurança alimentar, moradia, salários, respeito aos direitos trabalhistas etc. Dessa maneira, desenvolve-se a análise de processos e eventos ligados à economia na realidade contemporânea.

Página 70

Respostas

1. Porque o direito ao voto não apenas aprimora a cidadania e a educação política dos jovens como também incorpora seu protagonismo à construção histórica do país.
2. O exercício desse direito serve não somente como "treino", mas amplia o próprio conceito de cidadania por meio da eleição e da cobrança dos representantes eleitos.
3. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante se posicione diante das alegações da autora com argumentos sobre a participação dos jovens e seu exercício da cidadania, valorizando seu protagonismo na democracia.

Página 71

Análise: A disputa eleitoral de 1989

Respostas

1. A imagem de um político jovem, arrojado, sem compromisso com a "velha política".
2. Enquanto Lula tinha sólida base partidária, Collor valeu-se de um partido com pouca tradição na vida política brasileira. Ambos nordestinos, Lula tinha origem operária, já Collor vinha de uma família tradicional e representava as aspirações da burguesia; Lula defendia um projeto de esquerda e Collor se vinculava a um projeto liberal.
3. Resposta pessoal. Espera-se que o jovem observe na afirmação de Snyder a valorização da memória histórica sobre eventos e processos do passado para a ação no tempo presente.
4. Resposta pessoal. Espera-se que os jovens descrevam características das campanhas dos candidatos de forma a visualizarem o papel do *marketing* na construção de suas imagens. Collor tinha apelo entre os jovens por ser mais jovem que os demais candidatos e por ostentar um estilo de vida no qual se apresentava em carros importados, motos e *jet-skis*, remetendo a desejos de consumo da juventude.
5. Resposta pessoal. O uso das cores nacionais tem um apelo de afirmar a unidade do projeto político com os anseios e valores do país como um todo, sendo uma propaganda tipicamente nacionalista. A unidade de anseios e valores não existe na realidade concreta de uma sociedade com milhões de pessoas com interesses, ideias e vivências distintas, mas é afirmada com frequência [illegible] de maneira a apresentar o adversário como representante de uma minoria contrária à maioria da nação, que ameaça sua suposta harmonia. Ao avaliarem se o uso das cores nacionais foi uma boa estratégia de Collor, os jovens podem apreciar a questão tanto do ponto de vista da eficiência da estratégia de *marketing* (que foi vitoriosa) quanto do ponto de vista ético (já que ela propaga uma ilusão a respeito da unidade dos brasileiros em torno da candidatura).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 73

Análise: Quando os estudantes fizeram história

Respostas

1. Não, uma vez que o texto evidencia que as manifestações dos "caras-pintadas" dirigiam-se também contra a política econômica então colocada em prática pelo presidente.
2. Resposta pessoal. A expressão "fazer história" deve ser entendida no sentido do exercício de um protagonismo em relação à forma de encaminhamento de eventos e processos políticos de grandes implicações, nesse caso, o *impeachment* de Collor. Entre as justificativas pelo "sim" podem ser mencionados o predomínio de jovens nos atos de rua, a liderança exercida nas mobilizações por organizações estudantis e o sucesso dessas mobilizações, que levaram à queda do presidente e outras consequências. Pelo "não" pode-se argumentar que a queda de Collor foi fruto de pressões de setores mais amplos, inclusive de parte do empresariado e da classe média que o apoiaram a princípio, mas que se voltaram contra seu governo depois de políticas desastrosas, como o confisco das poupanças e as disputas de interesse entre parcelas da burguesia brasileira.

Páginas 74–75

Análise: O plano que acabou com a inflação no Brasil

Respostas

1. Não, uma vez que o fracasso desse modelo em planos econômicos anteriores evidenciou que a política de estabilização monetária teria de seguir outro caminho.
2. A paridade cambial gerou problemas em vários setores da indústria nacional, considerando-se que, em função de 1 real equivaler a 1 dólar, verificou-se um grande estímulo às importações. Por outro lado, dificultou as exportações à medida que encareceu os preços dos produtos brasileiros no mercado externo.
3. A estabilidade macroeconômica tornou possível aos empresários planejar novos investimentos sem temer o "fantasma" da inflação, favorecendo também a classe trabalhadora, uma vez que o processo inflacionário deixou de corroer seus rendimentos.

A Era FHC e o Plano Real

Ao abordar o governo FHC, contextualize a aliança na qual sua candidatura se apoiou. De um lado, o PSDB (formado por um setor do antigo MDB que reunia intelectuais de centro-esquerda que se opuseram à ditadura, como o próprio presidente, e que conquistou amplos segmentos da classe média ao longo dos anos da abertura política); de outro, o PFL (que era a antiga Arena, partido pró-regime civil-militar organizado por oligarquias estaduais ligadas às concessões de grandes emissoras de televisão).

Aborde também o projeto de integração do Brasil à tentativa de construir um consenso neoliberal liderado pelos Estados Unidos, observando, assim, o governo FHC num contexto global de atuação daquele país e de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) na imposição de um modelo de gestão econômica e monetária que envolvia a privatização de serviços públicos e a primazia da rigidez dos gastos públicos nas decisões sobre políticas em todas as áreas, além de estabelecer condições ao país para obtenção de colaboração e de empréstimos e renegociações de dívidas.

Respostas

1. Oriente os jovens para que pesquisem em fontes confiáveis, acadêmicas, oficiais e da imprensa. Trata-se de denúncias de compra de votos de deputados pelo governo, que não foram apuradas à época e resultaram apenas na renúncia de dois deputados para evitar a cassação dos mandatos.
2. Resposta pessoal. A possibilidade de um referendo faz sentido em matérias que alteram decisivamente a política de um país, como a reeleição. Argumentos favoráveis e contrários podem ser defendidos, sendo importante a compreensão do significado do regime constitucional e dos instrumentos de participação e representação, como o Congresso Nacional e os referendos.
3. Resposta pessoal. É possível organizar um debate em sala de aula. Separe os jovens em grupos e peça-lhes que apontem argumentos favoráveis e contrários à reeleição. Cada grupo deve relacionar as alegações a favor e contra, discuti-las e formular um parecer consensual sobre sua posição diante da questão. Após expostos os argumentos, os estudantes devem votar, erguendo a mão, pelo "sim" e pelo "não". Registre a contagem dos votos no quadro. Dessa maneira, os jovens aprendem a negociar posições, respeitar diferentes pontos de vista e atuar de forma participativa no regime democrático.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 76

Governo Lula (2003-2010): a esquerda no poder

Ao abordar os governos Lula e Dilma, contextualize as alianças nas quais suas candidaturas se apoiaram. Diferentemente das tentativas anteriores, em sua primeira eleição vitoriosa Lula contou com o apoio de uma aliança que detinha uma parcela expressiva da elite brasileira, tendo como candidato a vice-presidente o grande empresário José de Alencar, do Partido Liberal. Essa aliança estreitou-se e aprofundou-se ao longo dos mandatos de Lula e Dilma. A aliança enfraqueceu na gestão Dilma, quando o mercado internacional entrou em crise e se deterioraram as condições de atender a diferentes interesses, de ricos, classe média e pobres, ligados a diversos setores da economia. Os movimentos de 2013, que levaram às ruas milhões de brasileiros, expuseram as dificuldades de dar continuidade aos anos de estabilidade política e crescimento que caracterizaram os primeiros mandatos do partido.

Páginas 77-78

Governo Dilma Rousseff: uma mulher na presidência

Ao abordar o governo de Dilma Rousseff, contextualize a continuidade da aliança de classes estabelecida desde o primeiro governo Lula, mas que se tornou mais difícil de manter após os impactos das crises econômicas globais. Com um crescimento econômico menor, Dilma foi cedendo ao grande empresariado e se desviando dos compromissos com suas bases de apoio mais populares.

Agravou a situação o fato de que a oposição esteve fortemente mobilizada por seu *impeachment* desde sua vitória na reeleição, em 2014. O sucesso das mobilizações de rua em diversas cidades do país foi utilizado como forma de pressão, enfraquecendo as bases de apoio do governo. As manifestações foram convocadas com intenso recurso às mídias televisivas e digitais e apoio de associações como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Já os protestos contrários ao *impeachment*

reuniram apoiadores do governo de diferentes organizações, como sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.

Além dos protestos favoráveis e contrários ao *impeachment*, nesse período também ocorreram mobilizações em defesa de direitos, como a ocupação de centenas de escolas por estudantes secundaristas, em 2015.

Análise: Operação Lava Jato: entenda o caso

Respostas

1. A princípio, investigava-se o uso de postos de combustíveis e lava jato de automóveis para lavagem de dinheiro, mas as investigações revelaram um esquema muito mais amplo, envolvendo empresas privadas e públicas. Segundo o documento, diferentes organizações criminosas lideradas por doleiros forjavam concorrências por contratos de empresas como a Petrobras, formando um cartel. O resultado da concorrência era combinado em reuniões privadas, que inclusive simulavam as regras de um campeonato de futebol para estabelecer a divisão das obras entre as empresas. Para garantir que o esquema funcionasse, os empresários subornavam agentes públicos, que sabiam das fraudes, mas eram coniventes com elas.
2. **a)** Entre as principais empresas envolvidas nos esquemas revelados pela Operação Lava Jato estão a Petrobras (pública com capital privado), além de construtoras privadas como Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão.

   b) Os doleiros acabaram sendo também investigados e se tornaram figuras importantes do processo são Alberto Youssef, Carlos Habib Chater, Nelma Kodama e Raul Henrique Srour. Entre os gestores públicos, destacam-se ex-diretores da Petrobras, como Paulo Roberto Costa, Nestor Cerveró e Jorge Zelada. Entre os empreiteiros, Gerson Almada (Engevix), Marcelo Odebrecht (Odebrecht), Otávio Azevedo (Andrade Gutierrez) e Ricardo Pessoa (UTC Engenharia). Entre os políticos, os deputados André Vargas e Eduardo Cunha, bem como o senador Delcídio Amaral.
3. Oriente os jovens para que pesquisem alguma das fases da Operação Lava Jato no *site* da Polícia Federal e em outras fontes confiáveis, acadêmicas e da imprensa. Entre 2014 e 2018 houve 52 fases da operação. Disponível em: http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1/fases-da-lava-jato-2014. Acesso em: 27 jul. 2020.
4. Espera-se que os jovens identifiquem a existência de posicionamentos antagônicos com relação à operação, que é exaltada por muitas pessoas e desacreditada por várias outras. As visões se antagonizam, tendo num extremo os que a defendem incondicionalmente como um momento memorável do combate à corrupção no Brasil, e no outro os que a encaram como totalmente determinada pelo jogo político, com o objetivo de desestabilizar e derrubar o governo eleito de Dilma Rousseff. Em ambos os lados é possível argumentar com base na compreensão das estruturas e do funcionamento do Estado brasileiro. Aproveite a questão para desenvolver essa compreensão, incentivando os jovens a argumentar com base no que dizem as leis brasileiras e as interpretações sobre o processo político do *impeachment* de Dilma Rousseff.
5. A operação é vista positiva ou negativamente por diferentes razões. Entre os que a defendem, destacam-se os argumentos (sustentados em evidências) de que a operação desarticulou um importante esquema de corrupção, que de fato envolvia grandes atores em desvios de recursos públicos no Brasil, como diretores de empresas públicas e privadas, além de políticos, lobistas e doleiros. Nesse sentido, a Lava Jato contribui para o saneamento de contas públicas e representa um exemplo de que crimes de pessoas poderosas, com impactos sobre a vida de todos os brasileiros, não devem ficar impunes. Entre os que criticam a operação, destacam-se os argumentos (também sustentados em evidências) sobre sua seletividade, já que teria preservado pessoas e partidos, focando seus esforços para atingir o governo do momento. Sucessivas irregularidades processuais, como o vazamento de gravações telefônicas para empresas de comunicação, também foram apontadas como motivo de descrédito na operação. Durante os diversos momentos do processo, as pessoas que se posicionaram contrariamente ao *impeachment* de Dilma Rousseff caracterizaram os encaminhamentos da Lava Jato como parte de um golpe judiciário e parlamentar para derrubar o governo, com base nessas alegações. Um aspecto negativo da operação, que independe do julgamento sobre seus aspectos processuais, é o impacto sobre setores importantes da economia nacional, como a indústria petroquímica e a de construção civil.

Respostas

1. O aumento de R$ 0,20 no preço da passagem dos ônibus foi apenas o elemento que deflagrou as manifestações de junho de 2013, cujas motivações foram de outra ordem, destacando-se a acentuada

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

queda na popularidade da presidente Dilma, uma insatisfação silenciosa e difusa de amplas parcelas da população, o aumento do pessimismo dos brasileiros de forma geral, a baixa qualidade dos serviços públicos e a corrupção, além da repressão policial – que acabou por amplificar as mobilizações.

Páginas 80-81

Governo Temer e a reforma trabalhista

Ao abordar o governo Temer, destaque sua base de apoio empresarial, interessada na aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, entre outras políticas. Os baixíssimos índices de popularidade de seu governo também são uma característica marcante, já que, no contexto de polarização relacionado ao processo que destituiu Dilma Rousseff, nem os apoiadores de Dilma nem a maior parte de seus opositores eram simpáticos a Temer. Ressalte também a crescente incorporação de oficiais militares em ministérios e altos quadros da administração pública desde o governo Temer, processo que apenas se acelerou após a posse de Bolsonaro.

Governo Bolsonaro: a reforma da Previdência

Ao abordar o governo Bolsonaro, destaque sua base de apoio, liderada por um partido recém-fundado para abrigar sua candidatura, o PSL, com o qual o presidente rompeu em novembro de 2019. Bolsonaro teve longa atuação como deputado, em partidos da política tradicional brasileira como o PPB e o PP. Ele se lançou na política após ser desligado do Exército, e apresentou-se como representante de setores militares e como opositor às políticas de promoção dos Direitos Humanos em vários âmbitos e temas, inclusive a segurança pública e as políticas de combate ao racismo, ao machismo e à homofobia. Sua projeção na política nacional tornou-se maior desde a campanha pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, período no qual se consolidou como uma alternativa para a Presidência da República. As alianças que estabeleceu na corrida presidencial foram menos trabalhadas pela organização por partidos, a forma tradicional, e mais apoiadas em estratégias novas de *marketing* político, centradas em sua figura e que privilegiavam as mídias digitais em detrimento de debates e programas televisivos. Suas principais bases de apoio foram setores empresariais, desde corporações de mídia até microempresários do comércio e serviços, setores militares e da segurança pública, além de eleitores com ideias conservadoras, em todos os grupos sociais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 82

Respostas

1. As duas manifestações se valeram de intensa simbologia para afirmar suas posições político-ideológicas. Na primeira, à esquerda, percebe-se que os manifestantes se valeram das cores da bandeira (verde e amarelo), manifestando um apelo nacionalista. Já na manifestação registrada à direita nota-se o uso da cor vermelha, tradicionalmente associada às esquerdas, socialistas e social-democratas.
2. As duas manifestações se opuseram diretamente uma à outra: um lado pedia a saída de Dilma Rousseff e o outro, sua permanência no governo.

Páginas 83-84

Atividades

Respostas

1. Porque a campanha Diretas Já se insere em um contexto mais amplo da luta em prol da cidadania plena e das liberdades democráticas, tendo resultado da resiliência, da capacidade de mobilização e do protagonismo da sociedade civil. Embora não tenha atingido seus objetivos, naquele momento as Diretas Já exerciam papel relevante na transição para o regime democrático.
2. Ao estender a anistia também àqueles que haviam cometido "crimes conexos", isto é, aos agentes da Ditadura Civil-Militar que foram responsáveis por crimes de lesa-humanidade e condenados em âmbito internacional pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

3. Entre outros, podem ser mencionados o contexto das Diretas Já e o movimento dos caras-pintadas.

4. A relevância da eleição de Lula está no fato de que, pela primeira vez na história do Brasil, um candidato de origem humilde, assumidamente de esquerda e apoiado por um partido com forte penetração nos movimentos sociais populares e sindicais chegou ao poder por meios legais, assumiu o governo, foi reeleito, completou seus dois mandatos sem que houvesse crises institucionais e intervenções que colocassem em risco o Estado Democrático de Direito.

5. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes valorizem a democracia, os Direitos Humanos e a participação política em suas respostas.

6. **a)** Resposta pessoal. Espera-se que compreendam o que foi a Lei da Anistia, no contexto de uma transição negociada e controlada pelo regime civil-militar, e que valorizem a democracia e os Direitos Humanos em sua resposta.

   b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes conheçam as diferenças entre os processos brasileiro e argentino. Na Argentina, foram julgados e punidos os governantes da Ditadura Militar e seus agentes; já no Brasil, a Anistia promoveu a impunibilidade dos responsáveis por violações de Direitos Humanos, como a tortura, a morte e o desaparecimento de opositores do regime.

   c) Para compreender o presente e preservar a democracia torna-se necessário exorcizar os fantasmas de um passado no qual presos políticos que se opunham ao regime civil-militar foram torturados e/ou assassinados. Esquecer as atrocidades cometidas por um regime de exceção ou minimizar seus crimes são caminhos à preservação da liberdade democrática, correndo-se o risco, assim, de comprometer o futuro.

   d) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes argumentem valorizando a democracia e os Direitos Humanos.

7. **a)** A representação é mais distorcida favoravelmente a Roraima, Amapá e Acre, com maior sub-representação em São Paulo, Amazonas e Pará.

   b) Os dois modelos encontram justificativas políticas e exemplos em outros sistemas representativos; a sub-representação não pode deixar de ser vista como um problema, já que distorce o princípio de igualdade na participação política dos cidadãos. É importante que os estudantes desenvolvam o conceito de representatividade e observem criticamente como ele opera nas instituições, legislações e práticas do Estado.

   c) Não no atual sistema, já que estados como o Amazonas e o Pará, que não estão entre os mais desenvolvidos no país, estão entre os que mais sofrem com a sub-representação. Os argumentos dos jovens podem envolver a proposição de modelos alternativos de relação entre desenvolvimento e representação.

8. **a)** O cenário é de uma masmorra onde ocorrem suplícios e torturas.

   b) A masmorra é uma referência aos porões da repressão do regime civil-militar estabelecido em 1964, que naquele momento realizava uma abertura gradual negociada. O prisioneiro acorrentado na parede representa os presos políticos e demais perseguidos pelo regime. Os carrascos com capuzes pretos representam o aparelho de repressão, que era criminoso, já que estava em desacordo com tratados internacionais a respeito dos Direitos Humanos. Trata-se de uma crítica à Lei da Anistia, que na charge é comemorada pelos torturadores, já que os livrou de punição por seus crimes.

   c) Oriente os jovens para que pesquisem em fontes confiáveis, como estudos acadêmicos e organizações de defesa dos Direitos Humanos que atuaram na defesa da memória e da verdade sobre os crimes do regime civil-militar. A Lei da Anistia brasileira é bastante questionada por diferir daquela de outros países que passaram por ditaduras que violaram os Direitos Humanos e nos quais houve julgamentos e prisões de responsáveis por essas violações. Os crimes contra a humanidade (como tortura, execução e desaparecimento de opositores) são imprescritíveis e, portanto, uma revisão da Lei da Anistia se sustentaria, em qualquer momento, com base em documentos como a "Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade", de 1968.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Percurso 4

Política no espaço urbano

Página 85

Esta abertura relaciona o Direito à Cidade às diferentes temáticas do percurso. Procure desenvolver esses temas sempre em diálogo com a realidade local dos jovens, de modo que visualizem os processos e os problemas urbanos em sua atuação cotidiana.

Páginas 86-87

Cidades e transformações

O tema da mobilidade em São Paulo, relacionado com as manifestações de 2013, suscita uma conversa sobre os desafios diários que os estudantes e seus familiares podem enfrentar para deslocar-se em cidades com pouco investimento em mobilidade e transporte público. Trabalhe o assunto abordando o cotidiano da turma. Disponibilize dados da economia real – como preços dos transportes e da gasolina, tempo de deslocamento – e problematize o lazer, a saúde e o custo de vida associados ao tema da mobilidade. Uma parceria com o componente de Matemática seria interessante para pensar sobre o custo de vida médio do trabalhador no Brasil, desenvolvendo a leitura e compreensão de dados estatísticos.

Periferia e segregação

Debata com os jovens sobre a presença, em seu cotidiano, das três características da definição de segregação: afastamento, exclusão e invisibilidade. Podem ser consideradas as condições de mobilidade, de acesso a serviços públicos e de integração à vida econômica que afastam e excluem e invisibilizam populações. Dificuldades para conseguir emprego, vaga em escola, atendimento em serviço médico especializado, acesso a espaços de lazer, esporte e cultura, entre outras coisas, podem ser discutidas. Em contextos rurais, as problematizações podem envolver as relações cidade-campo, bem como as desigualdades entre as próprias áreas rurais no acesso a direitos e oportunidades.

Desenvolva o conceito de gentrificação de maneira que os estudantes visualizem a dinâmica e as consequências da valorização comercial de uma área, assim como os impactos da desvalorização de áreas que já foram objeto de especulação no passado e, depois, tornaram-se "degradadas". É importante que eles relacionem essas dinâmicas à valorização do capital por meio do investimento e da especulação no espaço urbano. Ao serem conduzidas por esses interesses, as políticas urbanas não priorizam os interesses das populações, mas condicionam o direito à cidade ao poder aquisitivo, afastando, excluindo e invisibilizando quem não tem condições de pagar por uma cidade valorizada.

Vozes: Ruivo Lopes

Ao abordar a educação e produção cultural de grupos como o Perifatividade, verifique se há grupos semelhantes em atuação em sua cidade ou estado, aproximando o conteúdo da realidade dos jovens. As iniciativas culturais como saraus, *slams*, espaços culturais mantidos pela comunidade, entre outras, são formas de promover a visibilidade necessária para romper com a segregação urbana. Por meio delas, os jovens podem construir diálogos e se colocar como protagonistas na produção de sentidos sobre a cidade.

Página 88

A complexidade do espaço urbano

Ao desenvolver os conceitos de centro e periferia podem ser retomadas as características da segregação (afastamento, exclusão e invisibilidade), relacionando esses conceitos à ideia de um centro a partir do qual são definidos níveis de afastamento. Também é importante a percepção de que centro e periferia não são definições rígidas, e que as regiões centrais e próximas de áreas valorizadas podem também ser periféricas. Um conteúdo que pode contribuir para a visualização da existência dessa "periferia no centro" é a poesia e a música de Everson Anderson, artista da Favela do Moinho que narra e descreve a vida na cidade dessa perspectiva.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 89

Desigualdades

O estudo das desigualdades no Brasil pode ser aprofundado com uma consulta detalhada aos dados do IBGE, ou de outras fontes confiáveis, com enfoque na realidade de sua cidade ou estado. É importante que as desigualdades brasileiras sejam observadas no tempo e no espaço, situando tanto o lugar do Brasil nos *rankings* que medem a desigualdade em termos globais quanto a dinâmica das desigualdades ao longo das últimas décadas. De acordo com um relatório da ONU feito em 2019, o Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo, atrás do Catar. Essa fonte aponta que, no Brasil, o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país. Dados disponíveis em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml. Acesso em: 22 jul. 2020.

Página 90

Respostas

1. Oriente os jovens para que pesquisem informações na internet e busquem diretamente os argumentos desses movimentos. Eles podem também o agendamento e a realização de entrevistas com pessoas que respondam a algumas perguntas em nome do movimento. Após coletarem os argumentos do movimento, eles devem debatê-los e se posicionarem diante das questões levantadas. Entre outros pontos que podem ser levantados nos argumentos estão o direito constitucional à moradia, o direito humano à dignidade, as enormes desigualdades sociais brasileiras, os processos de exclusão e segregação nos espaços urbanos do país e os impactos negativos da gentrificação.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O caráter social do espaço urbano

O tema do "Carnaval de rua" pode ser desenvolvido por meio de uma pesquisa local sobre a trajetória das formas de ocupação do espaço público durante o Carnaval e outras festividades que se relacionam a essa ocupação. Os estudantes podem fazer pesquisa com base nos seguintes questionamentos:

- Como era o Carnaval antigamente, em sua cidade?
- Em que locais ele ocorria?
- Em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, essa trajetória passa pela construção dos sambódromos. Quando eles foram construídos? Como era o desfile das escolas antes da construção desses espaços?

Ao abordar a situação de pessoas que vivem na rua, retome com a turma casos que podem estar ocorrendo em sua cidade ou bairro, desnaturalizando a falta de moradia e a miséria. Nem todas as sociedades convivem com esses problemas sociais; sua existência é um produto da forma pela qual nossa sociedade se reproduz, gerando e agravando exclusões sociais e desigualdades. Ao mencionar os catadores, apresente exemplos de políticas públicas que cuidam dessa questão, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Busque recuperar a voz dos diferentes sujeitos em disputa de modo que o estudante perceba sua relação com o assunto, pense a respeito e conheça maneiras de interferir e transformar o espaço onde vive.

Páginas 91–92

Plano Diretor

Faça uma leitura mediada do infográfico com os estudantes. Nas regiões centrais da cidade predominam a "estruturação metropolitana" e a "urbanização consolidada", ao passo que em áreas afastadas do centro são comuns os elementos de "redução da vulnerabilidade urbana" e "recuperação ambiental". No extremo norte e, principalmente, no extremo sul do município, destacam-se as áreas de "contenção urbana e uso sustentável" e as de "preservação dos

ecossistemas naturais", já que essas regiões incluem áreas florestais, rurais e de mananciais hídricos.

O Plano Diretor é um projeto que visa orientar a ocupação das cidades no que tange aos seus aspectos físico-territoriais. É elaborado pelo Poder Executivo Municipal sob a responsabilidade técnica de um arquiteto urbanista com a participação de uma equipe interdisciplinar, em um processo de planejamento participativo. Além disso, o Plano Diretor deve ser aprovado pela Câmara Municipal, com o que obtém eficácia de vinculação jurídica em face dos atores públicos e privados que concorrem na produção e transformação do espaço urbano.

O Plano Diretor é uma lei municipal que deve ser elaborada com a participação de toda a sociedade, uma vez que organiza o crescimento e o funcionamento do município. Nele está o projeto de cidade que queremos, o planejamento do futuro decidido por todos. É o Plano Diretor que diz como o Estatuto da Cidade será aplicado em cada município. O Estatuto da Cidade é uma lei federal (nº 10.257/2001) que determina como deve ser feita a política urbana em todo o país. Seu objetivo é garantir o Direito à Cidade para todos e, para isso, traz algumas regras para a organização do território do município. É ele que detalha e desenvolve os artigos 182 e 183 do capítulo de política urbana da Constituição Federal. O Estatuto da Cidade pode ser encontrado no *link*: http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 93

Análise: Déficit habitacional

Respostas

1. O maior déficit habitacional está no Maranhão, próximo aos 20%; o menor (que, portanto, tem maior potencial de domicílios vagos que poderiam ser mais bem utilizados) é o Rio Grande do Sul, próximo dos 6%.
2. As Zeis possibilitam a utilização de regiões centrais com muitos imóveis desocupados ou subocupados para a redução do déficit habitacional, já que permitem a construção ou adaptação de imóveis para servirem de moradia a pessoas que não têm garantido esse direito ou que vivem em situações precárias.

Página 94

Respostas

1. Faça uma leitura mediada de um trecho do Plano Diretor de sua cidade para que os estudantes compreendam como são organizadas suas normas. Os planos diretores estabelecem zonas diferentes para as políticas urbanas, que podem ser objetos de discussão, além de normas sobre a ocupação dos terrenos, a altura das construções, leis ambientais, atendimento a demandas sociais para a realização de direitos como a moradia e a mobilidade, entre outros aspectos. Esta atividade também pode ser usada para desenvolver a leitura de textos de natureza jurídica, podendo ser trabalhada conjuntamente com a área de Linguagens.

Respostas

1. Com base na experiência da atividade anterior, os estudantes devem elaborar especificamente uma medida relacionada à proteção dos mananciais de água potável, ameaçados por loteamentos irregulares. Entre outras medidas podem ser propostas uma maior fiscalização dessas áreas, um maior esforço para a investigação e punição dos responsáveis, o tratamento de esgotos, além de outras políticas de contenção de impactos ambientais.

Páginas 95-97

Quem precisa de política?

Introduza os conceitos de liberalismo econômico e desenvolvimentismo com base no contexto histórico dos projetos de modernização econômica do século XX.

De um lado está a proposta de liberdade econômica formulada na Europa, no século XVIII, por teóricos como Adam Smith. Ressalte que essa proposta foi desacreditada globalmente depois das graves crises econômicas, sociais e políticas dos anos 1920 e 1930 por promover a concentração de riquezas e o aprofundamento de problemas sociais.

De outro lado, a proposta de municiar o Estado de condições para desenvolver

a economia do país por meio de políticas que regulamentam e direcionam a produção de mercadorias. O desenvolvimentismo está relacionado, entre outras coisas, às políticas contra os impactos negativos dos ciclos econômicos sobre a sociedade, como aqueles experimentados nos Estados Unidos após a crise de 1929, que tiveram como resposta o keynesianismo e o New Deal.

Tanto o modelo liberal quanto o desenvolvimentista buscam promover a reprodução ampliada da sociedade capitalista. As propostas liberais foram recuperadas com o neoliberalismo a partir da década de 1970, primeiramente sob o regime ditatorial chileno e, em seguida, em diversos países do mundo, como a Inglaterra liderada por Margaret Thatcher e os Estados Unidos sob o comando de Ronald Reagan.

Liberais × desenvolvimentistas no Brasil

Contextualize a origem do liberalismo no Brasil relacionando-o à obra do visconde de Cairu e às demandas do setor escravista exportador durante o processo de formação do Estado Nacional brasileiro. O liberalismo é um modelo econômico, político e social que garantia a liberdade dos proprietários do país para comerciar com qualquer outro (desde a Abertura dos Portos, em 1808), ao mesmo tempo que legitimava a propriedade dos senhores sobre os escravizados, em nome do princípio liberal da propriedade. O liberalismo foi a ideologia predominante nas elites brasileiras no período imperial, não havendo contradição entre ela e a escravidão, nem na realidade brasileira, nem na dos Estados Unidos, por exemplo.

O desenvolvimentismo está relacionado, no Brasil, às políticas de governos dos anos 1930 a 1960, quando o Estado se colocou num papel de protagonismo na definição dos rumos do desenvolvimento nacional com o objetivo de consolidar uma economia capitalista industrial no país.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 98

Desigualdade social no Brasil na atualidade

A leitura do mapa e a análise dos dados possibilitam uma série de conexões com os assuntos estudados anteriormente, provocando o grupo a desnaturalizar as desigualdades no Brasil, além de refletir e propor soluções para os problemas sociais. Ao mesmo tempo, a seção propicia um trabalho em parceria com a Matemática, uma vez que os jovens podem aprender como são calculadas as desigualdades e como são elaborados índices como o IDH. A seção também estimula o debate sobre o papel do Estado na economia, com base em dados históricos e embasamento que podem suscitar interações no campo das ideias, o que é saudável em uma sociedade democrática.

Páginas 99-100

Políticas públicas de transferência de renda

Pode ser introduzido o tema da **economia criativa**, que desencadeia debates acerca das características e transformações do mundo do trabalho e das possibilidades de geração de renda e desenvolvimento. A economia criativa, como o próprio nome diz, traz a criatividade como centro das propostas para a implementação das políticas econômicas. Muitos jovens frequentam locais – formais ou informais – que demonstram a potência e o alcance dessas atividades, como os bailes *funk* e a enorme produção que envolve os artistas dessa cena em diferentes territórios da cidade, eventos e encontros culturais, espaços de exibição de *shows*, cinema, teatro, entre outras linguagens presentes nos eventos e ações da economia criativa.

Formas de participação política

O percurso é pautado na desconstrução da ideia de que os jovens não se interessam pela política ou não participam da vida pública. Essa ideia pode ser contraposta com experiências que incluem desde a campanha Diretas Já até os movimentos recentes em prol da educação, passando pelos protestos de 2013, nos quais foram questionadas as políticas de mobilidade urbana. É preciso desconstruir narrativas e estereótipos por meio de estudos científicos sobre as instâncias e os mecanismos de participação política. As atividades ao longo do percurso, as sugestões para o encerramento e a prática de pesquisa servem como estímulo e abertura de participação e protagonismo político aos estudantes.

Para encerrar, provoque os jovens a se reconhecerem como protagonistas de disputas cotidianas que envolvem diversos aspectos da vida. Somos protagonistas da política não só quando votamos mas também quando buscamos as instâncias do Estado para a efetivação de direitos, quando manifestamos livremente nossas opiniões, quando nos organizamos coletivamente para alguma demanda da escola, comunidade local, quando agimos para impedir que direitos sejam violados etc. Ressalte as muitas formas de organização e mobilização social, como os movimentos de luta por moradia, terra, mobilidade urbana, cultura, educação etc., para quebrar falsas narrativas do senso comum, como a de que a política não serve para nada ou a de que, no Brasil, as pessoas não se mobilizam.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 101

Prática de pesquisa: Fórum de debate no formato ONU

Esse trabalho consiste no planejamento e na realização de um fórum de debates com base nos Modelos de Simulação da ONU, utilizados por algumas escolas no mundo. Sob o tema *Formas de solucionar as desigualdades no Brasil nos próximos 30 anos*, os estudantes deverão elaborar dez propostas de ação para a diminuição das desigualdades no país.

É possível encontrar vídeos de debates e simulações da ONU na internet para que os estudantes assistam antes de começar. Além disso, como fontes de pesquisa e informações sobre esse tipo de fórum sugere-se as seguintes bibliografias:

- Manual do Participante ONU (material sobre como organizar um fórum). Disponível em: https://www.insasp.com.br/uploads/material/2017/manual-onu.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.
- Fórum Faap (fórum no Modelo de Simulação da ONU). Disponível em: https://www.insasp.com.br/info_simula%C3%A7%C3%A3o_onu. Acesso em: 22 jul. 2020.
- **Inspire-se, organize!:** nessa etapa deve ser apresentado o modelo de fórum da ONU, observando-se os materiais sugeridos. Além de pesquisas realizadas com o auxílio de vídeos, os estudantes podem propor e testar formatos, tomando decisões coletivamente sobre o tempo de fala, formas de mediação etc. Na definição dos papéis, afora aqueles que são propostos, outros podem ser sugeridos, caso a turma considere pertinente.
- **Pesquise!:** é importante que os estudantes visualizem os interesses e os papéis de ONGs e empresários, entre outros atores das relações de poder em esfera global. Ao investigar na internet eles devem consultar fontes confiáveis, como textos jornalísticos, científicos, os dados organizados e publicados pelo IBGE, as informações fornecidas pela ONU e seus órgãos, entre outras possibilidades. Uma estratégia interessante para que

as duplas sistematizem suas posições é a elaboração de um documento com dados, argumentos e posicionamento.

Postura de investigação colaborativa e interativa entre vários indivíduos visando:

- diagnosticar uma situação por meio de levantamento de informações e conexões entre elas tendo em vista um determinado contexto;
- formular e desenvolver estratégias para intervenção numa determinada situação;
- ampliar e aprofundar a compreensão de uma situação considerando o diagnóstico inicial e o desenvolvimento de estratégias;
- diagnosticar novamente com base nessa ampliação.

É possível propor processos de investigação comparando políticas públicas de vários governos, por exemplo. Pode-se também refletir sobre os impactos das políticas públicas na vida das pessoas.

Páginas 102-103

Atividades

Respostas

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

1. A charge é [illegible] sa a existência da prática de censura, que no caso é realizada em nome da preservação da imagem de que não existe censura. É importante lembrar que regimes que adotam a censura geralmente não assumem que o fazem. Como na charge, as ditaduras censuram aqueles que acusam as censuras por elas praticadas.
2. O conceito deve ser pensado no contexto de um modelo urbano que prioriza transformar o espaço sob a lógica do capital, o que coloca interesses divergentes em conflito permanente. Conflitos urbanos são inerentes à forma pela qual as cidades têm sido desenvolvidas nas sociedades capitalistas, e o Direito à Cidade é um instrumento para reivindicação de que a política sirva aos habitantes, e não apenas à valorização que interessa diretamente a poucos. Inúmeros temas são abarcados no Direito à Cidade sob o escopo dos Direitos Humanos. Destacam-se a luta por moradia (como os movimentos sociais) e a mobilidade urbana (a exemplo das jornadas de junho de 2013).
3. Resposta pessoal. Durante o percurso, foram estudados os seguintes temas: o modelo industrial, suas novas características no mundo e no Brasil; as mercadorias e seus trajetos no mundo; a economia criativa como forma de inclusão social; e a agroecologia urbana, que busca um modelo de consumo e produção que considere elementos sociais, culturais, ambientais, entre outros. É com base nesses pressupostos que a questão deve ser respondida.
4. **Parte 1**

   a) O aumento ou não das disparidades socioeconômicas em nosso país depende não apenas de políticas públicas que procurem mitigar essa questão como também de reformas estruturais que possibilitem a alavancagem de projetos, como resolução em definitivo do problema do saneamento básico, maiores investimentos nas áreas de saúde e educação, efetivas políticas de transferência de renda, reforma tributária etc.

   b) Resposta pessoal. Devem ser relacionados aspectos como áreas das políticas públicas (educação, saúde, saneamento etc.) ou parcelas da população que precisam ser apoiadas com políticas específicas (pessoas em situação de rua, favelas, periferias).

   Parte 2

   As respostas vão variar em razão dos elementos de análise pesquisados pelos estudantes. Ao discutir aspectos relacionados às desigualdades raciais, fique atento a possíveis falas que reproduzam preconceitos.

   Parte 3

   As respostas vão variar em razão dos elementos de análise pesquisados e das experiências e vivências dos estudantes. Espera-se que os jovens utilizem de maneira adequada os conceitos e as temáticas da unidade, como Direito à Cidade, centro/periferia, exclusão, invisibilidade, liberalismo, desenvolvimentismo etc.
5. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante utilize dados e conceitos abordados no percurso para analisar as desigualdades no Brasil e proponha uma medida para combatê-las que seja orientada para a promoção dos Direitos Humanos e a inclusão social. Os estudantes podem pensar em ações em diversas áreas, como educação, trabalho, política tributária, programas sociais etc.
6. No Brasil, de acordo com o histórico brevemente resgatado no percurso, podemos afirmar que esse embate segue presente, como nas divergências em torno da reforma da previdência, das privatizações,

da defesa de políticas de transferência de renda, entre outros exemplos cotidianamente debatidos nos meios de comunicação. Liberalismo e desenvolvimentismo devem ser entendidos como modelos distintos que buscam promover a economia capitalista em determinado país, sendo o primeiro ligado ao protagonismo de agentes privados e o segundo associado ao protagonismo do poder público na condução da vida econômica do país.

7. Resposta pessoal. Caso existam, o estudante deve explicar como o grêmio ou coletivo funciona, como ocorre o processo de escolha, como se dá a relação com a direção, demais grupos e professores, entre outros aspectos. Caso não existam, deve explicar o porquê, elaborando uma análise das condições de organização e participação dos estudantes. Podem ser levantadas questões como quais seriam os passos para que os estudantes pudessem ter voz em decisões e como poderia ser promovida a participação entre eles.

8. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante utilize informações, conceitos e análises das Ciências Humanas para construir argumentos e posicionar-se diante da questão da luta por moradia. O debate deve ser plural, respeitoso, democrático e orientado para a promoção dos Direitos Humanos.

9. Gestão democrática é uma forma de gestão pública que exige participação popular por meio de associações representativas para controle e mobilização. A população propõe e gere políticas públicas, reforçando o controle popular na construção dos direitos.

10. Resposta pessoal.

11. Essa pesquisa deve ser medida da maneira que o grupo inicialmente compreenda as esferas municipal e federal que envolvem o Estatuto das Cidades e os Planos Diretores. Em um segundo momento, os estudantes devem ser provocados a conhecer mecanismos de controle e participação popular e a se engajar. Esse assunto pode despertar o olhar político e participativo do grupo. Se a escola tiver grêmio ou a cidade contar com conselhos e audiências públicas, o grupo pode participar de um desses encontros.

12. Resposta pessoal. Espera-se que o jovem conheça a função das Zeis, que é atender a demandas sociais, em especial na realização do direito à moradia digna para pessoas de baixa renda. O importante é a compreensão de como atuam as políticas urbanas brasileiras e de como elas se articulam com os problemas sociais e as demandas pela realização de direitos.

13. a) Noruega.

b) Oriente os jovens para que pesquisem qual país ocupa atualmente essa posição. A informação pode ser verificada na página do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud, ou UNDP, em inglês), disponível em: https://www.undp.org/ (acesso em: 27 jul. 2020).

c) O Brasil ocupava o segundo lugar entre o Brics, atrás apenas da Rússia, indicando uma situação mais satisfatória que a da China (embora muito próxima neste caso), da África do Sul e da Índia.

d) Também neste caso, utilize a página do Pnud para a pesquisa.

e) A pesquisa pode envolver diferentes conhecimentos e interpretações de disciplinas como História, Geografia e Sociologia. Entre os elementos que podem ser analisados estão o lugar privilegiado ocupado pela Europa ocidental na construção do mundo moderno, as políticas de bem-estar social adotadas em países europeus, como a Noruega e a Suíça, e a escala demográfica dessas nações, cujas populações são muito menores do que a dos países que formam o Brics, especialmente a China e a Índia.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

UNIDADE 3 Por que direitos humanos?

Temas

Percurso	Assuntos trabalhados	Temas Contemporâneos Transversais
5 Direitos Humanos: uma criação?	• O conceito de Direitos Humanos • Desenvolvimento histórico das diferentes dimensões dos Direitos Humanos • Fundamentos filosóficos e históricos dos Direitos Humanos • Papel da ONU na promoção dos Direitos Humanos • Os direitos da criança e do adolescente, dos idosos e das pessoas com deficiência • O direito à moradia • O direito à segurança alimentar • Os direitos ambientais	• Educação em Direitos Humanos • Ciência e Tecnologia • Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras
6 A arte como um direito humano	• A arte como direito humano • Linguagens e concepções artísticas • Modernismo • Tropicalismo • Movimento Armorial e suas influências no Manguebeat • As vanguardas artísticas europeias • Arte e globalização: K-Pop e mangás • Sertanejo e a indústria cultural • As revoltas de 1968 e as contraculturas *hippie* e *punk* • Territórios culturais e marginalização cultural • *Slams* e a cultura marginal hoje • Arte e tecnologia, pluralidade de linguagens estéticas • Fotografia e Direitos Humanos	

Objetivos

- Valorizar os Direitos Humanos, conhecendo seus fundamentos históricos, filosóficos e sociais e [illegible] cursos usados para deslegitimá-los.
- Analisar o[illegible]s para a defesa da dignidade humana nos contextos brasileiro e mundial contemporâneos.
- Conhecer a dimensão ecológica da dignidade humana, investigando as interdependências entre os Direitos Humanos e o meio ambiente.
- Compreender a linguagem artística como expressão humana, identificando movimentos artísticos e conhecendo seus contextos e formulações estéticas e políticas.
- Relacionar os Direitos Humanos e as Artes às práticas e situações do cotidiano, valorizando a dignidade humana e as liberdades de criação e de expressão.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Justificativa

A unidade elabora de forma integrada os conceitos de **Direitos Humanos** e de **Arte**, o que propicia um estudo interdisciplinar dos desafios existentes nos dias de hoje para a defesa da dignidade humana e das liberdades de criação e expressão. Trata-se de questões importantes para a formação dos jovens no mundo contemporâneo, já que a consciência a respeito dos direitos e das formas de expressão possibilitará o exercício de seu

protagonismo em diferentes esferas da atuação na sociedade.

Os Direitos Humanos são conhecidos e valorizados por meio dos estudos que desenvolvem seus fundamentos históricos e filosóficos – desde concepções da Antiguidade Clássica sobre o humano, passando pelo Renascimento, pelo jusnaturalismo, pela cidadania moderna e pelas experiências das guerras mundiais e do nazifascismo, até as formulações contemporâneas, expressas na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse conteúdo é fundamental para que os jovens compreendam a formação histórica dos valores sobre os quais se assentam os direitos universais no mundo atual. De acordo com essa compreensão, é possível analisar e problematizar situações sociais que evidenciam o desafio da defesa da dignidade humana, com enfoques específicos nos direitos de crianças e adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, das pessoas que não têm garantidos seus direitos à moradia e à segurança alimentar, além dos direitos ambientais.

A abordagem interdisciplinar com a Arte permite uma elaboração complexa desse conceito, que envolve a análise de diferentes concepções, em diversos contextos. São abordados, por exemplo, o Modernismo, as vanguardas artísticas europeias, as contraculturas *hippie* e *punk*, o Tropicalismo, o Movimento Armorial e as formas de expressão contemporâneas da indústria cultural, como o *k-pop*, os mangás, o sertanejo e o *funk*. Com base nesses temas, questões cruciais da realidade dos jovens podem ser trabalhadas, como o papel e o modo de atuação da indústria cultural na sociedade, o uso das linguagens artísticas como forma de expressão política e cultural e a marginalização de expressões culturais jovens, estabelecendo-se, assim, diversas conexões entre os conceitos de Arte e de Direitos Humanos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O trabalho com a BNCC

A BNCC nesta UNIDADE

Competências gerais: 1, 3, 4, 7 e 8
Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1, 2, 3, 5 e 6
Habilidades: EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS205, EM13CHS303, EM13CHS502 e EM13CHS605
Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias: 2
Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 2

Competências gerais da Educação Básica

Competência geral 1: é contemplada no aprendizado interdisciplinar sobre o conceito de Direitos Humanos, quando os jovens utilizam e valorizam os conhecimentos das diversas disciplinas das Ciências Humanas para abordar temas como os diálogos interculturais, os Direitos Humanos como paradigma ético e a situação atual das violações de direitos em diferentes realidades.

Competência geral 3: é desenvolvida na valorização e fruição de manifestações artísticas e culturais, que incluem estudos sobre o Modernismo, as vanguardas artísticas, as contraculturas, o Tropicalismo, o Movimento Armorial, o *k-pop*, os mangás, o sertanejo, o *funk*, os *slams*, o grafite, entre outros. Na unidade, os jovens não apenas entram em contato com diversos movimentos e tendências das artes como são provocados a participar de práticas artístico-culturais.

Competência geral 4: é desenvolvida no exercício da leitura de linguagens do grafite, da fotografia, da pintura, da poesia,

da música, do vídeo, entre outras; na discussão sobre as formas e concepções de expressão artística; e nas atividades que provocam os jovens a se expressar por meio de linguagens artísticas, no tema dos Direitos Humanos.

Competência geral 7: é trabalhada quando os estudantes constroem e defendem argumentos relacionados a temas como a promoção dos Direitos Humanos em diferentes contextos e o papel da indústria cultural na sociedade e nas artes contemporâneas. As questões relativas a Direitos Humanos, consciência socioambiental e consumo são desenvolvidas de maneira participativa ao longo de ambos os percursos.

Competência geral 8: é contemplada quando os jovens desenvolvem a autoconsciência em atividades sobre problemas de relacionamento no ambiente escolar ou ainda sobre desrespeitos à dignidade e violações de direitos em seus cotidianos. Ao desenvolverem conceitos como humano, dignidade humana e tolerância religiosa, os estudantes refletem sobre suas atitudes diante da diversidade humana. Já ao discutirem os [illegible] alimentação e a importância da segurança alimentar, eles aprendem cuidados com a saúde.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Competência específica 1: é trabalhada quando os jovens analisam processos como o da constituição histórica dos Direitos Humanos por meio de procedimentos epistemológicos e científicos diversos. Na unidade, os estudantes recorrem ao conhecimento filosófico, histórico, sociológico e político para posicionar-se diante de questões de sua realidade.

Competência específica 2: é desenvolvida na análise do papel dos Estados nacionais e da ONU na promoção dos Direitos Humanos e nos estudos que abordam a dimensão cultural dos conflitos geopolíticos do século XX. Destacam-se as relações entre as experiências das guerras mundiais e do nazifascismo com as proposições críticas das vanguardas artísticas europeias; e entre as experiências da Guerra do Vietnã, as revoltas de 1968 e os movimentos artísticos e culturais como os *hippies* e a Tropicália. Também contempla a competência a reflexão sobre o direito ao asilo político, em conexão com a defesa da liberdade de criação e expressão.

Competência específica 3: é contemplada nos estudos sobre a alimentação e a segurança alimentar, nas reflexões sobre a dimensão ecológica da dignidade humana e nas análises que problematizam a interação humana com o ecossistema, como no caso do estudo sobre a catástrofe ambiental no Rio Doce.

Competência específica 5: é desenvolvida em conteúdos e atividades que promovem a identificação e o combate a injustiças, preconceitos e violências em temas como a intolerância religiosa, o direito à diferença, os direitos das crianças, dos idosos e dos deficientes físicos, o direito à moradia e à segurança alimentar, os direitos ambientais, além do direito de livre criação e expressão artística e cultural.

Competência específica 6: é trabalhada em atividades que promovem o debate crítico, plural e responsável sobre temas relacionados aos Direitos Humanos, incluindo diversas situações específicas de violações de direitos, além da problematização de discursos que buscam deslegitimar os Direitos Humanos.

Habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

EM13CHS101: é trabalhada na análise de fontes e narrativas e na comparação entre elas, tanto no estudo dos Direitos Humanos quanto das Artes. Na unidade são desenvolvidas linguagens filosóficas, científicas e principalmente artísticas para a compreensão de processos e eventos como as revoltas protagonizadas por jovens de diversos países em 1968.

EM13CHS103: é desenvolvida em atividades que envolvem a elaboração de hipóteses e a argumentação com base em dados e informações com naturezas e linguagens diversas, incluindo expressões artísticas (grafite, fotografia, pintura, gravura, música, poesia, entre outras), textos jornalísticos e midiáticos, além de mapas e infográficos.

EM13CHS106: é contemplada na utilização de linguagens gráficas, iconográficas, textuais e digitais para a comunicação crítica em diversas atividades que promovem a criação de significados em diálogo com as formas de [illegible] digitais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

EM13CHS205: é trabalhada na análise dos territórios culturais contemporâneos, em especial na atividade de elaboração de mapas afetivos e nos estudos sobre os territórios do *funk*, do *rap*, dos saraus e dos *slams*. Além disso, em diversos temas relacionados à arte são desenvolvidas reflexões sobre as territorialidades das formas de expressão e dos movimentos artísticos, como nos casos do grafite, do Movimento Armorial, do Manguebeat e das fotografias de Sebastião Salgado.

EM13CHS303: é desenvolvida por meio de análise e debate sobre o papel e a atuação da indústria cultural na sociedade e na cultura, em especial quando são estudados fenômenos da cultura de massas como o *k-pop*, os mangás, o sertanejo e o *funk*.

EM13CHS502: é desenvolvida na análise de situações cotidianas ligadas à violação de Direitos Humanos e à liberdade de criação artística, bem como no estudo da marginalização das culturas jovens. Em diversos conteúdos e atividades são problematizadas formas de preconceito, intolerância e discriminação relacionadas a temas como a liberdade religiosa e a estigmatização de formas de expressão consideradas marginais.

EM13CHS605: é contemplada na análise de princípios e fundamentos históricos, filosóficos e sociais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como na identificação de progressos e entraves na realização de seus objetivos, com base em situações concretas, com destaque para os direitos de setores vulneráveis da população, como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e aqueles que não têm acesso à moradia e segurança alimentar.

Competência específica de Linguagens e suas Tecnologias

Competência específica 2: é contemplada quando os jovens utilizam linguagens artísticas, corporais e verbais, o que possibilita valorizar a arte e compreendê-la em seus múltiplos contextos sociais, culturais e históricos, em temas que abarcam diversas tendências e movimentos artísticos, estéticos e políticos dos séculos XX e XXI. Também é desenvolvida no estudo das linguagens artísticas, no quadro de suas relações de poder e perspectivas, e ainda no tema da indústria cultural, como forma de produção e reprodução de significados e de ideologias.

Competência específica de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Competência específica 2: é trabalhada quando são discutidos os direitos ambientais, de maneira integrada à elaboração de conceitos como os de Direitos Humanos e dignidade humana, incluindo a avaliação de situações como as das tragédias ambientais provocadas pela ação de empresas mineradoras no Brasil contemporâneo.

Perfil do professor

A unidade pode ser trabalhada pelo professor de **Filosofia**, que terá condições de desenvolver conceitualmente os temas dos Direitos Humanos e das Artes em reflexões que passam por questões como os sentidos da liberdade, o universalismo, a estética e a criação de significados pelas linguagens artísticas.

O professor de **Sociologia** também poderá utilizar seus conhecimentos e métodos para analisar os desafios existentes em relação aos Direitos Humanos na sociedade brasileira, discutindo a situação de diversos grupos sociais, como crianças, jovens, pessoas com deficiência e aqueles que não têm acesso a direitos como moradia, alimentação e livre expressão cultural. Além disso, o tema da indústria cultural pode ser trabalhado com os conceitos e métodos sociológicos, que permitem compreender as relações de poder que se estabelecem nas produções artística e cultural contemporâneas.

Também o professor de **História** poderá desenvolver os conteúdos da unidade, abordando temas como a trajetória dos Direitos Humanos e as diversas concepções e tendências artísticas de maneira contextualizada. Dessa forma, serão aprofundadas as múltiplas conexões entre as dimensões política, econômica, tecnológica e cultural das transformações nas artes e nos direitos ao longo do tempo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Orientações didáticas

Abertura da unidade

Páginas 104-105

O objetivo da abertura é elaborar conceitos como dignidade humana e diversidade cultural como valores contemporâneos com pretensão universal. Aproveite as questões para fazer uma avaliação diagnóstica do conhecimento da turma sobre esses temas num debate, sempre atento a falas que possam promover discursos e comportamentos preconceituosos.

Respostas

1. Resposta pessoal. A obra homenageia o cacique Raoni, liderança indígena de alcance mundial, identificado com as lutas dos kaiapós e dos povos indígenas, em geral, por seus territórios e por respeito a seus direitos. Na obra, as modificações corporais que são partes da cultura indígena de Raoni são traços distintivos de seu pertencimento a uma tradição cultural historicamente discriminada e combatida por Portugal, que impôs um modelo civilizacional diverso às populações da América, forçando os indígenas à cristianização, à adoção de língua e de padrões culturais europeus, além da escravização e violência física e simbólica ao longo dos séculos.
2. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante perceba que a expressão artística pode ser elaborada para a defesa de uma ideia, um valor, uma reivindicação, sendo, portanto, um direito que precisa ser valorizado e garantido, uma vez que uma das formas de manifestação do autoritarismo é justamente a censura ou a proibição de expressão de determinados valores.
3. Resposta pessoal. Esse questionamento propicia uma conexão entre Arte e Direitos Humanos. Nesse momento, inúmeras linguagens devem ser estimuladas, como a arte presente em museus, a que ocorre nas ruas, como o grafite, a música, o *funk*, entre outras expressões que exprimem algo que muitas vezes pode estar relacionado a uma denúncia ou exaltação de valores e crenças expressas em forma de arte e que pode ferir e atingir a dignidade de grupos e da pessoa humana, pilar dos Direitos Humanos.

Página 107

A pluralidade religiosa

Este é um dos muitos exemplos de violação e falta de acesso aos Direitos Humanos no Brasil que serão abordados no decorrer da unidade. O tema da liberdade religiosa precisa ser problematizado sob a ótica dos Direitos Humanos considerando o contexto atual, no qual uma série de violações de religiões de matrizes africanas ocupam os noticiários no país. O debate também pode incluir outros grupos religiosos que são alvos de estereótipos, generalizações e perseguições, como evangélicos, Testemunhas de Jeová, judeus e muçulmanos.

Respostas

1. Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes utilizem o conceito de direitos para dialogar com o conteúdo do texto, que trata de intolerância religiosa. Enfatize que a intolerância e o discurso de ódio com relação ao outro são causas de tragédias em diferentes contextos. Peça-lhes exemplos, registre as respostas no quadro e prepare-os para a roda de conversa sugerida a seguir.
2. O diálogo em roda possibilita que sejam expostas questões que incomodam, tanto no plano do grupo quanto no âmbito da sociedade. É importante mediar essa conversa: estimule a participação de todos e incentive o respeito ao tempo de fala, bem como [illegible] queiram se expor. Registre no quadro um mapa de intolerâncias e de propostas de convivência. O objetivo é fazer com que os estudantes desenvolvam o olhar para o outro e se sensibilizem para a sequência dos conteúdos sobre os Direitos Humanos da unidade.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Percurso 5

Direitos Humanos: uma criação?

Páginas 108-109

Conduza a aula de modo que a turma entenda que os Direitos Humanos, assim como qualquer componente de valor ético e moral, são uma construção social sujeita a mudanças e disputas que estão relacionadas ao desafio do cotidiano das pessoas em diferentes países. Nesse primeiro momento, o objetivo é desnaturalizar algo que é socialmente construído a fim de que os estudantes percebam que só existem direitos em razão da mobilização e das disputas, e que não há garantia de direitos sem essa compreensão.

Novo paradigma ético

Contextualize a demanda por direitos universais após o Holocausto e demais crimes contra a humanidade cometidos durante as guerras mundiais. Caso considere necessário, trabalhe outros conteúdos sobre esse período que permitam visualizar a extensão e a gravidade desses crimes. O extermínio de pessoas pela Alemanha nazista vitimou opositores de várias tendências (comunistas, socialistas, democratas etc.), além de diversas minorias sociais, étnico-culturais e religiosas, como judeus, deficientes físicos e mentais, ciganos etc. Ao abordar o tema, esteja atento a falas preconceituosas ou que neguem a extensão e a gravidade do Holocausto e problematize o negacionismo como atitude que gera terríveis consequências éticas.

Análise: Violações aos direitos humanos

Respostas

1. As imagens selecionadas, que apresentam a arte como uma expressão política e de denúncia, devem servir como novo disparador de debates. O cartaz sobre o Rio Doce denuncia crimes contra o meio ambiente – no caso, envolvem os rejeitos despejados nesse recurso hídrico, prejudicando pessoas cujo modo de vida depende do rio. Os problemas sociais e ambientais são parte dos chamados Direitos Humanos. A pintura de Debret é uma obra que remete à tortura, considerada crime contra a humanidade e presente no processo histórico violento que envolveu o modelo escravocrata da formação brasileira e as ditaduras do século XX, como a de Getúlio Vargas e a de 1964. A imagem dos refugiados remete à situação de exclusão e de marginalização social relacionada à condição das pessoas

que são forçadas a deixar seus países em razão de conflitos e crises humanitárias.

2. Debata as violações aos direitos e à dignidade das pessoas com base nas vivências e nos conhecimentos prévios dos estudantes. Levante com o grupo alguns relatos, apresente reportagens recentes sobre mobilizações e luta por direitos, como a dos indígenas, a das mulheres, a dos negros, a das pessoas com deficiência, entre outros exemplos que relacionem o cotidiano do jovem com a concepção central de dignidade da pessoa humana.
3. As imagens têm em comum o fato de que expõem situações de violação de direitos que atingem parcelas da população, com impacto gravíssimo em suas vidas. É possível construir atividades integradas entre diferentes componentes das áreas de Ciências Humanas, Linguagens e Ciências da Natureza – neste caso, considerando as questões ambientais.

Páginas 110–111

O jusnaturalismo na construção dos direitos

Este tema pode ser aprofundado com uma contextualização da transição europeia para o capitalismo, com ênfase na filosofia política dos chamados contratualistas. O importante é que a turma visualize o Direito como uma construção espacial e temporalmente localizada.

Ética e cidadania

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

É importante destacar a emergência dos direitos universais na contemporaneidade, lembrando que eles não existiam em sociedades como a da Democracia Antiga, que excluía mulheres e estrangeiros, entre outros grupos. Mesmo na história contemporânea, em sociedades de base escravista como a do Brasil ou de regiões onde o elemento religioso se sobrepõe a qualquer ideia de igualdade, a universalidade do direito não existe. Quando falamos de direitos, estamos analisando o processo de consolidação do mundo capitalista burguês, que se expandiu a partir da Europa. Reforce esses elementos para que o estudo siga considerando a variável tempo/espaço para a compreensão de como essa ideia atravessa os séculos até o tempo presente. Caso entenda ser pertinente, aprofunde o processo revolucionário em países como Inglaterra, Estados Unidos, França e Haiti.

Um bom material para trabalhar a comparação entre a situação da mulher na Grécia Antiga e na sociedade contemporânea é a música "Mulheres de Atenas", de Chico Buarque de Holanda, que pode servir como base para mobilização e ampliação da questão dos direitos das mulheres.

Página 112

Vozes: Djamila Ribeiro

Utilize o boxe para desenvolver a compreensão de que a ampliação de direitos ocorre mediante lutas e mobilizações. Ainda hoje, é muito difícil uma mulher negra ocupar os espaços que Djamila ocupa. É possível desenvolver essa reflexão numa atividade complementar, situando os primeiros pesquisadores negros em diferentes áreas do conhecimento.

Página 113

Análise: Escola de Atenas

Respostas

1. Oriente os estudantes na pesquisa sobre a Filosofia em Atenas. Espera-se que relacionem os estudos filosóficos à busca de um pensamento livre dos mitos, guiado pela razão, e que tem importante função política para o governo da pólis.
2. Nessa questão, a intenção é que os estudantes relacionem a pintura não mais ao contexto representado (a Grécia Antiga), mas a seu contexto de produção (o Renascimento). Destaque que os dois contextos estão separados por quase 2 mil anos de história e que o Renascimento é uma elaboração intelectual moderna a respeito da cultura e da filosofia dos antigos que, forçosamente, inclui novos elementos nesse universo. Assim como a Arte e a Filosofia Antiga foram apropriadas pelo viés da modernidade, o Direito e a política dos antigos foram recuperados de maneira específica pelos modernos.

Página 115

Respostas

1. a **4.** Respostas pessoais. Esta atividade proporciona a retomada de aspectos conceituais estudados até aqui, como a centralidade do conceito de dignidade humana e o processo de formação das dimensões dos Direitos Humanos, além de desenvolver os conceitos de ética e moral. É possível um trabalho interdisciplinar com Filosofia, História e Arte. Trata-se de refletir sobre a relação com o outro, um exercício difícil, mas necessário. A tentativa de criar um código ético de convivência pactuado com o coletivo pode ser uma boa estratégia, assim como utilizar as linguagens artísticas para a expressão desses afetos muitas vezes difíceis de ser oralmente traduzidos. A proposta sugere um caminho e referências que podem ser uma opção; contudo, o percurso deve ser realizado de acordo com as situações específicas e com a leitura dos professores com relação à sua turma. Eventos que envolvem música, poesia, arte, dança, entre outras linguagens possíveis, podem ser utilizados como elemento mobilizador, significando os conceitos por meio de vivências, ideias e linguagens das juventudes.

Ampliando

Seguem algumas sugestões de textos que apresentam dados sobre *bullying* e experiências possíveis para o enfrentamento do tema:

- MINISTÉRIO da Educação. Professora usa poesia como arma para combater prática de *bullying* em escola do Distrito Federal. MEC, Brasília, DF, 14 jun. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/33501-educacao-no-ar/65171-professora-usa-poesia-como-arma-para-combater-pratica-de-bullying-em-escola-do-distrito-federal. Acesso em: 19 jul. 2020.
- CHAVES, Denise Raissa Lobato; SOUZA, Mauricio Rodrigues de. *Bullying* e preconceito: a atualidade da barbárie. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, 5 abr. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230019. Acesso em: 19 jul. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 116

Direitos Humanos para quem?

Nesse momento, é importante destacar os limites da ação dos Estados Nacionais em temas globais, bem como o histórico peculiar dos direitos em cada Estado Nacional, já que os direitos decorrem de lutas no âmbito desses Estados. O caso brasileiro pode servir para desenvolver essa relação, retomando a importância da resistência negra e da campanha abolicionista para o fim da escravidão; das greves e insurreições operárias para as leis trabalhistas; da organização e luta das mulheres para a conquista de direitos como o voto, o divórcio, a legislação contra a violência doméstica etc.

Página 118

O Estatuto da Criança e do Adolescente

É importante que os jovens se percebam como sujeitos do direito, inclusive das disposições do ECA. Contextualize a aprovação do estatuto no contexto da Nova República brasileira, após o fim da ditadura civil-militar. Apresente o ECA aos jovens. O texto está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19 jul. 2020.

Página 119

Respostas

1. Esta é uma oportunidade para uma atividade interdisciplinar com o professor de Matemática, que pode atuar com os professores da área de Ciências Humanas na organização e análise dos dados. Com mediação do professor, os grupos devem acessar a página do IBGE (https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/), acessar os dados sobre os idosos de seu estado, analisar a pirâmide etária da sua região e as projeções para os próximos 30 anos e registrar as informações no caderno.
2. A página do IBGE possibilita uma pesquisa ampla que envolve temas como estudo da população, políticas públicas e projeções para os próximos anos. É fundamental que os jovens tenham empatia ao abordar o assunto, que investiguem para além dos

dados sugeridos, além de se projetarem para quando chegarem à idade de 60 anos.

3. Esta é uma ótima oportunidade para produção de mapas, croquis cartográficos, tabelas e outros suportes que permitam traduzir para essas linguagens o que pesquisaram acerca da condição dos idosos no seu município.

Respostas

1. A maior proporção de idosos na população demandará do Estado o enfrentamento de desafios como garantir renda (políticas de trabalho, previdência, assistência etc.), serviços públicos como saúde e transporte, moradia digna, além de preocupações com acessibilidade, assentos especiais, vagas de estacionamento etc. Pode também ser mencionado o desafio de custear os serviços públicos contando com uma população economicamente ativa proporcionalmente menor do que a atual (questão que tem sido usada como justificativa para reformas previdenciárias que estendem o tempo de trabalho dos indivíduos, limitando a possibilidade de uma aposentadoria).
2. Espera-se que os jovens analisem a situação dos idosos em diferentes aspectos (entre outros, renda, saúde, mobilidade, cultura, lazer etc.) e elaborem propostas sobre como enfrentar problemas atuais e melhorar as condições dos idosos. Pode ser feita a gravação de um vídeo, a redação de uma carta, entre outros formatos. O vídeo tem as vantagens de poder ser divulgado em formato digital com maior alcance e possibilitar o maior diálogo com o uso que os jovens fazem dessas tecnologias.

Página 120

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Pessoas com deficiência

Nesse momento, incentive os estudantes a partilhar vivências em sua realidade e ideias sobre a situação dos direitos das pessoas com deficiência. Problemas como a mobilidade urbana, o acesso a emprego e renda, as condições para atendimento em serviços públicos e em estabelecimentos privados, entre outros, podem ser trazidos para a conversa. Relacione os direitos das pessoas com deficiência com as mobilizações e lutas desse grupo e com a proclamação da Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 1975.

As pessoas com deficiência sofrem diversas formas de discriminação e exclusão dos seus direitos, além de já terem sido alvos de perseguição e extermínio por governos autoritários, como durante o nazismo. Nesse sentido, é importante problematizar argumentos como o de que os gastos com essa população seriam injustificáveis, em especial nos casos de pessoas consideradas improdutivas e que não são empregáveis no mercado de trabalho. A ideia de que a aptidão e a disposição para o trabalho eram uma condição para uma pessoa ser aceita e ter sua cidadania respeitada era muito forte na Alemanha nazista e contribuiu para uma política de extermínio de pessoas com deficiências físicas ou internadas em instituições de saúde mental. Uma política fundamentada em Direitos Humanos deve significar que todas as pessoas, independentemente de sua condição, possuem direito à dignidade.

Direito à moradia

Ampliando

Para buscar dados sobre o direito à moradia e acessar o material de apoio para professores, entre outras informações e possibilidades, consulte a página: http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?lang=pt. Acesso em: 19 jul. 2020.

Página 121

Respostas

1. Resposta pessoal. Na maioria dos municípios do Brasil existe um déficit habitacional. Caso não seja essa a realidade local, busque referências de grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo etc.
2. A pesquisa deverá ser realizada em fontes confiáveis, como páginas da prefeitura, das universidades, do IBGE e de demais órgãos de sua cidade ou estado que tratam de moradia. Solicite aos estudantes que façam comparações entre os dados encontrados pelos outros grupos.
3. Auxilie os estudantes de modo que, na confecção do mapa, relembrem conceitos de Cartografia, como escala, legenda etc. Lembre-os também de todos os elementos que compõem um mapa: título, escala, legenda, rosa dos ventos e fonte.

4. Compartilhe os mapas dos diferentes grupos e, em seguida, peça aos estudantes que elaborem coletivamente propostas e encaminhamento ao poder público. A possibilidade de participação e mobilização por vias democráticas, que envolve o histórico de luta por moradia no Brasil, deve ser valorizada e compreendida como um processo de conquistas.
5. O conteúdo das propostas pode ser elaborado em forma de carta, vídeo ou outro recurso. As propostas deverão ser enviadas aos órgãos competentes do município a fim de cobrar soluções para os problemas mencionados. Nessa etapa, é fundamental conhecer e, se possível, comparecer aos espaços públicos de decisão, como Câmara dos Vereadores, audiências públicas, subprefeituras, entre outras instâncias reguladoras.

Página 122

Respostas

1. Resposta pessoal. Faça um debate com base nos pontos levantados e nos dados sobre desnutrição no Brasil. Ressalte os elementos culturais que permeiam os hábitos alimentares nas diversas regiões brasileiras, os interesses econômicos e os embates diante do modelo das grandes multinacionais, o agronegócio em contraponto ao modelo orgânico, de agricultura familiar, entre outros pontos que podem ser aprofundados. Podem ser feitas parcerias com os professores de Química e de Biologia no estudo do meio ambiente, dos nutrientes, do funcionamento do sistema digestivo, de doenças como a desnutrição, entre outros aspectos da questão alimentar. Essa fase prepara para o tema final deste per[illegible] Direitos Humanos, que envolvem os [illegible] culturais.
2. Resposta pessoal. Utilize a questão para promover comportamentos ligados ao consumo consciente, em especial no que tange a prestar atenção àquilo que se come, observando procedências, ingredientes, tabelas nutricionais, presença de agrotóxicos e de transgênicos etc.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 123

Direitos para árvores, rios e animais?

Este conteúdo pretende introduzir o conceito de interdependência entre Direitos Humanos e natureza, já que as condições de nossa existência como espécie dependem da diversidade biológica e da preservação do meio ambiente. Para trabalhar a dimensão ecológica dos direitos é possível abordar casos concretos, como os eventos recentes que envolveram desastres ambientais provocados pela ação de mineradoras, os incêndios e o desmatamento na Amazônia e a contaminação da água e do solo em grandes metrópoles.

Páginas 124-125

Vozes: Davi Kopenawa Yanomami

Utilize esse boxe para ressaltar o protagonismo dos indígenas e de outros povos e populações tradicionais na defesa dos biomas brasileiros. Nesse caso, trata-se de uma das áreas mais preservadas da Amazônia, em razão da atuação de lideranças indígenas como Davi Kopenawa Yanomami. É importante que os jovens compreendam que a visão desses povos sobre o meio ambiente é fundamentalmente diferente da visão de empresas madeireiras, mineradoras ou agroindustriais, que percebem nas florestas apenas recursos como terra, água, ouro, minério de ferro etc.

Análise: Uma carta do Rio Doce

A relação dos krenak com o Rio Doce pode ser ampliada num estudo sobre a questão indígena no Brasil na atualidade. Retome a constituição de 1988, marco a partir do qual é possível identificar os avanços e retrocessos no ordenamento jurídico nacional, e problematize a vulnerabilidade de inúmeros povos mediante diversas ameaças.

Respostas

1. A resposta à questão exige uma discussão com o grupo acerca dos conceitos de interdependência e universalidade. A carta constrói seus argumentos adotando a visão do rio, sendo esta uma das maneiras de expressão do modo de vida indígena. Nessa visão de mundo, um rio tem sentimentos, sofre e fica alegre, entre outros aspectos da cosmovisão – que pode ser ampliada e aprofundada com o grupo. A atividade também abre possibilidades de parceria com as áreas de Linguagens e de Ciências da Natureza, além de diferentes componentes das Ciências Humanas.

2. A relação dos krenak com o meio ambiente é essencialmente diversa da relação utilitária e mercantil predominante nas sociedades capitalistas. Eles enxergam o rio como uma entidade viva e parte integrante de sua família, ocupando um posto semelhante ao do avô; ou seja, o Rio Doce desperta a afeição e o respeito dos indígenas, não sendo visto como um recurso a ser explorado.
3. A síntese propicia um diálogo integrado com a área de Arte, que pode ser ampliado, conforme viabilidade e entendimento do grupo de professores.

Página 126

Direitos humanos: um desafio permanente

Encerre o percurso conectando temas e aprendizagens trabalhados até aqui. O conceito de dignidade humana é central, conectando-se à construção histórica do que é humano e do que são os direitos, bem como aos conhecimentos filosóficos sobre a ética e a moral. Retome os direitos ambientais, as perspectivas indígenas sobre o humano e a natureza, além dos diversos grupos que demandam direitos na sociedade contemporânea: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas sem moradia digna, sem alimentação [illegible], vítimas de discriminação racial, de gênero, entre outros. Conclua abordando o desafio de lidar com pessoas que são diferentes entre si, únicas em suas individualidades e ao mesmo tempo impactadas por desigualdades sociais e formas de exclusão e violência construídas historicamente. A demanda pela tolerância, pelo diálogo e pela pluralidade deve ser relembrada, assim como a demanda pelo combate a injustiças e desigualdades decorrentes de estruturas sociais históricas. Reforce a importância das Ciências Humanas para a compreensão tanto da diversidade do mundo quanto de suas estruturas sociais desiguais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Páginas 127–128

Atividades

Respostas

1. A atividade pode seguir o seguinte roteiro:
   - Partindo da pergunta “Direitos humanos para humanos direitos?”, levante possíveis entendimentos do que seria um humano direito. O que define um humano que não é direito? Quem são os alvos dessa caracterização que visa à exclusão do universo dos direitos? As pessoas que cometem crimes? Todas elas? Aqui é importante desenvolver criticamente a compreensão do racismo estrutural e de como os diferentes grupos sociais são tratados de maneira distinta pelos sistemas policiais e punitivos, julgados de maneira distinta pelo Judiciário e abordados de maneira distinta pela mídia.
   - Os estudantes devem localizar as origens dessa fala e contextualizá-las nos meios de comunicação, nos discursos políticos etc. É possível desenvolver essa etapa por meio da análise de vídeos com programas televisivos que noticiam crimes diversos com linguagens diversas, a depender de quem é o acusado. Em casos como os de grandes apropriações de recursos públicos por agentes do Estado e empresários, sonegação de impostos etc., os jornalistas tratam os criminosos com a mesma agressividade com que tratam os acusados pobres e marginalizados? Eles expõem nomes e rostos, tiram conclusões sobre suas culpas?
   - Retome o conceito de ética para responder à questão sobre os “humanos direitos”. Problematize os discursos contra os Direitos Humanos no Brasil abordando questões como linchamentos, grupos de extermínio, chacinas, atuação de milícias etc. O cometimento de novos crimes, muitas vezes mais brutais que os originais, não nos torna também criminosos? Os altos índices de violência no Brasil não seriam um indício de que essa forma de lidar com o crime não diminui o problema? Nesse sentido, é possível comparar os índices com os de países onde não são recorrentes eventos como linchamentos, chacinas e formação de milícias, e nos quais o sistema penal não promove o encarceramento massivo de pessoas nem permite violações cotidianas aos direitos dos detentos, já que a função do sistema é reintegrar socialmente, e não simplesmente punir o indivíduo.
   - Selecione ao menos uma das falas sobre os “humanos direitos” para uma leitura que identifique o tema do texto e a perspectiva do autor, analisando seus argumentos, e registre esse processo junto com o

grupo. Organize o material pesquisado e elabore uma apresentação objetiva, de no máximo 15 minutos, para apresentar o processo de pesquisa.

- As etapas exigem autonomia dos estudantes e mediação do professor. Retome os assuntos estudados, acompanhe a escolha e o processo de pesquisa do grupo, oriente os estudantes na pesquisa e apresentação de cada grupo. É importante que os estudantes organizem os tempos de fala, as réplicas e tréplicas, e considerem o cuidado ao utilizar os dados da pesquisa para sustentar seus argumentos no âmbito das Ciências Humanas, e não simplesmente no senso comum. Caso considere adequado, essa atividade tem potencial para ser ampliada e registrada de outras formas, como por meio de textos de posicionamento ou obras de arte, entre outras possibilidades. A apresentação pode ser feita em um grande painel coletivo em papel *kraft*, ou algum outro acessível, retomando os conceitos da unidade, como dignidade humana, direitos universais e interdependência.

2. Alternativa **a**. A diretora-geral afirma que a estratégia para promover os direitos humanos será "não deixar ninguém para trás" na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

3. **a)** O crime ocorrido em Mariana, no ano de 2015, causou forte impacto ambiental na Bacia do Rio Doce e também social para inúmeros grupos humanos que viviam em função desse rio e às margens dele. A lama arrastou rejeitos minerais tóxicos e arrasou moradias, causando repercussão internacional sobre a importância de proteger os ecossistemas e o modo de vida d[illegible] trabalhadores do campo, entre outros grupos atingidos de maneira direta pelo evento. São responsáveis as empresas que exploram minério na região, além do Estado brasileiro, que tem o dever de obrigá-las a cumprir as medidas necessárias para evitar catástrofes como essa.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

b) Resposta pessoal. É possível perceber o desaparecimento, em meio à lama, de casas, estradas, rios etc.

c) A imagem possibilita avaliar alguns dos impactos da catástrofe na vida das pessoas, como morte de familiares, perda de moradia, degradação e poluição do solo e do rio – o que impediu a continuidade de práticas essenciais para a economia, como a agricultura e a pesca. A resposta pode contemplar, além dos sujeitos atingidos, as ações posteriores ao evento, os direitos dos povos tradicionais, os preceitos dos direitos que abrangem outras espécies além da humana, entre outras relações.

4. **a)** A luta pela liberdade religiosa tem sido parte da demanda por direitos humanos desde a primeira geração desses direitos, no século XVIII, quando os autores do Iluminismo e do liberalismo político formularam críticas à ordem política do Antigo Regime, que não separava a religião do Estado. Essa crítica se baseava em experiências traumáticas de perseguições, guerras e extermínios de base religiosa, em especial as guerras civis do século XVII, a atuação da Inquisição e as perseguições populares a judeus e outras minorias religiosas. Hoje, o respeito à diversidade religiosa no Brasil é demandado principalmente com relação às religiões de matrizes africanas, que sofrem discriminações históricas relacionadas ao racismo, ao etnocentrismo e ao poder que as autoridades cristãs vêm tendo ao longo da trajetória nacional.

b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes reflitam sobre o tema, de maneira a operacionalizar e valorizar o conceito de Direitos Humanos na temática da liberdade religiosa. Questões relacionadas à intolerância podem ser levantadas a partir de vivências cotidianas, como casos de estigmatização, perseguição e violências direcionadas a determinados grupos.

Percurso 6

A arte como um direito humano

Página 129

A arte compreende as mais distintas formas de expressão humana, que propiciam a reflexão sobre crenças, sentimentos, vivências, ideias e identidades. Portanto, existem múltiplos diálogos entre arte e direitos humanos, uma vez que as artes são formas de expressar a demanda por esses direitos, e os direitos humanos devem contemplar a liberdade de produção e difusão das artes. Essa liberdade é indispensável para que não sejam silenciadas vozes de pessoas que sofrem exclusões e violências históricas.

Respostas

1. Uma breve pesquisa sobre o autor nos permite afirmar que seu trabalho possui uma conotação de afirmação da identidade e da memória de pessoas que habitam a Amazônia brasileira. No campo político,

podemos destacar que a valorização do protagonismo e da beleza de pessoas negras e indígenas, além da escolha de uma tonalidade avermelhada, que reforça o distanciamento com relação ao padrão branco imposto pelo colonialismo e pelo racismo, é indício de que o autor expressa uma demanda antirracista.

2. A intenção do artista Éder Oliveira parece ser a de compor, por meio da forma, das cores e características da obra, um diálogo entre o grafite e a paisagem urbana ao redor, além de chamar a atenção para o personagem representado. A obra do artista é caracterizada pela representação do indivíduo amazônico, que neste e nos demais trabalhos são representados com uma forte tonalidade vermelha, o que parece expressar a valorização da predominância de heranças genéticas ameríndias na região.
3. As obras exploram o espaço dos muros, interagindo com as construções e demais elementos da paisagem urbana. As cores são representativas e chamativas, a fim de valorizar os personagens e chamar a atenção para a obra na paisagem, em diálogo com as pessoas que circulam pelas ruas em suas atividades cotidianas. Na imagem de Ananindeua, existe um diálogo com as linguagens artísticas da fotografia, destacando o rosto de um jovem sem nenhum outro elemento, chamando toda a atenção para ele. Na imagem de São Paulo, há grafites com padrões e estilos variados, que envolveram diversos artistas e propostas variadas em sua elaboração.

Páginas 130–131

Arte para quê?

Esta é uma [illegible] para um trabalho interdisciplinar com a área de Linguagens, conectando as discussões estéticas e literárias a contextos históricos, análises sociológicas e reflexões filosóficas sobre a arte.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O movimento modernista

O Modernismo, bem como o manifesto e suas obras, pode ser relacionado a debates acerca da construção da identidade nacional brasileira. Ele está globalmente vinculado a diversos movimentos artísticos, como as vanguardas europeias e o muralismo mexicano. Portanto, é importante construir de maneira ampla o conceito de Modernismo, a partir da ideia de busca de ruptura com tradições culturais clássicas para a construção de um "estilo novo". Essa ideia abarcava sentidos políticos os mais diversos, do nacionalismo ao antinacionalismo, da exaltação de revoluções à promoção de valores conservadores. Em países que procuravam se afirmar como uma nacionalidade independente, como o Brasil, o Modernismo teve forte tendência de busca de expressões culturais populares, em ruptura com a reprodução de formas e padrões europeus.

Vozes: Mário de Andrade

Mário de Andrade, além de ter atuado como artista e escritor, foi um importante gestor cultural das áreas de arte, cultura e patrimônio no Brasil. Sua trajetória permite perceber as interações entre as artes e as políticas culturais de promoção da identidade nacional brasileira num contexto de demanda por autonomia do país diante do mundo.

Página 132

O Tropicalismo

Podem ser aprofundados temas como a Guerra do Vietnã, o movimento de contracultura *hippie*, os impactos dos anticoncepcionais, os problemas do modelo soviético expostos por ocasião da Primavera de Praga, o levante estudantil em Paris e o massacre no México, além da censura no Brasil e da luta e organização dos estudantes contra a ditadura brasileira. Caso tenham interesse em conhecer as ideias que mobilizaram os levantes de 1968, os estudantes podem fazer uma pesquisa sobre a obra de Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*, que foi muito influente no contexto do evento parisiense, tendo impacto em diversas partes do mundo.

Página 133

O movimento armorial

Nesse momento, será apresentada aos estudantes a diversidade de expressões do

Modernismo no Brasil, não necessariamente decorrentes dos eventos da Semana de 1922, em São Paulo, já que existem tradições culturais regionais que se renovam pelo diálogo com as novas tendências por caminhos próprios, caso do Movimento Armorial em Pernambuco. Utilize o conteúdo para abordar as relações entre a arte popular tradicional e as formas de expressão modernas, bem como o tema da diversidade étnico-cultural do Brasil.

No caso do Armorial, é possível um paralelo com a geografia da fome e com o Manguebeat, bem como um debate acerca do modelo global de entretenimento. A influência da cultura de cordel também pode ser abordada por meio de temas como o cangaço, o coronelismo e o messianismo. No âmbito da Sociologia, é possível um debate sobre a cultura popular, seus significados e sentidos simbólicos, além do debate estético da Filosofia.

A relação entre o Movimento Armorial e as musicalidades contemporâneas do Manguebeat permite desenvolver o conhecimento da arte de maneira intertextual, elaborando também o conceito de hibridismo. Uma parceria com a área de Linguagens pode ser uma boa forma de abordar esse conteúdo, por meio de análises das influências, as intertextualidades e as rupturas na história da arte pernambucana, contemplando Ariano Suassuna e Chico Science.

Ao trabalhar o movimento Manguebeat, faça a leitura de parte do manifesto, reforce as relações com o contexto de vida na cidade do Recife, apontando as críticas sociais e políticas presentes no texto e nas obras, as referências à cultura popular e o diálogo com os elementos urbanos e globais como as batidas eletrônicas, as roupas e os instrumentos. Trace um paralelo com os tropicalistas e enfatize a menção à obra clássica *Geografia da fome*, de Josué de Castro, entre outros símbolos que compõem e caracterizam esse movimento. O texto do manifesto está disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/chicoscience/textos_manifesto1.html. Acesso em: 22 jul. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Páginas 134–135

Análise: Desejo de mudança

Respostas

1. Resposta pessoal. Se entendermos arte como forma de expressão dos anseios humanos, não basta apenas o sustento do corpo; é preciso alimentar os campos espiritual e psicológico e outros desejos subjetivos que a arte tem a capacidade de acessar.
2. Os autores criticam as desigualdades sociais no acesso à arte, à cultura, à educação e à boa alimentação, bem como a ideia de que as artes e a busca pela felicidade são menos importantes para a dignidade humana do que demandas como a prosperidade material.
3. Comida (assim como a água, também mencionada na letra) é um recurso essencial para a vida humana. Sem comida as pessoas sofrem e morrem, irremediavelmente. Ao remeter a discussão sobre as políticas culturais à importância da comida para a vida, os artistas buscam valorizar o papel da cultura e da arte na sociedade.

As vanguardas europeias

Faça uma leitura das imagens identificando técnicas, intencionalidades e o contexto da obra de arte. O aspecto histórico pode ser explorado com o quadro *Guernica*, aprofundando o contexto da Guerra Civil Espanhola e do nazifascismo, entre outras possibilidades. A obra de Duchamp serve para abordar a característica de transgressão por meio do humor e do choque pela quebra de convenções artísticas, uma característica das vanguardas. O impacto e a influência das vanguardas no Brasil é outra possibilidade que pode ser trabalhada, bem como a relação com os direitos humanos.

As vanguardas artísticas ligadas ao Expressionismo e ao Dadaísmo foram importantes na resistência à ascensão do nazismo na Alemanha. Para aprofundar o estudo da luta dos artistas contra o militarismo, o nacionalismo e o racismo do projeto de Hitler

podem ser apresentadas aos estudantes obras do artista alemão John Heartfield, pioneiro da manipulação artística e satírica de fotografias, ele publicou centenas de charges e fotomontagens que criticavam o nazismo na revista *AIZ*, que circulou na Alemanha no início dos anos 1930 e chegou a se manter como publicação clandestina após a censura imposta pelo regime nazista e o exílio de Heartfield. Para saber mais sobre o autor, consulte a reportagem Sátira na Segunda Guerra: as polêmicas fotomontagens de John Heartfield, do portal *Aventuras na História*. Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/polemicas-fotomontagens-de-john-heartfield.phtml. Acesso em: 19 jul. 2020.

Página 136

Análise: Guerra e arte

Respostas

1. O quadro representa uma senhora passeando com seu cachorro. A ênfase do artista está no "movimento" dos personagens: a senhora e o cachorro têm formas precisas e simples, que causam a sensação de movimento.
2. Com a entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, quando declarou guerra à Áustria, em maio de 1915, a maior parte [illegible] sofreram mudanças. Depois [illegible] grupo futurista se reuniu em torno de Marinetti, o movimento e as ideias já não representavam a forma de pensar de outrora, e o novo futurismo acabaria por se vincular ao fascismo.
3. Em parceria com o professor de Arte, promova um momento de expressão e compartilhamento que sistematize e sintetize o percurso até aqui, como uma exposição para o grupo ou na própria escola. O uso da linguagem audiovisual ou plástica, entre outras, deve ser estimulado, além do respeito às premissas dos direitos humanos, que devem permear as criações. O trabalho de fotomontagens e colagens é um recurso interessante para melhor compreensão das técnicas utilizadas por vanguardas artísticas da época, que produziam sentidos contraintuitivos, satíricos e reflexivos com esses procedimentos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 137

Arte e globalização

Nesse momento, introduza e contextualize o conceito de indústria cultural. Também pode ser trabalhado o tema da sociedade do espetáculo, conceito crítico ao modelo de arte pautado meramente pelo consumo, para estimular o grupo a fruir das obras de arte e praticar atividades artísticas de maneira crítica.

O *k-pop* e os mangás são muito populares entre os jovens em todo o mundo. Esse exemplo possibilita retomar e aprofundar o conceito de indústria cultural, problematizar o modelo de entretenimento e vincular as produções a um universo simbólico particular que se torna universal e comercializável. Além disso, é importante descrever os procedimentos mercadológicos envolvidos nas trajetórias dessas tendências artísticas com o recurso do *marketing* internacional e análises de mercado nas decisões sobre o conteúdo e a estética adotados.

Página 139

Respostas

1. Organize a turma em grupos de três ou quatro estudantes. Esse gênero, antes expressão da cultura caipira, incorporou novos elementos e hoje é sucesso em todo o país. Uma fonte que pode ser utilizada é a reportagem Sertanejo "de raiz" ou moderno: os embates entre as correntes do gênero de maior sucesso do Brasil. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2018/03/sertanejo-de-raiz-ou-moderno-os-embates-entre-as-correntes-do-genero-de-maior-sucesso-do-brasil-cjek36apx01mz01p440m8uaur.html. Acesso em: 19 jul. 2020.

   Os dados disponibilizados na reportagem podem ser complementados por uma pesquisa atual sobre a proporção dos diferentes gêneros musicais entre os maiores sucessos no Brasil. Além do sertanejo, podem aparecer diversas outras categorias, como o *funk*, o *pop*, o tecnobrega e o brega *funk*, entre outras. Uma parceria com o componente de Matemática pode ampliar a análise quantitativa das tendências musicais no país.
2. Oriente os grupos, apresente referências e debata essa construção do caipira, fartamente presente na

literatura e no imaginário dos brasileiros. Relacione a questão com o conceito de indústria cultural, reforçando a arte como expressão humana de um contexto. Os grupos devem categorizar dois perfis de "sertanejos" de diferentes tempos e estilos para a parte seguinte. Nesse exercício, as dúvidas e ambiguidades na categorização devem ser discutidas, de modo que os estudantes percebam os problemas metodológicos de uma investigação que faz uso de categorias de análise. O sertanejo "raiz" é facilmente identificável em artistas como Tião Carreiro e Pardinho, Pena Branca e Xavantinho, Trio Parada Dura, Sérgio Reis e Almir Sater; por sua vez, o sertanejo moderno é representado por duplas e artistas solo que atualmente se encontram entre os maiores sucessos nacionais, com influências do *country* dos Estados Unidos, do *pop*, do *rock*, entre outros estilos. Duplas sertanejas cujo sucesso ocorreu a partir dos anos 1980 e 1990, embora possam ser classificadas como "raiz", comportam maiores ambiguidades, já que estão integradas à indústria cultural contemporânea e expressam diversas influências que afastam suas composições das formas e dos conteúdos da música caipira (por exemplo, Chitãozinho e Xororó, Leandro e Leonardo, Zezé di Camargo e Luciano, entre outras).

3. Inúmeras sugestões estão disponíveis para a análise. Ressalte que a intenção não é criar falsas rivalidades, mas identificar e problematizar formas de expressão artística em diferentes contextos. A parceria com outros componentes pode ser rica e abrangente – por exemplo, para debater sobre como o significado de ser caipira dialoga com a literatura. Uma abordagem sociológica pode enfocar o modelo de negócio do sertanejo [illegible] contexto de globalização, com intensa publicidade e letras que remetem ao consumo e aos relacionamentos instáveis, que Bauman denominou de "amor líquido". Outras temáticas podem ser aprofundadas, como o estímulo ao consumo de bebida, a sexualidade, a masculinidade e a feminilidade. As apresentações também podem propiciar releituras criativas dessas obras, devidamente contextualizadas e comparadas, resultando na produção de um vídeo, *podcast*, apresentação de música ao vivo ou programa de rádio. Essa é uma forma de sistematizar as informações organizadas unindo a criatividade das expressões artísticas com os métodos das Ciências Humanas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Territórios da Arte

Respostas

Etapa 1: Atue como mediador nas etapas sugeridas. Estimule os grupos a refletir sob a perspectiva da arte como forma de engajamento e atuação no território. Retome o grafite e outras propostas que buscam se posicionar como uma voz engajada em diferentes contextos.

1. A página deve ser a principal fonte de pesquisa para o grupo, podendo ser complementada por outros conteúdos que considerar pertinentes. Uma apresentação da página deve ser considerada para essa proposta.
2. Após o debate entre os grupos, as propostas deverão ser apresentadas. Faça a mediação, alinhando possíveis respostas inadequadas ao tema da proposta e encaminhando a elaboração do mapa.
3. Estimule a diversidade de linguagens na proposta de mapa afetivo, que pode ser produzido com a utilização de sistema de GPS, recursos de georreferenciamento, vídeos, mapas, desenhos e croquis cartográficos. A atividade deve organizar a relação entre a sensibilidade e os afetos que envolvem as artes.
4. Para desenvolver o conhecimento da linguagem cartográfica dos estudantes, estimule-os a utilizar convenções e legendas que permitam ao leitor compreender o conteúdo. Um croqui ou um mapa do bairro ou da cidade pode servir de base para essa etapa. É importante que os jovens visualizem a dimensão desses espaços, identifiquem os territórios e problematizem a desigualdade de aparelhos de arte nas cidades brasileiras. Recursos de apoio são sugeridos, como a Rede Nossa São Paulo e seus mapas, que demonstram as desigualdades de aparelhos culturais na capital paulista.

Etapa 2: Os grupos devem criar mapas afetivos utilizando os recursos de GPS para traçar um caminho que possa ser percorrido em busca de arte e cultura em seu bairro ou na cidade. Teatros, cinemas, igrejas, museus, *shoppings*, centros culturais, praças, entre outros lugares, devem ser parte da construção do vídeo e do mapa. Existe a possibilidade de que alguns dos jovens não conheçam os locais, o que torna importante o compartilhamento de experiências entre eles para que todos colaborem na elaboração dos territórios, utilizando a linguagem cartográfica e apresentando sua proposta de mapa afetivo e artístico ao grupo.

Página 141

Os *hippies*

O contexto dos *hippies* é marcado pela resistência ao alistamento para a Guerra do Vietnã, o que teve impacto global ao dificultar a continuidade do uso dos esforços bélicos dos Estados Unidos ao redor do mundo. Está relacionado ainda à

transgressão cultural e sexual própria das contraculturas da época, marcada por experimentações e questionamentos existenciais sobre a sociedade de consumo nos países desenvolvidos.

Também faz parte desse contexto a luta por igualdade racial nos Estados Unidos, em um momento imediatamente posterior ao fim das leis de segregação racial, uma vitória de mobilizações negras. Na época dos *hippies*, surgia nos Estados Unidos o Partido dos Panteras Negras para a Autodefesa, uma organização negra contra a brutalidade policial e a exclusão social que foi duramente perseguida nos anos 1970 e 1980, com líderes mortos, presos e exilados. Para conhecer o movimento, pode ser indicada a *Antologia dos Panteras Negras*, obra de acesso livre na internet que contém os escritos clássicos do grupo, entre 1968 e 1971.

Para que os estudantes visualizem a dimensão histórica da relação da contracultura com as lutas antirracistas pode ser utilizada a apresentação de Richie Havens no festival *Woodstock*, interpretando "Freedom". Trata-se de uma canção tradicional, que os negros escravizados cantavam nas lavouras durante o período escravista da história estadunidense, reintroduzida pela cultura *hippie*. Numa época de intensas mobilizações negras contra as leis de segregação racial nos Estados Unidos, Richie Havens e outros artistas negros expressaram tradições ancestrais de luta no mais simbólico festival de música da época, gritando por "liberdade".

Com a música, podem ser discutidos os muitos sentidos históricos, sociológicos, filosóficos e artísticos de "liberdade", partindo da problematização do que significava essa palavra para as diferentes pessoas que assistiram ao espetáculo.

- A liberdade para os rebeldes dos Panteras Negras tinha o sentido de quebra da opressão contra uma população racializada, estigmatizada e violentada historicamente. O grupo era formado por uma geração jovem de militantes negros que vivenciaram as lutas pelos direitos civis e o assassinato de algumas de suas principais lideranças, como Martin Luther King e Malcom X. A maior radicalização dos Panteras Negras, que, entre outras coisas, defendiam que a população negra se protegesse com armas contra a ação da polícia em suas comunidades, era resultado desses conflitos políticos, que vitimaram os grandes nomes da geração anterior.
- A liberdade para os jovens brasileiros que enfrentavam o regime civil-militar se relacionava à demanda por um país sem autoritarismo, exploração de classe e cerceamento de direitos e liberdades civis. Aqui, 1968 foi o ano do AI-5, o grande marco do endurecimento do regime civil-militar, que era, em parte, uma reação à organização de estudantes e operários para resistir por meio de protestos e greves à implantação de uma ditadura no país. A partir daquele ano, o regime militar exerceu uma repressão brutal contra artistas, jornalistas e todos aqueles que se opunham ao regime e se expressavam sobre isso.
- A liberdade para os jovens de Paris significava uma revolta contra as ilusões da sociedade de consumo, resultado da implementação do Estado de bem-estar social na Europa, e contou com importantes influências de movimentos socialistas e de lutas anticoloniais, como a dos argelinos que estavam em guerra contra a França pela independência.
- A liberdade para os jovens de Praga que se insurgiram contra o poder soviético também se relacionava ao cerceamento de direitos e liberdades, mas, nesse caso, o Estado, que era confrontado, agia em nome do socialismo contra a sociedade de classes capitalistas, o que revela as contradições do socialismo soviético.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

- A liberdade para os mexicanos que se insurgiram no contexto dos Jogos Olímpicos de 1968 ligava-se à autonomia com relação aos Estados Unidos – uma potência que, historicamente, sempre exerceu grande influência no país –, bem como ao desejo de pôr fim ao domínio de um único partido na política mexicana, que permaneceu no poder durante a maior parte do século XX. Eles pretendiam usar a visibilidade internacional dos Jogos Olímpicos para protestar, mas foram reprimidos com extrema violência no Massacre de Tlatelolco, que resultou em centenas de estudantes mortos pela polícia.

O movimento *punk*, assim como o *hippie*, pode suscitar debates e maior aprofundamento, caso haja interesse por parte do grupo. No caso do *punk*, são indicadas as músicas, letras e vídeos da banda Cólera, uma das mais expressivas dessa forma de contracultura no Brasil. Uma canção adequada para a atividade é "Era", que resume o espírito do *punk* como movimento político e estético.

A concepção estética do *punk* está relacionada à expressão da agressividade por meio da arte, à afirmação de uma identidade positiva para aquelas pessoas que a sociedade estigmatiza como "delinquentes juvenis" e a práticas culturais baseadas na ideia do "Faça você mesmo". Por exemplo, os *punks* costumam criar as próprias roupas, com uso de costuras, *patches*, broches, correntes etc., além de elaborar zines, que são publicações feitas com base em colagens e remetem à arte produzida pelas vanguardas artísticas surrealistas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 142

Análise: Sociedade alternativa

Respostas

1. Esta atividade desenvolve conteúdos sobre as contraculturas *hippie* e *punk* e o conceito de liberdade para a geração de 1968. A frase "Faça o que tu queres, pois é tudo da lei" foi um *slogan* da geração *hippie* que expressava a importância da liberdade em luta com o autoritarismo, bem como a fuga de padrões de consumo e de modelos sociais baseados na disciplina dos comportamentos impostos pelas instituições. Raul Seixas inspira-se na ideia de uma "sociedade alternativa", denominação de iniciativas de experiências comunitárias que foram comuns na contracultura. Explore a letra com o grupo, estimule as reflexões, incentive o compartilhamento e retome o conceito de indústria cultural, além das críticas de *hippies* e *punks* ao modelo de consumo e ao autoritarismo.

   A roda de conversa estimula a compreensão de que existe um espaço sempre aberto para transformações, do qual a juventude pode participar. Leve o grupo a imaginar o que seria uma sociedade alternativa hoje: ela seria baseada em quais valores éticos? Entre outras possibilidades, trace um paralelo histórico com a década de 1960 no mundo e com a permanência de modelos políticos que perseguem e prendem seus críticos.

Territórios culturais

É importante que os estudantes visualizem o impacto das desigualdades e exclusões sociais nas práticas culturais das juventudes. Entre outros temas, pode ser abordada a criminalização de cenas culturais como o *rap*, o *funk* e o *soundsystem* nas periferias urbanas. Além do *funk*, é importante relacionar as desigualdades no acesso à cultura em suas mais diversas formas de expressão. Um exemplo é a grande concentração de equipamentos culturais públicos e privados, como cinemas, teatros, bibliotecas, centros culturais, casas de *show* etc., nas áreas centrais ou nobres das cidades.

Página 143

Slams

A chamada arte e literatura marginal – que inclui o *funk*, o *rap*, os saraus, os *slams*, entre outras formas de expressão cultural – pode ser apresentada e problematizada considerando-se as realidades culturais do entorno de sua escola, bairro ou cidade. No exemplo da Cooperifa, a perspectiva de denúncia e engajamento desse movimento

pode ser relacionada ao que foi estudado em outro contexto – como dos *hippies* e dos *punks* – como expressões da contracultura. Essas expressões podem ser problematizadas com base em uma perspectiva de territórios e territorialidades nas cidades, envolvendo o debate sobre as desigualdades e o papel dos entes públicos e privados na promoção das culturas jovens.

Página 144

Vozes: Cooperifa

Aproveite este boxe para apresentar as possibilidades existentes para organização de iniciativas e movimentos culturais nas periferias, integrando diversas formas de expressão. Caso haja iniciativas semelhantes próximas da realidade dos estudantes, por meio das quais eles podem acessar e produzir literatura, poesia, música, artes plásticas, vídeo ou outras formas de expressão artística, valorize-as. Elas podem, por exemplo, ser compartilhadas na sala de aula, com uma breve apresentação sobre sua forma de organização, seus objetivos e sua trajetória de ações (eventos organizados, páginas criadas na internet, filmes ou músicas produzidos etc.).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Página 146

Vozes: Sebastião Salgado

A relação entre artes e direitos humanos pode ser sintetizada tomando por base o conteúdo sobre Sebastião Salgado. A coleção *Êxodos*, que tem diversas fotografias disponíveis *online*, é composta de imagens de deslocamentos humanos em contextos muito diversos, mas que, no geral, envolvem grandes privações e sofrimentos, o que denuncia a situação de apátridas, refugiados e imigrantes ao redor do mundo. Podem ser escolhidas algumas dessas fotografias para uma análise em sala de aula, levando, assim, a uma conclusão da unidade que reforça o caráter global da luta por dignidade humana.

Quanto às relações entre artes, juventudes e transformações técnicas e tecnológicas, pode ser desenvolvida uma atividade que aborde a fotografia na era dos *smartphones*, em um trabalho conjunto com o professor de Arte.

Página 147

Análise: A luta pela terra: os ícones da vitória

Respostas

1. Inicie a atividade promovendo um debate ético sobre a utilização da imagem do outro. Fotografias que denunciam violações de direitos humanos não devem se constituir numa forma de expor a pessoa que já sofre essas violações. Portanto, é preciso que exista autorização expressa de quem eventualmente aparece na fotografia, principalmente caso se trate de pessoas em situação vulnerável, como as que vivem na rua, em malocas ou favelas. Essa reflexão proporcionará um debate em que poderão ser articulados os conceitos de dignidade humana, de arte e de política, consolidando os objetivos da unidade.

Página 148

Respostas

1. Esta atividade pode propiciar a construção integrada dos dois conceitos norteadores da unidade: arte e direitos humanos. Retome rapidamente com os jovens os conteúdos do percurso 5 e registre no quadro a pergunta "Por que direitos humanos?". Em seguida, retome os do percurso 6 e anote: "Arte para quê?". Relacione as respostas da turma a cada uma das perguntas.

   Os Direitos Humanos conectam-se a temas como "dignidade humana", "universalidade", "diversidade", "direitos ambientais" etc. Podem ser detalhadas também as três gerações dos Direitos Humanos, cada qual com suas características. Já a arte associa-se a conceitos como "liberdade de expressão", "política", "tecnologia", "indústria cultural", entre outros, podendo ser destacados movimentos artísticos como o Modernismo e as contraculturas.

   Após construir um esquema ligando esses conceitos, questione de que formas os direitos humanos dialogam com os conceitos conectados às artes, e vice-versa. Ou seja, como a arte se relaciona com a dignidade humana, com a universalidade, com a diversidade, com os direitos ambientais etc.; e como os direitos humanos se relacionam com a liberdade de expressão, com a política, com a tecnologia, com a indústria cultural etc.

Por fim, solicite a elaboração de um painel que contenha esses elementos. Estimule a criatividade da turma.

2. Depois de elaborado o painel, promova uma reflexão sobre o direito de asilo, estabelecido no Artigo 14, que dialoga diretamente com os conceitos de liberdade, democracia e universalidade desenvolvidos na unidade. Além disso, o artigo destaca que o direito ao asilo não se destina a proteger pessoas cuja perseguição é "legitimamente motivada". Portanto, o texto permite desmistificar ideias como a de que os Direitos Humanos servem à impunidade e liberdade de ação de criminosos. Na realidade, os indivíduos e organizações que atuam em defesa dos Direitos Humanos tentam prevenir e responsabilizar autores de crimes, inclusive de crimes cometidos contra condenados por crimes – afinal, os Direitos Humanos são universais.

Página 149

Prática de pesquisa: O *funk* e suas origens

Esta é uma prática de pesquisa sobre a história, territorialidade e linguagem do *funk* no Brasil. Relacione a musicalidade e a corporalidade às matrizes africanas e às influências da música negra estadunidense. Muitos jovens podem ter experiências com *funk* ou se lembrar de alguma notícia. É um bom momento para criar um espaço de compartilhamento, desenvolvendo debates ao longo de toda a atividade.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

- **Juntem-se e investiguem!:** a história do *funk* brasileiro começa no final dos anos 1980 nas favelas do Rio de Janeiro, com o uso de novos equipamentos que possibilitavam criar batidas eletrônicas e *samplers*, a princípio inspirados em ritmos negros estadunidenses, como o Miami Beat e algumas tendências do *rap*. Os álbuns *Rap Brasil*, lançados a partir de 1994, foram marcos da expansão do *funk* carioca para todo o país, com clássicos como o "Rap da Felicidade", de Cidinho e Doca, e o "Rap do Silva", de MC Bob Rum. Também desde os anos 1990, MCs como Tati Quebra Barraco e Mr. Catra foram ganhando espaço, tornando o *funk* uma manifestação muito popular em todos os grupos sociais em diversas partes do país, além de um grande negócio.
  - Elabore com os jovens o conceito de indústria cultural. Contextualize a música como um negócio global, que movimenta grandes fortunas e influencia o comportamento das sociedades. Pode ser trabalhado o documentário *Funk Ostentação*, da produtora Kondzilla, que conta a história do *funk* em São Paulo e tornou-se um grande sucesso no início do século XXI. Disponível em: https://kondzilla.com/m/funk-ostentacao-o-filme/#materia. Acesso em: 20 jul. 2020.
  - Debata os temas da ostentação e das letras de conteúdo sexual, atentando para o respeito aos diferentes pontos de vista e para uma compreensão complexa desses fenômenos. Lembre os estudantes de que tanto o conteúdo de ostentação quanto o sexual estão presentes em outros ritmos de grande sucesso porque expressam visões de mundo e desejos presentes na sociedade, não sendo, portanto, uma peculiaridade do *funk*. Uma questão que pode ser colocada é o porquê de termos tanta necessidade de nos afirmar pelo consumo de bens materiais ou pela sexualidade. Assim, os argumentos devem abranger a compreensão das estruturas e dinâmicas sociais da sociedade contemporânea e suas consequências éticas, e não apenas o senso comum.
- Outra questão que pode ser debatida é o fato de que o *funk* sempre produziu diferentes tipos de letras e mensagens, mas a ostentação e o sexo foram os temas que encontraram espaço no mercado, em especial no consumo da classe média e das elites econômicas, que

nunca se tornaram consumidoras do chamado "*funk* de mensagem", que critica problemas sociais como a violência e a miséria e é popular em muitas favelas e periferias. Alguns exemplos desses *funks* estão listados a seguir. Ao realizar esses debates, fique atento a falas que possam promover discursos e comportamentos preconceituosos e retome o preceito de dignidade humana dos Direitos Humanos e a relação entre arte e direitos humanos discutida na unidade.

- **Comparem e conectem!:** os jovens deverão pesquisar e problematizar algumas letras de *funk* e relacionar a violência simbólica à violência física. É possível retomar casos como os assassinatos de cinco artistas de grande expressão no litoral paulista entre 2010 e 2012 e o massacre ocorrido em Paraisópolis em 2019, quando nove pessoas morreram numa ação repressiva da polícia em um baile. Também deverão estudar o conceito de territorialidades em função do *funk* nas grandes cidades brasileiras. Tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo e em outros estados, a origem do *funk* são as favelas e periferias urbanas. No caso paulista, o início se deu na Baixada Santista, [illegible] para a Grande São Paulo. Hoje o *funk* também está muito presente em festas e bailes em bairros de classe média e de elite no Brasil, geralmente em casas fechadas, mas também em alguns lugares na rua.
  - Utilize essa parte da atividade para traçar um paralelo com outros ritmos também estereotipados e marginalizados, como o samba e o *rap*, entre outros. Também nesses casos, a indústria cultural incorpora os ritmos e lucra com eles, sem que as favelas e periferias que os produziram deixem de sofrer preconceitos e violências em suas práticas culturais. Por fim, pode-se promover um debate sobre a corporalidade do *funk*, do *dancehall*, da cumbia e de outros ritmos contemporâneos com forte presença de heranças corporais de matriz africana.
  - Se possível, escute com os jovens as músicas selecionadas em sala de aula para que realizem suas análises.
  - Músicas que podem ser sugeridas:
- ***Funk* com conteúdo de crítica social (em diferentes momentos):**
  - Mr. Catra: "Vida na cadeia" (1994) – Do contexto do início do *funk* no Rio de Janeiro, aborda a experiência de violência e encarceramento dos jovens de favelas.
  - MC Bob Rum: "Rap do Silva" (1996) – Clássico do *funk* carioca, conta a história de um frequentador de bailes que foi assassinado.
  - MC Felipe Boladão: "A viagem" (2008) – Escritos em homenagem a amigos que tinham morrido num acidente, os versos acabaram servindo para homenagear o próprio autor e outros quatro artistas de grande expressão, assassinados na Baixada Santista entre 2010 e 2012.
  - MC Carol: "Não foi Cabral" (2015) – Música da fase mais recente do *funk* na qual MC Carol questiona a história oficial do Brasil e exalta personagens da trajetória de resistência à escravidão, como Dandara.
  - MC Rodson: "Favela é lugar de paz" (2015) – Também mais recente, a música questiona o estigma da favela como lugar violento e reivindica seu posicionamento como um espaço onde é possível construir uma cultura de paz.
- **Samba que dialoga com o tema do *funk*:**
  - Geraldo Filme: "Tristeza do sambista" (1980) – Música que aborda os sofrimentos das pessoas que fazem o samba em seu dia a dia no contexto social das favelas brasileiras

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

- Grupo Fundo de Quintal: "A batucada dos nossos tantãs" (1993) – Música que aborda o samba como expressão cultural legítima no contexto de uma sociedade que o discrimina.

- ***Rap* nacional que dialoga com o tema do *funk*:**
  - Consciência Humana: "Território Leste" (2003) – Com participação da sambista Beth Carvalho, que canta trechos de "Silêncio no Bexiga", o *rap* dialoga com a realidade dos anos 1960 (cantada em samba) e 2000 (cantada em *rap*).
  - Racionais MCs: "Quanto vale o show?" (2014) – A música narra a cena dos bailes *black* de São Paulo nos anos 1980, estabelecendo paralelos entre aquela experiência e a dos bailes *funk* contemporâneos.
  - Racionais MCs: "Eu compro" (2014) – Fala do desejo de ostentação por parte da juventude, relacionando-a à exclusão social e ao racismo na sociedade brasileira.
  - Rincon Sapiência: "Ponta de lança" (2016) – Em seus versos, o MC do *rap* exalta a diversidade de ritmos de matrizes africanas e reivindica: "o *funk* é filho d[illegible]".

- **Concluan[illegible]:** orientar os jovens na produção de uma síntese em diferentes linguagens com base nos conteúdos e discussões das etapas anteriores. Entre outras possibilidades, podem ser feitos uma exposição sobre o assunto, um *podcast* ou uma apresentação de passinho ou de outras danças ligadas à cultura *funk*.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Páginas 150–151

Atividades

Respostas

1. Espera-se que o jovem relacione os conceitos e conteúdos desenvolvidos nos dois percursos e estabeleça algumas conexões entre arte e Direitos Humanos. Entre outros conceitos que dialogam com ambos os temas estão a liberdade de expressão e criação (a arte como direito humano) e a promoção da dignidade humana (a arte como forma de lutar pelos direitos humanos). Os exemplos que podem ser abordados incluem diversos contextos nos quais artistas se tornaram importantes denunciantes de violações dos Direitos Humanos, ou, ainda, obras de arte elaboradas para amplificar as vozes de populações que sofrem discriminação e violência, casos da literatura e da arte marginais.
2. Alternativa **b**. A imagem e o texto apontam para o objetivo de colocar o corpo em evidência e submetê-lo a experimentações, com diversas possibilidades de investigação. A linguagem artística *body art* – "arte do corpo", na tradução para o português – utiliza justamente como matéria e suporte principal o corpo do artista, privilegiando-o como meio criativo e de expressão.
3. **a)** A vestimenta de Flávio de Carvalho corresponde a uma forma de expressão artística que provoca estranhamento e desnaturalização de padrões sociais. Na imagem é possível perceber que o traje destoa dos demais.

   b) Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes compreendam que a arte pode ser usada para provocar debates sobre as estruturas e os valores sociais de um tempo, questionando-os de múltiplas formas. Por exemplo, as obras de Duchamp questionavam o conceito de obra de arte de seu tempo ao adotar uma postura iconoclasta e satírica diante de imagens clássicas como a da *Mona Lisa*, na qual foram desenhados bigodes. A imagem de Flávio de Carvalho tem um sentido semelhante, já que ele utiliza uma vestimenta totalmente alheia aos padrões dominantes à sua volta, desnaturalizando esses padrões e nos lembrando que a forma "correta" de se vestir é uma construção cultural.
4. Alternativa **a**. A exposição permite aos visitantes interagir com a obra de maneira lúdica.
5. Alternativa **d**. A obra de Duchamp tem como característica a crítica ao conceito de arte definido pelo mercado e seu campo profissional. Os *ready-made* eram uma forma de eleger objetos "indiferentes" à condição de obra de arte no interior das galerias de exposições.
6. Alternativa **a**. A autora reflete sobre os métodos pelos quais se organiza o mercado da arte, não só conectando demanda e consumo como também gerando novos impulsos ao consumo, já que seu interesse é vender a obra de arte.

Questões de Enem e vestibulares – gabarito

Páginas 152–154

Unidade 1

1. Alternativa **e**. O texto I evidencia o alto número de refugiados que buscaram abrigo no território da Hungria em 2015, bem como a resposta do governo a essa situação: a construção de um muro na fronteira com a Sérvia. O texto II aborda a opinião da Organização das Nações Unidas sobre as políticas adotadas pelo governo húngaro. Para a ONU, quando o Estado adota políticas de segregação, está incentivando práticas de discriminação.
2. Alternativa **d**. Milton Santos chama de "globalização perversa" o mercado produtivo que surgiu no final do século XX. Esse mercado é caracterizado pelo uso de tecnologias aplicadas à produção, que geram a automatização e, consequentemente, a menor demanda por mão de obra. Esse fator ocasiona desemprego em escala mundial.
3. Alternativa **b**. A Iugoslávia foi um país socialista formado por diversas repúblicas após a Primeira Guerra Mundial. O país se caracterizava pela abrangência de grupos étnicos e pela diversidade religiosa. Essas diferenças contribuíram para a ocorrência de conflitos, que, somados ao contexto geopolítico do final do século XX (crise da União Soviética), levaram à fragmentação territorial do país.

Unidade 2

1. Alternativa **c**. Um dia histórico para o movimento Diretas Já foi o comício realizado em 25 de janeiro de 1984, em São Paulo. Centenas de milhares de pessoas, entre elas líderes políticos, reuniram-se a fim de reivindicar eleições diretas para a presidência da República. O apelo popular, no entanto, não foi suficiente para que a emenda Constitucional Dante de Oliveira, que atendia a essa reivindicação, obtivesse maioria de votos na Câmara dos Deputados. Somente em 1989 houve a primeira eleição para presidente após a Ditadura Civil-Militar.
2. Alternativa **e**. A política do Brasil é orientada com base em um regime presidencialista. No sistema político brasileiro, os regimes são divididos em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, dotados de autonomia. O líder do Poder Executivo é o presidente da República, que deve ser eleito por meio do voto direito de todo cidadão brasileiro maior de 16 anos de idade. Já o Poder Legislativo é composto de deputados e senadores, também eleitos pela população.
3. Alternativa **d**. O texto trata da crise da democracia representativa liberal, fenômeno que tem ocorrido em vários países da América Latina. A crise de legitimidade abordada no texto pode ser observada na descrença dos indivíduos em relação à estrutura política vigente, ou seja, na falta de identificação com quem deveria representá-los politicamente.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Unidade 3

1. Alternativa **b**. Ambos os textos tratam da falta de consenso em relação ao que é ou deixa de ser arte. O texto I menciona a abrangência de tipos de produção de imagens e de entretenimento contemporâneos. Já o texto II utiliza a relação entre grafite e pichação (intervenções muito presentes no contexto urbano) como exemplo de legitimação e de marginalização de expressões culturais.
2. Alternativa **a**. De acordo com o enunciado da atividade, a estética relaciona razão, imaginação e sensibilidade na interpretação do ser humano sobre o mundo. Esse ramo da Filosofia trata de como fatores culturais e históricos interferem na percepção de beleza e agradabilidade pelos indivíduos.
3. Alternativa **b**. Em 1966, durante a Ditatura Civil-Militar no Brasil, as manifestações culturais foram marcadas por produções que denunciavam aspectos do governo vigente. A canção *Disparada* é uma dessas produções, pois faz uma crítica à tirania estatal ao explicitar que, "diferentemente do gado", pessoas não podem ser tratadas com autoritarismo.

REFERÊNCIAS COMENTADAS

ABRAMOVAY, M. CASTRO, M. G. (coord.). *Ensino Médio*: Múltiplas Vozes. Brasília, DF: MEC; Unesco, 2003. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000069.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.
Nesse livro o autor estuda nossas juventudes, suas narrativas, seus olhares sobre o contexto escolar e suas reflexões direta ou indiretamente sobre políticas públicas diante dos diversos problemas da educação.

ADORNO, Theodor. *Experiência e criação artística*. Lisboa: Edições 70, 2003.
Um livro rico em ideias sobre a natureza da estética, sua relação com a Filosofia, seu vínculo com o valor, a inserção da produção artística no trabalho social, a diferença entre Arte e Ciência e a afinidade entre a Filosofia e a Arte.

ALEGRETTI, Laís. Reforma trabalhista: 'Foi um equívoco alguém um dia dizer que lei ia criar empregos', diz presidente do TST. *In*: *BBC News Brasil*, 3 jul. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48839718. Acesso em: 28 jul. 2020.
Texto em que a jornalista de Economia Laís Alegretti revela que, ao contrário do discurso oficial, a flexibilização das relações de trabalho e a desidratação de direitos históricos dos trabalhadores, que permearam a Reforma Trabalhista, não tiveram um impacto positivo na geração de empregos.

BOITO JÚNIOR, A. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *Ideias*: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, ano 9, n. 1. p. 23, 2002. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/ideias_9-1.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.
No texto, o autor faz um histórico do avanço dos paradigmas neoliberais na economia brasileira e seu impacto nas relações entre capital e trabalho.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
Livro com ampla análise sobre o modelo de organização do Estado e a relação com o processo dialético da colonização.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. *In*: BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
O autor defende a ideia de que é vivendo em sociedade que o indivíduo assimila as normas, regras, valores, preceitos, ações e comportamentos de seu grupo ou classe social.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
Livro sobre as disputas no contexto do Império em relação aos projetos e à organização das instituições nacionais.

CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. São Paulo: Record, 2003.
O autor analisa uma mutação crucial da política internacional, revelando as estruturas da hegemonia estadunidense.

COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2019.
Esse livro – um verdadeiro clássico entre as obras de Direitos Humanos – trata das sucessivas etapas da evolução histórica desses direitos, examinando grandes documentos normativos, como leis, constituições e tratados internacionais, no contexto da realidade econômica e social de sua época.

COSTAS, Ruth. O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais. *BBC Brasil*, São Paulo, 13 maio 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em: 15 maio 2020.
O artigo lista seis índices do Brasil durante os 13 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder.

DALLARI, Dalmo de A. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.
Nesse livro, o autor justifica a afirmação primeira de que o ser humano é essencialmente o mesmo em toda parte e representa um valor acima de qualquer outro, além de apresentar um histórico das conquistas essenciais para o convívio democrático.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.
Obra de síntese e de fôlego que cobre o processo histórico brasileiro desde a chegada das naus cabralinas com base em uma concepção transversal em que a história dialoga com várias outras áreas do conhecimento.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1997.
Cobrindo um período de mais de 500 anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias, Boris Fausto narra os fatos mais importantes da história brasileira.

FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
Releitura do processo histórico brasileiro por meio de mais de 70 textos, divididos em seis capítulos temáticos: Pátria, Fé, Poder, Povo, Guerra e Construtores. O livro resgata os grandes acontecimentos e personagens da história do Brasil, formando um verdadeiro caleidoscópio.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
Obra clássica sobre o debate acerca da economia e dos projetos e políticas de desenvolvimento brasileiros.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

GERÓNIMO, Alan. Democracia Corinthiana: quando o futebol desafiou a ditadura – Parte I. *Esquerda Diário*, [*s. l.*], 4 jul. 2016. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Democracia-Corinthiana-quando-o-futebol-desafiou-a-ditadura-Parte-I. Acesso em: 28 jul. 2020.

Texto em que o escritor uruguaio resgata o papel da Democracia Corinthiana ao desafiar o regime civil-militar por meio de propostas que pretenderam valorizar a cidadania e a participação política, mobilizando e conscientizando parte expressiva da população brasileira no início da década de 1980.

GHANI, Alan. Entenda por que a Reforma da Previdência aumentará a renda e o emprego. *InfoMoney*, São Paulo, 28 fev. 2020. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/colunistas/economia-e-politica-direto-ao-ponto/entenda-por-que-a-reforma-da-previdencia-aumentara-a-renda-e-o-emprego/. Acesso em: 2 jun. 2020.

Texto em que o economista Alan Ghani faz uma defesa enfática da Reforma da Previdência levada a efeito em 2019, partindo do princípio de que ela teria um impacto estrutural tanto na geração de novos empregos quanto numa melhor distribuição da renda.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

Nesse livro, Habermas discute os direitos fundamentais, ou seja, os direitos subjetivos e os direitos políticos de participação e comunicação dos indivíduos como participantes nos discursos jurídicos.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de [illegible]

Trata-se de u[illegible] raízes do que tem sido essa desestabilizadora fase do desenvolvimento econômico, político e cultural que vem sendo chamada de pós-modernismo.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Extremos*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

O autor discorre sobre o século XX, mais precisamente do início da Primeira Guerra Mundial em 1914 até a queda da União Soviética, em 1991.

MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

Obra de uma das principais arquitetas e urbanistas que debate e propõe soluções para as disputas em um contexto urbano por interesses divergentes.

MORAES, Maria Fernanda. Plano Real, 20 anos – Moeda trouxe novo ciclo de desenvolvimento econômico. *UOL*, São Paulo, c.1996-2020. Disponível em: https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/plano-real-20-anos-moeda-trouxe-novo-ciclo-de-desenvolvimento-economico.htm. Acesso em: 28 jul. 2020.

Texto em que a jornalista Maria Fernanda Moraes disseca o Plano Real como fundamental à estabilização econômica do país, tendo exercido, nesse sentido, um papel importante no surgimento de um novo ciclo de crescimento da economia brasileira.

RAMALHOSO, Wellington. Sem WhatsApp, organizadores do "Fora Collor" estouraram conta de telefone. *UOL*, São Paulo, 14 mar. 2015. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/14/sem-whatsapp-organizadores-do-fora-collor-estouraram-conta-de-telefone.htm. Acesso em: 28 jul. 2020.

Tomando como referência a perspectiva do movimento estudantil, o jornalista Wellington Ramalhoso apresenta uma interessante análise de como o protagonismo juvenil no contexto das mobilizações de rua que levaram ao *impeachment* de Collor teve um caráter decisivo.

SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (org.). *Brasil*: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O livro forma um grande mapa do Brasil, das mudanças que se operaram em seu relevo nos planos econômico, político, social e cultural durante o século XX.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar*: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Trata-se de um vasto conjunto de estudos que revelam como, em diferentes países, os grupos sociais subalternos se organizam para resistir à exclusão social produzida pela globalização neoliberal em nome da aspiração de um mundo melhor que julgam possível e ao qual sentem ter direito.

SCHWARCZ, Lilia. Eleições presidenciais de 1989: já vi esse filme! *Nexo*, São Paulo, 2 dez. 2019. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2019/Elei%C3%A7%C3%B5es-presidenciais-de-1989-j%C3%A1-vi-esse-filme. Acesso em: 28 jul. 2020.

Artigo mediante o qual a historiadora faz um paralelo entre as eleições de 1989 e 2018, percebendo algumas similaridades nos contextos históricos dos dois momentos, dos quais destaca, sobretudo, os discursos de perfil populista.

SPERANZA, Talitha. Dissimulação, displicência e corrupção: o ano a ano de Lula na presidência. *InfoMoney*, São Paulo, 25 jan. 2018. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/colunistas/terraco-economico/dissimulacao-displicencia-e-corrupcao-o-ano-a-ano-de-lula-na-presidencia/. Acesso em: 28 jul. 2020.

Texto em que a economista analisa os dois mandatos de Lula à frente da presidência, ressaltando que os aspectos negativos sobrepujaram em muito os possíveis avanços econômicos e sociais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

INTERAÇÃO

HUMANAS

O BRASIL E O MUNDO NA ATUALIDADE

Judith Nuria Maida (Coordenação)
- Graduada em Geografia e professora da Educação Básica
- Autora e coordenadora de Literatura Infantojuvenil e coleções didáticas de Humanidades (Natureza e Sociedade, História e Geografia, Educação do Campo) da Educação Básica e EJA
- Assessora pedagógica na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Elaboradora de currículos nas redes estaduais e municipais de ensino
- Consultora na implementação da BNCC em escolas e construção de Objetos Educacionais Digitais (OED)

Adhemar Marques
- Especialista em História Moderna e Contemporânea
- Graduado em História
- Autor de coleções didáticas e livros paradidáticos de História
- Professor de História em cursos livres

Amarildo Diniz
- Graduado em Geografia
- Autor de livros e materiais didáticos de Geografia e Atualidades
- Consultor de plataforma *on-line* de correção de vestibulares e Enem
- Professor de Geografia em cursos pré-vestibular

Flávio Beru
- Mestre em História
- Especialista em Metodologia da História
- Graduado em História
- Autor de coleções didáticas e livros paradidáticos de História
- Professor e coordenador de História

Julia O'Donnell
- Mestre e doutora em Antropologia
- Autora de materiais didáticos de Sociologia para o Ensino Médio
- Professora universitária e pesquisadora

Maurício Parada
- Mestre e doutor em História
- Graduado em História
- Autor e organizador de livros de História
- Professor universitário e pesquisador

Paulo Crispim Alves de Souza
- Mestre em Ciências Humanas e Sociais
- Graduado em História
- Autor de livros paradidáticos de Educação
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Professor de Sociologia no Ensino Médio

Paulo Edison de Oliveira
- Mestre em Ciências Sociais
- Graduado em Ciências Sociais
- Autor de material didático de Ciências Humanas
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Professor de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio
- Coordenador escolar de Ciências Humanas no Ensino Médio

Pedro M.C. Ferreira
- Graduado em Geografia
- Assessor pedagógico na Educação Básica, com atuação na formação de professores
- Finalista do prêmio Professor Nota 10
- Professor de Geografia para Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA

Silvia Panazzo
- Pós-graduada em Tecnologias da Aprendizagem
- Graduada em História e Pedagogia
- Autora de materiais didáticos de História para Ensino Fundamental
- Professora de História para o Ensino Fundamental e Ensino Médio

Vitor H. Schvartz
- Doutor em Filosofia com pós-doutorado na área
- Graduado em Filosofia
- Professor de Filosofia e orientador pedagógico no Ensino Médio

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Ensino Médio

1ª edição
São Paulo, 2020

Editora do Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Interação humanas : o Brasil e o mundo na atualidade / Judith Nuria Maida (coordenação). -- 1. ed. -- São Paulo : Editora do Brasil, 2020. -- (Interação)

Vários autores.
ISBN 978-85-10-08376-8 (aluno)
ISBN 978-85-10-08377-5 (professor)

1. Ciências humanas (Ensino médio) 2. Ciências sociais (Ensino médio) I. Maida, Judith Nuria. II. Série.

20-40220 CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Livro-texto : Ensino médio 373.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

© Editora do Brasil S.A., 2020
Todos os direitos reservados

Direção-geral: Vicente Tortamano Avanso

Direção editorial: Felipe Ramos Poletti
Gerência editorial: Erika Caldin
Supervisão de arte: Andrea Melo
Supervisão de editoração: Abdonildo José de Lima Santos
Supervisão de revisão: Dora Helena Feres
Supervisão de iconografia: Léo Burgos
Supervisão de digital: Ethel Shuña Queiroz
Supervisão de controle de processos editoriais: Roseli Said
Supervisão de direitos autorais: Marilisa Bertolone Mendes

Supervisão editorial: Júlio Fonseca
Consultoria técnico-pedagógica: Marcelo Campos Tiago
Edição: Agueda Guijarro del Pozo, Carlos Félix, Guilherme Fioravante Salgado, Nathalia Simões e Rogério Cantelli
Assistência editorial: Patricia Harumi e Marina Lacerda D'Umbra
Auxílio editorial: Douglas Bandeira
Especialista em revisão e copidesque: Elaine Silva
Copidesque: Gisélia Costa, Ricardo Liberal e Sylmara Beletti
Revisão: Amanda [illegible] Almeida, Fernanda Sanchez, Flávia Gonçalves, Gabriel Ornelas, Jonathan Busato, Mariana Paixão, Martin Gonçalves e Rosani Andreani
Pesquisa iconográfica: Daniela Chan Baraúna e Priscila Ferraz
Assistência de arte: Letícia Santos
Design gráfico: Talita Lima
Capa: Megalo Design
Imagem de capa: aluxum/iStockphoto.com, ChrisAt/iStockphoto.com, FatCamera/iStockphoto.com, OnstOn/iStockphoto.com, Soares/iStockphoto.com, Trifonov_Evgeniy/iStockphoto.com e Zenobillis/iStockphoto.com
Edição de arte: Paula Coelho e Talita Lima
Ilustrações: Alessandro Passos da Costa, DAE, Fábio Luiz, Hare Lanz, Mário Yoshida, Selma Caparros e Tarcísio Garbellini
Editoração eletrônica: N Public/Formato Editoração
Licenciamentos de textos: Cinthya Utiyama, Jennifer Xavier, Paula Harue Tozaki e Renata Garbellini
Controle de processos editoriais: Bruna Alves, Carlos Nunes, Rita Poliane, Terezinha de Fátima Oliveira e Valéria Alves

1ª edição, 2020

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Editora do Brasil

Rua Conselheiro Nébias, 887
São Paulo/SP – CEP 01203-001
Fone: +55 11 3226-0211
www.editoradobrasil.com.br

Começo de CONVERSA

O Ensino Médio está mudando e você também

Durante os anos do Ensino Médio, você vai se deparar com **novos desafios** e novas formas de aprender. Neste período de sua formação, as inquietudes e descobertas próprias da adolescência virão acompanhadas da necessidade de construir o seu projeto de vida e tomar decisões para caminhar em direção a ele.

As escolhas relacionadas à vida pessoal e profissional serão mais frequentes, exigindo que você se torne cada vez mais capaz de pensar e agir de maneira autônoma, ética e responsável.

Para ampliar o papel da escola neste momento de escolhas tão importantes, o Ensino Médio está mudando. Agora, cabe também aos estudantes selecionar o caminho do próprio aprendizado de acordo com seus interesses e expectativas pessoais e profissionais.

Diante dos dilemas acerca do Enem, do vestibular e do futuro profissional, sua participação ativa se faz cada vez mais importante para que você reflita e atue sobre o que quer para si mesmo e para o mundo a sua volta.

O Novo Ensino Médio foi pensado para acompanhá-lo durante esse processo, sempre estimulando a **autonomia**, o **protagonismo** e a **responsabilidade**, para que você possa fazer escolhas e tomar decisões em relação aos projetos presentes e futuros, dentro e fora da escola.

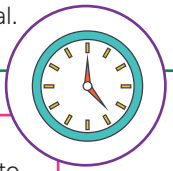
Principais mudanças do Novo Ensino Médio

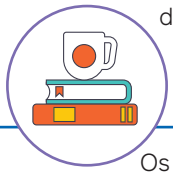


Estabelecimento de cinco itinerários formativos, relacionados às áreas do conhecimento:
I – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
II – Linguagens e suas Tecnologias;
III – Matemática e suas Tecnologias;
IV – Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
V – Formação técnica e profissional.



Ampliação da carga horária de 2400 horas para 3000 horas, sendo 1200 horas de livre escolha para o estudante se aprofundar em uma área do conhecimento ou se dedicar à formação técnica e profissional.





Os conteúdos das disciplinas continuam obrigatórios, mas abordados especificamente nas áreas [illegible] Nacional Comum Curricular. Apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática permanecerão durante os três anos do Ensino Médio.



Foco no desenvolvimento do projeto de vida do estudante, incluindo apoio na escolha dos caminhos que irá seguir no próprio Ensino Médio e em seu futuro pessoal e profissional.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Mad Dog_Shutterstock.com

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

A área de **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** compreende os componentes de **História**, **Geografia**, **Sociologia** e **Filosofia** em uma perspectiva interdisciplinar.

Na **abordagem interdisciplinar**, as diversas disciplinas interagem para construir um conhecimento que não se detenha nas fronteiras do que é estudado em cada uma delas. Essa abordagem nos capacita a compreender os problemas da realidade recorrendo a conhecimentos desenvolvidos em diversas áreas, de maneira complexa.

O grande objetivo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é levar os estudantes a se perguntar sobre tudo o que nós, seres humanos, fazemos e pensamos, as ações, ideias e os comportamentos sob perspectivas múltiplas. Com base nessa análise, o estudante reflete sobre o valor dos direitos humanos, a relação entre as sociedades e com a natureza, e debruça-se sobre a própria existência para desenvolver autonomia e reconhecer sua participação e responsabilidade coletiva sobre o mundo.

O que é a BNCC

A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** é o documento que define as diretrizes e os conteúdos do ensino em todas as escolas de Educação Básica do Brasil. Ela orienta os professores e os demais responsáveis pela educação escolar nas escolhas relacionadas à aprendizagem dos estudantes.

A BNCC não define qual será o percurso que você fará ao longo de sua formação escolar, mas ela estabelece o que você deve aprender no decorrer desses anos. Dentre as definições da BNCC, o objetivo para o Ensino Médio é levar os estudantes a desenvolver **competências gerais** em todas as áreas do conhecimento, além de **competências específicas** e **habilidades** que dizem respeito a cada área. Essas competências e habilidades devem ser desenvolvidas ao longo dos três anos do Ensino Médio, de acordo com a trajetória definida por professores e estudantes.

Os itinerários formativos e a carga horária

No Ensino Médio, você terá contato com disciplinas que não existiam no Ensino Fundamental e poderá escolher em qual área quer desenvolver mais sua aprendizagem por meio dos itinerários formativos, relacionados aos eixos estruturantes: investigação científica, mediação e intervenção sociocultural, processos criativos, empreendedorismo. Durante três anos, serão oferecidas 3 mil horas de aulas; dessas, 1800 correspondem aos conteúdos da BNCC, que são os mesmos para todos os estudantes. As outras 1200 horas você pode decidir a qual área deseja dedicar: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Formação Técnica e Profissional. Dessa maneira, você poderá seguir itinerários diversos na construção do conhecimento e se tornar protagonista do próprio processo de formação.

Sobre o volume

A correspondência aos códigos da BNCC podem ser encontrados na página 156.

Este volume aborda o Brasil e o mundo contemporâneo desde as décadas finais do século XX até os dias atuais. São tratados temas como as disputas entre potências geopolíticas, as guerras civis, o papel de organismos internacionais e ONGs na política mundial, as crises humanitárias e a situação dos imigrantes e refugiados no mundo contemporâneo; a história política do Brasil, bem como reflexões específicas sobre as lutas pelo direito à cidade, que valorizam o protagonismo dos jovens na defesa da cidadania no Brasil; as artes e suas muitas formas na realidade contemporânea, de modo a valorizar os direitos humanos, a democracia e a liberdade de criação e expressão artística.

Eixo norteador: Conflitos, Vivências e (Des)equilíbrios contemporâneos

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Objetivos

- Conhecer os principais conflitos e transformações globais na atualidade, seus impactos na realidade brasileira e no cotidiano dos jovens.
- Compreender a interdependência entre eventos e processos no mundo contemporâneo, de maneira a construir o conceito de cidadania global.
- Analisar criticamente a politica brasileira desde o final do Regime Militar, valorizando a participação e o protagonismo dos jovens, em especial na luta pelo direito à cidade.
- Compreender os fundamentos históricos, filosóficos e sociais dos direitos humanos na contemporaneidade, valorizando os princípios éticos e democráticos.
- Conhecer as concepções e debates sobre a arte no Brasil e no mundo, valorizando a diversidade e a liberdade de produção artística.

Justificativa

Compreender o conceito de cidadania e das múltiplas conexões entre as situações locais e as estruturas de poder na atualidade, bem como conhecer a política brasileira contemporânea e os fundamentos históricos e filosóficos dos direitos humanos são pontos indispensáveis para que o estudante possa se tornar um cidadão global. No mundo atual, diversas situações conflituosas e intensas transformações econômicas em escala global demandam uma construção complexa do conhecimento para que os estudantes percebam suas próprias ações como parte dessas relações, compreendendo a política em suas diversas esferas (do local ao global) e campos de atuação (da educação à luta por moradia, por exemplo).

Unidades	Percursos	Objetivos	Justificativas	Competências e habilidades da BNCC
1 **Você é um cidadão global?** Esta unidade aborda os principais conflitos políticos e formas de organização socioeconômica do mundo contemporâneo.	**1** **Geopolítica e cidadania global no século XXI** **2** **Os conflitos regionais no mundo atual e seus impactos globais**	• Reconhecer os principais conflitos do mundo contemporâneo, tendo em vista suas especificidades e complexidades. • Relacionar as características desses conflitos a um contexto histórico e geopolítico mais amplo. • Conhecer a função e a atuação de organismos internacionais, alianças geopolíticas, ONGs, entre outros atores relevantes da política internacional. • Avaliar os impactos éticos decorrentes dos conflitos contemporâneos na organização dos espaços e das sociedades atuais, elaborando o conceito de cidadania global. • Compreender as crises humanitárias e os deslocamentos populacionais de uma perspectiva crítica, ética e de respeito aos direitos humanos.	• Compreender os conflitos e deslocamentos humanos no mundo atual em seus âmbitos histórico, geopolítico e ético promove a autonomia, o compromisso com os direitos humanos no dia a dia dos jovens e a identificação de situações em que esses direitos são violados. • Construir o conceito de cidadania global possibilita situar as questões geopolíticas e históricas sob uma perspectiva ética e de promoção do protagonismo dos jovens.	Gerais: 1, 2, 7 e 10. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1, 2, 3, 5 e 6 EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS201 EM13CHS204 EM13CHS205 EM13CHS305 EM13CHS503 EM13CHS504 EM13CHS603 EM13CHS604 EM13CHS605
2 **Política para quê?** Esta unidade prioriza os últimos 30 anos da história brasileira, seus dilemas e perspectiva[illegible]	**3** **O protagonismo da juventude na redemocratização do Brasil** **4** **[illegible] urbano**	• Reconhecer o processo histórico de formação política do Brasil pós-ditadura tendo em vista seus contextos específicos. • Relacionar as características do desenvolvimento político brasileiro contemporâneo às transformações sociais e espaciais mais recentes. • Avaliar o papel das recentes [illegible]es políticas brasileiras na organização dos espaços e das [illegible]edades atuais.	• Os objetivos propostos nesta unidade possibilitam a compreensão do contexto histórico brasileiro recente, apresentando de forma transversal os principais desafios vivenciados pelo Brasil na contemporaneidade. • A contextualização das múltiplas realidades do Brasil contemporâneo é o ponto de partida para a construção da cidadania e o exercício de seus direitos e deveres no país.	Gerais: 1, 2, 5 e 7 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 2, 3, 4, 5 e 6 EM13CHS203 EM13CHS204 EM13CHS205 EM13CHS304 EM13CHS403 EM13CHS501 EM13CHS502 EM13CHS602
3 **Por que direitos humanos?** Esta unidade elabora de forma integrada os conceitos de direitos humanos e de arte, possibilitando um estudo interdisciplinar dos desafios colocados nos dias de hoje para a defesa da dignidade humana e da liberdade de criação e expressão.	**5** **Direitos Humanos: uma criação?** **6** **A arte como um direito humano**	• Valorizar os direitos humanos, conhecer seus fundamentos históricos, filosóficos e sociais, e problematizar os discursos usados para deslegitimá-los. • Analisar os desafios colocados para a defesa da dignidade humana, nos contextos brasileiro e mundial contemporâneos. • Compreender a linguagem artística como expressão humana. • Identificar e problematizar diferentes movimentos artísticos, conhecendo seus contextos e formulações estéticas e políticas. • Relacionar os direitos humanos às artes por meio das práticas e situações do cotidiano, valorizando a dignidade humana e a liberdade de criação e de expressão.	• O conceito de direitos humanos é fundamental para a compreensão da formação histórica dos valores que embasam os direitos universais no mundo atual. A abordagem interdisciplinar da arte possibilita uma elaboração complexa desse conceito, envolvendo a análise de diferentes concepções, linguagens e contextos.	Gerais: 1, 3, 4, 7 e 8 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 1, 2, 3, 5 e 6 EM13CHS101 EM13CHS103 EM13CHS106 EM13CHS205 EM13CHS303 EM13CHS502 EM13CHS605

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

SUMÁRIO

UNIDADE 1 **Você é um cidadão global?** 8

A cidadania global 10

Percurso 1 – Geopolítica e cidadania global no século XXI 12

Estados Unidos 14

Análise: O caso Jean Charles de Menezes 16

Potências da União Europeia e o Japão 17

Brics 17

Análise: Jornalistas em perigo 19

ONU em ação 23

Análise: A participação de mulheres em missões de paz 24

Aiea, Irã e Coreia do Norte 30

ONGs em ação 30

Análise: Celulares: riqueza mineral e pobreza humana 31

Transparência e corrupção: embate mundial 32

A comunidade lusófona 33

Análise: Ruanda: a transformação é possível 35

Cidadania global para mitigar e solucionar conflitos 35

Atividades 36

Percurso 2 – Os conflitos regionais no mundo atual e seus impactos globais 38

Construindo uma agenda global 38

Migrantes e refugiados: vidas em movimento 39

Análise: Refugiados no mundo 40

Refugiados no Brasil 41

Análise: Como é ser refugiado no Brasil? 42

Crises do século XXI 43

Análise: Uma feira de refugiados 43

Primavera Árabe 44

Palestina 46

Haiti 48

Venezuela 49

Análise: Imigração e transformação urbana 50

Colômbia 51

Zygmunt Bauman: o medo dos refugiados 51

O global no local e vice-versa 51

Prática de pesquisa: Como atuar diante dos problemas do mundo contemporâneo? 53

Atividades 54

UNIDADE 2 **Política para quê?** 56

A política e as diferentes perspectivas 58

Percurso 3 – O protagonismo da juventude na redemocratização do Brasil 60

Análise: A luta pela democracia 60

Sociedade, participação política e "transições negociadas" 62

Análise: A constituição cidadã 68

Uma "Nova República"? 68

Governo Sarney: "Plano Cruzado" e tentativa de estabilização econômica 69

Governo Collor: pauta neoliberal e tentativa de estabilização econômica 70

Análise: A disputa eleitoral de 1989 71

Análise: Quando os estudantes fizeram história 73

Análise: O plano que acabou com a inflação no Brasil 74

A Era FHC e o Plano Real 75

Governo Lula (2003-2010): a esquerda no poder 76

Governo Dilma Rousseff: uma mulher na presidência 77

Análise: Operação Lava Jato: entenda o caso 77

Governo Temer e a reforma trabalhista 80

Governo Bolsonaro: a reforma da Previdência 80

Atividades 83

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Percurso 4 – Política no espaço urbano . 85
Cidades para quem? 85
Cidades e transformações 86
Periferia e segregação 86
A complexidade do espaço urbano 88
O caráter social do espaço urbano 90
Como planejar uma cidade? 91
Plano Diretor 91
Análise: Déficit habitacional 93
Quem precisa de política? 95
Liberais × desenvolvimentistas no Brasil 95
Desigualdade social no Brasil na atualidade 98
Formas de participação política 99
Prática de pesquisa: Fórum de debate no formato ONU 101
Atividades **102**

UNIDADE 3 **Por que direitos humanos?** **104**

O direito à diferença 106

Percurso 5 – Direitos Humanos: uma criação? 108
Novo paradigma ético 108
Análise: Violações aos direitos humanos 108
O jusnaturalismo na construção dos direitos 110
Ética e cidadania 110
Ética na Filosofia 112
Análise: Escola de Atenas 113
As dimensões dos Direitos Humanos 114
Direitos Humanos para quem? 116
Os Direitos Humanos na ONU 116
Desafios na luta por direitos 117
O Estatuto da Criança e do Adolescente 118
Os idosos 118
Pessoas com deficiência 120
Direito à moradia 120
A segurança alimentar 122
Direitos para árvores, rios e animais? 123
Análise: Uma carta do Rio Doce 124
Direitos humanos: um desafio permanente 126
Atividades **127**

Percurso 6 – A arte como um direito humano 129
Arte urbana e direitos humanos 129
Arte para quê? 130
O movimento modernista 130
O Tropicalismo 132
O movimento armorial 133
Análise: Desejo de mudança 134
As vanguardas europeias 134
Análise: Guerra e arte 136
Arte e globalização 137
K-pop 137
Mangás 137
A vez do sertanejo 138
Faça arte. Não faça guerra 140
Os *hippies* 141
Análise: Sociedade alternativa 142
Territórios culturais 142
Slams 143
A interação humana com a arte 145
As artes e os direitos humanos 146
Análise: A luta pela terra: os ícones da vitória 147
Os Direitos Humanos e sua expressão em forma de arte 147
Prática de pesquisa: O *funk* e suas origens 149
Atividades **150**

Questões de ENEM e vestibulares **152**
Índice remissivo **155**
Competências e habilidades da BNCC trabalhadas neste volume **156**
Referências **158**

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

UNIDADE 1



Massimo Sestini/Eyevine/Glow Images

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

VOCÊ É UM CIDADÃO GLOBAL?



Imigrantes africanos resgatados pela Marinha italiana na costa da Líbia, 2014.

1. A fotografia se refere a qual fenômeno do mundo contemporâneo?
2. O que esse fenômeno revela sobre a geopolítica mundial?
3. Em sua opinião, a solução para os problemas enfrentados pelas pessoas retratadas passa por questões que afetam somente a vida delas ou por questões globais?

Na BNCC

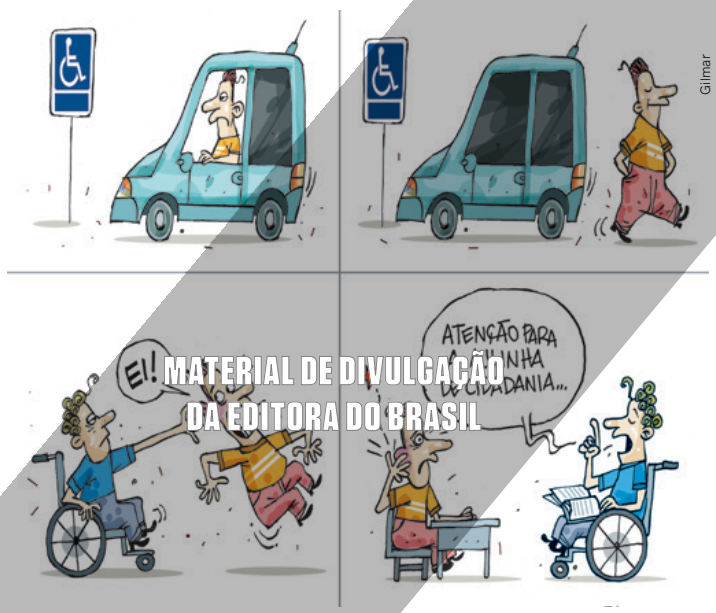
Nesta unidade você vai trabalhar as competências gerais 1, 2, 7 e 10, as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1, 2, 3, 5 e 6 e as habilidades EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS201, EM13CHS204, EM13CHS205, EM13CHS305, EM13CHS503, EM13CHS504, EM13CHS603, EM13CHS604, EM13CHS605.

A cidadania global

A fotografia das páginas anteriores nos ajuda a refletir sobre as condições vividas atualmente por muitas pessoas e que influenciam o drama coletivo de quem precisa encontrar outro lugar no mundo para sobreviver e exercer seu direito de cidadão.

Você sabe o que é cidadania? Estamos acostumados a ouvir essa palavra em diferentes situações, mas nem sempre prestamos atenção ao seu significado. A palavra **cidadania** vem de *civitas*, um termo do latim que significa "cidade". A origem desse conceito remonta à Grécia Antiga, quando eram considerados cidadãos os homens adultos que preenchessem determinadas condições: em Atenas, por exemplo, precisavam ser livres e filhos de pai e mãe livres e atenienses. Esse critério excluía do direito de cidadania a maioria absoluta da população das pólis, como estrangeiros, escravizados, mulheres e crianças. Atualmente, porém, o conceito de cidadania abarca todos os seres humanos e é definido pelo conjunto de direitos e deveres de um indivíduo, em determinado Estado. Ele se refere às possibilidades de participação dos integrantes de um povo na esfera pública de seu país.

Há muitas formas de exercer a cidadania. Entre elas estão, por exemplo, votar em representantes políticos e se candidatar a cargos públicos, preservar o meio ambiente, defender os direitos do consumidor etc. Exercer a cidadania demanda uma postura ativa dos indivíduos, na forma de uma participação consciente e responsável, que zela para que seus direitos e de todas as pessoas não sejam violados. É nesse sentido que o jurista Dalmo Dallari afirma que:



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

> A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.
>
> DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998. p. 14.

1. De que maneira o conceito de cidadania aparece na imagem?
2. Quais deveres não foram observados na situação descrita? E quais direitos não foram respeitados?
3. Qual você imagina que tenha sido o conteúdo da "aulinha de cidadania" dada pelo personagem?

GLOSSÁRIO

Escopo: algo que se pretende atingir.

Cada país determina os direitos e deveres de seus habitantes, delimitando assim o **escopo** de sua cidadania. No entanto, em determinadas situações o exercício da cidadania em um contexto nacional está relacionado a tratados internacionais ou acordos entre vários Estados. Situações como essa abrangem a ideia de cidadania global. Você já ouviu falar dela?

O conceito de cidadania global parte do princípio de que todos nós fazemos parte das sociedades em que vivemos e também de uma comunidade mais ampla: a humanidade. Ele se baseia na percepção de que vivemos em um mundo cada vez mais conectado, onde o local e o global se **interpenetram** a todo instante. Basta pensarmos, por exemplo, no impacto causado em todo o planeta por problemas ambientais originados em locais específicos ou nos efeitos globais de um vírus como o da covid-19.

GLOSSÁRIO

Interpenetrar: transpor reciprocamente.

A cidadania global está vinculada à crescente interdependência entre os países nas áreas econômica, cultural, ambiental e social, bem como a uma crescente preocupação com a dignidade humana diante de tantas situações mundiais de exclusão. A crescente conexão entre nações e continentes, por meio do comércio, dos movimentos migratórios, de tecnologias de comunicação etc., provocou a expansão das preocupações com o bem-estar global, ultrapassando assim as fronteiras nacionais. Nesse sentido, podemos dizer que a cidadania global é um modo de entender, agir e se relacionar com os outros e com o meio ambiente com base em valores universais, por meio do respeito à diversidade e ao pluralismo. Ela se define pelo comprometimento com a construção de um mundo mais igualitário e sustentável, calcado na percepção de que todas as nossas ações e comportamentos têm consequência no mundo e no modo pelo qual interagimos com ele.

Ilha de lixo no Oceano Pacífico é 16 vezes maior do que se imaginava

Localizada no Oceano Pacífico, uma mancha de lixo resultado do acúmulo de detritos – principalmente de plástico – era considerada uma das catástrofes ambientais produzidas pela humanidade. Acontece que a extensão dos danos é pior do que se imaginava: a região que fica entre a costa do estado norte-americano da Califórnia e o Havaí tem um tamanho 16 vezes maior do que o estimado, com 80 mil toneladas de lixo plástico [...]. O estudo, publicado no periódico científico *Scientific Reports*, indica que a extensão do lixo – que ficou conhecido como Grande Mancha de Lixo do Pacífico – tem uma área de cerca de mais de duas vezes o [illegible]

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

ILHA de lixo no Oceano Pacífico é 16 vezes maior do que se imaginava. *Galileu*, São Paulo, 22 mar. 2018. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2018/03/ilha-de-lixo-no-oceano-pacifico-e-16-vezes-maior-do-que-se-imaginava.html. Acesso em: 17 jul. 2020.

The Ocean Cleanup



Lixo retirado do Oceano Pacífico pela ONG The Ocean Cleanup, 2019.

1. Como a questão da ilha de plástico se relaciona ao conceito de cidadania global?
2. De que maneira esse problema evidencia as relações ambientais locais e globais?
3. Que medidas podem ser tomadas, em âmbito local, para que esse problema seja minimizado ou mesmo solucionado?

Mas como estabelecer objetivos globais de construção da cidadania em um mundo dividido em diferentes nações? De que maneira o local, o regional e o global atualmente se conectam e também entram em confronto em termos da valorização da dignidade humana? Esta unidade abordará essas questões com base em duas perspectivas: os acordos e as organizações que dão forma ao diálogo entre os diferentes países na busca por soluções comuns e o desafio enfrentado por migrantes e refugiados num mundo que, apesar de intensamente conectado, é entrecortado por inúmeras fronteiras.

PERCURSO 1

Geopolítica e cidadania global no século XXI

Você já pensou em como a Geopolítica pode ajudar a compreender o mundo atual? E em como este conhecimento pode nos auxiliar a exercer nossa cidadania, interferir em nossa sociedade e no mundo como um todo?

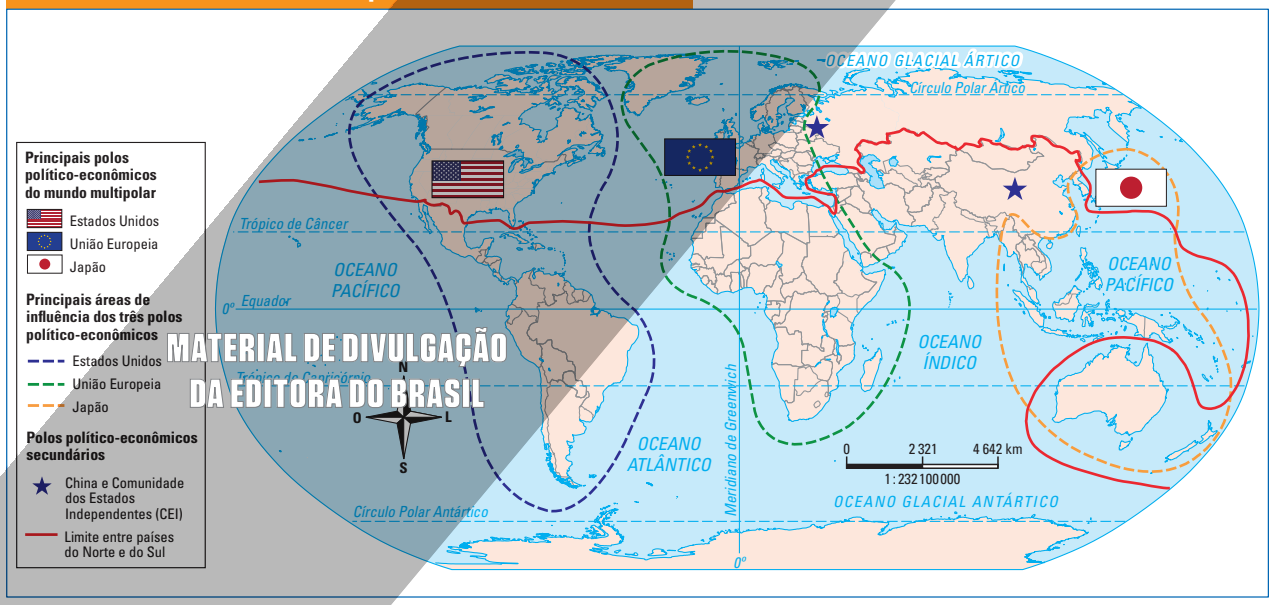
Mas que mundo é esse? Primeiro, vamos pensar sobre a ideia de Ordem Mundial. Ordem Mundial é um conceito que se refere à hierarquia de poder nos campos geopolítico, militar e econômico, neste último nas subesferas financeira, tecnológica, comercial e industrial.

Com o fim da ordem bipolar da Guerra Fria, após eventos como a Queda do Muro de Berlim e a fragmentação da União Soviética, emergiram duas possibilidades para a Nova Ordem Mundial: a unipolaridade e a multipolaridade.

A tese da unipolaridade apoiou-se no fato de os Estados Unidos terem saído da Guerra Fria como a então maior economia mundial e com poder militar muito superior às demais potências.

Em contraposição, a tese de multipolaridade é baseada na consolidação de vários polos de poder geopolítico e econômico. Na década de 1990, o mundo foi liderado por uma tríade. O primeiro polo de poder seria centrado nos Estados Unidos. O segundo polo, nas potências da União Europeia, com o protagonismo da Alemanha, seguida da França, Reino Unido e Itália. E o terceiro polo de poder se situaria na Ásia, no qual o Japão exerceria papel de liderança regional.

Mundo: Nova Ordem multipolar – década de 1990



Selma Caparroz

Fonte: HAESBAERT, Rogério. A (des)ordem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise. *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 9, p. 123, jul./dez. 1991.

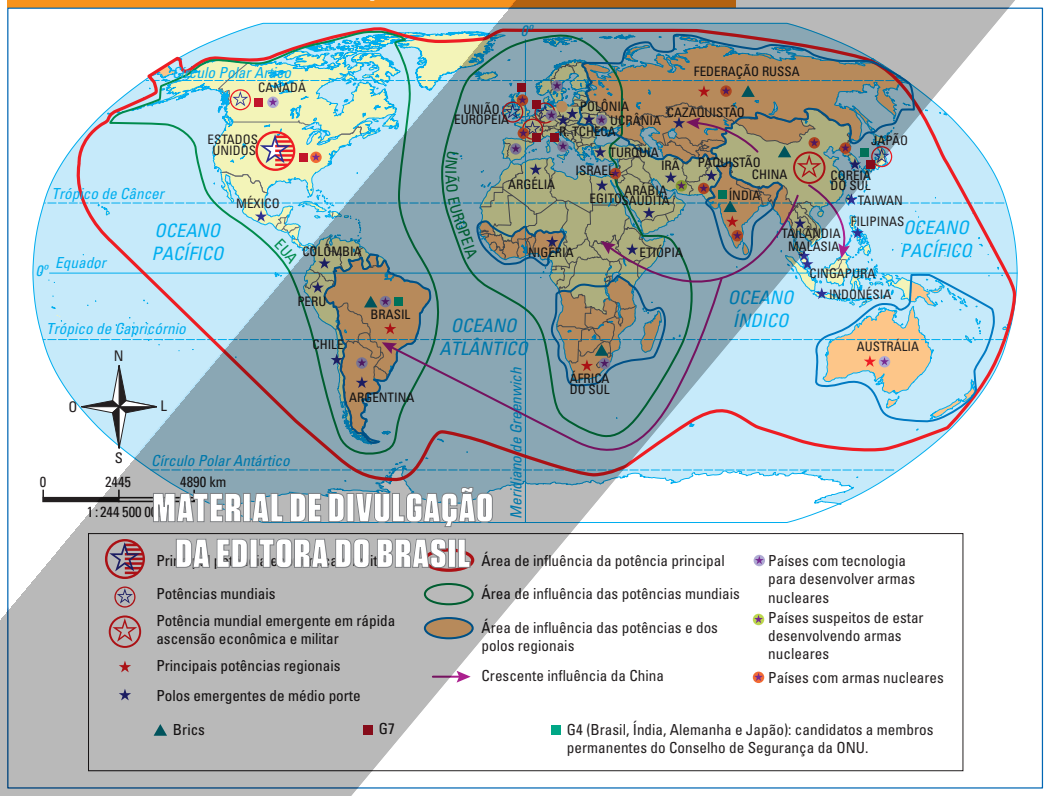
1. Descreva a Nova Ordem Mundial da década de 1990 considerando as áreas de influência de cada potência.
2. Pesquise no que consistia a divisão Norte/Sul apresentada no mapa.

A tese da multipolaridade ganhou força a partir da década de 2000, com o mundo tornando-se cada vez mais complexo em decorrência do crescimento econômico e geopolítico das potências emergentes, notadamente a China, mas também a Rússia, a Índia e o Brasil.

A multipolaridade estimulou um rearranjo no tabuleiro das organizações internacionais, o Grupo dos 7 (sete países desenvolvidos com maior PIB do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) tornou-se insuficiente como fórum de debates geopolíticos e econômicos após a crise financeira de 2008. Logo, outros grupos ganharam protagonismo ou foram gestados, por exemplo: Grupo dos 20 (19 grandes economias desenvolvidas e emergentes, somadas à União Europeia como organização), o Brics (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) e a Organização para a Cooperação de Xangai.

A Nova Ordem Mundial é multipolar, caracterizada pela hegemonia da globalização capitalista e por conflitos geopolíticos em que se entrelaçaram motivações étnicas, religiosas e separatistas – e em alguns deles são utilizados métodos terroristas. Muitos separatismos ganharam impulso porque alguns povos perceberam que parte de sua cidadania é negligenciada no interior de Estados pluriétnicos: na Espanha, a Catalunha e o País Basco, embora o ETA (Pátria Basca e Liberdade) tenha anunciado sua dissolução; na Bélgica, a Flandres e a Valônia. Acordos de paz também contiveram o separatismo, como ocorreu com a Irlanda do Norte ante o Reino Unido (1998), com o término das ações do grupo católico IRA (Exército Republicano Irlandês). Utilizando meios pacíficos, os separatistas francófonos de Quebec no Canadá não obtiveram êxito. Veja, a seguir, o esboço da Nova Ordem Mundial multipolar.

Mundo: Nova Ordem multipolar – início do século XXI



Tarcisio Garbellini

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

BONIFACE, Pascal; VÉDRINE, Hubert. *Atlas do mundo global*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009;
COLIN, Armand. *L'Atlas du monde diplomatique*. Paris: Armand Colin, 2010;
STUENKEL, Oliver. *Brics e o futuro da Ordem Global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017;
HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Unesp, 2006.

1. Com base na leitura do mapa, identifique os polos de poder da Nova Ordem Mundial.
2. Compare os países quanto à capacidade nuclear.
3. Por que a capacidade nuclear de alguns países poderia influenciar no surgimento de novas forças geopolíticas no cenário internacional?

As decisões tomadas em lugares distantes também impactam nossa vida.

E nós, cidadãos? Às vezes não percebemos como nosso cotidiano é influenciado por outras escalas de decisões geopolíticas, temos dificuldade para interpretar o mundo e os acontecimentos que conhecemos por meio dos veículos de comunicação, e ficamos atordoados com o excesso de informação disponibilizada, pela rapidez com que é disseminada e com os diferentes pontos de vista apresentados. As decisões tomadas em lugares distantes também impactam nossa vida. Por vezes, é difícil se posicionar, opinar e agir. Compreender o mundo é fundamental para intervir no mundo, buscar ou não mudanças.

Vulnerabilidade social: refere-se à situação socioeconômica de grupos de pessoas com poucos recursos financeiros, que dificultam seu acesso a moradia, educação e outros direitos fundamentais.



Ibraheem Abu Mustafa/Reuters/Fotoarena

Equipamento médico doado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) na pandemia da covid-19 na região da Faixa de Gaza, 2020.

Mundo afora, muitos cidadãos decidiram interferir na realidade: alguns são diplomatas, outros são ativistas políticos, há aqueles que trabalham em organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), outros atuam em organizações não governamentais (ONGs), como a Médicos Sem Fronteiras (MSF).

O conhecimento ajuda a despertar a consciência sobre as mazelas do mundo e mobiliza muita gente. Inúmeros cidadãos reservam uma parcela de seu tempo para trabalhar como voluntários a fim de ajudar pessoas em situação de **vulnerabilidade social**. Outros dedicam a vida em prol de uma causa, como a preservação do meio ambiente. Outros ainda imaginam um mundo diferente, querem mudanças estruturais e se tornam partícipes para **mitigar** as consequências da ordem política, econômica, social e ambiental vigente.

Como você analisou no mapa da página anterior, o espaço mundial está em constante (re)organização e (re)estruturação das esferas de poder e influência exercidas pelos Estados nacionais e organizações supranacionais. Para compreender um pouco melhor o processo que nos trouxe até esse arranjo é necessário analisar separadamente alguns desses sujeitos, sem nunca perder de vista, entretanto, que suas ações neste grande tabuleiro são sempre condicionadas por fatores externos.

GLOSSÁRIO

Assimetria: grande diferença, discrepância.

Mitigar: atenuar; aliviar; suavizar.

Estados Unidos

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Os Estados Unidos emergiram da ordem bipolar como uma hiperpotência, ou seja, o único Estado com uma sobreposição de poderes nos campos econômico, tecnológico, militar e nuclear superior às demais potências.

A **assimetria** militar é um dado significativo de poder. Os Estados Unidos são responsáveis por cerca de 50% dos gastos militares do mundo, superiores a 600 bilhões de dólares anuais, e o único país com capacidade efetiva de intervenção militar em qualquer lugar do globo.

Entretanto, o custo geopolítico e econômico das intervenções militares dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque na década de 2000 e a crise financeira deflagrada em 2008 dificultaram as pretensões de hegemonia unipolar do país. A influência geopolítica não envolve apenas a economia e a capacidade militar mas a habilidade de liderar e de inspirar confiança, engajamento e valores.

Os Estados Unidos são influentes em todo o planeta. Estão em toda parte, com suas empresas transnacionais, seus valores ideológicos e suas bases militares. Mas como os Estados Unidos se tornaram tão influentes? No século XIX, o almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) afirmou que os Estados Unidos não tinham adversários na vizinhança, pois o país tem acesso a dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, além do Mar do Caribe e do Golfo do México. Assim, a vocação estadunidense seria o poder marítimo, e para dominar o mundo seria preciso dominar os oceanos que envolvem todos os continentes. E assim foi feito: a marinha de guerra

estadunidense está hoje presente em todos os oceanos. O país tem bases militares no Pacífico, Índico, Caribe e Golfo Pérsico, que dão a ele condição de desferir operações militares contra qualquer nação que desafiar seus interesses econômicos e geopolíticos.

O espaço de influência tradicional mais direto é o continente americano, onde os Estados Unidos procuram evitar o surgimento de qualquer outra potência que fustigue seu poder. A Doutrina Monroe sempre vem à tona: "a América para os americanos", – um fator limitador para Brasil, México e Argentina.

Política externa dos Estados Unidos

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, desferidos pelo grupo extremista islâmico Al Qaeda contra os Estados Unidos, o governo do então presidente George W. Bush (Partido Republicano), mobilizado por neoconservadores, tentou impor uma ordem unipolar. A política externa foi baseada no unilateralismo, a Doutrina Bush, que defendia a ideia de uma guerra preventiva, ou seja, de intervenção militar contra países que os Estados Unidos desconfiavam que financiavam atividades terroristas ou desenvolviam armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares). A estratégia de guerra preventiva foi colocada em prática com as intervenções militares no Afeganistão no Iraque.

Afeganistão e Iraque

Em 2001, os Estados Unidos, em conjunto com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e com o aval da Organização das Nações Unidas (ONU), desferiram uma guerra contra o Afeganistão, desalojando do poder o grupo extremista Talibã, que colaborava com o Al Qaeda. O país se transformou numa democracia instável, e o Talibã continuou agindo internamente e desferindo atentados contra o governo e as tropas estrangeiras. O Afeganistão é o maior produtor de papoula, matéria-prima para ópio e heroína, além de ser rico em recursos minerais, como lítio (utilizado em baterias de celulares e automóveis elétricos). Os interesses em debelar o Talibã ou fazer um acordo com o grupo iam além da esfera geopolítica, entrelaçando-se com motivações econômicas.

Em 2003, os Estados Unidos invadiram o Iraque sem autorização do Conselho de Segurança da ONU, levando à queda o Governo do ditador Saddam Hussein. Entre os problemas estavam os conflitos entre árabes sunitas e árabes xiitas e o crescimento de grupos extremistas islâmicos. Ao norte, os curdos, povo de tradição separatista e também presente na Turquia, na Síria e no Irã, conquistaram autonomia.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Durante o governo do presidente Barack Obama (2009-2017), a política externa dos Estados Unidos apresentou [illegible] o multilateralismo. Todavia, houve investimento em intervenções militares pontuais sem o envio de soldados, a exemplo do uso de *drones* em operações militares no Oriente Médio e na África. Também se intensificaram as estratégias de guerra híbrida, na qual se utilizam maciçamente a espionagem contra aliados e adversários geopolíticos, além de práticas de guerra cibernética por meio da internet e das redes sociais, com o objetivo de desestabilizar governos.

No governo de Donald Trump, a partir de 2017, os Estados Unidos deram nova guinada para a extrema direita, com traços nacionalistas, xenófobos e protecionistas, aumentando o nível de tensão com a China. O governo Trump aprofundou a política de tolerância zero contra a entrada e permanência de imigrantes ilegais.



Kamal Kishore/Reuters/Fotoarena

Tropas dos Estados Unidos desembarcam no território do Afeganistão, 2003.



Office of Inspector General/Department of Homeland Security/Getty Images

Superlotação de famílias na estação de McAllen. Texas, Estados Unidos, 2019.

Muitos imigrantes foram alocados em centros de detenção provisória em condições que **aviltam** a dignidade humana. O episódio causou protestos de diversas organizações de direitos humanos e da ONU. Também aumentaram as deportações, inclusive de brasileiros.

GLOSSÁRIO

Aviltar: desdenhar, depreciar, humilhar, desprezar ou rebaixar.

1. Que elementos da fotografia indicam indícios da política governamental de Trump para as populações imigrantes?

Vozes

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma entidade supranacional formada por 193 países-membros e organizada em seis órgãos principais: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça e Secretariado. Foi fundada em 1945, após a Segunda Guerra, com o propósito de criar mecanismos eficientes para evitar conflitos armados e manter a paz mundial. A Carta das Nações Unidas é o documento que define a atuação da entidade, e entre seus desígnios está conseguir uma cooperação global para solucionar questões internacionais de cunho social, cultural, econômico ou humanitário e para estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem qualquer tipo de distinção.

ONU

Logotipo da ONU.

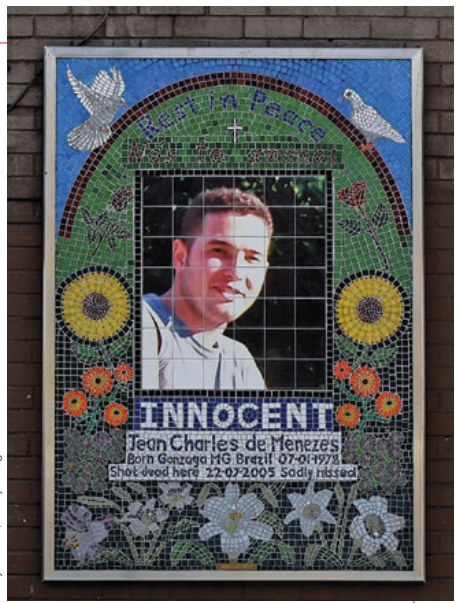
Análise

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

O caso Jean Charles de Menezes

Como retaliação à invasão do Afeganistão e do Iraque, grupos extremistas islâmicos fizeram atentados contra vários países aliados dos Estados Unidos. No Reino Unido ocorreram explosões de bombas em 2005 em ramais do metrô e em um ônibus. A reação do governo britânico foi intransigente, com violações de privacidade, islamofobia e casos de violência. Essa reação resultou em ações bastante questionáveis, sendo uma delas o assassinato do imigrante brasileiro Jean Charles de Menezes pela polícia metropolitana no metrô de Londres. A polícia alegou que confundiu Jean com um terrorista. O caso chamou a atenção de organizações de defesa dos direitos humanos e mobilizou britânicos e brasileiros contra os abusos policiais e a prática de xenofobia contra imigrantes.

1. É possível adotar medidas de combate ao terrorismo sem violar os direitos humanos?
2. Em sua opinião, os imigrantes devem ter direito à cidadania plena nos países para onde migram?



Mary Turner/Getty Images

Homenagem de familiares a Jean Charles de Menezes em Londres, Reino Unido, 2015.

Potências da União Europeia e o Japão

Na atualidade, a União Europeia é o bloco econômico mais poderoso do mundo, reunindo, em 2020, 27 nações. As quatro potências europeias mais influentes no cenário internacional são a Alemanha, a principal no âmbito econômico, com larga influência geopolítica; a França e o Reino Unido, potências econômicas e militares que dispõem de armas nucleares; e a Itália, uma potência econômica que enfrenta uma substancial crise, com declínio de sua influência.

Na Ásia, o Japão é uma importante potência econômica, mas com influência geopolítica limitada. Desde a década de 1990, o país apresenta baixo crescimento econômico e viu suas ambições diminuírem com a ascensão da China no cenário econômico e geopolítico da Ásia e da Oceania.

Os decasséguis: imigração e direitos

Os brasileiros descendentes ou parentes de japoneses que trabalham temporariamente no Japão são denominados decasséguis. A corrente migratória do Brasil ao Japão começou na década de 1980 devido à crise econômica e ao desemprego elevado no Brasil.

Chamados frequentemente de "japoneses" no Brasil, em território japonês são tratados como qualquer imigrante do mundo em desenvolvimento. Eles trabalham principalmente na indústria em funções que os japoneses rejeitam: se o trabalho for perigoso, sujo e penoso, quem faz é o imigrante. A adaptação à cultura japonesa é, por vezes, traumática. Muitos decasséguis acabam ficando no Japão por um longo tempo, e o trabalho temporário por fim se torna definitivo, mas eles não têm os mesmos direitos que os japoneses. Os filhos desses trabalhadores também apresentam dificuldades linguísticas e culturais que levam à evasão escolar e vulnerabilidade social.



Yoshikazu Tsuno/AFP

Protesto de comunidade brasileira em Tóquio, Japão, 2009.

A comunidade brasileira no Japão reivindica políticas específicas que confiram aos decasséguis oportunidades para [illegible] melhor à sociedade japonesa.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Brics

Em 2011, o economista estadunidense Jim O'Neill criou a sigla **Bric** para identificar as principais potências emergentes que, na percepção dele, remodelariam o panorama geopolítico e econômico do século XXI. A sigla faz referência à primeira letra, em inglês, do nome dos quatro países com vastos territórios, ricos em recursos naturais, grande PIB, populosos e com mercados consumidores em rápido crescimento: Brasil, Rússia, Índia e China.

A sigla ficou bastante conhecida no mercado internacional e despertou cada vez mais os interesses de investidores. Os próprios países citados nela reconheceram a força que poderiam ter juntos e criaram, em 2009, um grupo formal de cooperação econômica e diplomática. Em 2011, como parte de uma estratégia geopolítica, a África do Sul (potência média) foi incorporada, uma vez que era necessário um representante e interlocutor do continente africano. O **Brics** (em que a letra s vem de South Africa) faz conferências de cúpula anuais, e a relação entre os países se desenvolveu tanto que foi criado, entre eles, o Novo Banco de Desenvolvimento, com sede em Xangai (China), cujo foco é o financiamento de projetos econômicos nos países-sócios e em outras nações em desenvolvimento. As funções desse órgão são semelhantes às do Banco Mundial, cuja influência dominante vem dos Estados Unidos e de potências europeias.

China

Na atualidade, a China está consolidada como potência emergente com influência global, econômica e geopolítica. O país mescla práticas capitalistas e socialistas e tem um regime autoritário, marcado pela repressão de seus opositores (como os ativistas por democracia em Hong Kong) e minorias étnicas e religiosas com quaisquer pretensões separatistas (como os tibetanos budistas no Tibete e os uigures muçulmanos no Xinjiang). A China acusa potências ocidentais, como os Estados Unidos e o Reino Unido, de estimularem grupos separatistas.

Devido à sua forte indústria, a China consome grande volume de *commodities* minerais, energéticas e agrícolas para suprir a demanda de sua economia, o que auxiliou o país no avanço em negociações comerciais e diplomáticas em diversas frentes: Ásia Central, América Latina e África.

A China já é a maior economia do mundo considerando o PIB-PPC (Produto Interno Bruto – Paridade de Poder de Compra). O país faz maciço investimento em educação, ciência e tecnologia, energia (inclusive fontes renováveis), capacidade militar e nuclear.

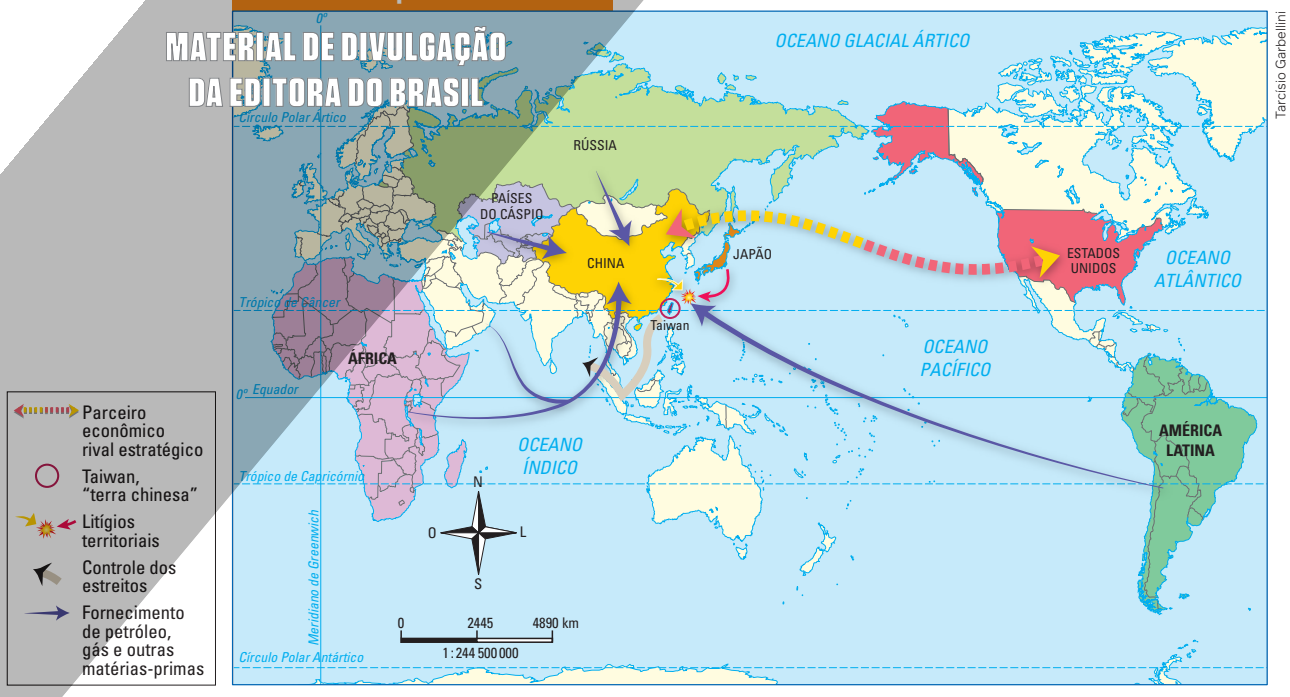
A diplomacia chinesa prioriza a cooperação, motivo pelo qual não investe em intervenções diretas, militares, e não se preocupa em mudar regimes políticos em outros países. O foco é conquistar a influência nos diferentes continentes por meio de negociações comerciais, investimentos e ajuda humanitária, em alguns casos.

Além do Brics, uma iniciativa mais recente que fortaleceu o poder chinês foi a criação da Organização para a Cooperação de Xangai, grupo de cooperação diplomática e econômica com estreita relação com a Rússia e participação da Índia, Paquistão, Turquia, Irã e a maioria das nações da Ásia Central. Outra iniciativa ambiciosa é a Nova Rota da Seda, uma proposta de investimentos em infraestrutura, principalmente de transportes (ferrovias, rodovias, portos etc.), que integram a China com países da Ásia, Europa e África. A aproximação crescente entre China e Rússia pode tornar a Eurásia protagonista do século XXI com o declínio relativo do eixo Atlântico-Estados Unidos-Europa Ocidental.

Na América Latina, a presença chinesa é cada vez maior nas exportações e nos investimentos em infraestrutura. Na Nicarágua, governada por Daniel Ortega, líder com características autoritárias, a China financia a construção do Canal da Nicarágua, que vai ligar o Mar do Caribe ao Pacífico e competir com o Canal do Panamá. O istmo centro-americano é palco do confronto geopolítico e econômico entre os Estados Unidos e a China.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O mundo a partir da China



Fonte: BONIFACE, P.; VÉDRINE, H. *Atlas do mundo global*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 47.

1. Explique a legenda "Parceiro econômico rival estratégico" apresentada no mapa.
2. Pela análise do mapa, qual é a importância de regiões como América Latina e África para a China?

Análise

Jornalistas em perigo

A organização Repórteres Sem Fronteiras monitora os países quanto à questão da liberdade de imprensa e denuncia casos de jornalistas censurados. O trabalho dos jornalistas é vital para a democracia, sendo a circulação de informações corretas importante para a formação da opinião pública e a prática da cidadania.

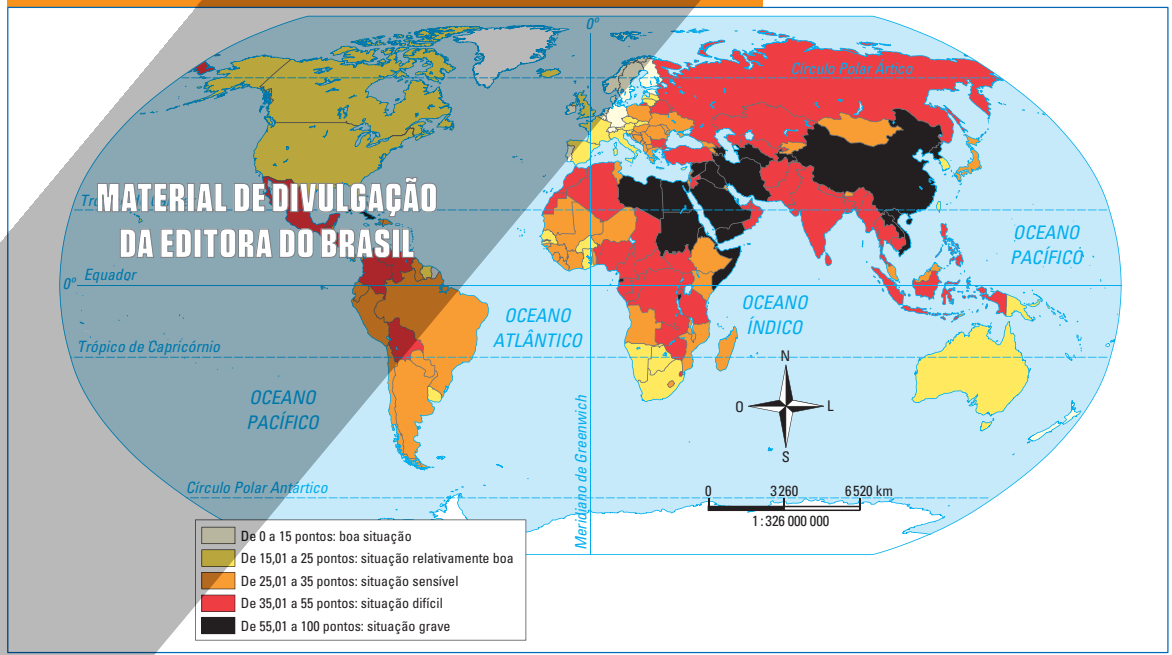
Tradicionalmente, a censura é uma característica de países com regimes autoritários, como Arábia Saudita, China e Coreia do Norte. Nos últimos anos, no entanto, observam-se o aumento de restrições ao trabalho dos jornalistas, ataques à imprensa e violência em muitas nações que, até pouco tempo, eram consideradas democracias estáveis. Segundo a Repórteres Sem Fronteiras, isso ocorre porque em vários países tem havido certa erosão da democracia devido à ascensão de governos democraticamente eleitos, porém com características autoritárias.



Burak Kara/Getty Images

Protesto na Turquia pede a libertação de jornalistas presos pelo governo de Recep Erdogan. Istambul, Turquia, 2017.

Mundo: classificação da liberdade de imprensa – 2020



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Tarcisio Garbellini

Fonte: RSF. Classificação mundial da liberdade de imprensa. *In*: RSF. Paris, [2020]. Disponível em: https://rsf.org/pt/classificacao. Acesso em: 17 jul. 2020.

1. Com base na leitura do mapa, selecione cinco países cuja situação é difícil ou grave.
2. Pesquise na internet matérias jornalísticas que podem ser as justificativas dadas para possíveis causas das restrições e da violência contra jornalistas.

Índia

Foi a partir da década de 1990, quando abriu sua economia, que a Índia passou a apresentar um vigoroso crescimento do PIB, além de desenvolver seu poderio militar, nuclear e aeroespacial. O país tornou-se importante exportador de produtos de alto valor agregado, como *softwares* para computadores. Atualmente, a Índia exerce influência no sul da Ásia e no Oceano Índico, embora seu poder seja visto com desconfiança pelo Paquistão, adversário com o qual disputa hegemonia na região da Caxemira (território montanhoso de maioria muçulmana dividido entre Índia, Paquistão e China, países detentores de armas nucleares e com histórico de disputas geopolíticas). As desavenças entre China e Índia são históricas, sobretudo após o apoio indiano ao Dalai Lama, líder espiritual do Tibete, a partir do final da década de 1950, além de disputas fronteiriças no Himalaia. O fundamentalismo hindu em diversos momentos é conflitante com minorias religiosas, como os muçulmanos.

Rússia

Após um período de decadência na década de 1990, em consequência da fragmentação soviética, a Rússia voltou a projetar seu poder econômico no início do século XXI, devido às exportações de *commodities* energéticas (petróleo e gás natural) e recursos minerais.

O país ampliou o poder militar e nuclear herdado do período soviético, procurando manter influência no Leste Europeu, na Ásia Central e na região do Cáucaso. Entre as iniciativas estão a Comunidade de Estados Independentes (CEI) e a atual União Econômica Euroasiática, formada pela Rússia em parceria com Belarus, Armênia, Cazaquistão e Turcomenistão.

A partir da década de 1990, o país reprimiu movimentos separatistas na Chechênia e no Daguestão, repúblicas da região do Cáucaso de maioria muçulmana estratégicas para a Rússia devido à exploração e ao transporte de petróleo por oleodutos.

Com o crescente avanço da influência ocidental dos Estados Unidos e da União Europeia no Leste Europeu, o governo russo teme perder ainda mais espaço nas ex-repúblicas soviéticas, especialmente após a instalação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em nações limítrofes. A resposta russa a governos vizinhos que se alinham às investidas ocidentais foram a intervenção militar na Geórgia em 2008 apoiando a Ossétia do Sul (região separatista que deseja união com a Ossétia do Norte na Rússia) e a influência na crise na Ucrânia a partir de 2014.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Ucrânia

A Ucrânia é um país com muitas divisões étnicas, linguísticas e geopolíticas.

A Ucrânia é um país com muitas divisões étnicas, linguísticas e geopolíticas. A parte leste é formada por ucranianos e russos que falam principalmente o russo, têm afinidade com a Rússia e são na maioria cristãos ortodoxos. Já no oeste, prevalecem ucranianos com língua ucraniana (católicos e ortodoxos) mais favoráveis à aproximação com a União Europeia e os Estados Unidos.

Em 2013, o governo ucraniano decidiu aprofundar as relações com a Rússia, e com isso proliferaram protestos da oposição, então favoráveis a uma aliança com União Europeia e Estados Unidos. Com a queda do governo, os opositores assumiram o poder nas eleições de 2014. A região da Crimeia, península no Mar Negro, separou-se da Ucrânia por meio de um referendo e foi anexada pela Rússia. Na porção leste, eclodiu um movimento separatista que defende a fusão com a Rússia, dando origem a confrontos com as forças armadas ucranianas que resultaram em diversas denúncias de violações dos direitos humanos por parte da ONG Human Rights Watch.

Brasil

Após o término da ditadura civil-militar (1985), a redemocratização, a estabilização da economia na década de 1990 e o crescimento médio da economia na década de 2000, o Brasil começou a projetar mais poder no cenário latino-americano e mundial.

Entre as estratégias usadas para expandir sua área de influência estavam a valorização do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Nas relações Sul-Sul, a criação do fórum de diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (Ibas), no Brics e no G20 (países em desenvolvimento).

O país também enveredou por participar em missões de paz da ONU em países como Angola, Timor Leste e Haiti, além de ter manifestado sua intenção em integrar o Conselho de Segurança da ONU como membro permanente no futuro e esboçado um polêmico apoio a empresas transnacionais brasileiras em negócios na América Latina e na África.

Atualmente, um dos problemas do país é a fragilidade no campo militar, considerando seu imenso território e grande PIB. O Brasil é **signatário** do Tratado de Não Proliferação Nuclear, no qual renunciou ao uso de tecnologia nuclear para fins bélicos.

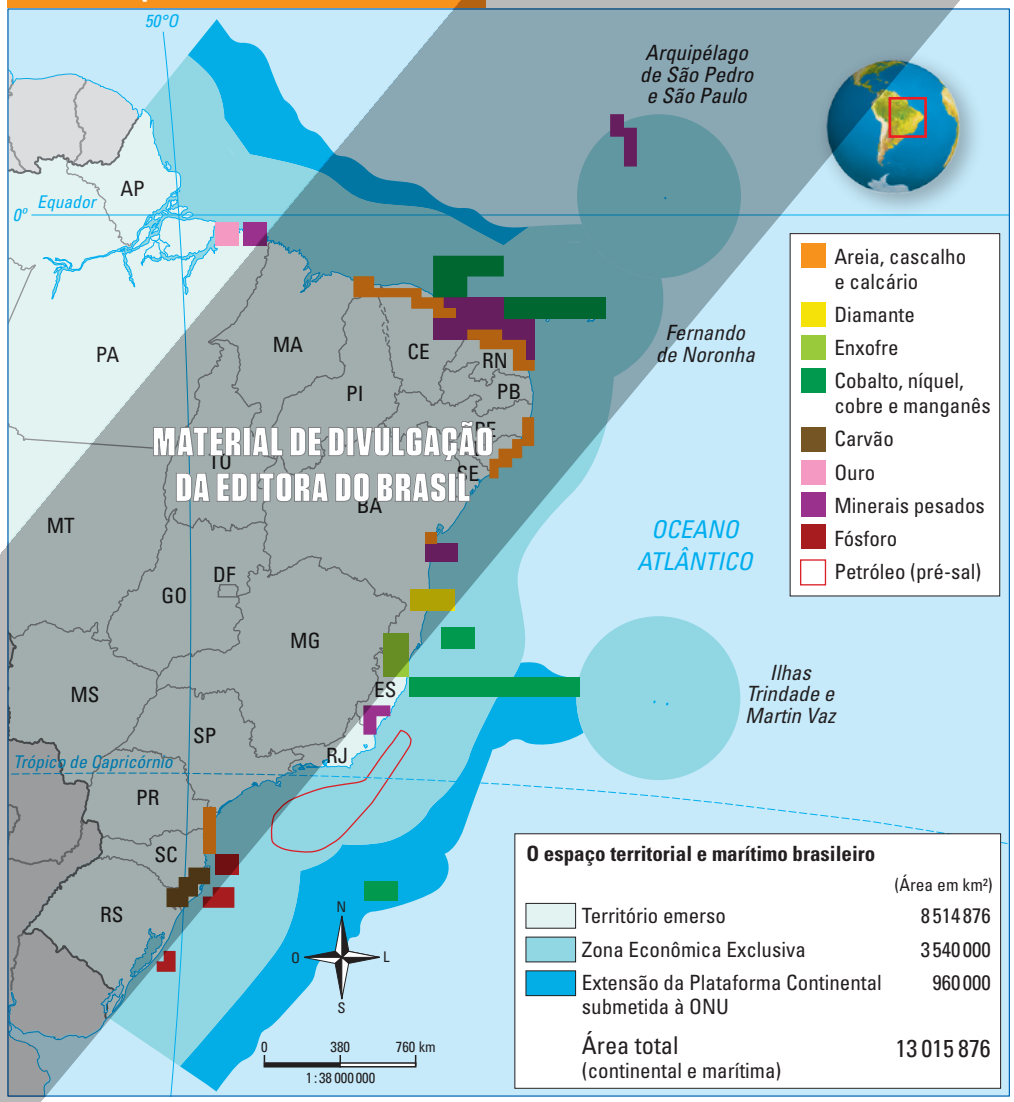
O país tem preocupações históricas com a defesa da Amazônia. Na década de 1980, criou o Programa Calha Norte, que tinha o objetivo de aumentar o contingente e as bases militares no extremo norte do país; e na década de 1990, o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), um sistema de monitoramento do espaço aéreo que usa radares.

Outra questão estratégica são os domínios brasileiros no Atlântico, a Amazônia Azul, termo utilizado pelos militares para o mar territorial, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a Extensão da Plataforma Continental (área reivindicada e incorporada pelo Brasil perante a ONU), onde se localizam as grandes reservas de petróleo da camada pré-sal.

GLOSSÁRIO

Signatário: países que assinam e fazem parte de alguma legislação ou documento, neste caso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Brasil: riquezas da Amazônia Azul



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Tarcísio Garbellini

Fontes: BRASIL incorpora 170 mil km² de área de Plataforma Continental e tem sua "Amazônia Azul" ampliada. *Portos e navios*, Rio de Janeiro, 23 jun. 2019. Disponível em: https://www.portosenavios.com.br/noticias/navegacao-e-marinha/brasil-incorpora-170-mil-km2-de-area-de-plataforma-continental-e-tem-sua-amazonia-azul-ampliada; BRASIL. Marinha do Brasil. *Amazônia Azul*. [Brasília, DF]: Marinha do Brasil, [201-?]. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/delareis/?q=amazoniazul; PRÉ-SAL. *In*: PETROBRAS. Rio de Janeiro, [2018?]. Disponível em: https://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/. Acessos em: 17 jul. 2020.

Desde o final dos anos 2000, o país elabora um novo plano de defesa com o objetivo de se tornar potência militar regional, tecendo cooperação com outros países por meio da qual adquire equipamentos militares, mas com transferência de tecnologia para promover maior autonomia no futuro. Com a França, por exemplo, são contratos para a construção de submarinos, um deles nuclear; já com a Suécia, acordos de transferência tecnológica foram decisivos para o governo brasileiro optar pela compra dos aviões de caça Gripen.

O Brasil é uma potência regional que, após a redemocratização, exercitou o *soft power*, isto é, a capacidade de projetar seu poder por meio da persuasão. O país obteve reconhecimento internacional devido à política externa de não intervenção política direta em outras nações, à mediação de conflitos na América Latina e à participação em várias forças de paz da ONU. Desde a Conferência do Rio de Janeiro (Eco-92), em 1992, o Brasil esteve também atuante em questões ambientais globais. Na esfera econômica, cresceu a presença de empresas transnacionais brasileiras, estatais ou privadas, em outros países. No entanto, com a crise econômica e política interna a partir de 2013, o Brasil apresentou um progressivo declínio de seu ***soft power***, perdendo influência regional e mundial.

Uma das contribuições importantes do Brasil para a cidadania global é a política de imigração. O país tem um histórico de acolhida de imigrantes e refugiados, conferindo-lhes direitos tal como os reservados a cidadãos brasileiros.

Soft power: nas relações internacionais, o *soft power* ou poder do convencimento é o termo utilizado para designar a habilidade de um Estado de influenciar outros Estados por meios culturais. No mundo contemporâneo, refere-se principalmente ao protagonismo dos países nas esferas diplomáticas, midiática, ideológica, ambiental e na defesa dos direitos humanos. O *soft power* se contrapõe às práticas geopolíticas que pregam influência mais incisiva por meio de intervenções militares ou de espionagem.

África do Sul

Com o término do *apartheid* (regime de segregação racial e socioeconômica que conferia privilégios à minoria branca e oprimia os negros e outros grupos étnicos) e as eleições que conduziram Nelson Mandela ao poder em 1994, a África do Sul atravessou um período de aumento de sua influência regional e prestígio internacional.

O país passou a atuar na mediação de conflitos no continente africano, contribuindo para organizar a União Africana (bloco diplomático do continente) e fortalecer o bloco econômico Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África (SADC).

O ciclo de valorização dos preços das *commodities* possibilitou maior crescimento econômico com exportação de recursos minerais na década de 2000, assim como ocorreu com o Brasil. Todavia, com a crise financeira de 2008 e a queda dos preços das matérias-primas, [illegible] períodos de crises econômica e política. A África do Sul é marcada por profunda desigualdade social, em parte herdada do *apartheid*; a mudança foi a ascensão de uma classe média e dirigente negra nas últimas décadas. Entre outros problemas estão o desemprego maciço e os altos índices de violência. Por ter economia mais diversificada, o país é um polo importante de recepção de imigrantes e refugiados provenientes de outros países africanos, o que vem provocando tensões sociais e gerado inúmeros casos de xenofobia.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Michele Spatari/AFP

A África do Sul, que viveu o *apartheid*, hoje sofre com a xenofobia contra imigrantes de territórios vizinhos. Johanesburgo, África do Sul, 2019.

Estudamos até aqui que o protagonismo de alguns Estados nacionais transpõe suas fronteiras e interfere na organização do espaço mundial. Mas, como vimos, também existem algumas organizações supranacionais, ou seja, instituições econômicas ou políticas que se organizam por meio da participação de diversos países. Algumas dessas organizações atuam no combate ao terrorismo e às guerras, bem como no apoio a questões humanitárias que assolam os países mais vulneráveis.

ONU em ação

As missões de paz e a República Centro-Africana

A ONU exerce um papel importante ao definir referências internacionais em relação a direitos humanos, comportamento em conflitos, refugiados, saúde, educação e temas ambientais, fundamentais para a cidadania global. As violações, por vezes graves, desses padrões motivam alertas e até intervenções da organização.

As missões de paz da ONU são enviadas para países em conflito com o objetivo de mediá-los por meio de estabelecimentos de acordos de paz entre as partes. Essas missões funcionam como forças de estabilização e segurança, atuando por vezes na proteção da população civil e na contenção de conflitos em zonas conflagradas. As forças de paz são integradas por militares cedidos por vários países, e seu envio depende do aval do **Conselho de Segurança** da ONU.

A República Centro-Africana é um dos países que recebeu tropas de paz da ONU. Trata-se de uma ex-colônia francesa, localizada no interior do continente, sem acesso ao mar, e um dos países com menor **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** do mundo. Sua economia depende da agricultura e exportação de recursos minerais. Em 2012, eclodiu um conflito entre cristãos (maioria no país), com a milícia antibalaka, e muçulmanos, com a milícia Séleka. O resultado foram milhares de civis mortos, aumento da pobreza extrema e da dependência de ajuda humanitária.

Em 2013, um golpe de Estado liderado pelos rebeldes sélekas resultou no exílio do presidente François Bozizé. Em 2014, a ONU determinou o envio de forças de paz para o país. Em 2019, uma militar brasileira, Marcia Andrade Braga, ganhou um prêmio da ONU por seu trabalho na República Centro-Africana em prol da igualdade de gênero.

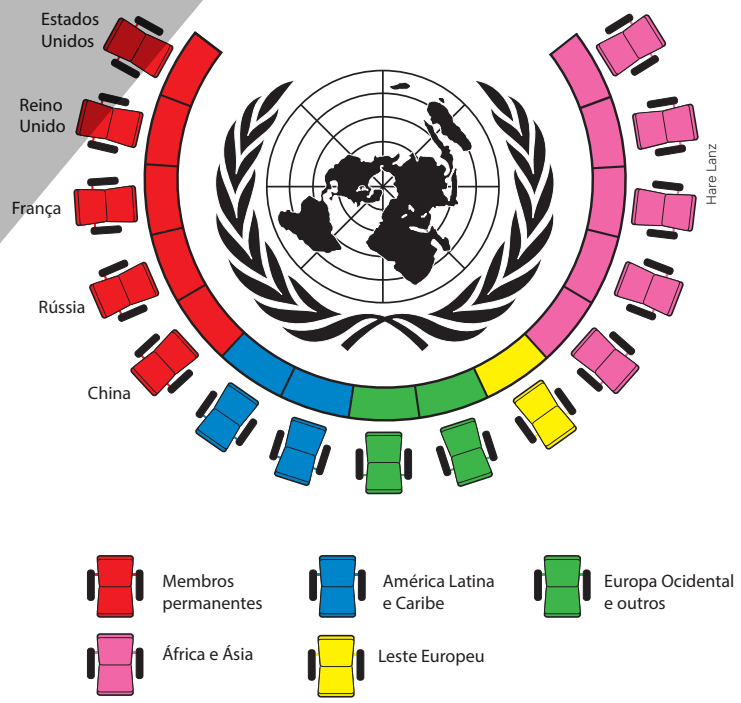
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

GLOSSÁRIO

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): corresponde a um indicador social composto por três dimensões: renda (renda *per capita*: PIB-PPC/população), saúde (expectativa de vida) e educação (média de anos de estudo).

Conselho de Segurança: é a instância de poder geopolítico mais importante da ONU. O Conselho debate grandes questões de segurança internacional, tem poder para definir a aplicação de sanções contra países que infringem a legislação internacional, dar aval para intervenções militares e autorizar o envio de tropas de paz para nações em conflito. Apenas cinco países são membros permanentes dele e têm poder de veto: Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China. Os outros dez membros são rotativos, isto é, são eleitos para um período de dois anos; ao final destes, são substituídos por outros membros representativos de seus continentes ou regiões. Há, ainda, um acordo entre o grupo africano e asiático para que, alternadamente, exista sempre um representante de um país árabe. Atualmente há projetos para a inclusão de novos membros permanentes.

Composição do Conselho de Segurança da ONU



Fonte: ONU. Quais são os membros do Conselho de Segurança da ONU e como são eleitos? *In*: UNRIC. Bruxelas, [2020?]. Disponível em: https://unric.org/pt/quais-sao-os-membros-do-conselho-de-seguranca-da-onu-e-como-sao-eleitos/. Acesso em: 4 jul. 2020.

Análise

A participação de mulheres em missões de paz

Militar brasileira recebe prêmio da ONU por defender igualdade de gênero



EuropaNewswire/Gado/Getty Images

Marcia Andrade Braga recebe prêmio da ONU por trabalho em Missão de Paz na República Centro-Africana. Nova York, Estados Unidos, 2019.

A capitão de corveta brasileira Marcia Andrade Braga, membro da Missão de Paz das Nações Unidas na República Centro-Africana (Minusca), receberá o prêmio de Defensora Militar da Igualdade de Gênero da ONU na sexta-feira (29), em Nova Iorque. [...]

Criada em 2016, a homenagem reconhece a dedicação e os esforços de membros das forças de paz na promoção dos princípios da Resolução 1 325 do Conselho de Segurança sobre mulheres, paz e segurança.

Trabalhando como assessora militar de gênero na Minusca desde abril de 2018, Marcia ajudou a construir uma rede de assessores treinados para questões de gênero dentro das unidades militares da missão [...]. Essas "equipes de engajamento" conseguiram reunir informações importantes para ajudar a missão a entender as necessidades de proteção de homens, mulheres, meninos e meninas.

Também ajudaram a desenvolver projetos que apoiam comunidades vulneráveis, como a instalação de bombas de água perto de vilarejos, sistemas de energia solar e o desenvolvimento de jardins comunitários para que mulheres não tivessem que viajar longas distâncias para colher alimentos.

Ex-professora, Marcia ajudou a treinar e conscientizar colegas sobre questões de gênero. "Meu trabalho é basicamente entender como o conflito está afetando diferentes grupos, mulheres, homens, meninos e meninas. [...] Conflitos afetam de diferentes maneiras cada um desses grupos", disse em entrevista ao Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (Unic Rio).

"Por ser também ligada à parte de gênero, eu também tenho uma preocupação muito grande em ampliar a participação militar feminina", declarou.

A maior participação de mulheres nas forças de paz, segundo Marcia, é essencial para aumentar o engajamento com as comunidades locais. Esta interação facilita que sejam feitas denúncias de casos de violência [illegible] à medida que há maior abertura para o diálogo. [...]

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Atualmente, apenas 3% dos quase 12 mil militares da Minusca são mulheres. Na opinião da capitão de corveta brasileira, os estereótipos de gênero contribuem para que haja resistência à maior participação delas nas operações.

"Existe uma preocupação em achar que algo pode acontecer com a mulher [...]; por conta dos estereótipos de acordo com o gênero, já que seria uma atividade pesada, que não seria adequada para uma mulher", afirmou. "É uma questão que a gente vai trabalhando aos poucos e as pessoas vão vendo que não tem diferença".

Segundo o subsecretário-geral para o Departamento de Operações de Paz da ONU, Jean-Pierre Lacroix, a brasileira é um "exemplo estelar do motivo pelo qual precisamos de mais mulheres em operações de paz: as missões funcionam de forma eficaz quando mulheres desempenham papéis significativos e quando mulheres nas comunidades anfitriãs são diretamente engajadas". [...]

MILITAR brasileira recebe prêmio da ONU por defender igualdade de gênero. *In:* ONU BRASIL. [Rio de Janeiro], 4 abr. 2019. Disponível em: https://nacoesunidas.org/militar-brasileira-recebe-premio-da-onu-por-defender-igualdade-de-genero. Acesso em: 17 jul. 2020.

1. Tendo em vista as informações do texto, quais ações da ONU podem atestar seu protagonismo na garantia do exercício da cidadania global?
2. Segundo o texto, como foi o protagonismo feminino da brasileira condecorada?
3. Em sua opinião, as ações de órgãos como a ONU em diferentes Estados e sociedades são importantes para a valorização do protagonismo feminino na sociedade?

A OMS e a epidemia de ebola na África Ocidental

Entre 2013 e 2016 uma epidemia de ebola atingiu três países da África Ocidental: Serra Leoa, Libéria e Guiné. O ebola é uma doença causada por um vírus cujos hospedeiros habitam as florestas equatoriais africanas, principalmente morcegos. O desmatamento acelerado e o contato com animais provocaram surtos de ebola em países africanos nas últimas décadas. Trata-se de uma doença altamente contagiosa e com elevada letalidade.

O surto de ebola se concentrou na região da tríplice fronteira entre os três países. Com propagação rápida e numerosas mortes, os países africanos receberam ajuda da **Organização Mundial da Saúde** (OMS), de ONGs como Médicos Sem Fronteiras e do governo de países desenvolvidos. O temor era que o vírus se espalhasse para outros continentes.

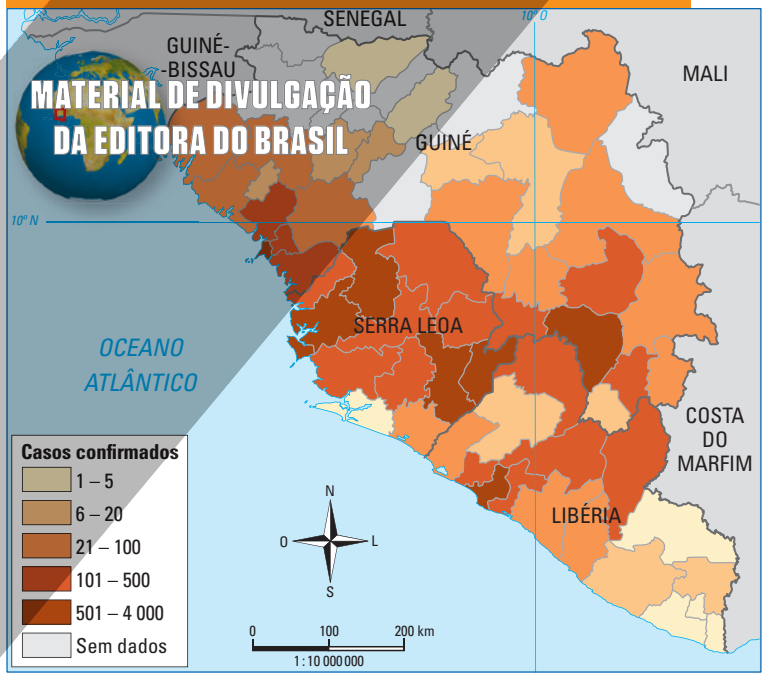
Organização Mundial da Saúde: é uma agência da ONU com sede em Genebra (Suíça), que atua em campanhas de vacinação, melhoria das condições sanitárias e saúde preventiva por meio de educação e fornecimento de medicamentos às populações carentes em países subdesenvolvidos. Ela foi fundamental no combate a pandemias nas últimas décadas, como HIV/aids, H1N1 e covid-19.



James Akena/Reuters/Fotoarena

Profissionais de saúde de Uganda e da OMS em campanha de vacinação contra o vírus ebola na vila Kirembo. Kasese, Uganda, 2019.

Guiné, Serra Leoa e Libéria: surto de ebola – 2016



Tarcísio Garbellini

Fonte: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Ebola maps. *In*: WHO. [*S. l.*], [2016]. Disponível em: https://www.who.int/csr/disease/ebola/maps/en/. Acesso em: 17 jul. 2020.

1. Explique a linguagem cartográfica utilizada na produção do mapa e a relação com o fenômeno representado.
2. Identifique o país com mais áreas com número de casos confirmados em 501 e 4 000.
3. De que forma a cartografia é importante no planejamento do combate às epidemias e pandemias?

Serra Leoa, Libéria e Guiné são países com baixo IDH, isto é, baixas renda *per capita*, expectativa de vida e escolaridade. As condições sociais são precárias, como a insuficiência de saneamento básico tanto nas capitais quanto nas zonas rurais, quadro que favoreceu a epidemia.

A Guiné é uma ex-colônia francesa muito dependente de exportações de *commodities* minerais, como a bauxita (minério de alumínio).

Serra Leoa é uma ex-colônia britânica e sua economia depende da exportação de recursos minerais, como o diamante. Na década de 1990, aconteceu uma guerra civil entre o governo e a guerrilha Frente Revolucionária Unida, auxiliada pelo ditador da Libéria, Charles Taylor. O conflito envolvia o controle das jazidas diamantíferas do território leonense. A pacificação aconteceu com o auxílio de tropas de paz da ONU e o conflito terminou em 2002. A guerrilha utilizava frequentemente crianças como soldados, prática recorrente em vários países africanos que atravessaram guerras civis.

A Libéria é um caso atípico na África, pois o país não foi colônia europeia. Ele foi fundado em 1847 por ex-escravizados que retornaram dos Estados Unidos. Uma guerra civil entre o governo e uma guerrilha ocorreu na década de 1990. O ditador Charles Taylor, que governou o país entre 1997 e 2004, deixou o poder e, posteriormente, foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional em Haia (Países Baixos), que julga crimes contra a humanidade, como recrutamento de crianças-soldado, trabalho forçado, ataques a representantes da ONU, sequestros, assassinatos e violência sexual. A presença de forças de paz da ONU ajudou a estabilizar o país.

Vozes

Ellen Johnson-Sirleaf é uma importante liderança política africana. Formada na Universidade de Harvard, foi senadora, presa pela ditadura militar na Libéria em 1985, funcionária do Banco Mundial e ministra das finanças de seu país. Tornou-se a primeira mulher a ser eleita presidente de um país africano, governando-o entre 2006 e 2018. Em 2011, Ellen ganhou o Nobel da Paz com outras ativistas pelos direitos das mulheres: a liberiana Leymah Gbowee e a iemenita Tawakkul Karman. Ellen e Leymah organizaram um movimento de protesto contra a guerra civil liberiana em 2003, por meio do qual convocaram uma "greve de sexo" para pressionar os homens a encerrar o conflito. Ellen trabalhou pela organização das mulheres acima de divisões étnicas e tribais.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Capa da revista *Time* com Ellen Johnson-Sirleaf como pessoa do ano, 2006.

Revista Time

A FAO e a Somália

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), com sede em Roma, Itália, atua em vários países em programas voltados à agricultura com o objetivo de combater a insegurança alimentar. Uma das dificuldades da FAO e de organizações humanitárias é atuar em países com conflitos graves, como a Somália.

A Somália teve colonização francesa e italiana. É um país com maioria muçulmana sunita e está em guerra civil desde a década de 1990. Os principais problemas locais enfrentados são a instabilidade política, o separatismo no norte (Somalilândia), a pirataria somali no Oceano Índico e a atuação do grupo extremista islâmico Al Shabab.

O Tribunal Penal Internacional e o Sudão

O Sudão, ex-colônia britânica, atravessou uma guerra civil entre o norte (muçulmano) e o sul (cristão e **animista**), com 2 milhões de mortos. O acordo de paz foi firmado apenas em 2005. Em 2011, em um plebiscito no sul, a população decidiu pela independência. Portanto, o Sudão do Sul tornou-se o mais novo país africano e, tal como o Sudão, exportador de petróleo. O cenário no Sudão do Sul independente é de instabilidade política, conflitos étnicos, subalimentação e numerosos deslocados internos e refugiados.

Animista: na África e em outros continentes existem religiões em que os elementos da natureza são divindades. Nessas crenças, acredita-se no contato direto entre seres humanos e espíritos. O candomblé e a umbanda, religiões afro-brasileiras, têm características animistas.

No Sudão, durante a década de 2000, desenvolveu-se na região de Darfur (oeste) um conflito étnico entre pastores (com guerrilha) e agricultores, que resultou em milhares de mortos e refugiados. O ditador Omar Al-Bashir foi um dos apoiadores da guerrilha e responsável por violações de direitos humanos no país. Em 2009, Bashir foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional por genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanindade e foi deposto por um golpe militar em 2019.

O Unicef e a Nigéria

O Unicef é o Fundo das Nações Unidas para a Infância. O objetivo dessa organização é promover a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em vários países. A agência também está presente em regiões com conflitos, oferecendo nesses locais água, alimentos e assistência psicológica. No caso da Nigéria, além dos projetos tradicionais, o Unicef tem uma preocupação adicional com a parte norte do país, onde atualmente o grupo extremista islâmico Boko Haram (que na língua hauçá significa "a educação ocidental é pecado") promove atentados terroristas contra o governo e cidadãos cristãos, provocando deslocamentos populacionais, inclusive de crianças.

Ex-colônia britânica, a Nigéria é o país mais populoso e a maior economia da África. É grande exportador de petróleo, o que a torna alvo de investimentos e cobiça pelas transnacionais petroleiras. Observa-se também expressivo crescimento industrial nos últimos anos. Tal como em outros países africanos, as fronteiras artificiais herdadas do colonialismo europeu não respeitaram a diversidade étnica e as organizações sociopolíticas preexistentes, sendo um dos fatores dos frequentes conflitos internos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em 1991, o governo nigeriano deslocou a capital da populosa cidade de Lagos, no litoral, para Abuja, uma cidade planejada no interior do país. Entre os propósitos para essa mudança estava a necessidade de estimular o desenvolvimento regional e melhorar as condições de defesa. Houve gastos exorbitantes com a construção da nova capital, enquanto as necessidades elementares de saneamento básico de grande parte dos cidadãos não são atendidas nas cidades nigerianas.

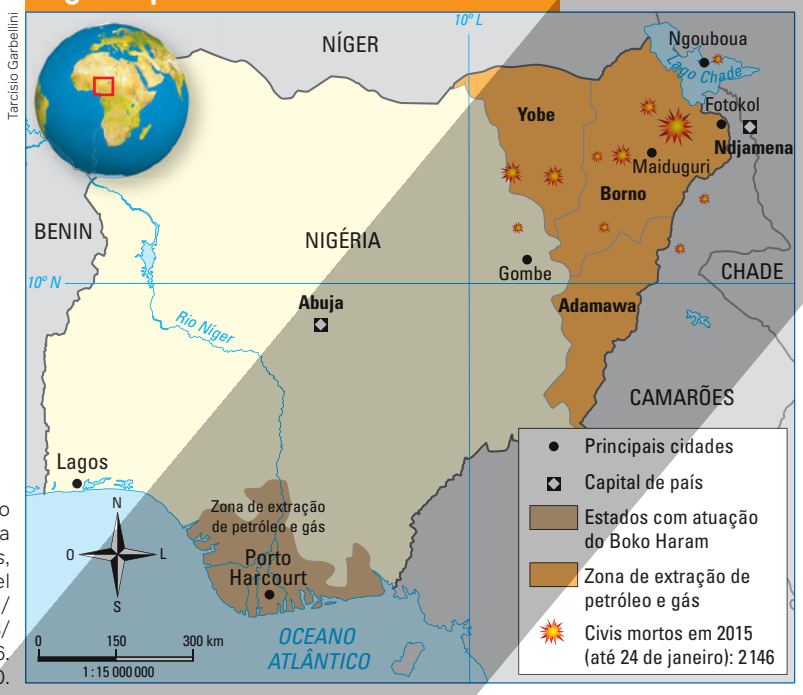
Sombo Sombo/Alamy/Fotoarena



Abuja, capital da Nigéria: o planejamento urbano que não se vê em Lagos, 2014.

Os conflitos entre muçulmanos e cristãos são frequentes. Os hauçás são a maior etnia muçulmana e localizam-se no norte do país. No sudoeste, onde se situa Lagos, a principal metrópole, predomina o povo ioruba, que professa o cristianismo e as religiões africanas tradicionais. Os povos igbo e ogoni vivem no sudeste, onde se concentram as principais reservas de petróleo; nessa região opera o grupo separatista Movimento de Emancipação do Delta do Níger (Mend).

Nigéria: petróleo e Boko Haram – 2015



Fonte: NARANJO, José. Boko Haram lanza su primera ofensiva en Chad. *El país*, Dakar, 13 fev. 2015. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2015/02/13/actualidad/1423853729_194966.html. Acesso em: 17 jul. 2020.

1. Identifique no mapa a principal área de interesse das petroleiras transnacionais para a Nigéria e uma questão geopolítica local.
2. A criação de uma nova capital no centro da Nigéria, Abuja, assemelha-se com a experiência brasileira da construção de Brasília? Justifique sua resposta indicando quais questões [illegible] e sociais estão envolvidas em ambos os casos.
3. [illegible] gerianos atua o Boko Haram? Identifique os países limítrofes afetados pelo grupo extremista. Que medidas você sugeriria aos governantes da Nigéria para reduzir a violência no país tendo em vista os conhecimentos adquiridos neste percurso?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em 2002, líderes africanos criaram a União Africana. Composta de 53 países-membros, ela foi baseada no modelo da União Europeia e visa promover o desenvolvimento, a democracia e os direitos humanos no continente africano. Em parceria com a ONU, a União Africana tem ampliado sua atuação na área sanitária e de saúde. Ela supervisiona ainda a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad), cujos objetivos incluem garantir a paz, a segurança e a integração regionais, estimulando investimentos em agricultura, infraestrutura, desenvolvimento humano e meio ambiente.

Programa Mundial de Alimentos e a Etiópia

O Programa Mundial de Alimentos é uma das mais ativas agências da ONU no combate à insegurança alimentar.

Desde a década de 1980, a Etiópia (maioria cristã ortodoxa) foi um dos países que mais precisou de auxílio da agência em decorrência da subnutrição.

O quadro geopolítico é conturbado. Em 1993, a Eritreia (muçulmanos) conquistou a independência, e o país ficou sem litoral. Os conflitos fronteiriços entre etíopes e eritreus só foram resolvidos com um acordo de paz em 2019. Nos últimos anos, o governo, controlado pela minoria étnica tigray, foi acusado de reprimir e expropriar terras da etnia oramo.

A partir da década de 2000, a economia emergente etíope prosperou, com crescimento das exportações de confecções e café, além dos investimentos chineses.



NurPhoto/Getty Images

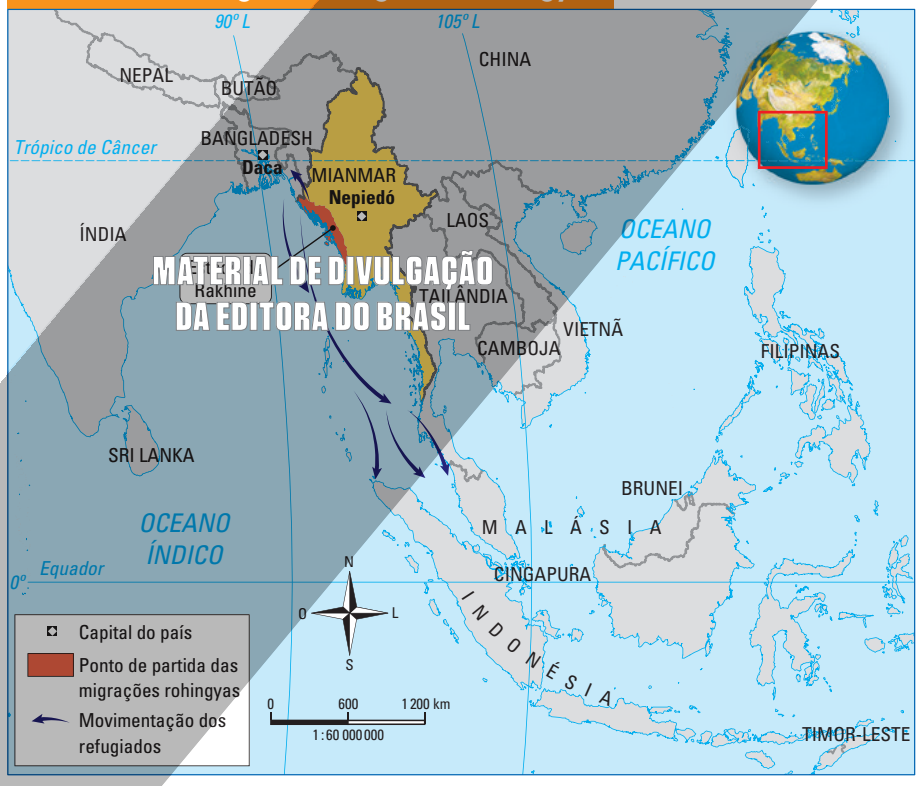
Homens, mulheres, idosos e crianças, na exaustiva caminhada dos refugiados rohingya. Excluídos em seu país, atravessam a fronteira para Bangladesh por conta da violência, 2017.

O Acnur e a minoria rohingya de Mianmar

Mianmar é um país de maioria budista que foi submetido a uma ditadura militar entre 1962 e 2016. A ex-líder da oposição, Aung San Suu Kyi, vencedora do Nobel da Paz de 1991 e que chegou a ser detida em prisão domiciliar, participou do conturbado processo de democratização.

A repressão contra a minoria muçulmana rohingya, que não tem cidadania nem direitos em seu próprio país, foi executada pelas próprias forças armadas, levando a um intenso fluxo de refugiados em direção a Bangladesh, Índia, Tailândia, Malásia e Indonésia, o que configurou uma crise migratória de grandes proporções. A ONU, por meio do Acnur procura auxiliar os refugiados quanto a acampamentos, alimentação e saúde.

Ásia: rotas de fuga de refugiados rohingyas



Tarcisio Garbellini

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Fontes: GIRARDI, G.; ROSA, J. V. *Atlas geográfico do estudante*. São Paulo: FTD, 2016. p. 140; ALBERT, E; MAIZLAND, L. The rohingya crisis. *In:* COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. [Nova York], 23 jan. 2020. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis. Acesso em: 17 jul. 2020.

1. Com base na leitura do mapa, explique a crise migratória considerando a origem dos rohingyas e os percursos terrestre e marítimo.

Aiea, Irã e Coreia do Norte

A Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), associada à ONU, localiza-se em Viena, Áustria. Ela é responsável pela fiscalização dos programas nucleares dos países tendo em vista o cumprimento do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), que teve origem em 1968. Segundo o tratado, os países detentores de armas nucleares signatários se comprometem a não ampliar seus arsenais e não transferir tecnologia nuclear para aliados. Os países signatários que não possuem armas nucleares têm o compromisso de não desenvolver tecnologia nuclear para fins bélicos. A tese é que, quanto mais países com acesso às armas nucleares, maior o risco de uma conflagração com potencial de dizimar parte da humanidade e devastar uma boa porção dos ecossistemas do planeta.

Com o advento da Doutrina Bush no início dos anos 2000, países como Irã, Iraque e Coreia do Norte foram classificados como integrantes de um suposto "eixo do mal", já que estariam desenvolvendo armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares) que colocariam em risco a segurança dos Estados Unidos. Todavia, as preocupações dos Estados Unidos não se estendem a países aliados como Índia, Paquistão e Israel, detentores de armas nucleares e que jamais aderiram ao TNP, embora este último, oficialmente, não negue nem confirme que as possui.

Mas por que o Irã é adversário dos Estados Unidos? Em 1979, a Revolução Islâmica iraniana derrubou o regime do xá Reza Pahlevi, aliado do Ocidente. A partir de então, o país se transformou em um regime teocrático em que os líderes religiosos xiitas (aiatolás) passaram a ter decisiva influência política. Nacionalista, o regime se opôs à influência soviética e estadunidense durante a Guerra Fria. Logo o vizinho Iraque, liderado pelo ditador Saddam Hussein, foi incitado pelo Ocidente a combater o Irã, dando origem à longa Guerra Irã-Iraque (1980-1989).

GLOSSÁRIO

Dissuasão: ato ou efeito de dissuadir, ou seja, de mudar ou fazer mudar de opinião.

Nos anos 2000, o regime iraniano se sentiu "cercado" de inimigos geopolíticos, Israel e Arábia Saudita (potência sunita), além do Afeganistão e Iraque com influência de tropas estadunidenses. Ameaçado, o Irã decidiu acelerar seu programa nuclear para fins pacíficos (usinas nucleares) e também para elevar a capacidade de **dissuasão** do país ante às ameaças externas. O Ocidente passou a acusar o Irã de ter um programa nuclear para fins bélicos, o que até hoje é negado pelo país. Durante o Governo Obama houve uma aproximação diplomática, com um acordo nuclear, mas Trump, a partir de 2017, abandonou o acordo e aplicou sanções econômicas contra os iranianos, elevando a tensão geopolítica no Oriente Médio.

Com a Coreia do Norte, país socialista autoritário liderado por Kim Jong Hun, o processo foi similar. Sob ameaça, o regime norte-coreano investiu em um ambicioso programa nuclear e de mísseis balísticos (curto, médio e longo alcances).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Irã e Coreia do Norte restringiram a atuação da Aiea em seus territórios alegando que a agência serve aos interesses ocidentais. A Coreia do Norte abandonou o TNP e fez vários testes nucleares subterrâneos e com mísseis na década de 2010, elevando a tensão com Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão. A história das relações entre a Coreia do Norte com a Coreia do Sul e os Estados Unidos é pendular, ora com tensão elevada, ora com aproximação diplomática.

ONGs em ação

Médicos Sem Fronteiras na República Democrática do Congo

As ONGs fazem parte do terceiro setor, o governo do primeiro setor e as empresas privadas do segundo. Elas se configuram em entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que atuam principalmente em causas sociais e ambientais. Todavia, o financiamento pode receber aporte de cidadãos individualmente, de empresas e de Estado.

A ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF) atua em vários países que enfrentam crises decorrentes de conflitos e guerras, oferecendo assistência médica para atenuar problemas de saúde agravados em zonas de guerra. No caso da República Democrática do Congo, a MSF

está presente em áreas afetadas por epidemias como aids, sarampo, malária e ebola, oferecendo serviços básicos de vacinação, nutrição, pediatria, atendimento a feridos nos conflitos e sobreviventes de violência sexual, além do apoio a refugiados em países limítrofes.

Com um quadro político turbulento, a República Democrática do Congo, que enfrenta aguda crise humanitária há décadas, já recebeu várias ações humanitárias. O país é uma ex-colônia belga que se tornou independente em 1960 com a liderança do nacionalista Patrice Lumumba. Em 1966, Lumumba foi deposto por um golpe de Estado apoiado por Estados Unidos, França e Bélgica no âmbito da Guerra Fria. O país foi submetido a uma ditadura militar liderada por Mobutu Sese Seko, que o renomeou como Zaire. Em 1997, uma guerrilha liderada por Laurent Kabila afastou Mobutu. O líder guerrilheiro tornou-se presidente, mas foi assassinado e substituído por seu filho, Joseph Kabila, que ficou no poder até 2018. A República Democrática do Congo vive desde o final da década de 1990 o maior conflito desde o término da Segunda Guerra Mundial: estimam-se 6 milhões de mortos decorrentes de conflitos armados, subnutrição e epidemias. Os confrontos se dão entre os sucessivos governos e guerrilhas, como a M23, atuante no leste do país, além da intromissão de países vizinhos (Uganda e Ruanda).

O país passa por um processo instável de democratização e conta com a ajuda de forças de paz da ONU. Sua maior riqueza econômica provém de jazidas minerais, como cobre, cobalto e diamante. Os minérios congoleses como o coltan (tantalita columbita), exportados para países desenvolvidos e para a China, são extraídos por trabalhadores, inclusive crianças, em condições desumanas, alimentando a voraz indústria de celulares sofisticados. Apesar disso, por vezes, nas mesmas regiões de exploração, a internet é um serviço pouco acessível para a maioria dos congoleses. Atualmente, o financiamento das ONGs estimula o debate sobre eventual influência dos financiadores nas ações desenvolvidas por essas organizações da sociedade civil; isso porque, desde meados da década de 1980, cresceram as doações de Estados, grandes corporações e empresários. Nesse sentido, há quem considere que a parceria com Estados e empresas capitalistas implique legitimar a política neoliberal de diminuição dos investimentos estatais em saúde, educação e seguridade social, uma vez que muitas ONGs atuam para suprir as populações mais vulneráveis da ausência do Estado nessas áreas.

Análise

Celulares: riqueza mineral e pobreza humana



Baz Ratner/Reuters/Fotoarena

Exploração mineral: devastação ambiental e condições precárias de trabalho. Rubaya, República Democrática do Congo, 2019.



Zhan Yu/AP Images/Glow Images

Cidadãos fazem fila para comprar novo modelo de celular. Hangzhou, China, 2020.

1. Qual impacto ambiental decorrente da exploração mineral você identifica na fotografia 1?
2. Em que medida as condições de trabalho afetam o exercício da cidadania? Elas poderiam ser modificadas?
3. Qual característica da sociedade capitalista pode ser observada na fotografia 2?
4. Com base na relação entre as duas fotografias é possível afirmar que existe justiça na atual divisão internacional do trabalho e nas cadeias produtivas globalizadas?

Transparência e corrupção: embate mundial

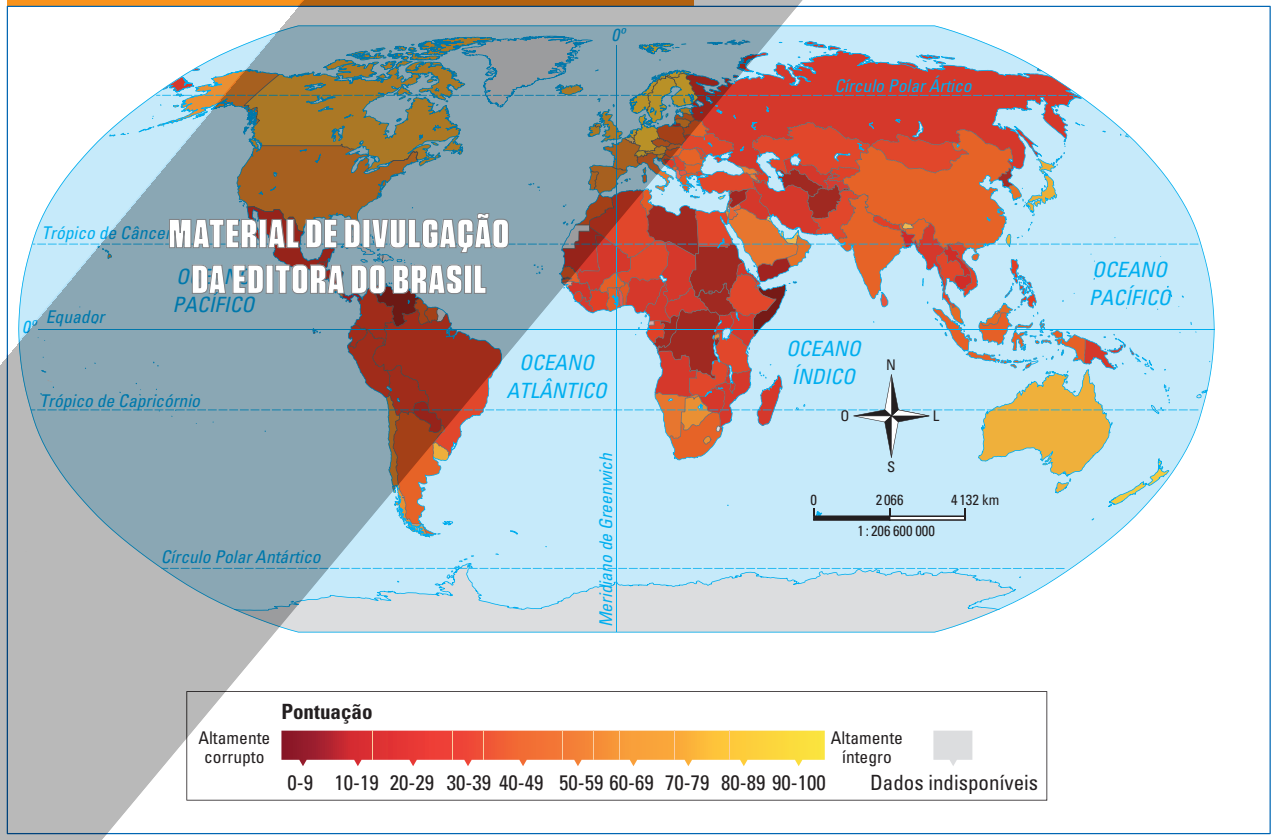
A corrupção é um grave problema contemporâneo que envolve empresários, funcionários públicos e governantes em diversos países. Desvios de recursos financeiros poderiam ser mais bem investidos em infraestrutura, como transportes e energia, e principalmente em setores sociais como educação, saúde e saneamento básico.

A ONG Transparência Internacional, que detém experiência na pesquisa sobre os níveis de corrupção no mundo, criou o Índice de Percepção de Corrupção (IPC), que apura, por meio de investigações e entrevistas, o ambiente de negócios e as relações entre os setores público e privado. O IPC avalia a maioria dos países segundo os níveis percebidos de corrupção no setor público, contando, para isso, com o trabalho de especialistas de várias instituições com respeitabilidade mundial. O IPC tem uma escala de 0 a 100, em que 0 é altamente corrupto e 100 muito íntegro.

A corrupção existe em muitos países, mas a intensidade varia conforme o grau de desenvolvimento nas esferas política e educacional. Nos países desenvolvidos, a corrupção é menor, uma vez que eles apresentam instituições e práticas democráticas mais consolidadas e a liberdade de imprensa e expressão é assegurada. Esses países dispõem de sistemas de educação de melhor qualidade e cidadãos mais bem informados.

Nos países subdesenvolvidos, incluindo os emergentes, os níveis de corrupção são maiores, uma vez que os problemas na esfera política são mais frequentes, sendo alguns com democracias marcadas por períodos de instabilidade. Os regimes autoritários apresentam níveis elevados de corrupção, uma vez que as instituições são frágeis e os poderes Judiciário e Legislativo são limitados em fiscalizar e punir desmandos do Poder Executivo. Ditaduras também proíbem liberdade de expressão e de imprensa, o que dificulta a investigação dos casos de corrupção e sua divulgação para a opinião pública. Entre os países com pior posição no IPC estão Guiné Equatorial, Venezuela, Afeganistão e Iêmen.

Mundo: Índice de Percepção de Corrupção – 2019



Tarcísio Garbellini

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Fonte: TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. *Índice de Percepção de Corrupção 2019*. Berlim: [*s. n.*], 2020. p. 2-3. Disponível em: https://www.transparency.org/en/cpi. Acesso em: 17 jul. 2020.

1. Com base na leitura do mapa, compare os países quanto ao Índice de Percepção de Corrupção. Dê exemplos destacando três dentre os mais corruptos, e três dentre os mais íntegros.
2. Quais medidas você defende para diminuir a corrupção? Argumente tendo em vista as análises feitas neste percurso.

A Guiné Equatorial

A Guiné Equatorial é uma ex-colônia espanhola localizada na África Central. O território é dividido em parte continental e parte insular, onde se situa a capital, Malabo. As exportações de petróleo elevaram a renda *per capita* do país, mas pouco modificaram as condições de vida da população. Um dos problemas é o domínio político do clã do presidente Teodoro Nguema.

O vice-presidente é o filho, Teodorín Obiang, que chegou a ser detido em 2018 pela Polícia Federal brasileira com 1,4 milhão de dólares e joias. Durante a investigação desse caso, descobriu-se que o governo da Guiné Equatorial tinha comprado um apartamento avaliado em R$ 70 milhões em São Paulo. O apartamento, as joias e o dinheiro não declarados eram provenientes de corrupção.

GLOSSÁRIO

Lusófono: que ou quem fala português; que tem o português como língua oficial ou dominante.

A relação da Guiné Equatorial com o Brasil se estreitou na década de 2000, quando empreiteiras transnacionais brasileiras fizeram negócios na nação africana. O país chegou a ingressar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), embora apenas uma pequena minoria seja **lusófona**. Em 2015, com patrocínio de 10 milhões de reais concedido pelo então ditador centro-africano, a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis foi campeã do Carnaval do Rio de Janeiro com uma homenagem à Guiné Equatorial.



Gabriel Santos/Tyba

Desfile da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis homenageando a Guiné Equatorial. Rio de Janeiro (RJ), 2015.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

1. Converse com os colegas. Na opinião de vocês, para aumentar a influência geopolítica, promover negócios empresariais e integração da esfera cultural são justificáveis as relações com regimes autoritários e práticas de corrupção? Justifique.

A comunidade lusófona

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi fundada em 1996. Trata-se de um bloco de países com objetivo de fortalecer o idioma português no mundo e promover a cooperação cultural entre os membros. Seus integrantes são: Brasil, Portugal, Timor Leste, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro da organização.

A Guerra Fria afetou profundamente os países lusófonos. Após a independência, em 1975, Angola foi assolada por uma guerra civil entre o governo socialista do Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), apoiado por União Soviética e Cuba, e a União Nacional pela Independência

Total de Angola (Unita), de viés capitalista, com apoio dos Estados Unidos e da África do Sul. Em Moçambique, o processo foi similar: governo socialista ante uma guerrilha capitalista.

Na década de 1990, no âmbito da Nova Ordem Mundial, não fazia sentido que as potências ocidentais financiassem guerrilhas antissocialistas. O término do *apartheid* na África do Sul cessou o apoio às guerrilhas. As forças de paz da ONU, com participação brasileira, foram importantes na pacificação de Angola. Nos anos 2000, Angola teve alto crescimento econômico movido pelas exportações de petróleo, mas manteve níveis elevados de pobreza e desigualdade social.

Foi também durante a Guerra Fria, em 1975, que os colonizadores portugueses saíram do Timor Leste. O território foi violentamente anexado pela Indonésia, então governada pelo ditador Suharto, com o aval dos Estados Unidos. A ditadura indonésia provocou um genocídio, com o assassinato de milhares de pessoas que se opunham à ocupação. A independência veio em 2002 auxiliada por forças de paz da ONU, com participação brasileira e liderança do diplomata Sérgio Vieira de Mello.



Firdia Lisnawati/AP Photo/Glow Images

Força de paz da ONU no Timor Leste, 2004.

No Timor Leste, apenas uma pequena parcela da população fala português, cujo ensino foi proibido durante a ocupação pela Indonésia. O governo timorense tem interesse em universalizar a língua portuguesa, inclusive devido a questões geopolíticas. O turismo e o cultivo do café são atividades econômicas importantes, mas a descoberta de petróleo atiçou o interesse dos vizinhos, principalmente da Austrália, grande investidora no país. O português é identificado como um elo importante para consolidar a identidade nacional ante as pressões externas. Após a independência, o Timor Leste contou com o auxílio de portugueses e brasileiros quanto ao ensino de português. Todavia, no século XXI, Brasil e Portugal disputam influência quanto a qual versão da língua ensinar para os timorenses.

Vozes

O filósofo e diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello prestou serviços para a ONU e o Acnur. Era um dos mais experientes da organização em negociações em regiões de conflito e foi importante na pacificação da Croácia, Bósnia e Herzegovina e Kosovo, países que se tornaram independentes com a fragmentação da Iugoslávia movida pelo colapso do regime socialista e pelos conflitos étnicos e religiosos a partir da década de 1990. Sérgio foi um cidadão global que trabalhou para que as intervenções em países em conflito possibilitassem que as populações locais tivessem acesso aos direitos básicos de cidadania. Como representante da ONU sofreu críticas de grandes potências e até de corporações transnacionais que discordavam de sua atuação nos processos de paz.



Shamshahrin Shamsudin/AFP

Sérgio Vieira de Mello em evento na Indonésia, 2000.

Ele também contribuiu nos processos de paz em Ruanda, Camboja, Timor Leste e Iraque. Faleceu em 2003 em Bagdá, em um atentado terrorista atribuído ao grupo extremista Al Qaeda. Antes de sua morte, era cotado para ser o próximo secretário geral da ONU.

Análise

Ruanda: a transformação é possível

Em 1994, em Ruanda, um pequeno país localizado na África Oriental, ex-colônia belga e com alta densidade demográfica, uma guerra civil entre as etnias tutsi e hutu provocou a morte de milhares de pessoas e um fluxo imenso de refugiados em direção às nações vizinhas. O papel da ONU, das ONGs e de pacifistas de vários grupos étnicos foi fundamental na pacificação do país. O Tribunal Penal Internacional julgou o genocídio, condenando membros do governo e militares.

A partir da década de 2000, Ruanda foi conduzida à estabilidade política, e as mulheres tiveram um papel importante na conciliação nacional, tornando-se maioria no Parlamento, quadro inédito na maioria dos países do mundo. A economia deslanchou, com exportações de café e a expansão do setor terciário (ecoturismo e eventos).

1. A partir do texto e das imagens sobre Ruanda, é possível afirmar que os conflitos em países africanos são irremediáveis?
2. Quais os atores internacionais e locais que permitiram a mudança?



PASCAL GUYOT/AFP

Refugiados ruandeses atravessam a fronteira entre Ruanda e a República Democrática do Congo, 1994.



Jennifer Sophie/Shutterstock.com

Kigali, Ruanda, 2018.

Cidadania global para mitigar e solucionar conflitos

Os conhecimentos de Geopolítica, com suas interações com História, Geografia, Sociologia e Antropologia, são de grande valia na mitigação e solução de conflitos mundo afora. Esses conhecimentos geram reflexões que se incorporam na prática de diversos profissionais que podem manter ou transformar a realidade em diferentes escalas. Mundo afora, diplomatas, militares, médicos, economistas, jornalistas, assistentes sociais e voluntários se tornam cidadãos globais quando transferem para pessoas vulneráveis pitadas de cidadania em países em conflito. Muitos [illegible] da indiferença, da exclusão social, da concentração de riqueza e da violência. Fazem a diferença, com conexões de esperança. No próximo percurso, vamos abordar novos conflitos, os refugiados e o papel do Brasil.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

#Ficaadica

Atlas do mundo global, de Pascal Boniface e Hubert Védrine (Estação Liberdade). Atlas de Geopolítica que destaca a visão de mundo sob a ótica de vários países, como Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido, Brasil, Turquia e Polônia.

Hotel Ruanda, de Terry George (120 min). Produzido por Reino Unido, África do Sul e Itália em 2004, esse filme aborda os conflitos políticos e étnicos entre tutsis e hutus em Ruanda decorrentes da atitude de um gerente de hotel que abriga refugiados.

Médicos Sem Fronteiras. Organização que presta cuidados médicos em zonas de conflitos e guerras. Disponível em: https://www.msf.org.br/. Acesso em: 12 jun. 2020.

Repórteres Sem Fronteiras. Organização que avalia o grau de liberdade de expressão no mundo e o trabalho dos jornalistas. Disponível em: https://rsf.org/pt. Acesso em: 12 jun. 2020.

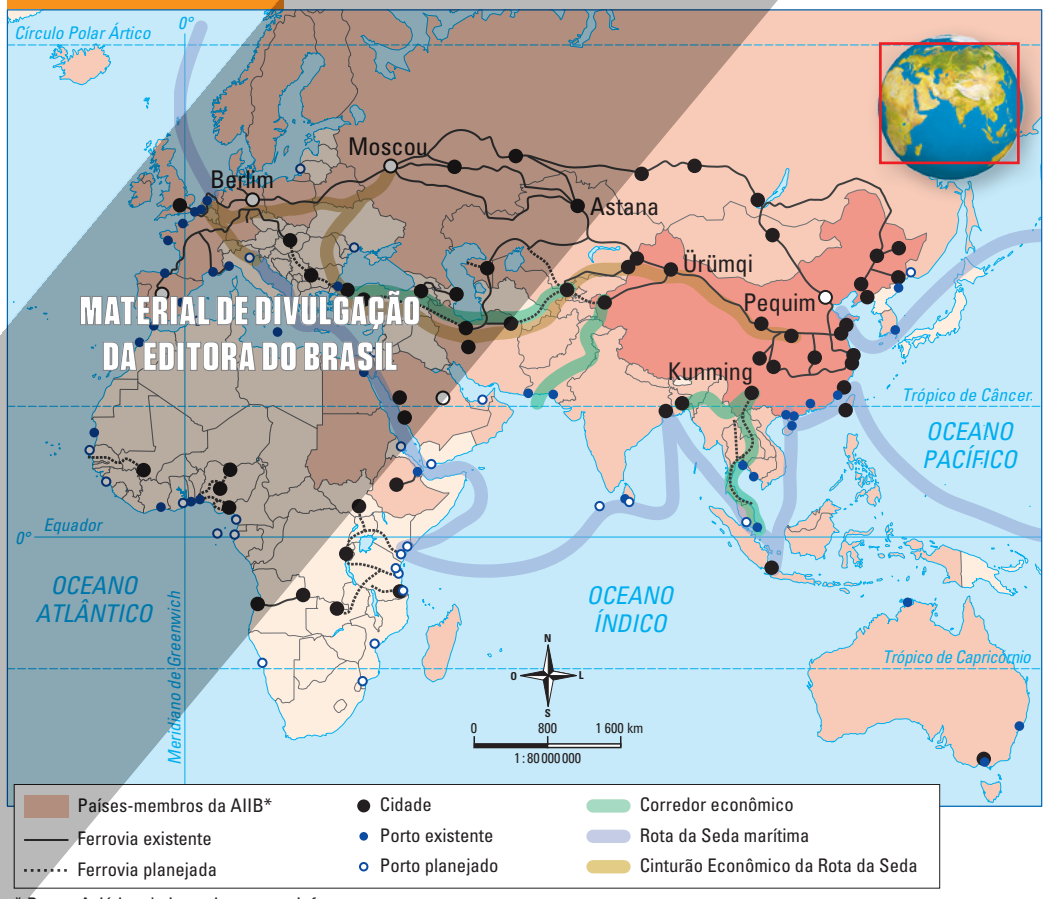
Transparência Internacional. Organização que monitora a corrupção no mundo e elabora anualmente o IPC. Disponível em: www.transparenciainternacional.org.br/. Acesso em: 12 jun. 2020.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. Qual é a importância do trabalho dos jornalistas para a cidadania? Como esse trabalho atualmente é ameaçado?
2. Qual é a relação entre a atuação de organizações humanitárias como Médicos Sem Fronteiras e Repórteres Sem Fronteiras com a cidadania global?
3. Que fatores interferem no maior ou menor grau de corrupção nos países? Qual é o método utilizado pela Transparência Internacional para fazer essa medição?
4. Qual é o papel das missões de paz da ONU? Dê exemplos.
5. O combate ao terrorismo justifica práticas como espionagem, violação de privacidade e prisões preventivas pelos governos sem autorização da Justiça? Justifique.
6. Pesquise quais são os atuais membros do Conselho de Segurança da ONU e, depois, responda:
   a) Quais países você considera que deveriam entrar como membros permanentes no Conselho de Segurança da ONU? Justifique.
   b) Você defende a inclusão do Brasil como membro permanente e com poder de veto? Justifique.
7. Analise características da política externa chinesa com base na leitura do mapa a seguir. Para isso, considere:
   - a presença das rotas comerciais chinesas em outros continentes;
   - a relação do percurso das rotas com as grandes cidades da África, da Europa e da Ásia;
   - os modais de transporte a serem utilizados, o financiamento bancário e os possíveis interesses da China.

Nova Rota da Seda



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

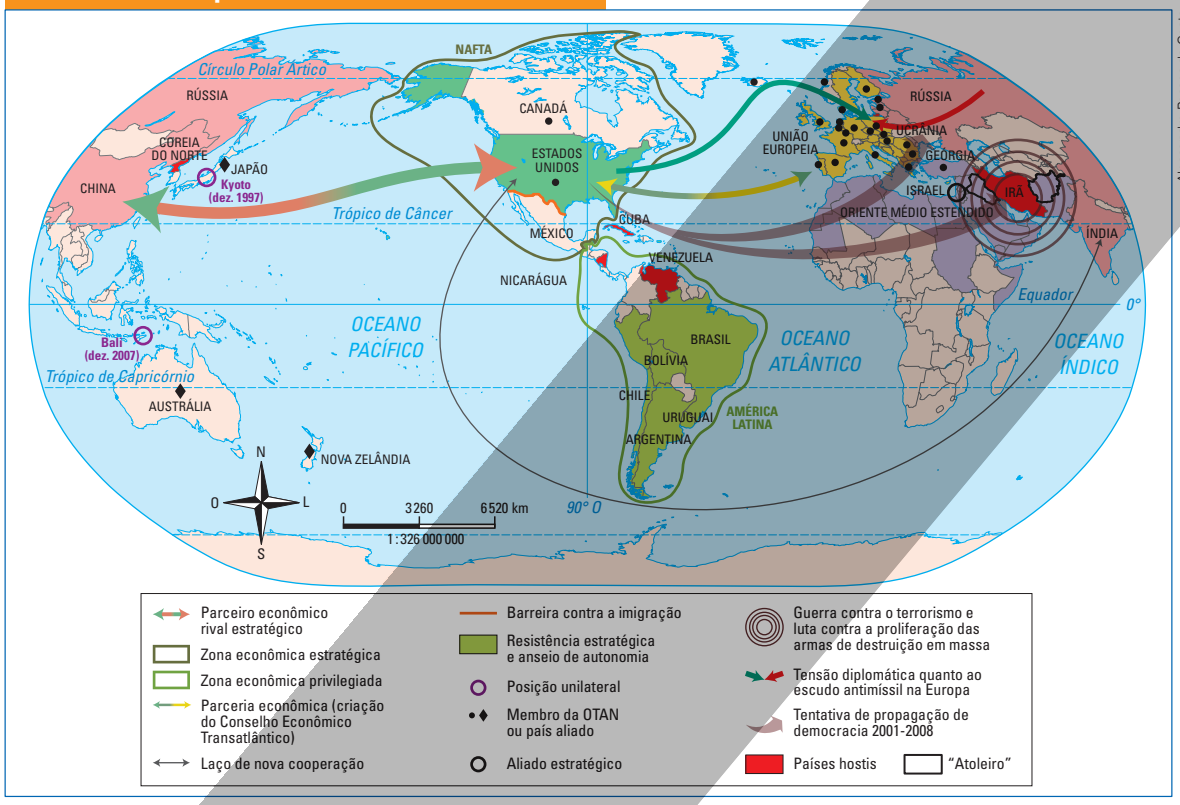
Alessandro Passos da Costa

* Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

Fonte: PANDEY, Ashutosh. Coronavírus pode levar China a frear Nova Rota da Seda. *Deutsche Welle*, [*s. l.*], 19 abr. 2020. Disponível em: https://p.dw.com/p/3b4Vi. Acesso em: 17 jul. 2020.

8. Com base na interpretação do mapa a seguir, explique quais são as características da política externa dos Estados Unidos. Considere os contatos comerciais com outras regiões do mundo e como são classificados. Também aborde as políticas de controle migratório.

O mundo visto pelos Estados Unidos – 2008



Fonte: BONIFACE, P.; VÉDRINE, H. *Atlas do mundo global.* São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 68.

9. Identifique a diferença entre os mapas a seguir. Explique as consequências políticas das desigualdades de fronteiras para os atuais países africanos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

África: políticos [illegible]



Fonte: GIRARDI, G.; ROSA, J. V. *Atlas geográfico do estudante.* São Paulo: FTD, 2016. p. 128.

África: fronteiras entre grupos étnicos



Fonte: GLASNER, M. I. *Political geography.* Hoboken: Wiley, 2003.

PERCURSO 2

Os conflitos regionais no mundo atual e seus impactos globais

Construindo uma agenda global

Alguns dos temas globais discutidos no percurso anterior podem parecer distantes, algo que você só vê na televisão ou no cinema. Ainda assim, muitas questões mundiais estão conectadas ao nosso cotidiano, ainda que passem despercebidas.

Um exemplo conhecido são os problemas ambientais. Atualmente sabemos que danos ao meio ambiente em determinado local repercutem em outros locais e as consequências têm escala planetária, afetando habitantes de lugares distantes de diferentes maneiras. O aquecimento global, a escassez de água potável e a poluição dos oceanos são problemas graves que demonstram a interconexão global da crise ambiental. Podemos afirmar, portanto, que os problemas relacionados à preservação do meio ambiente fazem parte de uma agenda global, que preocupa e mobiliza instituições e pessoas de todo o mundo.

Assim como a questão ambiental, os direitos humanos também são um dos principais eixos de construção de uma agenda global. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e a posterior publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, contribuíram de forma decisiva para o fortalecimento político da ideia de direitos humanos como um princípio global.

No entanto, ainda hoje, políticas de restrição aos direitos à liberdade, à vida e à segurança são recorrentes em diversos países, especialmente nos envolvidos em conflitos ou governados por regimes autoritários.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Oswaldo Rivas/Reuters/Fotoarena

Manifestante antigoverno em frente a uma corrente de policiais durante protesto contra o governo do presidente da Nicarágua Daniel Ortega. Manágua, Nicarágua, 2018.

1. Pense em exemplos de outros temas que, apesar de se referirem a fenômenos localizados, têm impacto planetário. Faça uma lista desses assuntos e responda: De que maneira cada um deles afeta sua vida em particular ou a comunidade onde você vive?

Migrantes e refugiados: vidas em movimento

Dentre as pautas globais em torno dos direitos humanos, uma tem se destacado cada vez mais: a questão dos refugiados e do deslocamento forçado de populações. Esse é um problema recorrente na história da humanidade. Genocídios e escravidão impostos a minorias religiosas, étnicas ou linguísticas ocorreram em diferentes tempos e localidades e forçaram milhões de pessoas a deixar seus países de origem.

À medida que diversos conflitos nacionais ou regionais se tornaram potenciais crises humanitárias, foram definidos direitos e garantias para salvaguardar os indivíduos e as coletividades. Em uma ordem mundial concebida para abrigar nações, o direito internacional passou a estabelecer normas para evitar que os Estados perseguissem cidadãos e os expulsassem de seu território.



Aris Messinis/AFP

Refugiados e migrantes desembarcam na ilha de Lesbos. Grécia, 2020.

A primeira definição moderna de refugiado surgiu em 1921, na Comissão de Refugiados da **Liga das Nações**. A preocupação naquele momento era a proteção e o acolhimento de minorias específicas, especialmente russos e armênios, que sofreram perseguição em decorrência dos processos históricos que culminaram no fim dos impérios russo e otomano.

Em 1951, a ONU, frente às sequelas da Segunda Guerra Mundial, definiu a seguinte formulação para "refugiado":

> [qualquer pessoa que] devido ao medo bem fundamentado de ser perseguido por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, está fora do país de sua nacionalidade e é incapaz ou, devido a esse medo, não está disposto a recorrer ele próprio da proteção daquele país; ou que, não tendo nacionalidade e estando fora do país de sua antiga residência habitual como resultado de tais eventos, seja incapaz ou, devido a esse medo, não esteja disposto a retornar a ele.

CONVENTION and protocol relating to the status of refugees. Genebra: UNHCR, 2010. Disponível em: https://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/3b66c2aa10.pdf/. Acesso em: 7 jul. 2020. (Tradução nossa).

Liga das Nações: organização internacional criada em 1919, após o fim da Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de manter a paz entre as nações. Em 1946, o organismo se autodissolveu, transferindo as responsabilidades que ainda mantinha para a recém-criada ONU.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Diversas situações podem levar as pessoas a deixar seu país e buscar refúgio em outras regiões, como perseguição política, guerra civil, além de conflitos étnicos e religiosos. Muitas se deslocam em decorrência de desastres naturais, como furacões e terremotos.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) é o órgão encarregado de prestar ajuda e garantir a segurança dessas populações, tanto na busca de refúgio em outro país quanto, caso se deseje, o regresso ao país de origem.

Uma vez recebida como refugiada, a pessoa tem os mesmos direitos dos cidadãos que residem legalmente no país de acolhida.

É preciso distinguir refugiados de migrantes. O migrante se diferencia do refugiado porque seu deslocamento não ocorre por ameaça direta de perseguição ou morte, mas em busca de melhores condições de vida. O migrante se desloca por vontade própria, na maioria das vezes para procurar oportunidades de trabalho e educação ou viver perto de parentes que moram em outros países.

Uma vez recebida como refugiada, a pessoa tem os mesmos direitos dos cidadãos que residem legalmente no país de acolhida. Os refugiados, portanto, têm direito à liberdade de expressão, acesso ao mercado de trabalho e aos sistemas públicos de saúde e educação locais. Assim como os cidadãos nacionais, os refugiados também têm de cumprir as normas constitucionais dos países que os receberam.

Segundo o Acnur, as pessoas em situação de deslocamento podem ser categorizadas em:

- **apátridas** – pessoas cuja nacionalidade não é reconhecida por nenhum país. Essa situação pode ocorrer quando a legislação nacional não reconhece como cidadãos uma parcela de sua população por causa de diferenças étnicas, linguísticas, políticas ou religiosas;
- **refugiados** – aqueles que saíram de seu país de origem por fundado temor de perseguição por causa de sua religião, nacionalidade, opinião política, ou pertencimento a determinado grupo social ou a determinado grupo étnico. Muitos fogem de seus países devido a violência generalizada, grave violação dos direitos humanos e conflitos internos;
- **solicitantes de refúgio** – aqueles que solicitam às autoridades de outro país o reconhecimento oficial como refugiados, mas seu pedido ainda não foi avaliado pelo sistema nacional de proteção e refúgio;
- **deslocados internos** – pessoas deslocadas dentro do próprio país por motivos similares aos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção. Apesar da situação de perseguição, essa população continua sob proteção legal de seu país, mesmo que agentes estatais sejam a causa de sua fuga;
- **retornados** – aqueles que viveram em situação de refúgio e voltaram voluntariamente ao país de origem.

Um tema central na legislação internacional sobre proteção a pessoas em situação de refúgio é o princípio da "não devolução", ou seja, uma vez admitida como solicitante ou após ter sido confirmada como refugiada pelos sistemas jurídicos nacionais, a pessoa não pode ser expulsa (deportação) para qualquer país em que sua vida esteja em risco.

Nesse sentido, os países que acolhem refugiados recebem uma população com a qual têm o compromisso de proteção. Não se trata apenas de permissão para entrada, mas de um ato responsável para garantir a essas pessoas condições de vida sustentável e autossuficiente.

Análise

Refugiados no mundo



Fonte: DADOS sobre refúgio. *In*: ACNUR. [*S. l. : s. n.*], 18 jun. 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio. Acesso em: 7 jul. 2020.

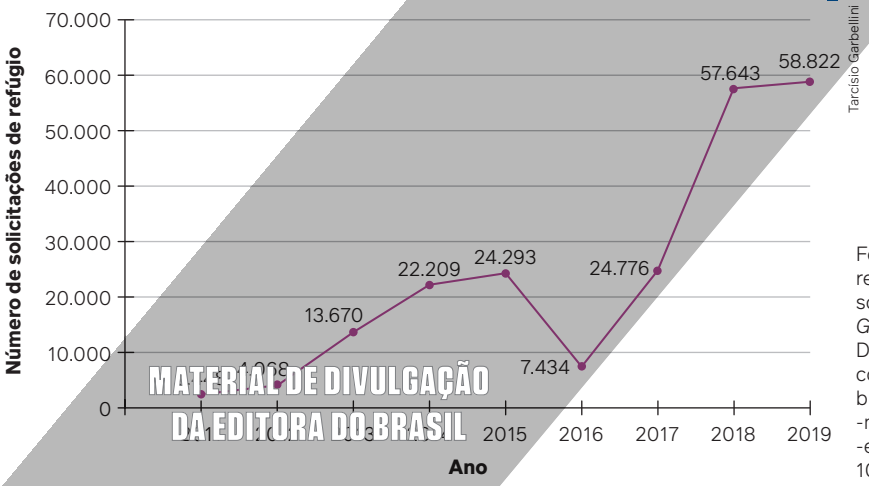
1. Considerando os dados do infográfico, em quais continentes está a maioria dos refugiados do mundo?
2. Podemos afirmar, com base nessas informações, que os países desenvolvidos têm enfrentado uma onda de deslocamento de população?
3. Você considera que discursos de ódio, como racismo e xenofobia, estão relacionados ao deslocamento de populações?

Refugiados no Brasil

A legislação sobre refúgio no Brasil é considerada moderna e regulada por diversas organizações globais. Aqui é utilizado um conceito ampliado para o reconhecimento de refugiados: além do estabelecido pela Convenção das Nações Unidas no Estatuto dos Refugiados, de 1951, a legislação brasileira também reconhece como refugiadas todas as pessoas que buscam segurança diante de situações de violência generalizada e de grave violação dos direitos humanos.

O decreto nº 98.602 de 1989, considerou a declaração sobre o tema redigida na cidade de Cartagena na Colômbia, em 1984, em relação ao recebimento de refugiados de Angola, da Libéria e da antiga Iugoslávia, países que conviviam com conflitos e violência em guerras civis nos respectivos territórios. Atualmente, grupos de haitianos, venezuelanos, sírios, entre outros, que vivem diferentes conflitos em seus países, seguem chegando ao país e solicitando asilo, com base em sua legislação, como o Estatuto dos Refugiados de 1997.

Brasil: solicitações de refúgio



Fonte: SOUZA, Viviane. Brasil recebeu cerca de 59 mil solicitações de refúgio em 2019. *G1*, Rio de Janeiro, 18 out. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/18/brasil-recebeu-cerca-de-59-mil-solicitacoes-de-refugio-em-2019.ghtml. Acesso em: 10 jun. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Analise o gráfico acima e responda às questões.

1. Em quais anos as solicitações de refúgio no Brasil aumentaram?
2. Relacione o crescimento das solicitações de refúgio com o contexto internacional nesses períodos.

Conforme demonstrado no gráfico, entre 2011 e 2018 o Brasil recebeu um número crescente de solicitações de refúgio. A população brasileira tem histórico de imigração, por isso muitos refugiados encontram aqui importantes redes de apoio e proteção. Ainda assim, o processo de adaptação ao novo país não costuma ser fácil. Geralmente, os obstáculos iniciais estão relacionados ao aprendizado do idioma e ao reconhecimento da documentação por serviços públicos e empresas privadas. Problemas comuns aos brasileiros também são enfrentados pelos refugiados, como dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, à educação superior e aos serviços públicos de saúde e moradia.

Análise

Como é ser refugiado no Brasil?

Veja no texto abaixo o relato de uma refugiada que vive em São Paulo. Depois analise o gráfico e responda às questões.

H, uma angolana de 42 anos que atualmente mora em uma casa alugada pela Igreja Batista em um bairro abandonado de São Paulo, conta que muitos imigrantes angolanos subornam funcionários da fronteira africana para conseguir documentos. A trilha de imigração através da África começa localmente: aqueles que fogem da crise da segurança no Congo, por exemplo, vão primeiro a Angola antes de atravessar o Atlântico.

A casa em que H vive, anexada ao prédio da igreja e vizinha a uma boca de fumo, é rústica. Ela chegou há um ano, grávida e com dois de seus filhos. Seu marido e mais duas filhas ainda estão lá.

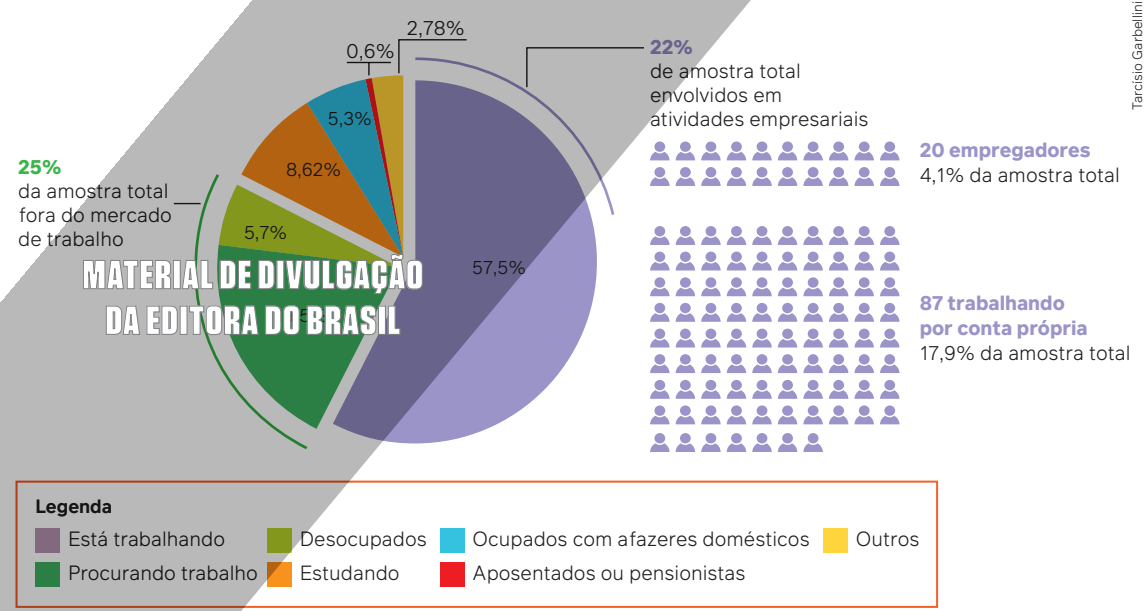
H diz que depois que a família do presidente angolano assumiu o mercado de bens contrabandeados em seu país, seu pequeno negócio de importação começou a desmoronar. A longo prazo, ela quer voltar para Angola, mas apenas em uma "situação política diferente".

Atualmente, ela está desempregada, mas feliz por seu filho estar estudando, embora muitas vezes ele chegue em casa reclamando do racismo na escola. H não quer que ele brinque com as crianças do bairro, teme que ele seja atraído pelo tráfico caso se misture com a turma errada.

Embora o Brasil tradicionalmente tenha tido uma atitude receptiva em relação aos refugiados e sua legislação seja moderna e permissiva, a integração não é fácil e muitos imigrantes se queixam de discriminação.

NOEL, Pedro. Destino: São Paulo. *The Intercept Brasil*, [*s. l.*], 23 jun. 2018. Disponível em: https://theintercept.com/2018/06/23/refugiados-africanos-brasil/. Acesso em: 7 jul. 2020.

Brasil: formação e emprego de refugiados – 2019



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Fonte: PERFIL de refugiados no Brasil revela alto grau de escolaridade e de desemprego. *In*: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Brasília, DF, 30 maio 2019. Disponível em: https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/perfil-de-refugiados-no-brasil-revela-alto-grau-de-escolaridade-e-de-desemprego. Acesso em: 7 jul. 2020.

1. De acordo com o texto, quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos refugiados no Brasil?
2. Quais são as principais facilidades oferecidas pelo país aos refugiados?
3. O gráfico mostra a situação dos refugiados no Brasil relacionada ao trabalho. De que forma os dados do gráfico expressam a dificuldade de colocação profissional vivenciada pela família de H?

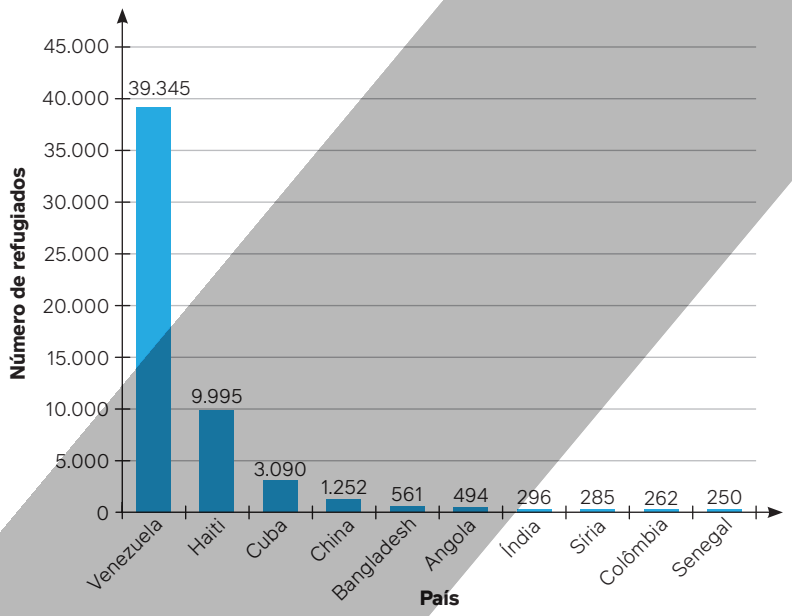
Crises do século XXI

A chegada massiva de refugiados nas últimas décadas tem impactado a vida dos brasileiros em muitas cidades. Novos idiomas, costumes e tipos de comida começaram a aparecer em diferentes localidades do país trazidos por pessoas vindas de países como Venezuela, Síria, Haiti, República Democrática do Congo, entre outros. Observe no gráfico ao lado a nacionalidade das pessoas que pediram refúgio no Brasil em 2019.

São muitos os motivos que colocam o Brasil na rota de pessoas que deixam sua nação de origem, especialmente a diversidade étnica e religiosa. Além disso, o Brasil tem historicamente uma política de acolhimento aos refugiados, não impondo dificuldades à obtenção de visto e à autorização de residência. Esse fenômeno é um dos exemplos de como os problemas vivenciados em diferentes países refletem em nosso país, inclusive nas cidades e nos bairros onde moramos.

Nas próximas páginas você conhecerá a situação de países cujos conflitos foram motivo para muitas pessoas se refugiarem no Brasil. Você perceberá que o local e o global se conectam tanto nas instituições e acordos internacionais quanto na história de vida das pessoas.

Brasil: solicitações de refúgio por país – 2019



Tarcísio Garbellini

Fonte: SOUZA, Viviane. Brasil recebeu cerca de 59 mil solicitações de refúgio em 2019. *G1*, Rio de Janeiro, 18 out. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/18/brasil-recebeu-cerca-de-59-mil-solicitacoes-de-refugio-em-2019.ghtml. Acesso em: 7 jul. 2020.

Análise

Uma feira de refugiados

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Na cidade do Rio de Janeiro acontece mensalmente a feira Chega Junto, uma iniciativa que reúne refugiados que expõem pratos típicos de seus países de origem mostrando a gastronomia de sua cultura. Na feira é possível conhecer homens e mulheres vindos de países como Venezuela, Síria, Haiti, Togo, Nigéria e Angola. É uma grande oportunidade de troca cultural!

1. Qual é a relevância desse tipo de ação para o processo de integração dos refugiados à sociedade brasileira?
2. Iniciativas como essa estão relacionadas ao conceito de cidadania global? Explique sua resposta usando argumentos extraídos dos percursos até aqui trilhados.
3. Há refugiados na cidade onde você mora? Se sim, você sabe quais são os países de origem deles?



Analice Paron/Agência O Globo

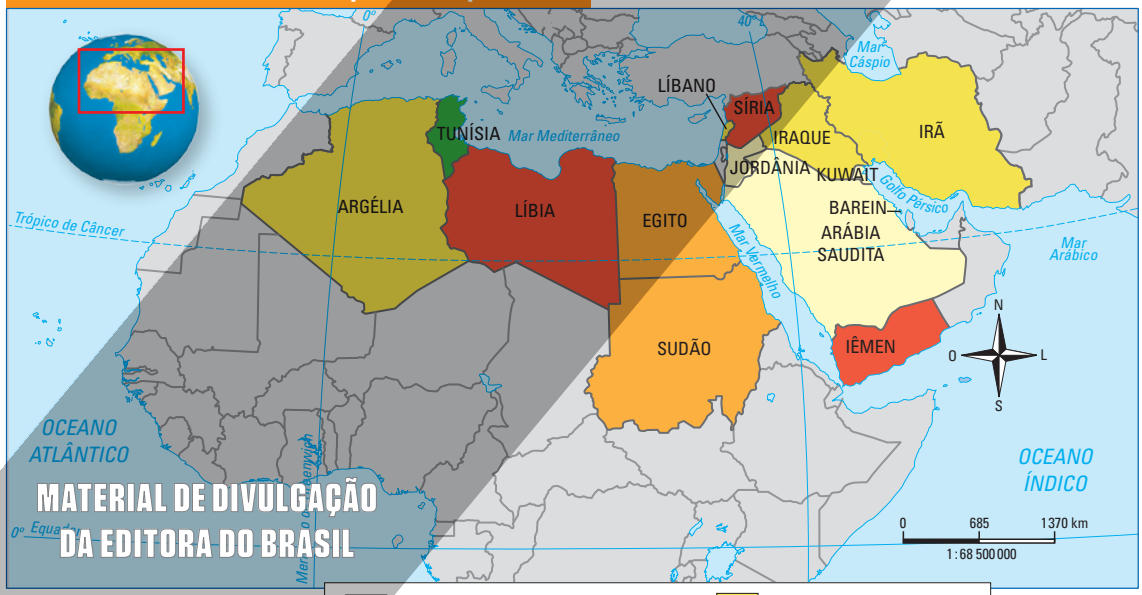
Chega Junto: evento que reúne pratos típicos preparados por refugiados. Rio de Janeiro (RJ), 2016.

Primavera Árabe

Em 2010, uma série de protestos se espalhou por grande parte do Oriente Médio e Norte da África. Foi chamada de Primavera Árabe, numa associação dessa estação do ano com a liberdade. O movimento começou na Tunísia, quando um jovem chamado Mohamed Bouazizi ateou fogo no próprio corpo para protestar contra a violência policial. O fato teve grande repercussão nas mídias sociais e serviu de estopim para uma série de manifestações em diversos países da região. A Primavera Árabe atingiu com maior vigor Tunísia, Egito, Líbia, Síria e Iêmen. No Barein, a monarquia sunita conteve os protestos da população xiita. Em 2019, na Argélia, eclodiram protestos massivos contra o governo.

As redes sociais desempenharam papel significativo nesse contexto, facilitando a comunicação e a interação entre os participantes dos protestos. As mídias sociais foram usadas para organizar manifestações, disseminar informações sobre as atividades e aumentar a conscientização local e global relacionada aos eventos em andamento. O movimento tomou a forma de um levante de jovens contra sociedades autoritárias e com baixo desenvolvimento econômico, com foco na crítica às más condições de vida, aos altos índices de desemprego, à corrupção e à injustiça social e política do governo de cada país.

Primavera Árabe: consequências políticas



Tarcísio Garbellini

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Fontes: Primavera Árabe. *In*: DEUTSCHE WELLE, [*s. l.: s. n.*], 4 jul. 2020. Disponível em: https://p.dw.com/p/2VNso; SANZ, J. C. Sete anos de frustração [...]. *El País*, Jerusalém, 17 dez. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/16/internacional/1513454978_043457.html; ALAOUI, Hicham. Da Argélia ao Sudão [...]. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [São Paulo], 28 fev. 2020. Disponível em: https://diplomatique.org.br/da-argelia-ao-sudao-os-tremores-secundarios-da-primavera-arabe/. Acessos em: 21 jul. 2020; IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 45.

Após os protestos populares da Primavera Árabe derrubarem o governo da Tunísia e expandirem-se pelo Egito e Líbia, chegaram à Síria. O país era governado, desde 1971, de forma ditatorial pela família al-Assad. Os manifestantes foram às ruas exigir reformas no governo, com o objetivo de criar um ambiente político democrático e encaminhar reformas econômicas que propiciassem mais empregos e melhores condições de vida. A resposta do governo de Bashar al-Assad foi extremamente violenta, o que resultou em revolta popular. As principais cidades do país, como Damasco (capital) e Aleppo, importante centro econômico, foram tomadas por manifestações contrárias ao regime de al-Assad.

Em 2011, na Síria, ativistas civis se juntaram a militares descontentes e formaram o Exército Livre da Síria (ELS), uma milícia armada que passou a fazer oposição ao governo. Uma guerra civil se formou à medida que outros grupos políticos também começaram a organizar suas próprias milícias.

Em decorrência da instabilidade política no país, em 2013 um grupo extremista religioso sunita, denominado Estado Islâmico (EI), avançou sobre vários territórios da Síria e Iraque. Em 2014, militantes desse grupo proclamaram a autonomia do território por eles conquistado, declarando a criação de um Estado independente. O grupo declarou que seu objetivo era criar um califado, um Estado teocrático que abrangeria todos os territórios que se inserem na civilização islâmica na Ásia e África.

O ativismo religioso dos membros do EI está associado ao extremismo radical do Talibã no Afeganistão e ao grupo Al-Qaeda. Diante disso, o avanço do Estado Islâmico na Síria passou a ser considerado uma ameaça aos países ocidentais, além de pôr em risco o frágil equilíbrio geopolítico da região. Estados Unidos, Reino Unido, França, Turquia, Rússia, Irã e outros países passaram a intervir no conflito na Síria, o que fez dessa guerra um dos mais sangrentos eventos do século XXI. Em 2019, o Estado Islâmico foi derrotado na Síria, mas o conflito continuou fazendo vítimas.

A destruição das condições básicas de vida no país tomou proporções alarmantes. Cerca de 85% da rede elétrica foi destruída, comprometendo necessidades básicas como o aquecimento das casas e o atendimento nos hospitais. A produção de alimentos caiu 40% e 80% da população chegou a ficar na extrema pobreza. Estima-se que ao menos 470 mil pessoas tenham morrido em decorrência do conflito.


MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Omar Haj Kadour/AFP

Escombros de destruição causada pela guerra na cidade de Afis. No mundo, muitos migram devido aos conflitos políticos e geopolíticos. Síria, 2020.

A guerra civil na Síria é considerada um desastre humanitário. Os bombardeios destruíram cidades e tornaram a vida cotidiana da maioria da população extremante difícil. Sem escolas, hospitais e sujeita a violações constantes de direitos fundamentais, a população passou a ver uma possibilidade de sobrevivência na fuga e no deslocamento.

Muitos sírios se dispersaram por diversas nações; a maioria dos refugiados se deslocou para países vizinhos como Turquia, Líbano e Jordânia para escapar da guerra. Em 2018 havia cerca de 22 milhões de refugiados no mundo, e mais de 5 milhões tinham saído da Síria. No Brasil, no mesmo ano, eles representavam 35% dos mais de 5 mil refugiados reconhecidos no país.



Ahmad Gharabli/AFP

Na fotografia, de 2019, muro construído por Israel para isolar a Cisjordânia.

Palestina

O povo palestino é a nacionalidade que está há mais tempo em situação de refúgio no mundo, além de ser a mais numerosa. Atualmente, calcula-se que, dos 12 milhões de palestinos, cerca de 8 milhões vivam em situação de refúgio. Esse cenário tem origem em questões de ordem religiosa e geopolítica.

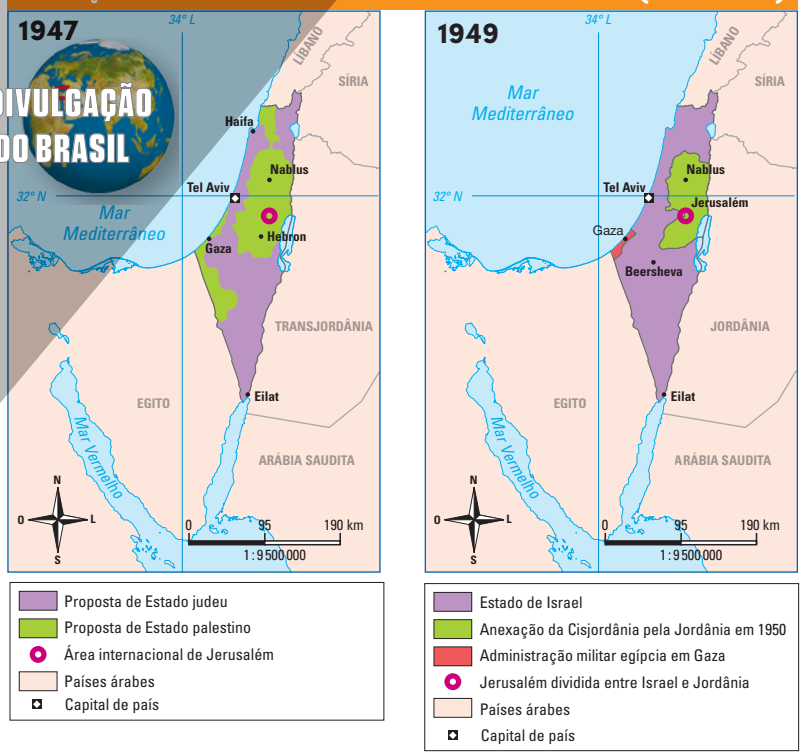
Para a comunidade judaica, um dos desígnios mais importantes é a defesa da denominada terra prometida. No final do século XIX, fortaleceu-se entre os judeus o movimento sionista, que defendia o retorno dos judeus à terra prometida, a Palestina. Aos poucos, comunidades judaicas se instalaram na Palestina, onde a maioria da população era muçulmana. Após o extermínio de 6 milhões de judeus na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o sionismo intensificou-se e recebeu apoio de países como o Reino Unido.

Em 1947, a ONU decidiu pela partilha da Palestina, onde deveriam ser instituídos dois Estados: Israel (para os judeus) e Palestina (para palestinos muçulmanos e cristãos). Jerusalém, devido à relevância histórica e à grande diversidade religiosa envolvida, deveria permanecer como território neutro. Todavia, os palestinos e países árabes vizinhos discordaram da criação de Israel e logo começaram os conflitos na região. Em 1948, Israel declarou independência unilateral, o que deu início a uma série de conflitos armados que resultaram, em 1949, na anexação de 75% da região, desconsiderando a divisão proposta pela ONU.

Em 2001, Ariel Sharon, ex-comandante militar e político de perfil conservador e ultranacionalista, se tornou primeiro-ministro defendendo posições que enfatizavam a segurança nacional e ampliação dos assentamentos de colônias nos territórios palestinos. No seu mandato, as negociações com a Autoridade Palestina (AP) ficaram estagnadas e Sharon iniciou a construção da barreira israelense da Cisjordânia: um muro que serviria de proteção contra os ataques palestinos. Veja na fotografia parte da construção da barreira que suscitou críticas de toda comunidade internacional e foi considerada um símbolo da segregação e da deterioração das relações entre judeus e palestinos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Evolução territorial do conflito árabe-israelense (1947-1949)



Alessandro Passos da Costa

Fonte: CHRONOLOGIE de l'État d'Israël en cartes, 1947-2010. *In*: SCIENCES PO. *Atelier de cartographie*. Disponível em: http://ceriscope.sciences-po.fr/node/100. Acesso em: 21 jul. 2020.

Os principais entraves atuais a um acordo de paz entre judeus e palestinos são:

- disputa por Jerusalém, pois Israel considera sua capital indivisível, enquanto os palestinos reivindicam Jerusalém Oriental para ser sua capital futura;
- a atuação de grupos beligerantes judeus (grupos de extrema direita e ortodoxos) e árabes (Hamas, na Faixa de Gaza, e Hezbollah – partido político que representa os xiitas, no Líbano);
- a repartição dos recursos hídricos, uma vez que Israel controla a maior parte da água do Rio Jordão e do Aquífero da Cisjordânia.

Os palestinos que chegaram ao Brasil em diferentes momentos históricos contribuíram para a construção da identidade brasileira e sua presença ampliou a perspectiva de uma sociedade diversa e plural. A marca dessa população, assim como a presença de judeus, incentivou muitos brasileiros a refletirem sobre a possibilidade de convivência social entre povos mesmo que haja um profundo histórico de diferenças políticas e religiosas.

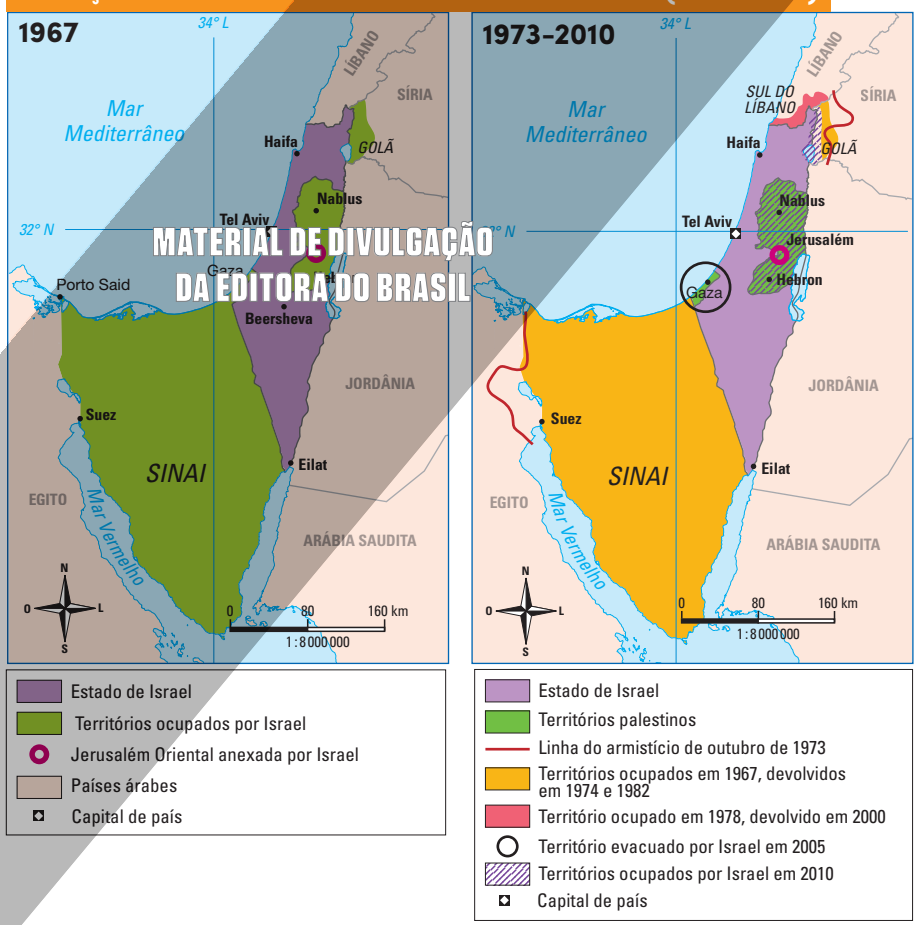
Os imigrantes palestinos e árabes também foram importantes para a consolidação de uma política de relações internacionais entre o Brasil e as nações do Oriente Médio. Nesse sentido, a presença de imigrantes palestinos e árabes contribuiu para os esforços em busca de autonomia nacional.

São exemplos dessa política independente para a região duas ações ocorridas em 2007. Naquele ano, o Brasil recebeu um grupo de 108 palestinos que, deslocados do Iraque, não tinham perspectivas de acolhida em nenhum outro país.

O acolhimento da causa palestina não foi empecilho para a outra ação, quando foi assinado, também em 2007, um acordo de livre-comércio entre o Mercosul e Israel que facilita as relações comerciais. Em 2019, o governo brasileiro fortaleceu os laços diplomáticos com Israel.

1. Identifique a região da "Faixa de Gaza" nos diferentes mapas.
2. Qual a situação geopolítica da cidade de Jerusalém ao longo do tempo?

Evolução territorial do conflito árabe-israelense (1967-2010)



Alessandro Passos da Costa

Fonte: CHRONOLOGIE de l'État d'Israël en cartes, 1947-2010. *In*: SCIENCES PO. *Atelier de cartographie*. Disponível em: http://ceriscope.sciences-po.fr/node/100. Acesso em: 18 jan. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Haiti

Jean-Bertrand Aristide: foi eleito pelo voto popular em 1990, amparado por um discurso no qual se apresentava contrário ao regime ditatorial que vigorava no país. Denunciava ainda o imperialismo dos Estados Unidos, que ocupou militarmente o Haiti entre 1915 e 1934 e controlou governos-fantoches alinhados a seus interesses econômicos. Militante dos direitos humanos e padre, Aristide pretendeu atender as demandas da população pobre haitiana. Derrubado por um golpe militar em 1991, razão pela qual o país sofreu sanções internacionais, ele foi reconduzido ao poder em 1994, quando iniciou a implantação de políticas neoliberais sob a promessa do então governo Clinton, dos EUA, de ajuda econômica ao Haiti. Foi reeleito em 2000. Contudo, enfrentou oposição e acusações de fraude eleitoral. O descrédito de seu governo aumentou e culminou com sua deposição em 2004.

O ano de 2010 marcou o início da chegada de refugiados haitianos ao Brasil. A data coincide com o período imediatamente posterior a um forte terremoto ocorrido naquele país, que causou a morte de cerca de 300 mil pessoas. Em um cenário de crise política e ambiental, a população do Haiti buscou refúgio no Brasil.

O Haiti é o país mais pobre do Hemisfério Ocidental: 80% da população vive na pobreza, dispondo de menos de US$ 2 por dia. A renda de dois terços dos haitianos vem do setor agrícola, o que os torna vulneráveis aos danos ocasionados por desastres naturais, agravados pelo desmatamento.

Entre as décadas de 1950 e 1980, o Haiti esteve sob o poder de governos ditatoriais. O primeiro presidente eleito de forma democrática foi **Jean-Bertrand Aristide**, em 1990. No entanto, no ano seguinte, um golpe de Estado derrubou Aristide, dando início a um ciclo de violência política que durou mais de uma década.

O terremoto de 2010 intensificou a crise política e econômica; todos os hospitais foram destruídos ou gravemente danificados e um milhão e meio de pessoas ficaram desabrigadas, o que agravou as condições de vida no país.

Veja na fotografia abaixo a situação de uma região da capital haitiana após o terremoto. Quais podem ser as maiores dificuldades de viver em uma cidade nessas condições?



Marco Di Lauro/Edit/Getty Images

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Escombros de construções devido ao abalo sísmico de 7.1 graus na escala Richter ocorrido em Porto Príncipe, Haiti, em 2010. No mundo, muitas pessoas migram devido a desastres naturais. O impacto é mais severo em países subdesenvolvidos, pois as moradias e a infraestrutura são precárias.

O terremoto e o envolvimento de brasileiros na Missão de Paz da ONU levaram o Brasil a ser ponto de referência para a população haitiana em busca de emprego e melhores condições de vida. Em geral, os haitianos percorrem um longo caminho para chegar ao Brasil: passam pela República Dominicana, pelo Panamá e Equador e atravessam a fronteira brasileira terrestre pelo Peru. Uma parte entra no país por via aérea, desembarcando diretamente em Brasília ou São Paulo.

Apesar da grave situação humanitária, a imigração de haitianos não se enquadra no caso de perseguição, por isso eles não são reconhecidos como refugiados. O Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) concede visto temporário aos haitianos, de modo que possam trabalhar e se integrar à sociedade.

Outras organizações que atuam no acolhimento e recepção a imigrantes indicam que o trâmite burocrático para a regularização dos vistos tem sido lento, tornando essa população vulnerável à exploração laboral e a abusos sociais. Para parte dos haitianos, a vinda para o Brasil se transformou em desilusão. Muitos alegam que enfrentam questões como racismo, baixos salários e dificuldade de encontrar emprego estável.

Venezuela

No início do século XXI, com o aumento no preço do petróleo, a Venezuela, que é um dos principais produtores mundiais, teve um grande crescimento econômico. O governo do presidente Hugo Chávez iniciou um programa de obras sociais e ampliou os gastos nesse setor, mas, apesar das melhorias nos índices sociais, a estabilidade do país dependia do mercado internacional de petróleo, que é bastante **volátil**.

A disparada dos preços de produtos básicos causou enorme dificuldade à população.

Em 2013, após a morte de Chávez, a política de gastos do Estado foi atingida pela redução no preço internacional do barril de petróleo. O desajuste econômico aumentou muito a inflação e levou a economia do país ao colapso. A disparada dos preços de produtos básicos causou enorme dificuldade à população.

O discurso político de Chávez e de seu sucessor, Nicolás Maduro, foi construído em oposição à influência estadunidense e contra as elites tradicionais que governaram o país. A base ideológica do governo venezuelano reunia um nacionalismo popular com inflamada retórica anti-imperialista e antiestadunidense. O confronto internacional com os Estados Unidos produziu um cenário desfavorável ao país, fazendo com que o governo estadunidense promovesse, desde 2014, uma política de sanções, o que reduziu drasticamente o fluxo comercial para a Venezuela. Com isso, os venezuelanos passaram a sofrer crescente escassez de produtos fundamentais, enfrentando longas filas, prateleiras vazias e comércio paralelo com preços inflacionados.

GLOSSÁRIO

Volátil: variável; instável.

A queda na qualidade das condições de vida levou a uma série de protestos populares a partir de 2014, resultando em violenta reação do governo.

A escassez de alimentos, o clima de violência e as turbulências políticas são as razões básicas da massiva migração venezuelana. Desde 2015, de acordo com a ONU, 2,5 milhões de venezuelanos abandonaram o país, constituindo a maior situação de deslocamento de população da história recente da América Latina. Os principais países de destino dos venezuelanos são Colômbia, Equador, Peru e Brasil.



Federico Parra/AFP

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A crise econômica na Venezuela gerou uma série de protestos políticos. Na fotografia, venezuelana com uma placa dizendo "Não há comida". Caracas, Venezuela, 2016.

Segundo a Plataforma de Coordenação para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), o Brasil recebeu, até setembro de 2019, cerca de 253 mil venezuelanos. Pouco mais de 36 mil foram reconhecidos como refugiados e a maioria segue em situação irregular.

Segundo o IBGE, parte dos venezuelanos vem com a família, mas a maioria dos migrantes são solteiros. Os venezuelanos que chegaram ao Brasil têm bom nível de escolaridade (78% têm nível médio completo e 32% têm superior completo ou pós-graduação). Segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 60% desses indivíduos estavam empregados, em 2017, em alguma atividade remunerada.

Pesquisas da Fundação Getúlio Vargas, do OBMigra e da Universidade Federal de Roraima (UFRR) mostram que, apesar do fluxo constante, os deslocados venezuelanos não são um fator de desequilíbrio ao mercado de trabalho brasileiro; ao contrário, a qualidade dessa mão de obra pode ser fator de crescimento para o país. As pesquisas verificaram crescimento no comércio varejista e nas exportações, com 25% de aumento na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre o final de 2018 e o primeiro semestre de 2019.

Análise

Imigração e transformação urbana

Já é noite quando uma multidão de venezuelanos faz uma enorme fila para receber um pão e um copo de leite na praça Simón Bolivar, em Boa Vista. Famintos, eles devoram o alimento doado e depois se deitam no chão para dormir mais uma vez ao relento. [...]

O impacto da imigração é notável por todos os lados. Nas ruas, português e espanhol se misturam e o "portunhol" se populariza. Por toda a cidade, há semáforos lotados de venezuelanos segurando placas em que pedem emprego. Outros estão nas portas dos supermercados em busca de comida e milhares dormem nas ruas, principalmente em praças. Os abrigos abertos pelo governo estão superlotados há meses e até 31 imigrantes vivem sob o mesmo teto em casas alugadas.

A imigração impacta ainda os serviços de saúde e educação, que estão sobrecarregados, segundo as autoridades locais. Dados da Secretaria de Saúde de Roraima apontam que, em 2014, 760 venezuelanos foram atendidos na rede pública de saúde. Três anos depois esse número saltou para 15 055. Na única maternidade do estado, foram mais de 340 partos de mulheres venezuelanas em 2017.

O número de imigrantes que estão em Boa Vista também é refletido nas escolas da capital. A prefeitura diz que, de 2015 a 2017, o número de crianças venezuelanas matriculadas em escolas da rede municipal de ensino cresceu 1 064%.

COSTA, Emily; BRANDÃO, Inaê; OLIVEIRA, Valéria. Fuga da fome: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista. *G1*, Roraima, 5 fev. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40-mil-venezuelanos-transformou-boa-vista.ghtml. Acesso em: 7 jul. 2020.



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Edmar Barros/Futura Press

Imigrantes venezuelanos acampados em uma praça de Boa Vista (RR), 2018.

Com base na leitura do texto e na observação da imagem, responda às questões.

1. Quais foram os principais impactos da chegada de imigrantes venezuelanos na cidade de Boa Vista? Justifique considerando elementos da imagem e do texto.
2. Nos últimos anos têm sido frequentes os episódios de intolerância e xenofobia dos moradores de Roraima contra imigrantes venezuelanos. Que medidas podem ser tomadas para minimizar esse problema?
3. Diante dos problemas registrados, alguns políticos brasileiros chegaram a defender o fechamento da fronteira com a Venezuela para minimizar os impactos do fluxo migratório. Você concorda com essa proposta? Justifique sua resposta com base nas reflexões desenvolvidas ao longo deste percurso.

Colômbia

O Brasil recebeu, entre 2000 e 2016, cerca de 48 mil imigrantes colombianos. Muitos ingressaram no país para trabalhar e estudar, outros fugiram dos violentos conflitos que assolam a Colômbia desde a década de 1960. Em decorrência desses conflitos, o país tem o maior número de deslocados internos do mundo: 7,4 milhões em 2018.

Quando extensas parcelas da população têm seus direitos negados, e os cidadãos são maltratados e submetidos à exclusão social, sem acesso à terra nas zonas rurais em decorrência da concentração fundiária, as tensões políticas tornam-se inevitáveis. No contexto da Guerra Fria, o conflito colombiano envolveu governos apoiados pelos Estados Unidos contra guerrilhas de esquerda, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), que chegaram a controlar extensos territórios do país. A violência praticada por forças governamentais, grupos paramilitares e guerrilheiros e narcotraficantes (o país lidera a produção de cocaína na América do Sul) criou um cotidiano com perseguição política, homicídios, sequestros e atentados.

Em 2016, a Colômbia seguiu o método trilhado por El Salvador e Guatemala, que tiveram conflitos semelhantes, para chegar a um acordo de paz: transformar a guerrilha em um partido político convencional. Com apoio e mediação de organizações internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), ONU, Cuba e Vaticano, na qual o Papa Francisco teve papel relevante, chegou-se a um consenso estável. Assim, as FARC se tornaram o mais novo partido de esquerda colombiano. Entretanto, o acordo de paz conta com a oposição de extremistas de direita e de esquerda.

Zygmunt Bauman: o medo dos refugiados

Em entrevista para o Fronteiras do Pensamento (2018), o filósofo e sociólogo polonês Zygmunt Bauman, autor do livro *Estranhos à nossa porta* (2016), afirmou que os refugiados podem simbolizar nossos medos. Isso acontece porque, há até pouco tempo, muito dos refugiados eram pessoas felizes no país de origem. Todavia, rapidamente, perderam tudo o que tinham, sua casa e seu trabalho. Alguns perderam parte de sua família e amigos para sempre.

Os refugiados podem nos levar a refletir sobre o que nos deixa aterrorizados: a perda de tudo o que foi conquistado durante a vida, a perda da segurança e a pobreza repentina. Quando os refugiados chegam a um país, desenvolvido ou subdesenvolvido, encontram outra categoria em pânico: o precariado, ou seja, os trabalhadores cuja renda e cujos direitos foram reduzidos. O precariado já vive em ansiedade, em permanente medo do futuro. Não é por acaso a reação [illegible] presença de refugiados; eles personificam o que nos aterroriza, e esse medo é perversamente utilizado por grupos xenófobos. Mas ser solidário a um refugiado conferindo a ele cidadania pode nos fazer refletir sobre a cidadania erodida em nosso próprio território.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O global no local e vice-versa

Diariamente consumimos objetos produzidos em vários lugares do planeta e somos expostos a uma massa de informação vinda de todos os lugares do mundo. Afinal, quanto do mundo está em nós? E quanto das nossas decisões podem impactar o mundo? São perguntas difíceis, mas importantes.

Vivemos em um contexto de crescente intercâmbio global, por isso temos de considerar que a responsabilidade e as ações de cada um têm efeitos que podem ir muito além da própria casa ou da vida cotidiana. As decisões que tomamos – desde o que comemos até em quem votamos – têm consequências que se desdobram em escala global.

É importante ter sensibilidade para perceber a extensão dos problemas à nossa volta. É necessário entender os problemas globais para agir nas comunidades das quais fazemos parte; da mesma forma, é preciso entender o local em que se vive para compreender a responsabilidade individual perante o mundo.

Essas questões nos remetem ao tema que abriu esta unidade: cidadania global. Ser um cidadão global não é um título que se possa adquirir, ou algo que se possa praticar apenas em determinados momentos. É uma postura perante o mundo fundamentada no princípio de que os direitos de todas as pessoas são igualmente importantes.

Uma das condições principais para a cidadania global é a consciência permanente do impacto de cada ação (individual ou coletiva) em escala planetária. Para exercer cidadania global, é fundamental compreender as características gerais da Nova Ordem Mundial multipolar, conhecer os conflitos que se manifestam em várias regiões do mundo e se importar com eles. Para compreendê-la, é preciso ter acesso a informações confiáveis, plurais e sem censura por meio do trabalho dos jornalistas.

É essencial, ainda, conhecer experiências cidadãs e solidárias realizadas por organismos supranacionais e organizações não governamentais com foco humanitário e na mediação de conflitos.

No mundo contemporâneo, uma das principais ferramentas da cidadania global é a comunicação pelas mídias sociais, por meio das quais pessoas de todo o planeta trocam experiências, ideias e informações que ultrapassam as fronteiras nacionais e constroem um novo sentido para a ideia de comunidade global.

O cidadão global também deve ficar atento àqueles que estão em movimento e fragilizados, desterritorializados: imigrantes e refugiados. Olhar no retrovisor da vida, estar consciente de que muitos de nós, brasileiros, devemos a vida a antepassados que sofreram deslocamentos involuntários ou tomaram a difícil decisão de deixar seu país e aqui superaram muitos desafios. É preciso um novo olhar em direção a quem está chegando, não de estranheza, mas de solidariedade e acolhida.

Ensino de português dá voz aos refugiados

Nos últimos anos, com o ingresso frequente de refugiados no Brasil, um dos desafios para quem chega é aprender a ler, escrever e falar português. A falta do domínio de uma língua é um fator limitante de adaptação. A cidadania global ocorre quando surgem, em vários lugares do território brasileiro, iniciativas solidárias para integrar o refugiado à escola, ao mercado de trabalho e ao convívio social. Na linha de frente, estão as universidades, as organizações não governamentais e a Acnur (ONU). O Centro Interdepartamental de Línguas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo é um dos que oferecem cursos para imigrantes e refugiados. O trabalho dos professores, como Paola Mandalá, é ampliar o vocabulário dos estudantes e prepará-los para exames de proficiência em língua portuguesa. Pelo curso já passaram imigrantes do Oriente Médio, da América do Sul e do Sudoeste asiático.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

#Ficaadica

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. *Site* vinculado à ONU com informações sobre a atuação da Acnur no Brasil e no mundo. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/. Acesso em: 7 jul. 2020.

Anistia Internacional. *Site* que contém dados sobre a atuação dessa ONG no Brasil e no mundo. Disponível em: https://anistia.org.br/. Acesso em: 7 jul. 2020.

Era o Hotel Cambridge, de Eliane Caffé (89 min). Com a participação de refugiados reais, o filme aborda o dia a dia de estrangeiros que vieram para o Brasil e retrata situações extremas de dificuldade enfrentadas por eles no processo de adaptação ao novo país.

Portal de Imigração. *Site* do Ministério da Justiça e Segurança Pública com dados sobre a situação de deslocados no Brasil. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/. Acesso em: 7 jul. 2020.

The human flow – Não existe lar se não há para onde ir, de Ai Weiwei (140 min). O filme apresenta um panorama da crise de refugiados em mais de 20 países e expõe os motivos que levam milhões de pessoas ao redor do mundo a deixarem seu local de origem.

Zaatari – Memórias do labirinto, de Paschoal Samora (90 min). Produzido com apoio da Acnur, o filme é ambientado no Deserto de Mafrak, na fronteira da Síria com a Jordânia. Mostra o nascimento de um dos maiores campos de refugiados do mundo e de que modo os habitantes refazem a vida após passarem pelos traumas da guerra.

Prática de pesquisa

Como atuar diante dos problemas do mundo contemporâneo?

Ao vivenciar um problema coletivo, recorremos a instâncias locais para dialogar. Os cidadãos esperam que prefeitos, governadores, presidentes, membros do Poder Legislativo e outras lideranças com as quais tenham relação direta os ajudem a lidar com a situação. A humanidade, porém, enfrenta desafios que ultrapassam as fronteiras e governabilidades locais. Desde o deslocamento de pessoas ou mercadorias até as complexas relações geopolíticas e diplomáticas, há uma série de situações que demandam a articulação de soluções que ultrapassam fronteiras constituídas politicamente.

Quais são os principais problemas no mundo contemporâneo? Como as pessoas vivenciam esses problemas? É possível se engajar para ajudar a resolver um problema originado num contexto distante do nosso? Nesta prática de pesquisa, você e um colega elaborarão um questionário para entender como as pessoas experienciam problemas globais, os diálogos que elas acreditam ser possível estabelecer e os papéis que desempenham no encaminhamento das soluções.

- Organização: turma dividida em duplas.
- Duração sugerida: 6 aulas.
- Materiais: computador com acesso à internet; caderno; lápis ou caneta.

Junte-se, organize-se!

Junte-se a um colega e organize um cronograma com as etapas a seguir.

1. Na sala de aula, de acordo com seus conhecimentos prévios e do que foi estudado na unidade, façam uma lista dos principais problemas do mundo contemporâneo.
2. Escolham um problema reconhecido como global, ou seja, que envolva a ação de diferentes povos e territórios.
3. Definam o público-alvo para aplicação do questionário que irão elaborar. Podem ser pessoas que desempenhem papel importante no encaminhamento do tema escolhido.
4. Aprofundem o tema por meio de pesquisas. Elaborem o questionário com base em informações confiáveis.
5. Apliquem o questionário.
6. Analisem as informações obtidas dos questionários, reflitam e tirem conclusões.
7. Mostrem [illegible] corrijam o que for necessário.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Aprofunde!

Ao elaborar o questionário, certifiquem-se de trabalhar os aspectos a seguir.

- Perguntas de abordagem contextualizadora do entrevistado: sua origem e relação com o tema.
- Perguntas de abordagem problematizadora: Por que o tema é importante?
- Perguntas diagnósticas: Como o tema ou assunto faz parte da sua ou da nossa realidade?
- Perguntas interventivas, que apontem saídas para os problemas indicados e formas de intervenção.

Vocês podem aplicar o questionário presencialmente ou não, depende da disponibilidade do entrevistado. É importante saber onde estão as pessoas que vocês querem entrevistar e conseguir a autorização de cada uma delas com antecedência. Apliquem o questionário de forma organizada e respeitosa.

Analise, compartilhe!

Analisem as respostas obtidas para compreender qual é o nível de engajamento de cada entrevistado. Fiquem atentos para a relação entre as respostas, o tratamento qualitativo ou quantitativo dos dados e o levantamento de hipóteses que busquem explicar o tema.

Com base nessas informações, redijam um texto reflexivo expondo as análises e opiniões da dupla sobre a relação do público-alvo com o tema delimitado, e como essa relação influencia a forma que as instâncias lidam com o problema.

Compartilhem suas conclusões com a turma em uma apresentação oral.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. O que são deslocamentos internos?
2. O que foi a Primavera Árabe? Quais foram seus principais desdobramentos?
3. Que aspectos do contexto internacional contribuíram para a crise venezuelana?
4. Qual foi a solução empregada para o conflito na Colômbia?
5. Explique, com suas palavras, o que é cidadania global.
6. Descreva e explique os fluxos migratórios representados no mapa a seguir, em parte desencadeados a partir da Primavera Árabe.

Crise migratória: travessias pelo Mar Mediterrâneo e rota Síria-Alemanha

Tarcísio Garbellini

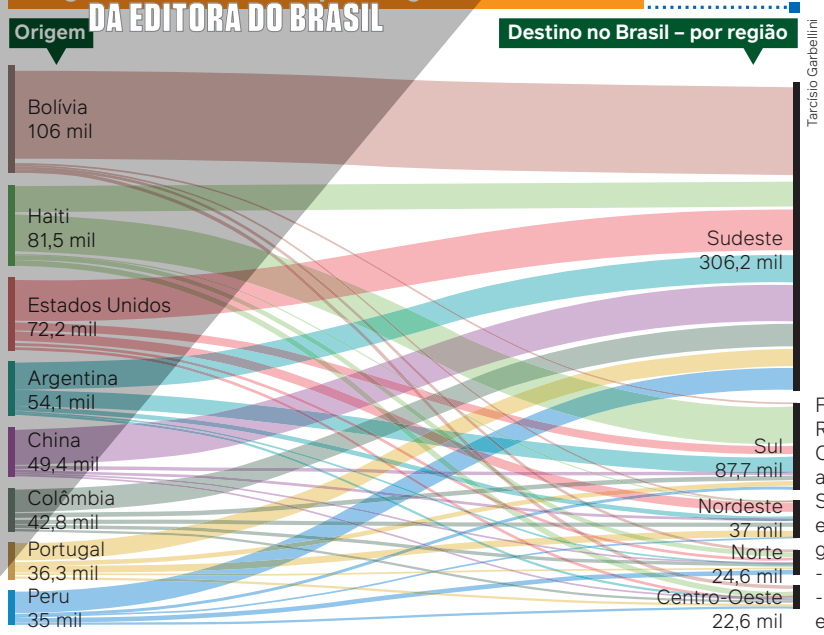


Fontes: COOK, L. Entenda as diferenças entre as crises migratórias [...]. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 maio 2015. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/05/1631851-entenda-as-diferencas-entre-as-crises-migratorias-na-europa-e-na-asia.shtml; AVELAR, D.; BALBINO, L. Saiba quais são os principais conflitos [...]. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 3 set. 2015. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/09/1676793-saiba-quais-sao-os-conflitos-que-alimentam-a-crise-de-refugiados-na-europa.shtml. Acessos em: 21 jul. 2020.

7. Relacione a nacionalidade dos imigrantes com as regiões de destino no Brasil. Pesquise os fatores de saída e de atração de um grupo de imigrantes considerando as informações obtidas ao longo dos percursos estudados.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Origem e destino dos que imigraram ao Brasil



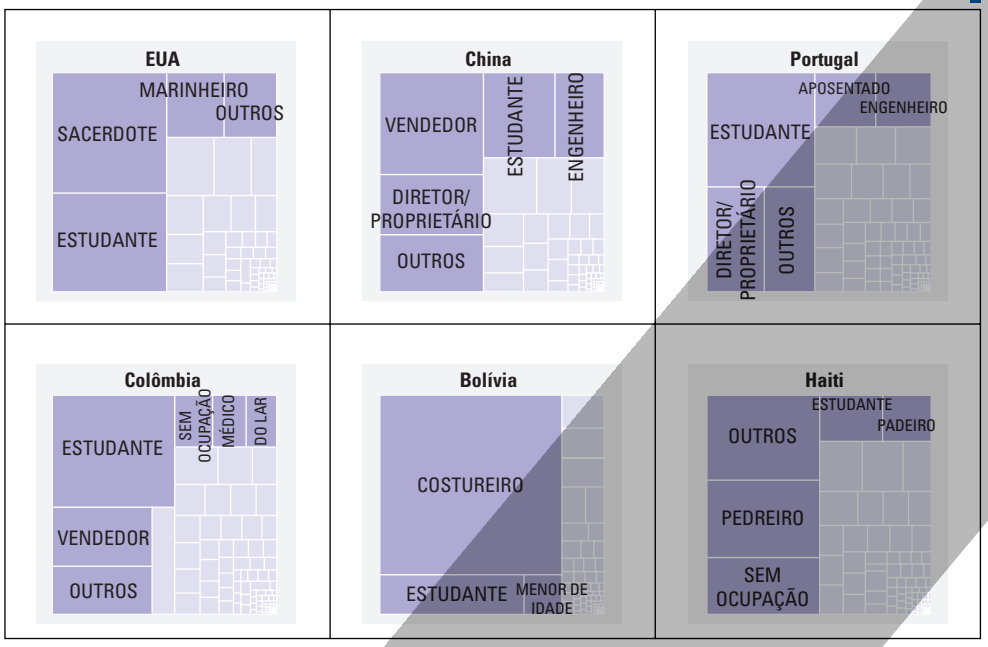
Tarcísio Garbellini

Fonte: MIRAGLIA, Paula; ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. O fluxo de imigração ao Brasil desde a chegada dos portugueses. *Nexo*, São Paulo, 11 jun. 2018. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/06/11/O-fluxo-de-imigração-ao-Brasil-desde-a-chegada-dos-portugueses. Acesso em: 7 jul. 2020.

8. Após analisar os gráficos a seguir, compare as profissões que os imigrantes exercem no Brasil. Relacione a profissão com a condição social e com os fatores que levaram os imigrantes a ingressar no território brasileiro.

Condição dos imigrantes quando chegaram ao Brasil

Tarcisio Garbellini



Fonte: MIRAGLIA, Paula; ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. O fluxo de imigração ao Brasil desde a chegada dos portugueses. *Nexo*, São Paulo, 11 jun. 2018. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/06/11/O-fluxo-de-imigração-ao-Brasil-desde-a-chegada-dos-portugueses. Acesso em: 7 jul. 2020.

9. Analise os pontos destacados a seguir da Lei de Migração (Lei nº 13.445), Seção II (Dos princípios e garantias), promulgada no Brasil em 2017.

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;

II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; [...]

VI - acolhida humanitária;

VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;

IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; [...]

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; [...]

XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante; [...]

XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante;

XIX - proteção ao brasileiro no exterior; [...]

XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e

XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas.

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: [...]

II - direito à liberdade de circulação em território nacional; [...]

V - direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável; [...]

X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

BRASIL. *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 7 jul. 2020.

a) Selecione cinco pontos da Lei de Migração brasileira que você considera importantes.

b) Essa lei é condizente com a ideia de cidadania global? Explique.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

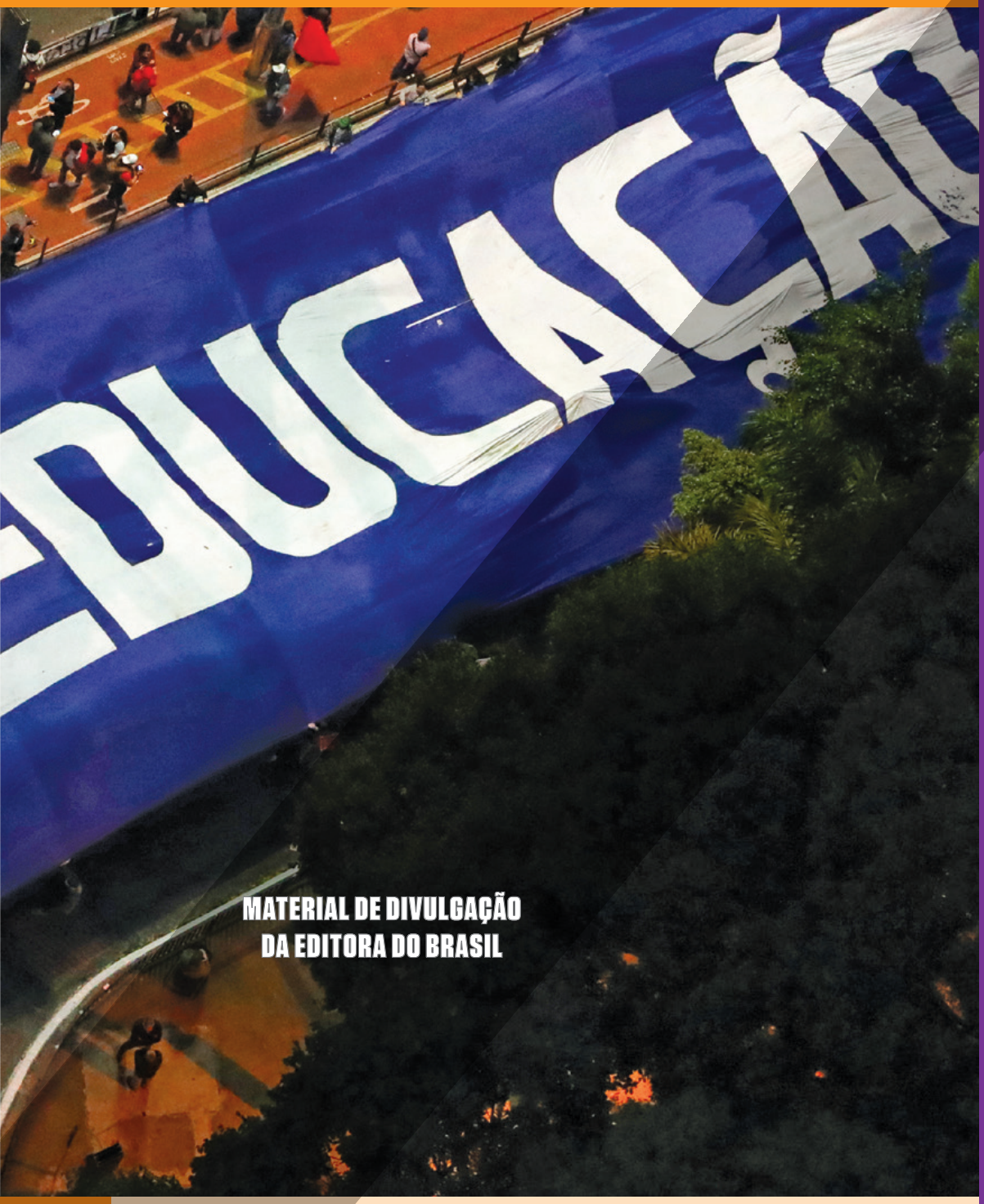
UNIDADE 2



Amanda Perobelli/Reuters/Fotoarena

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

POLÍTICA PARA QUÊ?



Jovens protestam contra o corte no orçamento da educação. São Paulo (SP), 2019.

1. Em sua opinião, os jovens da imagem estão se posicionando politicamente?
2. Como participar de ações políticas e transformar sua escola?
3. Você faz parte de algum movimento que busque transformar o lugar ou a região em que vive?

Na BNCC

Nesta unidade você vai trabalhar as competências gerais 1, 2, 5 e 7, as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2, 3, 4, 5 e 6 e as habilidades EM13CHS203, EM13CHS204, EM13CHS205, EM13CHS304, EM13CHS403, EM13CHS501, EM13CHS502, EM13CHS602.

A política e as diferentes perspectivas

A política está relacionada à disputa de ideias e projetos para se alcançar objetivos. Contudo, a construção política em um território ocorre por meio de lutas sociais. O objetivo desta unidade é estudar esses processos de formação.

A imagem de abertura propõe uma primeira análise das demandas e dos significados da ocupação de vias públicas por jovens; eles reivindicavam que a verba destinada à educação não fosse cortada. A ação do governo federal naquele período alegava a necessidade de um contingenciamento nas verbas para a educação, um congelamento temporário dos gastos, que seriam redistribuídos assim que as mudanças e as ações defendidas pelo Ministério da Educação fossem implementadas.

Grupos de estudantes como os da fotografia, entidades da educação, entre outros sujeitos sociais, entenderam que o corte de verbas na área da educação prejudicaria o ensino público e o governo deveria reverter essa medida.

É necessário compreender que não existe visão uniforme em política, ela é uma disputa de diferentes perspectivas. Isso significa que no estudo das ações e dos protestos políticos deve-se aprofundar a pesquisa, identificar diferentes pontos de vista, escutar e falar, sempre considerando o respeito e o debate de ideias, que devem prevalecer em um regime democrático.

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 assegura direitos e garantias fundamentais, como no **inciso** IX:

> "É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;"

GLOSSÁRIO

Inciso: em uma constituição, o inciso é o desdobramento ou detalhamento de um parágrafo ou artigo.

Esse artigo e inciso são cláusula pétrea, ou seja, não podem ser alterados por garantirem os direitos individuais. A Constituição de 1988 é fruto de um longo processo de organização da sociedade civil brasileira para abertura e redemocratização. Por isso, é comum ocorrerem manifestações e protestos pelo direito à educação, à liberdade de expressão, entre outras garantias previstas no documento. O direito à liberdade de expressão, porém, não é adquirido [illegible] mobilizações que viabilizam e constroem mecanismos para ampliar e aprofundar a garantia e a pluralidade de vozes nas democracias. Contudo, assegurar tal pluralidade não significa legitimar vozes que defendem abertamente ações consideradas ofensivas às garantias individuais e aos direitos humanos. É preciso, portanto, pensar nos limites ou no que é de fato liberdade de expressão em Estados signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como o Brasil.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Quando o princípio da liberdade de expressão se choca com outros direitos fundamentais, significa que a liberdade não é absoluta, ou seja, outros direitos precisam ser garantidos, os quais são igualmente resguardados pela Constituição. Sobre esse assunto, o filósofo e cientista político Norberto Bobbio afirma que:

> Na maioria das situações em que está em causa um direito do homem, ao contrário, ocorre que dois direitos igualmente fundamentais se enfrentem, e não se pode proteger incondicionalmente um deles sem tornar o outro inoperante. [...] E, dado que é sempre uma questão de opinião estabelecer qual o ponto em que um termina e o outro começa, a delimitação do âmbito de um direito fundamental do homem é extremamente variável e não pode ser estabelecida de uma vez por todas.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 7. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 24. Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf. Acesso em: 9 jul. 2020.

Com essa perspectiva, é importante debater sobre o limite da liberdade de expressão quando confronta outros direitos fundamentais. No Brasil e no mundo, muitas pessoas e grupos defendem temas que são considerados crimes contra a humanidade, como tortura e intervenção militar, entre outros exemplos que fazem parte do debate público da atualidade e envolvem o limite da liberdade de expressão.

Suamy Beydoun/Agif/Folhapress



Familiares e amigos de torturados e desaparecidos se reuniram nas dependências do antigo DOI-Codi, no 6º Ato Unificado Ditadura Nunca Mais. São Paulo (SP), 2019.

Sergio LIMA/AFP



Manifestante segura uma placa exigindo intervenção militar (AI-5) durante uma carreata contra medidas de quarentena e distanciamento social impostas por governadores e prefeitos para combater o surto de covid-19. Brasília (DF), 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Na primeira [illegible] voz e expressão de quem combate e questiona [illegible] relacionada à liberdade de expressão. O direito à livre manifestação é parte da cláusula pétrea do artigo 5º da Constituição; no inciso III constam esses fragmentos: "ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;" e "ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes".

> **A legislação brasileira e a internacional consideram a tortura um crime imprescritível [...].**

A legislação brasileira e a internacional consideram a tortura um crime imprescritível, ou seja, que nunca pode ser perdoado ou deixado de ser julgado, uma vez que viola gravemente a dignidade humana.

1. De acordo com a legislação brasileira e internacional e a referência bibliográfica de Norberto Bobbio, a primeira imagem pode ser considerada um caso de liberdade de expressão? Justifique a resposta.
2. Manifestações que pedem a reimplantação do AI-5 – aprovado em 13 de dezembro de 1968 no contexto do regime militar e que levou aos "Anos de Chumbo" –, como a sugerida na segunda fotografia, devem ser percebidas como "liberdade de expressão" ou crime contra a ordem democrática? Com a mediação do professor, reflita sobre essa questão com mais dois ou três colegas e, em seguida, compartilhe as conclusões com os demais estudantes.

PERCURSO 3

O protagonismo da juventude na redemocratização do Brasil

GLOSSÁRIO

Resiliência: no texto, refere-se à capacidade de uma pessoa ou um grupo social em lidar com os próprios problemas, vencer obstáculos e não ceder à pressão, seja qual for a situação.

Iniciamos o estudo discorrendo sobre o protagonismo da juventude em pautas políticas que atingem diretamente seus interesses. Refletimos também sobre os avanços na Carta Constitucional de 1988, ainda em vigor, que defende valores centrais para a democracia, como a liberdade de expressão e seus limites; e sobre a tarefa de conciliar liberdades e avanços em um país com inúmeros desafios como o Brasil.

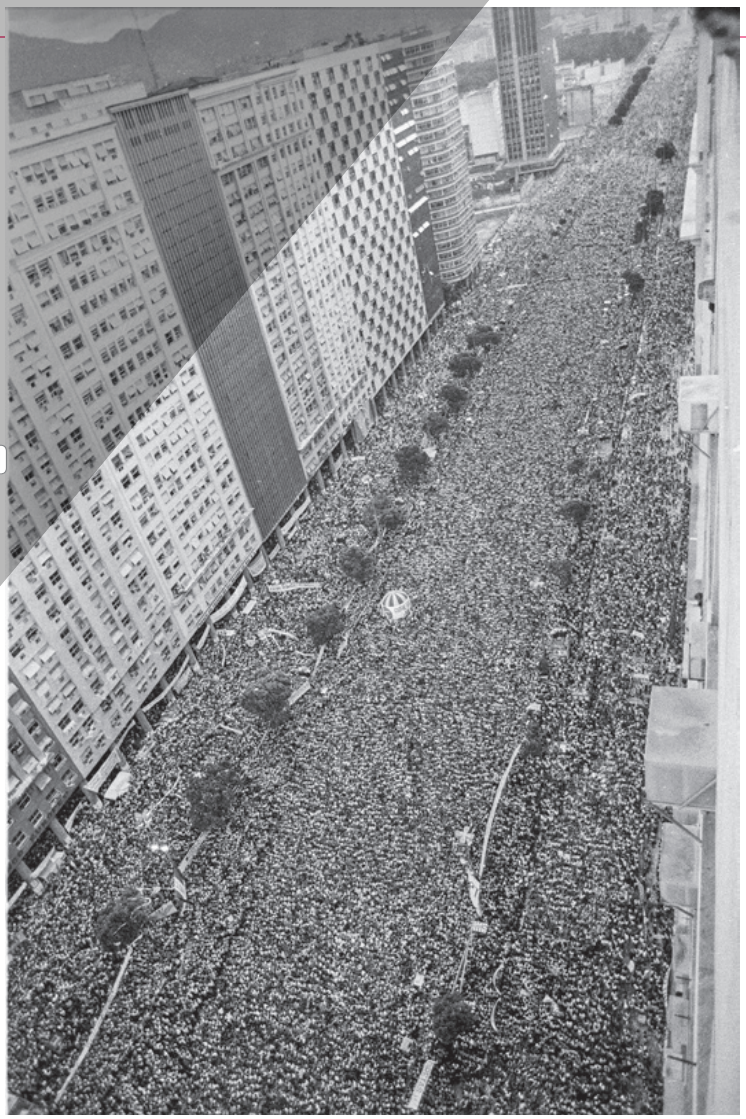
A conquista da cidadania plena sempre resultou da **resiliência** e da capacidade de mobilização da sociedade civil, sobretudo quando regimes colocam em risco os direitos naturais das pessoas, como a ditadura civil-militar implantada no Brasil em 1964. Esses direitos foram formulados no ideário iluminista, em meados do século XVIII, dentre os quais estão o direito à vida e à liberdade individual. A imagem a seguir exemplifica os anseios de grande parte da sociedade brasileira, sua resistência e o protagonismo das multidões após 20 anos desse regime.

Análise

A luta pela democracia

Essa fotografia de 10 de abril de 1984 revela o contexto histórico que tomou conta do país no início daquele ano, quando a população brasileira, sobretudo nas grandes cidades, se mobilizou a favor da campanha denominada Diretas Já!. O registro destaca uma multidão estimada em 1 milhão de pessoas na Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro, na época a maior concentração de um dos maiores comícios da campanha por eleições diretas à Presidência da República e pela rejeição ao regime implantado em 1964.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL



Luiz Carlos David/Tyba

Manifestação durante a campanha das Diretas Já. Rio de Janeiro (RJ), 1984.

1. O que a fotografia de 10 de abril de 1984 revela sobre a capacidade de mobilização de uma sociedade?
2. Por que podemos afirmar que esse registro fotográfico traduz a ideia de que república – em latim, *res publica* – de fato significa "coisa pública"?
3. No contexto em que o registro fotográfico foi feito, a sociedade civil organizada estava exercendo seu papel republicano? Que objetivo ela queria atingir?
4. A fotografia se refere especificamente a qual processo histórico? Utilize a legenda e os elementos da imagem para fundamentar sua resposta.
5. Pelo que se pode depreender da leitura dessa fonte iconográfica, manifestações populares como essa revelam que, naquela oportunidade, o regime ditatorial militar contava com o apoio de amplos setores da sociedade? Justifique sua resposta valendo-se das informações da legenda e de elementos da própria imagem.

Ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, movimentos sociais de diversas naturezas mostraram contradições no modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro e em sua estrutura produtiva. Foi também nesse período que se consolidaram o capitalismo no país e a sociedade urbano-industrial. No entanto, a modernização decorrente dessa nova dinâmica acentuou as disparidades regionais e socioeconômicas, e não foi viabilizada a inserção efetiva de gerações de brasileiros nos quadros mais amplos da modernidade capitalista.

Por outro lado, destacou-se a falta de políticas públicas que corrigissem as distorções desse modelo que foi capaz de gerar grandes riquezas – a economia brasileira está entre as 10 maiores do mundo –, mas também concentrá-la em benefício de poucos: o 1% mais rico do Brasil concentra 28,3% da renda total do país, conforme dados de 2019 do **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)**.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud): agência da ONU que desenvolve propostas para fomentar o crescimento econômico, além de pesquisas sociais, a exemplo da distribuição de renda e do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

É de fundamental importância compreender que essas distorções socioeconômicas decorrem, em grande parte, de problemas estruturais historicamente construídos e agravados desde os longínquos tempos da independência, ou seja, há cerca de duzentos anos.

De fato, no contexto da construção do Estado brasileiro que se seguiu à emancipação política – e ao longo de todo o século XIX – a permanência da escravidão, a consolidação da estrutura latifundiária, a ausência de políticas institucionais que viabilizassem o acesso da maioria da população às terras públicas, além do sufrágio censitário estabelecido pela Constituição de 1824, que excluía do direito de voto aqueles que não possuíam determinada renda, são indicadores seguros de que o país que se construído não contemplava milhões de brasileiros.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A República do Brasil, iniciada em 1889, trouxe a ideia de "ordem e progresso" associada ao paradigma de que, finalmente, a modernização seria implantada no país, mas pouco se fez para alterar as perversas distorções socioeconômicas. Ao contrário, as tentativas daqueles que foram deixados "para trás" – e que em diversos momentos se organizaram em movimentos sociais para tentar reverter essa realidade desde os primeiros anos do regime republicano – eram sempre duramente criminalizadas e reprimidas.

No contexto histórico da Primeira República (1889-1930), desde sua implantação evidenciou-se a incapacidade das elites políticas dirigentes – de maneira geral, comprometidas com a economia primário-exportadora fundamentada na grande propriedade agrícola – de reconhecer e conviver com o "outro", representado pelas camadas populares urbanas e rurais.

É dessa perspectiva que se deve compreender toda a série de **movimentos e lutas sociais** que eclodiu tanto nas áreas rurais quanto nos espaços urbanos. Eles eram invariavelmente classificados, não apenas pelas classes dirigentes, mas também por parte expressiva da imprensa, como representativos do atraso, da ignorância, do fanatismo e da aversão ao progresso e à civilização.

É importante considerar que a população pobre e rural, na época estimada em 70% do total dos habitantes do país, era vítima da opressão do latifúndio, vivia em precárias condições e não tinha qualquer assistência do Estado. Sem acesso à terra e dependente de empregos temporários e pessimamente remunerados, esse enorme contingente de brasileiros, humilhados e submetidos ao mandonismo local, gravitava na órbita dos coronéis.

As condições para a eclosão de revoltas sociais estavam, assim, definidas por uma estrutura socioeconômica injusta e historicamente construída em um país cujas autoridades sonhavam com a "modernidade", mas sempre se colocando de costas para o Brasil profundo, formado por uma população de sertanejos majoritariamente negra e mestiça, que subsistia nos grandes espaços rurais, invisível aos olhos daqueles que residiam nos centros urbanos.

As revoltas de Canudos (1893-1897) e do Contestado (1912-1916) e os movimentos sociais urbanos, como a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910), são representativos das formas de resistência que revelaram as fragilidades socioeconômicas do projeto republicano. A estes, ainda podem e devem ser acrescentadas as manifestações grevistas de um operariado em formação nos primeiros anos da República, que se traduziram, por exemplo, na greve geral de 1917, que parou São Paulo por cerca de um mês. Também nesse último caso, as reações da classe política invariavelmente eram de incompreensão em relação às demandas sociais da classe trabalhadora. Basta considerar a insensibilidade política do último presidente da chamada República Velha, Washington Luís (1926-1930), para quem, no Brasil, a questão social "era caso de polícia".

A respeito da Guerra de Canudos, registre-se que Euclides da Cunha (1866-1909) escreveu o livro *Os Sertões*, no qual abordou essa verdadeira guerra civil, que opôs os sertanejos do Belo Monte, depreciativamente conhecido como Canudos, às forças da "ordem e do progresso" representadas pelo Exército brasileiro. Publicada originalmente em 1902, à época em que a capital da República começava a viver seu projeto de se transformar numa espécie de "Paris dos Trópicos", a obra revelou um Brasil que a maioria das elites da época teimava em desconhecer.

No contexto histórico atual, o modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista implementado em nosso país tem "deixado para trás" parte expressiva dos jovens brasileiros, notadamente os que moram em favelas e periferias das grandes cidades. Esses jovens enfrentam, não raramente, precárias condições de sobrevivência que culminam em evasão escolar; dificuldade de acesso ao conhecimento diferenciado, condição essencial para superação da pobreza; empregos mal remunerados; subemprego e marginalização social. É uma realidade que compromete a cidadania e é um desapreço à própria democracia, percebida como incapaz de romper esse ciclo perverso.

Nesse contexto, as palavras do historiador francês Marc Bloch (1886-1944) ganham ainda maior sentido: "A incompreensão do presente nasce da ignorância do passado".

A afirmativa de Bloch serve como um "filtro" para que, no tempo presente, possamos ter uma visão mais crítica sobre alguns dos graves problemas sociais que permeiam a sociedade [illegible] à luz de referenciais históricos desde sua gênese.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Sociedade, participação política e "transições negociadas"

Há mais de 30 anos, desde a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil é um Estado Democrático de Direito, no qual estão garantidas as liberdades individuais e o respeito aos direitos humanos. De fato, um estudante da terceira década do século XXI que nasceu e cresceu numa sociedade democrática pode até pensar que essa realidade é algo "natural", ou seja, que sempre foi assim entre nós.

No entanto, essa normalidade democrática foi historicamente construída e resultou da resistência, mobilização e protagonismo de amplos segmentos da sociedade brasileira, com a efetiva participação da juventude em diversos momentos, muitas vezes adversos, nos quais essas mesmas liberdades, atualmente garantidas, foram suprimidas.

Ao longo de mais de 130 anos de história republicana, dois regimes ditatoriais foram implantados no Brasil: em 1937, com a imposição do Estado Novo, sob a liderança de Getúlio Vargas; e em 1964, quando por meio de um golpe civil-militar contra o presidente João Goulart foi implantada a ditadura civil-militar, que se estendeu por 21 anos. Em ambas experiências, ações como

o fechamento do Congresso Nacional, intimidação do poder Judiciário e da imprensa e outras práticas de intolerância e censura foram constantes, além de perseguição, tortura e assassinato de opositores, muitos deles oriundos do movimento estudantil.



Alfredo Rizzutti/Estadão Conteúdo

Populares fazem passeata em favor das Diretas Já, movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil. São Paulo (SP), 1984.

Pode-se constatar o protagonismo dos jovens carregando uma faixa com letra da canção de Chico Buarque *Apesar de você*, de 1970, que se tornou um hino, cantado por aqueles que participavam das manifestações de protesto. O verso "Amanhã vai ser outro dia" revela a consciência de que o processo histórico é dinâmico, está em permanente transformação, além de enorme confiança e otimismo de que um dia a ditadura chegaria ao fim.

1. Considerando o contexto histórico atual, em sua opinião, há motivos para mobilização e protagonismo dos jovens com o objetivo de exigir políticas públicas que contemplem suas reivindicações?
2. Cerca de 50 anos depois, a mensagem da canção de Chico Buarque, com seu claro sentido de enfrentamento e expressão da vontade popular, ainda pode ser considerada atual? Se possível, ouça a canção antes de responder.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Ao mesmo tempo, o país também protagonizou duas transições das experiências autoritárias e ditatoriais para regimes democrático-liberais, e ambas, sob vários aspectos, foram bastante similares.

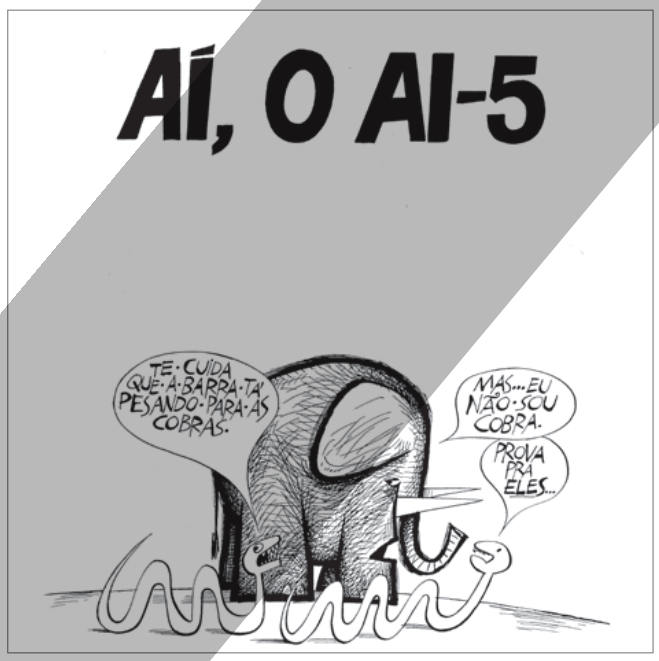
Os sinais de esgotamento do Estado Novo getulista tornaram-se visíveis não apenas por pressões internas, decorrentes da rearticulação da sociedade civil, mas também externas, resultantes do alinhamento do Brasil com os Aliados na Segunda Guerra Mundial.

As contradições se avolumaram em função da participação brasileira na guerra, inclusive com envio de tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que participaram de operações militares na Itália, o que intensificou a oposição de grupos internos à continuidade do Estado Novo. Afinal, como se posicionar no *front* externo em favor da democracia e das liberdades individuais e manter um regime ditatorial interno que suprimia essas mesmas liberdades e encarcerava adversários políticos?

Naquele momento, as próprias lideranças estadonovistas, com Vargas à frente, perceberam que a continuidade do regime ditatorial se tornara inviável e tomaram a iniciativa de levar adiante uma "transição democrática", sem maiores traumas, tomando para si parte da tarefa de eliminar os resquícios do regime que eles próprios haviam implantado e legitimado. Não surpreende que ao fim do processo, apesar da deposição de Vargas em outubro de 1945, o primeiro presidente

a ser eleito de acordo com as novas regras democráticas tenha sido o general Eurico Gaspar Dutra, que havia sido ministro da Guerra e apoiador fervoroso da própria ditadura, sustentado pelo PSD, partido político da época, criado pelo próprio Vargas, que, diga-se de passagem, voltaria ao poder pelo voto popular em 1951.

Ainda que com pequenas variações, o fenômeno se repetiu no contexto da transição da ditadura civil-militar para a Nova República, quando boa parte das elites políticas que respaldaram e legitimaram os **Anos de Chumbo** se colocaram à frente das negociações que conduziriam à democracia. A charge ao lado foi feita pelo cartunista, chargista, jornalista e escritor Ziraldo. Após a leitura atenta, ela o ajuda a compreender o que o AI-5 representou para o país?



© Ziraldo

Ziraldo revela, de forma satírica, o significado do AI-5, imposto ao país em 13 de dezembro de 1968 e que deu início aos Anos de Chumbo.

Anos de Chumbo: designa períodos autoritários ocorridos em vários países e em diversos contextos históricos. O nome se popularizou após a estreia do filme *Die Bleierne Zeit* (em português, "tempos de chumbo"), em 1981, da cineasta alemã Margarethe Von Trotta. No Brasil, a expressão tornou-se comum para designar os anos em que o regime civil-militar [illegible] com mais brutalidade, quando implantou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, que proibiu qualquer forma de oposição e intensificou a perseguição e a repressão sistemática aos opositores, valendo-se de prisões arbitrárias, tortura, desaparecimento e assassinato de adversários políticos.

Milagre econômico: expressão utilizada para designar o período compreendido entre 1969 e 1973, em que a economia brasileira apresentou altas taxas de crescimento.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Naquela época, as articulações políticas eram concessões mútuas entre a classe política e o estamento militar à medida que se intensificava o esgotamento do modelo econômico implementado pelos tecnocratas que apoiaram a ditadura civil-militar, ancorado no arrocho salarial e na dependência de empréstimos externos.

Com as crises do petróleo na década de 1970 que agravaram a economia global, as taxas de juros cobradas pelo mercado financeiro internacional aumentaram exponencialmente. Isso comprometeu o balanço de pagamentos do país, que se tornou cada vez mais deficitário, e dificultou a obtenção de novos empréstimos externos que em grande parte haviam sustentado o "**milagre econômico**". Esse novo quadro foi acompanhado de baixas taxas de crescimento e do aumento da inflação que impactou negativamente a renda da maioria dos brasileiros, inclusive dos que apoiaram e se beneficiaram do regime implantado em 1964, como certos estratos da classe média.

Paralelamente, intensificaram-se as demandas internas a favor de um processo de reabertura política, ainda que "lenta, segura e gradual", como exigiam os militares. À pressão interna somaram-se pressões externas, sobretudo dos Estados Unidos, que, durante a presidência Jimmy Carter (1977-1981), passaram a condenar o desrespeito aos direitos humanos, as prisões arbitrárias, as torturas, os desaparecimentos e assassinatos de opositores político-ideológicos que, até então, eram a regra.

Todas essas questões fizeram com que os próprios detentores do poder – com algumas divergências entre militares favoráveis à distensão controlada e os adeptos da "linha dura", que defendiam maior endurecimento do regime – tomassem a iniciativa de fazer uma "transição por cima" e, repetindo 1945, sem traumas. Foi um processo coordenado e controlado pelo próprio governo militar sob o comando dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo

(1979-1985), garantia de que a transição para a democracia não seria acompanhada de possíveis "revanchismos" ou acerto de contas, com julgamento e criminalização dos agentes que operacionalizaram os anos mais sangrentos do regime militar.

No contexto da chamada "abertura política", emergiu um forte movimento da sociedade civil organizada e de várias instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre outras, que, em oposição ao regime militar, definiram como tema prioritário a anistia, que contemplasse os presos políticos e os que haviam sido exilados.

No entanto, a Lei da Anistia, aprovada em 1979, causou inúmeras polêmicas. Por pressão dos militares e de parte da classe política, entendeu-se que os chamados "**crimes conexos**", isto é, aqueles que haviam sido cometidos pelos próprios agentes do Estado, também deveriam ser anistiados. Assim, todos aqueles que violaram os direitos humanos, operacionalizaram prisões arbitrárias, torturaram presos políticos e, eventualmente, foram responsáveis pelo "desaparecimento" e assassinato de opositores foram anistiados, ou seja, não tiveram de responder judicialmente pelos crimes cometidos. Repetiu-se, portanto, o que havia ocorrido em nossa primeira transição democrática, em 1945, quando os agentes do Estado que violaram direitos humanos durante a ditadura estadonovista não foram obrigados a responder pelas arbitrariedades cometidas.

Nos dois casos, o país caminhou no sentido de não "acertar as contas com o passado" e optou pela reconciliação, não pela justiça, imaginando que esse seria o melhor caminho para sepultar um passado nebuloso.

Crimes conexos: expressão utilizada para designar crimes ou delitos relacionados diretamente com outros que teriam sido praticados, ou seja, haveria uma relação de causa e efeito entre eles. Esse conceito específico do Direito Penal foi utilizado para justificar uma condição política que permaneceu durante todo o tempo da redemocratização, mesmo considerando-se que milhares de jovens foram torturados e tiveram seu protagonismo juvenil cerceado por torturadores beneficiados pela Lei da Anistia.

1. Reúna-se com um colega e, juntos, com a mediação do professor, discutam os prós e os contras da "reconciliação". Em seguida, compartilhem as conclusões com a turma.

Vozes

Nascida em São Paulo, a assistente social, advogada e ativista de direitos humanos Therezinha Zerbini era casada com um general que foi cassado pelo AI-1 (de 1964), que autorizou o [illegible] das pessoas que supostamente atentariam à segurança nacional. Therezinha e o marido não se intimidaram e passaram a ajudar, dentro de suas possibilidades, os perseguidos políticos. Esse posicionamento tornou-se insustentável a partir do AI-5, que a levou à prisão em 1970. Foi durante a temporada na cadeia que, incomunicável, pensou seriamente num movimento a favor da anistia política.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL


Bruno Poletti/Folhapress

Therezinha Zerbini. São Paulo (SP), 2014.

A partir de 1975, começou a viabilizar o sonho ao criar o Movimento Feminino pela Anistia, numa época em que todo ativismo político era seriamente perseguido. Sua ousadia estava alicerçada na ideia de que um movimento de mulheres, mães e donas de casa não seria percebido pelos generais no poder como ameaça à truculência do regime. O movimento rapidamente se estendeu a outros estados do país oxigenando várias organizações que questionavam a ditadura, atraiu milhares de mulheres e inspirou um novo modelo de "fazer política".

No entanto, a repressão dos órgãos de segurança, como o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), era constante, com espancamento dos manifestantes que, mesmo assim, inspirados pelo exemplo de Therezinha, continuavam gritando: "Anistia ampla, geral e irrestrita!".

Com essas palavras, Therezinha Zerbini justificou sua resistência e engajamento na luta a favor da anistia, que deveria ser "ampla, geral e irrestrita", mas não se estendesse àqueles que haviam cometido crimes imprescritíveis, isto é, contra a humanidade.

Chamada de "dama da Anistia", ela foi uma das pessoas responsáveis para o reencontro do país com a democracia. Em maio de 2014, com 86 anos, Therezinha Zerbini foi homenageada pela Prefeitura de São Paulo em reconhecimento por sua luta contra a ditadura civil-militar.

Após a aprovação da Lei da Anistia, acelerou-se a mobilização de amplos setores da sociedade civil, da intelectualidade, do movimento estudantil e de segmentos da classe política a favor da volta à normalidade democrática.

Foi extinto o bipartidarismo, um dos "entulhos autoritários" implantado logo após o golpe de 1964. A reorganização da vida partidária fez com que a Aliança Renovadora Democrática (Arena), partido que deu sustentação e legitimação política ao regime militar, originasse o PDS, que, posteriormente, em função de disputas internas se diluiu, levando alguns dos membros a fundarem o PFL, matriz do atual DEM.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de "oposição consentida" e sempre exercida dentro de estreitos limites, se fragmentou, originando várias agremiações: PP, PMDB, PTB, PDT etc. Paralelamente, em fevereiro de 1980, foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), oriundo do movimento sindical particularmente significativo na região do ABC paulista.

Em 1984, uma grande onda cívica tomou conta do país. Impulsionada por vários segmentos da sociedade, ela mobilizou parte expressiva da classe política, dos empresários, dos profissionais liberais, dos intelectuais, das donas de casa, dos grupos religiosos de várias orientações e dos jovens, muitos jovens, que encheram as ruas de nossas principais cidades para deixar claro que não toleravam mais a continuidade do regime militar. O objetivo era um só: o sucessor do último general-presidente não deveria ser escolhido pela via indireta, como acontecia havia 20 anos, mas sim pelo voto popular. Na oportunidade, o protagonismo juvenil se destacou e, por meio de associações estudantis que a representavam, como a UBES e a UNE, também a juventude sonhou com outro Brasil, que deveria ser, essencialmente, democrático.

A Democracia Corinthiana

Para surpresa de muitos que acreditavam que futebol e política não deviam se misturar, surgiu a Democracia Corinthiana, um movimento liderado por jogadores mais politizados do Corinthians, com destaque para Sócrates, Casagrande, Wladimir, Zenon, dentre outros, e dirigentes do próprio clube, como o sociólogo Adilson Monteiro Alves.



Fotocalco/Abril Comunicações

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Na fotografia, o jogador Sócrates (1954-2011) estimulando o voto nas eleições para governadores estaduais em 15 de novembro de 1982, após esse direito ter sido suprimido no início do regime militar. Acreditava-se que quanto mais gente fosse às urnas, mais votos iriam para a oposição. São Paulo (SP).

No primeiro momento, definiu-se que todas as decisões tomadas pelo clube, na área do futebol, deveriam ser democraticamente discutidas considerando os pareceres de atletas, equipes de apoio e dirigentes, todos com direito a um voto, fosse roupeiro, diretor ou craque consagrado do time. Todos, igualitariamente, tinham o mesmo poder decisório, o que se convencionou denominar de "Democracia Corinthiana", expressão criada pelo publicitário, também corinthiano, Washington Olivetto.

Os jogadores do time, que tem forte apelo popular e desfruta de grande visibilidade, pela primeira vez na história do Brasil passaram a entrar em campo vestindo camisas estampadas com frases contrárias ao regime militar, como "Dia 15, vote", "Diretas Já!", "Eu quero votar

pra presidente", iniciando uma ação política que contagiou a torcida e alguns segmentos da mídia esportiva. O bicampeonato paulista (1982-1983) e participações expressivas no Campeonato Brasileiro deram maior visibilidade a esse movimento, que não podia ser combatido pela ditadura civil-militar. Afinal, como prender o time ou toda a torcida do Corinthians?

Um aspecto importante tanto no contexto das Diretas Já como na Democracia Corinthiana foi o protagonismo juvenil decisivo: os jovens participantes eram secundaristas, universitários e artistas; as lideranças das pastorais juvenis da Igreja Católica participaram desses movimentos assim como os membros de torcidas organizadas e a maior parte dos jogadores do próprio Corinthians.

Parte expressiva do Congresso Nacional ainda era composta por políticos temerosos de uma reação negativa dos militares, caso o Poder Legislativo aprovasse o retorno imediato das eleições diretas. Por essa razão, a emenda proposta pelo deputado Dante de Oliveira foi rejeitada, embora por pequena diferença de votos. Assim, ficou evidente que os militares, antes de retornar aos quartéis, pretendiam ter protagonismo, mesmo no contexto da transição democrática, e influenciar a escolha de quem substituiria o último governante do ciclo militar, o general Figueiredo, cuja gestão iniciou-se em 1979 e se encerrou em março de 1985.



JORNAL DO BRASIL

JORNAL DO BRASIL LTDA. 1984 — Rio de Janeiro — Quinta-feira, 26 de abril de 1984 — Ano XCIV — Nº 18 — Preço: Cr$ 300,00

298 sim — 65 não — 113 ausentes

CONGRESSO REJEITA DIRETAS

Brasília/J. França

TEMPO

ENCOBERTO ocasio-almente nublado, ain-la sujeito a chuvas iso-adas. Temperatura em igeiro declínio. A foto lo satélite e o tempo so nundo estão na pag. 18.

INTERNACIONAL

REBELIÃO dos domi-icanos entra no ter-

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

PÁG. 43 JORNAL DO BRASIL SÉCULO DE HISTÓRIA

Arquivo/CPDoc JB

A manchete do *Jornal do Brasil* de 26 de abril de 1984 frustrou a sociedade brasileira ao noticiar o placar da votação realizada no dia anterior pela Câmara dos Deputados: faltaram 22 votos para a aprovação das eleições diretas. Por ser uma emenda constitucional, eram necessários 320 votos "sim", ou seja, deveria ser aprovada por dois terços da Câmara, na época composta de 480 deputados.

Ficou definido, portanto, que a eleição presidencial a ser realizada em 15 de janeiro de 1985 seria indireta, ou seja, a escolha caberia a um Colégio Eleitoral formado pelo Congresso Nacional e por delegados das Assembleias Legislativas Estaduais. Nesse momento, consolidou-se uma aliança de grupos oposicionistas sob a liderança de Tancredo Neves, ex-governador de Minas Gerais. A aliança era formada pelos partidos egressos do antigo MDB (PP, PMDB etc.) e por dissidentes do PDS, originados da antiga Arena – que apoiara integralmente a ditadura civil-militar. Essa aliança teve o direito de indicar o candidato a vice-presidente, José Sarney, político tradicional cuja carreira se desenvolvera à sombra do regime militar.

Apesar de não ter sido escolhida diretamente pelo povo, a vitória da chapa Tancredo/Sarney sinalizou o encerramento do longo ciclo militar inaugurado com o golpe civil-militar de 1964, ocasionando um momento de euforia pela eleição de um presidente civil.

Análise

A constituição cidadã

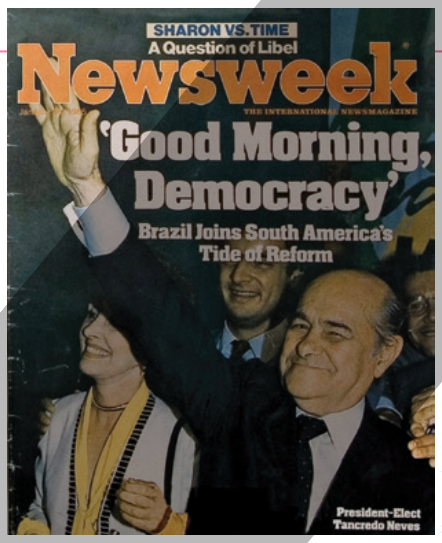
Rojões, samba, Hino Nacional; é o desabafo

Às 11h34 deste 15 de janeiro explode o grito parado no ar durante 21 anos [...]. A multidão se abraça e chora, ergue os braços e pula, rompe os cordões de isolamento, atravessa as rampas proibidas e escala a cúpula do Senado, agitando faixas e bandeiras.

Trio elétrico, bumba meu boi, charanga do Atlético Mineiro, frevo e maracatu, bandeiras do Brasil, do Corinthians, dos partidos comunistas, do PMDB, do Flamengo, gente moça e velha, de terno ou de calção, cantando e dançando, um homem grita: A liberdade chegou [...].

Um último susto: o carro de bombeiros liga a sirene, mas é só para poder levar uma jovem que desmaiou de alegria, primeira vítima da democracia nascente.

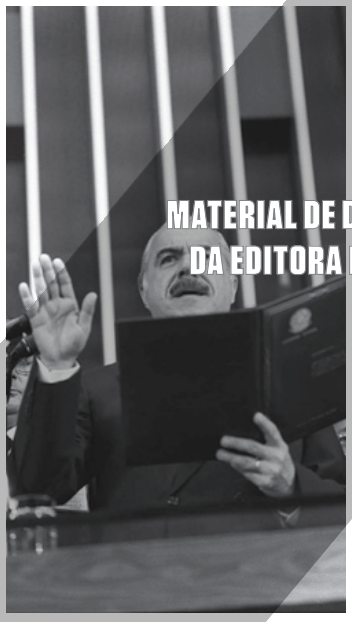
KOTSCHO, Ricardo. Rojões, samba, Hino Nacional; é o desabafo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 jan. 1985.



Newsweek

A revista estadunidense *Newsweek* repercutiu positivamente a volta à normalidade democrática no Brasil, exaltando a eleição de Tancredo Neves, ainda que por voto indireto, com o título "Bom dia, Democracia – Brasil se junta à maré de reforma da América do Sul".

1. Com base no texto, pode-se afirmar que em 1985 a população estava farta do regime militar? Justifique sua resposta.
2. Considerando os diferentes grupos participantes e os símbolos utilizados, é possível dizer que a insatisfação com a ditadura civil-militar estava apenas relacionada aos meios políticos tradicionais? Explique.



Tadashi Nakagomi/Folhapress

Com a mão direita levantada, José Sarney lê o juramento constitucional e toma posse, primeiro como vice-presidente da República e, em seguida, como presidente – em virtude do impedimento do presidente eleito Tancredo Neves, hospitalizado. Brasília (DF), 15 mar. 1985.

Uma "Nova República"?

Entre a votação no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985 e a posse, programada para 15 de março de 1985, o presidente eleito enfrentou sérios problemas de saúde, o que inviabilizou sua chegada ao poder. O vice José Sarney, ainda que interinamente, assumiu a presidência enquanto Tancredo Neves estava internado. No entanto, a morte de Tancredo em 21 de abril sinalizou que a transição para a Nova República, democrática e liberal, seria conduzida por alguém que apoiara a ditadura civil-militar, mais um indicador da fragilidade da jovem democracia brasileira.

A transição para o regime democrático-liberal trouxe a necessidade de eliminar uma legislação antidemocrática construída nos tempos ditatoriais. Em linhas gerais, esse processo implicou as medidas a seguir.

- Eleição de um novo Congresso Nacional (realizada em 15 de novembro de 1986), que teria também as funções de uma Assembleia Nacional Constituinte, a quem caberia a promulgação de uma nova Constituição.
- Promulgação da **Constituição de 1988**, atualmente em vigor, que, pelos avanços sociais do texto orginalmente promulgado, ficou conhecida pela expressão "Constituição Cidadã".
- Avanço de pautas democratizantes importantes, como a extensão do direito de voto aos analfabetos.
- Maior protagonismo para os jovens, uma vez que pessoas com idade entre 16 e 18 anos passaram a ter direito de voto.
- Inauguração de uma verdadeira "democracia de massas" que garantiu a 51% dos brasileiros o direito de voto, um grande avanço se considerarmos que de acordo com a primeira Constituição republicana, de 1891, apenas 2,5% dos

brasileiros tinham direito a voto; e pela Constituição de 1946, o percentual de eleitores era de apenas 16% do total da população.

- Extensão aos trabalhadores rurais dos mesmos direitos trabalhistas historicamente garantidos aos trabalhadores urbanos.
- Garantia do direito de greve, de organização sindical e do seguro-desemprego, além da instituição de licença-maternidade de 120 dias.
- Restabelecimento de eleições diretas para o cargo de presidente da República, com um mandato de 5 anos, sem reeleição.

No entanto, é importante registrar as articulações do governo Sarney com setores conservadores do Congresso Nacional, que formavam um grupo parlamentar denominado Centrão. Em troca de apoio parlamentar ao presidente, esse grupo beneficiou-se de barganhas políticas que implicaram concessões do governo para canais de TV e emissoras de rádio, além de farta distribuição de cargos na máquina político-administrativa do Estado.

Graças à troca de favores, o presidente conseguiu que a Assembleia Constituinte, a quem coube a promulgação da Constituição democrática da Nova República, adotasse uma posição favorável ao mandato de cinco anos também para o presidente em exercício, adiando um ano, com essa manobra, as tão sonhadas eleições diretas para presidente.

Governo Sarney: "Plano Cruzado" e tentativa de estabilização econômica

O governo Sarney (1985-1989) foi marcado pela deterioração econômica, em grande parte devido ao fracasso do Plano Cruzado, mais uma tentativa de estabilização monetária. No saldo final de seu mandato havia recessão, desemprego em alta, corrosão no rendimento dos assalariados, degradação maior dos serviços públicos, perda de dinamismo da indústria nacional e agravamento dos problemas sociais.

O Plano Cruzado, que entre outras medidas tabelou o preço de produtos, serviços e alimentos, foi implantado em 28 de fevereiro de 1986, e teve êxito durante [illegible] meses. No entanto, durante sua vigência, como os preços não podiam ser majorados, as mercadorias sumiam das prateleiras dos supermercados, numa clara estratégia de produtores e lojistas para forçar o governo a liberar o aumento dos preços.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Arquivo/Estadão Conteúdo



Supermercado com prateleiras vazias. São Paulo (SP), 1986.

Questões dessa natureza causaram grande frustração e revelaram que a jovem democracia teria um longo percurso para a estabilização econômica e as conquistas sociais efetivas que melhorassem as condições de vida da maioria do povo brasileiro.

A Nova República nasceu sob a **égide** da Constituição de 1988, que muito prometeu em relação à construção da cidadania plena, mas a classe política que passou a atuar em seu nome entregou menos do que a sociedade imaginava. Os políticos não conseguiram superar a cultura secular de perfil patrimonialista que sempre favoreceu mecanismos antirrepublicanos, como o elevado nível de corrupção que permeia as relações entre as esferas pública e privada.

GLOSSÁRIO

Égide: o que protege; o que serve para amparar.

Governo Collor: pauta neoliberal e tentativa de estabilização econômica

Finalmente, em 1989, após 29 anos, a sociedade brasileira teve o direito de escolher por voto direto seu presidente, no que foi considerado uma grande festa cívica. Afinal, as últimas eleições presidenciais diretas haviam ocorrido em 1960. Pela primeira vez em nossa história, jovens de 16 anos, assim como os analfabetos, tiveram direito ao voto, conforme observou a cientista social Gabriela Schreiner:

> "Para adolescentes, é uma conquista, para o País é algo de que se orgulhar, sendo referência para outras nações" [...]. "É um exercício de cidadania que vai além do 'treino', como algumas pessoas costumam definir. É exercício pleno de cidadania, oportunidade para fazer-se representado/a e de poder esperar – e cobrar – respostas dentro desta representação" [...].

DESDE 1988: voto aos 16 anos é conquista da juventude. *In*: UBES. São Paulo, 2 de março de 2017. Disponível em: https://ubes.org.br/2017/desde-1988-voto-aos-16-anos-e-conquista-da-juventude/. Acesso em: 9 jul. 2020.

1. Por que a autora considera que participar das eleições é uma conquista para os adolescentes?
2. Que impacto, de acordo com a autora, esse direito poderia ter para a condição de cidadania dos adolescentes que decidem votar?
3. Você concorda com a posição da autora? Justifique.

Conforme previsto na Constituição, caso um candidato à Presidência não alcançasse 50% dos votos mais um, seria necessário um segundo turno de votação. E foi o que ocorreu nas eleições de 1989, o que é revelador da polarização ideológica entre esquerda e direita que já tomava conta do país.

Fernando Collor apresentou-se como o candidato da renovação, referendado pelos espectros políticos mais à direita, e contou com apoio da grande mídia, do sistema financeiro, do empresariado, do agronegócio, dos grupos conservadores e religiosos, além de ter ampla penetração nos segmentos de classe média e nos chamados "descamisados", grupos socialmente mais vulneráveis. Sua plataforma eleitoral mesclava promessas de modernização da economia, que seria alcançada [illegible] neoliberal como privatizações, abertura comercial e maior participação [illegible]a nacional. Tudo isso associado a uma pauta conservadora nos costumes e um forte *marketing* que o apresentava como candidato que iria romper com a política tradicional, engajado no combate à corrupção e que se autodefinia "caçador de marajás".

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Coleção particular



Coleção particular

No segundo turno, Collor enfrentou Luiz Inácio Lula da Silva, ex-líder operário, egresso do movimento sindical e um dos fundadores do PT, que contou com o apoio de alguns segmentos do empresariado, dos movimentos sociais, da classe trabalhadora sindicalizada, do movimento estudantil e da maioria da intelectualidade, além de setores dos grupos médios e urbanos.

No contexto da campanha eleitoral de 1989, Fernando Collor se apropriou das cores da bandeira nacional, o que deu à sua candidatura um forte viés patriótico que se contrapôs ao vermelho e à estrela do PT, cor e símbolo associados ao comunismo. Essa associação fez com que parte expressiva do empresariado e dos segmentos de classe média se assustasse diante de uma possível vitória da esquerda.

Análise

A disputa eleitoral de 1989

Leia a seguir um paralelo do segundo turno de 1989 entre Collor e Lula feito pela historiadora Lilia Schwarcz, utilizando como referencial o contexto político brasileiro no final de 2019.

Collor *versus* Lula

Numa época sem redes sociais, Collor construiu a imagem de um político renovado, jovem, bonito e atlético, sendo sempre fotografado em carros potentes, motos e até pilotando *jet-ski* com seus cabelos lisos ao vento. Ficou famoso por seus ternos bem cortados e gravatas fortes, apresentando-se como um candidato da burguesia e dos bem-postos, que estavam habituados aos privilégios e rituais do poder. Continuava sendo um "elegante desconhecido" para a maioria dos brasileiros que viram nele uma aposta pelo "novo", sem saber como ele era "velho" no mundo da política local.

Já Luiz Inácio Lula da Silva era nome tão conhecido como, de certa forma, temido. Além de ter assumido uma notável liderança como deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores, era umbilicalmente ligado a seu partido. Ele foi fundador e o primeiro presidente do PT, cargo que ocupou até 1988. De origem muito pobre, migrou com sua família, ainda jovem, de Pernambuco para São Paulo. Transformou-se em ativista e sindicalista influente no ambiente acalorado dos metalúrgicos do ABC paulista. Na época da ditadura, liderou greves operárias no local, e, depois de fundar o PT, tornou-se um dos principais nomes do movimento pelas "Diretas Já" (1983-1984) e do período de redemocratização. Em 1986, elegeu-se deputado federal por São Paulo, com uma votação recorde no estado.

Como há de ter ficado claro, havia um abismo profundo entre os dois candidatos. Um operário, outro de família rica; um sindicalista, outro adepto da política tradicional e regional; um assumidamente de esquerda, o outro declarando-se liberal; um falava grosso e alto como ativista que era, o outro abusava de termos estrangeiros, apresentava-se como um cidadão do mundo e mantinha um estilo, digamos assim, elegante; um tinha base partidária forte, o outro arranjou um partido para chamar de seu. [...]

Deixo a vocês a tarefa de estabelecer os demais paralelos. O fato é que Collor ganhou o segundo turno com 53,03% dos votos, contra 46,97% de Lula. Sabemos como termina essa história: o *impeachment* do presidente ocorreu em 1992 e sua renúncia se deu no final desse mesmo ano. Collor se encastelou em seu grupo, estava cada vez mais isolado e não aguentou a pressão.

A história tem o poder de familiarizar, mas também advertir. Foi o escritor Timothy Snyder, no seu livro chamado "Sobre a tirania", quem chamou atenção para o fato de que "não somos mais sábios que os europeus que viram a democracia dar lugar ao fascismo, ao nazismo e ao comunismo stalinista no século 20. Nossa única vantagem é poder aprender com a experiência deles". Tenho lá minhas dúvidas se estamos aprendendo alguma coisa, mas olhar com cuidado as eleições de 1989 leva a uma impressão de "**déjà-vu**" [...].

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

GLOSSÁRIO

***Déjà-vu*:** expressão em francês utilizada para designar uma forte sensação de que algo já foi visto.

SCHWARCZ, Lilia. Eleições presidenciais de1989: já vi esse filme! *Nexo*, São Paulo, 2 dez. 2019. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2019/Eleições-presidenciais-de-1989-já-vi-esse-filme. Acesso em: 9 jul. 2020.

1. Segundo a autora, do ponto de vista do *marketing* político, quais eram os grandes atrativos de Collor, em 1989?
2. Por que a autora afirma que havia um abismo entre os dois candidatos? Justifique sua resposta valendo-se de elementos argumentativos do próprio texto.
3. No final do artigo, a autora cita o escritor Timothy Snyder, que, em suas reflexões sobre o colapso da democracia e a emergência de regimes totalitários na Europa durante a primeira metade do século XX, advertiu que "nossa única vantagem é poder aprender com a experiência deles". Em sua opinião, o que significa essa advertência de Timothy Snyder?
4. O *marketing* utilizado por Collor em sua campanha presidencial tinha forte apelo entre os mais jovens? Por quê? No campo do *marketing* político, o que você sugeriria ao candidato Lula para amenizar a imagem que os setores mais conservadores faziam dele?
5. O que você pensa da estratégia do candidato Collor de se apropriar das cores nacionais para fortalecer sua campanha política em 1989? Foi uma boa estratégia?



Jorge Araújo/Folhapress

Posse do presidente eleito Fernando Collor de Mello. Brasília (DF), 1990.

Após vencer a eleição, a primeira medida do governo Collor foi uma tentativa de reduzir a inflação brasileira por meio de um plano para diminuir a circulação de dinheiro no país, que implicou na retirada de cerca de 2/3 da moeda circulante e no congelamento de preços e salários. Essas iniciativas foram acompanhadas da adoção de uma política neoliberal – hegemônica na época em vários países, como Reino Unido, Estados Unidos, Chile etc. –, de abertura do mercado à concorrência externa, privatizações e redução do tamanho do Estado.

Apesar dos resultados imediatos favoráveis à reversão do processo inflacionário, no final do primeiro ano de governo, em 1990, os brasileiros voltaram a conviver com a inflação, que corroía salários e empobrecia amplos setores da sociedade, sobretudo os grupos mais vulneráveis. A difícil situação econômica foi acompanhada de recessão e aumento exponencial da taxa de desemprego, o que abalou a credibilidade do governo até mesmo nos grupos que haviam facilitado a ascensão de Collor à presidência: as tradicionais massas desprotegidas, vítimas do populismo de direita do candidato.

No segundo semestre de 1992, a insatisfação com o governo, que vinha aumentando desde o ano anterior devido aos desdobramentos negativos da política econômica, ganhou um novo ingrediente: delações do próprio irmão do presidente afirmando que este estava envolvido em vários escândalos de corrupção.

O desgaste de Collor junto à opinião pública tornou-se irreversível e milhões de jovens saíram às ruas das principais cidades do país num movimento que ficou conhecido pela expressão "Fora Collor!". Em uma época em que ainda não havia internet, redes sociais, celulares e aplicativos, a mobilização dos jovens e a convocação para os protestos de rua eram bem mais difíceis do que atualmente e foram feitas usando telefone fixo. Assim, o agendamento para as manifestações dependeu muito do "boca a boca", tarefa que envolveu representações estudantis como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

De fato, os jovens encheram as ruas das cidades... mas para protestar contra Collor e exigir seu *impeachment*.

Pressionado pela crise econômica, sem base de sustentação política e envolvido em escândalos de corrupção, o presidente Fernando Collor, em setembro de 1992, tentou reverter a situação adversa com uma jogada da política aparentemente inteligente, mas que teve efeito radicalmente oposto. Ele convocou os jovens para que fossem às ruas das principais cidades brasileiras usando as cores da bandeira nacional e manifestassem seu apoio ao presidente. De fato, os jovens encheram as ruas das cidades... mas para protestar contra Collor e exigir seu *impeachment*.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Juca Martins/Olhar Imagem

Ato cívico de "caras-pintadas" em São Paulo, em fotografia de 18 de setembro de 1992. Os estudantes foram protagonistas e porta-vozes de um amplo movimento social de rejeição ao presidente Fernando Collor.

Análise

Quando os estudantes fizeram história

Como conseguiram convocar os protestos e reunir tanta gente? "Era tudo mais lento num momento político que exigia extrema rapidez. O que tinha de tecnologia era *fax* e telefone [fixo]. Lembro que as nossas contas de telefone eram quilométricas. Foram todas cortadas. Logo depois que o Collor caiu, a gente não tinha condição de nada. A própria UBES deu 98 cheques sem fundo nesse período. Foi um negócio de louco", diz o publicitário Mauro Panzera, que na época presidia a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

"As diretorias da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da UBES fizeram uma espécie de comando que acabava marcando um calendário e distribuía para todo o país. Essa agenda era relativamente aceita pelo movimento estudantil no país inteiro. E as pessoas das cidades sabiam das datas e se preparavam. Todo dia tinha manifestação, de segunda a sexta", afirma Panzera. Na base do movimento, as notícias do calendário dos protestos corriam no boca a boca nas escolas e universidades. "Essas coisas se espalham com muita rapidez, mesmo sem WhatsApp, mesmo sem redes sociais. Vira uma onda."

Na base do movimento, as notícias do calendário dos protestos corriam no boca a boca nas escolas e universidades.

Os estudantes protagonizaram o movimento "Fora Collor" e entraram para a história como os "caras-pintadas". Investigado pelo Congresso, Collor deixou a presidência no terceiro ano de seu mandato e sofreu o *impeachment*. O vice Itamar Franco, então no PMDB, assumiu o cargo. "Naturalmente que a gente queria abalar a política ao fazer a nossa manifestação, mas ninguém previa que o abalo seria tão grande", diz o publicitário, que na época estudava em Belém e hoje vive em Fortaleza. "O movimento estudantil não foi sectário, recebia todo mundo, era o mais amplo possível. Aceitava todas as cores, todos os credos. O importante era ser contra o Collor", afirma o ex-presidente da UBES.

Partidos e sindicatos também participaram do movimento "Fora Collor", mas nos atos dos "caras-pintadas" os estudantes ditavam o calendário e dominavam a palavra. "Quem discursava no final das manifestações éramos nós. O movimento estudantil é uma salada de grupos pequenos. E todos queriam ter direito de falar."

As denúncias de corrupção abalaram e derrubaram Collor, porém as entidades estudantis, majoritariamente de esquerda, também se opunham à política econômica do governo. "A gente ressaltava bastante, por ser algo que a própria mídia ajudava, esse aspecto da corrupção. Mas o nosso objetivo era, de certa forma, frear o que o Collor se propunha a fazer com a economia do país: vender empresas, ter uma política excludente".

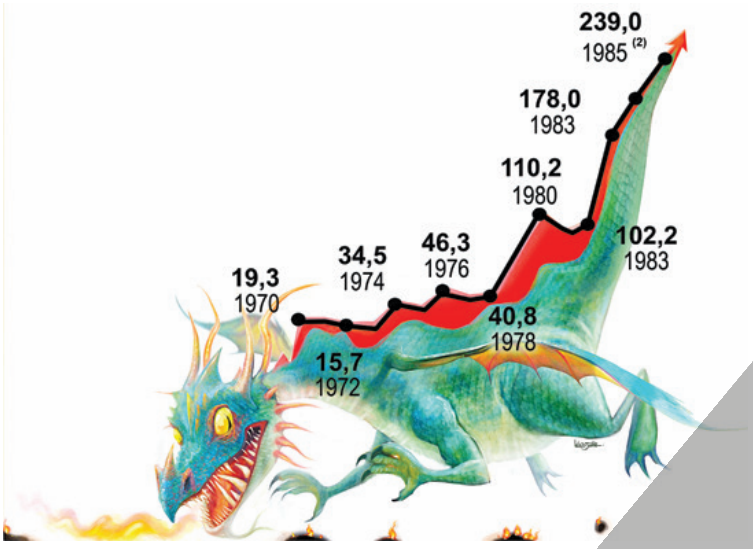
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

RAMALHO, Isadora. Sem WhatsApp, organizadores do "Fora Collor" estouraram conta de telefone. *UOL*, São Paulo, 14 mar. 2015. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/14/sem-whatsapp-organizadores-do-fora-collor-estouraram-conta-de-telefone.htm. Acesso em: 7 jul. 2020.

1. De acordo com os referenciais citados no texto, o repúdio das organizações estudantis era apenas contra os escândalos de corrupção que envolviam o governo Collor? Fundamente sua resposta valendo-se de elementos argumentativos do próprio texto.
2. Em sua opinião, os "caras-pintadas" realmente fizeram história? Justifique.

A renúncia de Collor, em dezembro de 1992, fez com que o vice-presidente Itamar Franco assumisse a presidência em definitivo, para completar o mandato que se encerraria em 31 de dezembro de 1994. O governo de Itamar destacou-se pela implementação do Plano Real, iniciativa de uma equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (também conhecido como FHC), um dos fundadores do PSDB, partido que nascera de uma dissidência do PMDB.

Em 1993, primeiro ano do governo Itamar Franco, o cenário econômico do país estava fortemente impactado pela inflação, cujos índices eram tão assustadores que se criou a imagem de um "dragão" para caracterizá-la.



© Lezio

A charge de Lézio Júnior usou uma imagem de dragão para mostrar a escalada da inflação nas décadas de 1970 e 1980, que se tornou particularmente aguda a partir da crise do petróleo, em 1973.

Para que você tenha uma ideia da escalada inflacionária, em 1973, o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) atingiu a impressionante marca de 2 700%. Esse número indicava, na prática – tomando como referência a moeda atual apenas a título de exemplo – que determinada mercadoria adquirida por 1 real no primeiro dia do ano, teria o valor elevado para 2 700 reais no último dia do mesmo ano. A variação nos preços era de tal ordem que as máquinas de remarcar preços nos supermercados ficaram famosas; era comum os mesmos produtos serem etiquetados com novos valores mais de uma vez por dia.

Foi nesse contexto que Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (ministro da Fazenda) elaboraram o Plano Real, após o fracasso de vários planos econômicos que geralmente apostavam no congelamento de preços e salários. Muitas dessas iniciativas haviam causado um efeito contrário ao propósito inicial: em vez de controlar o processo inflacionário, geraram desabastecimento, aumento do desemprego e, após curto espaço de tempo, mais inflação.

Estes foram os seis planos econômicos implementados para tentar – em vão e com efeitos corrosivos sobre a economia brasileira – estancar a inflação e alcançar a estabilidade econômica: Plano Cruzado (28 de fevereiro de 1986); Plano Cruzado II (22 de novembro de 1986); Plano Bresser (12 de junho de 1987); Plano Verão (16 de janeiro de 1989); Plano Collor (16 de março de 1990); Plano Collor II (31 de janeiro de 1991). Essa série de fracassos evidencia, ainda mais, o impacto positivo do Plano Real no Brasil.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Márcio Arruda/Folhapress

O presidente Itamar Franco, acompanhado de ministros e lideranças políticas do Congresso, anuncia o Plano Real. Brasília (DF), 1994.

Análise

O plano que acabou com a inflação no Brasil

Oficialmente, o real tornou-se a 10ª moeda brasileira no dia 1º de julho de 1994 [...].

Ficou definido que o plano seria implantado em três etapas para evitar o congelamento de preços e o aumento da inflação, como ocorrera em tentativas anteriores. A primeira foi o ajuste das contas públicas por meio de um corte no Orçamento. Em agosto de 1993, FHC comunicou o corte de três zeros na moeda vigente, o cruzeiro (Cr$), e anunciou o lançamento do cruzeiro real (CR$ 1 = Cr$ 1.000). [...] A manobra foi uma espécie de preparação para o real, que já estava criado, mas só seria colocado em operação em julho do ano seguinte.

A segunda etapa consistiu na implantação provisória da Unidade Real de Valor (URV), que ficou em vigor de março a julho de 1994 e era uma espécie de moeda de troca, usada para converter os valores das mercadorias. Como era atrelada à taxa de câmbio [...], era protegida da inflação. [...]

Para a população, na prática, funcionava assim: ao escolher um produto no mercado, ele estava com o preço em URV nas prateleiras, mas ao passar o caixa, o valor era convertido e pago em cruzeiros reais. Na época, a URV valia um dólar (US$) e, assim, o real também começou cotado a US$ 1. O papel da URV foi promover a dolarização da economia sem que fosse necessário abnegar a moeda nacional.

Entretanto, a paridade do real com o dólar (que era de R$ 1 para US$ 1) provocou insatisfação em alguns setores da indústria. A abertura comercial e a manutenção do câmbio valorizado como medidas para manter a inflação controlada causaram um efeito colateral: as importações passaram a ser estimuladas obrigando as empresas nacionais a diminuírem os preços para entrar na concorrência.

MORAES, Maria Fernanda. Plano Real, 20 anos – Moeda trouxe novo ciclo de desenvolvimento econômico. *UOL*, São Paulo, [2004]. Seção Pesquisa Escolar. Disponível em: https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/plano-real-20-anos-moeda-trouxe-novo-ciclo-de-desenvolvimento-economico.htm. Acesso em: 9 jul. 2020.

1. O Plano Real foi baseado no congelamento de preços e salários? Justifique sua resposta.
2. Quais os problemas gerados na economia brasileira com a definição da paridade entre o real e o dólar? Pesquise o tema e, valendo-se de dados confiáveis, apresente os prós e os contras referentes à paridade cambial (1 dólar = 1 real). Em seguida, compartilhe os resultados com os colegas.
3. Tendo em vista a maneira como o Plano Real foi implementado, quais foram as consequências na vida econômica e cotidiana de boa parte da população?

A Era FHC e o Plano Real

O fato de o "dragão" ter sido finalmente "domado", tornou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso imbatível nas eleições presidenciais de 1994. Lançado pelo PSDB e valendo-se de uma aliança com o PFL (originado na antiga Arena), um partido de direita, FHC foi eleito ainda no primeiro turno.

Em 1997, por meio de uma manobra política, foi aprovada uma Emenda Parlamentar que garantia a reeleição para os cargos executivos da República (presidente, governadores e prefeitos), porém restringindo [illegible] iniciativa abriu caminho legal para que [illegible] Fernando Henrique Cardoso fosse reeleito para o período 1999-2002.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



WILSON PEDROSA/ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso sobe a rampa do Congresso durante a cerimônia de posse. Brasília (DF), 1995.

1. A emenda parlamentar foi aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 1997, viabilizando a reeleição para os cargos do Executivo nas instâncias federal, estadual e municipal. No entanto, na ocasião, denúncias veiculadas na imprensa afirmaram que houve práticas pouco republicanas que garantiram a vitória da emenda parlamentar. Pesquise o tema e identifique quais teriam sido essas práticas.
2. Considerando-se a importância do tema – alteração constitucional –, a população brasileira deveria ter participado de um referendo para aprovar ou não essa iniciativa? Fundamente sua resposta e compartilhe com os colegas.
3. Em sua opinião, o direito à reeleição presidencial tem aspectos positivos ou negativos? Fundamente sua opinião com argumentos favoráveis ou contrários a esse dispositivo constitucional.

Fernando Henrique Cardoso destacou-se como um expressivo intelectual e acadêmico que sempre se identificara com o ideário da esquerda, a ponto de durante os Anos de Chumbo ter sido obrigado a se exilar. Ao retornar ao Brasil, vinculou-se a um partido que, em tese, teria propostas social-democratas, que se articulavam com os paradigmas da esquerda. No entanto, uma vez no poder, adotou políticas econômicas seguindo o ideário neoliberal, simpático aos partidos tradicionalmente conservadores e de direita. Ao ser questionado por antigos companheiros militantes da esquerda a respeito de sua guinada ideológica, chegou a afirmar "esqueçam o que escrevi".

Essa condição lhe garantiu governabilidade e plena aceitação dos "mercados", tanto no plano interno como na esfera internacional, do empresariado e da maioria da classe média. Porém, a adoção de projetos neoliberais, que se traduziram em privatizações de empresas estatais, não contribuiu para que as pautas sociais fossem consideradas prioritárias. Ao mesmo tempo, suas políticas públicas não apontaram caminhos para superar as seculares disparidades socioeconômicas do Brasil.

É possível que essas contradições e o agravamento de distorções sociais tenham contribuído para que, em 2002, o candidato de seu partido e que contou com seu apoio, José Serra, ex-governador de São Paulo, fosse derrotado nas eleições presidenciais.

Governo Lula: a esquerda no poder



ED FERREIRA/ESTADÃO CONTEÚDO/AE

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, na tribuna com seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, após receber a faixa presidencial. Brasília (DF), 1 jan. 2003.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Eleito no 2º turno, em 27 de outubro de 2002, após três tentativas consecutivas e frustradas de se eleger presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em 1º de janeiro de 2003, sob grande expectativa e alguma desconfiança de determinados segmentos da sociedade brasileira. Afinal, sua vitória parecia sinalizar uma ruptura na história republicana, até então dominada por lideranças políticas oriundas das elites socioeconômicas do país. Na ocasião, o presidente eleito afirmou que "a esperança havia vencido o medo".

Um fator essencial que assegurou a vitória de Lula foi a publicação da "Carta ao povo brasileiro", que também pode ser entendida como uma "carta aos mercados", com o intuito de tranquilizar o grande empresariado e os investidores nacionais e internacionais. Contratos e fundamentos da ordem econômica como o controle do déficit público seriam rigorosamente respeitados. Além disso, a escolha para a vice-presidência de um tradicional empresário mineiro de perfil conservador, José Alencar, indicou que uma vez no poder o Lula moderado substituiria o Lula radical, que fizera carreira como militante esquerdista e líder sindical.

Com alto índice de aprovação popular e contando, ainda, com o apoio de parte expressiva do empresariado e da classe média, Lula foi reeleito em 2006, derrotando em segundo turno, mais uma vez, um candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo. O presidente teve expressiva votação: 58.295.042 votos contra 37.543.178 de seu opositor. Na oportunidade, Lula afirmou que "contra comida na mesa do povo não tem candidato".

Em linhas gerais, em seus dois mandatos, que se estenderam de 2003 a 2010, o governo Lula apresentou indicadores econômicos favoráveis, alcançados por alguns motivos, entre eles: conjuntura amplamente positiva do mercado internacional, sobretudo em função da "decolagem" da China como um dos grandes motores da economia mundial, e estabilidade macroeconômica devido às reformas implementadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Em 2010, ao término do segundo mandato, os índices de aprovação popular de Lula chegaram a alcançar 80%, segundo levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Sua alta popularidade contribuiu para a vitória de sua ex-ministra de Minas e Energia, a ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Governo Dilma Rousseff: uma mulher na presidência

Ao derrotar José Serra (PSDB), Dilma, que na juventude havia atuado na militância política contra a ditadura civil-militar e foi presa e torturada, tornou-se a primeira mulher eleita para a presidência da República, o que parecia evidenciar não apenas a maturidade da jovem democracia brasileira, mas o crescente protagonismo feminino.

Em março de 2014, no último ano do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o país ficou perplexo com a divulgação de um amplo esquema de combate à corrupção, que ficou conhecido pela expressão "Lava Jato" – nome da operação desencadeada pelo Ministério Público Federal que investigava o uso, por organizações criminosas, de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos resultantes de movimentações financeiras feitas por elas. Registre-se que a expressão "Operação Lava Jato" se consagrou apesar de investigações posteriores, em diversas outras fases, terem apontado que o esquema de desvio de dinheiro público envolvia empresas privadas, sobretudo empreiteiras, e públicas, com destaque para a Petrobras.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO CONTEÚDO/AE



Dilma Rousseff no Palácio do Planalto durante a cerimônia de posse para presidente da República. Brasília (DF), 2011.

Análise

Operação Lava Jato: entenda o caso

A Operação Lava Jato é a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. Iniciada em março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, a investigação já apresentou resultados eficientes, com a prisão e a responsabilização de pessoas de grande expressividade política e econômica, e recuperação de valores recordes para os cofres públicos. O caso se expandiu e, hoje, além de desvios apurados em contratos com a Petrobras, avança em diversas frentes tanto em outros órgãos federais, quanto em contratos irregulares celebrados com governos estaduais.

[...] com a investigação [...] de quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, a Lava Jato já apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, bem como em contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3. Possui hoje desdobramentos no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal, além de inquéritos criminais junto ao Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça para apurar fatos atribuídos a pessoas com prerrogativa de função. [...]

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Estima-se que o montante dos desviados dos cofres públicos esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar dos esquemas de corrupção investigados. [...]

Em cenário normal, empreiteiras concorreriam entre si, em licitações, para conseguir os contratos da Petrobras, e a estatal contrataria a empresa que aceitasse fazer a obra pelo menor preço. Neste caso, as empreiteiras se **cartelizaram** em um "clube" para substituir uma concorrência real por uma aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. O cartel tinha até um regulamento, que simulava regras de um campeonato de futebol, para definir como as obras seriam distribuídas. [...]

GLOSSÁRIO

Cartelizar: iniciativa mediante a qual empresas (aparentemente concorrentes) formam um cartel, ou seja, estabelecem um acordo explícito de fixação de preços ou cotas de produção.

As empresas precisavam garantir que apenas aquelas do cartel fossem convidadas para as licitações. Por isso, era conveniente cooptar agentes públicos. Os funcionários não só se omitiam em relação ao cartel, do qual tinham conhecimento, mas o favoreciam, restringindo convidados e incluindo a ganhadora dentre as participantes, em um jogo de cartas marcadas. Segundo levantamentos da Petrobras, eram feitas negociações diretas injustificadas, celebravam-se aditivos desnecessários e com preços excessivos, aceleravam-se contratações com supressão de etapas relevantes e vazavam informações sigilosas, entre outras irregularidades.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Operação Lava Jato. *In*: MPF. Brasília, DF: MPF, [201-?]. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato. Acesso em: 15 jul. 2020.

1. Em linhas gerais, como funcionava o esquema de corrupção denunciado pela Operação Lava Jato?
2. Com mais dois ou três colegas, pesquise o tema com o objetivo de obter as seguintes informações:
   a) Quais as principais empresas privadas e públicas envolvidas no esquema de corrupção?
   b) Quais os principais políticos e empresários envolvidos no esquema de corrupção?
3. Juntos, escolham uma das fases da Operação Lava Jato e detalhem seu funcionamento. Fundamentem as conclusões com elementos argumentativos dos textos pesquisados e, em seguida, compartilhem o resultado com a turma.
4. Atualmente, quais são as diferentes visões da Operação Lava Jato?
5. Quais os principais aspectos positivos da Operação Lava Jato? E seus possíveis aspectos negativos?

Apesar de inúmeras críticas da oposição, de segmentos da imprensa e dos claros sinais de esgotamento do modelo econômico, Dilma Rousseff foi reeleita em 2014, derrotando Aécio Neves (PSDB). No entanto, seus índices de aprovação declinantes ficaram evidenciados nas manifestações populares que tomaram conta das ruas de várias cidades brasileiras em junho de 2013.



Miguel Schincariol/AFP

As manifestações de junho de 2013 começaram, de fato, no dia 6, quando um grupo de jovens se mobilizou [illegible] protestar contra um aumento de R$ 0,20 na tarifa de ônibus de São Paulo. O protagonismo dos jovens nas "Jornadas de Junho" foi intenso, e o fato de terem ocorrido em várias cidades do país [illegible] bem além dos 20 centavos. A repressão policial acirrou os ânimos e contribuiu para que a mobilização e o protagonismo dos jovens adquirissem uma dimensão ainda maior. São Paulo (SP), 2013.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O fenômeno das "Jornadas de Junho", que revelaram insatisfação generalizada de amplos segmentos da sociedade brasileira, resultou da perda de poder aquisitivo de diversos grupos sociais, mas trouxe à tona também um profundo mal-estar com os inúmeros casos de corrupção. Suas motivações, no entanto, foram bem mais amplas, o que se evidencia pelo expressivo protagonismo juvenil nas manifestações.

1. Pesquise e responda: Por que se pode afirmar que o protagonismo dos jovens, no contexto das manifestações de junho de 2013, foi além dos 20 centavos?

Em novembro de 2011, no primeiro ano de seu mandato, a presidente Dilma sancionou duas leis para o resgate da memória e da história de milhares de pessoas que foram presas arbitrariamente por motivo político-ideológico, sofreram tortura, desapareceram ou foram assassinadas durante a ditadura civil-militar: a Lei de Acesso à Informação e a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade.

A primeira disponibilizou e facilitou a consulta aos dados e documentos sob responsabilidade do Estado a respeito dos cidadãos brasileiros. Esses dados passaram a ser acessados livremente, em um expressivo avanço do regime democrático que fortaleceu a política de transparência pública.

A segunda lei determinou a criação de uma comissão com o intuito de investigar crimes de violação dos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988. Essas investigações se concentraram no período do regime militar, embora sem a possibilidade de punir os agentes públicos que cometeram múltiplas arbitrariedades naquele período, em função da permanência da Lei de Anistia de 1979. Em seu relatório final, a Comissão Nacional da Verdade concluiu que houve 434 vítimas fatais do regime militar, apresentou as circunstâncias em que cada caso ocorreu e listou 191 mortos, 210 desaparecidos e 33 que foram localizados em função das investigações.

O segundo mandato da presidente Dilma, iniciado em janeiro de 2015, foi assinalado pelo reflexo de uma grave crise econômica que aumentou as taxas de desemprego, a que se somou uma crescente e difusa insatisfação de amplos setores da sociedade contra seu governo, em grande parte decorrente de tentativas de ajuste fiscal que aumentaram tarifas públicas (o "tarifaço"), expandiram a carga tributária e cortaram o orçamento de diversos ministérios.

Paralelamente ao declínio de sua popularidade, até mesmo em função de ampla divulgação pela mídia de escândalos de corrupção que envolviam a Petrobras, ao longo de 2015 e no primeiro semestre de 2016, investigados pela Lava Jato, os protestos de rua contra o governo se amplificaram, acompanhados de "panelaços" e pedidos de *impeachment* da presidente.

A maior parte das denúncias contra Dilma foi arquivada por falta de provas e embasamento; porém, uma delas, subscrita por advogados, juristas e líderes de movimentos sociais (Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Movimento Contra a Corrupção) foi acolhida pelo presidente da Câmara dos Deputados. O argumento foi que a presidente havia cometido "crime de responsabilidade": ela teria ordenado a edição de créditos suplementares sem autorização do Senado e realizado operação de crédito de forma ilegal com instituição financeira controlada pela União, o que foi chamado de "pedaladas fiscais".

Uarlen Valério/O Tempo/Estadão Conteúdo



Manifestação contra o governo federal e a favor da abertura do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. Belo Horizonte (MG), 2015.

Ricardo Moraes/Reuters/Fotoarena



Manifestação a favor da presidente Dilma Rousseff e contra a abertura do processo de *impeachment*. Rio de Janeiro (RJ), 2015.

Com a presidente já sem base de sustentação política, a denúncia dos "crimes de responsabilidade" (destacando-se a abertura de créditos suplementares sem aprovação prévia do Congresso Nacional) foi admitida pelos deputados federais em 17 de abril de 2016, o que determinou o afastamento da presidente, possibilitando ao vice-presidente Michel Temer assumir interinamente. A destituição definitiva de Dilma Rousseff ocorreu após a aprovação do processo de *impeachment* pelo Senado Federal, em 31 de agosto. Coube, então, ao presidente Temer permanecer no cargo até o término do mandato, em 31 de dezembro de 2018.



Lula Marques/Bloomberg/Getty Images

Michel Temer durante evento em Brasília (DF), 2016.

Governo Temer e a reforma trabalhista

No início de setembro de 2016, após o afastamento da presidente Dilma Rousseff, parte expressiva da juventude brasileira, em especial aquela que se identificava com as propostas da esquerda, voltou às ruas das principais cidades do país em grandes mobilizações. Desta feita, a exigência era que o presidente Temer deixasse a presidência, sob o argumento de que ele havia se articulado com a classe política que fora responsável pelo *impeachment* de Dilma.

Durante a curta gestão do governo Temer, foi aprovada pelo Congresso Nacional, em julho de 2017, a reforma trabalhista – uma antiga reivindicação do empresariado –, que "flexibilizou" a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Veja a seguir algumas de suas definições.

- Prevalência de negociações coletivas sobre a legislação trabalhista, que passaram a se superpor ao que estava previsto na legislação. Na prática, isso significou que tudo que fosse decidido entre as entidades de classe que representam os trabalhadores e a empresa contratante não poderia ser posteriormente questionado e contestado em instância judicial.
- Permissão aos empregadores para dividir as férias dos empregados em até três períodos.

Outra medida proposta pelo governo Temer que também foi referendada pelo Congresso Nacional e atendeu às expectativas do "mercado", isto é, dos agentes financeiros nacionais e internacionais, foi o congelamento do orçamento de investimentos públicos por 20 anos, que poderão crescer apenas de acordo com a inflação. Isso significa que o orçamento dos investimentos públicos da esfera federal até 2036 devem ser os mesmos de 2016, acrescidos tão somente da inflação do período, de acordo com o chamado "teto dos gastos".

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Governo Bolsonaro: a reforma da Previdência

No final de 2018, 30 anos após a promulgação da Constituição de 1988, os brasileiros tiveram oportunidade de mais uma vez eleger o presidente da República.

No final de 2018, 30 anos após a promulgação da Constituição de 1988, os brasileiros tiveram oportunidade de mais uma vez eleger o presidente da República. Em eleições de dois turnos e marcadas por grande polarização ideológica, o candidato Jair Bolsonaro, que liderou uma ampla articulação de centro-direita, derrotou Fernando Haddad, candidato do PT, que esteve à frente de uma coalizão de esquerda.

Com o *slogan* "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", o ex-capitão do Exército e deputado federal por 28 anos, Jair Bolsonaro, tomou posse em 1º de janeiro de 2019. Desde o início, procurou deixar claro que seu governo seria radicalmente diferente dos anteriores, comprometido com a ética na política, o crescimento econômico, "mais Brasil e menos Brasília" – o que sinalizava menor interferência do Estado na economia –, e o respeito a uma pauta de costumes mais conservadora, com o intuito de preservar "os verdadeiros valores cristãos da família brasileira".

No primeiro ano de seu governo foi aprovada uma reforma da Previdência e, enquanto ela tramitava no Congresso Nacional, mais uma vez a sociedade se dividiu sobre o tema, apoiando ou criticando a iniciativa.

Dentre as principais mudanças referendadas pela reforma, destacaram-se:

- para quem já está no mercado de trabalho, perto ou longe de se aposentar, há regras de transição;
- a idade mínima de aposentadoria foi fixada em 65 anos para homens e 62 anos para mulheres;
- o tempo mínimo de contribuição foi definido em 15 anos para mulheres e 20 para homens no setor privado e 20 para homens e mulheres no caso de servidores públicos;
- o valor da aposentadoria do setor privado e de servidores passou a ser calculado com base na média de todo o histórico de contribuições do trabalhador, e não pelo valor do último salário;
- para servidores públicos, a regra é semelhante à do INSS, mas valerá apenas para quem ingressou após 2003; para os que ingressaram até 31 de dezembro de 2003, a integralidade da aposentadoria (valor do último salário) será mantida para quem se aposentar aos 65 anos anos (homens) ou 62 anos (mulheres).



Ed Alves/CB/D.A Press

Jair Bolsonaro, ao lado de sua esposa, Michelle Bolsonaro, e de Michel Temer, durante cerimônia de posse no Palácio do Planalto. Brasília (DF), 2019.



Evaristo Sa/AFP

Manifestantes diante do Congresso Nacional em apoio à reforma da Previdência e ao presidente Jair Bolsonaro. Brasília (DF), 2019.



Pedro de Paula/Código19/Folhapress

Manifestantes contra a reforma da Previdência. Recife (PE), 2019.

1. Quais os símbolos utilizados em ambas as manifestações?
2. Elas fazem as mesmas reivindicações ou são diferenciadas?

Os cientistas sociais e historiadores sempre demandaram um pouco mais de tempo para compreenderem e analisarem as múltiplas dimensões dos contextos históricos do tempo presente. Portanto, avaliações mais contundentes e críticas ao atual governo requerem um distanciamento temporal, que ainda não é possível, para que as interpretações sejam mais equilibradas e respeitem o republicanismo, o pluralismo de ideias e a liberdade de pensamento.

De qualquer forma, independentemente de quem esteja à frente do governo no início da terceira década do século XXI, a sociedade brasileira se depara com grandes impasses e graves contradições, mas sua história continua a ser escrita e o protagonismo da juventude terá um peso decisivo nessa construção, mesmo porque há muitas alternativas possíveis.

São muitos, portanto, os desafios a serem enfrentados, mas a iniciativa dos jovens, nas múltiplas instâncias de atuação, renova a esperança e a expectativa de construirmos um país mais justo, fraterno e solidário.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

#Ficaadica

Aos Fatos. Página cuja proposta é checar os fatos e as informações como forma de combater a disseminação de notícias falsas. Disponível em: https://www.aosfatos.org/. Acesso em: 9 jul. 2020.

Comissão Nacional da Verdade. *Site* da Comissão Nacional da Verdade, cuja finalidade é apurar graves violações dos direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/. Acesso em: 9 jul. 2020.

Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil, organizado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Livro que reúne relatos de crianças presas, torturadas e exiladas durante a ditadura civil-militar no Brasil. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf. Acesso em: 9 jul. 2020.

Labô: Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Trabalhos, vídeos, artigos, entre outros suportes de pesquisa sobre a relação entre mídia e política. Disponível em: https://www.pucsp.br/labo. Acesso em: 9 jul. 2020.

Quem foi que inventou o Brasil?, de Franklin Martins (Nova Fronteira). Dividido em três volumes, a obra analisa músicas icônicas brasileiras do século XX e começo do século XXI, contrapondo-as com o cenário político da época em que foram criadas.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. Por que se pode afirmar que o movimento Diretas Já, no início de 1984, refletiu a capacidade de mobilização e participação da sociedade brasileira?
2. Em que medida a Lei da Anistia frustrou expectativas de amplos setores da sociedade brasileira?
3. Cite e explique dois contextos históricos nos quais o protagonismo dos jovens gerou grandes mobilizações que fizeram avançar os direitos de cidadania da sociedade brasileira.
4. Em que medida a eleição de um ex-líder sindical à presidência da República pode ser considerada sinalização de amadurecimento das instituições democráticas brasileiras?
5. Considerando-se o processo histórico vivido pela sociedade brasileira desde o término do regime militar e que foi objeto de reflexão ao longo deste percurso, em sua opinião, quais os grandes desafios que nosso país ainda precisa enfrentar?
6. Considere as informações do texto a seguir para elaborar suas respostas.

Brasil e Argentina: caminhos diferentes

O Brasil seguiu um caminho diferente daquele empreendido por outros países do chamado Cone Sul, como a Argentina, que entre 1976 e 1983 também teve sua liberdade democrática castrada pela implantação de um Estado de exceção. Entretanto, após o processo de restauração democrática na Argentina, apesar de algumas posições dúbias a princípio, centenas de militares que violaram e cometeram crimes contra os direitos humanos foram levados a julgamento, processados e presos, incluindo até mesmo generais-presidentes.

O caso do general Jorge Rafael Videla é emblemático: ditador entre 1976 e 1981, foi condenado à prisão perpétua, em 2010, pela morte de 31 prisioneiros após o golpe que o levou ao poder; em julho de 2012, em outro julgamento, foi condenado a 50 anos de prisão pelo sequestro de crianças filhas de prisioneiros políticos perpetrado por agentes da ditadura durante seu governo. Em 2013, morreu na prisão.

A Argentina enfrentou os fantasmas de seu passado ditatorial, tornou públicas as barbaridades dos porões da ditadura e por meio da justiça civil puniu exemplarmente os envolvidos em crimes de lesa-humanidade, até mesmo para que não sejam esquecidos e não se repitam. Tudo isso fortaleceu sua democracia.

Em síntese, a Argentina optou por justiça, enquanto no Brasil, com suas tradicionais contradições, entendeu-se que o melhor caminho era o da reconciliação, já que a Lei de Anistia sancionada em 1979 se estendeu aos agressores que, em nome do Estado, prenderam arbitrariamente, torturaram e assassinaram presos políticos – e permanecem impunes.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O Chile tamb[illegible] trenta ditadura militar sob a égide do general Augusto Pinochet, entre 1973 e 1989, ma[illegible] à[illegible]lidade democrática fez um acerto de contas com o passado. Em 1990, a Suprema Corte chilena decidiu que a anistia não poderia ser aplicada aos casos de violação de direitos humanos, o que implicou na punição de centenas de militares.

Como se pode perceber, proteger a democracia também requer enfrentar o passado.

a) Em sua opinião, a Lei da Anistia brasileira deveria ser revista?

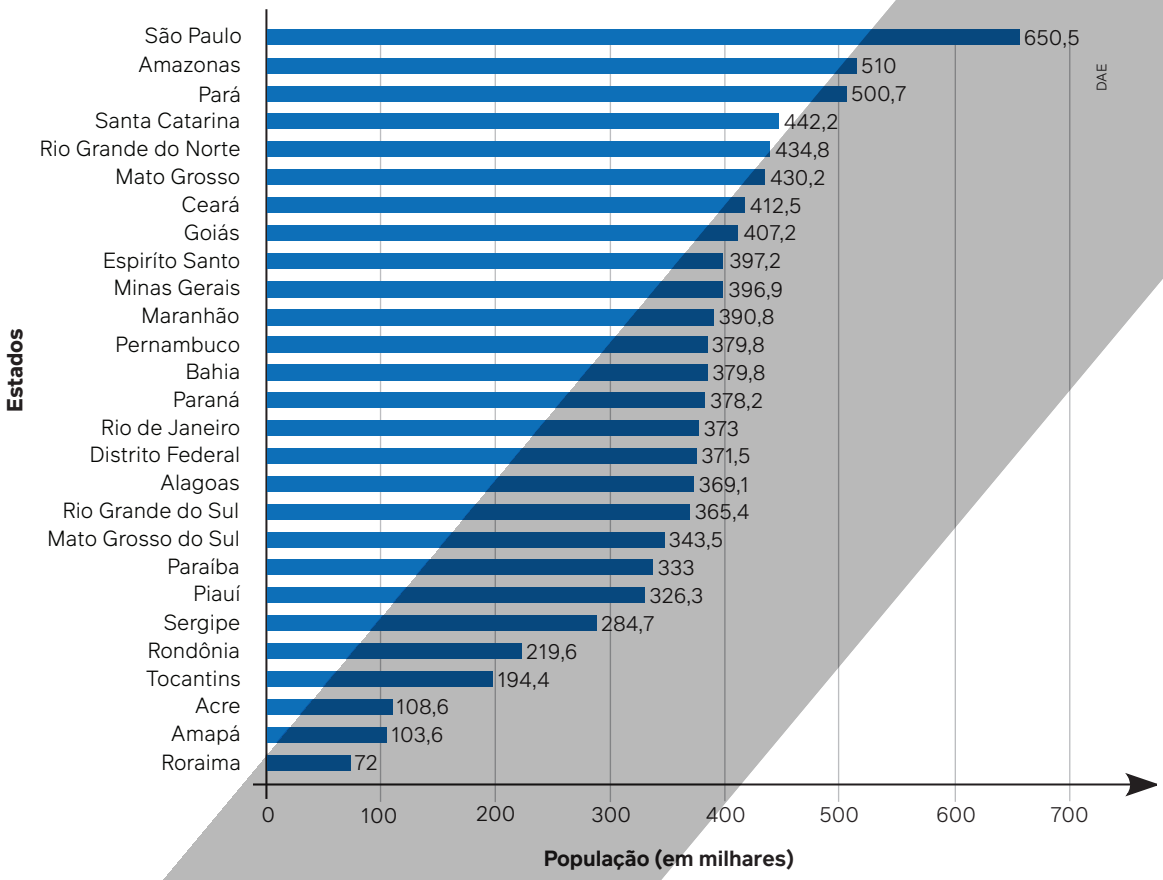
b) Em relação ao enfrentamento das difíceis questões relacionadas aos regimes militares – como anistia aos torturadores e agentes da ditadura –, qual país procedeu de forma mais justa, Brasil ou Argentina?

c) Segundo o texto, por que se pode afirmar que "proteger a democracia também requer enfrentar o passado"?

d) Em sua opinião, a justiça argentina – já no contexto do restabelecimento do regime democrático – agiu corretamente ao denunciar, julgar e condenar o ex-general presidente Jorge Rafael Videla por crimes contra a humanidade?

7. Nem sempre a representação política é proporcional à população. Isso ocorre em vários países e, às vezes, dentro do país. No Brasil, por exemplo, são três senadores por estado, independentemente do tamanho da população. Na Região Nordeste há nove estados, o que significa que ela tem, portanto, maior poder relativo no Senado Federal. Na Câmara dos Deputados, o número de deputados não é proporcional à população de cada unidade da Federação. Nas regras atuais, os estados menos populosos devem ter no mínimo oito deputados, enquanto São Paulo elege 70 deputados. Caso a representação fosse proporcional à população, São Paulo teria mais de 100 deputados. Veja o gráfico a seguir e faça o que se pede.

População representada por um deputado – 2018



Fonte: XAVIER, Luiz Gustavo. Proporção de deputados eleitos por estado tem distorções já previstas na Constituição. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília: DF, 10 set. 2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/544591-proporcao-de-deputados-eleitos-por-estado-tem-distorcoes-ja-previstas-na-constituicao/. Acesso em: 23 jul. 2020.

a) Identifique três unidades da Federação cuja representação é mais distorcida favoravelmente e três unidades com sub-representação.

b) A distribuição [illegible] unidades da Federação no Brasil constitui um problema para o funcionamento da democracia? Justifique.

c) A maior representação política de estados menos desenvolvidos economicamente pode ser vista como uma forma de estabelecer equilíbrio na Federação? Justifique.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

8. Observe a charge ao lado e responda às questões.

a) Identifique o cenário representado pela charge.

b) Descreva a charge relacionando seu conteúdo ao período em que foi produzida.

c) Pesquise diferentes posições sobre a Lei de Anistia e responda: A Lei da Anistia deveria ser revista? Indique algum elemento da charge que pode embasar a argumentação de sua resposta.



Charge do artista e ilustrador Luiz Gê publicada no jornal paulistano *Shopping City News* em julho de 1979. De forma crítica e irônica, faz referência à Lei da Anistia.

Política no espaço urbano

Cidades para quem?

As disputas que envolvem a política também estão presentes no mundo urbano. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas.

Diante desse fato, pensar nas condições de vida, soluções e propostas políticas para temas como a apropriação do espaço urbano, a mobilidade urbana, os impactos ambientais, as condições de moradia, entre outros assuntos, tornou-se obrigatório e presente nas discussões e nos estudos sobre as cidades brasileiras.

O conceito de direito à cidade ganha força em um contexto no qual o lucro e a propriedade são respeitados, enquanto inúmeras demandas sociais são ignoradas. Confira a seguir como o sociólogo e urbanista Robert Park, citado pelo geógrafo David Harvey, concebe as cidades.

> [...] é a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. Assim, indiretamente, e sem ter nenhuma noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, n. 29, jul./dez. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

O direito à cidade, nessa perspectiva, implica a percepção de que o espaço urbano deve se configurar como um território de protagonismo coletivo, e não restrito a pequenas parcelas da população. Tal concepção pode transformar a forma de urbanização dos últimos cem anos no Brasil. Os modelos urbanos pelo mundo foram organizados e condicionados à lógica de reprodução do capital e do lucro, em uma relação indissociável entre capital e urbanização. A temática que estuda esse longo e permanente processo de urbanização busca pensá-lo como um corpo coletivo que pretende disputar e remodelar as cidades.

Devido à diversidade encontrada no ambiente urbano, problematizar e pensar essa temática é algo contemporâneo e desafiador, além de podermos relacioná-la com os sinais de revolta nas cidades. Essa urbanização, por sua vez, acompanha o rápido avanço tecnológico no campo das comunicações, e [illegible] e planejadores das políticas públicas novos desafios e diálogos. Exemplo disso ocorreu com os protestos contra o aumento da passagem dos ônibus municipais na cidade de São Paulo, em 2013, que, para além dos efeitos políticos já mencionados, tornaram a questão da mobilidade urbana um dos temas de debates e reivindicações na pauta da política nacional.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL



Tales Azzi/Pulsar Imagens

A relação entre capital e urbanização é evidenciada ao visualizarmos a coexistência de imóveis de classe média alta próximo a comunidades, como a de Paraisópolis. Na fotografia, no canto inferior esquerdo, um conjunto habitacional, uma das soluções de habitação popular para famílias de baixa renda. São Paulo (SP), 2019.

Cidades e transformações

Os embates e as disputas em torno das cidades podem ser iniciados com perguntas simples, porém, cujas respostas são complexas: O atual modelo de cidade pode ser transformado? Quais são os interesses e conflitos nas metrópoles brasileiras? Essas e outras questões vão conduzir nosso estudo sobre a temática do direito à cidade.

Uma das temáticas, a mobilidade urbana, tem relação com a forma de organização da cidade por meio de um olhar centrado não nas pessoas, mas em grupos com poder econômico e político focados em executar um projeto que priorizou os veículos e as grandes obras viárias nas cidades. O resultado desse enfoque foram os congestionamentos gigantescos, um elevado tempo de deslocamento, pouca quantidade e má qualidade dos transportes públicos, prioridade absoluta ao sistema individual de mobilidade, entre outros desdobramentos, que voltaram com força nas manifestações de junho de 2013, inclusive se estendendo a outras reivindicações, como pudemos acompanhar no percurso anterior.

Quais são os interesses e conflitos nas metrópoles brasileiras?

Enfrentar e compreender os desafios das cidades no século XXI exige um olhar que inclua questões econômicas, sociais, ambientais, culturais, entre tantos outros pontos. Em 2012, a lei federal nº 12.587 criou a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ela estabelece o papel dos entes federativos (âmbitos municipal, estadual e federal) no que tange a traçar diretrizes para esse campo, de forma a priorizar os modos ativos de locomoção – por exemplo, os pedestres e ciclistas que circulam pelas cidades.

Contudo, deslocar-se para cidades como as brasileiras ou viver nelas exige um estudo para além das questões de mobilidade. Quanto a isso, outros pontos precisam ser pensados e problematizados, como a segregação dos espaços urbanos e as enormes desigualdades e potencialidades nos territórios, que vamos tratar na sequência deste estudo.

Periferia e segregação

O termo **segregação**, quando falamos dos espaços urbanos, significa "afastamento, exclusão, invisibilidade". O desafio em cidades com grandes diferenças sociais fica explicitado em territórios cuja gestão é dificultada por inúmeras questões de infraestrutura, orçamento, serviços, entre outras. Um dos maiores obstáculos em termos de administração e condições de moradia nas cidades é a regularização fundiária.

O direito social à moradia, presente no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, segue sendo violado no Brasil diante do tímido avanço de medidas de regularização fundiária, como a [illegible] que vivem em assentamentos irregulares; as medidas judiciais, ambientais, sociais e urbanísticas para aumentar a qualidade de vida nos centros urbanos; a função social das propriedades e demais aspectos desafiadores, que são mais alguns dos pontos em conflitos nas cidades que precisamos entender melhor.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Na imagem abaixo observamos as moradias, a viela estreita, os fios entrelaçados, a iluminação, entre outros elementos da paisagem, das comunidades brasileiras. No Rio de Janeiro, estima-se que mais de 50% de seu território esteja em condição informal, com construções irregulares, puxadinhos, loteamentos e outros desafios apresentados pelas desigualdades e violação de direitos nas cidades.



Chico Ferreira/Pulsar Imagens

Comunidade Gardênia Azul, Jacarepaguá. Rio de Janeiro (RJ), 2020.

As razões para essa desigualdade são históricas e **multifacetadas**, envolvendo aspectos de ação do poder público municipal, como a demolição de cortiços e moradias populares, na virada do século XIX para o XX, na cidade do Rio de Janeiro, na qual milhares de pessoas sem alternativas de moradia migraram para os morros ao redor da região central da cidade. Um exemplo dessa transformação no espaço urbano foi o Morro da Favela, hoje Favela da Providência, local onde os primeiros barracos foram erguidos após as reformas do então prefeito Pereira Passos.

Muitas ações são tomadas como forma de enfrentar a favelização e a precarização das condições de moradia e de vida nas cidades do Brasil. Programas governamentais de moradia popular e de redistribuição de renda, entre outras políticas públicas, seguem ocorrendo a despeito de críticas; no entanto, as pessoas continuam ocupando novos territórios e se dirigindo a eles, diante da especulação imobiliária e da **gentrificação** crescente inseridas no modelo das cidades pelo país.

A gentrificação altera as dinâmicas de composição dos bairros, trazendo novos pontos comerciais, infraestrutura de transpores, construções de edifícios e obras que valorizam economicamente esses locais. Contudo, essas ações excluem pessoas de baixa renda, que se veem obrigadas a deslocar-se em busca de novas moradias. Assim, a questão das moradias nas cidades envolve uma teia de interesses sociais, ambientais, históricos e econômicos que precisamos considerar quando estudamos o direito à cidade.

A migração para longe dos centros urbanos, e mais recentemente para longe dos já distantes bairros das periferias no Brasil, altera a dinâmica ambiental, com **adensamento** populacional sem infraestrutura, como saneamento básico. Trata-se de uma política de ocupação de solo que desconsidera a vegetação, água e demais agentes do ambiente, causando mais pobreza e segregação, com a explosão da desigualdade nas cidades brasileiras.

A assimetria nas cidades e a consequente exclusão territorial afetam os direitos aos bens e serviços e a condição de vida das pessoas. Diante desse contexto, a população de bairros periféricos se encontra num espaço marcado por desigualdades e falta de acesso aos equipamentos urbanos.

Para disputar a vida nas cidades e participar dela, inúmeros coletivos de jovens se organizam para produzir e exigir seus direitos. O Coletivo Perifatividade, grupo de educadores, poetas, músicos, produtores da região do Fundão do Ipiranga em São Paulo, atua desde 2008 buscando reflexão, leitura crítica e ação política protagonizada pela juventude nos territórios da cidade com ênfase na questão das mulheres e dos negros, grupos mais vulneráveis no Brasil.

O Coletivo apresentado na imagem ao lado busca destacar a juventude e a paridade entre homens e mulheres como forma de [illegible] construção dos direitos e nas formas de expressão e participação política da juventude em diferentes territórios e espaços.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Coletivo Perifatividade

O Coletivo Perifatividade é formado por artistas do bairro do Ipiranga, em São Paulo, onde são realizados oficinas literárias, saraus, cursos.

GLOSSÁRIO

Adensamento: fenômeno associado ao crescimento populacional das cidades que resulta no uso intensivo do espaço urbano. Aglomeração de pessoas em um espaço pequeno.

Gentrificação: dinâmica de transformação de regiões da cidade que excluem os mais vulneráveis com base nessas mudanças.

Multifacetado: que tem vários aspectos ou características.

Vozes

Ruivo Lopes é integrante do Coletivo Perifatividade, grupo de poetas, educadores, produtores culturais e músicos que atua na cidade de São Paulo desde 2008. Os membros do Coletivo são oriundos da região do Fundão do Ipiranga, mais precisamente dos seguintes bairros: Jardim Clímax, Parque Bristol, Jardim São Savério, Jardim Maristela, Boqueirão, Heliópolis, entre outros.

Em setembro de 2016, Ruivo Lopes escreveu uma "carta imaginária" ao escritor e filósofo brasileiro Paulo Freire (1921-1997), em que dava ciência ao educador do protagonismo dos jovens no contexto da ocupação de escolas públicas em São Paulo, quando estes procuravam tomar a história em suas mãos.



Acervo pessoal

Ruivo Lopes.
São Paulo (SP), 2018.

A complexidade do espaço urbano

Para o geógrafo britânico David Harvey, o espaço coletivo permanentemente transformado é produzido pelas relações sociais e suas formas de ação. Estudiosos como Harvey relacionam a urbanização com a alta complexidade do setor terciário (serviços e comércio) e ação hegemônica do capital financeiro. São heranças desses fenômenos as mudanças no uso e na ocupação do espaço, as mudanças na organização do trabalho, as modificações nas relações entre as classes sociais e as transformações políticas.

O espaço coletivo permanentemente transformado é produzido pelas relações sociais e suas formas de ação.

Os pequenos contingentes populacionais que ocupavam territórios de maneira restrita quanto à mobilidade e às hierarquias sociais desapareceram por causa das mudanças provocadas pela industrialização e urbanização. Assim, as cidades passaram a expressar a estrutura social do capitalismo, com conflitos que se materializaram nas desigualdades em suas diferentes formas, como as territoriais, evidenciadas pela existência de bairros com elevada renda e infraestrutura e de regiões pobres, estas desprovidas e carentes de uma série de investimentos e equipamentos públicos que dificultavam a vida da maioria das pessoas. Outro exemplo é a acessibilidade, que não é igual para todos, com equipamentos urbanos adaptados às necessidades específicas, como calçadas táteis, ônibus com elevadores de cadeira de rodas etc.

Essa diferenciação é conhecida pelo binômio centro-periferia. Nas imagens abaixo, observamos o contraponto, por meio de lugares onde as moradias são, na maioria, prédios de alto padrão, em relação à precariedade das moradias da periferia, onde muitas vezes falta saneamento básico.

Essas discrepâncias, além de materiais, são simbólicas, uma vez que os espaços vulneráveis carregam índices e dados consideravelmente discrepantes em relação às faixas mais ricas.


MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Ernesto Reghran/Pulsar Imagens

Prédios de alto padrão no centro de Londrina (PR), 2018.



Gerson Gerloff/Pulsar Imagens

Moradia em periferia. Lages (SC), 2015.

GLOSSÁRIO

Conurbação: área urbanizada formada pela conexão de zonas urbanas de diferentes municípios.

Intraurbano: que está no interior de um perímetro urbano.

No entanto, a própria noção de centro e periferia, hoje, precisa ser mais bem compreendida diante das transformações dos espaços urbanos, sob a lógica do modelo de exploração capitalista, conectada às tecnologias e inovações, que modificam as estruturas das cidades, reconhecendo uma complexa diversidade **intraurbana**.

A urbanização acelerada e desordenada levou ao crescimento horizontal por malhas urbanas contíguas que integram, por vezes, diversos municípios. São espaços urbanos marcados pela **conurbação**, que apresentam grande complexidade social, pois as relações sociais transcendem as fronteiras territoriais. Nas periferias de vários municípios que se conectam, os problemas são similares, mas as eventuais soluções são subordinadas às diferentes prefeituras, por vezes, com atores políticos e propósitos díspares.

A conurbação foi um dos fenômenos que levou à necessidade de criação de **regiões metropolitanas** e **aglomerações urbanas** como instâncias de gestão do território definidas na atualidade pelos governos estaduais. As megacidades localizadas nos países emergentes e subdesenvolvidos são de grande complexidade em relação à dimensão dos problemas sociais e aos desafios da gestão urbana.

Em outra escala de complexidade estão as **megalópoles**, que por vezes conectam vastos espaços urbanos e suburbanos a **interstícios** rurais de diferentes estados.

Aglomeração urbana: área formada por municípios limítrofes para organizar o planejamento estadual. Essas aglomerações são praticamente pequenas regiões metropolitanas, por exemplo, no Rio Grande do Sul (nordeste polarizada por Caxias do Sul) e São Paulo (Jundiaí).

Megalópole: área com expressiva urbanização formada por várias regiões metropolitanas com concentração industrial, terciária e tecnológica, bem como intensa interdependência socioeconômica, inclusive com movimentos pendulares.

Região metropolitana: área formada por municípios limítrofes definida por legislação estadual com a função de integrar o planejamento para a execução de políticas públicas comuns. Apresenta uma cidade que polariza os demais municípios do ponto de vista socioeconômico.

Desigualdades

Segundo dados do IBGE de 2017, somos um país desigual. No Brasil, existem cerca de 55 milhões de pessoas pobres, que, de acordo com o Banco Mundial, têm rendimento de até R$ 210 mensais. Se compararmos com o salário mínimo – em 2020 de R$ 1.045 –, cerca de 40% dos brasileiros vivem em condições sociais e econômicas muito vulneráveis e discrepantes, enquanto os mais ricos, uma minoria de 10%, concentram 41,9% de toda a riqueza produzida no país.

Isso nos leva a perguntar: Quais são os fatores dessas desigualdades? Como se explica tamanha diferença? Quem são os sujeitos e grupos mais vulneráveis?

Um exemplo de disputa que envolve o desenvolvimento urbano, que atende aos interesses econômicos e do capital, é o cais na cidade do Recife, situado na região central. O projeto pretende construir 12 edifícios de 40 andares à beira do Rio Capibaribe.

Esse tipo de arquitetura e planejamento urbanístico sofre críticas de parte da sociedade civil, que questiona a ocupação urbana excludente desse projeto, o impacto ambiental e a falta de uma política pública de moradia para os mais carentes próximos a regiões com boa estrutura urbana, como o centro do Recife.

Afinal, um projeto urbano que pretenda incluir as diferenças e a diversidade em seu território deve considerar os diversos interesses, contemplar grupos com várias rendas, entre outros aspectos que precisam ser considerados em meio aos conflitos que existem nas cidades brasileiras.

GLOSSÁRIO

Interstício: espaço entre duas coisas ou entre o que está junto e ligado; fendas.



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Priscilla Buhr/JC Imagem /Folhapress

Ativistas no entorno do cais José Estelita, antigo armazém de açúcar. Recife (PE), 2013.

Na fotografia, um grupo criado para questionar o projeto, o Ocupe Estelita, estende uma faixa que marca o ativismo contrário à entrega de uma área pública para a iniciativa privada. O debate sobre a cidade e seus espaços públicos gera lutas, controvérsias e visões distintas sobre qual modelo de desenvolvimento e de cidade devemos priorizar, além de compreendermos quais vozes atuam nessas situações.

1. Em sua cidade você conhece algum grupo que luta por moradia? Quais são os argumentos de seus integrantes em relação ao tema? Qual é sua posição sobre o assunto? Registre suas respostas e compartilhe-as com os colegas.

O caráter social do espaço urbano

GLOSSÁRIO

Subversivo: que vai contra o padrão dominante, buscando revolucionar, mudar e transformar esse padrão.

Nos últimos anos, um fenômeno nas cidades do Brasil chama a atenção: o resgate e a retomada dos carnavais de rua. Com seu caráter **subversivo**, livre e horizontal, as festas e blocos atraem uma multidão para as ruas em uma experiência coletiva e popular urbana. Uma das mais conhecidas e populares festas no Brasil acontece no Recife e em Olinda, em Pernambuco. O Carnaval de rua dessa região resgata e valoriza os ritmos regionais, como o maracatu e o frevo, além de movimentar as cidades nesse período.

Festas como essa transformam provisoriamente as relações urbanas nas cidades, sendo hoje parte de discussões e debates sobre a necessidade de organizar a folia, contemplar outros espaços para as brincadeiras, o volume econômico e de negócios que a festa movimenta, entre outros aspectos debatidos na atualidade por estudiosos do direito à cidade.

Grandes eventos nacionais e internacionais, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol no Brasil, também são representativos das disputas e dos desdobramentos em torno de diferentes concepções sobre o uso e a circulação nas cidades que evidenciam diferenças, conflitos e grupos em relação aos benefícios dessas iniciativas.

Os espaços urbanos, segundo o geógrafo Milton Santos, são: "construídos a partir da sua dimensão espacial e do seu caráter social, não podendo uma existir sem a outra. Dessa forma, as relações sociais são sempre relações espaciais, ou seja, são relações mediadas tanto pelo social quanto pelo espaço". Com base nessa perspectiva, esse sentido social está ligado à experiência sensível, às práticas do cotidiano nesses espaços, nos quais as atividades culturais em suas diversas correntes participam e evidenciam os conflitos nas cidades.

Outro exemplo de interação, com base na experiência e na vivência do cotidiano no espaço das cidades, ocorre com as pessoas em situação de rua. Há inúmeros estigmas sobre elas, e a diversidade que caracteriza esse contingente populacional, bem como os motivos que as levaram a viver nas ruas devem ser analisados e problematizados de maneira a pensarmos sobre nosso modo de conviver e olhar para o outro no espaço urbano.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Segundo o estudo *Cidadãos em situação de rua – Dossiê Brasil: grandes cidades*, publicado em 2017 pela Universidade Federal de Juiz de Fora, a urbanização crescente, aliada a fatores ligados à saúde, à educação, à segurança, à moradia, entre outras políticas voltadas ao urbano, produz uma quantidade cada vez maior de pessoas em situação de rua, que, além de excluídas e marginalizadas, são rotuladas, muitas vezes de maneira equivocada, como pessoas que não trabalham, que não desejam viver em condições mais dignas, entre outras questões que acabam se naturalizando diante da invisibilidade causada no restante da sociedade.

Com tanta exposição e pouca voz para disputar espaços e projetos nas cidades que as incluam, essas populações costumam ter seus direitos desrespeitados pela violência, pelo preconceito e pela falta de políticas públicas que as beneficiem.



Marlon Costa/Futura Press

Desfile de bloco de Carnaval em Olinda (PE), 2020.

Como planejar uma cidade?

Para resolver parte dos problemas socioambientais das cidades, o planejamento urbano é imprescindível. Todavia, para planejar é preciso fazer um diagnóstico profundo do espaço urbano e de seus atores sociais, bem como previsões futuras, além de definir as prioridades e escolher as soluções mais adequadas, tendo em vista o impacto social e o orçamento disponível. O diagnóstico e a elaboração são interdisciplinares, pois envolvem conhecimento e pesquisa de profissionais como arquitetos, geógrafos, engenheiros, sociólogos e economistas.

O espaço urbano é palco de diversos grupos sociais, por vezes, com interesses antagônicos. Assim, o planejamento pode sofrer pressões tanto de corporações privadas quanto dos movimentos sociais, o que pode resultar na escolha de um gestor público para implantar novos viadutos ou ampliar a rede de metrô, por exemplo.

Todavia, o planejamento não pode ser feito apenas nos gabinetes do governo. A relação com a sociedade civil, as associações de bairro, entidades comunitárias e organizações não governamentais (ONGs) é essencial na definição democrática das prioridades. Algumas cidades brasileiras tiveram experiências de engajamento dos cidadãos, a exemplo de Porto Alegre, com o orçamento participativo, em que as comunidades decidiam para quais setores seria alocado parte do orçamento público. Historicamente, as cidades planejadas segundo modelos rígidos e distantes da realidade nacional, a exemplo de Brasília, não equacionaram problemas básicos, como o acesso ao saneamento básico e à moradia, acabando por reproduzir a urbanização desordenada comum às cidades brasileiras.

Metrópole: cidade populosa, extensa e com alto nível hierárquico na rede urbana em decorrência da elevada capacidade de polarização (atração) associada à diversidade de atividades econômicas terciárias (comércio, serviços e finanças) e, por vezes, secundárias (indústria).

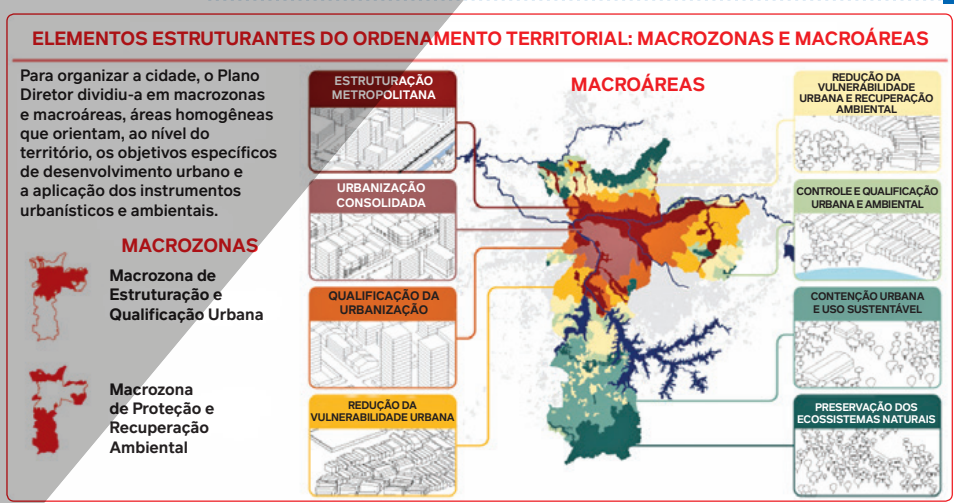
Plano Diretor

A gestão urbana é constituída de instrumentos legais importantes, como o Plano Diretor. A Constituição de 1988 consagrou o Plano Diretor como instrumento fundamental da política de desenvolvimento e expansão urbana para cidades. O Plano Diretor define as regras para a organização de grandes áreas de uma cidade, as normas gerais que agentes públicos e privados devem seguir para administrar, produzir e disputar o espaço urbano. A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo define as regras para áreas menores. Já o Código de Obras define regras para a construção das edificações dentro dos lotes.

No caso da **metrópole** de São Paulo, a mais populosa do país, com 12 milhões de habitantes, foi aprovado em 2014 o novo Plano Diretor Estratégico (PDE), com as diretrizes para o desenvolvimento [illegible] plano envolveu um processo participativo inédito da sociedade civil em que mais de 25 mil pessoas contribuíram com propostas de aprimoramento.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Plano Diretor de São Paulo: ordenamento territorial em macrozonas e macroáreas



Prefeitura de São Paulo, SP

Fonte: SÃO PAULO. Plano Diretor Estratégico. *In*: DADOS ABERTOS. São Paulo, 14 dez. 2015. Disponível em: http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/plano-diretor-estrategico-pde-municipio-de-sao-paulo. Acesso em: 18 jul. 2020.

GLOSSÁRIO

Deslizamento de terra: também chamado de escorregamento ou movimento de massa, ocorre em áreas com alta declividade (morros e serras) e alto índice pluviométrico, na maior parte das vezes em superfícies desmatadas e com urbanização irregular.

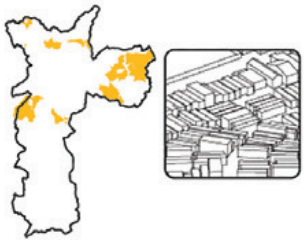
O principal objetivo do plano foi humanizar e equilibrar a metrópole, aproximando moradia do emprego no enfrentamento das desigualdades socioterritoriais. Para isso, foram definidas medidas como:

- combater a terra ociosa, que não cumpre a função social;
- implantar a política habitacional para quem precisa;
- valorizar o meio ambiente;
- orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público;
- qualificar a vida urbana na escala de bairro;
- promover o desenvolvimento econômico na cidade;
- preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais;
- fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade.

Mas como planejar uma metrópole? No caso de São Paulo, o Plano Diretor dividiu a cidade em macrozonas e macroáreas. Como cada macroárea apresenta um padrão de urbanização e problemas econômicos, sociais e ambientais numa combinação específica, então, precisa de soluções específicas.

Por exemplo, na Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, destacada na imagem ao lado, a prioridade é estimular a construção de moradias populares, melhorar os transportes e os incentivos fiscais para atrair empresas e gerar empregos, uma vez que grande parte das famílias se deslocam para outros bairros para trabalhar. Também é urgente a remoção da população de áreas de risco como morros sujeitos a **deslizamentos de terra**.

MACROÁREA DE REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE URBANA



Prefeitura de São Paulo, SP

Elevado índice de áreas precárias, irregulares e de risco, com baixa oferta de infraestrutura e equipamentos e com predominância de população de baixa renda.

Fonte: SÃO PAULO. Plano Diretor Estratégico. *In*: DADOS ABERTOS. São Paulo, 14 dez. 2015. Disponível em: http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/plano-diretor-estrategico-pde-municipio-de-sao-paulo. Acesso em: [illegible].

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Eduardo Anizelli/Folhapress

Deslizamentos de terra ocorridos após fortes chuvas podem produzir graves consequências, como a perda de vidas humanas e a destruição de moradias. Mairiporã (SP), 2016.

O Brasil apresenta um déficit habitacional de cerca de 7 milhões de moradias, principalmente para a população de menor renda. No país, os planos diretores de várias cidades propõem as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), ou seja, áreas destinadas à implantação de moradia digna para as famílias trabalhadoras de baixa renda. Na Zeis tipo 3 em São Paulo, imóveis ociosos, subutilizados e **cortiços** poderão ser transformados em moradias populares, uma vez que se localizam em áreas com boa oferta de serviços públicos e infraestrutura de transportes. São exemplos as áreas de bairros centrais como Santa Efigênia, Pari e Bela Vista, que ficarão reservadas para a população de até 3 salários mínimos. Também está previsto a regularização de comunidades e loteamentos irregulares.



Daniel Cymbalista/Fotoarena

Prédio abandonado transformado em cortiço. Famílias dividem um único cômodo para morar. São Paulo (SP), 2019.



Zanone Fraissat/Folhapress

Ocupação de imóvel ocioso por movimento social. São Paulo (SP), 2015.

GLOSSÁRIO

Cortiço: casarões antigos e edifícios deteriorados ocupados por famílias de trabalhadores de baixa renda que pagam aluguel e preferem morar próximo ao trabalho nos bairros centrais históricos que sofreram desvalorização ao longo do tempo.

Cabe salientar que alguns desses imóveis são objeto de ocupação de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que reivindicam a aquisição, pelo poder público, de prédios e terrenos subutilizados para a implantação de moradias populares. As ocupações resultam em conflitos entre proprietários e ocupantes, que, por decisão do Poder Judiciário, algumas vezes acabam em reintegrações de posse executadas pela polícia e marcadas por violência.

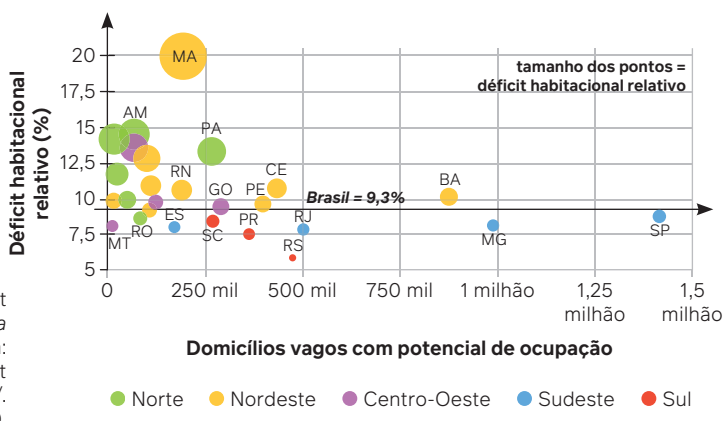
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Análise

Déficit habitacional

1. Após a leitura do gráfico, identifique o estado com maior déficit habitacional e aquele com maior potencial de domicílios vagos que poderiam ser mais bem utilizados como habitação.
2. Como a implantação de Zeis em bairros centrais das cidades pode contribuir para reduzir o déficit habitacional?

Brasil: déficit habitacional relativo por região – 2015



Tarcísio Garbellini

Fonte: SPAGNUOLO, S. O déficit habitacional no Brasil em 4 gráficos. *Agência aos Fatos*, 3 maio 2018. Disponível em: https://www.aosfatos.org/noticias/o-deficit-habitacional-no-brasil-em-4-graficos/. Acesso em: 13 jul. 2020.



Mauricio Simonetti/Tyba

Especulação imobiliária e verticalização causam a demolição de casas nas grandes cidades. São Paulo (SP), 2017.

Para aproximar a moradia do emprego, o plano estimula a construção de moradias, inclusive edifícios de apartamentos (adensamento populacional vertical), ao longo dos eixos de transporte como metrô, trens e corredores de ônibus. O objetivo seria reduzir o tempo gasto pela população em movimentos pendulares entre residências e locais de trabalho e lazer. O intuito também é estimular a mobilidade, diminuindo o uso do automóvel individual. Apesar das intenções, moradores de vários bairros protestaram, uma vez que a medida também estimulou a especulação imobiliária e a verticalização de bairros outrora residenciais e horizontais. Na Vila Madalena, por exemplo, casas térreas de muitas ruas foram compradas e demolidas para dar lugar a apartamentos de classe média e média alta. Os antigos moradores questionam qual é a garantia de que os novos moradores realmente vão utilizar o metrô. A consequência pode ser o aumento dos congestionamentos no próprio bairro.

1. Você é favorável à verticalização de bairros residenciais horizontais? Proponha uma norma do Plano Diretor sobre o tema.

O novo Plano Diretor de São Paulo recriou a Zona Rural, que tinha sido extinta no passado. Ela inclui parte da Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável, localizada no extremo sul do município. O objetivo é conter a expansão horizontal da cidade para ajudar a conservar os mananciais (nascentes que abastecem os reservatórios de água) e proteger o que resta do cinturão verde (pequenas propriedades produtoras de hortaliças, legumes e frutas), além de criar emprego e renda com atividades que garantam a conservação ambiental, como a agricultura orgânica e o ecoturismo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Fernando Brisolla/Folhapress

Loteamentos irregulares e lançamento de esgotos domésticos comprometem a qualidade da água de represa. São Paulo (SP), 2017.

1. Crie uma medida de Plano Diretor para solucionar o problema destacado na imagem.

Quem precisa de política?

Umas das questões mais presentes nos meios de comunicação e nos debates políticos em nosso tempo está relacionada à economia. No Brasil, assim como em outros países, destacam-se duas perspectivas que muitas vezes têm pontos convergentes e suas concepções sobre os rumos da política econômica do país: o desenvolvimentismo e o liberalismo. Por exemplo, quando defendemos privatizar empresas públicas, estamos falando de uma política mais liberal; por outro lado, quando entendemos que o Estado deve interferir na economia e regulamentá-la de maneira mais presente, por meio de políticas públicas, estamos falando de um modelo mais desenvolvimentista.

O debate sobre perspectivas políticas e econômicas é parte saudável de um regime democrático; nesse sentido, discordar, rever, sugerir e negociar faz parte do exercício e da construção de um Estado Democrático de Direito. Como um conjunto de ideias, essas doutrinas não estão fechadas, podendo produzir novas leituras, encontrar e estabelecer propostas comuns que misturem as diferentes visões, entre outros diálogos.

Os modelos desenvolvimentista e liberal precisam ser entendidos no contexto brasileiro em meio a transformações. Portanto, o projeto de desenvolvimento de um país deve ser compreendido com base em um contexto, em interesses, muitas vezes conflitantes, na concepção de nação por trás dessas propostas que, além de outros fatores, as políticas econômicas buscam executar.

Vamos conhecer um breve resumo dos processos em curso nos atuais debates políticos.

Liberais × desenvolvimentistas no Brasil

No Brasil, um dos marcos dessas divergências ocorreu em 1770, quando comerciantes do Rio de Janeiro reclamavam da fabricação de tecidos na então colônia portuguesa. No ano de 1785, essas queixas foram atendidas e a produção de tecidos foi proibida, sendo revogada apenas em 1808, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil.

Nesse contexto, os liberais, como o Visconde de Cairu, defendiam o livre comércio, o tráfico de africanos escravizados e a exportação. Alinhado aos interesses ingleses, esse grupo entendia que uma produção brasileira reduziria as exportações, prejudicando seus negócios. Em contraponto a essa visão, por meio de uma perspectiva desenvolvimentista, José Bonifácio, patrono da independência, em 1821 defendia o fim da escravidão, o estímulo à produção brasileira agrícola e de matérias-primas, a proteção às fábricas nacionais e a distribuição de terras a ex-escravizados, indígenas e imigrantes.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A defesa [illegible] perspectiva desenvolvimentista, tendo o Estado como o grande agente facilitador da produção econômica, em embate com a perspectiva liberal, vinculada ao mercado e aos interesses externos, refletiu nos rumos de sua economia, seguindo presente nos debates a respeito dela.

Durante o Período Imperial (1822-1889), as políticas econômicas intercalavam medidas liberais com medidas protecionistas.

Durante o Período Imperial (1822-1889), as políticas econômicas intercalavam medidas liberais com medidas protecionistas. A tarifa Alves Branco, assinada em 1844 pelo então ministro da Fazenda, estabelecia cobrança de altos impostos, que variavam entre 20% e 60% sobre produtos importados, gerando um primeiro grande ciclo de industrialização no país.

Em 1857 houve uma nova **guinada** liberal: a eliminação das taxas sobre os produtos importados prejudicou as indústrias nacionais, fazendo ganhar força mais uma vez a exigência de apoio à economia e à indústria nacionais. Esse apoio seguiu pelo Império e permaneceu nos primeiros anos da República, quando Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, viabilizou a Lei do Similar Nacional, de 1890, para dificultar a entrada de produtos importados produzidos pela indústria nacional. Essa lei foi revogada cem anos depois, em 1990, já no governo do presidente Fernando Collor de Mello.

GLOSSÁRIO

Guinada: desvio, mudança de rumo ou percurso.

Essa política protecionista de início da República voltou a ser alterada com a chegada ao poder do presidente Prudente de Morais (1894-1898), primeiro civil no cargo desde 1889. Seu governo defendeu exportar e importar produtos, negociou a dívida externa, entregou como garantia as

rendas dos portos, dos serviços de abastecimento de água, além da estrada de ferro Central do Brasil. Essas medidas liberalizantes levaram o governo a abandonar as obras públicas, afastando o Estado da indústria, na defesa da livre iniciativa e da concorrência entre os mercados.

A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas (1882-1954), que, considerando seus dois governos (1930-1945 e 1951-1954) permaneceu 19 anos no poder, trouxe consigo a ideia de uma política de desenvolvimento nacional. Com a criação em 1944 do Conselho Nacional de Política Industrial, a polarização entre desenvolvimentistas e liberais ganhou mais força em meio a divergências entre defensores da industrialização nacional, como Roberto Simonsen, e entusiastas do livre mercado, como Eugênio Gudin.

Nesse cenário, os desenvolvimentistas defendiam, entre outros fatores, o aumento das indústrias brasileiras, um capitalismo planejado e mecanismos de controle público contra crises, recorrentes naquele período – como o programa de investimentos públicos nos Estados Unidos, financiado pelo Estado estadunidense, conhecido como New Deal. Esse movimento atravessou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A herança varguista, com a implantação de infraestrutura industrial, fábricas de motores e caminhões, implementação de parques siderúrgicos, entre outras ações do Estado, consolidou a ideia de desenvolvimento, com fortalecimento da produção e ampliação para o mercado interno.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com seu projeto de modernização conservadora, buscava conciliar interesses e apoio ao desenvolvimento nacional, com abertura para o capital estrangeiro e o livre comércio, gerando progresso, a exemplo da cidade de Brasília, contudo sem alterar a dependência externa e as desigualdades sociais do país.



Fox Photos/Hulton Archive/Getty Images

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

No governo Juscelino Kubitschek a capital do Brasil migrou para o interior, com a construção da cidade de Brasília (DF), fotografia de 1960.

Pós-Juscelino, João Goulart, herdeiro político de Vargas, apresentou as reformas de base, de perspectiva desenvolvimentista para defender, entre outras coisas, a reforma da Constituição, a reforma agrária, as empresas brasileiras, bem como combater os monopólios privados. Essas e outras ações se chocaram diretamente com interesses nacionais e internacionais, que envolviam as relações políticas e econômicas no contexto da Guerra Fria, suscitando na ditadura civil-militar de 1964.

A política econômica dos governos militares, por sua vez, defendia a presença de capital estrangeiro, em alinhamento com os Estados Unidos e com parte de sua elite econômica. Contudo, o papel do Estado no desenvolvimento foi alvo de embates no interior da ditadura. Buscando conciliar valores e objetivos próprios da categoria dos militares, como a produção de armas e o controle de recursos naturais, inúmeros projetos de integração nacional foram estimulados sem controle social, o que manteve a dependência externa do país e as desigualdades sociais. Após o processo que desencadeou o esgotamento e o fim da ditadura civil-militar, o debate entre as diferentes concepções de desenvolvimento seguiu em discussão.

Após a elaboração da Constituição de 1988, durante os governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro, atual presidente, no cargo desde 2019, as divergências sobre qual política econômica deve ser implementada no país seguem gerando debates que pretendemos abordar na sequência deste estudo.

No caso das políticas econômicas, boa parte das discordâncias continua viva no Brasil e no mundo. Entre outras mudanças que seguem ocorrendo, fenômenos como a desindustrialização, a desigualdade e as transformações do mundo do trabalho nos convidam a aprofundar mais o assunto.

O desenvolvimento econômico e sua relação com a industrialização é objeto de interesse crescente diante das mudanças na forma de produção que afetam as condições de trabalho.

Nas cidades que passaram pelo processo de industrialização também ocorreram mudanças como crescimento da extensão territorial, aumento do fluxo de pessoas, ampliação do setor terciário (comércio, serviços e finanças), entre outros aspectos, que alteraram o modo de vida da população, além das estruturas sociais e políticas.

A industrialização no Brasil foi veloz e relevante para a estrutura produtiva no país, sobretudo a partir dos anos 1950, dinamizando a economia e gerando empregos, com um papel importante no crescimento das cidades e do comércio.

A concentração industrial na Região Sudeste remonta à transferência de capitais oriundos das exportações de café para o investimento em fábricas no início do século XX. Em seguida, com o advento da Era Vargas, a intervenção do Estado priorizou o Sudeste na indústria extrativa e de bens intermediários (mineração, siderurgia e petrolífera). A indústria de bens de consumo prosperou com capitais privados nacionais e transnacionais a partir dos anos 1950. As iniciativas de dispersão industrial vieram com a criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) pelo governo federal.

Embora o Sudeste ainda apresente 60% do valor da produção industrial do Brasil, a indústria vivenciou maior descentralização a partir da década de 1990. Algumas regiões com concentração industrial tradicional, como a Região Metropolitana de São Paulo, passaram a sofrer a deseconomia de aglomeração, isto é, a ocorrência de fatores que inibem investimentos, como alta carga tributária, alto valor dos terrenos, congestionamentos de trânsito, salários mais elevados e sindicatos combativos.

A partir de então, a dinâmica espacial da indústria foi impulsionada pela guerra fiscal – a competição entre estados e entre municípios pela atração de investimentos.

A descentralização conduziu ao crescimento industrial em estados como Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Goiás. Também provocou o deslocamento de empresas e novos investimentos para cidades de médio e pequeno porte do interior de estados como São Paulo, sendo um dos fatores responsáveis pelo crescimento demográfico maior das cidades médias em relação às metrópoles em decorrência de terem se tornado polos de atração migratória.

Guerra fiscal – vantagens para a atração de empresas

- Doação de terrenos pelo Estado.
- Menor custo com salários.
- Incentivos fiscais (redução temporária ou isenção de impostos).
- Infraestrutura de transportes (rodovias e portos).

Nos últimos 30 anos, o Brasil também enfrenta um processo de desindustrialização, uma vez que a indústria doméstica apresenta dificuldades tanto para exportar quanto para competir no mercado interno com os produtos importados. A China foi um fator fundamental na desindustrialização em escala global, ocupando um espaço expressivo com seus produtos de baixo custo. As exportações de *commodities* para a China provocaram a entrada excessiva de dólares no país, facilitando importações. Com a valorização do dólar ante o real durante longos períodos, os produtos industrializados brasileiros ficaram mais caros, diminuindo sua competitividade no mercado externo. Muitas indústrias fecharam e algumas importam a maioria dos componentes para seus produtos. A participação da indústria de transformação caiu de 27% (1986) para 11,3% do PIB (2015), num processo preocupante e com impacto na renda dos trabalhadores e das classes médias, uma vez que os salários pagos na indústria s[illegible] que em outros setores.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Economia criativa

A economia criativa gera novas possibilidades na vida urbana, oportunidades de trabalho, valorização do protagonismo juvenil, entre outros elementos que precisamos considerar quando estudamos o assunto. Segundo dados do Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada (Ipea) sobre o panorama da economia criativa no Brasil em 2013, estima-se que entre 1% e 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, aproximadamente 2% da mão de obra e 2,5% da massa de trabalhadores são provenientes de trabalho assalariado.

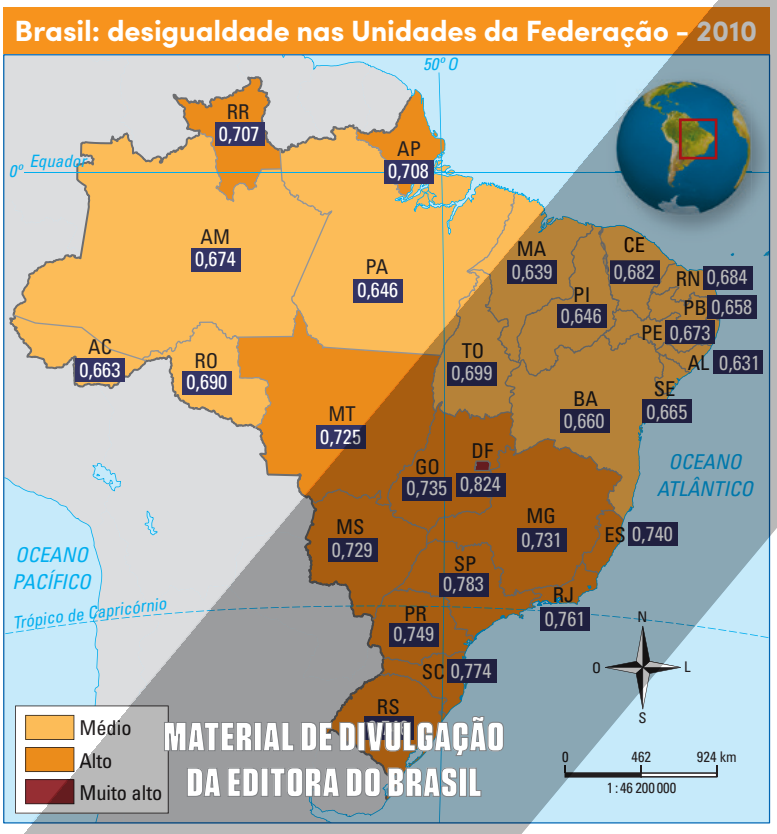
Além de terem esse privilégio, esses profissionais costumam ganhar mais e ser mais qualificados em relação ao tempo de escolaridade, de acordo com esse mesmo documento. Nesse setor, a criatividade ganha relações com aspectos econômicos, sociais e culturais de maneira expressiva, uma vez que sua participação no PIB é maior do que a de setores tradicionais, como as indústrias têxtil e farmacêutica. As principais áreas de atuação desses profissionais são: produção audiovisual, atividades artísticas, gastronomia, tecnologia, inovação etc. Quando você comparece a um evento musical, uma feira de quadrinhos, um encontro sobre tecnologia, você está fazendo parte desse dinâmico e importante setor e contribuindo para ele.

Desigualdade social no Brasil na atualidade

É importante pensarmos no tema da desigualdade e agirmos para combatê-la, uma vez que ela é parte de nosso cotidiano. Quando estudamos as cidades, identificamos grupos que vivem em condições de vulnerabilidade; quando pensamos sobre modelos e propostas de políticas econômicas, mesmo que divergentes, podemos entender que existe uma busca por um modelo de desenvolvimento que coloca a desigualdade no centro das políticas públicas, além de outros estudos que dialogam com esse assunto.

O mapa mostra a desigualdade com base nos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é um indicador que considera o desenvolvimento da saúde, educação e renda para comparar esses dados. Quanto mais próximas do 1,0, melhores são as condições desses pontos na região analisada.

Tarcisio Garbellini



Fonte: PNUD. Ranking IDHM Unidades da Federação 2010. *In:* PNUD. [Brasília: DF], c2020. Disponivel em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html. Acesso em: 13 jul. 2020.

A busca pela melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das pessoas justifica a importância de analisar e compreender o significado do IDH para identificarmos avanços, retrocessos e necessidades de investimento e ações governamentais que visem à mudança de contextos sociais, no que tange a combater efetivamente a miséria, as desigualdades e a pobreza.

No Brasil, percebemos que há desigualdades entre as regiões. No mapa, isso pode ser observado ao considerarmos o índice de Alagoas (0,631) e o de Brasília (0,824). Se compararmos com o índice no mundo, o Brasil (0,761) é mais desigual que a Noruega (0,954) e menos do que a Índia (0,647).

Inúmeros fatores sociais, históricos e políticos explicam esses números. Outros estudos buscam acrescentar nessas análises temas como a felicidade, a qualidade de vida, a empatia, entre outros valores que não sejam apenas econômicos.

Toda representação, como a do mapa, ao lado, pode ser aprofundada. A sociedade brasileira é desigual, uma vez que somos um país no qual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2018, o rendimento médio mensal dos 1% mais ricos foi 34 vezes maior que o da metade mais pobre. Com isso, o ganho dos 50% menos favorecidos foi de R$ 820,00, enquanto o rendimento dos mais ricos foi de R$ 27.744,00.

Durante nosso percurso, estamos estudando questões econômicas, participação política, modelos democráticos de ocupar a cidade e participar dela, entre outros pontos. Contudo, como você imagina que os brasileiros percebem esses números? O que será que pensam a respeito deles?

Muito se discute quando pensamos em quais soluções podemos encontrar para a desigualdade. O estudo em Ciências Humanas nos ensina que a desigualdade, em suas diferentes formas, é resultado da ação e interação humanas em diferentes contextos e espaços, de maneira que não podemos naturalizar essas questões.

Diante da perspectiva de estudarmos para compreendermos esse tema, podemos vislumbrar a possibilidade de transformar essa realidade, que desgasta a democracia, desrespeita os

direitos humanos de grandes grupos, além de ser um grande desafio para pensarmos sobre o projeto de desenvolvimento que queremos construir.

A pesquisa de 2019 da **Oxfam** em parceria com o Instituto Datafolha abordou o tema da desigualdade, as possíveis soluções, o papel do Estado nesse processo, as variáveis sobre o assunto, tais como a condição dos negros, das mulheres, entre outros grupos, além de contribuir para um diálogo entre o povo brasileiro sobre como enfrentar as desigualdades no país.

A **Oxfam International** é uma confederação de 19 organizações que atua em mais de 90 países, inclusive no Brasil, na busca de soluções para o problema da pobreza, da desigualdade e da injustiça por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

Políticas públicas de transferência de renda

Estudamos alguns dados sobre a desigualdade no Brasil que chamam a atenção pelo abismo entre ricos e pobres no país. Em 2001, ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi criado o Cadastro Único com o intuito de diagnosticar as condições vulneráveis de milhões de brasileiros, como forma de aplicar políticas públicas de maneira mais assertiva. Como resultado dessa iniciativa do governo FHC, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, que criou o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – o Bolsa Escola. A esse programa pioneiro foi acrescido, em 6 de setembro de 2001, o Programa Auxílio-Gás, instituído em 24 de janeiro de 2002.

Já em 2003, no início da presidência de Lula (2003-2011), o cadastro criado anteriormente foi integrado a outro programa, o Bolsa Família, ampliando-se, assim, a base de dados do governo, bem como o alcance desse suporte do Estado para atingir, ao longo dos governos seguintes, cerca de 14 milhões de famílias.

Portanto, o Bolsa Família deve ser considerado o resultado da unificação do Bolsa Escola (abril de 2001), do Bolsa Alimentação (setembro de 2001) e do Auxílio-Gás (janeiro de 2002).

Em 2020, durante a presidência de Bolsonaro, mais de 54 milhões de pessoas estão cadastradas e são beneficiadas por esse bem-sucedido programa de transferência de renda.

A importância desse cadastro pôde ser avaliada pela sua utilização como referência para a distribuição do Auxílio Emergencial durante a pandemia da covid-19, ao longo de 2020.

Na fotografia ao lado, uma das milhões de famílias brasileiras cadastradas para receber o auxílio do programa criado em 2003. O Bolsa Família foca três objetivos principais: acesso aos direitos, para que as gerações futuras quebrem o ciclo de pobreza de suas famílias; complemento de renda, para aliviar imediatamente a pobreza; e articulação com outros programas e ações do governo, como a vacinação, a matrícula na escola das crianças, entre outras exigências [illegible] famílias assistidas.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Um programa [illegible] regras e a uma organização que precisa ser compreendida quando estudamos o assunto. No caso do Bolsa Família, sua gestão é descentralizada, ou seja, os municípios, os estados e a União têm papéis definidos. As políticas de transferência de renda, portanto, obedecem a critérios e regras que devem ser fiscalizadas e aprimoradas pelo poder público, além de possibilitar a gestão e a prioridade dos recursos por parte de quem os recebe.



Inácio Teixeira/Pulsar Imagens

Família beneficiada pelo Bolsa Família. Poções (BA), 2016.

No caso dos municípios, por exemplo, eles precisam cadastrar e identificar em seus territórios as famílias de baixa renda, de modo a transmitir os dados para o órgão da união responsável pelo pagamento e pela verificação das informações fornecidas.

Isso significa que, quando debatemos políticas públicas, precisamos conhecer uma série de informações sobre a forma de sua implementação, saber quais são as divergências e convergências a respeito do assunto, identificar dados e análises sobre a eficácia de algum programa, entre outras informações importantes para o debate.

Formas de participação política

Diante de tantos desafios que a política nos impõe, cabe retomarmos a Constituição de 1988. A democracia no Brasil segue se consolidando; contudo, é fruto de uma construção que

GLOSSÁRIO

Cláusula pétrea: regulamentação constitucional que não pode ser revogada; ela é permanente, salvo se houver emendas constitucionais ou se for abolida.

Trâmite legal: percurso ou caminho que um projeto deve percorrer no âmbito do Poder Legislativo, de acordo com os preceitos constitucionais.

exige dos cidadãos, sob suas leis, atenção e participação política, que muitas vezes nem sequer sabemos ser possível.

Esse documento nos garante mecanismos de controle e participação popular, como o direito ao voto. Há também as **cláusulas pétreas**, que garantem direitos sociais, entre outras conquistas abordadas ao longo deste percurso.

Contudo, o fato de termos mecanismos de controle popular não significa que isso esteja garantido sem nenhum tipo de ação e participação da sociedade no jogo político. Provavelmente, você já escutou muito sobre o assunto, e sabemos que os desafios para a melhoria do sistema político e da democracia não são simples nem imediatos; no entanto, inúmeros recursos e possibilidades de participação existem e são garantidos no Brasil, mesmo que muita gente não saiba disso.

Por exemplo, no artigo 14 da Constituição estão previstas formas diretas de participação, como o plebiscito, os referendos e a iniciativa popular. O plebiscito é uma consulta à opinião pública para decidir alguma questão política. No Brasil, em 1993, os eleitores decidiram sobre a forma e o sistema de governo. Naquele momento ficou decidido que o país continuaria sendo uma república, com sistema de governo presidencialista. A decisão do plebiscito precisa passar pelo Poder Legislativo antes da consulta popular.

A decisão do plebiscito precisa passar pelo Poder Legislativo antes da consulta popular.

No caso do referendo, a consulta pública pode aprovar normas legais ou constitucionais, após elas já terem sido criadas e aprovadas pelos legislativos em seus diferentes âmbitos. Em 2005, o Brasil opinou sobre o Estatuto do Desarmamento, referendo no qual a população deveria votar sim ou não pela comercialização de armas de fogo e munição. Naquele período, a maioria das pessoas votou pelo não, ou seja, contra a proibição. Mesmo assim, o governo manteve o Estatuto do Desarmamento de 2003.

A iniciativa popular, por sua vez, possibilita ao povo apresentar ao Poder Legislativo um projeto de interesse coletivo para discussão dos parlamentares e a execução de seus **trâmites legais**, podendo transformar-se em lei. Um exemplo que iniciou na sociedade civil organizada e virou lei, após passar pelo congresso, foi a Lei da Ficha Limpa, de 2010.

Outras possibilidades que ajudam a melhorar o sistema democrático, por meio da fiscalização e participação popular, são: orçamento participativo, conselhos e associações comunitárias. Esses mecanismos propiciam que os cidadãos em suas cidades, bairros e região decidam, pressionem e organizem-se para participar das decisões diretamente ligadas ao seu cotidiano.

Todas essas maneiras e possibilidades de participação nos colocam em uma posição ativa e participativa diante da política e suas formas de representação. Quando falamos que todo político é ligado, que [illegible] nada, na verdade estamos negando a política e o próprio processo [illegible] e tenta manter o Estado Democrático de Direito em vigor.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Portanto, quando estudamos as recentes manifestações no Brasil, entendemos algumas posições e reivindicações divergentes, acompanhamos rupturas e protestos contra a ordem institucional, percebemos que estamos sempre falando de política em diferentes contextos. Aprendemos que os estudantes seguem debatendo e defendendo suas ideias e propostas para o país.

Quando estudamos os conflitos existentes nas cidades, entre outros assuntos abordados ao longo deste percurso, desejamos que vocês, estudantes, entendam a política, reflitam sobre ela, problematizem-na e atuem nela, com base na ideia de que ela segue aberta e em disputa para as gerações futuras.

#Ficaadica

Ipea: Panorama da economia criativa no Brasil, de João Maria de Oliveira, Bruno Cesar de Araujo e Leandro Valério Silva. Documento do Ipea sobre economia criativa, seus impactos e potencialidades para o desenvolvimento econômico no Brasil. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2026/1/TD_1880.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza, de Enrique Leff (Civilização Brasileira). Livro que apresenta o conceito de racionalidade ambiental, bem como as novas possibilidades e formas de transformar a natureza e se relacionar com ela.

Prática de pesquisa

Fórum de debate no formato ONU

Um fórum de debate é uma forma de tratar de problemas e conflitos abrindo espaço para que diferentes pontos de vista possam contribuir para encontrar uma solução em comum. Por essa razão, a Organização das Nações Unidas delibera muitas de suas resoluções e frentes de atuação, que envolvem diferentes países, usando essa estratégia. Ele pressupõe a organização da participação de cada um, delimitando uma ordem e um tempo de falas para que, dessa forma, emerja um ambiente imparcial.

Nessa prática de pesquisa, você irá, com os colegas, planejar e realizar um fórum de debates baseado nos Modelos de Simulação da ONU praticados por algumas escolas do mundo. O tema debatido será "Formas de solucionar as desigualdades no Brasil nos próximos 30 anos", e vocês assumirão diferentes papéis, a fim de chegar a dez ações que contribuam para diminuir nossas desigualdades.

Organização: turma dividida em 4 grandes grupos.

Duração sugerida: 5 aulas.

Materiais:

- computador com acesso à internet;
- livros;
- caderno;
- lápis/caneta.

Inspire-se, organize!

Pesquise, com os colegas e o professor, como funcionam os Fóruns ou Simulações da ONU. Busque entender um pouco da organização desse tipo de evento e, juntos, tentem adaptá-lo à realidade da escola. Pensando em um fórum deliberativo, com participação de toda a sociedade, organizem os seguintes aspectos:

- tempos de fala (exposição, réplica, tréplica etc.);
- mediação (quem será o mediador e qual será seu papel);
- papéis a serem desempenhados (algumas sugestões: Poderes Executivos municipal, estadual e federal; Legislativos municipal, estadual e federal; ONGs; movimentos sociais, empresários. Lembrem-se de que alguém deverá desempenhar o papel de mediador).

Pesquise!

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Formem duplas e distribuam os papéis entre elas. Isso significa que cada dupla representará, durante o debate, uma ONG, outra os empresários, e assim por diante, e que vocês devem argumentar considerando interesses e possibilidades desses grupos.

Em seguida, as duplas devem investigar os principais aspectos do tema: usando a internet, procurem compreender o que é e como se dá a desigualdade no Brasil, quais indicadores podem mostrar esse problema e como os números se modificaram ao longo do tempo. Tentem entender o lugar de fala, os interesses e a visão de mundo do grupo que a dupla representa.

Debata!

Durante o debate, vocês devem respeitar os tempos de exposição, as instruções da mediação e as falas das outras duplas. É importante se manterem no papel designado durante todo o tempo, defendendo de forma concisa e assertiva os interesses do seu grupo, mas sempre usando dados e informações verdadeiras e linguagem respeitosa.

O papel dos mediadores será organizar o debate e orientar todos no sentido de manter os combinados, além de registrar as falas.

Afinal, com a ajuda desses registros, a turma deverá montar um documento com dez soluções viáveis a longo prazo (30 anos), para sanar o problema da desigualdade no Brasil. Esse documento deve conter um relatório do desenvolvimento de cada ação, divergências e convergências previstas de acordo com o posicionamento de cada grupo e acordos e negociações feitos em termos da abordagem dos temas, do diagnóstico e das formas de intervenção.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. Em sua opinião, a charge abaixo é uma crítica à censura ou uma defesa dela? Justifique e compartilhe com o grupo.



2. Explique o conceito de direito à cidade citando um exemplo de conflito que envolve o estudo do tema.
3. Com base em seus estudos, faça uma reflexão escrita de modelo de consumo, impacto ambiental e possíveis soluções.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

4. Com o objetivo de aprofundar esse tema, vamos selecionar algumas perguntas para que você e os colegas, em grupos de três estudantes, respondam e, em seguida, analisem os dados e reflitam sobre o assunto.

Parte 1

Respondam às duas perguntas abaixo:

a) Nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil? Justifiquem.

b) Coloquem em ordem de importância alguns aspectos que considerem importantes para ter uma vida melhor daqui para a frente, do mais importante ao menos importante.

Parte 2

Consultem e analisem os dados e as respostas das questões acima acessando o documento da Oxfam, disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2019/ (acesso em: 22 jul. 2020).

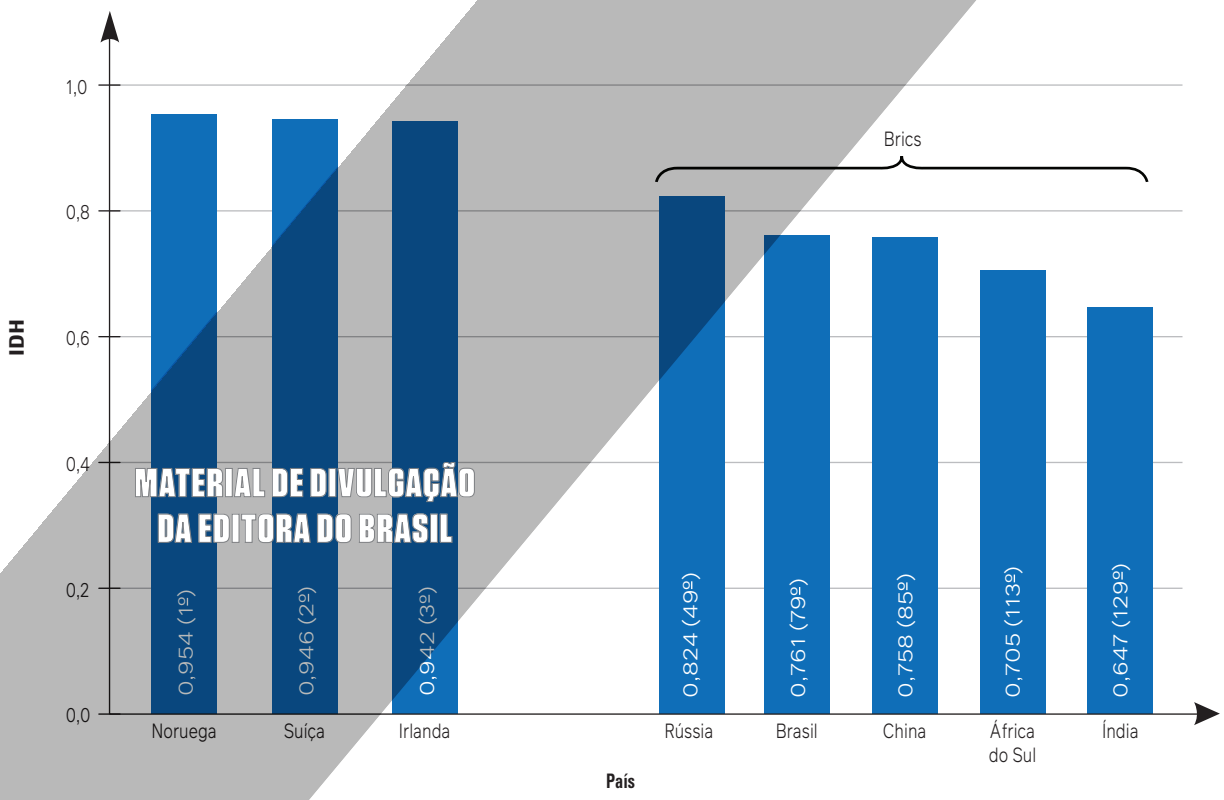
Em seguida, comparem os dados com as respostas do grupo, identificando semelhanças e diferenças entre os entrevistados e vocês, estudantes.

Parte 3

Com base na comparação entre as respostas do grupo e os dados da pesquisa, reflitam sobre a percepção de vocês a respeito da desigualdade considerando o papel do Estado nesse tema e compartilhem suas conclusões com a turma.

5. Considerando os estudos sobre a desigualdade no Brasil, além do que estudou neste percurso, explique-a e sugira uma medida para diminuí-la.
6. Explique, citando exemplos, se a divergência do papel do Estado entre desenvolvimentistas e liberais no Brasil ainda permanece.
7. Em sua escola existem meios de participação e representação política? Caso existam, quais são os maiores desafios e as conquistas? O que explica a não participação dos estudantes nessas questões?
8. Defenda sua posição sobre a atuação dos movimentos por luta de moradia nas cidades considerando o que estudou e pesquisando mais a fundo o assunto.
9. O que seria uma "gestão democrática"? Reflita sobre a importância desse modelo para a população.
10. Na cidade onde você mora há um Plano Diretor? Faça uma pesquisa sobre ele e indique os pontos que considera relevantes. Caso não haja, pesquise um plano de algum município próximo.
11. Quais são os mecanismos de participação política de sua cidade e a relação entre eles e os avanços para conquistas de direitos? Cite exemplos e, se possível, participe como cidadão de algum encontro na cidade.
12. Você é favorável à criação das Zeis com imóveis subutilizados nas cidades? Justifique.
13. Observe o gráfico a seguir e responda às questões.

O IDH no mundo – 2019



Tarcisio Gaberlini

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Fonte: PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Nova York: Pnud, c2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

a) Identifique o país com os melhores indicadores de desenvolvimento humano do mundo em 2019.
b) Pesquise e confirme se esse país se mantém na liderança mundial do IDH.
c) Dentre os países que compõem os Brics, qual era a posição do Brasil em 2019?
d) Pesquise e compare a posição atual do Brasil com a de 2019.
e) Faça uma pesquisa e indique dois fatores que justifiquem as diferenças entre os três países indicados no gráfico e aqueles que formam o grupo dos Brics.

UNIDADE 3



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

POR QUE DIREITOS HUMANOS?



Fotografia gentilmente cedida por Studio Kobra
© KOBRA, Eduardo/ AUTVIS, Brasil, 2020

Grafite do muralista brasileiro Eduardo Kobra. *Retrato do cacique Raoni*, 11,5 m × 15 m. Lisboa, Portugal, 2017.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

1. Que ideias essa obra de arte transmite?

2. A arte está relacionada aos Direitos Humanos?

3. Você produz alguma forma de arte para se expressar?

Na BNCC

Nesta unidade você vai trabalhar as competências gerais 1, 3, 4, 7 e 8, as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1, 2, 3, 5 e 6 e as habilidades EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS106, EM13CHS205, EM13CHS303, EM13CHS502, EM13CHS605.

O direito à diferença

Observando a imagem que está na abertura desta unidade, você pode perguntar qual seria a relação dos Direitos Humanos com as manifestações artísticas.

Nesta unidade, você verá que os Direitos Humanos são valores produzidos e conquistados em meio a lutas e organização de pessoas em diferentes contextos, que sofreram ou seguem sofrendo ameaças a sua dignidade e à condição humana, e defendem seus direitos de reproduzir e manter costumes, hábitos e valores, além de interagir com os outros segundo esses costumes.

Os povos indígenas do Brasil são exemplos de grupos sociais que, em diferentes tempos de nossa história, desenvolveram formas de resistência em defesa do direito de manter seu modo de vida tradicional.

A imagem da abertura desta unidade manifesta o engajamento do artista Kobra na causa dos direitos humanos, uma vez que expressa o respeito às diferenças e à dignidade.

Os direitos dos povos indígenas do Brasil continuam sendo violados e eles procuram se organizar e lutar pelo modo de vida deles.

Para tanto, vamos pensar sobre mais uma questão que envolve a obra e o tema deste percurso, o qual, por sua vez, começa a se abrir em toda sua abrangência e complexidade.

A imagem da página anterior lhe parece familiar?

O que ela representa para você?

A imagem tem diferentes significados e impacta as pessoas de maneiras diferentes.

As perguntas a respeito da obra de Eduardo Kobra devem provocar uma reflexão inicial sobre os dois assuntos que vamos tratar nesta unidade: o primeiro é a compreensão de que os Direitos Humanos são uma forma de garantir a dignidade das pessoas independentemente de etnia, religião, origem, gênero ou condição social; o segundo é a concepção de que o acesso à arte é um direito humano fundamental para o pleno desenvolvimento dos indivíduos – e ocorre por meio da **fruição** de diferentes linguagens: pintura, música, literatura, teatro, cinema, entre outras expressões humanas criativas e sensíveis.

GLOSSÁRIO

Fruição: ato de fruir, ou seja, de desfrutar algo, de usufruir e aproveitar alguma coisa.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Quais linguagens artísticas você conhece? Há algum gênero musical de sua preferência? Você já se emocionou com uma poesia? Quando estudamos a relação entre os Direitos Humanos e as [illegible] artísticas, estamos falando de diferentes contextos, intenções e maneiras de os artistas produzirem ou lutarem pelo que acreditam, imprimindo nas obras múltiplos posicionamentos sobre o tempo em que vivemos.

Pode parecer, em um primeiro momento, que o tema "Direitos Humanos" seja difícil de entender; contudo, quando estudamos a respeito, percebemos que muitas coisas que gostamos e podemos fazer – ou, por outro lado, que gostaríamos de fazer, mas não podemos – têm relação com esse assunto.

No Brasil, vários grupos são exemplos de luta, resistência e organização, em diferentes tempos de nossa história, para a manutenção de seu modo de vida e a proteção de suas causas como os povos indígenas e os negros, entre outros.

O diálogo entre a construção dos direitos e as expressões artísticas, como o painel de grafite apresentado na abertura desta unidade, mostra maneiras de expressar um assunto, formas de organização e luta para enfrentar desafios.

Neste percurso de estudo pretendemos aprofundar o conhecimento sobre essas e outras possibilidades pela discussão da importância de considerar e valorizar as diferenças para desenvolver e manter a dignidade humana.

Pensar no direito à diferença como forma de dignidade e existência compreende o estudo de questões relacionadas a aspectos sociais, históricos, culturais e territoriais, de maneira integrada e dialógica.

Quando nos deparamos com o que é distinto ou desconhecido, é comum nos afastarmos ou generalizarmos essas diferentes formas de existência. No entanto, a ideia contemporânea dos Direitos Humanos reforça que ao convivermos com as diferenças aprendemos mais sobre nós mesmos e os outros, por isso devemos valorizá-las.

Vamos pensar em mais uma questão que envolve a obra e o tema deste percurso, que, por sua vez, começa a mostrar toda sua abrangência e complexidade.

A pluralidade religiosa

Vamos iniciar nossas reflexões acerca dos Direitos Humanos com este exemplo: quando pensamos na pluralidade religiosa, ou no direito de as pessoas fazerem parte de alguma religião ou de não seguirem nenhuma, como os **ateus**, estamos falando de tolerância, do diálogo entre as diferenças, da convivência com respeito, conquistas pautadas na dignidade da condição humana.

GLOSSÁRIO

Ateu: aquele que não crê em Deus, ateísta.

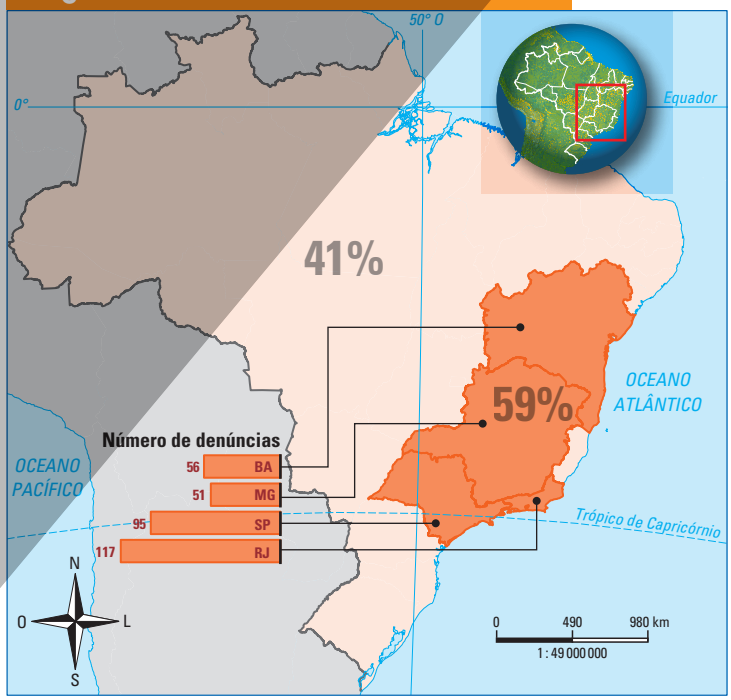
O Disque 100 é um canal telefônico criado em 2011 pela então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para denúncias de casos de violações. Vejamos alguns dados sobre violência contra pessoas que professam religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé, no mapa ao lado.

Observamos que as denúncias se concentram em estados com grande população negra – Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Quando nos deparamos com essa quantidade de casos, podemos entender que o direito à liberdade religiosa, previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, está sendo violado no Brasil. Ou seja: embora a legislação brasileira garanta o livre direito ao culto, de maneira igualitária, a religiões de matriz africana, do cristianismo e ateus possam viver e conviver sem ataques, na prática isso não ocorre para os primeiros.

Esse é um exemplo de direito que os Direitos Humanos buscam garantir.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Brasil: denúncias de violência contra religiões de matriz africana – 2017-2018



Alessandro Passos da Costa

Fonte: TÁVORA, F.; SOUSA, J.; LIRA, P.; SILVA, V. R. Terreiros na mira. *Gênero e Número*, *s. l.*, 5 jun. 2019. Disponível em: http://www.generonumero.media/terreiros--na-mira/. Acesso em: 15 jul. 2020.

1. Você se sente, ou já se sentiu, violado em seus direitos? Explique a sua resposta.
2. Converse com seus colegas a respeito da seguinte questão: Direitos Humanos – para quem e por quê?

Tanto a obra de Eduardo Kobra quanto o gráfico de violação ao direito dos praticantes de religiões de matriz africana no Brasil buscam, cada um a seu modo, o combate à intolerância.

PERCURSO 5

Direitos Humanos: uma criação?

A noção contemporânea de Direitos Humanos tem relação direta com as transformações na comunicação, no comércio, nas lutas de diferentes grupos por direitos, no modelo de sociedade urbana e industrial; ademais, relaciona-se também com importantes eventos históricos, como a Revolução Francesa, e com algumas correntes de pensamento, como o Iluminismo. Todos esses fatores moldaram esse conjunto de valores de pretensões universais (ou seja, que tinham como objetivo alcançar todos os seres humanos, sem exceção).

Contudo, a própria noção de universalidade é algo que podemos questionar e problematizar, pois estamos falando de uma ideia de unidade que é construída e apresentada, sobretudo pela Europa, no cenário pós-Segunda Guerra Mundial.

Novo paradigma ético

Os crimes contra a humanidade cometidos pela Alemanha nazista e pela Itália fascista foram pensados dentro de um quadro de legalidade nos dois países. Naquele contexto, estava dentro da lei autorizar ações de extermínio contra minorias consideradas inferiores em diversos aspectos – e que, portanto, deveriam ser eliminadas. Assim, judeus, ciganos, pessoas com deficiência, homossexuais, testemunhas de Jeová, entre outros, foram mortos de maneira "legal" pelos sistemas jurídicos dessas nações.

Porém, com a derrota das forças nazista e fascista, uma perspectiva crítica ao modelo jurídico dessas nações ganhou energia, e um novo **paradigma** ético de direitos se impôs: os direitos contemporâneos deveriam ser universais e indivisíveis.

Nesse aspecto, quando estudamos e analisamos a construção da ideia de Direitos Humanos, precisamos considerar contextos e valores que foram se transformando e seguem sendo modificados por meio de embates que caracterizam a história da humanidade.

Partindo da **premissa** de que existem concepções distintas sobre a dignidade em sociedades cada vez mais multiculturais – em que diferentes visões de mundo convivem nem sempre de forma pacífica –, buscar consensos sobre quem é o ser humano e como deve ser pensada a sua dignidade é uma importante tarefa para o **diálogo intercultural**.

Vamos analisar esse processo de construção e invenção dos Direitos Humanos por meio de seus principais enfoques, de sua forma de organização jurídica pelo mundo, das violações que atentam contra a dignidade de pessoas e grupos, das diferentes dimensões em relação à vida cotidiana, entre outros aspectos que servem como subsídios para que você, estudante, problematize seu contexto e sua realidade.

GLOSSÁRIO

Paradigma: um exemplo que serve como padrão.
Premissa: ponto-base ou ponto de partida para a defesa de uma ideia ou raciocínio.

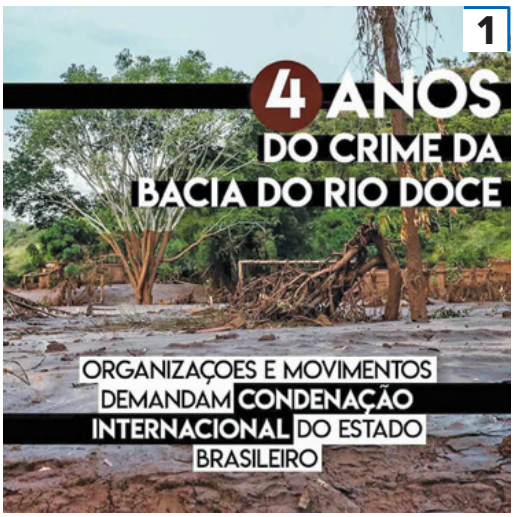
Diálogo intercultural: [illegible] entendido como forma de estabelecer diálogos entre diferentes culturas e meio para respeitar e promover a diversidade de culturas em nível local e global. De acordo com a Unesco, para ser bem-sucedida a prática do diálogo intercultural necessita que os envolvidos pratiquem a capacidade de ouvir, a empatia e a hospitalidade. Em outras palavras, o diálogo entre culturas ocorre com a abertura ao outro e é essencial para a construção de uma cultura de paz.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Análise

Violações aos direitos humanos

Para conhecer um pouco a respeito dos Direitos Humanos pelo mundo, bem como suas violações, vamos analisar e problematizar a sequência de imagens.



Coleção particular

Cartaz de protesto chama a atenção para a questão do rompimento da barragem em Mariana (MG), 2019.



Museus Castro Maya, Rio de Janeiro

Jean-Baptiste Debret. *Feitores açoitando negros na roça*, 1828. Aquarela sobre papel, 15 cm × 19,8 cm.



Cadu De Castro/Pulsar Imagens

Alojamento de refugiados venezuelanos, que buscam regularização de permanência no Brasil. Pacaraima (RR), 2019.

1. As imagens 1, 2 e 3 estão relacionadas à violação dos Direitos Humanos? Justifique sua resposta.
2. Em sua cidade ou país, existem pessoas vulneráveis que necessitam ter seus direitos fundamentais protegidos?
3. Há mensagens em comum que podem ser extraídas dessas imagens?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

As imagens sobre violações aos direitos humanos analisadas nos levam a refletir sobre a amplitude e a complexidade do estudo da luta por direitos humanos no Brasil e no mundo. Por exemplo, quando estudamos questões envolvendo crimes ambientais, como o caso da Bacia do Rio Doce, precisamos considerar seus impactos e desdobramentos para as populações ribeirinhas, para os povos indígenas, para a economia das cidades pelas quais ele atravessa, a fauna e a flora da região, além de outros, que pretendemos ampliar ao longo deste estudo.

Assim como os crimes ambientais e respectivos impactos sociais são parte deste percurso, também o é o estudo sobre as raízes autoritárias no Brasil com base no modelo de escravidão (que segue deixando marcas em nossa sociedade); por exemplo, a tortura, considerada crime contra a humanidade, era comum em todo o período da escravidão e ainda está presente no cotidiano do país.

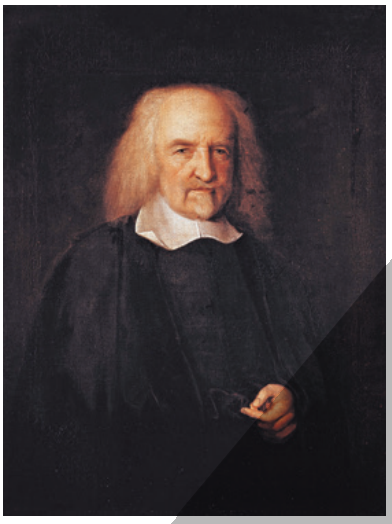
O caso de refugiados e imigrantes no Brasil e no mundo é outro tema que abrange a luta e a conquista dos direitos humanos. Refletir e estudar sobre a condição das pessoas que buscam sobreviver a crises e conflitos em seus territórios, bem como sobre as violações e as inúmeras ações de solidariedade e conquistas desses grupos, é mais um dos recortes que pretendemos aprofundar para entender e analisar o desenvolvimento da ideia de direitos humanos.

O jusnaturalismo na construção dos direitos

Até este momento do percurso, você leu e refletiu a respeito da construção da ideia dos Direitos Humanos. Avançando um pouco mais, podemos refletir sobre como as dignidades física e psíquica dos indivíduos foram ameaçadas em sociedades com base escravocrata organizadas sob a perspectiva de que uns dominam e alguns obedecem, entre outras experiências da História, no Brasil ou no exterior.

Como será que, em diferentes contextos, a defesa por igualdade de direitos foi se consolidando?

No chamado mundo moderno, por exemplo, se nos basearmos na experiência de países como Estados Unidos, França e Inglaterra, veremos que houve processos revolucionários e de rupturas que transformaram suas realidades, servindo de base para inspirar outros movimentos e mudanças no contexto do século XIX. Esse período (1789-1848), entendido pelo historiador inglês Eric Hobsbawm (1917-2012) como a Era das Revoluções, transformou e segue transformando territórios e dinâmicas sociais com a consolidação global do modelo industrial capitalista e da ideia de igualdade burguesa.



National Gallery, Londres

John Michael Wright. *Retrato de Thomas Hobbes*, século XVII. Óleo sobre tela, 66 cm × 54 cm.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Museu do Louvre, Paris

Hyacintthe Rigaud. *Retrato de Luís XIV*, 1701. Óleo sobre tela, 2,77 m × 1,94 m. Conhecido por Rei Sol, símbolo de seu reinado absolutista na França.

Um exemplo da crença na igualdade burguesa, construída nesse contexto de revoluções, como a inglesa e a francesa, é a corrente jurídica chamada jusnaturalismo, que defende a existência de direitos naturais a todos os seres humanos. Segundo ela, o direito seria natural, universal, inviolável e independente da vontade humana.

A concepção jusnaturalista surge em um contexto de transformações sociais e econômicas em parte da Europa no século XVII durante o processo de ascensão e consolidação da burguesia e do declínio das relações feudais, entre outras mudanças. Diante desse cenário, era preciso explicar e justificar a existência do Estado burguês e a nova ordem social.

Thomas Hobbes (1588-1679) é um dos pensadores desse período que entendia que existe um estado de natureza no qual o ser humano pode fazer uso de seu poder de maneira violenta e imprevisível, sem nenhum tipo de controle. Essa condição, portanto, seria perigosa à sobrevivência da espécie humana.

Nesse sentido, criou-se, no contexto do absolutismo europeu, a justificativa e a necessidade de um soberano para assegurar a paz. Em troca de segurança as pessoas renunciavam ao seu estado de natureza e se submetiam ao seu líder. Mas, com o surgimento do jusnaturalismo, abriu-se espaço para a discussão sobre a justiça e a ideia de um direito justo.

Ética e cidadania

A ideia de naturalizar o direito das pessoas influenciou diretamente as declarações de independência de nações como os Estados Unidos, em 1776, e fez parte do processo de construção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França, em 1789. Esses documentos espalharam a perspectiva de que o mundo, até então dominado pelas leis divinas, podia ser racional e colocaram em prática a centralidade do humano nos debates e nas propostas; eles reforçaram a promessa de universalidade dos direitos e, sob certos aspectos, seguem como base da doutrina dos Direitos Humanos em nosso tempo.

Quando defendemos direitos como as liberdades individuais, comerciais e de expressão, devemos entender que essas ideias são expressões políticas de determinada época e contexto, ou seja, são desenvolvidas e conquistadas. Portanto, são produtos de um processo histórico que permanece em transformação. Por isso não podemos naturalizar esses princípios, mas, sobretudo, precisamos compreendê-los como valores que se modificam de acordo com transformações.

As instituições políticas e jurídicas, erguidas com o desdobramento desses processos revolucionários, são expressões da ideia de cidadania em nosso tempo. Ser cidadão em Atenas, na Antiguidade Grega, ou em Roma, durante o Império Romano, não significa o mesmo que ser cidadão de um Estado democrático de direito em pleno século XXI. O uso de um mesmo termo em diferentes contextos – e com diferentes abrangências – ilustra a ideia de construção de direitos que pretendemos seguir apresentando a vocês.

Ser cidadão em Atenas, na Antiguidade Grega, ou em Roma, durante o Império Romano, não significa o mesmo que ser cidadão de um Estado democrático de direito em pleno século XXI.

A luta pelo direito das mulheres, assim como outras pautas de reivindicações, deve ser compreendida em seu processo de construção em diferentes contextos. Por exemplo, quando estudamos a sociedade ateniense no Período Clássico, entre os séculos VI a.C. e IV a.C., devemos considerar que as mulheres, nesse modelo de sociedade, não gozavam de direitos, seus papéis sociais e políticos eram diferentes daqueles exercidos pelos homens. Elas eram separadas de seus irmãos e viviam sob o controle das figuras masculinas, ou seja, quando comparamos aquela sociedade com a participação e a disputa que envolve a luta feminina hoje, percebemos mudanças como a conquista, pelas mulheres, do direito ao voto e de serem eleitas, a liberdade de voz, entre outras, mesmo que ainda estejamos diante de um processo de luta e construção de direitos com muitos desafios pela frente.

Para elaborar melhor esse ponto, com a mediação de seu professor, reflita sobre o sentido de ser mulher em Atenas em meados do século V a.C. Então, compare essa situação com a luta das mulheres por direitos em nosso contexto.

> Isso é realmente prodigioso! Onde foi que descobriu esta "coisa" que acaba de falar? Que país nutriu uma mulher tão audaciosa? Falar assim abertamente, com esta falta de vergonha! Não quero acreditar que ela tenha cometido esta ousadia aqui entre nós! Mas tudo pode acontecer de agora em diante, e aprovo o antigo provérbio: "É preciso olhar embaixo de cada pedra para não ser mordido por um... orador". Nada há de pior que as mulheres atrevidas por natureza, a não ser as outras mulheres!
>
> ARISTÓFANES. *As nuvens; Só para mulheres; Um deus chamado dinheiro.* Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 176.

Na imagem abaixo, vemos uma manifestação pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, tema que é parte do cotidiano de mobilização das mulheres, desenvolvido e aprofundado em diferentes contextos, os quais precisamos considerar quando estudamos o surgimento da ideia de cidadania e luta por direitos.



Horacio Villalobos - Corbis/Corbis/Getty Images

Manifestantes apoiam os direitos das mulheres como parte de uma manifestação nacional organizada pelo Movimento Democrático de Mulheres de Portugal (MDM) para reafirmar o significado histórico da luta das mulheres e da celebração dos direitos e das conquistas. Lisboa, Portugal, 2019.

A amplitude do tema e a respectiva mobilização seguem no Brasil, considerando-se, além da questão do gênero feminino, o aspecto racial, pois a mulher negra sofre ainda mais com a não garantia de seus direitos e atua, ao mesmo tempo e de maneira integrada, na luta contra as formas de violação dos direitos que asseguram a condição e a dignidade das mulheres brasileiras.

Vozes

A filósofa Djamila Ribeiro é uma das principais vozes no combate ao racismo, tem forte presença nas redes sociais e nos meios de comunicação, acumula seguidores e é referência contemporânea nos espaços de debates sobre os movimentos das mulheres, sobretudo a mulher negra, na luta por diversidade e direitos.



Marcus Leoni/Folhapress

Djamila Ribeiro, Paraty (RJ), 2018.

O modelo de participação política que praticamos hoje no Brasil não foi conhecido no Mundo Antigo. A eleição de representantes por voto universal, com o voto de mulheres, pessoas maiores de 16 anos, analfabetos, ricos e pobres sequer foi cogitado em outras épocas. Hoje vivemos em uma sociedade de massas, interconectada, que segue lutando por novos mecanismos de participação e decisão sobre o rumo do país – comportamento com elementos simbólicos positivos, ou seja, a vontade de participar, lutar e propor mudanças para a realidade política é, na maior parte das vezes, reconhecida como legítima e positiva.

Nesse aspecto, atuar na luta por direitos no tempo presente é exercer a cidadania, buscar melhorias. Essa manifestação é representativa da mentalidade de um tempo e de um contexto, uma vez que, em um Estado autoritário e repressivo, um cidadão que luta por direitos provavelmente será perseguido, preso e silenciado. Segundo o jurista, professor e escritor brasileiro Fábio Konder Comparato, "os direitos fundamentais da nova cidadania não se limitam à distribuição de bens materiais. Eles abrangem também o acesso a outros, de natureza intangível, como a informação e a comunicação social. A civilização antiga era a sociedade do face a face. A civilização contemporânea é a sociedade da comunicação universal e impessoal".



Jr Manolo/Fotoarena

Usando as redes sociais, manifestantes se mobilizam e vão às ruas contra os cortes anunciados pelo governo federal para a Educação. Maceió (AL), 2019.

A comunicação mencionada pelo jurista faz parte da sua rotina. Você deve seguir pessoas que admira em redes sociais, o que demonstra, em nosso tempo, a possibilidade de ampliação da participação na vida política e social. Para observar a amplitude dos Diretos Humanos em nosso contexto, que reforça o que seria essa cidadania no século XXI, vamos pesquisar e entender os Direitos Humanos de primeira, segunda e terceira dimensões.

Ética na Filosofia

No século VI a.C., os filósofos gregos entendiam que a ética era o resultado de um modo de ser. O indivíduo adquiria por hábito as leis e os costumes de seu tempo, vivia de acordo com eles, e a permanência de tais costumes definiam seu caráter. Tais pessoas eram os cidadãos responsáveis pelo destino da *pólis*, a cidade grega. Nesse contexto, ética e moral buscavam explicar qual o modo de agir em relação ao outro.

Assim como o sentido de Direito mudou e segue se transformando, para a Filosofia, atualmente, a ética implica num processo reflexivo que pretende entender como se definem, constituem e se recriam os padrões morais. A moral é, hoje, compreendida como a ação e a prática humanas, construídas e reproduzidas por modelos e padrões presentes na vida e na existência das pessoas.

Essa prática, por sua vez, envolve a individualidade e a coletividade, os fatores internos e externos, que podem ser ampliados e problematizados pela educação. O humano, ao agir moralmente, torna possível sua convivência em coletividade, organizada pela racionalidade, por meio de códigos normativos que orientam a atuação no mundo e a relação com o outro. Nossas ações têm efeitos sobre as pessoas; a convivência amplia o conflito entre as normas e a nossa subjetividade ou crença, tornando um desafio pensar sobre como agimos em relação ao próximo.

A ética permite que a relação entre direitos e deveres, ou vontade e obrigação, nos exponha à importância de tratarmos os conflitos de maneira aprofundada. Ser um sujeito coletivo é construir, respeitar e participar de decisões coletivas que melhorem sua vida e sua comunidade. Nesse aspecto, você deve refletir, relacionar e agir partindo do seu cotidiano escolar. Relações que são estabelecidas entre estudantes, professores, funcionários e demais trabalhadores são construídas por códigos e normas que buscam dar limites que evitem conflitos, ou seja, regras de conduta do ambiente escolar.

Análise

Escola de Atenas

A imagem abaixo é de um afresco feito pelo pintor renascentista Rafael entre 1509 e 1511, sob encomenda do Vaticano, sede do poder papal da Igreja Católica Apostólica Romana até hoje. Essa obra tem muitos detalhes e possibilidades de análise. Uma delas são as estátuas à direita e à esquerda do centro do quadro, que representam, respectivamente, Apolo, deus da música, da beleza, da juventude e da cura, e Atena, deusa da sabedoria e da paz. A obra demonstra como o artista, vivendo no século XVI na Europa, compreendia o papel e a centralidade da Filosofia para parte do mundo grego, sobretudo, entre os séculos V a.C. e IV a.C.

Esses personagens retratados no auge do Período Renascentista buscam resgatar e valorizar o papel da filosofia antiga e sua influência naquele contexto histórico. Prova dessa intenção do autor encontra-se no centro do quadro: em destaque, Platão (ca. 427-347 a.C), com uma mão apontando para o alto e a outra carregando um livro, e Aristóteles (385-323 a.C), com uma mão direcionada para baixo e a outra também segurando um livro.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Rafael Sanzio. *A Escola de Atenas*, 1511. Afresco, 5 m × 7,7 m.

Palácio Apostólico, Museus Vaticanos, Vaticano

Depois dessa breve apresentação, vamos pesquisar e analisar as intenções e as referências apresentadas na pintura.

1. Pesquise o papel da Filosofia e dos filósofos na sociedade ateniense.
2. Qual era a intenção do autor ao reproduzir, em uma pintura do século XVI, personagens e referências de um período mais antigo, como a Grécia Clássica (século V a.C.)? Justifique sua resposta analisando detalhes da imagem e considerando sua pesquisa sobre o mundo grego e o Período Renascentista.



Aloisio Mauricio/Fotoarena

Renato Janine Ribeiro. São Paulo (SP), 2019.

O professor de ética Renato Janine Ribeiro, da Universidade de São Paulo, assim respondeu, em 2003, quando perguntado sobre o que é ser ético em nossos dias:

> Tomando as raízes sociais da demanda pela ética: nós a queremos porque ela é que nos permitirá uma convivência minimamente decente. Não temos mais base social para viver segundo valores da desigualdade e da discriminação. Os valores da igualdade, do respeito ao outro, tornam-se o requisito mínimo para nossa sociedade sobreviver. O clamor por ética está ligado a isso. Disso, que é um fator social altamente positivo, decorre algo que me deixa, porém, cético. Muitas pessoas pensam que estão clamando por ética como se isso fosse algo puro, a busca do certo, quando as coisas são mais complexas; o clamor por ética, às vezes, se traduz na pergunta simplista: Isso é ético ou não?

RIBEIRO, Renato Janine. Ética e direitos humanos. Entrevista cedida a Maria L. Toralles-Pereira e Reinaldo A. de Oliveira. *Interface*, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 149-166, fev. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832003000100015. Acesso em: 15 jul. 2020.

As dimensões dos Direitos Humanos

As noções de ética e cidadania que estamos estudando nos permitem entender que os direitos são frutos de seus contextos, e estes precisam ser compreendidos quando tratamos da construção dos Direitos Humanos. Para tanto, vamos ampliar essa noção com base nas três dimensões dos Direitos Humanos no tempo e espaço em que foram sendo estabelecidos.

A **primeira dimensão dos Direitos Humanos** tem como principal marca a resistência e a oposição ao Estado; manifesta-se como liberdade pública traduzida em direitos políticos e civis. Seu marco inicial está relacionado aos processos revolucionários na França e à independência dos Estados Unidos.



Biblioteca Nacional da França, Paris

Pilhagem no armes aux Invalides, 1789. Gravura. A imagem representa a multidão contra a Guarda Nacional em Paris, durante a Revolução Francesa (1789).

Os **Direitos Humanos da segunda dimensão** foram impulsionados pela exploração do trabalho a partir da Revolução Industrial, que se consolidou durante o século XIX; eles proporcionaram avanços nos direitos sociais, culturais e econômicos sob a ideia de revolução proletária.

Na **terceira dimensão de Direitos Humanos**, a ideia de fraternidade e solidariedade entre os povos permite o surgimento de temas comuns aos seres humanos, independentemente de sua origem ou condição social. Nesse aspecto, o meio ambiente, o patrimônio comum da humanidade e a comunicação são entendidos como de todos e passam a ser organizados por pactos e tratados internacionais.

Em suma, as dimensões dos Direitos Humanos seguem em construção, de maneira que estudiosos já acreditam em uma quarta dimensão, que seria a institucionalização do Estado social, na qual o direito à informação e ao pluralismo devem fazer parte da normatividade jurídica dos países e das instituições de governança global.

Considerando o processo de construção dos Direitos Humanos e o respeito à dignidade da pessoa humana, organize seus estudos em grupo para pesquisar, ampliar, analisar e problematizar as dimensões dos Direitos Humanos a seguir.

1ª dimensão: direito à liberdade individual, à liberdade de expressão e à propriedade privada.

2ª dimensão: direitos econômicos, sociais e culturais.

3ª dimensão: direito das minorias, dos LGBTs, das pessoas com deficiência, direito ambiental, "direito à cidade", entre outros.

Etapa 1

Para cada dimensão, considere:

- o contexto histórico;
- o significado de liberdade e participação que ela carrega naquele contexto.

Etapa 2

Ao final, vocês devem apresentar à turma um tema dos Direitos Humanos da dimensão que seu grupo se aprofundou e sua representatividade na sociedade brasileira. Para isso, busquem dados, referências teóricas e descubram como a Constituição brasileira aborda esse tema.

Quando estudamos o tema dos direitos humanos, a divisão em dimensões nos ajuda a compreender o processo de construção e conquista em diferentes contextos, além de enfatizar as mudanças estruturais de diversas sociedades, como fizemos neste percurso.

Assim, é preciso considerar que a convivência com as contradições e as diferenças é um desafio em nosso cotidiano, incluindo o espaço escolar. Nesse ambiente, desenvolvemos relações, trocamos afetos e [illegible] vários temas, que exigem reflexão, ação e diálogo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Levar em conta as diferenças no espaço escolar como potência mobilizadora entre os estudantes é praticar e construir formas de convivência que respeitem a pluralidade de ideias e de pessoas, de acordo com as premissas e valores dos direitos humanos.

Segundo dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes de 2015 (Pisa), um em cada dez estudantes no Brasil é vítima frequente de *bullying* em sua escola; 7,8% disseram ser excluídos pelos colegas; 9,3% são alvos de piadas; 4,3% são ameaçados, entre outras exclusões e agressões.

A partir do conceito de dignidade humana – base dos Direitos Humanos que ressalta o desejo por uma convivência decente, sem espaço para a desigualdade e a discriminação –, das ponderações do professor Renato Janine Ribeiro e dos dados sobre *bullying* acima, responda:

1. Quais são os principais problemas de relacionamento que existem na sua turma?
2. Você já se sentiu desrespeitado em sua dignidade? O que sentiu?
3. Quais dos seus direitos você já sentiu que foram violados em sala?
4. Como fazer para restaurar os direitos violados?

Direitos Humanos para quem?

Já apresentamos na abertura desta unidade parte do artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, que pode ser considerado a institucionalização dos Direitos Humanos na legislação brasileira. Entre outros direitos, ele garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e que, portanto, a brasileiros e estrangeiros residentes no país são garantidos o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, entre outras garantias.

Contudo, o fato de termos esses direitos assegurados pela nossa legislação não significa que, no Brasil, isso está consolidado eternamente. Uma das coisas que precisamos entender quando estudamos sobre leis e o direito em geral é que as normas são construídas dentro de um processo histórico em andamento. Portanto, retrocessos nos direitos são situações comuns e possíveis de ocorrer.

As normas são construídas dentro de um processo histórico em andamento. Portanto, retrocessos nos direitos são situações comuns e possíveis de ocorrer.

Nesse aspecto, problematizar e estudar o significado, no Brasil, de um texto que garante os direitos individuais a partir de 1988, considerando todos iguais e com os mesmos direitos, após ter saído de uma ditadura civil-militar e após ter passado por um processo histórico envolvendo a escravidão e a exploração de negros e indígenas, é algo muito significativo e simbólico.

Por outro lado, é importante reforçar que esses direitos não são naturais. Pelo contrário, eles foram construídos com muita mobilização e organização em diversos setores da sociedade brasileira em torno da chamada Constituição Cidadã, e seguem em disputa.

Os Direitos Humanos na ONU

GLOSSÁRIO

Adesão: participação, inclusão.

Ratificação: confirmação, aceitação de algo.

Em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, o termo "Nações Unidas" surgiu em Nova York por causa da aliança contra as potências do Eixo. Em 24 de outubro de 1945, a ONU passou oficialmente a existir com a **ratificação** de sua carta de intenções por países como China, Estados Unidos, França, União Soviética, entre outros. Em 1946, a Assembleia Geral da ONU no Reino Unido decidiu que a sede seria em Nova York, onde segue até hoje.

Em dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada considerando a dignidade e o direito à igualdade entre os seres humanos. Essa declaração é parte dos três pilares das Nações Unidas: paz, segurança e desenvolvimento, além da pretensão de luta por ideais comuns a serem atingidos por todos os povos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Os tratados internacionais buscam proteger formalmente os indivíduos e grupos vulneráveis com a assinatura de tratados internacionais, como pactos, cartas, acordos, convenções e protocolos, dos quais os países podem participar por meio de **adesão**, sucessão ou ratificação.

Quando um Estado ratifica algum tratado, torna-se formalmente comprometido com o seu conteúdo. Uma vez ratificado, ele pode ser incorporado à legislação interna do país signatário. A despeito de não ter efeito legal sobre a soberania dos Estados, esses tratados representam um consenso e uma força moral em termos de relações internacionais. O Brasil, por meio de sua Constituição de 1988, é um país signatário dessa legislação internacional.



Osugi/Shutterstock.com

Sede da Organização das Nações Unidas (ONU). Nova York, Estados Unidos, 2016.

Já que o Brasil faz parte desses acordos, é muito comum que haja protestos nas cidades brasileiras quando a população acredita que tais acordos estão ameaçados ou sendo violados. Um dos preceitos básicos dos Direitos Humanos é justamente a livre expressão e o direito à manifestação, que precisamos considerar em nosso estudo.



Cesar Diniz/Pulsar Imagens

Protesto em defesa à moradia. São Paulo (SP), 2019.

São quatro órgãos permanentes para tratar dos Direitos Humanos na ONU:

- o Conselho de Direitos Humanos, com 47 membros eleitos por eleição direta e secreta pelos Estados-membros para um período de três anos;
- o Organismo de Procedimentos Especiais, formado por relatores e grupos de trabalho para investigação e controle do cumprimento;
- dez órgãos de tratados, responsáveis pela fiscalização e monitoria dos Estados-membros e pela implementação dos tratados internacionais adotados pela assembleia;
- o Escritório do Alto Comissário, que faz parte do Secretariado da ONU, sendo especialista em prevenção de genocídios e proteção dos Direitos Humanos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Desafios na luta por direitos

Os Direitos Humanos, referendados pela Carta Constitucional de 1988, apresentam inúmeros avanços que buscam dar suporte e condições dignas a grupos vulneráveis – crianças, pessoas com deficiência, idosos, entre outros que precisam de apoio por parte do Estado por meio de leis para garantir a dignidade de sua existência.

Você, como brasileiro, provavelmente deve saber que existem direitos violados no país. Deve conhecer alguém, ou algum grupo, que esteja em condição de vulnerabilidade. Ao nos aprofundarmos no estudo das violações dos Direitos Humanos na realidade brasileira, temos a oportunidade de nos aproximarmos e ampliarmos nossa leitura sobre o país. Algumas violações serão apresentadas aqui, bem como as formas e os mecanismos de participação política disponíveis em uma democracia.

O Estatuto da Criança e do Adolescente



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

O ECA é o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Capa de edição de 2019.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em vigor desde 1990, determina que todos somos responsáveis por proteger as crianças e os adolescentes de qualquer forma de violência. [illegible] ainda, a proteção em diversas dimensões, como em seu Capítulo IV, [illegible] à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. No artigo 58, considera que:

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

> No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

O conhecimento das disposições do ECA, bem como de possíveis violações a elas, pode abrir a você, estudante – que é um sujeito de direitos na sociedade brasileira –, possibilidades de participação e cobrança sobre as decisões e ações do governo de sua cidade.

Os idosos

Às vezes, quando somos jovens, parece difícil pensar e projetar um futuro distante como a vida dos idosos. Contudo, temos familiares e pessoas conhecidas que já se encontram nessa faixa etária.

O Estatuto do Idoso é de 2003 e está voltado a uma população que cresce cada vez mais no Brasil – hoje sendo mais de 30 milhões de pessoas segundo dados de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A imagem ao lado é uma campanha que apresenta idosos ativos, com o intuito de chamar atenção para os direitos deles: moradia digna, assento preferencial no transporte coletivo, vagas em estacionamentos, entre outros.



Ministério dos Direitos Humanos

Campanha Atendimento Prioritário à Pessoa Idosa da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI), 2018.

A fim de entender melhor o assunto, praticar a **empatia** e pensar um pouco sobre esse futuro ainda distante, formem grupos para pesquisar, analisar e debater dados sobre a condição de ser idoso no Brasil.

1. Busquem informações sobre a condição dos idosos que convivem ou que sejam próximos de vocês. Perguntem a eles sobre temas como: renda, uso da renda para gastos não feitos diretamente por eles, principais demandas que gostariam de ver atendidas, como emprego, políticas públicas e renda, entre outros assuntos. Essas informações vão possibilitar a vocês entender um pouco mais a realidade dos idosos com os quais convivem.

   Se possível, aprofundem o assunto consultando a seguinte página do IBGE: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/ (acesso em: 15 jul. 2020). Então, pesquisem os dados de seu estado relacionados aos idosos, analisem a pirâmide etária de sua região e as projeções para os próximos 30 anos, sempre com a mediação do professor (nesse caso, vocês podem dialogar com o professor da área de Matemática).
2. Sistematizem os dados em gráficos que estejam organizados em relação à condição atual dos idosos e as projeções para os próximos 30 anos.
3. Discutam e registrem os dados do gráfico pensando na condição do idoso em seu estado ou município.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O direito dos idosos, as conquistas e reivindicações desse grupo, são representativos da ampliação do processo de luta e construção de direitos no Brasil. Entre outros grupos organizados, cujos direitos são violados, encontramos os das pessoas com algum tipo de deficiência. Assim como para os idosos, há hoje no Brasil uma legislação que especifica a natureza e os direitos desses grupos, contudo, inúmeros desafios ainda se apresentam para as próximas gerações.

GLOSSÁRIO

Empatia: capacidade de compreender e se colocar no lugar do outro.

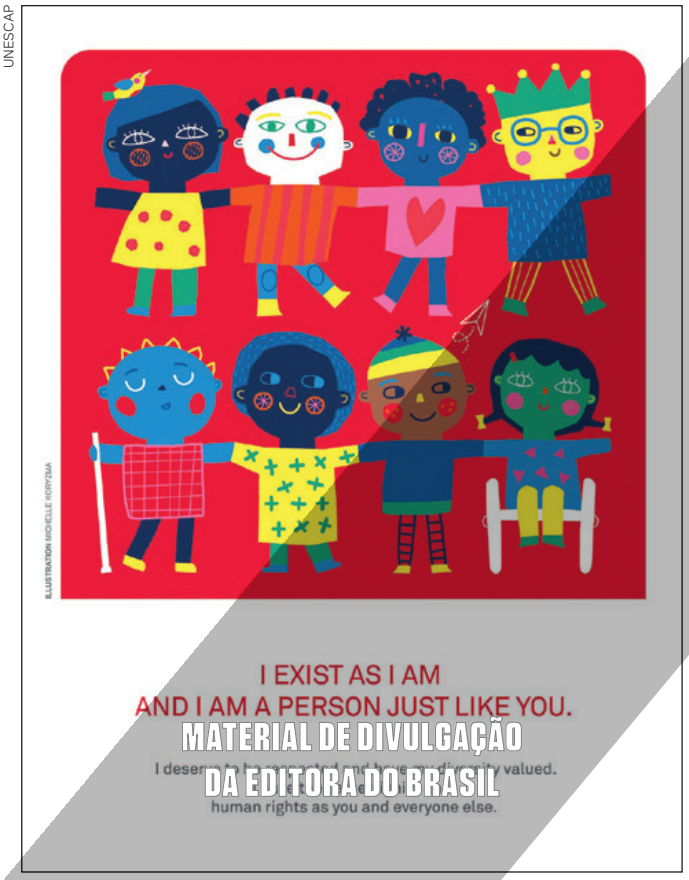
1. Quais são os desafios enfrentados pelo Estado brasileiro para garantir direitos a uma população que tende a se tornar cada vez mais idosa? Justifique.
2. Criem propostas e sugestões de intervenção considerando as condições atuais dos idosos, as políticas públicas já existentes e as novas possibilidades de atuação. Esta etapa pode ser consolidada com a gravação de um vídeo, a redação de uma carta ou outro suporte que possa ser divulgado e compartilhado amplamente, além de no espaço escolar.

Pessoas com deficiência

Além de estatutos como o ECA e o Estatuto do Idoso, os direitos humanos se ampliam diante de novas demandas produzidas pelas ações de grupos que buscam viver em condições dignas. É o caso das pessoas com algum tipo de deficiência. Em 9 de dezembro de 1975, foi proclamada, pela Assembleia Geral da ONU, a Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Mas a declaração não basta por si só. É preciso refletir sobre o cotidiano das pessoas com algum tipo de deficiência e considerar, por exemplo, se há ações na escola, em seu bairro e em sua cidade, do poder público e dos cidadãos em geral, direcionada para atender as reivindicações desses grupos. Quais seriam os principais desafios e demandas desse grupo? Os espaços em que as pessoas com deficiência circulam têm infraestrutura e soluções que contemplem suas necessidades, como as escolas, as residências, o transporte e o espaço público, entre outros? Eles precisam ser analisados para entendermos as ações e o processo de luta e conquistas desses grupos.

UNESCAP



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Um dos cartazes da campanha "10 princípios para minha proteção, bem-estar e desenvolvimento como uma menina, um menino ou um adolescente com deficiência", da Unescap. Na tradução: Eu existo como sou. E eu sou uma pessoa como você. Eu mereço ser respeitado e ter minha diversidade valorizada. Tenho a mesma dignidade e direitos humanos que você e todo mundo. (Tradução nossa.)

Esta e outras questões nos ajudam a pensar e a agir em nosso cotidiano em relação aos direitos humanos em toda sua pluralidade e diversidade, ainda distantes e pouco acessíveis para milhões de brasileiros.

O cartaz ao lado foi produzido pela United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (Unescap) para alertar o mundo com relação aos direitos dos jovens com deficiência. Ele conta com uma frase em inglês que, quando traduzida, nos provoca uma reflexão a respeito da temática. A frase é: "Eu existo como sou. E eu sou uma pessoa como você". O cartaz traz pessoas abraçadas e unidas em torno do direito de serem vistas como quaisquer outras.

Segundo estimativa da OMS (Organização Mundial de Saúde), há 1 bilhão de pessoas no mundo com algum tipo de deficiência que exige acesso a tratamentos médicos e psicológicos, além de atenção civil e política diferenciada.

A diversidade expressa na imagem, tendo como traço comum a infância, busca provocar uma reflexão sobre como os direitos devem ser uma condição de todas as pessoas e como o olhar para o outro é um exercício de empatia que envolve atenção e abertura. Ou seja, nos lembra que, em um contexto de grande diversidade, precisamos ir além da individualidade em nome da coletividade.

Direito à moradia

O direito à moradia foi reconhecido e incluído na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1984; em 1988, o artigo 6º da Constituição Brasileira incorporou-o ao seu texto.

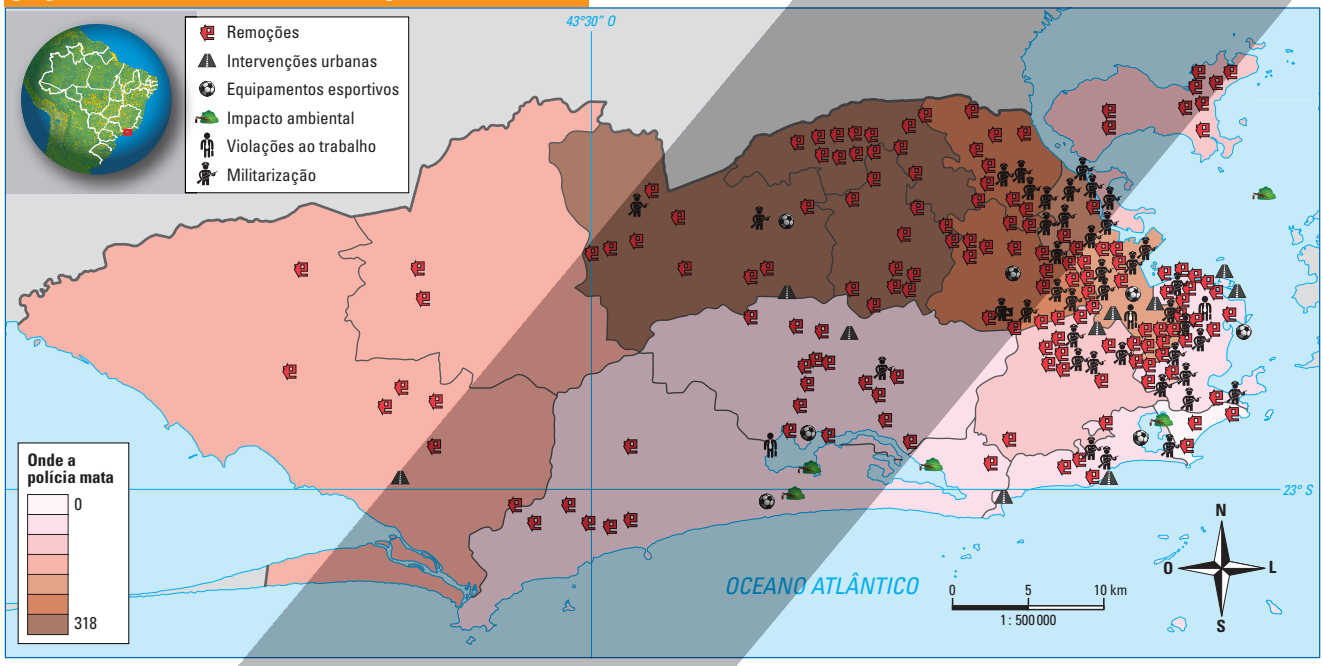
Mas moradia é um exemplo de direito violado no Brasil. Quando circulamos pelas cidades brasileiras, podemos perceber a quantidade de pessoas que vivem em situação de rua, bairros em condições precárias, com carência de transporte, falta de saneamento básico, violência, construções ameaçadas por chuvas excessivas ou mesmo acidentes naturais, entre outras privações que dialogam com a luta pela moradia no país.

Para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, muitas famílias foram removidas e áreas foram transformadas. As consequências desses eventos na cidade do Rio de Janeiro podem ser observadas no mapa abaixo, chamado de "Jogos da exclusão".

Nele, podemos identificar os impactos causados pelos grandes eventos: remoções, violação ao trabalho, impactos ambientais, intervenções urbanas, entre outros, que nos ajudam a perceber a complexidade e as inter-relações que podemos estabelecer por meio do tema da moradia.

Jogos da exclusão no Rio de Janeiro – 2016

Alessandro Passos da Costa



Fonte: RIO2016 JOGOS DA EXCLUSÃO. *O Rio de Janeiro dos Jogos da Exclusão*, 20 jul. 2016. Disponível em: https://medium.com/@jogosdaexclusao/o-rio-de-janeiro-dos-jogos-da-exclusão-104624e70. Acesso em: 15 jul. 2020.

As pessoas vivem em situações diversas, lutam por inúmeras causas, convivem e se unem em busca de condições dignas de sobrevivência em todas as idades. Crianças, jovens, idosos, pessoas com algum tipo de deficiência ou sem moradia etc. seguem construindo o processo de consolidação das leis e de seus direitos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Em grupos de quatro pessoas, pesquisem informações, organizem-nas e dividam-se nas tarefas a seguir. Além de se aprofundarem no tema da moradia em sua cidade, vocês terão a oportunidade de conhecer mecanismos para participarem politicamente como sujeitos de direitos.

1. Existem projetos de construção de moradia popular em seu município?
2. Qual é o número estimado de pessoas que vivem em condições precárias de moradia em sua cidade ou no município pesquisado?
3. Agora, tabulem e organizem os dados. Em seguida, criem um mapa que indique as regiões de maior vulnerabilidade em relação à moradia em sua cidade ou no município pesquisado pelo grupo.
4. Após o levantamento bibliográfico e a produção do mapa, compartilhem com a turma as principais reflexões de seu grupo acerca da violação dos direitos de moradia em sua cidade ou no município pesquisado.
5. Em seguida, o grupo deve criar, coletivamente, duas propostas possíveis para os problemas de moradia do local pesquisado.

A segurança alimentar

Considerando os desafios dos Direitos Humanos em suas diversas dimensões, nesta altura de seus estudos – que já envolveu reflexões e pesquisas sobre infância, juventude, terceira idade, pessoas com algum tipo de deficiência, indivíduos sem moradia –, podemos afirmar que eles são complexos e estão inseridos em uma rede de luta por acesso a condições básicas para uma vida digna em diferentes etapas da vida.

Outro desafio é a questão da segurança alimentar, questão presente em todas as faixas etárias. Crianças, jovens e idosos precisam se alimentar de maneira adequada para uma vida longa e saudável.

A questão alimentar pode ser estudada sob diferentes aspectos – cultural, social, político, econômico – e deve ser pensada como política pública para a população.

A imagem a seguir destaca alimentos como cebola, tomate, quiabo e maxixe, e faz parte de uma campanha global de uma organização internacional sem fins lucrativos. Esta organização defende o direito das pessoas ao acesso a uma alimentação equilibrada, com base em legumes, frutas, verduras e proteínas, todas livres de agrotóxicos. A segurança alimentar também pode ser considerada um direito que evolui com a história e se transforma à medida que a sociedade e as relações de poder se organizam para isso. Um exemplo disso é a proposta nacional da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de 2006, que afirma o direito a outras necessidades essenciais, como práticas alimentares que respeitem a saúde e a diversidade cultural. Ela reforça mais uma vez, para quem estuda o tema, a evolução, a construção e a abrangência dos direitos humanos.



Christian Braga/Greenpeace

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A diversidade de alimentos livre de agrotóxicos deve ser acessível a todas as pessoas. Na fotografia, alimentos expostos durante o Festival Percurso, com participação do Greenpeace. São Paulo (SP), 2019.

O fato de existir uma proposta de abrangência nacional já nos permite entender que o foco é garantir um conjunto de regras para produção, distribuição, transporte e acesso a alimentos que sejam adequados ao consumo e voltados a uma dieta rica em nutrientes que garantam o direito à vida e à existência saudáveis, além de evitar complicações e contratempos, como doenças e fome.

É preciso considerar, também, que diferentes fatores determinam nossa forma de [illegible] por exemplo, podem escolher o que comer porque têm poder de consumo. Essas escolhas, quando possíveis, podem obedecer a outros critérios, como o paladar, a qualidade do produto, o preço, os hábitos familiares, as convicções éticas e políticas, além de outros aspectos que permeiam nossa nutrição.

Por outro lado, muitas pessoas nem sequer conseguem fazer três refeições diárias; não podem se dar ao luxo de escolher, pois não têm poder de compra, tendo seu direito à vida sistematicamente violado.

Considerando esse ponto, a ONU, por meio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), compreende que a segurança alimentar deve ser garantida por mecanismos de controle que considerem os elementos culturais e sociais, além das tensões que envolvem os mecanismos de mercado, como o FMI e o Banco Mundial, de maneira que os interesses dos grandes grupos alimentícios do mundo não se sobreponham ao interesse coletivo.

1. Você considera que tem segurança alimentar? Justifique sua resposta tendo em vista seus hábitos alimentares e as condições que você teria para modificá-los.
2. Na hora de escolher e consumir, o que você leva em conta? Compartilhe suas respostas com a turma.

Direitos para árvores, rios e animais?

Segundo John Knox, especialista e relator da ONU para temas diversos, os direitos à alimentação, saúde, água e vida dependem da biodiversidade. É preciso considerar que, sem ecossistemas saudáveis, as pessoas não podem gozar de seus direitos. Nesse sentido, a diversidade biológica e os Direitos Humanos são interdependentes e estão interligados.

Em tradições religiosas e culturais, como a dos povos indígenas, os elementos da natureza têm sentimentos humanos – como a dor –, são parte da história de seus antepassados e fazem parte da identidade coletiva. A compreensão, a experiência e a perspectiva dessa relação é muito diferente da maioria das pessoas que vivem em grandes cidades.

Charles Darwin nos trouxe a ideia de seleção natural, que, de certa maneira, questionou a "superioridade" humana em relação a outras espécies.

O direito e a defesa dos animais é parte de um processo de convivência entre a nossa espécie e os diferentes animais ao longo da História. A teoria da evolução de Charles Darwin nos trouxe a ideia de seleção natural, que, de certa maneira, questionou a "superioridade" humana em relação a outras espécies. O darwinismo, conjunto de estudos e teorias sobre a transformação das espécies, dialoga diretamente com a ideia de interdependência e interligação, ou seja, não podemos pensar a espécie humana fora de sua interação com o hábitat natural em que se vive.

A imagem a seguir mostra uma família de elefantes se deslocando em uma região desabitada e desértica. Segundo estimativas da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (Cites), cerca de 100 mil elefantes foram mortos entre 2010 e 2012, colocando essa espécie sob ameaça de extinção. Alguns fatores explicam esse número: a destruição de hábitats naturais, as mudanças climáticas e a caça ilegal.



Kumar Sriskandan/Alamy/Fotoarena

De 2010 a 2012, cerca de 100 mil elefantes foram mortos, segundo estimativas do Cites. Namíbia, África, 2020.

A ideia de interdependência entre humanos, animais e ecossistemas trouxe, nos últimos anos, o debate acerca da defesa dos animais e dos recursos naturais como pauta para garantir a dignidade humana e a não humana. Esse humanismo expandido e universal é compreendido pela maioria das teorias de justiça contemporâneas como forma de eliminar todo e qualquer sofrimento e injustiça, de maneira que animais e elementos da natureza – rios, árvores etc. – sejam considerados de modo humanista e em plena forma de existência.

Quando consideramos a interdependência e a inter-relação entre os ambientes naturais e as pessoas, podemos considerar outro alcance da abrangência sobre a construção e a disputa por direitos. Trata-se da perspectiva da dimensão ecológica da dignidade do ser humano, ou os chamados direitos não humanos.

Esse novo paradigma, ou seja, esse conjunto ou sistema de ideias, causa forte engajamento e ação no debate público, mediante as constantes ameaças, desastres e crimes ambientais que acompanhamos no Brasil e em diversas partes do mundo.

Normalmente, esses embates e protestos são liderados por jovens preocupados com a qualidade de vida e o acesso a bens e recursos naturais fundamentais para a reprodução e sobrevivência da espécie.

Essa visão holística – uma forma integrada de analisar o mundo e o meio em que vive – vem ganhando adeptos e força nos debates e nas ações que envolvem a dignidade de pessoas e animais, os recursos naturais e toda forma de vida do planeta.

No Brasil, inclusive, esses direitos começam a ser exigidos e alguns reconhecidos pela própria estrutura do Poder Judiciário. Ações na Justiça e as práticas decisórias dos tribunais brasileiros envolvem ações que tratam da posse de animais silvestres, dos impactos em territórios indígenas, de crimes ambientais em bacias hidrográficas, entre outros temas que trouxeram a atribuição de dignidade e direitos à natureza e aos animais não humanos.

Um exemplo dessa novidade e ampliação da luta interdependente e de conjunto por direitos é o caso do crime ambiental na Bacia do Rio Doce, que estudamos na abertura desta proposta. Vamos seguir avançando e problematizando esses e outros temas na sequência deste estudo.

Vozes

Davi Kopenawa Yanomami é xamã e porta-voz do povo Yanomami, um dos maiores povos indígenas relativamente isolados que vive na floresta Amazônica na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Chamado de "Dalai Lama da floresta", Davi é hoje reconhecido internacionalmente como embaixador do seu povo e uma das vozes mais eloquentes e poderosas que se manifesta contra a destruição da floresta Amazônica e dos seus povos.

Por 25 anos ele liderou incansavelmente uma campanha nacional e internacional para garantir os direitos à terra Yanomami, conseguindo dessa forma reconhecimento no mundo todo e inclusive no Brasil. Como consequência de sua luta, o território Yanomami foi reconhecido e demarcado pelo governo brasileiro em 1992. A terra indígena Yanomami, que se estende do Brasil à Venezuela, representa a maior área de floresta tropical sob controle indígena em todo o mundo.



Flavio Moraes/Fotoarena

Davi Kopenawa. Paraty (RJ), 2014.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A coragem, a luta e a combatividade de Davi aparecem em seu nome Yanomami 'Kopenawa', que em sua língua significa vespa. O nome veio a ele durante um sonho xamânico quando os espíritos-vespa apareceram diante dele. Este foi o momento em que Davi começou a lutar contra a invasão da terra Yanomami por garimpeiros ilegais nos anos 1980. Este episódio, que ficou conhecido como a "corrida do ouro", dizimou grande parte da população Yanomami.

DAVI Kopenawa Yanomami – Biografia. *In*: SURVIVAL BRASIL. São Paulo: [*s. n.*], c2020. Disponível em: https://www.survivalbrasil.org/davibiografia. Acesso em: 15 jul. 2020.

Análise

Uma carta do Rio Doce

Com base nessa noção contemporânea e expandida de direitos humanos e não humanos, vamos analisar, problematizar e debater uma carta redigida pelo povo indígena krenak a respeito de um crime ambiental na Bacia do Rio Doce causado pela exploração mineral.

Leia fragmentos dessa carta e, em seguida, com a mediação do professor, responda às questões.

Sou uma bacia hidrográfica federal (86% em MG e 14% no ES), onde está o maior complexo siderúrgico da **América Latina** e várias mineradoras, e forneço água para 3,5 milhões de pessoas em 230 municípios (PIRH Doce Volume I). Sou interações mutuamente benéficas entre luz solar, ar, água, terra, animais e

vegetais, ou seja, sou relações de vida, sou um **ecossistema**. Minha existência depende de processos ecológicos essenciais, como o ciclo da água. O Sol aquece as águas dos oceanos; a água evaporada forma nuvens; as nuvens formam chuvas; a água das chuvas infiltra-se na terra; a água infiltrada brota como nascentes; as nascentes formam os riachos, que formam os rios; e os rios desaguam nos oceanos, que continuam sendo evaporados pela luz solar. Um ciclo sem fim que gera a vida no planeta. Os oceanos são nuvens, que são chuva, que são rios, que são oceanos. Todas as águas são UMA só água em eterno MOVIMENTO e TRANSFORMAÇÃO. Sou RIO e sou MAR.

[...]

O povo krenak, que vive em minhas margens, diz que sou Uatu, entidade viva, respeitado e querido avô. Não sou recurso natural, uma mercadoria que pode ser comprada e descartada. Sou parente dos krenak que me respeita. Não sou um simples meio de produção de riqueza econômica. Não existo apenas para servir aos interesses industriais e comerciais. Como entidade viva, tenho o direito à existência livre da servidão econômica que transforma tudo em objeto, em coisas sem dignidade. Sou digno de RESPEITO. Afinal, sou ecossistema (relações de vida), sou oceano (ciclo da água), sou biodiversidade (processos ecológicos), sou inspiração artística (poesias, crônicas, romances e canções) e sou ancestralidade (origem de povos). Sendo tudo isto, sou sujeito de direitos? O novo constitucionalismo latino-americano, que reconhece os direitos da natureza, diz que sim.



Gustavo Basso/Shutterstock.com

Área por onde passou o fluxo de lama contaminada após o rompimento de barragem em Mariana (MG), em novembro de 2015. Fotografia de 2016.

NOVAES SOBRINHO, Lafayette Garcia. Ação do Rio Doce. *In*: LAFAYETTE INTELIGÊNCIA JURÍDICA. *Blog*. Cuiabá, 2 maio 2019. Disponível em: http://lafayette.adv.br/wp-content/uploads/2019/05/AÇÃO-BACIA-RIO-DOCE.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

1. Considerando seus estudos sobre o conceito de dignidade humana, explique o sentido que a carta provoca quando afirma: "Sou interações mutuamente benéficas [...], sou relações de vida, sou um ecossistema". O que significa interagir com respeito a diversas formas de vida?
2. Como o povo krenak concebe a sua relação com o meio em que vive? Justifique sua resposta com base em elementos do próprio texto.
3. Após pesquisar e refletir sobre as questões que envolvem os Direitos Humanos de maneira interdependente, elabore um grande painel com a turma que resuma este estudo e exponha-o em sua escola.

Direitos humanos: um desafio permanente

Nesta unidade, começamos problematizando uma obra de arte que buscava traduzir o direito à dignidade humana. Seguimos pensando sobre o direito a ter direitos; contextualizamos o processo de construção dos Direitos Humanos do século XVIII até o presente, conhecemos a centralidade dos conceitos de dignidade ética e moral, buscamos entender o ordenamento jurídico nacional e internacional sobre o funcionamento da ONU. Finalmente, refletimos sobre os desafios de inúmeros direitos no Brasil e conhecemos a visão mais contemporânea dos Direitos Humanos, que busca abarcar a defesa dos ecossistemas como forma de garantia de dignidade, justiça e direito à existência de todos os seres vivos.

Quando estudamos temas como a condição de moradia em nossa cidade, o acesso a lazer e cultura, o respeito às diferentes formas de expressar a religiosidade, entre outros abordados até aqui, ampliamos a reflexão e análise sobre esses assuntos; assim podemos pensar em respostas para a pergunta de abertura: Por que Direitos Humanos?

Agora, convidamos você a seguir pensando e problematizando os Direitos Humanos e sua relação com a arte. Nossa próxima jornada vai analisar, estudar e praticar as diferentes linguagens artísticas sob a premissa da dignidade e do direito das pessoas de se expressar de maneira criativa e provocadora.

#Ficaadica

Como denunciar violações de direitos humanos à ONU. *Site* com procedimentos para realizar denúncias junto às Nações Unidas de violações de direitos humanos. Disponível em: https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/denuncias/. Acesso em: 25 jul. 2020.

Conectas: Atingidos são excluídos das negociações de acordo sobre o caso Rio Doce. Reportagem com amplo debate sobre os direitos humanos em suas diferentes dimensões, com dados e pesquisas atuais que podem ser utilizadas como subsídio de pesquisa e consulta. Disponível em: https://www.conectas.org/noticias/atingidos-sao-excluidos-das-negociacoes-de-acordo-sobre-o-caso-rio-doce. Acesso em: 15 jul. 2020.

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Documento que recebeu amplo apoio e é um desejo de alguns grupos espalhados pelo mundo para que os direitos indígenas sejam reconhecidos e respeitados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdh[illegible]os-humanos-e-politica-externa/DeclUniDirPovInd.html. Acesso em: 15 jul. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Site* da Unicef Brasil que disponibiliza a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III), em 10 de dezembro 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 25 jul. 2020.

Eu defendo os direitos da pessoa com deficiência. Cartilha com os direitos das pessoas com deficiência. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-com-deficiencia/cartilha-eu-defendo-os-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/view. Acesso em: 15 jul. 2020.

Jus Brasil. Canal com inúmeros artigos, vídeos e debates sobre a temática dos Direitos Humanos com ênfase em casos de violação que ocorrem no Brasil. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/home. Acesso em: 15 jul. 2020.

O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, organizado por Marília Leão (Abrandh). O documento oferece inúmeros subsídios para o estudo e o debate sobre segurança alimentar, com dados, alcance e desafios dos programas que combatem a questão no Brasil. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

Unicef: História dos direitos da criança. A página da Unicef apresenta projetos e temas que envolvem a proteção da infância com inúmeras referências e dados sobre o assunto. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca. Acesso em: 15 jul. 2020.

Atividades

Responda às atividades a seguir no caderno.

1. Durante o percurso, alguns temas dos Direitos Humanos foram apresentados, analisados e debatidos. Como sugestão de encerramento, a proposta é que os estudantes, em grupo, pesquisem, reflitam, produzam e apresentem dados com base em uma questão-problema muito presente nas falas e nos debates da atualidade: a ideia de "direitos apenas para humanos direitos". Essa frase deve guiar e retomar seus estudos, além de possibilitar que pensem sobre os sentidos que a acompanham. Esta atividade-síntese do percurso foi pensada para grupos de quatro pessoas e dividida em três etapas:

- pesquisa e levantamento de dados com base em referências prévias;
- análise e organização dos argumentos;
- debate mediado pelo professor sobre a questão: "Direitos Humanos para humanos direitos?".

Partindo da questão, levantem possíveis respostas e entendimentos sobre o que seria ser um humano direito.

a) Pesquisem a origem dessa fala e sua contextualização nos meios de comunicação. Tragam exemplos em reportagens e *sites*.

b) Direitos Humanos para humanos direitos? Problematizem o discurso contra os Direitos Humanos no Brasil, que geram linchamentos, justiçamentos, entre outras violações. Pesquisem inúmeros casos de linchamento no Brasil e tragam para o grupo.

c) Na sequência, selecionem ao menos uma das referências disponíveis para uma leitura e identifiquem o tema do texto e a perspectiva do autor. Analisem os argumentos e registrem esse processo no material de grupo.

d) Organizem o material pesquisado, elaborem uma apresentação objetiva para a turma de, no máximo, 15 minutos que apresente o processo de pesquisa, análise, estudo e seleção de informações.

2. (Enem 2018)

"A Declaração Universal dos Direitos Humanos está completando 70 anos em tempos de desafios crescentes, quando o ódio, a discriminação e a violência permanecem vivos", disse a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Audrey Azoulay.

"Ao final da Segunda Guerra Mundial, a humanidade inteira resolveu promover a dignidade humana em todos os lugares e para sempre. Nesse espírito, as Nações Unidas adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos como um padrão comum de conquistas para todos os povos e todas as nações", disse Audrey.

"Centenas de milhões de mulheres e homens são destituídos e privados de condições básicas de subsistência e de oportunidades. Movimentos populacionais forçados geram violações aos direitos em uma escala sem precedentes. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável promete não deixar ninguém para trás – e os direitos humanos [illegible] para todo o progresso."

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Disponível em: https://nacoesunidas.org. Acesso em: 3 abr. 2018 (adaptado).

Segundo ela, esse processo precisa começar o quanto antes nas carteiras das escolas. Diante disso, a Unesco lidera a educação em direitos humanos para assegurar que todas as meninas e meninos saibam seus direitos e os direitos dos outros.

Defendendo a ideia de que "os direitos humanos devem ser o alicerce para todo o progresso", a diretora-geral da Unesco aponta, como estratégia para atingir esse fim, a

a) inclusão de todos na Agenda 2030.

b) extinção da intolerância entre os indivíduos.

c) discussão desse tema desde a educação básica.

d) conquista de direitos para todos os povos e nações.

e) promoção da dignidade humana em todos os lugares.

3. As imagens a seguir ilustram outro ponto que devemos considerar quando pensamos na noção mais ampla de direitos. Trata-se do crime ambiental ocorrido em Mariana, Minas Gerais, no ano de 2015.

a) Pesquise o que ocorreu nessa cidade em 2015. Quem são os responsáveis e quem busca justiça pelo que aconteceu?

b) Compare as imagens de antes e depois. O que chama a atenção? Justifique.

c) Em sua opinião, o modo de vida de grupos e pessoas que vivem próximas à barragem segue ameçado? Justifique sua resposta.



Fotos: Google Earth

Imagem de satélite de Bento Rodrigues, região de Mariana (MG), em julho de 2015.

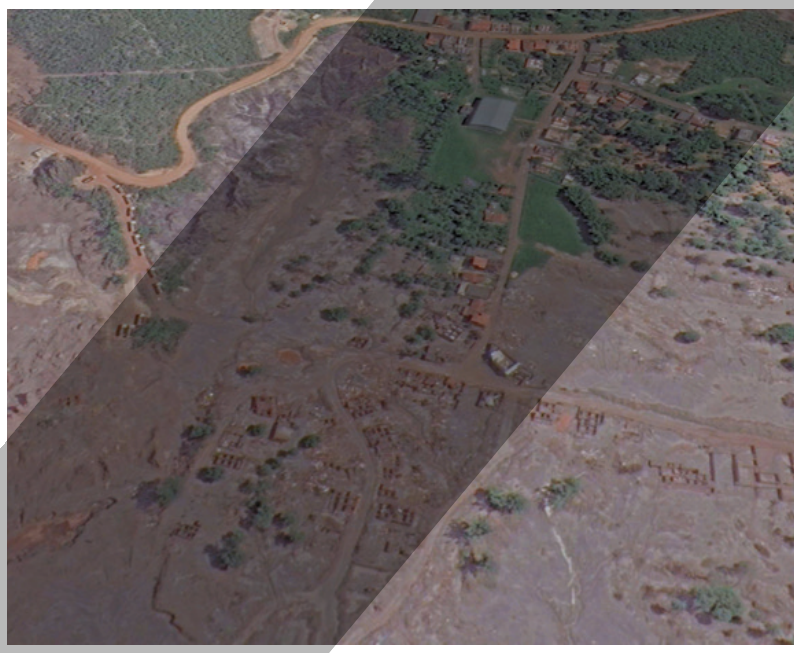


Imagem de satélite da mesma região de Bento Rodrigues, em dezembro de 2015, após o rompimento de barragem de mineradora.

4. Leia o texto a seguir e responda às questões.

Combate à intolerância religiosa é ainda mais urgente no Brasil de hoje

Para o teólogo João Moura, é preciso garantir que o Estado não seja um aparato para que uma religião se torne hegemônica.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Ricardo Borges/Folhapress

Pessoas participam da 12ª Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa na orla de Copacabana. Rio de Janeiro (RJ), 2019.

O Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa foi instituído em 2007, no mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como reconhecimento do Estado brasileiro quanto ao problema da perseguição e do desrespeito, sobretudo contra religiões de matriz africana. Passados 13 anos, a data comemorada em 21 de janeiro se mostra atual e necessária no Brasil. "Esse dia é ainda mais importante no Brasil em que nós vivemos. Exatamente pelas pesquisas em relação à intolerância religiosa, que vem crescendo no país. E uma das formas da gente combater isso ou criar uma cultura de direitos humanos em que todos possam expressar as suas liberdades é muito importante", avaliou o teólogo João Moura [...].

COMBATE à intolerância religiosa é ainda mais urgente no Brasil de hoje. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 22 jan. 2020. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/01/combate-intolerancia-religiosa/. Acesso em: 15 jul. 2020.

a) Pela leitura e análise da manchete, da imagem e do fragmento da reportagem, escreva sobre a intolerância religiosa e o direito à liberdade de culto, relacionado-os aos Direitos Humanos.

b) Reflita e escreva sobre a sua convivência com as diferenças de crença no cotidiano.

PERCURSO 6

A arte como um direito humano

Quando estudamos a relação entre arte e direitos humanos, buscamos aprofundar questões sociais e políticas que envolvem a cidadania e a busca pela dignidade da condição humana. Ao estudarmos o processo de construção da ideia de um direito universal que pretende ser indivisível e inalienável – ou seja, os direitos não podem valer para poucos grupos, mas sim para todos –, temos o desafio de analisar, aprofundar e relacionar diferentes contextos no processo de construção dos direitos, além de considerarmos nosso protagonismo e compromisso com esses valores.

As diferentes linguagens artísticas estudadas e analisadas no conjunto desta proposta pretendem evidenciar distintas formas de expressão humana, como o grafite, a pintura, a música, a poesia, a literatura, entre outras criações, em diálogo com os valores e a defesa dos princípios dos direitos humanos. Diante desses desafios, vamos começar nosso estudo analisando e conhecendo as intervenções artísticas em vias públicas no Brasil, por meio do grafite.

Arte urbana e direitos humanos

A imagem ao lado é do artista plástico brasileiro Eder Oliveira, produzida e exposta em uma via pública em Ananindeua, região metropolitana de Belém, no estado do Pará. Em suas criações, ele busca retratar a relação entre os retratos e as identidades de pessoas que vivem e interagem na Amazônia brasileira. A figura, exibida em um muro de uma casa residencial, valoriza o olhar e os traços do homem representado, criando uma sensação e uma comunicação direta com quem observa e analisa a obra.



Eder Oliveira

Anônimo, obra de Eder Oliveira. Ananindeua (PA), 2015.

Na imagem seguinte, observamos o Beco do Batman, espaço ao ar livre de grafites localizado no bairro da Vila Madalena, em São Paulo (SP).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O grafite é uma das expressões de arte de rua mais presentes nas grandes cidades do mundo. É uma linguagem que transforma o espaço urbano em uma grande tela para declarar e demonstrar, por meio de sentimentos, reivindicações e denúncias, algo que pode ser inédito ou uma releitura de um fato ou obra já registrada.



Cesar Diniz/Pulsar Imagens

Grafites do Beco do Batman. São Paulo (SP), 2020.

Com base em uma breve pesquisa de outras obras de Eder Oliveira, faça o que se pede.

1. Essa imagem pode expressar uma mensagem de caráter ético, social ou político? O artista, ao elaborar sua obra, teve a intenção de transmitir alguma(s) mensagem(ns)? Qual(is)?
2. As características possuem relações entre elas? Justifique.
3. Verifique características da obra e registre-as: linhas, formas geométricas, cores, imagens.

Arte para quê?

Cada sujeito ocupa uma posição singular em relação ao mundo, com necessidades próprias e caminhos individuais de percepção do mundo sensível.

A Estética como campo investigativo está associada à concepção do indivíduo moderno. Ela surge no século XVIII, na Europa, na área da Filosofia. Nesse período, entendeu-se que cada sujeito ocupa uma posição singular em relação ao mundo, com necessidades próprias e caminhos individuais de percepção do mundo sensível, construindo seus sentidos e conceitos universais como "o belo", "o sublime", "o grotesco", entre outros.

A mudança da investigação para a recepção das obras pelo espectador marca a fundação da Estética, que surge, mais precisamente, com a publicação da obra *A Estética*, em 1750, de Alexander Baumgarten. Seu livro ressalta que a sensibilidade e o sentimento nos levam à produção de conhecimento, e a arte, como expressão humana, pode gerar sentimentos no espectador por meio da capacidade dele de imaginar e se colocar no lugar do outro.

É o treino dessa sensibilidade que propomos aqui: Como podemos ser afetados ao estudar e ter contato com linguagens como teatro, literatura, cinema, grafite e pintura? A ideia é abrir nosso campo sensível para as sugestões, mensagens e provocações de diversos artistas, com maior ênfase nos brasileiros.

O movimento modernista

As diferentes linguagens artísticas estão inseridas em contextos da realidade que devem ser considerados quando investigamos e interagimos com alguma produção.

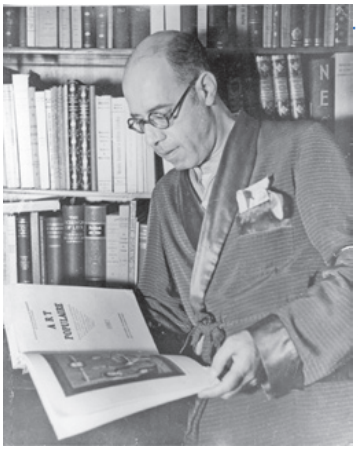
No Brasil, a partir do século XIX e início do século XX, a literatura e a pintura, entre outras linguagens, passaram a se preocupar em produzir uma arte que retratasse e valorizasse o Brasil e os brasileiros. Na cidade de São Paulo, especificamente, em pleno desenvolvimento urbano e industrial – que modificou a rotina e a paisagem urbana da capital paulista –, surge o movimento modernista.

O movimento modernista defendia a ideia de que era preciso romper com as correntes que seus seguidores consideravam superadas e defender a independência cultural do país e um "estilo novo". Para seus defensores, as manifestações populares de todo o Brasil deviam ser pesquisadas e resgatadas, como fez o escritor Mário de Andrade – cujo desejo era construir uma arte nacional e erudita com base em elementos populares – e Oswald de Andrade, autor [illegible] Pau-Brasil, um manifesto antropofágico: documento que usa a metáfora de "deglutir" – ou "comer" – os diversos valores e temporalidades da arte e da cultura estrangeiras e então transformá-los e adapta-los à nossa realidade. O manifesto também condena qualquer concepção fechada de identidade nacional, entendendo a arte como um processo contínuo de interações e mudanças, de trocas e influências mútuas, nativas ou estrangeiras, aberto à renovação estética.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Vozes

Mário de Andrade (1893-1945) é uma das figuras representativas do Modernismo no Brasil. Foi escritor, pesquisador da cultura popular brasileira e um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922. Trabalhou no Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo e desenvolveu outras ações relacionadas à valorização e à produção da cultura nacional.



Mário de Andrade. São Paulo (SP), início da década de 1940.

Acervo Iconographia

Organizada por um grupo de artistas e intelectuais em meio às comemorações do centenário de Independência do Brasil, a Semana de Arte Moderna de 1922 foi considerada o marco inaugural do movimento modernista. Alguns de seus líderes foram: o músico Heitor Villa-Lobos, o escultor Victor Brecheret, os pintores Di Cavalcanti, Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, e os já citados escritores Oswald de Andrade e Mário de Andrade. Essa concepção de arte nacional ligada à cultura popular predominou até meados de 1940 e deixou para o Brasil importantes legados.

A obra *A execução de Tiradentes*, a seguir, é de Alberto Guignard, produzida em 1961. O quadro dialoga com passagens da História do Brasil, neste caso, a Conjuração Mineira, ocorrida na região da cidade de Ouro Preto, então capitania de Minas Gerais, durante o Período Colonial. A revolta foi sufocada no ano de 1789 pelo governo, que puniu e executou Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em praça pública, como exemplo para evitar qualquer tentativa de revolta ou motim frente ao modelo de controle português em seu território colonial na América.

O autor procura reproduzir o dia da execução desse personagem ressaltando, no centro da tela, a figura de Tiradentes, de cabelos compridos e uma túnica azul. Amarrado à forca por soldados armados, vestidos de vermelho, ele é acompanhado pelo padre, além de populares espalhados no entorno que o saúdam e são contidos pelos soldados. Ao fundo, um sol vermelho pode ser interpretado como uma referência à crueldade de sua morte.

Além dos aspectos técnicos, como as cores, formas e elementos cênicos que podemos analisar, devemos buscar entender e interpretar os sentidos e as intenções que toda obra de arte busca transmitir. Nesse caso, chama a atenção o fato de o artista reproduzir algo ocorrido quase dois séculos antes, exaltando a memória desse personagem, denunciando a violência que sofreu e indicando a popularidade dele, ao ressaltar a presença e os acenos populares.



Coleção particular

Alberto da Veiga Guignard. *A execução de Tiradentes*, 1961. Óleo sobre tela, 60 cm × 80 cm.

Esse quadro apresenta, também, uma conexão com os processos sociais e espaciais de sua época, uma vez que esse artista era vinculado ao estado de Minas Gerais e mantinha amizade com o então governador Juscelino Kubitschek, de maneira a reproduzir um episódio que na verdade aconteceu na capital federal da colônia no século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro. Tal relação possibilita perceber a intenção do artista em transmitir sua perspectiva e avaliação do período e do fato que busca representar.

Assim, ao circular pelas cidades da atualidade, podemos nos questionar sobre os tipos de registros e memórias que encontramos nas artes. As intenções do autor e o contexto no qual a obra foi criada nos possibilitam refletir sobre a relação entre a produção artística e seu significado, que é construído em diferentes perspectivas e realidades sociais. Também possibilitam múltiplas leituras e reflexões sobre períodos e fatos acontecidos em diferentes contextos.

O Tropicalismo

Outro movimento cultural importante foi o Tropicalismo, surgido no final da década de 1960, que criticou o nacionalismo dos militares. Em contrapartida, recebeu críticas tanto da oposição de esquerda como dos apoiadores da ditadura civil-militar em vigor, por se valer de influências estrangeiras da cultura *pop* internacional, como a referência aos Beatles, o comportamento transgressor inspirado nos *hippies*, o uso de guitarras elétricas e outras sonoridades.

Guerra do Vietnã: conflito armado ocorrido em plena Guerra Fria, entre 1955 e 1975, que envolveu os Estados Unidos e o Vietnã, com inúmeras baixas e crimes de guerra que chocaram a sociedade civil estadunidense. Os horrores do embate foram expostos por meio de imagens, filmes e reportagens que podem ser pesquisados e aprofundados como exemplos de violação da dignidade humana e dos direitos humanos durante esse período.

Em todas as épocas, os jovens têm suas preferências estéticas e produzem arte e cultura com os valores que fazem sentido para aquela geração – e hoje não é diferente. O campo artístico, sobretudo quando protagonizado pela juventude, costuma, assim como ocorreu com os tropicalistas, apresentar e expressar as marcas e significados de seu tempo.

A tendência estética e comportamental do movimento tropicalista se vincula à **contracultura** estadunidense em pleno cenário da **Guerra do Vietnã** (1959-1975), à luta pelo fim do regime civil-militar no Brasil, às revoltas estudantis de 1968 na França e no México e às insurreições no Leste Europeu. Era um contexto de grandes conflitos e questionamento do modelo de sociedade e de poder em vigor, que buscava reprimir esse sentimento de liberdade e de mudança. Este, no entanto, suscitaria, no desenrolar da História, a queda das ditaduras, a democracia no Brasil, o fim da guerra no Vietnã, entre outros eventos.



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Capa do disco *Tropicalia ou Panis et Circencis*, 1968.

Essa é a capa do álbum musical *Tropicália ou Panis et Circensis*, lançado em 1968, considerado um dos mais representativos da música nacional. Na imagem, observamos os principais nomes do movimento, como Gilberto Gil, Tom Zé, Sérgio Dias, Rita Lee, Caetano Veloso, Arnaldo Baptista, Rogério Duprat, entre outros, com suas guitarras na mão e referências das **vanguardas** europeias, como o mictório de Duchamp (na imagem, um penico nas mãos de Rogério Duprat), anunciando a fusão de linguagens e ritmos característica desse movimento. Observamos ainda as roupas, que fazem alusão à moda e ao estilo de se vestir daquele período. Todos esses elementos comunicam as intenções dos artistas e os símbolos de uma época. É mais um exemplo de que as artes, em suas diferentes linguagens, nos permitem entender, entre outras questões, a ideia e os costumes da juventude em diferentes contextos.

GLOSSÁRIO

Contracultura: contraposição aos paradigmas da cultura hegemônica e padrões culturais dominantes.

Vanguarda: no texto, movimento artístico ou intelectual que está à frente de seu tempo em concepções, ações ou experiências.

O movimento armorial

Na década de 1970, no Nordeste brasileiro, o movimento armorial pretendeu construir uma arte com raízes populares. O sertão nordestino e o escritor Ariano Suassuna foram, respectivamente, o território e o articulador dessa vertente artística. Surgido como um desdobramento do Modernismo, da obra e da ideia de brasilidade de Gilberto Freyre, o movimento é um contraponto à internacionalização da cultura globalizada e de massas que se consolidou no século XX.

A imagem reproduzida na fotografia ao lado pode ser considerada um exemplo da arte armorial, inspirada nos folhetos de cordéis fartamente vendidos nas feiras nordestinas. Tem uma ligação com o espírito mágico do sertão e a religiosidade sebastiana e moura da região. Nessa arte, os personagens retratados, típicos dos cordéis, são compreendidos no movimento como representativos da cultura genuinamente brasileira.



Fábio Cortez/DN/D.A Press

O escritor paraibano Ariano Suassuna palestra durante o evento Agosto da Alegria. Ao seu lado, imagem representativa da arte armorial, em estilo xilogravura. Natal (RN), 2011.

Além da literatura, dos cordéis e da técnica de impressão da xilogravura, o movimento conta com elementos da música de câmara, da pintura e da escultura, evidenciando, à sua maneira, os impasses em torno da construção e do debate acerca da identidade nacional.

Vozes

Tanto na obra de Ariano Suassuna quanto no movimento armorial, as referências à obra de Gilberto Freyre são notáveis e centrais. Freyre é um importante autor para os debates contemporâneos a respeito da construção da identidade nacional, que [illegible] ressonância no Brasil e divergem sobre ele.

O sociólogo, por meio do mito da democracia racial, propôs uma nova interpretação das relações entre índios, negros e europeus no contexto da sociedade colonial que inaugurou o Brasil. Seu manifesto regionalista de 1926 busca conciliar e articular, por um viés sociológico do Nordeste, o nacional, o estético e o político, desenvolvendo um diálogo crítico com a perspectiva modernista do Sudeste.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Domicio/Estadão Conteúdo

Gilberto Freyre. São Paulo (SP), 1973.

O movimento armorial influenciou artistas e outros movimentos, como o Manguebeat, no Recife, no início da década de 1990, liderado por Fred Zero Quatro e Chico Science. O Manguebeat é representativo de uma expressão estética da juventude recifense, que buscava misturar as tradições da cultura popular da região com gírias e ritmos urbanos de abrangência global, como as batidas eletrônicas e os termos estrangeiros, muito populares naquele contexto.

Além dessa mistura e diálogo entre a cultura popular tradicional e a urbana, o movimento busca representar essa combinação visualmente, por meio dos óculos escuros, acessório de uso global, o chapéu de palha, típico da cultura regional, e de camisetas estampadas e colares que procuram produzir este efeito visual em seus integrantes. A própria provocação presente no termo **Manguebeat** nos ajuda a compreender a necessidade de escancarar e deixar públicas a riqueza e a força da cultura popular, em contraponto às dificuldades e às desigualdades do cotidiano da cidade do Recife.

GLOSSÁRIO

Estuário: parte terminal de rio ou lagoa. Porção de rio com água salobra.

Híbrido: que mistura e conecta múltiplas referências.

Esse **hibridismo** e as provocações propostas pelo Manguebeat podem ser também identificadas no manifesto *Caranguejos com Cérebro*, de Fred Zero Quatro, publicado em 1992. No texto, ele descreve o mangue como um **estuário** de água salobra, berço de espécies como o caranguejo, que interage com a cidade do Recife em meio ao caos urbano.

Esse movimento foi uma das maiores novidades e pulsões da juventude no período, expressão artística fruto das intenções e dos símbolos daquele tempo.



Atsushi Tomura/Getty Images

Apresentação da banda Nação Zumbi durante a cerimônia de encerramento dos Jogos Paraolímpicos Rio 2016. Rio de Janeiro (RJ), 2016.

Análise

Desejo de mudança

As inquietações dos movimentos citados são heranças presentes na arte brasileira em diferentes tempos e linguagens. As questões políticas, sociais e culturais seguem, ainda hoje, nas renovações artísticas.

Nos anos 1980, o *rock* nacional ganhava novos grupos que queriam transgredir e questionavam o modelo de sociedade e de entretenimento de um país recém-saído do regime civil-militar. O grupo paulistano Titãs, em seus discos, buscava expor essa transgressão, inspirado pelo desejo de mudanças. Com base nessas considerações, vamos analisar parte da letra da canção "Comida", de 1987.

Comida

[...]
A gente não quer só comer
A gente quer comer e quer fazer amor
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

COMIDA. Intérprete: Titãs. Compositores: Arnaldo Antunes; Marcelo Fromer; Sergio Brito. *In*: JESUS não tem dentes no país dos banguelas. Intérprete: Titãs. Rio de Janeiro: WEA, 1987. 1 disco vinil, faixa 2.

1. O fragmento da letra da canção fez você refletir sobre quais aspectos da vida cotidiana? Justifique.
2. Considerando os temas apontados na letra, o que os compositores da canção estão criticando, possivelmente?
3. Justifique o título da canção com base em suas impressões e no que discutimos até aqui.

As vanguardas europeias

A Revolução Industrial no século XIX e a Primeira Guerra no século XX transformaram as sociedades europeias, pois causaram profundas mudanças – entre outras, novas descobertas científicas e intensa urbanização, que despertaram nos artistas diversas formas de expressão estética, de maneira a ironizar, provocar e chocar o público, a fim de que ele descobrisse novas interpretações e sensibilidades.

No início do século XX, na Europa, movimentos artísticos despontaram e influenciaram uma série de perspectivas e debates estéticos sobre o que era arte. O Expressionismo, o Surrealismo, o Cubismo, o Futurismo e o Dadaísmo são alguns exemplos dessas vanguardas questionadoras dos padrões estéticos nesse contexto.

Buscando geometrizar a realidade de maneira objetiva e abandonando a representação de apenas um ângulo, o **Cubismo** surgiu na França em 1907. Esse movimento passou por três fases: a cezaneana, por influência de Paul Cézanne (1839-1906) e sua pintura; a analítica, com estudo aprofundado dos ângulos na pintura; e a sintética, com a inclusão de objetos nas obras, como pedaços de papel, cartolina, entre outros.

Outro nome bastante conhecido que usa essa técnica é o do espanhol Pablo Picasso (1881-1973). Sua obra *Guernica*, reproduzida a seguir, foi inspirada no bombardeamento da cidade de Gernika (nome basco da cidade), em 1937, durante a **Guerra Civil Espanhola**. Na época, a Espanha vivia uma guerra civil, na qual o governo republicano, que reunia forças político-ideológicas de esquerda e havia sido legitimamente eleito em 1936, enfrentava forças de orientação fascista e nacionalista lideradas pelo general Francisco Franco. Uma curiosidade sobre a produção dessa obra foi o acompanhamento pela esposa do artista, por meio de fotografias que registram Pablo Picasso desenhando e esboçando suas ideias para a realização da pintura.

A **Guerra Civil Espanhola**, ocorrida entre 1936 e 1939, envolveu grupos com perspectivas políticas distintas (como os nacionalistas, comunistas e anarquistas). O conflito, que causou milhares de mortos, desdobrou-se em um período de ditadura e autoritarismo, liderado pelo general Francisco Franco, membro do grupo nacionalista, que assumiu o controle do governo espanhol após o fim dos embates.

O museu Reina Sofia, na cidade de Madri, capital da Espanha, exibe atualmente os originais de *Guernica* ao lado das fotografias e da história da produção dessa obra, que viajou por inúmeras cidades pelo mundo, como Paris, Nova York, São Paulo, entre outras, reforçando sua importância e o contexto em que foi feita, fundamentais quando analisamos, estudamos e contemplamos diferentes obras de arte.

As cores branco e preto são intencionais e buscam transmitir ao observador a sensação de estar diante da guerra; as formas geométricas são parte da técnica cubista e causam uma sensação de caos; o touro e o cavalo no centro do quadro ressaltam a interação de elementos presentes tanto no cotidiano quanto no universo simbólico das artes.

Além desses elementos, podem ser destacados: a mãe que chora com o filho morto, o desespero pela destruição de casas, a mulher iluminando o quadro como um pedido de socorro e outros, que abrem nossa mente para diversas interpretações possibilitadas pelas criações artísticas, afetando-nos de maneiras distintas. Quando nos deparamos com uma obra como essa, devemos [illegible] e mensagem.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



© Succession Pablo Picasso / AUTVIS, Brasil, 2020. Museu Nacional Centro de Arte Rainha Sofia, Madri

Pablo Picasso. *Guernica*, 1937. Óleo sobre tela, 349,3 cm × 776,6 cm.



Coleção particular © Association Marcel Duchamp/AUTVIS, Brasil, 2020

Marcel Duchamp. *L.H.O.O.Q.*, 1919. Gravura, 19,7 cm × 12,4 cm.

O **Dadaísmo** foi a vanguarda europeia mais radical de todas. Surgido em Zurique, na Suíça, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), esse movimento, de crítica cultural, buscava destruir os valores e as formas das artes com um direcionamento crítico à guerra por meio de diversos canais de expressão, como jornais, manifestos, revistas, entre outros.

GLOSSÁRIO

Adulterar: modificar; alterar.

Transgredir: infringir; violar.

A ideia do movimento era expressar suas decepções e inquietações em relação ao conflito, além de buscar uma visão crítica de uma civilização que, com seus valores e crenças, era incapaz de evitar a guerra e suas consequências catastróficas para a sociedade do período.

Sua estética do absurdo, surreal, provocativa, começa pelo nome "dadaísmo". Segundo Tristan Tzara (1896-1963), um dos poetas e entusiastas da vanguarda, a palavra não significava nada, evidenciando uma falta de sentido da linguagem, o que acabava por provocar e ridicularizar o tradicionalismo em parte da literatura da época. Neste sentido, há uma recusa ao formalismo com uma crítica radical ao sistema das artes.

Um trabalho que expressa esse sentimento e essas intenções é a obra de Marcel Duchamp (1887-1968), que modifica o quadro clássico renascentista de Leonardo da Vinci com uma brincadeira: ele insere bigode e cavanhaque na figura enigmática de Gioconda. Com isso, **adulterando** símbolos considerados ícones da arte formal, reforça a intenção de chocar, **transgredir** e provocar por meio do humor.

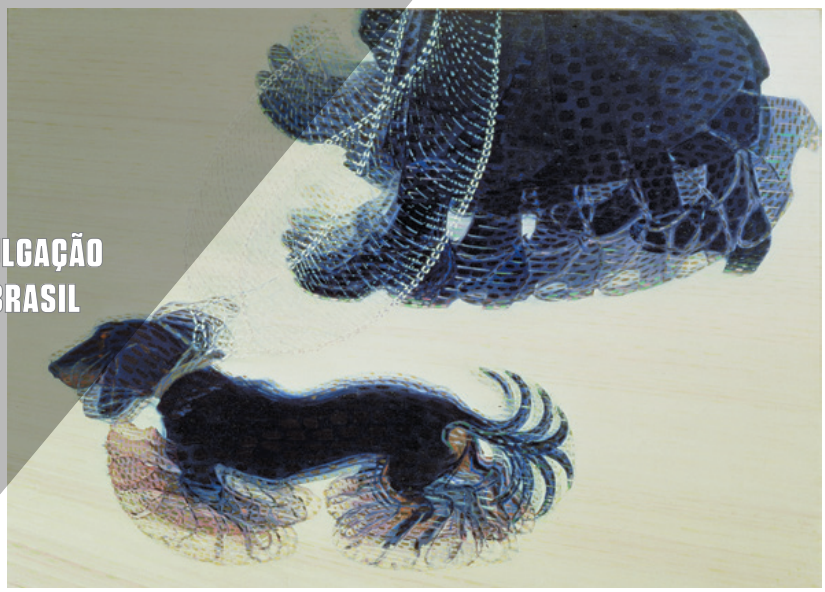
Análise

Guerra e arte

Com base no que já estudamos acerca dos movimentos artísticos no Brasil e na Europa no século XX, formem duplas ou trios e considerem a obra ao lado de Giacomo Balla (1871-1958) para fazer esta atividade.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

1. Com base [illegible] tos da obra *Dinamismo de um cão na coleira*, de 1912, façam uma interpretação do quadro e registrem-na em seu caderno.
2. Pesquisem o contexto histórico da Primeira Guerra Mundial na Itália, o Manifesto Futurista e sua relação com o fascismo. Registrem os dados no caderno e sigam para o próximo item.



Albright-Knox Art Gallery, Nova York. Fotografia: Bridgeman Images/Easypix Brasil © Balla, Giacomo/ AUTVIS, Brasil, 2020

Giacomo Balla. *Dinamismo de um cão na coleira*, 1912. Óleo sobre tela, 95,6 cm × 115,6 cm.

3. Produzam uma obra de arte por grupo, criando recursos visuais que possibilitem outras perspectivas de visão e reflexão: um poema, uma música, uma pintura, um cordel ou qualquer outra linguagem. O objetivo é levar as pessoas a se questionar e pensar sobre as contradições de nosso tempo.
   Algumas possibilidades: a desigualdade social no Brasil, os desejos da juventude, ideias que vocês apoiam ou questionam, entre outras que possibilitem a expressão de seus sentimentos como jovens brasileiros em pleno século XXI.

Arte e globalização

Este estudo sobre os diferentes movimentos e temáticas nos convida, agora, a expandir o cenário das artes para o século XXI.

As transformações da realidade por meio das descobertas técnicas e científicas – incentivadas, entre outros fatores, pela Revolução Industrial – aprofundaram e disseminaram pelo mundo o domínio da razão técnica. Nesse contexto, os valores humanistas do Iluminismo foram sendo enfraquecidos pelos interesses econômicos. A lei do mercado fortalece o individualismo e interfere na produção cultural.

O filósofo Theodor Adorno (1903-1969) buscou entender e explicar esse processo de mudança com base no conceito de indústria cultural. Segundo ele, aquilo que era arte ou lazer torna-se um negócio com fins comerciais por meio da exploração de bens considerados culturais. É a expansão do capitalismo sobre a cultura. Nas artes, o cinema, a fotografia, os *games* e as bandas de projeção internacional são modelos de entretenimento que acompanham esse viés de consumo, que forma um mercado global.

Aquilo que era arte ou lazer torna-se um negócio com fins comerciais por meio da exploração de bens considerados culturais.

Nesse contexto, uma indústria global de entretenimento, com intenso uso de mídia digital, aproximou diferentes realidades a ponto de os jovens, cada vez mais, apreciarem artistas e produtos culturais que atravessam fronteiras.

K-pop

Vocês sabem quem são estes rapazes da fotografia?

Eles são integrantes de uma banda sul-coreana chamada BTS. Suas roupas, cortes de cabelo, gestos e poses são marcas de um produto exportado para o mundo todo. Esse grupo faz parte das chamadas bandas de música *pop* coreana, o *k-pop*.

Para quem não conhece, essas bandas fazem *shows* em várias partes do mundo, atingem milhões de seguidores em suas redes sociais [illegible] ferramentas de *marketing* internacional e relações públicas da indústria da música.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



THE FACT/Imazins/Getty Images

O *k-pop* tornou-se febre mundial, sendo o grupo Bangtan Boys (mais conhecido como BTS) um dos mais famosos. Seul, República da Coreia, 2019.

Como qualquer modelo industrial que produz em grande quantidade, a ideia é vender um estilo, uma imagem, um tipo de corpo para um grande mercado consumidor. Esse tipo de mercadoria gera um consumo de arte que obedece a padrões globais de entretenimento.

Mangás

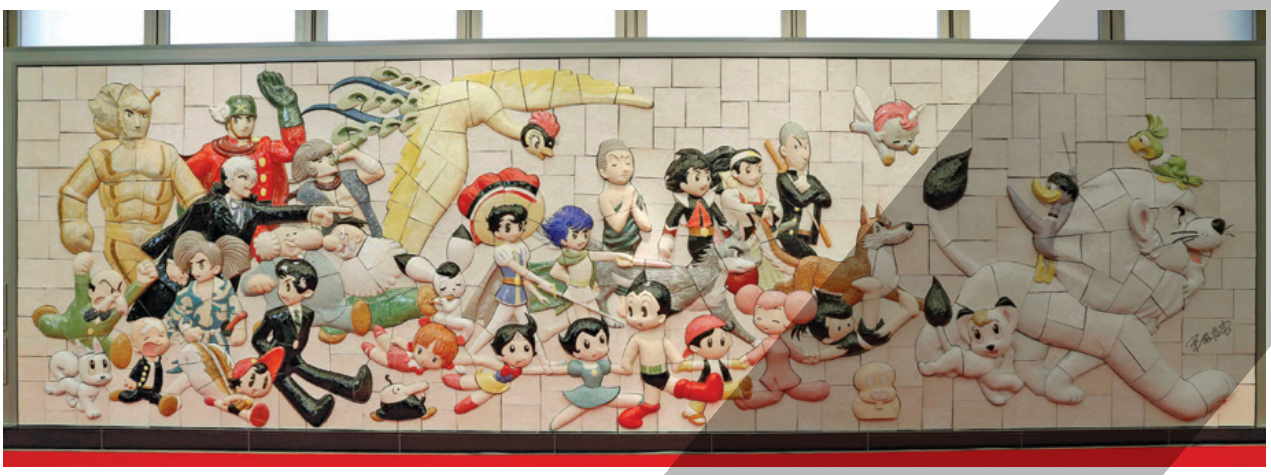
Outro exemplo da circulação global da indústria do entretenimento são os mangás. Populares em todo o mundo, inclusive no Brasil, são produtos que vão muito além das histórias e dos personagens. Brincos, roupas, jogos, eventos e outros artigos são comercializados na esteira dos mangás.

Esse gênero artístico ganhou a forma que conhecemos hoje no século XX e foi desenvolvido com base na arte tradicional japonesa, retratando costumes, tradições e desejos. Um dos mais antigos e prestigiados autores de mangá é o japonês Osamu Tezuka (1928-1989). Utilizando técnicas cinematográficas, ele revolucionou os quadrinhos com muitas cores, olhos grandes, anatomia estilizada, entre outros elementos que ganharam força em diversos países.

Inspiradas nos mangás surgiram animações audiovisuais conhecidas como animes, que são **difusores** da cultura japonesa pelo mundo.

GLOSSÁRIO

Difusor: propagador; divulgador.



Kyodo/AP Photo/Glow Images

Mural com os principais personagens criados por Osamu Tezuka, muitos dos quais são, até hoje, mundialmente conhecidos. Tóquio, Japão, 2019.

Além de envolver consumidores e entusiastas de determinados produtos de entretenimento, esse modelo de produção global de arte tem implicações sociais e econômicas sobre as quais também podemos refletir. Por exemplo, quando pensamos no consumo de um produto cultural presente em diversos países, podemos nos questionar se não estaríamos caminhando para um modelo homogêneo de cultura, que dificulta e limita a pluralidade e a diversidade de formas de expressão artística que enriquecem e criam diálogos entre os diferentes.

O que será que acontece, por exemplo, com as expressões artísticas locais que não têm alcance global nem condições financeiras de fazer grandes divulgações? Será que acabam caindo no esquecimento? As práticas culturais estão em diálogo tanto com as transformações tecnológicas quanto com os grandes debates e manifestações sociais. No Brasil, temos uma produção artística diversa, espalhada pelo território nacional em formatos que exprimem nossas diversidades, disputas e desigualdades.

A vez do sertanejo

As artes, em um contexto de circulação e difusão de informações pelo mundo, vão adquirindo novas características e, muitas vezes, são alvos de intenso debate entre o tradicional e o novo. A história do sucesso e o alcance do sertanejo universitário é um exemplo. Vinculado às raízes do modo de vida do brasileiro caipira, esse gênero foi se modificando pelas múltiplas influências recebidas ao longo do tempo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Veja, a seguir, as fotografias de dois nomes da cultura brasileira: a dupla Pena Branca e Xavantinho e Marilia Mendonça. O fenômeno comercial do sertanejo vem suscitando debates em torno do modelo de negócio que envolve esses artistas, como o esquecimento de nomes que foram pioneiros no gênero.



Mário Luiz Thompson

A dupla sertaneja Pena Branca e Xavantinho fez grande sucesso nas décadas de 1980 e 1990.



Van Campos/Fotoarena

A cantora Marília Mendonça durante apresentação em festival. São Paulo (SP), 2019.

Com a mediação do professor, faça a análise proposta.

1. Pesquise como ocorreu, ao longo dos anos, a presença avassaladora da música sertaneja no Brasil. Busque dados e fontes que ilustrem esse fenômeno.
2. Pesquise e selecione um representante do sertanejo caipira raiz e outro do sertanejo moderno – cantores solo, duplas ou grupos. O que os caracteriza? Aponte suas influências, o contexto em que produziram/produzem suas canções, os temas das músicas, entre outras informações relevantes. Os artistas das fotografias podem ser utilizados, mas existem inúmeros outros desse gênero que você pode pesquisar e conhecer.
3. Após pesquisar os artistas e suas produções musicais, elabore uma lista com as músicas de cada artista e apresente à turma ao menos uma delas. Compartilhe também as principais características encontradas na pesquisa.

Territórios da Arte

O Territórios da Arte é um projeto da Universidade Federal Fluminense que nos convida a pensar sobre o acesso e o protagonismo da arte em diferentes regiões do país. A proposta é que, por meio de um mapeamento cartográfico, as pessoas possam compreender as dimensões artísticas e culturais de seus territórios.

Desse modo, diferentes saberes e formas de expressão da cultura brasileira são valorizados. Muitos deles, por vezes, são pouco difundidos ou estimulados porque não operam pela lógica do comércio e do consumo, mas pela perspectiva de um resgate de autoestima e de uma memória coletiva. O projeto busca dar voz às pessoas que vivem nos mais diferentes territórios, por meio de um levantamento afetivo de sua relação com o lugar.

Mapas Afetivos

A logomarca abaixo é do projeto Mapas Afetivos, inspirado nos estudos sobre os territórios culturais no Brasil. Esse projeto busca contar a história das pessoas por meio da relação com a cidade.

Proposta

Propomos a elaboração de um mapa afetivo relacionado à produção artística de sua cidade ou bairro, juntando a ideia dos dois projetos mencionados anteriormente. Com ele, você e os colegas poderão conhecer muitas formas de diversão e arte que estão próximas, mas das quais ainda não tinham conhecimento.

Para fazer [illegible] grupos de três ou quatro estudantes.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Mapas Afetivos

Logotipo do projeto Mapas Afetivos.

Etapa 1

1. Pesquisem a página do projeto Territórios da Arte, da Universidade Federal Fluminense, disponível em: http://www.uff.br/?q=noticias/28-09-2017/territorios-da-arte-cartografia-brasileira-de-arte-e-cultura-chega-uff (acesso em: 15 jul. 2020).
2. Discutam entre si a proposta para entendê-la.
3. Com base na ideia apresentada na página, façam um mapeamento de lugares e equipamentos culturais da cidade onde moram: cinemas, teatros, áreas para *shows*, entre outros espaços para eventos culturais.
4. Organizem esses dados de maneira que uma pessoa que não os conheça saiba como chegar aos locais e o que procurar.

Etapa 2

Consultem a página do projeto Mapas Afetivos: https://www.mapasafetivos.com.br/ (acesso em: 15 jul. 2020). Analisem o material disponível e produzam um mapa afetivo de lugares de seu bairro, sua escola ou cidade que estejam relacionados à arte. Para sintetizar o processo, apresentem um vídeo – como nos exemplos disponíveis na página do projeto – que retrate a relação de vocês com esses territórios. Ele deve estar acompanhado de uma cartografia que localize esses pontos na cidade ou no bairro.

Faça arte. Não faça guerra

O ano de 1968 movimentou o mundo com protestos e ações que podemos estudar sob a ótica de diferentes sentidos. Questionando as relações das pessoas com a sexualidade, a política, a organização do trabalho, entre outros temas, esse período segue na memória coletiva como um momento de grandes contestações. E o universo das artes não ficou de fora. Em um governo autoritário, expressões e manifestações artísticas e políticas críticas ao regime em vigor são proibidas e, muitas vezes, perseguidas por parte da repressão que caracteriza as ditaduras, com censura, prisões e mortes.

Um exemplo no Brasil de estopim para a explosão de violência e protestos contra a repressão ocorreu na cidade do Rio de Janeiro: no dia 28 de março de 1968, o estudante Edson Luis, de 17 anos, foi assassinado. Sua morte ampliou e radicalizou a oposição ao regime, influenciando ações políticas e artísticas que buscassem expressar indignação e desejo por mudanças.



Georges Melet/Paris Match/Getty Images

Confrontos entre policiais e estudantes nas ruas de Paris, França, 1968.

A insatisfação diante do modelo político e de sociedade pode ser observada na fotografia ao lado, na qual estudantes em Paris entraram em confronto com as forças policiais. Eles atiraram pedras, fizeram barricadas, ocuparam universidades, entre outras ações com significados e interpretações que extrapolaram o território francês, espalhando pelo mundo uma sensação e um desejo de mudanças e rupturas nos campos artístico, político e comportamental.

No campo político, podemos destacar, no Brasil, a luta contra a ditadura civil-militar; na França, além dos estudantes, os trabalhadores sindicalizados questionavam o regime da Quinta República, promulgado pela quinta Constituição francesa em 1958 e em vigor até hoje; e, no mundo todo, estava em pleno curso a Guerra Fria (1945-1991), tensão política entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a queda do regime soviético (1991).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Na Guerra Fria, o contraste entre o modelo político e econômico soviético, que era socialista, e o modelo estadunidense, capitalista, acabou suscitando vários enfrentamentos em territórios espalhados pelo mundo.

Um desses enfrentamentos foi a Guerra do Vietnã (1955-1973), em que as inúmeras baixas nas forças estadunidenses, o prolongamento do conflito, o impacto das mortes na sociedade, entre outros fatores, culminaram com a derrota dos Estados Unidos e o fortalecimento soviético na região.

Um exemplo da violência e da violação da dignidade humana no contexto desse conflito foi o emprego por parte do exército dos Estados Unidos de um poderoso herbicida tóxico – conhecido como **agente laranja** – utilizado como arma química e que foi lançado por meio de aviões em florestas e aldeias, causando problemas crônicos de saúde em milhões de vietnamitas durante gerações (má formação fetal congênita, diversos tipos de câncer, danos neurológicos etc.). Registre-se que essa substância química ainda compromete a biodiversidade de ecossistemas.

Em meio a tudo isso, nos Estados Unidos e em boa parte do mundo surgiu a contracultura, que passou a contestar a cultura armamentista de violência, a repressão à sexualidade, o modelo familiar tradicional, os direitos das mulheres, a luta civil dos negros estadunidenses, o consumismo, a relação com o meio ambiente, entre outras questões. A luta pelas mudanças, contudo, não precisava ser violenta como a guerra; era possível mudar por meio do desejo pela paz e pelo amor, termos disseminados pelo mundo pelo movimento *hippie*.

Os *hippies*

O movimento *hippie* foi um dos fenômenos culturais da contracultura a partir da década de 1960. Ele envolveu-se em todas as questões mencionadas e ainda outras que interessavam e uniam jovens insatisfeitos com o modelo tradicional de sociedade; era um contraponto aos valores e às instituições ocidentais, questionados em meio aos conflitos com impactos globais.

Inseridos nesse cenário crítico à guerra e aos padrões da época, os *hippies* acabaram unindo diferentes influências de maneira multifacetada, ou seja, com características variadas que se misturavam, como a influência de tradições orientais, por exemplo, o Budismo. Eles pregavam uma forma de resistência social e cultural pacífica.

A violência, o modelo de vida meramente consumista com base em posses materiais, o padrão de beleza das indústrias, entre outros fatores, inspiraram também a literatura, a música, os quadrinhos, as artes plásticas e as demais linguagens artísticas da época. Alguns exemplos são a Pop Art, os filmes dos franceses Jean-Luc Godard e François Truffaut (1932-1984), representantes de uma nova estética cinematográfica denominada *Nouvelle Vague* (Nova Onda) e o movimento *punk*. No Brasil, tivemos a Tropicália, como já estudamos, e o Cinema Novo, associado ao nome do cineasta Glauber Rocha (1939-1981), que incorporou em seus filmes a cultura popular, as tradições de matriz africana, as alegorias políticas, o improviso dos atores, a presença cênica da natureza, afastando-se do hegemônico cinema comercial.



Barbara Alper/Getty Images

Hippie com uma placa pintada à mão em um comício antinuclear no Central Park. Nova York, Estados Unidos, 1982.

O movimento *punk*, acontecimento social, político e cultural, contestava o modelo de sociedade de maneira provocativa. Seus ativistas usavam roupas rasgadas, penteados chamativos, brincos e jaquetas de couro para escandalizar e quebrar o padrão social vigente. Bandas como Sex Pistols, The Clash, entre outras, buscavam combater o consumismo e denunciar a realidade econômica e social [illegible]

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

No Brasil, uma das bandas relevantes desse período – e que ainda segue produzindo – é Ratos de Porão. Em 2019, a banda divulgou em suas redes sociais um cartaz inspirado em um pôster da banda *punk* estadunidense Dead Kennedys. Tal cartaz traz críticas à parte da sociedade brasileira que passou a se vestir, em 2016, com a camiseta da seleção brasileira para protestar contra a corrupção. No cartaz, é possível identificar uma família armada em um cenário de guerra, com casas pegando fogo, tanques, cabelos e rostos pintados; há, ainda, uma fala relativa às queimadas na Amazônia.

O movimento *punk*, acontecimento social, político e cultural, contestava o modelo de sociedade de maneira provocativa.

A provocação do cartaz é característica de uma linguagem direta do *punk*, que busca questionar valores morais, problematizar questões políticas, bem como divulgar causas e bandeiras consideradas importantes, como os impactos ambientais das queimadas no Brasil. Nesse sentido, o *punk* segue ativo e ligado a reivindicações sociais e políticas de maneira combativa e transgressora.

Na música brasileira, um dos maiores representantes do sentimento e da prática questionadora da realidade foi o artista baiano Raul Seixas. Para seus admiradores, sua obra representava novas formas de viver e entender o mundo. Suas metáforas para clamar por mudanças estavam presentes em termos popularizados pelo artista, como "metamorfose ambulante", "maluco beleza", "mosca na sopa", que deixavam evidente seu questionamento dos padrões sociais vigentes naquele contexto.

Após sua morte, ocorrida em 1989, seus seguidores buscam manter viva sua memória e a inspiração crítica e criativa de suas letras, sobre temas variados que buscavam problematizar os valores e modelos de uma sociedade de consumo desigual, religiosa e conservadora, que se opunha a um modelo e uma forma alternativa de vida consagrada em sua canção "Sociedade alternativa", de 1972.

Análise

Sociedade alternativa

Em parceria com o escritor Paulo Coelho, Raul Seixas produziu uma extensa obra, que marcou e segue marcando toda uma geração que combateu o autoritarismo em suas diferentes formas.

Trata-se de uma de suas músicas mais conhecidas, na qual o artista saúda a chegada de uma nova forma de vida, uma sociedade alternativa. A ideia de mudança e o questionamento dos valores naquele período foi uma das bases das criações de inúmeros artistas. Na imagem ao lado observamos a capa de seu disco *Gita*, com faixas muito conhecidas por seus admiradores, como "Sociedade alternativa", "Sessão das dez", "Prelúdio", entre outras criações.

1. Com base no título da música "Sociedade alternativa" , se possível, pesquisando outras faixas desse disco, faça uma roda de conversa mediada pelo professor para debater com os colegas a necessidade ou não de um modelo alternativo de sociedade. Juntos, considerem estabelecer um paralelo com os movimentos *hippie* e *punk* em contraponto ao modelo comercial da indústria cultural.



Philips Records

Capa do disco *Gita*, de Raul Seixas, 1974.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Territórios culturais

Os territórios culturais podem ser entendidos como a interação entre as culturas local e global em um espaço físico apropriado pelas pessoas. São lugares em que a multiplicidade de identidades e a diversidade encontram abrigo para sua ampliação e intercâmbio. No Brasil, esses espaços são utilizados por movimentos de resistência e engajamento por mais acesso à cultura.

Os arranjos produtivos e culturais nesses territórios buscam fortalecer as redes de cooperação e o desenvolvimento social em diversas regiões do Brasil, por meio do protagonismo dos sujeitos que vivem em áreas periféricas das cidades. Estes geram uma cultura de resistência, por meio do fomento e da produção artísticas, que, além do aspecto cultural e formativo, propiciam e alimentam negócios e economia, com ênfase na produção e no consumo de produtos e produtores locais.

Os territórios culturais podem ser entendidos como a interação entre as culturas local e global em um espaço físico apropriado pelas pessoas.

Cabe também um olhar para a tentativa de criminalização desses circuitos e territórios culturais, quando, em meio a crises políticas e econômicas, ações e atividades culturais são reprimidas e sufocadas por legislações ou ações do poder público, como no caso da morte de nove jovens em um baile *funk* na favela de Paraisópolis, em São Paulo, no dia 1º de dezembro de 2019. Esse fato suscitou uma série de questionamentos acerca da violência e da violação dos direitos humanos dos frequentadores de eventos em locais públicos nas periferias de grandes cidades.

Um dos movimentos mais relevantes dos últimos anos ficou conhecido como literatura marginal, em que obras literárias eram produzidas e comercializadas por pessoas com pouco poder aquisitivo, que normalmente não encontram espaço de publicação nos grandes grupos editoriais. O símbolo a seguir é de um projeto de literatura proveniente do bairro do Capão Redondo, na cidade de São Paulo, que tem entre os destaques o escritor Reginaldo Ferreira da Silva, o Ferréz. Seu livro *Capão pecado*, publicado em 2000, busca trazer a voz e a perspectiva de um rapaz negro e periférico em meio aos desafios e às perspectivas de seu cotidiano.



Literatura Marginal

Imagem do projeto Literatura Marginal.



Tom Vieira Freitas/Fotoarena

Ferréz durante apresentação no bairro Capão Redondo. São Paulo (SP), 2017.

> Marquinhos havia acabado de chegar, tinha vendido quase toda a carga de algodão e apesar de estar a fim de beber umas cervejas geladas não iria à pizzaria por causa de sua mina, que o esperava em casa para uma longa noitada de amor.
>
> FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000. p. 108.

Por meio dessa pequena passagem, temos uma noção da linguagem direta, realista e irônica – além do grande teor de denúncia – de quem vive nesses territórios, com todas as privações e desafios da periferia brasileira.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Além do movimento da literatura marginal, temos também o *funk*, o *rap*, os saraus, os *slams*, entre outras formas de expressão que buscam visibilidade e disputam o acesso às artes diante de uma sociedade desigual como a brasileira.

Slams

Os *slams*, batalhas de poesia com textos autorais de no máximo três minutos, que devem ser expostos sem acompanhamento instrumental ou adereços, vêm ganhando espaço ao ocupar lugares públicos como praças, teatros, centros culturais, bares, atraindo muitos jovens artistas e curiosos em conhecer essa forma de expressão poética e interagir por meio dela. Ao lado dos saraus – encontros com música, poesia e outras linguagens –, são ótimos exemplos de pulsão e criatividade presentes em diversas regiões do país.

Na imagem a seguir identificamos um grupo participando de um *slam*, no qual uma mulher se apresenta em meio à plateia de jovens. De caráter aberto, público e democrático, trata-se de uma produção que expressa o cotidiano por meio de uma poesia que se espalha pelo Brasil, superando barreiras, estimulando a organização coletiva, dando visibilidade a temas como o racismo, a homofobia, a pobreza, a violência, entre outros assuntos e desafios vividos pela juventude e a sociedade em geral.

De caráter aberto, público e democrático, trata-se de uma produção que expressa o cotidiano por meio de uma poesia que se espalha pelo Brasil.



Luciana Whitaker/Pulsar Imagens

Slam das Minas, competição de poesias só para mulheres da periferia. Rio de Janeiro (RJ), 2020.

Uma das bandeiras desses grupos gira em torno do questionamento sobre o lugar de negros e moradores de comunidades na sociedade. A criação de obras artísticas é a maneira de terem espaço e voz. É um instrumento para denunciar e enfrentar as dificuldades das populações menos favorecidas no Brasil. Felizmente, o crescimento e a organização desses grupos que lutam por cultura seguem abrindo portas e espaços para os jovens e interessados em geral, pois há reconhecimento da potência dessas produções.

A arte da contracultura marginal é expressão de crítica, deboche e dor em forma de música, poesia, grafite, entre outras expressões. Movimentam um intenso mercado voltado a esse público, que busca, apesar de falta de apoio, criar seus espaços de arte e convivência. No Brasil, a cena segue pulsando e produzindo arte por meio de vozes e experiências de jovens de diversas cidades e regiões, ressaltando o aspecto transgressor e questionador das artes para a espécie humana.

A arte da contracultura marginal é expressão de crítica, deboche e dor em forma de música, poesia, grafite, entre outras expressões.

Vozes

A Cooperifa é um movimento cultural que em outubro de 2017 completa 16 anos de atividades poéticas no bar do Zé Batidão na periferia de São Paulo.

Cinema na laje, Chuva de livros, Várzea poética, Poesia no ar, Ajoelhaço, Natal com livros, Mostra cultural, Sarau nas escolas, Canja poética são algumas das intervenções culturais na zona sul na região.

O Sarau da Cooperifa é [illegible] desce do pedestal e beija os pés da comunidade.

A periferia nos une pela dor, pela cor e pelo amor.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Cooperifa

Logotipo do projeto Cooperifa.

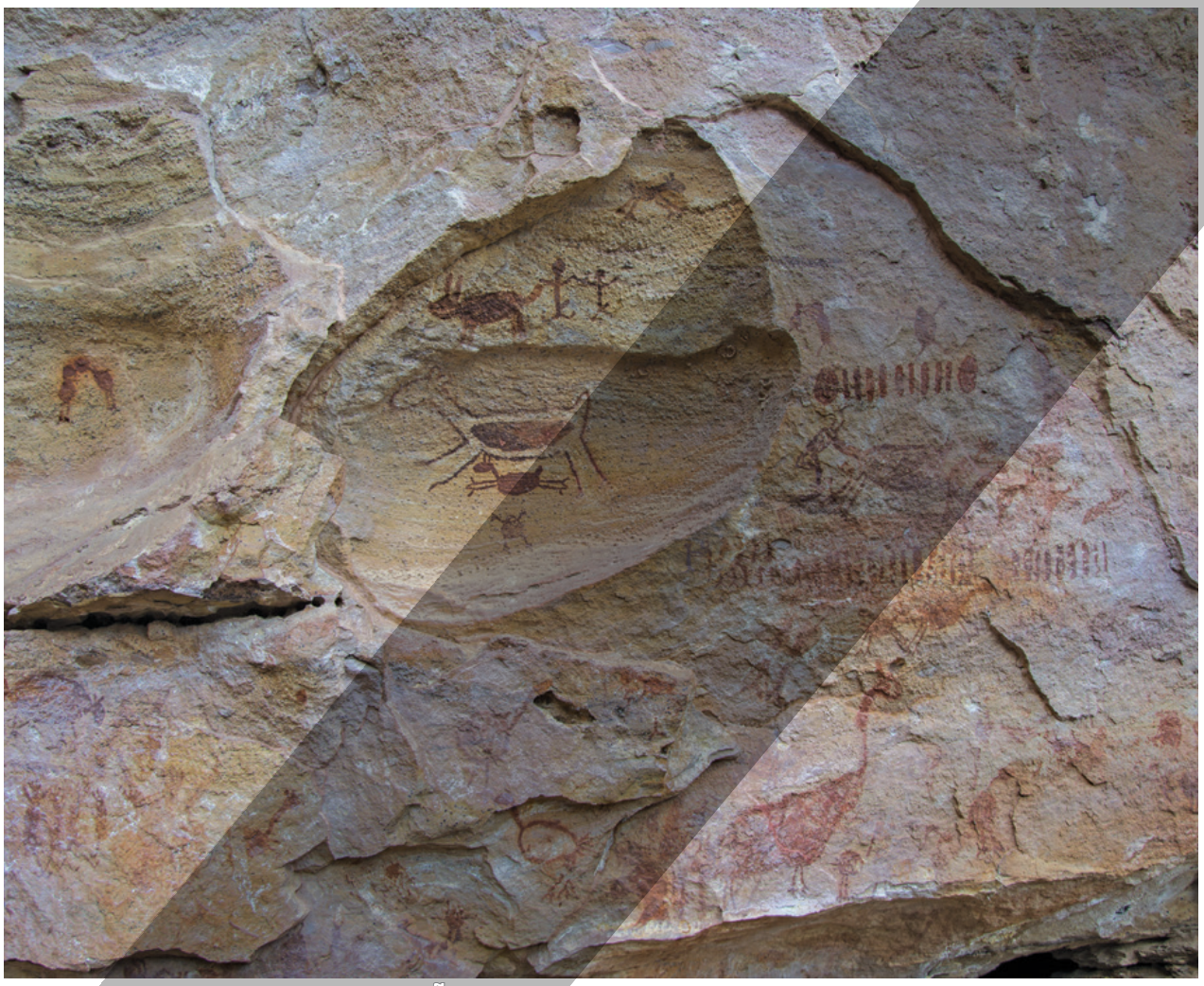
COOPERIFA. *Cooperifa*, [São Paulo], c2019. Disponível em: http://cooperifa.com.br/?page_id=9. Acesso em: 15 jul. 2020.



Lucas Sampaio/Folhapress

Sarau reúne jovens na Cooperifa. São Paulo (SP), 2011.

A interação humana com a arte



Munique Bassoli/Pulsar Imagens

Pinturas rupestres [illegible] da Pedra Furada, dentro do Parque Nacional da Serra da Capivara. São Raimundo Nonato (PI), 2019.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

A arte nos acompanha diariamente e nos ajuda a expressar sentimentos, ideias e histórias. Ela busca retratar formas de ver o mundo desde os tempos que nossa espécie vivia coletando e migrando para garantir a sobrevivência. Tanto as artes rupestres como a *web art* são formas de expressão e registro de um contexto. Na imagem acima, observamos um registro de arte rupestre que mostra uma forma de expressão do cotidiano de algum grupo por meio de desenhos e movimentos, que podemos interpretar com mais profundidade.

No centro da imagem há alguns animais e pessoas. O significado desse tipo de registro varia, podendo ser aprofundado com base em outros elementos, como o local em que foi registrado, o tempo do registro, o tipo de material utilizado, os estudos e as pesquisas de arqueólogos, geólogos, entre outros profissionais, de maneira que possamos entender que as expressões artísticas estão relacionadas e inseridas em determinado contexto que deve ser considerado quando estudamos o assunto.

Hoje, formas flexíveis de arte são possíveis graças à evolução de técnicas e suportes que cruzam barreiras e inovam a relação com as produções artísticas. Obras interativas e instalações acessadas por *QR code* são alguns exemplos de novos suportes que caracterizam a arte digital.

Nela, não interagimos com o autor, mas com a obra, com estímulos à nossa participação. É o caso das esculturas interativas e das instalações que podem ser alteradas conforme participamos delas.



Tan Qingju/Southern Metropolis Daily/Visual China Group/ Getty Images

Visitantes apreciam a arte italiana renascentista através da tecnologia de realidade virtual em exposição. China, 2018.

Na imagem ao lado, o visitante interage com a obra utilizando óculos de realidade virtual.

Essa gama de linguagens artísticas em diferentes suportes vem mudando a relação humana com a arte. A possibilidade de interação deve seguir produzindo obras e atraindo pessoas para o universo artístico em toda sua pluralidade e diversidade.

As artes e os direitos humanos

Sebastião Salgado é um dos maiores fotógrafos brasileiros. Sua obra está presente e é reconhecida mundo afora. Seus registros costumam transmitir ao observador uma riqueza técnica, um olhar de quem espera o instante decisivo para tirá-las. Além disso, esse artista, por meio de sua arte, expõe e denuncia uma série de violações aos direitos humanos dos povos indígenas, dos trabalhadores sem-terra, dos ribeirinhos no Amazonas, entre outros grupos. Desse modo, assim como propomos no início desta unidade, sua obra também estabelece um diálogo entre arte e direitos humanos.

Sebastião Salgado, quando perguntado se faria uma *selfie*, respondeu que teria vergonha. Hoje, tiramos fotografias – sejam *selfies* ou qualquer outro registro – quase diariamente. As novas tecnologias influenciam e mudam a maneira de produzir manifestações artísticas como as *selfies*, as obras coletivas, as exposições virtuais e outras formas de expressão do presente.

Vozes



Jens Kalaene/Picture Alliance/Getty Images

Sebastião Salgado. Frankfurt, Alemanha, 2019.

Sebastião Salgado nasceu em Conceição do Capin, distrito de Aimorés, Minas Gerais. Estudou economia da Universidade Federal do Espírito Santo e fez pós-graduação na Universidade de São Paulo. Emigrou para Paris (França) em 1969. Trabalhando na Organização Internacional do Café, devido a suas viagens à África, fez sua primeira sessão de fotografias. Fotografou os primeiros cem dias do governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos, os povos da América Latina (1986), a pobreza na Faixa do Sahel acompanhando a ONG Médicos Sem Fronteiras (1985), os refugiados na obra *Êxodos* (2000) e as paisagens naturais preservadas em Gênesis (2013). Em seu livro *Êxodos*, escreveu:

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

> Mais do que nunca, sinto que a espécie humana é uma só. Há diferenças de cor, de idioma, de cultura e de oportunidades, mas os sentimentos e as reações das pessoas se parecem muito. Elas fogem das guerras para esquivar-se da morte, migram para melhorar de vida, edificam novas vidas em países estranhos, adaptam-se a condições extremamente adversas. Em todo lugar, impera o instinto individual de sobrevivência. Mesmo assim, como espécie, parecemos propensos à autodestruição.
>
> Talvez nossa reflexão deva começar por aí: pelo fato de que nossa sobrevivência está ameaçada. O novo milênio é apenas uma data no calendário de uma das grandes religiões, mas pode ser a ocasião para fazermos um balanço. Temos a chave do futuro da humanidade, mas para poder usá-la temos de compreender o presente. [...] Não podemos nos permitir desviar os olhos.
>
> SALGADO, Sebastião. *Êxodos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.15.

Em 2015, codirigido por seu filho, o documentário Sal da Terra, sobre sua obra, concorreu ao Oscar. Atualmente Sebastião Salgado é um dos fotógrafos com maior reconhecimento internacional, progressista, atento às causas sociais e ecológicas. Emprestou seu olhar ao mundo por meio de suas fotografias para "abrir nossos olhos", conscientizar-nos das mazelas, da beleza e da necessidade de mudança. Preocupado com a crise socioambiental, fundou a ONG Instituto Terra, que recompõe a Mata Atlântica e as nascentes no Vale do Rio Doce, onde nasceu.

Análise

A luta pela terra: os ícones da vitória

A imagem ao lado é um exemplo de que o uso da arte para denunciar violações de direitos pode ocorrer também na linguagem fotográfica. Analisando a imagem, percebemos que ela apresenta pessoas reunidas em assembleia para celebrar a ocupação da fazenda Annori no Rio Grande do Sul. Além disso, notamos que foi publicada em preto e branco. Esses detalhes são escolhas estéticas do artista, feitas para ressaltar suas intenções com a obra: o que quer apresentar e que sensações pretende causar no receptor.



ADOLFO GERCHMANN/Abril Comunicações S.A.

Pessoas reunidas para celebrar a ocupação da fazenda Annori. Sarandi (RS), 1985.

1. Observe a fotografia e as possíveis intenções do fotógrafo. O tema do trabalho representa um diálogo com o que foi estudado sobre direitos humanos. Com base nessas informações, produza e compartilhe com a turma uma fotografia que registre um desrespeito ou uma violação dos direitos dos trabalhadores em seu cotidiano.

Durante nosso estudo sobre as artes, buscamos que você percebesse a presença dela nas diversas formas de expressão no cotidiano. Além disso, refletimos a respeito da arte e praticamos propostas que a vinculam aos direitos humanos.

Abordamos, também, o conceito de estética, problematizamos a produção de arte em uma sociedade de consumo, pensamos sobre as expressões artísticas em diferentes tempos, conhecemos movimentos críticos aos modelos social, econômico e cultural, além de termos tratado dos territórios de produção cultural em sua cidade e das artes interativas.

Quando pensamos nas violações a inúmeros grupos, podemos considerar que a arte também pode ter uma conotação e uma intenção política, que busca transformar e interferir nas realidades sociais de cada tempo. Considerando isso, vamos finalizar nosso percurso produzindo arte como defesa dos direitos humanos.

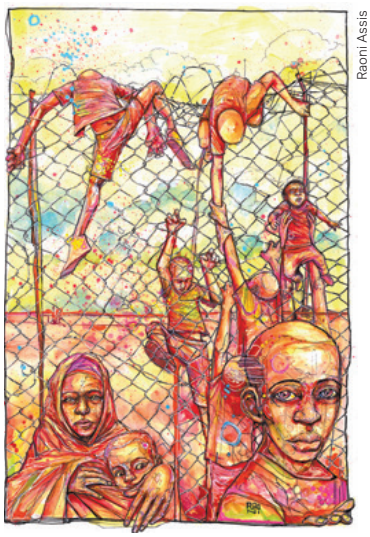
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Os Direitos Humanos e sua expressão em forma de arte

O que a imagem ao lado representa para você?

Essa obra é uma produção do projeto Arte como Direito Humano, evento produzido pelo coletivo Mutirão para comemorar os mais de 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O coletivo Mutirão tem sede na cidade do Recife (PE). Essas e outras obras você pode conferir na página do grupo: As artes não estão separadas da vida. Elas dizem algo sobre as pessoas e o mundo em toda a sua complexidade criativa, coletiva e autoral. A Declaração Universal dos Direitos Humanos busca, diante de inúmeros casos de violação desses direitos, garantir as conquistas estendidas a todas as pessoas, independentemente de sua condição.

Os 30 painéis produzidos no projeto têm a intenção de nos provocar e nos mobilizar para a difícil tarefa da manutenção e construção de direitos.



Raoni Assis

Obra de Raoni Assis, que ilustra o artigo 14º da Declaração dos Direitos Humanos.

1. Com base nesse tema e considerando seu estudo nesta unidade, produza um painel que represente suas sensações, reflexões e experiências para expressar artisticamente aquilo que aprendeu.
2. Considerando o artigo abaixo, reflita sobre a relação dele com a produção artística que acabou de fazer e registre suas conclusões.

Artigo 14º: Direito a asilo

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e gozar de asilo em outros países.

2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

ONU. Artigo 14: Direito a asilo. *In*: ONU Brasil. [Rio de Janeiro], 3 dez. 2018. Disponível em: https://nacoesunidas.org/artigo-14-direito-a-asilo/. Acesso em: 15 jul. 2020.

Durante este percurso, abordamos uma série de relações e possibilidades sobre arte e direitos humanos. O desafio de expressar sentimentos, ideias e valores por meio das diferentes linguagens artísticas é parte da capacidade humana de entender e dar sentido e significado ao contexto de seu tempo.

Nesse sentido, vocês, estudantes, conheceram movimentos artísticos do Brasil e do mundo relacionados diretamente aos desdobramentos e embates sociais, políticos e econômicos que continuam sendo pauta e inspiração para novas criações e expressões que somente a capacidade humana de imaginar e criar permite.

O desafio, portanto, é seguir criando, problematizando, descobrindo e ampliando a relação entre os direitos humanos e a arte, sempre os defendendo.

#Ficaadica

Adorno e a indústria cultural, de Daniel R. da Silva. Texto que explica o conceito de indústria cultural. Debate o modelo de entretenimento no contexto do capitalismo e seus desdobramentos na atualidade. Disponível em: http://www.[illegible].htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

Arte como Direito. [illegible]s de arte com base nos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: https://www.instagram.com/mutiraorecife/. Acesso em: 15 jul. 2020.

Museu do Amanhã. Passeio virtual por um grande acervo de arte contemporânea e interativa, com temáticas que passam por educação, saúde e alimentação em forma de trabalhos artísticos. Disponível em: https://museudoamanha.org.br/. Acesso em: 15 jul. 2020.

Nexo Jornal: Grafite, pixo e arte – Tintas de cultura e subversão na cidade, de Murilo Roncolato, 2017. Pixadores, grafiteiros e o diretor do documentário *Cidade cinza* opinam sobre a relação entre manifestações de arte urbana, sociedade e poder público. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-de-cultura-e-subversão-na-cidade. Acesso em: 15 jul. 2020.

Shonên e Shôjo Mangá: análise de expressões de sentimentos, de Marina Zerbeto (EFLCH-Unifesp). Esse TCC, de 2018, apresenta o surgimento e a disseminação dos mangás com base em temas e práticas culturais tradicionais do Japão. Disponível em: http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/49119. Acesso em: 15 jul. 2020.

V Enecult: Movimento Armorial × Tropicalismo – Dilemas brasileiros sobre a questão nacional na cultura contemporânea, de Amílcar A. B. Bezerra, maio 2009. Artigo que coloca em debate o movimento armorial e o Tropicalismo de maneira comparativa e contextualizada, ressaltando aspectos regionais e influências de outros movimentos sobre ambos. Disponível em: https:// www.cult.ufba.br/enecult2009/19176.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Prática de pesquisa

O *funk* e suas origens

No Brasil há diversos ritmos reconhecidos, frutos da riqueza das nossas matrizes culturais e do papel da música na vida dos brasileiros. Ainda assim, sempre houve musicalidades deslegitimadas em relação às outras, seja por conta de suas origens, seja pela sonoridade ou outras relações socioculturais implícitas. Aos poucos, ritmos como o samba, em certo momento declarado ilegal, foram ganhando o espaço e o reconhecimento merecidos em toda a sociedade. Isso só foi possível por meio da resistência de negras e negros que, além de manter suas práticas culturais mesmo sob dura repressão, disseminaram valores e narrativas por trás delas.

Nesta prática de pesquisa você investigará a história, a territorialidade e a linguagem de outra manifestação cultural brasileira, o *funk*. No limiar entre a proibição e a enorme popularidade que o *funk* tem entre diversas camadas sociais, ele ainda sofre preconceitos, fomentando um ódio que acaba por atingir uma grande parcela da população que se expressa por meio dele. A ideia é que possamos compreender, ao final deste projeto, as raízes e simbologias do ritmo.

- Organização: grupos de 3 a 5 alunos.
- Duração sugerida: 5 aulas.
- Materiais: computador com acesso à internet; livros; caderno; lápis/caneta.

Juntem-se e investiguem!

Forme um grupo com dois colegas e, juntos, façam uma pequena investigação que cubra os seguintes aspectos do contexto do *funk*:

- Quais são suas origens, e de quais ritmos recebe influência?
- Qual é sua territorialidade – como ocupa espaços urbanos, estabelecendo limites simbólicos ou reais?
- Quem são seus principais expoentes?
- Quais elementos estéticos o definem (sons, temas, passos de dança etc.)?
- Como ele varia de comunidade para comunidade?

Comparem e conectem!

Escolham, com base no que foi pesquisado, uma canção para analisar de forma mais profunda. A seguir, sugerimos duas canções de outros dois ritmos musicais: o samba, ritmo brasileiro que surgiu como manifestação popular no começo do século passado, e o *rap*, ritmo popular estadunidense que migrou para o Brasil na década de 1980. Escolham uma das canções para fazer as comparações considerando os aspectos abaixo.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Samba: *Sambas de terreiro (Prazer da serrinha)*, de Dona Ivone Lara
Rap: *Negro drama*, do Racionais MC's

- Musicalidade – quais são as características dos ritmos e melodias de cada estilo.
- Temas – do que tratam as músicas, levando em conta que tanto as letras quanto os sons comunicam.
- Territorialidade – como essas manifestações ocupam o espaço urbano, como produzem territórios e que disputas estão associadas a elas.
- Corporalidade – Elas apresentam alguma atitude corporal? O que esses corpos comunicam?

Ao comparar as duas músicas, estejam atentos a como foram fruídas, por determinado grupo, em sua época histórica, ao cruzamento de temas e sonoridades, e às evidências de influências estéticas e culturais entre ambas ou de uma para a outra.

Concluam, divulguem!

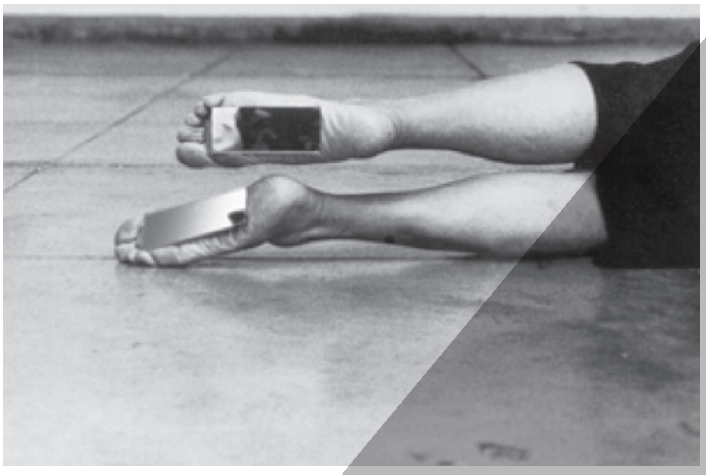
Com base nas informações obtidas nas pesquisas, redijam um texto coletivo com o tema "Narrativas e simbologias do *funk*".

Atividades

Faça as atividades a seguir no caderno.

1. Explique a relação entre artes e direitos humanos com base no que estudou. Dê um exemplo e justifique sua escolha.
2. (Enem 2018)

Texto I



ENEM, 2018

ALMEIDA, H. *Dentro de mim*, 2000. Fotografia P/B. 132 × 88 cm. Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

Texto II

A *body art* põe o corpo tão em evidência e o submete a experimentações tão variadas, que sua influência estende-se aos dias de hoje. Se na arte atual as possibilidades de investigação do corpo parecem ilimitadas – pode-se escolher entre representar, apresentar, ou ainda apenas evocar o corpo – isso ocorre graças ao legado dos artistas pioneiros.

SILVIA, P. R. *Corpo na arte*, body art, body modification: *fronteiras*. II Encontro de História da Arte: IFCH-Unicamp 2006 (adaptado).

Nos textos, a concepção de *body art* está relacionada à intenção de:

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

a) estabelecer limites entre o corpo e a composição.
b) fazer do corpo um suporte privilegiado de expressão.
c) discutir políticas e ideologias sobre o corpo como arte.
d) compreender a autonomia do corpo no contexto da obra.
e) destacar o corpo do artista em contato com o expectador.

3. A imagem ao lado foi registrada em 1956 em plena Avenida Paulista. No centro da fotografia está o artista Flávio de Carvalho.
   a) Com base em seus estudos, faça uma análise da imagem considerando a estética e as intenções do fotógrafo.
   b) Agora, reflita sobre o papel da arte em questionar padrões estabelecidos em determinado contexto e registre suas conclusões. Utilize a imagem para exemplificar essa relação.



ENEM, 2017

Flávio de Carvalho. *New Look, Experiência nº 3*, 1956. São Paulo (SP).

4. (Enem 2017)



ENEM, 2017

A instalação *Dengo* transformou a sala do MAM-SP em um ambiente singular, explorando como principal característica artística a:

a) participação do público na interação lúdica com a obra.

b) distribuição de obstáculos no espaço da exposição.

c) representação simbólica de objetos oníricos.

d) interpretação subjetiva da lei da gravidade.

e) valorização de técnicas de artesanato.

5. (Enem 2017)

Texto I



ENEM, 2017

DUCHAMP, M. *Roda de bicicleta*. Aço e madeira, 1,3 m × 64 cm × 42 cm, 1913.

Texto II

Ao ser questionado sobre seu processo de criação de *ready-mades*, Marcel Duchamp afirmou:

— Isto dependia do objeto; em geral, era preciso tomar cuidado com o seu *look*. É muito difícil escolher um objeto porque depois de quinze dias você começa a gostar dele ou a detestá-lo. É preciso chegar a qualquer coisa com uma indiferença tal que você não tenha nenhuma emoção estética. A escolha do *ready-made* é sempre baseada na indiferença visual e, ao mesmo tempo, numa ausência total de bom ou mau gosto.

CABANNE, P. *Marcel Duchamp: engenheiro do tempo perdido*. São Paulo: Perspectiva, 1987 (adaptado).

Relacionando o texto e a imagem da obra, entende-se que o artista Marcel Duchamp, ao criar os *ready-mades*, inaugurou um modo de fazer arte que consiste em:

a) designar ao artista de vanguarda a tarefa de ser o artífice do século XX.

b) considerar a forma dos objetos como elemento essencial da obra de arte.

c) revitalizar de maneira radical o conceito clássico do belo na arte.

d) criticar os princípios que determinam o que é uma obra de arte.

e) atribuir aos objetos industriais o *status* de obra de arte.

6. (Enem 2019)

Para que a passagem da produção ininterrupta de novidade a seu consumo seja feita continuamente, há necessidade de mecanismos, de engrenagens.

Uma espécie de grande máquina industrial, incitante, tentacular, entra em ação. Mas bem depressa a simples lei da oferta e da procura segundo as necessidades não vale mais: é preciso excitar a demanda, excitar o acontecimento, provocá-lo, espicaçá-lo, fabricá-lo, pois a modernidade se alimenta disso.

CAUQUELIN, A. *Arte contemporânea: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (adaptado).

No contexto da arte contemporânea, o texto da autora Anne Cauquelin reflete ações que explicitam:

a) métodos utilizados pelo mercado de arte.

b) investimentos realizados por mecenas.

c) interesses do consumidor de arte.

d) práticas cotidianas do artista.

e) fomentos públicos à cultura.

Questões de Enem e vestibulares

Unidade 1

1. (Enem 2016)

TEXTO I

Mais de 50 mil refugiados entraram no território húngaro apenas no primeiro semestre de 2015. Budapeste lançou os "trabalhos preparatórios" para a construção de um muro de quatro metros de altura e 175 km ao longo de sua fronteira com a Sérvia, informou o ministro húngaro das Relações Exteriores. "Uma resposta comum da União Europeia a este desafio da imigração é muito demorada, e a Hungria não pode esperar. Temos que agir", justificou o ministro.

Disponível em: www.portugues.rfi.fr. Acesso em: 19 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO II

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) critica as manifestações de xenofobia adotadas pelo governo da Hungria. O país foi invadido por cartazes nos quais o chefe do executivo insta os imigrantes a respeitarem as leis e a não "roubarem" os empregos dos húngaros. Para o ACNUR, a medida é surpreendente, pois a xenofobia costuma ser instigada por pequenos grupos radicais e não pelo próprio governo do país.

Disponível em: http://pt.euronews.com. Acesso em: 19 jun. 2015 (adaptado).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

O posicionamento legislativo exposto nos textos é criticado pela ACNUR, pois aponta um caminho para o(a):

a) alteração do regime político.

b) fragilização da supremacia nacional.

c) expansão dos domínios geográficos.

d) cerceamento da liberdade de expressão.

e) fortalecimento das práticas de discriminação.

2. (Urca-CE 2020)

No final do século XX e em razão dos avanços da ciência, produziu-se um sistema presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema uma presença planetária. Um mercado que utiliza esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2008 (adaptado).

Sobre as consequências da globalização em relação ao mundo do trabalho podemos destacar:

a) Desconcentração das áreas manufatureiras de produção e redução da jornada semanal de trabalho.

b) Monitoramento da produção e valorização do preço das horas trabalhadas.

c) Gestão centralizada nas grandes empresas e protecionismo econômico nos países emergentes.

d) Automatização do processo de produção e aumento dos níveis de desemprego em escala global.

e) Unificação de políticas de relações internacionais entre os países subdesenvolvidos.

3. (Uneb-BA 2016) A velocidade das transformações geopolíticas no cenário internacional, ocorridas no pós-Guerra Fria, foi considerável, fato que desatualizou, praticamente, todos os manuais e atlas geográficos elaborados até aquela data. A partir dessa informação, aliada aos conhecimentos sobre o espaço geopolítico mundial do pós-Guerra Fria, é correto afirmar que a:

a) globalização econômica, obedecendo à lógica do sistema capitalista, conduziu a uma distribuição equitativa da renda entre os países do mundo.

b) fragmentação territorial da ex-Iugoslávia foi um desdobramento dos choques entre as diversas nacionalidades que compunham o país.

c) passagem da década de 80 para a de 90 do século XX foi marcada pelo esgotamento do arranjo geopolítico multipolar e pelo início de uma nova ordem política mundial, que se caracteriza pela redução das desigualdades sociais entre o Norte e o Sul.

d) guerra civil na Síria é apoiada pela Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e travada entre os curdos, liderados pelo presidente Bashar Al Assad, e os rebeldes muçulmanos xiitas, que sofrem repressão do governo.

e) organização NAFTA apresenta uma forte integração econômica e cultural, que pode ser observada no uso comum do idioma inglês e na livre circulação de pessoas, bens e serviços, entre os países-membros.

Unidade 2

1. (Udesc 2017) "Um, dois, três, quatro, cinco, mil... Queremos eleger o presidente do Brasil!"

Estas palavras foram entoadas por grande parcela da população que, no primeiro semestre de 1984, foi às ruas reivindicar eleições diretas para a presidência da República. Este movimento, conhecido como "Diretas já!", tornou-se um marco do processo de redemocratização política no Brasil.

Analise a alternativa correta sobre este processo.

a) A emenda constitucional Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas para presidência da República, teve sua votação iniciada em 25 de abril de 1984, na Câmara dos Deputados. Houve grande mobilização popular, apoio de lideranças políticas e intelectuais que tomaram as galerias do congresso para acompanhar a votação. Ao final, perante a aprovação da emenda, as multidões entoaram o Hino Nacional pelas ruas de várias capitais do país.

b) As eleições diretas para presidente e para governador no Brasil foram restabelecidas simultaneamente, em 1985, por meio de uma medida provisória outorgada pelo então presidente Figueiredo, seguindo a política de uma abertura lenta, gradual e segura, promovida na gestão de Ernesto Geisel. O primeiro presidente eleito democraticamente após a instauração desta medida foi Tancredo Neves.

c) Estima-se que no dia 25 de janeiro de 1984 cerca de 200 mil pessoas se reuniram na praça da Sé, em São Paulo, para apoiar o comício organizado por lideranças oposicionistas em nome das eleições diretas, o qual contou com a participação de Lula, Ulisses Guimarães e Leonel Brizola. Apesar da adesão popular, a emenda que restabeleceria as eleições diretas para presidência não obteve votos necessários na Câmara dos Deputados.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

d) O movimento das "Diretas Já!" obteve como resultado imediato o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República. O primeiro presidente eleito democraticamente foi Tancredo Neves, em 1985, afastado do cargo dois anos depois pelo processo de *impeachment*, o qual contou com forte adesão popular e, em especial, dos jovens que foram às ruas como "caras pintadas".

e) A aprovação da emenda Dante de Oliveira na Câmara dos Deputados, em 1984 foi resultado direto da pressão popular. Apesar disso vale lembrar que, em 1982, o então presidente Figueiredo já havia reintroduzido eleições diretas para governador e criado, desta maneira, grande expectativa a respeito das eleições presidenciais.

2. (IFRS 2017) Um dos principais símbolos do período da redemocratização brasileira após a queda da ditadura civil-militar (1964-85) foi a carta constitucional de 1988.

Assinale a alternativa que **NÃO** representa uma característica da Constituição de 1988 quanto à organização da estrutura política brasileira.

a) A política deve ser orientada a partir de um regime presidencialista.

b) Deve haver autonomia entre os três poderes.

c) O líder do executivo deve ser o(a) presidente(a) eleito(a) pelo sufrágio universal.

d) Na esfera federal, os representantes do poder legislativo eleitos pelo povo são respectivamente: os deputados federais e senadores.

e) A política deve ser orientada a partir de um regime parlamentarista.

3. (Uece 2019)

> Em situações de crise econômica, social, institucional, moral, aquilo que era aceito porque não havia outra possibilidade deixa de sê-lo. E aquilo que era um modelo de representação desmorona na subjetividade das pessoas. Só resta o poder descarnado de que as coisas são assim, e aqueles que não aceitarem que saiam às ruas, onde a polícia os espera. Essa é a crise de legitimidade.
>
> CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Trad. Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 14.

O texto acima adverte para a crise do modelo político representativo pensado e legitimado por pensadores como Thomas Hobbes, Locke e outros. Trata-se da crise da república representativa, na qual o poder é exercido por representantes eleitos.

Considerando o texto de Castells, é correto dizer que o modelo representativo está em crise de legitimidade, o que quer dizer que:

a) os eleitores passaram a acreditar que os seus representantes representam não a eles, mas sim a interesses estranhos.

b) a crise econômica, social, institucional e moral conduz a uma crise de legitimidade, que tem forçado o eleitor a votar bem.

c) os pensadores da representação estão teoricamente errados, mas as instituições representativas estão estáveis.

d) a crise da representação se resolve com uma boa conscientização política, com o povo sabendo escolher seus representantes.

Unidade 3

1. (Unesp 2020)

TEXTO I

Com a falta de evidência do conceito de arte, e com a evidência de sua historicidade, ficam em questão não só a criação artística produzida no presente e a herança cultural clássica ou moderna, mas também a relação problemática entre a arte e as várias modalidades de produção de imagens e de ofertas de entretenimento que surgiram a partir do século XX.

Pedro Süssekind. Teoria do fim da arte, 2017. Adaptado.

TEXTO II

A discussão sobre o grafite como arte ou como vandalismo reflete o modo como cada gestão pública entende essas intervenções urbanas. Até 2011, o grafite em edifícios públicos era considerado crime ambiental e vandalismo em São Paulo. A partir daquele ano, somente a pichação continuou sendo crime. De um modo geral, a pichação é considerada uma intervenção agressiva e que degrada a paisagem da cidade. O grafite, por sua vez, é considerado arte urbana.

Lais Modelli. De crime a arte: a história do grafite nas ruas de São Paulo. www.bbc.com, 28.01.2017. Adaptado.

No contexto filosófico sobre o conceito de arte, os dois textos concordam em relação à:

a) necessidade de engajamento político no processo autoral.

b) ausência de critério consensual na legitimação artística.

c) carência de investimento privado na formação artística.

d) atuação de legislação pública no cenário criativo.

e) exigência de embasamento tradicional na produção cultural.

2. (UFPR 2019) A estética corresponde ao ramo da filosofia que se ocupa das manifestações artísticas, buscando apontar, por exemplo, os diferentes critérios e modos como em diferentes momentos ou culturas se percebe e classifica algo como belo, sublime ou agradável. Trata-se, assim, de uma forma de conhecimento que não nega a razão, ao certo, mas que coloca em relevo a forma como ela se relaciona com a imaginação e com a sensibilidade.

A partir do exposto acima, é correto afirmar:

a) Juntamente com a razão, a imaginação e a sensibilidade são fatores indispensáveis para a nossa apreensão do mundo e das coisas.

b) A estética é o campo da filosofia que se ocupa da relação entre o pensamento e a religião.

c) Na estética, a razão predomina sobre a sensibilidade e a imaginação.

d) O sublime e o agradável devem ser apreendidos de forma objetiva pelo raciocínio lógico.

e) Na estética não há lugar para a razão, visto que ela se baseia na sensibilidade e na imaginação.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

3. (Uncisal 2019)

Então não pude seguir — Porque gado a gente marca
Valente lugar tenente — Tange, ferra, engorda e mata
De dono de gado e gente — Mas com gente é diferente

Geraldo Vandré e Théo de Barros. Disparada.

Os versos reproduzidos acima fazem parte da canção Disparada, interpretada por Jair Rodrigues no segundo festival de Música Popular Brasileira, ocorrido em 1966 na cidade de São Paulo.

O entusiasmo televisionado do público ao ouvir esses versos explica-se principalmente pelo(a):

a) ampliação da força política dos trabalhadores rurais diante do processo de urbanização.

b) engajamento político e social que marcou parte da cena cultural do período.

c) debate em torno da reforma agrária e da concentração de renda no Brasil.

d) insatisfação popular com a vitória do MDB nas eleições legislativas.

e) valorização de regionalismos culturais no final da década de 60.

Índice remissivo

A

Amazônia Azul 21

apartheid 22, 34

arte 105, 106, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151

B

Boko Haram 27, 28

Brics 13, 17, 18, 21, 103

C

cidadania 10, 11, 12, 13, 16, 19, 22, 23, 24, 29, 31, 34, 35, 36, 43, 51, 52, 54, 55, 60, 62, 69, 70, 83, 110, 111, 112, 114, 128, 129

cidade 10, 27, 41, 43, 45, 47, 48, 50, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 98, 102, 103, 109, 112, 118, 120, 121, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 139, 140, 143, 147, 148

conflito 23, 24, 26, 27, 31, 34, 35, 45, 46, 47, 51, 54, 102, 113, 132, 135, 136, 140

contracultura 132, 140, 141, 144

crise 12, 13, 14, 17, 20, 22, 29, 31, 38, 42, 48, 49, 52, 54, 72, 74, 79, 146

cultura 17, 43, 69, 108, 118, 126, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 146, 148, 151

D

democracia 18, 19, 28, 32, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 77, 83, 84, 98, 99, 100, 117, 132, 133

desigualdades 37, 86, 87, 88, 89, 92, 96, 98, 99, 101, 102, 133, 138

Direitos humanos 10, 16, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 38, 39, 40, 41, 48, 55, 58, 62, 64, 65, 79, 82, 83, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 142, 146, 147, 148, 150

diversidade 11, 27, 43, 46, 85, 88, 89, 90, 91, 108, 112, 120, 122, 123, 138, 142, 146

Doutrina Bush 15, 30

E

educação 14, 18, 23, 25, 27, 31, 32, 39, 41, 50, 55, 57, 58, 90, 98, 99, 112, 113, 118, 127, 148

espaço urbano 85, 87, 88, 90, 91, 129, 149

ética 80, 110, 112, 113, 114, 126

F

fronteira 25, 29, 35, 40, 42, 48, 50, 52, 82, 124

G

geopolítica 9, 12, 14, 15, 17, 18, 28, 30, 33, 35, 46, 47

globalização 13, 137

I

imigrante(s) 9, 15, 16, 17, 22, 42, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 95, 109

indígenas 95, 106, 109, 116, 123, 124, 126, 146

indivíduo 10, 112, 130

industrialização 88, 95, 96

J

juventude 60, 62, 66, 77, 80, 82, 87, 113, 122, 132, 133, 134, 136, 143

L

linguagem 26, 101, 129, 136, 141, 143, 147, 149

M

meio ambiente 10, 11, 14, 28, 38, 92, 115, 140

migrante(s) 11, 39, 49, 55

mobilidade urbana 85, 86

Modernismo 130, 136

Movimento armorial 133, 148

N

natureza 27, 100, 123, 124, 125

O

OMS (Organização Mundial da Saúde) 14, 25, 120

ONU (Organização das Nações Unidas) 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 46, 48, 49, 51, 52, 61, 101, 116, 117, 120, 122, 123, 126, 148

Organização para a Cooperação de Xangai 13, 18

P

política 14, 15, 16, 22, 26, 27, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 55, 56, 58, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 103, 112, 117, 120, 122, 140, 147

protagonismo 12, 13, 22, 23, 24, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 77, 78, 82, 83, 85, 87, 97, 129, 139, 142

protesto(s) 16, 17, 19, 20, 26, 38, 44, 49, 58, 63, 72, 73, 79, 85, 100, 109, 117, 124, 140

R

refugiado(s) 11, 14, 22, 23, 27, 29, 31, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 49, 51, 52, 109, 146

S

segregação 22, 46, 86, 87

T

Talibã 15, 45

tempo 14, 17, 19, 46, 47, 51, 62, 74, 81, 82, 86, 94, 95, 97, 101, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 132, 134, 136, 138, 145, 147, 148

território (s) 11, 15, 17, 20, 21, 22, 26, 30, 33, 34, 39, 41, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 55, 58, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 99, 109, 110, 124, 131, 133, 138, 139, 140, 142, 143, 147, 149

trabalho (s) 17, 19, 23, 24, 26, 31, 32, 35, 36, 39, 41, 42, 49, 51, 52, 55, 80, 81, 88, 93, 94, 96, 97, 114, 117, 121, 136, 140, 147

Tratado de Não Proliferação Nuclear 21, 30

Tropicalismo 132, 148

U

União Europeia 12, 13, 17, 20, 28

urbanização 85, 88, 89, 90, 91, 92, 134

V

vanguarda(s) 132, 134, 135, 136, 151

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Competências e habilidades da BNCC trabalhadas neste volume

Competências Gerais da Educação Básica
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

Ciências Humanas e Sociais aplicadas no Ensino Médio: competências específicas e habilidades	
1	Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
(EM13CHS101)	Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
(EM13CHS103)	Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
(EM13CHS106)	Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
2	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
(EM13CHS201)	Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
(EM13CHS203)	Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Ciências Humanas e Sociais aplicadas no Ensino Médio: competências específicas e habilidades	
(EM13CHS204)	Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.
(EM13CHS205)	Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.
3	Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
(EM13CHS303)	Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.
(EM13CHS304)	Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.
(EM13CHS305)	Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.
4	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
(EM13CHS403)	Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.
5	Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
(EM13CHS501)	Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.
(EM13CHS502)	Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.
(EM13CHS503)	Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.
(EM13CHS504)	Analisar a evolução dos ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.
6	Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
(EM13CHS602)	Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.
(EM13CHS603)	Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).
(EM13CHS604)	Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.
(EM13CHS605)	Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

Referências

Unidade 1

ALABED, Bana. *Querido mundo*: a história de guerra de uma menina síria e sua busca pela paz. Rio de Janeiro: Best Seller, 2018.
Relato autobiográfico de uma menina síria durante a guerra civil na Síria.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
O livro aborda as migrações humanas e as relaciona com temas contemporâneos como xenofobia, racismo, economia, política e insegurança. O autor propõe a cooperação entre os países para reduzir desigualdades que motivam os fluxos migratórios.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 7. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.
Obra sobre a construção e consolidação da ideia de universalidade dos Direitos Humanos em diferentes contextos.

BONIFACE, Pascal; VÉDRINE, Hubert. *Atlas do mundo global*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
Atlas com textos sintéticos que abordam a geopolítica global no século XX, bem como dados globais em setores como demografia, saúde e religião, além do mundo visto sob a perspectiva de vários países desenvolvidos e emergentes.

CONVENTION and protocol relating to the status of refugees. Genebra: UNHCR, 2010. Disponível em: https://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/3b66c2aa10.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.
A Acnur, agência de refugiados da ONU, é uma organização internacional de âmbito global dedicada a salvar vidas, proteger direitos e construir um futuro melhor para refugiados, comunidades deslocadas à força e pessoas apátridas.

DADOS sobre refúgio. *In*: ACNUR. [*S. l.*: *s. n.*], 18 jun. 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/. Acesso em: 29 jul. 2020.
Apresenta dados estatísticos sobre os refugiados no mundo e no Brasil.

DUTRA, C. F. *Além do Haiti*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
Texto jornalístico, construído com base em relatos de vida, sobre o período após o terremoto de 2010.

HAESBAERT, Rogério. A (des)ordem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise. *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 9, p. 103-128, jul./dez. 1991.
Artigo da década de 1990 com uma análise da Nova Ordem Mundial em seu princípio após a dissolução do bloco socialista, as bases teóricas, incertezas e a tese da tríade multipolar.

HARVEY, David. *Os sentidos do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2020.
Conjunto de ensaios sobre diversos temas, como ecologia, imperialismo, urbanização, dinâmica do capitalismo etc.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
Aborda o desenvolvimento histórico do conceito de direitos humanos com base na análise da Declaração de Independência dos Estados Unidos, da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (produzida no bojo da Revolução Francesa) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
O autor analisa, por meio do estudo das obras de diversos pensadores, as categorias formadoras do pensamento ocidental.

MIRAGLIA, Paula; ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. O fluxo de imigração ao Brasil desde a chegada dos portugueses. *Nexo*, São Paulo, 11 jun. 2018. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/06/11/O-fluxo-de-imigra%C3%A7%C3%A3o-ao-Brasil-desde-a-chegada-dos-portugueses. Acesso em: 29 jul. 2020.
Artigo que apresenta dados históricos e recentes sobre imigração ao Brasil com diversas representações gráficas.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.
O livro apresenta considerações teóricas sobre a Geopolítica e prioriza a Geopolítica brasileira ao longo da história em temas como diplomacia, divisão territorial, mudança da capital, fronteiras e transportes.

NEGRI, A. HARDT, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
Os autores fazem uma avaliação da Nova Ordem Mundial no início do século XXI.

SAID, Edward. *A questão da Palestina*. São Paulo: Unesp, 2012.
O autor analisa a questão palestina no contexto das transformações globais ocorridas entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1990.

SALGADO, Sebastião. *Êxodos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
Livro clássico de fotografias que destaca as condições sociais de imigrantes e os refugiados em diversas regiões do mundo.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.
Nesse livro, Milton Santos faz uma reflexão sobre os principais paradigmas surgidos no processo de globalização.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

SCHURSTER, K.; ARAÚJO, R. (org.). *A Era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Recife: Edupe, 2020.
Os autores apresentam um debate sobre as transformações recentes na sociedade venezuelana com base em estudos econômicos, históricos e políticos.

SMITH, Dan. *Atlas dos conflitos mundiais.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
O livro apresenta textos, mapas detalhados e gráficos sobre conflitos em diversos países.

STUENKEL, Oliver. *Brics e o futuro da Ordem Global.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
O livro aborda o crescimento geopolítico e econômico dos países emergentes, sobretudo do grupo Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com comparações entre eles, divergências, avanços e perspectivas.

UNESCO. *Educação para a cidadania global*: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: Unesco, 2015.
Obra de referência da Unesco com diversos artigos sobre temas da cidadania global numa perspectiva do ensino para jovens.

VILLARES, Fábio (org.). *Índia, Brasil e África do Sul*: perspectivas e alianças. São Paulo: Editora Unesp/Ieei, 2006.
Obra que analisa as características e as alianças geopolíticas entre países emergentes de diferentes continentes.

Unidade 2

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 16.
O livro é uma publicação póstuma da obra que foi interrompida pelo fuzilamento do autor, em 1944. Expõe elementos de metodologia de pesquisa em História com [illegible] para leigos e acadêmicos sua visão de história.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

HARVEY, David. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, jul./dez. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.
Esse artigo lança mão do conceito de direito à cidade, originalmente definido por Lefebvre, para examinar o papel desempenhado pelo espaço urbano como canal de absorção de capital excedente ao longo da história e, ao fazê-lo, incorpora àquele conceito novos conteúdos de natureza política.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009.
Esse artigo é um ensaio sobre Educação Ambiental que visa elucidar questões fundamentais a respeito do estado planetário referido como crise ambiental, tratando especificamente do papel da educação no enfrentamento dessa crise.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Nova York: Pnud, c2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.
O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019 é o mais recente de uma série de relatórios do desenvolvimento humano globais publicados pelo Pnud desde 1990, como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento.

ROLNIK, Raquel. *A guerra dos lugares*: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
A urbanista aborda o processo global de financeirização das cidades e suas consequências sobre os direitos à terra e à moradia das populações em situação de vulnerabilidade social.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1989.
O livro aborda a urbanização nos países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, os fatores, as redes, os conceitos espaciais urbanos, o crescimento e os aspectos sociais.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
O autor discute o conceito de espaço geográfico, associando-o à evolução das técnicas e às noções de objeto e de ação, compreendidos como sistemas e assim analisados. São abordados diversos assuntos, entre os quais, o período informacional, o crescimento das redes geográficas, o acirramento do processo de globalização e a constituição do meio técnico-científico-informacional.

Unidade 3

ADORNO, Theodor W. *Textos escolhidos*. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).
O livro possibilita aprofundar e explorar o conceito de indústria cultural, sua atualidade e seus desafios diante do modelo econômico e social com efeitos na cultura do século XXI.

AGAMBEN, G. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. v. 1. (Coleção Humanitas).
Obra que dialoga com a temática de artes e direitos humanos, além do debate sobre a contemporaneidade em meio à sociedade da informação e do consumo.

BARROS, Anna; SANTAELLA, Lucia (org.). *Mídias e artes*: os desafios da arte no início do século XXI. São Paulo: Unimarco, 2002.
Obra que busca uma abordagem sobre a comunicação e as expressões das artes em diálogo com a estética e outros temas correlatos para abordagem entre mídia e arte.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
Obra que aborda o conceito de fluidez da modernidade com implicações no modo de vida e nas relações do tempo presente.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
Obra que debate, sob a ótica crítica e decolonial, temas e assuntos da cultura com ênfase em significados simbólicos e demais perspectivas.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 1 jun. 2020.
O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei Federal nº 8.069/1990, é o principal marco legal e regulatório dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Define-se como uma lei que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).
Obra que apresenta um bom resumo do conceito de arte, com ênfase na sua definição, além das possibilidades de abordagem de maneira contextualizada.

COMPARATO, Fábio Konder. Estado, reformas e desenvolvimento. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, p. 85-106, abr. 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 jul. 2020.
Artigo sobre o conceito e a construção da ideia de cidadania em diferentes contextos, incluindo a noção contemporânea do assunto.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
O livro aborda [illegible] das artes e da cultura com base nas práticas do cotidiano em um cenário de consumo cultural.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
Obra clássica que busca separar os conceitos de direito e justiça com base em ideias como autoridade, experiência, estética, entre outros pontos abordados pelo autor.

FERNANDEZ, Marly. Sobre os direitos dos animais: humanos e não humanos. *In*: ÂMBITO JURÍDICO. São Paulo, 1 mar. 2014. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-122/sobre-os-direitos-dos-animais-humanos-e-nao-humanos/. Acesso em: 16 jul. 2020.
Artigo que debate o conceito dos direitos não humanos e sua intersecção e interdependência em relação ao conceito de dignidade do ser humano.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).
Obra clássica sobre a teoria do conhecimento que pode ser utilizada para aprofundar o debate de ética e moral sugerido no percurso.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
O livro possibilita problematizar e aprofundar a relação entre a construção de uma identidade nacional com base nas artes, propiciando relações com os temas abordados na proposta, como Tropicalismo e Movimento Armorial.

PIOVESAN, Flávia. *Direito Constitucional*: Módulo V – Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. Porto Alegre: Emagis, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_dh_direito_constitucional.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.
Obra sobre Direito Constitucional na ordem constitucional contemporânea.

RAWLS, J. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
O livro trata da temática do Direito com base no conceito de Justiça em diferentes contextos, com ênfase no debate ético e moral sobre o sistema doutrinário judicial.

RIBEIRO, Renato Janine. Ética e direitos humanos. Entrevista cedida a Maria L. Toralles-Pereira e Reinaldo A. de Oliveira. *Interface*, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 149-166, fev. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832003000100015. Acesso em: 27 maio 2020.
Nessa entrevista, o autor aborda a importância dos direitos humanos e o papel da ética considerando que o respeito aos direitos humanos é o principal aporte positivo da modernidade, desde as revoluções americana e francesa, à ideia de democracia.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
Debate sobre o modelo econômico de mercado e seus reflexos na desigualdade que propicia um diálogo com ênfase nos grupos mais vulneráveis, entre outras possibilidades.

SLOTERDIJK, Peter. *O desprezo das massas*: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
Obra que proporciona um diálogo com os conceitos de massa e multidão por meio de um recorte pelas mídias e redes interligadas que podem ser exploradas no tema de direitos universais.

VAL, Ana Paula do. Cartografias afetivas. *In*: BORDAS, Marie Ange (ed.). *Caderno Sesc_VideoBrasil 09*: geografias em movimento. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2013.
A obra amplia e sistematiza o debate sobre os mapas afetivos, territorialidades e demais discussões de Geografia que podem ser aproveitados para as propostas sugeridas no percurso.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

ISBN 978-85-10-08377-5